

anais de  
história de  
além-mar

XV

---

ANO 2014

CENTRO DE HISTÓRIA D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

---

CHAM

# anais de história de além-mar

XV  
2014

<b>PERIODICIDADE</b>	Anual
<b>DIRECÇÃO</b>	João Paulo Oliveira e Costa
<b>COORDENAÇÃO</b>	João de Figueirôa-Rêgo
<b>SECRETARIADO</b>	Cátia Teles e Marques
<b>CONSELHO DE REDACÇÃO</b>	Cátia Teles e Marques (CHAM) George Evergton Salles de Souza (Universidade Federal da Bahia) João de Figueirôa-Rêgo (Universidade Nova de Lisboa/CHAM) Jorge Flores (European University Institute) José Javier Ruiz Ibáñez (Universidad de Murcia) José da Silva Horta (Universidade de Lisboa) Miguel Metelo de Seixas (Universidade Lusíada/CHAM/IEM)
<b>CONSELHO CONSULTIVO</b>	Ana Isabel Buescu (Universidade Nova de Lisboa/CHAM) André Teixeira (Universidade Nova de Lisboa/CHAM) Ângela Domingues (Instituto de Investigação Científica Tropical) Angelo Alves Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora) António de Almeida Mendes (Université de Nantes) Avelino de Freitas de Meneses (Universidade dos Açores/CHAM) Barbara Karl (MAK-Museum für angewandte Kunst/Gegenwartskunst in Vienna) Cátia Antunes (Universiteit Leiden) Fernando Bouza Álvarez (Universidad Complutense de Madrid) Hervé Pennec (Centre national de la recherche scientifique) Ines G. Županov (Centre national de la recherche scientifique) István Rákóczi (Eötvös Loránd Tudományegyetem) João José Reis (Universidade Federal da Bahia) José C. Curto (York University) José Damião Rodrigues (Universidade dos Açores/CHAM) Leonor Freire Costa (Universidade de Lisboa) Malyn Newitt (King's College London) Miguel Ángel de Bunes Ibarra (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) Nuno Senos (Universidade Nova de Lisboa/CHAM) Pedro Cardim (Universidade Nova de Lisboa/CHAM) Pedro Puntoni (Universidade de São Paulo) Rogério Miguel Puga (Universidade Nova de Lisboa/CETAPS) Rui Loureiro (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes/CHAM) Tonio Andrade (Emory University) Zoltán Biedermann (University College London)
<b>EDIÇÃO E PROPRIEDADE</b>	Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa Universidade dos Açores
<b>SEDE ADMINISTRATIVA</b>	Av.ª de Berna, 26-C   1069-061 Lisboa anais.cham@fesh.unl.pt <a href="http://www.cham.fesh.unl.pt">http://www.cham.fesh.unl.pt</a>
<b>REVISÃO DE TEXTO</b>	Rute Mota
<b>CAPA E PROJECTO GRÁFICO</b>	Patrícia Proença
<b>COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO</b>	ACD PRINT, S.A. Rua Marquesa de Alorna, 12A   2620-271 Ramada, Odivelas Tel.: 219 345 800 – Email: <a href="mailto:geral@acdprint.pt">geral@acdprint.pt</a> – <a href="http://www.acdprint.pt">www.acdprint.pt</a>
<b>TIRAGEM</b>	500 ex.
<b>ISSN</b>	0874-9671
<b>DEPÓSITO LEGAL</b>	xxxxxxx

# anais de história de além-mar

XV  
2014

---

**CENTRO DE HISTÓRIA D'AQUÉM E D'ALÉM-MAR**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**



#### REFEREES 2014

Os artigos publicados nos *Anais de História de Além-Mar* são submetidos a arbitragem científica, em regime de *double blind peer-review*. A fim de garantir o anonimato na edição para a qual colaboram, os árbitros são apresentados a cada dois volumes.

Os *Anais de História de Além-Mar* estão referenciados e indexados nas seguintes bases de dados internacionais:

AERES - Histoire	ERIH Plus	MIAR
America: History and Life	Fonte Academica	Qualis/Capes
CARHUS Plus	Historical Abstracts	Scopus/Elsevier
CIRC	Latindex (catálogo)	SHERPA/RoMEO
classIFICS	MEDLINE   PubMed	SJR
		Ulrich

O Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UID/HIS/ 04666/2013.

## Índice

- 7 Nota de Abertura  
**João Paulo Oliveira e Costa**

---

### AS FILIPINAS NOS SÉCULOS XVI E XVII: GOVERNO DO ENTREPOSTO E RELAÇÕES COM OS TERRITÓRIOS DA ÁSIA

---

- 11 Introdução  
**Elsa Penalva**
- 17 Los Japoneses en Manila en el siglo XVII  
**Juan Gil**
- 51 La embajada de Juan Pablo de Carrión a la corte en 1558 y el  
conocimiento colectivo del tornaviaje  
**Patricio Hidalgo Nuchera**
- 79 Manila, Macao and Chinese networks in South China Sea:  
adaptive strategies of cooperation and survival  
(sixteenth-to-seventeenth centuries)  
**Paulo Jorge de Sousa Pinto**
- 101 Traveling experiences vs. intertextuality: the description  
of the Philippines in Gemelli Careri's *Giro del Mondo* (1699–1700)  
**Rui Manuel Loureiro**
- 137 Jesuits at the margins: missions and missionaries in the  
Mariana Islands (1668–1769)  
**Alexandre Coello de la Rosa**
- 171 Translating “Asia” in Philippine missionary-colonial texts  
**Marlon James Sales**
- 197 A fronteira entre as inquisições de Goa e do México  
(séculos XVI e XVII)  
**Miguel Rodrigues Lourenço**
- 231 The arrival of American plants in the Philippines: ecological  
colonialism in the sixteenth-to-eighteenth centuries  
**Paulina Machuca**
- 261 Intereses particulares en el Galeón de Manila: inventario de los  
bienes del gobernador de Filipinas D. Diego de Salcedo (1663–1668)  
**Ana Ruiz Gutiérrez**

- 295 Filipinas en las estrategias de las élites sevillanas entre los siglos XVI y XVII: el caso del gobernador de Filipinas Francisco Tello de Guzmán (1596–1602)  
**Manuel F. Fernández Chaves; Rafael M. Pérez García**
- 

VARIA

---

- 337 Comunicação política e fiscalidade: a Bahia e a Coroa no século XVII  
**Thiago Nascimento Krause**
- 373 O «mal de Loanda» ou o escorbuto revisitado  
**J. A. David de Morais**
- 401 Conflitos políticos em torno do pão de São Tomé: o provimento da cidade de Salvador em farinha de mandioca na virada do século XVII para o século XVIII  
**João Pedro Gomes**
- 429 La cosmografía ibérica en la Edad Moderna. Un análisis a partir del *Regimento do Cosmógrafo-Mor* (1592)  
**Antonio Sánchez**
- 463 Recensões | Book reviews
- 488 Procedimentos & Normas Editoriais | Editorial Process & Guidelines

## Nota de Abertura

O leitor tem em mãos o volume XIV de *Anais de História de Além-Mar*. Na senda de reajustamentos iniciados em números anteriores, apresentamos agora um novo grafismo substituindo o que vigorava desde a criação da revista há quinze anos e procurando proporcionar uma leitura mais confortável. Introduzimos também um novo modelo de ficha individual dos artigos de modo a adequar a publicação aos critérios cada vez mais exigentes das bases de indexação internacionais. Orgulhamo-nos de editar uma revista que é procurada por autores de todo o mundo e que é, por isso, um fórum de discussão dos temas actuais da História da Globalização ao serviço da historiografia mundial sem estar fechada na produção dos investigadores do CHAM. Esta diversidade da origem dos contributos aqui publicados permite-nos aspirar a que a revista alcance uma audiência ainda mais espalhada pelo mundo.

Tal como vem sucedendo desde o volume XIII, este número contém um dossiê subordinado ao tema *As Filipinas nos séculos XVI e XVII: governo do entreposto e relações com os territórios da Ásia*, coordenado por Elsa Penalva e Juan Gil; trata-se de uma iniciativa que se enquadra no projecto estratégico do CHAM pelo estudo de dinâmicas de fronteira e por representar mais uma interacção com a Universidade Espanhola, neste caso em particular com a Universidade de Sevilha.

Os restantes artigos e resenhas confirmam o interesse cada vez maior que os AHAM suscitam como um título apelativo da historiografia internacional actual. Importa referir, finalmente, que prosseguimos também um esforço de diversificação dos avaliadores que integram a equipa de arbitragem científica.

Uma palavra final para agradecer ao Conselho de Redacção o trabalho dedicado que permitiu termos a revista praticamente actualizada e muito em especial a Cátia Teles e Marques e João de Figueirôa-Rêgo, secretária e coordenador do Conselho, respectivamente.

**João Paulo Oliveira e Costa**





**As Filipinas nos séculos XVI e XVII: governo  
do entreposto e relações com os territórios da Ásia**

The Philippines in the sixteenth and seventeenth centuries:  
governance of the entrepot and affairs with Asian territories

---

Coord.

Elsa Penalva  
CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa,  
Universidade dos Açores

Juan Gil  
Universidad de Sevilla



## Introdução

As Filipinas encontram-se marcadas por um cosmopolitismo resultante da sua localização na Ásia Oriental<sup>1</sup> – favorável à sua incorporação em diversas redes mercantis paralelas –, e do descobrimento por parte de Andrés de Urdaneta e de Miguel López de Legazpi da rota de retorno a *Nueva España* em 1565, que passou a unir a «costa da China» a Acapulco<sup>2</sup>. Próximas de Java, Bornéu, Molucas, Nova Guiné<sup>3</sup>, mas também das províncias chinesas do Fukien e do Guangdong, Formosa-Taiwan, Coreia e do Japão, tornaram-se duas décadas mais tarde, por intermédio da cidade de Manila (fundada em 3 de Junho de 1571)<sup>4</sup>, num entreposto à escala global. O facto de Manila continuar a ser designada na documentação de finais de Quinhentos como *Luzón* – topónimo que remete para o período pré-hispânico de que dá conta Tomé Pires na *Suma Oriental* no texto intitulado «ilhas dos luções»<sup>5</sup> –, é expressivo da integração consolidada do arquipélago nos circuitos mercantis asiáticos, a partir dos seus naturais – «casi todos mercaderes»<sup>6</sup> – cujas relações comerciais com a China remontadas à dinastia Sung com o tratado comercial *Chu Fan Chih* de Chao Ju-Kua<sup>7</sup>, se encontram referidas nos Anais Ming<sup>8</sup>.

---

1 Manel OLLÉ, *La empresa de China; de la Armada Invencible al Galeon de Manila*, Alcantilado, 2002, p. 34; Denys LOMBARD, «L'Eurasie à la veille du "moment" ibérique», *Illes i Imperis. Estudis d'història de les societats en el món colonial i post-colonial* 1, 1998, pp. 11–20.

2 Manel OLLÉ, *La invención de china, percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, p. 82. *South China and Maritime Asia*, Vol. 9. Weasbaden, Harrassowitz Verlag, 2000.

3 M. OLLÉ, op. cit., 2002, p. 86.

4 J. GIL, *Los chinos en Manila. Siglos XVI y XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011, p. 23.

5 Tomé PIRES, *A Suma Oriental de [...] e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra Imprensa da Universidade [ed. Armando Cortesão], 1978, pp. 376–7.

6 Carta de Martin de Rada ao vice-rei do México, 8 de Julho de 1569, HPAF, 1978, XIV, p. 25, citado em segunda mão a partir de Paulo PINTO, *No Extremo da Redonda Esfera, Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565–1640 Um Ensaio sobre Impérios Ibéricos*, tese de doutoramento, Universidade Católica, 2010, p. 247.

7 J. GIL, op. cit., p. 19.

8 Paulo PINTO, *No Extremo da Redonda Esfera – Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565–1640 – Um Ensaio sobre os impérios ibéricos*, tese de doutoramento em Ciências Históricas, policopiada, [Lisboa], Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 247.

Foi decorrente da sua localização geográfica que as Filipinas, designadas também nas fontes castelhanas por «*islas del Poniente*», atraíram emigrantes chineses<sup>9</sup> e japoneses, interessados nas oportunidades geradas pelo galeão de Manila, e sobretudo, pela prata mexicana, levando a que em 1572, «*ficasse estabelecido em definitivo o tráfico comercial entre a China e as Filipinas*»<sup>10</sup> e que em finais do século XVI se impusesse a estratégia comercial à colonial e missionária<sup>11</sup>. Um cosmopolitismo a que não foram alheios os «*juncos de China*»<sup>12</sup> provenientes do sultanato islâmico do Brunei – que actuava como centro de redistribuição e difusão de produtos chineses<sup>13</sup>, em particular na ilha de Bohol –, e os portugueses chegados por via de Sevilha e de Acapulco, ou nascidos e estabelecidos em Macau, Goa, Cochim, Chaul, Malaca, Molucas<sup>14</sup>, Japão, Cambodja, Cochinchina, Macaçar, para apenas referir alguns espaços geográficos de influência e integração portuguesa na Ásia. Mercadores portugueses, em particular mestiços luso-asiáticos, que integravam redes mercantis multiculturais e miscigenadas<sup>15</sup>, alguns dos quais, «*cabeças*»<sup>16</sup> de «*parentelas*»<sup>17</sup>, «*famílias empresa*», (*gongsí*)<sup>18</sup>, cujo centro era Macau<sup>19</sup>. Uma centralidade construída com base na eficácia da parceria entre mercadores,

---

9 Pese embora o facto da presença chinesa ser anterior: «A la llegada de la armada de Legazpi a Luzón (16 de mayo de 1571), ya vivían en Manila 40 chinos con sus mujeres e hijos, todos ellos venidos del Japón...», J. GIL, op. cit., p. 19, sobre esta questão veja-se ainda p. 22.

10 J. GIL, op. cit., p. 35.

11 M. OLLÉ, op. cit., 2002, p. 151; J. GIL, op. cit., p. 50.

12 M. OLLÉ, op. cit., 2002, p. 37. Sobre a presença chinesa nas Filipinas e a percepção que da mesma tinham os castelhanos no século XVI, escreve Juan Gil: «los propios españoles tuvieron siempre conciencia de que, antes de su llegada, solía ir a Luzón un navio o dos de China para vender a los naturales “loza basta y saumerios de palos y yerva, hierro y otras menudencias de poca inportancia”». A propósito do que acrescenta: «Los contactos, desde luego, remontan a tiempo muy anterior: las naves chinas navegaron al archipiélago filipino al menos desde la dinastía Sung, como atestigua un tratado comercial, el *Chu Fan Chih* de Chao Ju-Kua.» J. GIL, op. cit., p. 19.

13 Roderich PTAK, «The Northern Trade Route to the Spice Islands: South China Sea – Sulu Zone – North Moluccas (14<sup>th</sup> to early 16<sup>th</sup> Century)», *Archipel* 43, 1992, pp. 27–56, M. OLLÉ, op. cit., 2002, p. 93, Paulo Pinto, *No Extremo da Redonda Esfera, Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565-1640 Um Ensaio sobre Impérios Ibéricos*, p. 246.

14 Cerca de 1562 os portugueses enviaram a partir de Ternate, uma expedição a Bohol com o objectivo de «*contratar con los naturales*», significativo de que, segundo Miguel Rodrigues Lourenço, «beneficiavam de um conhecimento suficientemente seguro sobre a navegação nos mares interiores das Filipinas meridionais e sobre particularismos das povoações locais para poderem executar temerariamente uma operação de rapina como a que descreve [Fernando] Riquel, ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI], *Patronato*, 23, R.17, fls. 14–14v, Miguel Rodrigues Lourenço, Boletim n.º 1, Centro Científico e Cultural de Macau, 2005, p. 6.

15 Sobre este conceito aplicado a Macau, veja-se Luís Filipe BARRETO, *Macau: Poder e Saber (Séculos XVI e XVII)*, Lisboa, Presença, 2006, pp. 68–91.

16 Elsa PENALVA, «Mercadores, Jesuítas e Jurubaças em Macau (1600–1627)», in Luís Filipe Barreto (ed.) *Macao: Past and Present*, Centro Científico e Cultural de Macau, Lisboa, 2014, p. 154.

17 E. PENALVA, op. cit., p. 154.

18 M. OLLÉ, op. cit., 2000, pp. 21–2.

19 E. PENALVA, op. cit.

jesuítas e naturais da China, Japão e da Coreia (designados em Macau como *jurubaças*<sup>20</sup>), assente em «famílias empresa» (*gongsi*) ou «parentelas» sino-luso-nipónicas<sup>21</sup> actuantes no triângulo Macau-Nagasáqui-Manila, mas também, nos eixos Cambodja-Manila, Cochinchina-Manila e Macaçar-Manila, surgidos a partir de «colonia<s> de Macao»<sup>22</sup>, em resultado da parceria entre mercadores e jesuítas, pedra basilar das redes de sustentação e sobrevivência da presença portuguesa na Ásia, testada primeiro na Cidade do Nome de Deus do Povo na China e posteriormente no Sião, Cambodja, Conchichina e Macaçar. Um modelo de actuação adoptado pelos castelhanos a partir de 1582 (talvez mesmo antes), através da sua associação a «parentelas» pré-existent, multiculturais e miscegenadas, interessadas no fortalecimento da articulação do eixo Macau-Nagasáqui-Manila, em concorrência com as elites mercantis de Macau – de igual modo multiculturais e miscegenadas – com acesso ao poder, contrárias à existência de um ou mais circuitos privados, paralelos aos canais oficiais da diplomacia económica, tutelado pela parceria composta por mercadores de origem portuguesa (entre os quais se encontravam luso-asiáticos), europeia, asiática e jesuíta. Percebe-se, portanto, uma continuidade por parte dos castelhanos, na escolha de parceiros chineses e japoneses – investidores e interlocutores privilegiados pelo domínio das línguas e dos dialectos, com redes de contactos próprias e conhecimento do terreno, mas também pelas suas capacidades de intermediação – na exploração concertada dos mercados asiáticos nomeadamente da Ásia Oriental. Um comportamento sociológico que, no caso português, tinha por matriz a «família-empresa» (*gongsi*) que, pelo facto de permitir a associação concertada de «grupos dispersos»<sup>23</sup> nas cidades mercantis asiáticas, estabelecendo «relaciones de simbiosis y confianza que reducían costes en el proceso mercantil y hacían factible un comercio marítimo a gran escala»<sup>24</sup>, perdeu no Índico e nos Mares da China e do Japão até meados do século XVII, sendo adoptado pelos neerlandeses<sup>25</sup>.

É neste âmbito que se tornam interessantes informações sobre chineses, como o funcionário que em «Liampo» aquando da primeira embaixada

20 *Idem, ibidem*.

21 Sobre a composição das parcerias actuantes na Ásia Oriental associadas a Macau no século XVI, veja-se Luís Filipe BARRETO, *Macau: Poder e Saber, Séculos XVI e XVII*, Presença, p. 135, E. PENALVA, op. cit., pp. 93–177.

22 Archivum Romanum Societatis IESU [ARSI], Jap-Sin 71, Gaspar Luís, S. J., «Ánnua de Cochinchina do anno de 1634», fl. 108v.

23 M. OLLÉ, op. cit., 2000, p. 21.

24 *Idem, ibidem*, p. 22.

25 Abordaremos esta questão no nosso trabalho, «Paradigmas de actuação de mercadores portugueses na articulação do eixo Macau-Manila-Nueva España (1582–1680): os casos de Bartolomeu Vaz Landeiro, Gaspar Mendes, António Fialho Ferreira, Francisco Vieira de Figueiredo e de António Soares de Oliveira».

filipina a Macau, sabia falar «algo de tagalo»<sup>26</sup> e que por essa razão pôde comunicar com os luções que integravam a comitiva, e Sanco «que havia estado com mercadorias muitas vezes em Manila e entendía a sua língua»<sup>27</sup>. Sanco e Siguan, à chegada a Manila, don Francisco Sanco e don Tomás Siguan após o seu baptismo e integração na sociedade *manileña*<sup>28</sup>, ou japoneses como Luís de Melo<sup>29</sup>, «parente» de um mercador seu homónimo<sup>30</sup>, residente em Macau em 1591<sup>31</sup>, muito possivelmente, familiar do capitão-mor da viagem do Japão, a quem Juan Gil o associou – «sin duda en recuerdo del capitán mayor Roque de Melo Pereira»<sup>32</sup>.

Juan Gil, que nos concedeu a honra de coordenar connosco a presente edição dos *Anais de História de Além-Mar*, associada ao projecto do CHAM sobre a presença portuguesa nas Filipinas<sup>33</sup>, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, de que foi consultor, autor de obras incontornáveis sobre as Filipinas e sobre as relações hispano-nipónicas e hispano-sínicas, constrói o seu discurso sobre a presença chinesa no arquipélago em questão, tomando como premissa o facto de que em 1565 os espanhóis se fizeram passar por chineses ao contactarem a população das ilhas fronteiras a Cebú<sup>34</sup>. Sublinha desta forma a importância da China na economia asiática e global, e dos seus naturais como parceiros (prática socio-cultural na experiência portuguesa remontada a 1509–1511 a partir da cidade de Malaca<sup>35</sup>), da mesma forma que introduz a problemática das relações luso-castelhanas a partir do arquipélago Filipino e de Macau – cidade fronteira da China Continental –, com a informação de que «Los primeros que dieron a los españoles noticias fehacientes sobre China fueron los portugueses...»<sup>36</sup>, e que foi Gonçalo Pereira Marramaque que comandou os portugueses que quiseram expulsar Miguel López de Legazpi de Cebú<sup>37</sup>. Posiciona as Filipinas face à China, às Molucas e a Malaca, mas também a Macau, convocando desde

---

26 M. OLLÉ, op. cit., 2000, p. 99.

27 J. GIL, op. cit., p. 26.

28 *Idem, ibidem*, p. 29.

29 *Idem, ibidem*, p. 101, 439–43.

30 E. PENALVA, op. cit., p. 125.

31 AGI, *Escribanía*, 403 A, fl. 55.

32 J. GIL, *Hidalgos y samurais, España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Alianza Editorial, 1991, p. 101.

33 PTDC/HIS-HIS/114992/2009 «Prosopografia das Comunidades Lusófonas residentes e de passagem nas Filipinas (1582-1654)». Coordenámos este projecto entre Janeiro de 2011 e Junho de 2014.

34 J. GIL, op. cit., 2011, p. 19.

35 L. F. BARRETO, op. cit., p. 49.

36 J. GIL, op. cit., 2011, p. 21.

37 *Idem, ibidem*, p. 21.

logo a problemática da ambivalente relação entre os dois espaços de influência e integração portuguesa e castelhana na Ásia Oriental, pautada por fases de cooperação ou de conflito, mas, de igual modo, o comércio à escala global – «Los Chinas que llevaban las mercancías más preciadas a Malaca, hicieron grandes promesas a los españoles.»<sup>38</sup> –, não sem antes referir o que vaticinara Juan Pablo Carrión pouco depois «*del asentamiento*» de Miguel López de Legazpi no arquipélago<sup>39</sup>. É ainda Juan Gil que, abordando as Filipinas na sua relação com a China e o Japão, chama a atenção para a adopção pelos castelhanos do «derecho de anclage»<sup>40</sup> praticado pelos chineses em Macau e da «pancada»<sup>41</sup> no Japão. Posiciona a inscrição da presença hispana na Ásia Oriental face à portuguesa, precedente, na qual a asiaticização<sup>42</sup> dos seus agentes, privados na sua grande maioria, foi imperativa, chamando a atenção para a adopção de dois modelos económicos asiáticos no arquipélago filipino – porta de acesso à América e à *Nueva España* contornada por privados a partir de Macau, Japão, do Perú e do Panamá<sup>43</sup> –, sob dominação espanhola.

Campo fértil para a construção de uma *World History* as Filipinas foram abordadas nos estudos que se seguem a partir de diferentes temáticas, perspectivas e metodologias, entre os séculos XVI e XVIII. São dez os autores que promovem o diálogo historiográfico internacional neste número dos *Anais de História de Além-Mar*. Patricio Hidalgo de Nuchera com um estudo sobre a embaixada de Juan Pablo Carrión à Corte em 1558 e o conhecimento que à data se tinha sobre a «viaje y tornaviaje a las islas del Poniente», Manuel Fernandez Chavez e Rafael Pérez Garcia abordam as Filipinas nas estratégias das elites Sevillhanas entre os séculos XVI e XVIII, a partir do caso do governador das Filipinas Francisco Tello de Guzmán; Paulo Jorge de Sousa Pinto, a relação entre Macau e Manila e respectivas estratégias de adaptação no período Míng-Qíng e impacto das comunidades chinesas ultramarinas no Mar da China Meridional; Miguel Rodrigues Lourenço problematiza a questão da fronteira entre as inquisições do México e de Goa nos séculos XVI e XVII, Juan Gil um estudo sobre os japoneses que habitavam *Luzon* no século XVII; Ana Ruiz Gutiérrez dá a conhecer o inventário dos bens do governador das Filipinas D. Diego de Salsedo; Alexandre Coello de la Rosa,

38 *Idem, ibidem*, p. 24.

39 «Provecho ninguno se puede esperar de aquellas islas, mientras no se comunicaren en contratación com la China [...] Si Su Magestad quiere conseguir grandísimos aprovechamientos para su real Corona, es necesario ir a la costa de China porque lo demás de aquellas islas es cosa de muy poco fundamento.», *Patronato*, 263, 1 1, fl. 2r, J. Gil, op. cit., 2011, p. 20.

40 J. Gil, op. cit., 2011, p. 53.

41 *Idem, ibidem*, p. 55.

42 L. F. BARRETO, op. cit., p. 144.

43 AGI, *Escribanía*, 403 A, fl. 44v.



a missionação jesuíta nas ilhas Marianas; Rui Manuel Loureiro aborda as Filipinas no *Giro del Mondo* de Gemelli Careri; Marlon James Sales, o tema da tradução com base em histórias de missionação e gramáticas de Tagalog, e Paulina Machuca, a chegada de plantas americanas às Filipinas entre os séculos XVI e XVIII.

**Elsa Penalva**

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

# Los Japoneses en Manila en el siglo xvii

Juan Gil\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 17-50. ISSN 0874-9671

## Resumo

Este artigo tenta reunir criticamente os dados relativos aos japoneses que habitavam em Luzon no século xvii. Deste modo, são estudados os fluxos migratórios dos Japoneses para Manila; as suas colónias; a sua evangelização; os seus ofícios e profissões, com especial atenção aos merceiros; os seus cargos militares, a administração da comunidade japonesa e os seus impostos.

**Palavras-chave:** administração colonial, Bagumbayá, *buyo*, Cavite, Dilao, exilados cristãos, leprosos, Manila, mercadores.

## Abstract

In this paper is made an attempt to collect critically the testimonies relating to the Japanese living in Luzon during the seventeenth century. The items studied are: the emigration of the Japanese to Manila; their demography; their settlements; their evangelization; their activities and professions, with special attention to the grocers; their military career in the Spanish army; the administration of the Japanese community and the tax system.

**Keywords:** colonial administration, Bagumbayá, *buyo*, Cavite, Dilao, Christian Exiles, lepers, Manila, merchants.

\* Universidad de Sevilla. *E-mail:* gilvarcla@hotmail.com

## Los Japoneses en Manila en el siglo xvii

Juan Gil

Así como son abundantísimas las noticias que tenemos sobre los chinos residentes en Filipinas, los datos de que disponemos sobre los japoneses son mucho más escasos. Así pues, sin más preámbulos inútiles, reúno en este trabajo la documentación que he podido allegar al respecto.

### Los flujos migratorios

Al principio, en Luzón se asentaron y por algún tiempo los mercaderes japoneses, y así lo siguieron haciendo en el siglo xvii hasta la ruptura de relaciones por parte del shogun. Pero en este trabajo, más que los mercaderes que iban y venían como zascandiles de un puerto a otro (grandes figuras como el capitán Luis Melo)<sup>1</sup>, nos interesan los japoneses estantes en Manila, que por su procedencia se pueden dividir en cuatro grandes clases.

1. LOS DESTERRADOS. En 1614 Ieyasu prohibió a sus súbditos profesar la fe cristiana y expulsó del Japón a todos los misioneros que, a la sazón, para colmo de desdichas, estaban enfrentados a muerte por la elección del padre Carvalho, provincial de la Compañía, como obispo de la diócesis. Como la Compañía de Manila se había ofrecido a acoger, llegado el caso, a una parte de los expulsos, y dado que en Macao no cabían todos, Carvalho estableció un nuevo precedente y, a pesar de que estaba prohibido el paso entre ambos reinos, envió a Manila a 38 jesuitas (ocho padres europeos: dos portugueses, un italiano y cinco castellanos; quince hermanos japoneses y otros quince *doxicos*) en una nave, y a Macao el grueso: 62 jesuitas (33 padres y 29 hermanos, casi todos japoneses) y más de 50 *doxicos* en dos barcos. Así, el 21 de diciembre de 1614, gobernando en Filipinas don Juan de Silva, arribó a salvamento al puerto de Cavite, después de 35 días de navegación, un navío que, en total, llevaba a 300 misioneros y a varios nobles japoneses<sup>2</sup>.

---

1 Noticias sobre sus actividades en J. GIL, *Hidalgos y samurais*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 439-43.

2 Francisco COLÍN, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús, fundación y progresos de su provincia en las islas Filipinas [...] Nueva edición [...] por el P. Pablo Pastells, S. J.*, Barcelona, 1900, 3 vols. I 23 (I, pp. 218-9); IV 24 (III, pp. 373 y siguientes). Juan DELGADO, *Historia general sacro-profana, política y natural de las islas del Poniente llamadas Filipinas*, Manila, 1892, p. 196.

El navío fue recibido con todos los honores, disparándose a su llegada una salva de artillería. Una vez que desembarcaron los ilustres visitantes en una galera, se organizó el cortejo. Lo encabezó don Justo Ucondono, con su esposa, hijos y cinco nietos; marchaba después don Juan Naito Tocuán († 1626) con su esposa y cuatro hijos; iba a continuación don Tomás Naito en compañía de los demás neófitos, seguido de Julia, la hermana de don Juan Naito, superiora de la congregación de beatas de Miaco, con sus 15 beatas; cerraban la comitiva los jesuitas y los frailes. Don Juan de Silva y la Audiencia dieron la bienvenida a los recién llegados en las casas reales. Terminados los discursos protocolarios y los abrazos de rigor, don Justo Takayama, más conocido como Ucondono, se subió con sus nietos en un carroza, que lo condujo a la Casa de la Compañía, escoltado por la guardia del gobernador. Durante el corto trayecto, todavía hubo ocasión de pararse ante la catedral, donde fue saludado por el cabildo en pleno entre músicas y repique de campanas, y después ante el convento de San Agustín; al día siguiente visitó los conventos de Santo Domingo y San Francisco<sup>3</sup>. El gobernador, advirtiendo su penuria, le ofreció una ayuda de costa, que don Justo rechazó, alegando que no podía recibir renta sin prestar servicio.

De todas maneras, en una fecha indeterminada, la Junta de Hacienda decidió dar a los japoneses para su sustento 1000 p<sup>s</sup> al año hasta la partida de las naos a la Nueva España en 1620, esto es, 83 p<sup>s</sup>, 2 t<sup>n</sup>, 8 g<sup>rd</sup> al mes. La laguna en la contaduría solo deja controlar los pagos mensuales a partir de enero de 1620, pagos que acabaron en agosto de ese año, la fecha en que el galeón zarpó para Acapulco. Todas las libranzas llevan el mismo encabezamiento:

A don Juan Tocuán y a doña Julia, cavezas de las dos familias que avían quedado de los japoneses principales que vinieron desterrados del reyno del Japón con don Justo Tacayamandono por la confesión de nuestra santa fe católica, por sí y por otros veinte y ocho japones y jponas de sus familias, 83 p<sup>s</sup>, 2 t<sup>n</sup> y 8 g<sup>rd</sup> para su sustento de todo el mes de [...] del año de 1620, a razón de 1000 p<sup>s</sup> cada año [...] que, a la dicha razón al año, montan al mes los dichos 83 p<sup>s</sup>, 2 t<sup>n</sup>, 8 g<sup>rd</sup> que por el dicho auto se les mandó yr dando por mes, y que se entendiese esta situación asta el tiempo del despacho de las naos [...] que se avía de hazer a la Nueva España<sup>5</sup>.

3 La descripción del cortejo que hizo el padre Trigault puede leerse en Pablo PASTELLS y Federico NAVAS, *Catálogo de los documentos relativos a las islas Filipinas precedido de una Historia general de Filipinas*, Barcelona, Compañía General de Tabacos de Filipinas, 1925-, Vol. III, p. 400; F. COLÍN, op. cit. IV 28, 5 (III, p. 488).

4 Pesos, tomines y granos.

5 ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI], *Contaduría*, 1210, fls. 177v (enc.), 188r-188v (feb.), 191v-192r (mar.), 202v (abr.-may.); 211r (jun.), 339r-339v (jul.-ago.).

La tierra probó a los japoneses: murieron casi de inmediato tres hermanos de la Compañía (Matías Sanga, Andrés Saito y Pablo Reoin), y a los 40 días de su llegada falleció el propio don Justo Ucondono. Los funerales se celebraron con máxima solemnidad, llevando el ataúd el propio gobernador.

2. LOS LEPROSOS. Un suceso verdaderamente singular tuvo lugar durante el gobierno de don Juan Niño de Távora. En 1632 llegaron a Luzón dos naves de Nagasaki, llevando a bordo a 130 leprosos cristianos que habían sido expulsados de su patria por haberse negado a apostatar de su fe. El gobernador se enfrentó a un difícil dilema: acogerlos suponía aceptar una muy pesada carga; rechazarlos, echar sobre sí un baldón insoportable (con el rechazo de tan incómodos huéspedes se contaba muy probablemente en Japón, para esgrimirlo como muestra de la crueldad de unos españoles despiadados). Empero, no bastaba con ser cristiano; era necesario parecerlo, sobre todo en una época tan preocupada por la honra, una honra que dependía no tanto de uno mismo como de la estimación de los demás. Más vale ceder la palabra a Niño de Távora, para que sea él quien nos explique su turbación ante la llegada de tan incómodos huéspedes:

Hize una junta de estado para ver si se avían de rezibir y el modo con que avía de ser, no porque dudase de rezevillos, pues, aunque se me uviera de pegar a mí el mal, no osara *dexar de parecer christiano*, a la vista de tantos contrarios de la fee y de la persecución que en aquel reyno ella tiene. Ajustose que se reçibiessen con processión y se llevassen derecho a la Iglesia, y se ospedassen y regalassen y sustentassen con las limosnas que esta república desseava hazer. Anze empezado a juntar limosnas y se ha trazado un quarto en el ospital de los naturales donde metellos<sup>6</sup>.

De nuevo el recibimiento se revistió de todo el boato propio del escenario barroco: procesión solemne y acogida protocolaria en la catedral. Mas también se repitió entonces el ejemplar comportamiento que había tenido la Orden Seráfica con los pobres y enfermos durante su corta evangelización del Japón; al igual que antaño había recogido a los gafos en una casa de Kyoto, en aquel momento los frailes se encargaron de cuidar a los enfermos en el Hospital de los naturales que regentaban, situado extramuros de Manila y cerca del convento de la Orden. Eso sí, no faltaron lenguas maledicientes que insinuasen que a los leprosos los había enviado el emperador

---

6 Carta al rey del 8 de agosto de 1632 (AGI, *Filipinas*, 8, r. 1, n.º 17; Emma Helen BLAIR y James Alexander ROBERTSON, *The Philippine Islands, 1493-1898*, Cleveland, Ohio, 1903-1909, Vol. XXIV, p. 206). Al margen se anotó: «Embiosse orden al governador para que por seis años se le diesse cierta limosna». Y otra mano siguió escribiendo: «Que se consulte a Su Magestad se le den 200 Ps en lo mismo que tienen por tiempo limitado y mientras duraren estas curas».

del Japón para contagiar a los habitantes de Filipinas<sup>7</sup>, como en lúgubre prelude de la guerra bacteriológica inventada en tiempos más modernos y más bárbaros.

El gobernador pidió al rey la concesión de una ayuda económica que permitiese sustentar a los recién llegados, «por si se resfriare algo el fervor, que oy empieza, de la caridad de los vecinos». Así fue. El 10 de octubre de 1633 el Consejo de Indias aprobó unánimemente la solicitud<sup>8</sup>, de suerte que una cédula real, expedida en Madrid el 2 de marzo de 1634, destinó 200 p<sup>s</sup> al año a fin de que se hiciese «cura y regalo de los pobres lázaros que fueron desterrados del reyno de Xapón por no aver querido renegar de nuestra sancta fee católica»<sup>9</sup>. Consta que al mayordomo y administrador del hospital, Jerónimo Núñez de Quirós, se le entregaron a tal efecto 275 p<sup>s</sup> en 1637<sup>10</sup>.

Esta pensión, prevista para un tiempo limitado, se siguió pagando durante el gobierno de Curucelaegui<sup>11</sup>, aunque, sin que se sepa la causa, no se abonó la pensión completa: la suma total bajó a 50 p<sup>s</sup> al año:

— 1675 (AGI, *Contaduría*, 1240, fl. 127r): 50 p<sup>s</sup> a Juan Quiuso, Pablo Saiculo, Luis Sanguiche y los demás leprosos.

— 1676 (AGI, *Contaduría*, 1240, fl. 458r): 50 p<sup>s</sup> a Quiusso y Saycuro.

— 1678 (AGI, *Contaduría*, 1241, fl. 160v): 50 p<sup>s</sup> a Quiussun y Saycuro.

— 1685 (AGI, *Contaduría*, 1244, fl. 752v): 50 p<sup>s</sup> «a los pobres lázaros japones, que vinieron desterrados de su reyno por no haver querido renegar de nuestra sancta fe cathólica, a quenta de los doscientos ducados que tiene por cédula de Su Magestad de merced y limosna en cada año».

— 1686 (AGI, *Contaduría*, 1244, fl. 1168r): 50 p<sup>s</sup> «a los pobres lázaros japones etc.».

3. LOS LLEGADOS EN ARRIBADAS INVOLUNTARIAS. No siempre los navíos japoneses surgieron en Cavite de forma premeditada. En 1658 arribó derrotado a Manila un champán del Japón. Sus tripulantes

fueron muy bien recibidos y tratados con benignidad, y de ellos algunos se quedaron y se bautizaron, acariciados de los japones cristianos que había en Manila, que en aquel tiempo eran muchos y tenían su habitación en el barrio

7 Cf. «Entrada de la seráfica religión de nuestro padre San Francisco en las islas Philipinas» (Wenceslao E. RETANA, *Archivo, Archivo del bibliófilo filipino*, Madrid, 1895–1905, Vol. I, p. 49).

8 AGI, *Filipinas*, 1, n.º 273.

9 AGI, *Filipinas*, 347, libro I, fl. 1.

10 AGI, *Contaduría* 1218, fl. 881r.

11 AGI, *Escribanía*, 414A, (Autos preparatorios [...] de la residencia [...] al Sr. Almirante [...] Curucelaegui), n.º 1, fl. 466r; n.º 2 fols. 804v, 818v, 869r; 412A, (Quaderno 8 de lo librado en la real Caja), fl. 354v.

que llaman San Antón, junto al parían de los sangleyes. Los demás se volvieron a su tierra luego que el tiempo les dio lugar<sup>12</sup>.

El grande y estrafalario viajero que fue Gemelli Careri nos refirió otro caso extraordinario:

Nel 1690. una tempesta vi condusse [a Luzón] alcuni Giapponesi; i quali poi si fecero Cristiani, e si posero a servire Sua Maestà da soldati, per la pena rigurosa di morte, ch'avriano dovuto soffrire ritornando alla lor patria, dopo essere approdati ad altra terra, benche involontariamente. Vidi io di tali Giapponesi in Manila, che andavano con due vesti, larghe come sottane d' Abati e con maniche larghe & uguali. Quella di sotto era ligata con cinte, attraversate, una dalla parte sinistra, e l'altra per sopra la destra, come fanno i Cherici Spagnuoli. Le brache eran lunghe, e le scarpe a modo di zoccoli di Riformati. Portavano capelli corti, ma rasi sulla fronte, sino alla sommità della testa<sup>13</sup>.

Esta arribada forzosa no debió de ser la única. De hecho, tenemos constancia de navíos chinos procedentes de Japón que fueron arrojados a Luzón por una tormenta. Al menos, así se dijo oficialmente<sup>14</sup>.

El padre San Antonio, al referirse en el siglo XVIII a los mestizos japoneses, los hizo provenir «de los que en los años pasados han llegado a estas costas desgaritados»<sup>15</sup>.

4. LOS EMBAJADORES. Como es natural, pocas relaciones diplomáticas hubo entre Manila y Japón a raíz del comienzo de la persecución religiosa. Aún así, los anales hablan de la llegada de una embajada del rey de Arima en 1630. «Uno de los principales compañeros de los embajadores murió en Manila, y era apóstata de nuestra santa fe, y no se quiso convertir por más diligencias que se hicieron»<sup>16</sup>. En 1631 y en 1632 arribaron a Manila naves procedentes de Nagasaki, anunciando la reapertura de los puertos japoneses a las naves ibéricas. Cautamente, el gobernador Juan Niño de Távora puso en cuarentena tan halagüeñas nuevas. Hizo bien.

12 Así lo anotó fray Casimiro Díaz, OSA, (*Conquistas de las islas Filipinas [...] Parte segunda*, Valladolid, 1890, Vol. III 16, p. 560a).

13 Giovanni Francesco GEMELLI CARERI, *Giro del mondo. Parte quinta, contenente le cose più ragguardevoli vedute nell'isole Filippine*, Nápoles, 1700, Parte V, I 6, p. 64.

14 Ejemplos en Juan Gil, *Los chinos en Manila. Siglos XVI y XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011, pp. 108–10.

15 *Crónicas de la Apostólica Provincia de San Gregorio*, Sampáloc, 1741, I, p. 132 (citado por W. E. RETANA en sus notas a *Estadismo de las yslas Filipinas o mis viages por este país por el padre Fr. Joaquín Martínez de Zúñiga, Agustino calzado. Publica esta obra por primera vez extensamente anotada* W. E. Retana, Madrid, 1893, Vol. II, p. 526).

16 C. Díaz, op. cit., II 5 (pp. 263–4).

5. AVENTUREROS. Hay que contar, además, que en Manila vivieron personas de muy diferentes tipos, salidas del Japón por otros motivos: aventureros, soldados de fortuna, delincuentes, etc.

### La minoría japonesa: demografía

¿Cuántos japoneses hubo en Luzón? A principios del siglo XVII Morga<sup>17</sup> dio una respuesta bastante precisa a esta pregunta: «Quando más ay d'esta nación en Manila (que a otra parte de las islas no acuden) serán quinientos iapones; y por ser de la calidad que son, se buelven a Iapón sin detenerse en las islas, y así quedan de ordinario muy pocos en ellas». Sin embargo, en otro lugar de su obra se fija en 1500 el número de nipones residentes en la capital filipina. Por tanto, una de dos: o bien es necesario admitir una errata en el primer texto (y esto es lo que creo más probable, por lo que habría de corregir entonces 1500 en vez de 500), o bien la discrepancia se debe a que, tras la asonada de 1605, la población japonesa se redujo sustancialmente por virtud de las deportaciones forzosas.

El 17 de junio de 1606, tras hacer una descripción pormenorizada del parían de los sangleyes, el escribano Alonso Gómez procedió a hacer lo mismo con el de los japoneses. He aquí sus escuetas palabras: «Bine al parían de los japones, que está d'esta otra parte del hestero de los sangleyes, y conté las tiendas de japones que en él ay. Y paresçió aver noventa y una tiendas sin las casas y bibiendas altas»<sup>18</sup>.

Es lástima que el interés del escribano se concentrase en el exclusivo fin de hacer un pormenorizado recuento del bazar chino. Nos quedamos así sin saber exactamente cuántos japoneses, contando mujeres e hijos, había en esas tiendas y casas.

En 1608 se produjo una rebelión en el parían; tal fue la versión oficial. La revuelta fue sofocada con la muerte de «ochenta o çien xapones»<sup>19</sup> y la consiguiente quema de la alcaicería. Doscientos hombres fueron metidos en la cárcel y deportados a Japón en 1608. En 1609 fueron expulsados otros diecinueve japoneses<sup>20</sup>. Fueron años, como se ve, de grandes oscilaciones demográficas.

17 Antonio de MORGA, *Sucesos de las islas Filipinas*, madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1909 [México, 1609], p. 226.

18 AGI, *Filipinas*, 19, r. 7, n.º 105.

19 Así escribió al rey el doctor Juan Manuel de la Vega el 8 de julio de 1609 (AGI, *Filipinas*, 20, r. 3, n.º 26).

20 Cf. Juan Gil, «Una minoría: los japoneses en Manila y en Macao», en prensa en el Centro Científico y Cultural de Macau.



Otro dato tenemos, este de 1614. Cuentan las crónicas jesuitas que el padre Antonio Álvarez, con la ayuda de don Justo y don Juan, comenzó a predicar con gran fruto a los japoneses de Manila y de Cavite, «que son cerca de mil», como aseguró el padre Ledesma<sup>21</sup>.

En 1615 don Juan de Silva, visto que en Manila y en Tondo y su jurisdicción había «cantidad de xapones que viben y entienden en ser regatones y revendedores de fruta y otras cossas, en daño y perjuicio de esta república», ordenó que se hiciera un padrón de todos ellos, sin «çeceptar ninguno», en el que se registrara «el offiçio y hedad que cada uno tubiere con mucha claridad y distinción». El encargado del censo, comisionado a tal efecto el 7 de septiembre de 1615, fue una persona de confianza, el capitán Sebastián Pérez de Acuña, regidor de Manila, que se había distinguido en la lucha contra los sangleyes en 1603. Acuña, a su vez, nombró escribano a Juan López de Torres, escribano de la Guerra del campo de Manila, y por alguacil e intérpretes a Andrés de Mezquita y Juan de León, «xapones christianos e muy ladinos en la lengua castellana». A continuación el escribano y los dos oficiales juraron que cumplirían la orden a su leal saber y entender<sup>22</sup>. Terminado el censo, Acuña lo entregó al gobernador. Es una pena que este padrón se haya perdido.

El 10 de diciembre de 1619 los oidores Jerónimo de Legazpi, Echeberría y Juan de Mesa y Lugo enviaron un memorial al rey cargado de críticas al gobernador Alonso Fajardo por mil razones; entre ellas, por consentir que viviera en Manila

un gran número de xapones, la gente más perjudiçial (quando en ello no hubiera riesgo), que se puede imaginar, porque, al fin, de los sangleyes se saca dinero [...], pero los japones solo se ocupan en ser recatones y revendedores en tiendas y fuera d'ellas, de manera que, aumentándose con ellos el riesgo, no sirven de cossa alguna que buena sea<sup>23</sup>.

No sabemos, sin embargo, en qué consistía «un gran número» para los oidores; tal vez solo unos pocos centenares. Pero no cabe olvidar que Fajardo parece haber sentido especial aprecio por aquel pueblo: con él volvió a Filipinas la embajada de Hasekura, y uno de los principales japoneses de su tiempo llevó en Manila su nombre, indicio de que el gobernador fue su padrino en el bautismo. En 1621, los oidores volvieron a atestiguar

---

21 Annuæ de 1615 (P. PASTELLS y Federico NAVAS, op. cit., Vol. III, p. 240); F. COLÍN, op. cit., Vol. IV 25 (III, p. 409).

22 AGI, *Filipinas*, 47, n.º 17, fs. 9v-10.

23 AGI, *Filipinas*, 20, r. 13, n.º 94.

que había crecido considerablemente el número de nipones residentes en Luzón y que ya pasaba de los 3000, según habían oído<sup>24</sup>; lo mismo afirmó en un memorial coetáneo Hernando de los Ríos Coronel<sup>25</sup>.

El miedo a sufrir un ataque por parte de chinos y japoneses se apoderó de todos los estamentos de Manila. Es muy significativo el cambio de actitud que se observa en las cartas del arzobispo, fray Miguel García Serrano. Nada más llegar a Filipinas, y haciendo una presentación al rey de su diócesis, dio el 25 de julio de 1621 noticias no muy precisas sobre los japoneses:

Adminístranse también en la Perrochia de Santiago [Bagumbayá] y en los pueblos de Dilao y S. Miguel, que son arrabales de Manila, y en el puerto de Cavite todos los más de los japones que ay en estas yslas, algunos d'ellos casados; y aunque, por ser gente que se ba y biene a su tierra, no tiene número cierto, al presente ay de mil y quinientos arriba<sup>26</sup>.

El panorama cambió pocos días después. En otra carta escrita el 30 de julio de 1621 el obispo afinó más, llegando a hablar de que había «gran número de xapones, que no he podido averiguar cuántos ay, aunque me dizen que passan de tres mil». Por esta razón y por la gran afluencia de chinos (16 000), la ciudad había prohibido que el gobernador saliese a pelear contra la armada holandesa que se hallaba en la boca de la bahía de Cavite, «dando por razón, entre otras, que, si salía, dejava desamparada la zitudad de Manila, expuesta a voluntad de tan gran número de enemigos como avía de chinas y xapones». Y añadió el obispo: «Esto de los xapones pienso ha sido descuydo y floxedad en echarlos»<sup>27</sup>. El alarmismo de Manila llegó a inquietar en la corte. El 31 de diciembre de 1622 el rey ordenó que se restringiese el número de chinos y japoneses que había en las islas<sup>28</sup>.

Que la población nipona en la tercera década del siglo xvii alcanzara esa cifra tan aireada de 3000 almas me parece excesivo: los tres escritos pudieron haber exagerado algo en sus cálculos, llevando el agua a su molino. Sea como fuere, en los años siguientes decayó considerablemente la afluencia por las medidas restrictivas tomadas por el shogun. Su número decreció todavía más en el siglo xviii. El obispo Joaquín Martínez de Zúñiga, que

24 E. BLAIR y J. A. ROBERTSON, op. cit., Vol. XX, p. 97.

25 *Idem*, Vol. XIX, Cap. 8, p. 211.

26 AGI, *Filipinas*, 74, fl. 587r.

27 AGI, *Filipinas*, 74, fl. 636r. El arzobispo no tuvo tiempo de pensar más en estas cuestiones, al encontrar quebraderos de cabeza más próximos: en efecto, la Orden franciscana le puso ciertas dificultades cuando quiso visitar la doctrina de Quiapo y Dilao en junio de 1622 (AGI, *Filipinas*, 74, fls. 698 y siguientes y 706 y siguientes.), una visita que, de haberse efectuado, nos hubiera dado algún dato sobre los japoneses.

28 AGI, *Filipinas*, 329, libro III, fl. 8.

constató la falta de japoneses en Manila, la achacó a la persecución anticristiana, «de que resultó que se cortase enteramente el comercio entre los dos reinos»<sup>29</sup>.

### Lugares de asentamiento

Toda minoría étnica, por propia defensa, tiende a agruparse en el mismo barrio de la ciudad donde vive. No extraña, por tanto, que la mayoría de los japoneses se afincase en Manila o en sus alrededores. Las cifras totales de los mercaderes registrados en la contaduría con motivo del pago de la media annata así lo indican: estaban asentados, por orden de importancia, en Manila, Bagumbayá, Cavite y Dilao. Fue costumbre dar los pregones destinados a los japoneses en los lugares donde mayor era su concurrencia: en Dilao y Bagumbayá. Según refiere Morga<sup>30</sup>, tenían «poblazón y sitio particular fuera de la ciudad, entre el parían de los sangleyes y el barrio de Laguío, junto al monasterio de la Candelaria, donde los administran religiosos descalços de San Francisco, con lenguas que para ello tienen». Allí, en San Antón, se levantó el mercado de los japoneses, aunque después de la asonada de 1608 el gobernador prohibió que, en adelante, se volviese a levantar su parían en aquel lugar.

A pesar de estos altibajos, Dilao se convirtió en el centro de evangelización dirigido por los franciscanos, al menos desde 1587. Fue en Dilao donde, probablemente, aprendieron la lengua los misioneros que se disponían a pasar al Japón, como el padre Luis Sotelo.

Junto con Dilao, el pueblo de Bagumbayá fue la residencia preferida de los japoneses. Conocemos una demanda puesta por Salvador Xaimon, un japonés mestizo que residía con su mujer e hijos en dicho pueblo. Iba Salvador con su *banca* a la provincia de Bay, cuando el 1.º de octubre de 1682 se tropezó en Quina Butasán con el champán del capitán Fernando Castell. Lo prendió el capitán y, sin más motivo que el de no haber detenido antes la *banca*, le hizo dar cien latigazos, que estuvieron a pique de costarle la muerte<sup>31</sup>. Es muy probable que este japonés fuese uno de los buyers que traficaban en la Laguna de Bay.

---

29 W. RETANA, op. cit., 1893, Vol. I, p. 264.

30 A. MORGA, op. cit., p. 226.

31 AGI, *Escribanía*, 412C, (Quaderno 12 de diferentes querellas y demandas [...] contra [...] D. Juan de Vargas), fls. 836r y siguientes.

Por otra parte, de la activa presencia de los japoneses en Cavite da fe el testimonio del padre Aduarte<sup>32</sup>: «Hay en Cavite gran pueblo de españoles, indios, japones y chinos». En 1653 quince japoneses abrieron tienda en el puerto y otros ocho lo volvieron a hacer en 1656. Como veremos, el gobierno empleó mano de obra japonesa a la hora de efectuar la carga de los galeones.

El resto de los inmigrantes se repartió por Luzón. Unos pocos se asentaron en Pagsanján o en Pásig: debieron de ser los que se dedicaban al comercio del buyo.

### La evangelización de los japoneses

El adoctrinamiento de los japoneses se dejó por el momento en manos de los franciscanos, dado que la Compañía se negó a hacer la competencia desde Filipinas a sus hermanos de orden en Macao. Como se ha visto, «en este convento [de Dilao] se administran los christianos japoneses con su ministro japon que los administra»<sup>33</sup>. Sin embargo, a partir de la llegada de los desterrados en 1614, la Compañía de Manila soñó con tomar las riendas de la misión japonesa. Significativamente, los restos de don Justo Ucondono fueron enterrados en la iglesia del Colegio de los jesuitas<sup>34</sup>. A su vez, doña Julia y sus compañeras fueron llevadas a una casa de la Compañía en el pueblo de San Miguel, que era doctrina de la Compañía; allí vivieron encerradas hasta su muerte. Cuando falleció doña Julia († 1627), la sucedió en el cargo de superiora doña Mencía.

En 1623 los cristianos de Nagasaki solicitaron la fundación en Manila de un seminario de japoneses. El gobernador don Alonso Fajardo de Tenza, por un decreto dado el 29 de enero de 1624, asignó a la Compañía el lugar donde se habría de erigir el colegio, frontero a la plaza de armas de Laguío. Y no contento con esta adjudicación, como dotación del mismo les concedió a los jesuitas el estanco del buyo, bonga y tabaco, es decir, el monopolio de su venta. A la muerte de Fajardo, la Audiencia desechó ese proyecto, considerando dicho monopolio perjudicial para los intereses de los habitantes<sup>35</sup>.

El 15 de agosto de 1624 el arzobispo de Manila, fray Miguel García Serrano, propuso que en el Colegio de San José «se hiziese un quarto aparte

32 Diego ADUARTE, *Historia de la provincia del Sancto Rosario de la Orden de Predicadores en Philipinas, Iapón y China*, Manila, 1640. Vol. II 13 (II, p. 123). [Utilizó la edición publicada por M. Ferrero (Madrid, 1962, 2 vols.)].

33 «Entrada de la seráfica religión de nuestro padre San Francisco en las islas Philipinas» (Wenceslao E. RETANA, *Archivo, Archivo del bibliófilo filipino*, Madrid, 1895–1905, Vol. I, p. 4).

34 Trazó su biografía el padre Morejón (cf. además fl. COLÍN, op. cit., Vol. III 28 [III, pp. 434–92]). Para don Juan Naito, véase *idem*, Vol. III 29 (III, p. 494).

35 Cf. J. GIL, op. cit., 2011, pp. 132–3, 510.

de la habitación de los demás colegiales, donde estudiaran algunos de los japoneses, sustentándose con las rentas de una de las encomiendas que vacaren», para que en el futuro saliesen de sacerdotes<sup>36</sup>. Para aumentar las rentas del Colegio, el rey le concedió los derechos del pasaje del parían a la orilla de enfrente<sup>37</sup>. En 1637, bajo los auspicios del gobernador Sebastián Hurtado de Corcuera, se habían gastado más de 50 681 p<sup>s</sup> en su construcción<sup>38</sup>, pero no consta que se llevara a efecto la propuesta de fray Miguel.

### Oficios y profesiones

Hay noticias esporádicas sobre el género de vida que llevaban los japoneses en Filipinas y sobre el modo en que se ganaban su sustento. En su mayor parte, estos datos se refieren a comerciantes. Sabemos que en 1611 cuatro japoneses fueron multados con 45 p<sup>s</sup> por haber comprado cantidad de seda cruda de contrabando<sup>39</sup>. En el mismo año unos japoneses regatones de tabaco tuvieron que pagar otros 20 p<sup>s</sup>, condenados por el licenciado Rodrigo Díaz Guiral<sup>40</sup>. No faltaron arrepentimientos tardíos por la falta de honradez. Un japonés entregó en 1606 a la real Hacienda, por mano de un religioso, 6 p<sup>s</sup> por 200 p<sup>s</sup> de seda cruda que se había llevado a su tierra sin pagar los derechos preceptivos<sup>41</sup>.

Durante el gobierno de Sebastián Hurtado de Corcuera, el comercio del buyo —el bétel— estuvo en manos de alcabaleros japoneses, que lograron hacerse con su monopolio ofreciendo, a cambio, una suma de 1500 p<sup>s</sup> anuales a la real Hacienda. La compañía quedó constituida por los «xapones del pueblo de Dilao», aunque quienes llevaron la voz cantante en la sociedad fueron, de 1638 a 1643, Juan Esquisaimo (o Esquisamo) y Lorenzo Pobre, y de 1643 en adelante, Juan Pérez, Juan Quitsimon y Miguel de Silva, que subieron la puja por el buyo a 12 000 p<sup>s</sup> al año. El comercio cayó después, como siempre, en poder de los chinos, un grupo mucho más poderoso económicamente<sup>42</sup>.

36 Isacio R. RODRÍGUEZ, OSA., *Historia de la provincia agustiniana del Smo. Nombre de Jesús de Filipinas*, vols. XVI, XVII y XVIII, Ediciones Estudio Agustiniiano, Valladolid, 1983, 1984 y 1986, respectivamente, Vol. XVI, p. 318.

37 *Idem*, p. 337.

38 P. PASTELLS y Federico NAVAS, op. cit., Vol. III, p. 758.

39 AGI, *Contaduría*, 1209, fl. 447r.

40 AGI, *Contaduría*, 1209, fl. 447v.

41 AGI, *Contaduría*, 1207, fl. 103r.

42 Sobre este particular, Juan GIL, «El estanco del buyo. Un negocio japonés en Filipinas» in Georges Martin, Araceli Guillaume-Alonso y Jean-Paul Duviols, *Le monde hispanique. Histoire des fondations. Hommage au Professeur Annie Molinié-Bertrand*, PUPS, 2011b, pp. 433-4; J. GIL, op. cit. 2011a, p. 510.

Miguel de Silva, un hombre emprendedor que, después de ser gobernador de los japoneses en 1630, logró el privilegio de ceñirse la catana en 1635, siguió haciendo negocios: en 1644, asociado de nuevo con su compatriota Juan Pérez, alquiló el solar del antiguo parían de los sangleyes por 1000 p<sup>s</sup> al año, quizá con intención de poner allí su propio mercado; el arrendamiento había de durar cuatro años<sup>43</sup>. Ignoro el final que pudo tener aquella inversión; en cualquier caso, en 1655 Silva abrió tienda en Pásig, lo que parece indicar que fracasó.

Los mercaderes japoneses asentados en Luzón proveyeron asimismo de diversos géneros a los almacenes reales. En 1658 Domingo de la Cruz, a quien veremos más adelante afinado en Bagumbayá, los surtió de hierro<sup>44</sup>. En 1695 el capitán don Juan Cruzaymo les vendió «tres resones de hierro» que pesaron 7 picos y 65 libras, a razón de 6 p<sup>s</sup>, 3 t<sup>n</sup>, 2 g<sup>r</sup> el pico (en total, pues, 47 p<sup>s</sup>, 6 t<sup>n</sup>, 9 g<sup>r</sup>)<sup>45</sup>.

Otros nipones ejercieron oficios más humildes, ganándose la vida con el trabajo de sus manos. Así, el 31 de enero de 1604 Miguel García «xapón» recibió 13 p<sup>s</sup>, 6 t<sup>n</sup> por limpiar 20 cestos de arroz por orden de Juan Suárez Gallinato<sup>46</sup>. Juan japonés sirvió de cagayán (¿carpintero?) durante 18 meses (1.º de agosto de 1608–31 de julio de 1610), recibiendo 36 p<sup>s</sup> de salario<sup>47</sup>. El 27 de agosto y el 30 de septiembre de 1616 se libraron sendos pagos de 228 p<sup>s</sup> a Vicente Famanda, japonés, por el sueldo de 55 japoneses que habían trabajado dos meses (23 de agosto–23 de octubre) en Cavite<sup>48</sup>. Otros 60 japoneses trabajaron durante 43 días en el mismo puerto cargando la artillería en las naves<sup>49</sup>.

Algunos japoneses, en fin, vivieron como criados. Más noticias tenemos sobre los tenderos, a los que conviene dedicar su propio apartado.

43 Cf. J. GIL, op. cit., 2011a, p. 154.

44 AGI, *Contaduría*, 1233, fl. 139v.

45 AGI, *Contaduría*, 1250, fl. 238v. No es infrecuente hallar en la Contaduría menciones a géneros japoneses existentes en el comercio interno. Los más vendidos fueron las balas de plomo (AGI, *Contaduría*, 1203, fl. 44r: 733 arrobas y 22 libras y media de balas de plomo del Japón; 1204, fl. 145r: se pagaron 50 pesos por balas de plomo de Japón) y el cáñamo (AGI, *Contaduría* 1203, fl. 59r: 1667 arrobas de cáñamo del Japón). Pero también hay menciones a arcabuces (AGI, *Contaduría*, 1207, fl. 389r: Gaspar Álvarez, mayordomo del Hospital real, vendió en 1607 a los oficiales reales 16 «arcabuces de Castilla [...] y otro de Xapón» por 142 pesos, 4 t<sup>n</sup>) y a plata: el 8 de enero de 1611 había en la real Caja 924 taes de plata «de faybuque» del Japón, equivalentes a 1256 pesos y 6 reales (AGI, *Contaduría*, 1209, fl. 416r).

46 AGI, *Contaduría*, 1206, fl. 325r.

47 AGI, *Contaduría*, 1209, fl. 222v.

48 AGI, *Contaduría*, 1208, fl. 185r

49 AGI, *Contaduría*, 1211, fl. 151v.

## Los tenderos

Gracias al pago del impuesto de la media annata, conocemos los nombres de los japoneses que a lo largo del siglo xvii abrieron tienda en Manila, Dilao, San Antón, Bagumbayá y otros pueblos. El gobierno impuso, en efecto, que los empresarios abonasen un tanto para obtener el correspondiente permiso gubernativo de apertura del negocio. Antes de proceder al examen de esta documentación, conviene hacer dos advertencias. En primer lugar, hubo años en que no se concedieron licencias. Es natural que así ocurriese durante las sublevaciones de los sangleyes (1638, 1661); a su vez, los graves paréntesis de 1672–1682, 1684–1686 y 1688–1700 se explican por la calamitosa situación de la economía filipina. En segundo término, se acumularon los permisos durante algunos gobiernos: así, durante los años de Manrique de Lara (1653–1663) se concedieron nada menos que 74 licencias. Es evidente que tamaña profusión fue fruto muy pensado de una política favorable a los intereses de los japoneses. He aquí el cuadro total de licencias concedidas.

1636	1637	1638	1639	1640	1641	1642	1643	1644	1645	1646	1647	1648	1649	1650
5	9	–	1	0	11	4	–	17	5	–	1	1	16	–

1650	1651	1652	1653	1654	1655	1656	1657	1658	1659	1660	1661	1662	1663	1664
–	1	–	16	9	6	13	16	2	3	8	–	1	–	10

1665	1666	1667-1668	1669	1670	1671	1672-1682	1683	1684-1686	1687	1688-1700
–	1	2	1	–	3	–	2	–	6	–

Las licencias, que en un principio se concedieron por ocho años, costaban 8 pesos (es decir, un peso por año); a partir de 1642 se restringió su duración a seis años; a partir de 1648, a cuatro y, a partir de 1654, a dos, reduciéndose el pago proporcionalmente a 6, 4 y 2 pesos. Después se dispararon los precios, a veces caprichosamente.

Por lo general, en las tiendas que regentaban estos japoneses se despachaban comestibles y fruta, aunque en algunas de ellas se vendía vino, sin duda el llamado «blanco de la tierra» (así, en once comercios). A Miguel de la Cruz y a Juan Imuy, residentes el primero en Bagumbayá y el segundo en Dilao, les podemos seguir la pista a través de la documentación: ambos pidieron permiso para poner una tienda de géneros comestibles y vino blanco; el primero —que obtuvo permiso para llevar catana en 1635—, lo hizo en 1644 y 1649; pero en ese mismo año —si se trata del mismo personaje— abrió tienda en Dilao, tienda que siguió regentando en 1656, 1660 y 1664, alter-

nando el comercio con su oficio de capitán de la compañía de japoneses; el segundo abrió el negocio en 1655, 1657, 1662 (y probablemente en 1664, si es que se lo debe identificar con el homónimo mestizo de japon).

Juan de la Cruz, que logró permiso para llevar catana en 1635, fue un hombre acomodado, que puso tienda en Manila en 1641. En 1658 se le dio permiso para ir a Siam con su mujer, Marcela, y tres esclavos.

Veamos ahora los nombres de estos comerciantes y su distribución geográfica<sup>50</sup>:

— MANILA (38): 1636: Jacinto Sosi, Juan Youi, Miguel Tomanga, Francisco de Aguilar, Lorenzo Cas. 1637: Antonio. 1641: Domingo Xenquez, Juan Coymon, Miguel de Sessa, Juan de Sessa (1645: llamado ahora Juan de César), Juan Menorez, Juan de la Cruz, Domingo de Sossa, Gaspar de Comoy, Juan Manso, Domingo de Acosta. 1644: Mansoligay (¿Juan Manso?), Pascual Hichiquin, Matías Cuyamon (1649: Matías Cuymon), Domingo de Ramos, Juan Sochachi, Juan Sosti, Juan García, Antonio Conbinto, Juan de la Cruz. 1645: Juan Quiuxcio. 1649: Juan de Sosa (1654: probablemente Juan de Sessa/César), Gaspar Tosaymo (¿Gaspar de Comoy?), Juan Luis, Andrés Sanguin (1654, 1659: Andrés Sagun; 1668: Andrés Sanguichi). 1651: Pablo Guinay. 1654: Juan de la Cruz, Alexo Sencha. 1656: Juan. 1657: Miguel Sagun (quizás Andrés Sagun). 1664: Pedro de la Cruz (1666, 1669, 1671) e Ignacio del Rosario (1667, 1671). 1668: Domingo de Paiz.

— DILAO (19): 1641: Antonio Quioyamon, Luis Yosaymon, Melchor, Tomé Ginca. 1649: Miguel Sánchez, Lorenzo Jerónimo, Miguel de la Cruz (1656, 1660, 1664). 1655: Juan Imuy (1657, 1662, 1664), Lucas de Sossa. 1656: Tomé de San Antón, Miguel Hernández. 1657: Pedro Crisóstomo. 1660: Francisco Gouco. 1683: José de la Cruz. 1687: Tomé de la Cruz, Benque Niemon, José de la Cruz, Juan Pérez, Ignacio Quiemon.

— SAN ANTÓN (3): 1639: Tomé Cagyoy. 1649: Diego Jacobo (1654, 1655). 1657: Tomé Caheoy.

— BAGUMBAYÁ (26): 1637: Martín de Nagasaki, Pedro Palacio, Antonio Sumçio, Juan Suychu, Juan Cacusque. 1644: Tomás Suyamon, Miguel de la Cruz (1649; en ese año se trasladó a Dilao), Francisco Herrero, Domingo Tachiqui, Martín Ichico, Pedro Ichiui, Tomé Yaychi, Tomé Maymay. 1645: Juan Causquit, Juan Niamon. 1649: Pedro Caravallo (1654). 1654: Lorenzo, Miguel de Santa Cruz. 1656: Domingo de la Cruz (1660), Domingo de Palacios. 1658: Domingo Sosar. 1659: Juan Álvarez.

50 En 1800 había «mestizos chinos, japoneses y españoles» en Batangas, como informó fray Joaquín MARTÍNEZ de ZÚÑIGA (W. E. RETANA, op. cit., 1893, Vol. I, p. 153).



1660: Tomé de San Antón. 1664: Salvador Francisco. 1683: Pedro de la Cruz. 1687: Juan Bautista<sup>51</sup>.

— BINONDO (2): 1637: Luis Cirucani, Simón Choyman.

— CAVITE (21): 1653: Pedro Caymon, Domingo Sánchez, Matías José, Jácome Denco, Ruíz Cacusán, Juan Dexen, Juan Chosa, Pedro Gisen, Juan Chobi, Juan Yncensa, Juan Yayemo, Miguel Choc, Miguel Churda, Gaspar Frecto, Domingo Siquiche. 1656: Juan Aymon (1657: Gaymon), Felipe Álvarez (1657), Miguel de Pineda (1657), Francisco Ysaymo (1657: Ysaymon), Matías Yosaymon (1657: Yusamo). 1657 Miguel Gonzaca.

— PAGSANJÁN (1): 1654: Miguel Muñoz.

— PÁSIG (¿4?): 1655: Miguel de Silva, Pedro Cayche y Juan Quiosiru, llamados en 1657 Miguel de la Cruz, Pedro Chuichi y Juan Coziro. 1660 Pedro Martín, Juan de la Cruz y Juan Quiopssa (sin duda Juan Quiosiru/Coziro). 1664: Jacobe de la Cruz (¿Juan de la Cruz?) y Juan Quiusuy (sin duda Juan Quiosiru/Coziro/Quiopssa).

Como se ve, en la contaduría de Manila quedaron registrados unos 114 comerciantes. Algunos apellidos parecen revelar un relación especial con portugueses, probablemente sus padrinos en el bautismo: Sousa, Carvalho, Paiz, quizá Silva y Frecto (¿Freitas?). Otros recuerdan a los grandes misioneros: el apellido de Pobre.

No pocos de estos japoneses —quizá la mayoría— fueron mestizos. Las fuentes así lo indican expresamente en el caso de Lucas de Sosa, Pedro Martín, Miguel de la Santa Cruz, Juan Imuy de la Cruz, Ignacio del Rosario, Salvador Francisco, José de la Cruz, Pedro de la Cruz, Tomé de la Cruz, Benque Niemon, Juan Pérez e Ignacio Quiemon. Menos tres (Juan Álvarez, Ignacio del Rosario y Pedro Martín), todos los demás vivían en Dilao, un hecho que indica la profunda raigambre que tenía la colonia japonesa en ese pueblo, pues los mestizos citados debían de ser ya miembros de la segunda o la tercera generación. En otras ocasiones se indica que eran «criollos», esto es, nacidos en Luzón: tal era la condición de Domingo de Paiz, «criollo de japon», Juan Álvarez, «criollo mestizo de Japón» y Juan Bautista, «criollo japon», los dos últimos residentes en Bagumbayá.

Algunos de estos japoneses alcanzaron grandes privilegios. No pocos, en efecto, obtuvieron licencia para ceñirse la catana<sup>52</sup>, prueba evidente de que al resto de la población nipona se le había prohibido el uso de las armas a fin

51 Como recuerdo en J. Gil, op. cit. 2011a, p. 534, en «el pueblo de Bagumbayá y barrio del Madero se hizo una notificación judicial en 1685 al japonés Salvador (AGI, *Escribanía*, 411B, [Quaderno 5 de cargos y descargos de [...] Juan de Vargas], fl. 483r)».

52 Así se hizo en 1635 (AGI, *Contaduría*, 1217, fl. 966v).

de atajar incidentes sangrientos. Llama la atención, sin embargo, que estos permisos se concedieran solo bajo la gobernación de Sebastián Hurtado de Corcuera. En efecto, en 1635 se dio licencia de llevar armas a veinticinco japoneses y en 1636 a uno. Repárese, además, en que Corcuera les concedió otro gran privilegio: poder asentar su residencia dentro de la ciudad, sin necesidad de salir de intramuros por la noche.

Llama la atención el hecho de que, entre estos comerciantes, hubiera catorce mujeres que se dedicaban asimismo al comercio. Son las siguientes:

- MANILA (5): Potenciana de Salazar (1637); Clara del Rosario (1647, 1648, 1649), Esperanza de Molina (1649), Dominga López (1654, 1657, 1659, 1667, 1671), Inés de Mendoza (1664).
- DILAO (4): María de la Cruz (1645, 1649), Dominga Ramírez (1649, 1658, 1664), Luisa de Silva (1660), Catalina de la Cruz (1664).
- BAGUMBAYÁ (1): Marta de la Cruz (1649, 1654).
- CAVITE (4): María Herrer (1653), Catalina Vega, viuda de Juan Choche (1656), Sabina de la Cruz, mujer de Domingo Sanchuna (1656, 1657), María de la Cruz ¿la mujer establecida antes en Dilao? (1656, 1657).

También estas «japonesas» debieron de ser en su mayor parte mestizas: lo era Dominga Ramírez, vecindada en Dilao. Recuérdense que uno de los mártires del Japón, Antonio, nació en Nagasaki de «padre chino y madre japona»<sup>53</sup>. Si ya en suelo japonés se produjeron matrimonios de este tipo, huelga decir que la posibilidad de uniones mixtas se acrecentó hasta el infinito en Luzón. De Catalina Vega consta que era «morena». De color pardo era una mujer libre llamada Juana, casada con el japonés Jacinto de León, que obtuvo permiso para ir a reunirse con su marido en Macassar<sup>54</sup>. Tenemos noticia del matrimonio de otra japonesa, probablemente mestiza, con un chino<sup>55</sup>.

### Cargos militares

Todos los imperios han engrosado con extranjeros las filas de su ejército. Así lo hicieron en la Antigüedad los persas y los romanos, y su ejemplo fue seguido en la Edad Moderna por las diversas potencias coloniales

53 Marcelo de RIBADENEYRA, *Historia de las islas del archipiélago y reynos de la gran China, Tartaria, Cuchinchina, Malaca, Sián, Camboxa y Jappón*, Barcelona, 1601, Vol. VI 14, p. 609. (Utilizo la edición modernizada de Juan R. de Legísima, Madrid, La Católica, 1947.)

54 AGI, *Contaduría*, 1233, fl. 425v.

55 Una anécdota milagrosa sobre este matrimonio cuenta D. ADUARTE: a la mujer, que rezaba por que no volviese a España su confesor, fray Tomás Mayor, se apareció la Virgen anunciándole que no se iría (op. cit., Vol. I, pp. 27, 177-9).

europas. En las expediciones emprendidas por los españoles tomaron parte desde fecha muy temprana los japoneses. Consta que así fue en la jornada de Camboya<sup>56</sup>. En 1603 una compañía de trescientos japoneses fue con Cristóbal de Azqueta en alcance de los chinos rebeldes<sup>57</sup>; han de ser los que combatieron con Juan Suárez Gallinato en defensa de la ciudad, cuyo número calculó en cuatrocientos Miguel Rodríguez Maldonado<sup>58</sup>. Una tropa de cien japoneses combatió asimismo contra los chinos en la gran revuelta de 1639<sup>59</sup>.

Al igual que los mestizos chinos, los japoneses ocuparon con el tiempo cargos militares en Luzón. Hubo una compañía de infantería nipona en Manila-Dilao y, con el paso de los años, otra compañía sirvió en Tondo. Miguel de la Cruz, un hombre importante a quien hemos visto durante varios años abrir tienda en Dilao, fue teniente de gobernador en 1644 y gobernador en 1647; al año siguiente fue nombrado capitán de una de estas compañías, cargo que desempeñó hasta su muerte (1648–1663). Otro residente en Pásig, Ignacio Quiemon, un mestizo, alternó las armas con la mercadería: abrió tienda en Dilao en 1687. También Pedro Martín fue comerciante en Pásig (1660) antes de convertirse en alférez.

Presento a continuación, según los datos de que dispongo, los nombres de los oficiales de estas compañías japonesas, tanto en Manila como en Tondo:

- 1648. Miguel de la Cruz fue nombrado capitán de infantería de los japoneses de Manila. Fue su alférez Juan de Seofache y su sargento Domingo Cansaco (AGI, *Contaduría*, 1227, fl. 70r).
- 21 de octubre de 1663. Jacobo Songuimoto, japonés, metió en la real Caja 15 pesos por la media annata de haber sido nombrado «capitán de la compañía de infantería de los japoneses que residen en el pueblo de Dilao [...], en lugar y por muerte del capitán Miguel de la Cruz» (AGI, *Contaduría*, 1236, fl. 343v).
- 11 de agosto de 1683. Pedro Martín, «de nación japonés», metió en la real Caja 10 pesos por haber sido nombrado «alférez de la compañía de infantería de los de su nación que sirve en la jurisdicción de Tondo» (AGI, *Contaduría*, 1244, fl. 42v).

---

56 A. MORGÁ, op. cit., p. 141.

57 *Idem*, *Sucesos*, p. 154.

58 *Relación verdadera del levantamiento de los sangleyes*, Sevilla, 1606. Sobre la reacción de los japoneses ante el alzamiento de los sangleyes, cf. J. GIL, op. cit. 2011a, pp. 479, 540–1.

59 Cf. J. GIL, op. cit. 2011a, p. 503.

— 28 de noviembre de 1690. Ignacio Quiemon, nombrado «capitán de xapones», metió en la real Caja 20 pesos por la media annata de su salario (AGI, *Contaduría*, 1247, fl. 86v).

Otros japoneses sirvieron como policías. Juan Gurubi, japonés, fue alguacil de la Santa Hermandad<sup>60</sup>. Pagó de media annata 5 pesos.

Todos los autores están de acuerdo en alabar la fogosidad y el brío del pueblo japonés, además de ponderar otras virtudes (inteligencia y lealtad, limpieza y aseo<sup>61</sup>). «Son muy valientes, atrevidos y crueles y temidos de los chinos», afirmó en 1588 el padre Manrique, quien propuso conquistar la China valiéndose de su apoyo<sup>62</sup>. En 1605, el gobernador Pedro de Acuña los tachó de «muy balientes hombres y que temen poco la muerte, y son amigos de andar en la guerra, y su condición es cruelísima y feroz, y naturalmente ladrones»<sup>63</sup>. La Audiencia criticó en 1608 su «condición áspera y sobervia»<sup>64</sup>. No hace falta acumular más pareceres: todos coinciden.

Las fuentes proporcionan algunos ejemplos de peligrosos incidentes provocados por su innata y fiera valentía. En 1614 se produjo una riña entre un japonés y el criado negro de un portugués a bordo del navío que llevaba a Manila a los desterrados del Japón. La pelea hubiera terminado mal, pues los japoneses hacían piña con su coterráneo, si no hubiese intervenido don Justo Ucondono, ante cuya autoridad se aquietaron los ánimos<sup>65</sup>. En 1620 el portugués Agustín Lobato fue asesinado en Malaca por un japonés<sup>66</sup>.

La belicosidad de los japoneses tuvo siempre en vilo al gobierno de Manila. Así lo demuestran sus recelos y precauciones. Curiosamente, sin embargo, en los grandes levantamientos de los sangleyes (1603 y 1639) los japoneses se pusieron del lado de los españoles y los ayudaron eficazmente a reprimir la sublevación. La enemistad de los japoneses con los chinos fue manifiesta. Según Morga<sup>67</sup>, una de las razones que provocaron el levantamiento de 1603 fueron los malos tratos dados a los chinos por los indígenas, los japoneses y la soldadesca: «Los naturales [los tagalos], los iaponeses y soldados del campo» les quitaban lo que tenían y los llamaban «perros traydores».

60 AGI, *Contaduría*, 1218, fl. 941v.

61 «Hazen asco de ver escupir en los suelos» (F. COLÍN, op. cit., Vol. IV 430 [III, p. 430]), un punto ya destacado por Sande-Valignano en su *De missione legatorum Iaponensium*.

62 I. RODRÍGUEZ, op. cit., Vol. XV, p. 322.

63 Carta al rey del 7 de Julio de 1605 (AGI, *Filipinas* 7 r. 1, n.º 25).

64 I. RODRÍGUEZ, op. cit., Vol. XVI, p. 106.

65 F. COLÍN, op. cit. IV 28, 4 (III, p. 486).

66 Cf. A. H. de Oliveira MARQUES (ed.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Vol. 1, Tomo I, («Em torno de Macau»), Fundação Oriente, 1998, p. 535.

67 A. MORGA, op. cit., p. 149.

Si la combatividad de los japoneses los llevó a enfrentarse a los miembros de otras etnias, también entre ellos mismos se produjeron pendencias en las que corrió la sangre. De uno de estos tristes incidentes da noticia la contaduría:

Gaspar Sancho, xapón [...], murió estando preso por haver muerto a Gaspar Chiquichi, japon. Y por sentençia de los señores de la real Audiencia fue condenado el dicho matador en perdimiento de la mitad de sus bienes, que valieron los dichos noventa y dos pesos, y la otra mitad a la muger del muerto<sup>68</sup>.

Sancho es un apellido que llevaron muchos tenientes de gobernador, luego es de suponer que Gaspar perteneciese a una familia acomodada. Sin embargo, el total de sus bienes no alcanzó sino una suma de 184 pesos, una cantidad bastante exigua para tratarse de un hombre de postín.

Hombres valerosos y amantes de la lucha como eran, no vacilaron los japoneses en alistarse bajo otras banderas<sup>69</sup>. En 1622, en el ataque que lanzaron los holandeses contra Macao, combatió con ellos «huma bandeira de Japões», de los que murieron doce o trece peleando<sup>70</sup>. Los ejemplos podrían multiplicarse.

### La administración de los japoneses

Al igual que los chinos, los japoneses establecidos en Luzón estuvieron regidos por un «governador de los japoneses». Las fuentes hablan de un «governador del pueblo de Dilao», por lo que cabe suponer que, además de existir tal cargo en Dilao, con jurisdicción probablemente sobre Manila, lo hubiera también probablemente en Cavite. En buena parte estos prohombres medraron al amparo de gobernadores o de miembros de la Audiencia, como indican los nombres tomados en el bautismo: don Alonso Fajardo, Juan Antonio de Vega. De la cuantía de su fortuna da testimonio el hecho de que tanto Miguel de Silva como Juan Esquisamo fuesen socios importantes en la compañía del buyo. Cuando se tomó la residencia al gobernador español, también ellos se vieron obligados a rendir cuentas de su actuación.

He aquí la lista de los gobernadores que conozco:

— 1606. Luis Gómez (AGI, *Contaduría*, 1207, fl. 103r).

— 1620. Don Alonso Fajardo y Ocsaba (AGI, *Contaduría*, 1210, fl. 13v).

Sobre este personaje, gran mercader asimismo, cf. J. GIL, *Hidalgos y samurais*, pp. 443–5.

68 AGI, *Contaduría*, 1212, fl. 6r. Los pesos entraron en la real Caja el 12 de marzo de 1630.

69 I. RODRÍGUEZ, op. cit., Vol. XVI, p. 93.

70 Elsa PENALVA y Miguel Rodrigues LOURENÇO (eds.), *Fontes para a História de Macau no Século XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009, p. 353.

— 1627. Juan Antonio de Vega. Se le pagaron 344 pesos en nombre de 60 japoneses que habían trabajado 43 días por orden del gobernador español en el puerto de Cavite en cargar la artillería en las naves (AGI, *Contaduría*, 1211, fl. 151v).

Jacobo Firando. Al tomarle el juicio de residencia, el capitán Pedro Girón, alcalde mayor de Tondo, lo condenó a pagar 24 pesos, que Firando ingresó en la real Caja el 27 de enero de 1632 (AGI, *Contaduría*, 1213, fl. 678v). El 27 de enero de 1632 metió otros 123 pesos por el mismo concepto (AGI, *Contaduría*, 1214, fl. 34v).

— 15 de diciembre de 1630. Miguel de Silva. Pagó 12 pesos de media annata (AGI, *Contaduría*, 1219, fl. 63r).

1639. Juan Tete Manço (Manso), «governador de los japones del pueblo de Dilao» con Miguel Yamat por teniente y Gaspar Quiusiu por escribano (AGI, *Contaduría*, 1219, fl. 20r). Murió combatiendo a los chinos en 1639. El 14 de julio de 1642 su viuda, María del Carmen, pagó 4 pesos de media annata «de la merced que se le hizo de resservarla de pagar tributo y repartimientos por haver muerto el dicho su marido en la guerra de los sangleyes» (AGI, *Contaduría*, 1222, fl. 75v; J. GIL, *Los chinos en Manila*, pp. 506–7).

— 1640. Juan Manzano (¿Manso?; pero diferente del Juan Manso que murió en 1639), con Miguel Sánchez (*sic*; ha de ser Sancho), por teniente (AGI, *Contaduría*, 1220, fl. 17r). Puso tienda en Manila en 1641.

— 1641. Miguel Yoyamon (AGI, *Contaduría*, 1221, fl. 52v).

— 1642. Mateo Cuyamon, con Miguel Camanda por teniente (AGI, *Contaduría*, 1222, fl. 111v). Un Matías Cuyamon, sin duda el mismo personaje, residió en Manila, donde abrió una tienda en 1644.

— 1643. Juan Manso, con Miguel Sancho por teniente y Juan Hiosaco por escribano (AGI, *Contaduría*, 1224, fl. 35r).

— 1644. Juan Magoui, con Miguel de la Cruz por teniente y Antonio Yayro por escribano (AGI, *Contaduría*, 1224, fl. 86r)

— 1645. Lorenzo Pobre, con Miguel Sancho por teniente y Juan Yosaco por escribano (AGI, *Contaduría*, 1224, fl. 79v).

— 1646. Juan Esquisayno, con Miguel Sancho por teniente y Juan Yosac por escribano (AGI, *Contaduría*, 1225B, fls. 77v–78r).

— 1647. Miguel de la Cruz, con Sancho Diemo por teniente e Ignacio Chinquiche por escribano (AGI, *Contaduría*, 1226, fl. 71v).

Es digno de notar que algunos cargos fueron desempeñados por la misma persona durante varios años: el de teniente, por Miguel Sancho; y el de escribano, por Juan Yosaco (Hiosaco, Yosac).

## Pago de tributos

Los japoneses residentes en Manila y su comarca estuvieron sometidos al pago de un tributo anual, que corría del 31 de agosto al 31 de agosto siguiente. Según el padre San Antonio<sup>71</sup>, los «mestizos japones», como «más estimados y privilegiados», pagaban la mitad de lo que pagaban los mestizos chinos. Sin embargo, ningún documento de los que he consultado precisa la cuantía de esta capitación, que en los años 1633 y 1634 rondó los 185 y los 188 p<sup>s</sup> respectivamente, una cantidad pequeña. En 1699 la Orden dominica abonó 1 p<sup>s</sup>, 2 t<sup>n</sup> por el tributo de «tres criollos japones» que tenía en la hacienda de Viñán<sup>72</sup>. Como el pago no se repite en 1700, resulta imposible discernir si con esa consignación se satisfizo el tributo de un año o de más tiempo; a la segunda solución apunta el hecho de que la suma no sea divisible por tres. La recaudación estuvo a cargo de españoles importantes (el alcalde mayor de Tondo don Cristóbal de Lugo, el almirante Ezquerro), que después delegaron la tarea efectiva del cobro en subordinados. Conocemos el nombre de uno de estos cobradores: Tomás de Leiva. En la segunda mitad del siglo XVII se unió su tributo al pagado por los chinos cristianos y mestizos. Ello prueba que eran pocos; su reagrupación fiscal con los sangleyes cristianos, por otra parte, parece indicar que, en su mayoría, si no en su totalidad, profesaban la religión católica.

He aquí los datos que he podido reunir sobre este particular:

- 1627. El 27 de agosto Tomás de Leiva metió en la real Caja 217 p<sup>s</sup>, 5 t<sup>n</sup> «de la cobrança que hizo de los tributos y situados reales de los japones d'esta çiudad y su contorno» (AGI, *Contaduría*, 1211, fl. 13v).
- 1631. Nicolás de la Isla Farfán se hizo cargo de los tributos y situados de los japoneses. Fue alcanzado en 54 p<sup>s</sup>, 6 t<sup>n</sup>, 4 g<sup>r</sup> (AGI, *Contaduría*, 1212, fl. 364r).
- 1633. El 11 de enero don Cristóbal de Lugo y Montalvo, alcalde mayor de Tondo, metió en la real Caja 185 p<sup>s</sup>, 3 t<sup>n</sup>, 7 g<sup>r</sup> por el alcance que el mismo se hizo de los tributos de los japoneses de Manila de un año, cumplido en agosto de 1632 (AGI, *Contaduría*, 1214, fl. 247r).
- 1634. El mismo don Cristóbal de Lugo ingresó en la real Caja 188 p<sup>s</sup>, 7 t<sup>n</sup>, 1 g<sup>r</sup> por la cuenta que terminaba en fin de agosto de 1633 (AGI, *Contaduría*, 1216, fl. 77v). Por poder de Lugo, Tomás de Leyva se encargó del

71 I, p. 132 (citado por W. E. RETANA: *Estadismo de las yslas Filipinas o mis viages por este país por el padre Fr. Joaquín Martínez de Zúñiga, Agustino calzado. Publica esta obra por primera vez extensamente anotada W. E. Retana*, Madrid, 1893, Vol. II, p. 526).

72 AGI, *Contaduría*, 1253, fl. 91v.

cobro de los tributos reales de la costa de Manila, japoneses, vagamundos y negros libres y pueblo de Santa Ana (AGI, *Contaduría*, 1216, fl. 18r).

— 1635. El 19 de diciembre el almirante don Francisco Ezquerro metió en la real Caja 79 p<sup>s</sup>, 7 t<sup>n</sup> a cuenta de los tributos y situados de los japoneses de Manila y su tierra por el año que se cumplió en agosto de 1635 (AGI, *Contaduría*, 1217, fl. 144r).

— 1652. Jerónimo Livag fue escribano de la cobranza de los tributos y situados reales de los japoneses, sangleyes cristianos y mestizos (AGI, *Contaduría*, 1231, fl. 72v).

Con tan pobres mimbres es difícil llegar a certezas. El hecho de que algunos españoles se especializasen en el cobro de estos tributos se debe, probablemente, a que tenían mayor trato con los japoneses.

En conclusión: una parte de la minoría japonesa, al revés que la china, fue muy mimada por los gobernadores (Alonso Fajardo, Juan Niño de Távara, Sebastián Hurtado de Corcuera, Diego Fajardo, Sabiniano Manrique de Lara). Así lo demuestran los privilegios que le fueron concedidos, normalmente de índole económica (ayudas de costa), pero también indicativos de la honda relevancia social que tenían (permiso de llevar catana). Bien es verdad que los agraciados con tales deferencias eran ya en su patria personajes de nota, por lo que estaban aureolados de un prestigio y de un empaque que faltaron siempre a la comunidad china. Para colmo, habían tenido que abandonar su país por su fidelidad a la fe cristiana, haciendo gala de una virtud, la firmeza, que tampoco fue característica de los chinos.

Buena parte de los japoneses se dedicó al pequeño comercio; otros aspiraron a más, alcanzando un efímero éxito con el estanco del buyo. Como indican sus nombres, estaban bautizados en su mayoría.

Junto con la aristocracia exiliada y los mercaderes convivieron también no pocos desheredados de la fortuna. Un cierto número de aventureros apátridas constituyó una población más o menos flotante en Manila y sus alrededores. Era gente sin raíces que ofrecía sus servicios acá y acullá y que llegó a ser deportada a su lugar de origen (así en 1608) por el peligro que representaban para la seguridad del común.

En cambio, los «mestizos de japon», cristianos por regla general, parece que se insertaron sin problemas en la vida manilense; en cualquier caso, no inspiraron recelos al gobierno, que les dejó cursar sin obstáculos la carrera militar.



A pesar del mayor aprecio de que gozaron, todos los japoneses estuvieron sometidos al mismo tipo de administración que los chinos, lo que implicaba tener su propio gobernador y ministros; y, como los chinos, tuvieron que pagar un impuesto.

### Apéndice documental<sup>73</sup>

#### A. PAGO DE MEDIA ANNATA POR APERTURA DE TIENDAS

##### 1636 (AGI, *Contaduría*, 1218)

- Jacinto Sosl (1.º de marzo): 12 p<sup>s</sup> para «vivir y tener tienda en esta ciudad», sin especificación de tiempo (fl. 41v).
- Juan Youi (8 de abril): 12 p<sup>s</sup> para «vivir y tener tienda en esta ciudad por tiempo de ocho años» (fl. 48r).
- Miguel Tomanga (5 de abril): 12 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad y dormir en ella y traer catana en la cinta por tiempo de ocho años» (fl. 49v).
- Francisco de Aguilar (12 de abril): 12 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de ocho años» (fl. 52r).
- Lorenzo Cas (20 de noviembre): 12 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de ocho años» (fl. 81v).

##### 1637 (AGI, *Contaduría*, 1218)

- Antonio (3 de febrero): 12 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de ocho años» (fl. 544v).
- Potenciana de Salazar (23 de marzo): 12 p<sup>s</sup> para «bivir y tener tienda en esta ciudad por tiempo de ocho años» (fl. 555v).
- Martín de Nangasaqui (5 de octubre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Bagunbayá por tiempo del gobierno del señor gobernador y capitán general que al presente es» (fl. 583r).
- Pedro Palacio (5 de octubre): 6 p<sup>s</sup> «para tener tienda en el dicho pueblo de Bagunbayá por el dicho tiempo» (fl. 583r).
- Antonio Sumçio (5 de octubre): 6 p<sup>s</sup> «por la dicha raçon de las partidas de arriba» (fl. 583r).
- Juan Suychu (5 de octubre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Bagunbayá extramuros d'esta ciudad por el tiempo del gobierno del señor gobernador que al presente es» (fl. 583r).
- Juan Cacusque (5 de octubre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en Bagunbayá por el tiempo del dicho gobierno» (fl. 583r).
- Luis Cirucani (12 de noviembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Minondo extramuros d'esta ciudad por el tiempo del gobierno del señor don Sebastián Hurtado de Corcuera» (fl. 588v).

---

73 Tal vez se me haya quedado traspapelado algún japonés entre los tediosos e interminables pliegos de la *Contaduría*, fuente principalísima para la historia de Filipinas. Si así es, le ruego que, esté donde esté, acepte mis más sinceras disculpas.

— Simón Choyman (14 de noviembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Minondo» (fl. 590v).

**1639** (AGI, *Contaduría*, 1219)

— Tomé Cagyoy (23 de setiembre): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de San Antón por tiempo de ocho años» (fl. 50r).

**1641** (AGI, *Contaduría*, 1221)

- Domingo Xenquez (24 de mayo): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 56v).
- Juan Coymon (31 de mayo): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 57v).
- Miguel de Sessa (31 de mayo): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 57v).
- Juan de Sessa (31 de mayo): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 57v).
- Juan Menorez (4 de junio): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 59v).
- Juan de la Cruz (8 de junio): 8 p<sup>s</sup> «para que tubiesse tienda en esta çiudad» (fl. 60v).
- Domingo de Sossa (8 de junio): 8 p<sup>s</sup> «para que tubiesse tienda en esta çiudad» (fl. 60v).
- Gaspar de Comoy (14 de junio): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 61r).
- Juan Manso (14 de junio): 8 p<sup>s</sup> «para que tubiesse tienda en esta çiudad» (fl. 61v).
- Alexo Çensa (14 de junio): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 61v).
- Domingo de Acosta (27 de junio): 8 p<sup>s</sup> «para tener tienda en esta ciudad» (fl. 64r).

**1642** (AGI, *Contaduría*, 1222)

- Antonio Quioyamon (7 de julio): 6 p<sup>s</sup> «para que por tiempo de seis años pudiesse tener tienda en el pueblo de Dilao» (fl. 74r).
- Luis Yosaymon: 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho pueblo» (fl. 74r).
- Melchor (7 julio): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Dilao, extramuros d'esta çiudad» (fl. 74r).
- Tomé Ginca (9 de diciembre): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Dilao por tiempo de ocho años» (fl. 110r).

**1644** (AGI, *Contaduría*, 1224)

- Mansoligay, japon (27 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> «por poder tener tienda en esta çiudad por tiempo de seis años» (fl. 73v).
- Pascual Hichiquin (27 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 74r).
- Matías Cuyamon (27 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 74r).
- Domingo de Ramos (27 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de seis años» (fl. 74r).
- Juan Sochachi (27 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad» (fl. 74r).
- Juan Sosti (27 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> para «poner tienda en esta çiudad» (fl. 74v).
- Juan García (3 de octubre): 6 p<sup>s</sup> para «poner tienda en esta çiudad por tiempo de seis años» (fl. 75v).
- Antonio Conbinto (5 de octubre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de seis años» (fl. 76v).
- Juan de la Cruz (5 de octubre): 6 p<sup>s</sup> «para tener tienda en esta çiudad por dicho tiempo» (fl. 76v).
- Tomás Suyamon (5 de noviembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Bagunbayá, extramuros de esta çiudad» (fl. 82r).

- Miguel de la Cruz (9 de diciembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Bagunbayá, extramuros de esta çiudad» (fl. 87v).
- Francisco Herrero (9 de noviembre): 6 p<sup>s</sup> «para tener tienda en el dicho pueblo por tiempo de seis años» (fl. 87v).
- Domingo Tachiqui (9 de noviembre): 6 p<sup>s</sup> «para tener tienda en el dicho pueblo por tiempo de seis años» (fl. 87v).
- Martín Ichico (20 de diciembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Bagumbayá, extramuros de esta çiudad, por tiempo de seis años» (fl. 91v).
- Pedro Ichitui (20 de diciembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho pueblo de Bagunbayá por el dicho tiempo de seis años» (fl. 91v).
- Tomé Yaychi (20 de diciembre): 6 p<sup>s</sup> «para poder tener tienda en el dicho pueblo por tiempo de seis años» (fl. 91v).
- Tomé Maymay (20 de diciembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho pueblo por tiempo de seis años» (fl. 91v).

**1645** (AGI, *Contaduría*, 1225)

- Juan Causquit (11 de mayo): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Bagunbayá, extramuros de esta çiudad» (fl. 36v).
- Juan Niamon (17 de mayo): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en Bagunbayá, extramuros de esta çiudad, por tiempo de seis años» (fl. 39r).
- María de la Cruz (1.º de junio): 6 p<sup>s</sup> «para tener tienda en el pueblo de Dilao por tiempo de seis años» (fl. 42v).
- Juan de César (16 de octubre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de seis años» (fl. 74r).
- Juan Quiuxeio (23 de octubre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad tiempo de seis años» (fl. 74v).

**1646**

No se dieron licencias a japoneses de manera expresa, pero el 19 de noviembre 31 personas —algunas de las cuales eran sin duda japonesas<sup>74</sup>— pagaron en Cavite 6 p<sup>s</sup> cada una por poner tienda en ese puerto durante seis años: en total 198 p<sup>s</sup> (AGI, *Contaduría*, 1225B, fls. 81v–82r).

He aquí sus nombres: Juan Yaymo, Antonio Caymo, Juan Yenyaro, Francisco Excayco, Juan Chove, Gaspar Frete, Domingos Yenques, Domingo Castero, Matías Yosaymo, Domingo Sancho, Miguel Sosque, Sebastián Ignacio, Pedro Caymo, Pablo Yosaymo, Juan Malaca, Jacob Deso, Manço [=Mancio] Soymon, Miguel Yosaca, Pedro Espino, Miguel Soymo, Juan Manço, Domingos Yostiro, Domingo Franco, Domingos Macán, Juan Sincho, Francisco Taysamo, Juan Sosa, Miguel Taysamo, Francisco Quichibec, Miguel Pineda, Luis Cacruzán, Domingos Damos, Juan Sicuy.

**1647** (AGI, *Contaduría*, 1226)

- Clara del Rosario (22 de enero): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de seis años» (fls. 16r, 87r).

**1648** (AGI, *Contaduría*, 1227)

- Clara del Rosario (21 de octubre): 2 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de quatro años» (fl. 64v).

---

74 Otros nombres indican la procedencia: Juan Malaca, Domingos Macán.

**1649** (AGI, *Contaduría*, 1229)

- Juan de Sosa (22 de febrero): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de quatro años» (fls. 25r, 96r).
- Gaspar Tosaymo (22 de febrero): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de quatro años» (fls. 25v, 96r).
- Juan Luis (23 de febrero): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de quatro años» (fls. 26v, 97r).
- Esperanza de Molina (25 de febrero): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de quatro años» (fls. 27r, 97v).
- Miguel Sánchez (26 de febrero): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Dilao» (fls. 28r, 98v).
- Lorenzo Jerónimo (3 de marzo): 4 p<sup>s</sup> «para que pudiesse tener tienda en el pueblo de Dilao [...] por tiempo de quatro años» (fls. 30v, 100r).
- Dominga Ramírez (3 de marzo): 4 p<sup>s</sup> «para poder tener tienda en el pueblo de Dilao por tiempo de quatro años» (fls. 31r, 100r).
- María de la Cruz (10 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Dilao [...] por tiempo de quatro años» (fl. 34r, 101r).
- Pedro Caravallo (10 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Bagumbayá [...] por tiempo de quatro años» (fls. 34r, 101v).
- Miguel de la Cruz (10 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho pueblo de Bagumbayá [...] por tiempo de quatro años» (fls. 34r, 101v).
- Miguel de la Cruz (15 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Dilao [...] por tiempo de quatro años» (fls. 36r, 102v).
- Marta de la Cruz (21 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en Bagumbayá [...] por tiempo de quatro años» (fls. 38r, 103r).
- Diego Jacobo (28 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de San Antón [...] por tiempo de quatro años» (fls. 40r, 103v aquí Xacove).
- Andrés Sanguin (1.º de abril): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de quatro años» (fls. 42v, 103v).
- Clara del Rosario (14 de mayo): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de quatro años» (fls. 50v, 106r).
- Matías Cuymon (5 de octubre): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de quatro años» (fls. 71r, 116v).

**1651** (AGI, *Contaduría*, 1230)

- Pablo Guinay (2 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de dos años» (fls. 28r, 75r).

**1653** (AGI, *Contaduría*, 1231)

Quince japoneses obtuvieron licencia el 27 de marzo para poner tienda en Cavite, por dos años, pagando cada uno 1 p<sup>s</sup> por año: 30 p<sup>s</sup> en total (fl. 268v). Sus nombres son: Pedro Caymon, Domingo Sánchez, Matías Josep, Jácome Denco, Ruiz Cacusán, Juan Texen, Juan Chosa, Pedro Gisen, Juan Chobi, Juan Yncensa, Juan Yayemo, Miguel Choc, Miguel Churda, Gaspar Frecto, María Herrer.

- Domingo Sinquiche (9 de mayo): 2 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el puerto de Cavite tiempo de dos años» (fl. 271v).

**1654** (AGI, *Contaduría*, 1231)

- Miguel Muñoz (18 de abril): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Pasanhán en la Laguna de Bay por tiempo de quatro años» (fl. 537r).
- Juan de la Cruz (6 de mayo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de dos años» (fl. 541r).
- Pedro Caravallo y Marta de la Cruz (6 de mayo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tiendas en el pueblo de Bagumbayá por tiempo de dos años» (fl. 541r).
- Lorenzo (18 de mayo): 2 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Bagumbayá [...] por tiempo de dos años» (fl. 544r).
- Andrés Sagun (26 de julio): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de dos años» (fl. 555v).
- Alexo Sencha (11 de agosto): 2 p<sup>s</sup> para «tener tienda en extramuros d'esta çiudad por tiempo de dos años» (fl. 558r).
- Miguel de la Cruz y Diego Jacobo (11 de agosto): 4 p<sup>s</sup> s «para que puedan tener tienda el dicho Miguel de Santa Cruz en Bagunbayá y el dicho Diego Xacobo en el de San Antón por tiempo de dos años» (fl. 558r).
- Juan de Sossa (19 de agosto): 4 p<sup>s</sup> «para que tenga tienda en esta çiudad por tiempo de dos años» (fl. 558v).
- Dominga López (2 de setiembre): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de dos años» (fl. 561v).

**1655** (AGI, *Contaduría*, 1231)

- Diego Jacobe (22 de enero): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de San Antón y en ella pueda vender vino por tiempo de dos años» (fl. 806v).
- Juan Inuy, residente en Dilao (27 de enero): 10 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Dilao extramuros de Manila por tiempo de dos años y en ella pueda vender vino y los demás géneros que en semejantes tiendas se acostumbra» (fl. 807r).
- Lucas de Sossa, mestizo de japon (16 de junio): 4 p<sup>s</sup> para «vender vino en su tienda [...] en el pueblo de Dilao por tiempo de dos años» (fl. 838r).
- Miguel de Silva (18 de junio): 3 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el pueblo de Pásig por tiempo de dos años» (fl. 838v).
- Pedro Cayche y Juan Quiosiru, casados, residentes en Pásig (18 de junio): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho pueblo de Pásig y vender en ella cosas comestibles por tiempo de dos años» (fl. 839r).

**1656** (AGI, *Contaduría*, 1232)

- Ocho japoneses (12 de enero): 4 p<sup>s</sup> cada uno «por la media anata de dos años de las tiendas que tienen y se les congede en el puerto de Cavite»: total, 32 p<sup>s</sup> (fl. 17r). Sus nombres son: Catalina Vega, morena, viuda de Juan Choche. Sabina de la Cruz, mujer de Domingo Sanchura. Juan Aymon. María de la Cruz. Felipe Álvarez. Miguel de Pineda. Francisco Ysaymo. Matías Yosaymon.
- Juan, residente en Manila (22 de agosto): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de quatro años» (fl. 50r).
- Tomé de San Antón, residente en Dilao, y Domingo de la Cruz, residente en Bagumbayá (16 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> cada uno para «tener tienda en los dichos pueblos por tiempo de quatro años» (fls. 52v–53r).

- Domingo de Palacios, residente en Bagumbayá (26 de setiembre): 3 p<sup>s</sup> para «tener tienda en dicho pueblo por tiempo de dos años» (fl. 54r).
- Miguel Hernández, residente en Dilao (5 de diciembre): 5 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho pueblo por tiempo de tres años» (fl. 64v).
- Miguel de la Cruz, capitán «que lo es de los japones del pueblo de Dilao» (20 de diciembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en dicho pueblo por tiempo de quatro años» (fl. 67r).

**1657** (AGI, *Contaduría*, 1232)

- Dominga López y Miguel Sagún (6 de febrero): 6 p<sup>s</sup> cada uno para «tener tienda en esta çiudad por tiempo de dos años» (fl. 593v).
- Pedro Crisóstomo y Juan Ymuy, residentes en Dilao (21 de febrero): 6 p<sup>s</sup> cada uno para «tener tienda en el dicho pueblo por tiempo de quatro años» (fl. 596v).
- Tomé Caheoy, residente en San Antón (23 de julio): 3 p<sup>s</sup> para «tener tienda en dicho pueblo de San Antón y vender vino de la tierra en ella» y otros 3 p<sup>s</sup> «por aver vendido vino [...] sin aver sacado liçençia» del 6 de febrero de 1655 al 5 de febrero de 1657 (fl. 614r).
- Los japones tenderos de Cavite, 7 en total (30 de julio): 3 p<sup>s</sup> cada uno para «tener tiendas en el dicho puerto por tiempo de dos años». Son sus nombres: Juan Gaymon, Francisco Ysaymon, Matías Yusamo, Miguel Pineda, Felipe de Aluara, Sabina de la Cruz, María de la Cruz (fls. 614r–614v).
- Miguel Gonzaca, residente en Cavite (28 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho puerto por tiempo de quatro años» (fl. 623v).
- Pedro Chuichi, Miguel de la Cruz y Juan Coziro, residentes en Pásig: 3 p<sup>s</sup> cada uno para «tener tienda en el dicho pueblo por tiempo de dos años» (fl. 628v).

**1658** (AGI, *Contaduría*, 1233)

- Domingo Sosar, residente en Bagumbayá (25 de enero): 6 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho pueblo de géneros comestibles por tiempo de quatro años» (fl. 15r).
- Dominga, residente en Dilao (21 de octubre): 14 p<sup>s</sup> para «tener tienda en el dicho pueblo por tiempo de quatro años» (fl. 52r).

**1659** (AGI, *Contaduría*, 1233)

- Andrés Sagun (5 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en esta ciudad por tiempo de dos años» (fl. 435r).
- Dominga López (10 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda en esta çiudad de géneros comestibles por tiempo de dos años» (fl. 436r).
- Juan Álvarez, criollo, mestizo de japon, residente en Bagumbayá (15 de setiembre): 7 p<sup>s</sup> para «tener tienda de géneros comestibles y vino blanco de la tierra en el dicho pueblo por tiempo de dos años» (fl. 462v).

**1660** (AGI, *Contaduría*, 1234)

- Pedro Martín, mestizo de japon, residente en Pásig (28 de abril): 3 p<sup>s</sup> para «tener tienda en dicho pueblo y vender en ella géneros comestibles por tiempo de dos años» (fl. 26v).
- Luisa de Silva, residente en Dilao (14 de mayo): 3 p<sup>s</sup> para «tener tienda en dicho pueblo y vender en ella géneros comestibles por tiempo de dos años» (fl. 29r).

Juan de la Cruz y Juan Quiopssa, residentes en Pásig (15 de junio): 6 p<sup>s</sup> cada uno para «tener cada uno su tienda en el dicho pueblo de géneros comestibles por tiempo de dos años» (fl. 34v).

Domingo de la Cruz, residente en Bagumbayá (20 de noviembre): 3 p<sup>s</sup>, 4 t<sup>n</sup> «para tener una tienda de géneros comestibles y vino blanco de la tierra en dicho pueblo por tiempo de un año» (fl. 53v).

- Tomás de San Antón, residente en Bagumbayá (20 de noviembre): 1 p<sup>s</sup>, 4 t<sup>n</sup> para «tener una tienda en el dicho pueblo de géneros comestibles por tiempo de un año» (fl. 53v).
- Francisco Gouco y Miguel de la Cruz, mestizo de japon, residentes en Dilao (18 de diciembre): 3 p<sup>s</sup> cada uno para «tener una tienda de géneros comestibles en el dicho pueblo de Dilao por tiempo de dos años» (fl. 58v).

**1662** (AGI, *Contaduría*, 1236)

- Juan Ymuy, residente en Dilao (21 de abril): 3 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles en el dicho pueblo por tiempo de dos años» (fl. 35r).

**1664** (AGI, *Contaduría*, 1236)

- Inés de Mendoza, «mestiça japona» residente en Manila (30 de abril): 4 p<sup>s</sup> para «tener tienda en ella de géneros comestibles por tiempo de dos años» (fl. 586v).
- Dominga Ramírez, «mestiza japona» residente en Dilao (7 de mayo): 14 p<sup>s</sup> para «tener una tienda en el dicho pueblo de géneros comestibles y vender en ella vino por tiempo de quatro años» (fl. 588r).
- Miguel de la Cruz, «mestizo xapón» residente en Dilao (26 de mayo): 7 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles y vender en ella vino blanco por tiempo de dos años para el abasto de los habitantes d'él» (fl. 592v).
- Juan Ynuy de la Cruz, mestizo de japon, residente en Dilao (27 de setiembre): 7 p<sup>s</sup> para «tener una tienda en dicho pueblo de géneros comestibles y vino blanco de la tierra por tiempo de dos años» (fl. 606v).
- Jacobe de la Cruz y Juan Quiusuy (27 de setiembre): 8 p<sup>s</sup> para «tener tiendas de géneros comestibles en el pueblo de Pásig, jurisdicción de Tondoc, por tiempo de dos años» (fl. 606v).
- Pedro de la Cruz, «japón», e Ignacio del Rosario, «mestiza [sic] de dicha naçión», residentes en Manila (11 de octubre): 8 p<sup>s</sup> para «tener tienda en ella de géneros comestibles por tiempo de dos años» (fl. 607v).
- Catalina de la Cruz, residente en Dilao (17 de octubre): 7 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles en dicho pueblo y vender vino blanco en ella por tiempo de dos años» (fl. 609r).
- Salvador Francisco, «mestizo de japon», residente en Bagumbayá (23 de octubre): 7 p<sup>s</sup> para «tener una tienda en dicho pueblo [Bagumbayá] de géneros comestibles y vender vino blanco de la tierra por tiempo de dos años» (fl. 609r).

**1666** (AGI, *Contaduría*, 1237)

- Pedro de la Cruz (17 de noviembre): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles» en Manila por dos años (fl. 215r).

**1667** (AGI, *Contaduría*, 1237)

- Dominga López (19 de enero): 4 p<sup>s</sup> para «poner tienda [...] de géneros comestibles por tiempo de dos años» en Manila (fl. 350v).

— Ignacio del Rosario (9 de julio): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles» en Manila por dos años (fl. 364r).

**1668** (AGI, *Contaduría*, 1237)

— Andrés Sanguichi (11 de enero): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles» en Manila por dos años (fl. 527v).

— Domingo de Paiz, «criollo de japon» (27 de febrero): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles» en Manila (fl. 528v).

**1669** (AGI, *Contaduría*, 1237)

— Pedro de la Cruz (27 de marzo): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles por tiempo de dos años» en Manila, al parecer (fls. 887v, 1238, 30r).

**1671** (AGI, *Contaduría*, 1238)

— Pedro de la Cruz (2 de mayo): 8 p<sup>s</sup> para «tener una tienda [...] de fruta y otros géneros comestibles por tiempo de dos años» en Manila (fl. 30r). Seguía teniendo la tienda en 1677 (AGI, *Contaduría*, 1240, fl. 711r).

— Dominga López (23 de noviembre): 8 p<sup>s</sup> para «tener una tienda por tiempo de dos años de géneros comestibles para el abasto de esta ciudad» (AGI, *Contaduría*, 1238, fl. 44v).

— Ignacio del Rosario (5 de diciembre): 8 p<sup>s</sup> «para tener una tienda en esta ciudad de géneros comestibles por tiempo de dos años» (fl. 46v).

**1683** (AGI, *Contaduría*, 1244)

— Joseph de la Cruz, «mestizo de japon» (14 de agosto): 8 pesos para «tener una tienda de géneros comestibles en el pueblo de Dilao por tiempo de dos años» (fl. 44r).

— Pedro de la Cruz, «mestizo de japon» residente en Bagumbayá (19 de agosto): 4 pesos «para tener una tienda de géneros comestibles en él [ha de ser Bagumbayá] por tiempo de un año» (fl. 49v).

**1687** (AGI, *Contaduría*, 1245)

— Tomé de la Cruz, «mestizo de japon» (3 de setiembre): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles por tiempo de un año» (fl. 60v). Parece referirse a Dilao.

— Benque Niemon, «mestizo de japon», residente en Dilao (3 de setiembre): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles por tiempo de un año» (fl. 60v).

— Juan Bautista, «criollo japon», residente en Bagumbayá (5 de setiembre): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles por tiempo de un año» (fl. 63r).

— José de la Cruz, residente en Dilao (6 de setiembre): 4 p<sup>s</sup> para poner tienda de comestibles por un año (fl. 64r).

— Juan Pérez, «mestizo de japon», residente en Dilao (12 de setiembre): 4 p<sup>s</sup> para «tener una tienda de géneros comestibles» por un año (fl. 66v).

— Ignacio Quiemon, «mestizo de japon», residente en Dilao (12 de setiembre): 4 p<sup>s</sup> para poner tienda de comestibles (fl. 67r).

#### B. PAGO DE MEDIA ANNATA POR PERMISO DE RESIDENCIA

**1635** (AGI, *Contaduría*, 1217)

— Francisco Domínguez (31 de agosto): 6 p<sup>s</sup> para «vivir con su cassa y familia en el pueblo de Minondoc por tiempo de ocho años» (fl. 78v).



- Juan Chocro (14 de setiembre): 6 p<sup>s</sup> para «vivir en la Pampangá con su casa y familia por tiempo de ocho años» (fl. 84v).
- Ignacio (18 de setiembre): 4 p<sup>s</sup> para «vivir en el pueblo de Quiapo con su cassa y familia por tiempo de ocho años» (fl. 85r).
- Miguel de Çessar (26 de setiembre): 12 p<sup>s</sup> para «vivir en esta çiudad con su cassa y familia en su tienda por tiempo de ocho años y para que pudiera traer catana en la cintta» (fl. 86r).
- Thomé Domínguez (10 de octubre): 12 p<sup>s</sup> para «vivir con su cassa y familia en esta çiudad por tiempo de ocho años» (fl. 86r).
- Alonso Juan (10 de octubre): 12 p<sup>s</sup> para «vivir dentro d'esta çiudad con su cassa y familia por tiempo de ocho años» (fl. 97r).
- Juan Yendo Batana [ha de ser Batanabe] (11 de octubre): 6 p<sup>s</sup> para «vivir en el pueblo de San Miguel y río de Dilao o donde quisiere por tiempo de ocho años» (fl. 97v).
- Francisco Díaz (10 de noviembre): 12 p<sup>s</sup> para «vivir en esta çiudad con su casa y familia por tiempo de ocho años» (fl. 111r).
- Marcos Batanabe (24 de noviembre): 12 p<sup>s</sup> para «vivir en esta çiudad de Manila con su cassa y familia por tiempo de ocho años» (fl. 116v).

**1636** (AGI, *Contaduría*, 1218)

- «Quinze japoses, cada uno a seis pesos» (18 de enero): 90 p<sup>s</sup> para «vivir en el pueblo de Bagumbayá [...] con sus cassas y familias por tiempo de ocho años» (fl. 33v).
- Águeda Díaz (10 de abril): 6 p<sup>s</sup> para «vivir en esta çiudad» (fl. 50v).
- Rodrigo (3 de junio): 12 p<sup>s</sup> para «bibir dentro del castillo Santiago d'esta çiudad por tiempo de ocho años» (fl. 60v).
- Andrés Quibachi y Juan Vejo (5 de diciembre): 6 p<sup>s</sup> cada uno «para poder vivir en el pueblo de Betis en la Pampangá por tiempo de ocho años» (fl. 83v).

C. PAGO DE MEDIATA ANNATA POR PERMISO DE LLEVAR CATANA

**1635** (AGI, *Contaduría*, 1217)

El 30 de agosto 21 japoses pagaron 12 p<sup>s</sup> cada uno «por la media anatta de las lisençias que se les avían de dar para que pudieran vivir dentro d'esta çiudad con sus cassas y familias y para que pudieran traer catana en la cinta por tiempo de ocho años»: en total, 252 p<sup>s</sup>. Sus nombres eran: Juan de la Cruz xapón; Manso [i.e., Mancio] Ficoui xapón; Juan Rodríguez de Sossa xapón; Miguel Taface xapón; Antonio xapón; Juan xapón; Juan Manso xapón; Luis xapón; Antonio xapón, tendero; Juan Xachiue; Juan Ignaçio xapón; Miguel de la Cruz xapón; Luis Montero xapón; Domingo de Sossa xapón; Juan de Morales xapón; Juan Sancho xapón; Juan Luis xapón; Thomé Manso xapón; Juan López xapón; Pablo xapón; Miguel de Silva, xapón (fl. 78r).

- Jerónimo de la Cruz (20 de setiembre): 12 p<sup>s</sup> «para que pudiera vivir en esta ciudad de Manila con su cassa y familia y para que pudiera traer catana en la çinta por tiempo de ocho años» (fl. 86r).
- Miguel de Çessar (26 de setiembre): 12 p<sup>s</sup> «para que pudiera vivir en esta ciudad [Manila] con su cassa y familia en su tienda por tiempo de ocho años» (fl. 87r).
- Miguel Ximxin (3 de octubre): 6 p<sup>s</sup> «para que pudiera vivir en el pueblo de Passi, jurisdicción de Tondo, con su cassa y familia por tiempo de ocho años» (fls. 90v–91r).

— Juan Manso de Miaco (26 de octubre): 12 p<sup>s</sup> «para que pudiera vivir en esta çiudad de Manila con su cassa y familia y para que pudiera traer catana en la çinta por tiempo de ocho años» (fl. 105r).

**1636** (AGI, *Contaduría*, 1218)

— Tomé de Mesa (31 de marzo): 12 p<sup>s</sup> «para que pueda vivir en esta çiudad con su casa y familia y traer catana en la çinta por tiempo de ocho años» (fl. 48r).

#### D. PAGO DE MEDIA ANNATA POR LICENCIA PARA VIAJAR FUERA DE FILIPINAS

**1658** (AGI, *Contaduría*, 1233)

— Juan de la Cruz (23 de febrero): 12 p<sup>s</sup> «para ir al reyno de Sian y llevar a Marcela, su muger, queriendo ir ella voluntariamente, y a tres esclavos suyos» (fl. 21r).

#### Fuentes Manuscritas

##### ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI]

*Contaduría*, 1203, fls. 44r, 59r; 1206, fl. 325r; 1207, fls. 103r; 389r; 1208, fl. 185r, 1209, fls. 222v, 416r, 447r–447v; 1210, fls. 177v, 188r–188v, 191v–192r, 202v; 211r, 339r; 1211, fl. 151v; 1212, fl. 6r; 1218, fls. 881r, 941v; 1233, fls. 139v, 425v; 1250, fl. 238v; 1253, fl. 91v.

*Escribanía*, 411B (Quaderno 5 de cargos y descargos de [...] Juan de Vargas), fl. 483r; 414A, (Autos preparatorios [...] de la residencia [...] al Sr. Almirante [...] Curucelacgui), n.º 1, fl. 466r; n.º 2 fls. 804v, 818v, 869r; 412A, (Quaderno 8 de lo librado en la real Caja), fl. 354v.

*Filipinas* 1, n.º 273; 7, r. 1, n.º 25; 8 r. 1, n.º 17; 19, r. 7; n.º 105; 20, r. 4, n.º 26; 47, n.º 17, fls. 9v–10; 20, r. 13, n.º 94; 74, fls. 587r, 636r, 698 y siguientes, 706 y siguientes; 329, libro III, fl. 8; 347, libro I, fl. 1.

#### Fuentes Impresas y Bibliografía

ADUARTE, Diego, *Historia de la provincia del Sancto Rosario de la Orden de Predicadores en Philippinas, Iapón y China*, Manila, 1640. [Utilizo la edición publicada por M. Ferrero (Madrid, 1962, 2 vols.).]

ARGENSOLA, Bartolomé Leonardo de, *Conquista de las islas Malucas*, Madrid, 1609. [Utilizo la edición publicada en Madrid, Miraguano Ediciones, 1992.]

BLAIR, Emma Helen y ROBERTSON, James, *The Philippine Islands, 1493–1898*, Cleveland, Ohio, 1903–1909, 55 vols.

COLÍN, Francisco, SJ, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús, fundación y progresos de su provincia en las islas Filipinas [...] Nueva edición [...] por el P. Pablo Pastells, S. J.*, Barcelona, 1900, 3 vols.

DELGADO, Juan J., SJ, *Historia general sacro-profana, política y natural de las islas del Poniente llamadas Filipinas*, Manila, 1892. (Escrita a mediados del siglo XVIII.)

DÍAZ, fray Casimiro, *Conquistas de las islas Filipinas [...] Parte segunda*, Valladolid, 1890.

GEMELLI CARERI, Giovanni Francesco, *Giro del mondo. Parte quinta, contenente le cose più ragguardevoli vedute nell'isole Filippine*, Nápoles, 1700.

- GIL, Juan, *Hidalgos y samurais*, Madrid, Alianza Editorial, 1991.
- GIL, Juan, *Los chinos en Manila. Siglos XVI y XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011a.
- GIL, Juan, «El estanco del buyo. Un negocio japonés en Filipinas», in Georges Martin, Araceli Guillaume-Alonso et Jean-Paul Duviols, *Le monde hispanique. Histoire des fondations. Hommage au Professeur Annie Molinié-Bertrand*, PUPS 2011b, pp. 433–4.
- GIL, Juan, «Una minoría: los japoneses en Manila y en Macao», en prensa.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Fundação Oriente, 1998.
- MARTÍNEZ de ZÚÑIGA, Joaquín, *Historia de las islas Philipinas*, Sampáloc, 1803.
- MARTÍNEZ de ZÚÑIGA, *Estadismo de las islas Filipinas. Vid. W. E. RETANA*.
- MORGA, Antonio de, *Sucesos de las islas Filipinas*, Wenceslao E. Retana (ed.), Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1909 [México, 1609].
- PASTELLS, Pablo y NAVAS, Federico, *Catálogo de los documentos relativos a las islas Filipinas precedido de una Historia general de Filipinas*, Barcelona, Compañía General de Tabacos de Filipinas, 1925–.
- Relación verdadera del levantamiento de los sangleyes en las Filipinas, y el milagroso castigo de su rebelión, con otros sucesos de aquellas islas, escripta a estos reynos por un soldado que se halló en ellas. Recopilado por Miguel Rodríguez Maldonado*, Sevilla, imprenta de Clemente Hidalgo, 1606.
- PENALVA, Elsa y LOURENÇO, Miguel Rodrigues (eds.), *Fontes para a História de Macau no Século XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009.
- RETANA, Wenceslao E., *Archivo del bibliófilo filipino*, Madrid, 1895–1905, 5 vols.
- RETANA, Wenceslao E. (ed.), *Estadismo de las yslas Filipinas o mis viages por este país por el padre Fr. Joaquín Martínez de Zúñiga, Agustino calzado. Publica esta obra por primera vez extensamente anotada W. E. Retana*, Madrid, 1893, 2 vols.
- RIBADENEYRA, Marcelo de, *Historia de las islas del archipiélago y reynos de la gran China, Tartaria, Cuchinchina, Malaca, Sián, Camboxa y Jappón*, Barcelona, 1601 (utilizo la edición modernizada de Juan R. de Legísima, Madrid, La Católica, 1947).
- RODRÍGUEZ, Isacio R, OSA, *Historia de la provincia agustiniana del Smo. Nombre de Jesús de Filipinas*, vols. XVI, XVII y XVIII, Ediciones Estudio Agustiniano, Valladolid, 1983, 1984 y 1986, respectivamente.

# La embajada de Juan Pablo de Carrión a la Corte en 1558 y el conocimiento colectivo del tornaviaje\*

Patricio Hidalgo Nuchera\*\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 51-78. ISSN 0874-9671

## Resumo

Em 1557, Filipe II expressou ao vice-rei de Nova Espanha D. Luis de Velasco o seu desejo de que se realizassem novas navegações às ilhas do Poente. Velasco iniciou conversações e, no ano seguinte, enviou à corte um relato por Juan Pablo de Carrión, marinheiro de Valladolid que participou na expedição de Ruy López de Villalobos. Neste trabalho, examina-se o relato, do qual ressalta o conhecimento colectivo que do torna-viagem se tinha já à época.

**Palavras-chave:** Urdaneta, Carrión, torna-viagem, ilhas Filipinas.

## Abstract

In 1557, King Philip II expressed to Luis de Velasco, the Viceroy of New Spain, his wish for new maritime expeditions to the *islas del Poniente*. In response, Velasco engaged in conversations and, in the next year, he sent to the Spanish Court a report by Juan Pablo de Carrión, a sailor from Valladolid who had taken part in Ruy López de Villalobos' expedition. This paper examines the report, which reflects the collective knowledge about the return voyage available at the time.

**Keywords:** Urdaneta, Carrión, return voyage, Philippine Islands

\* Este trabajo se inscribe en el marco del proyecto de investigación *Humanistas españoles. La tradición clásica y humanística en España y América. Narrativas no oficiales, siglos XVI-XVIII*, financiado por el Ministerio de Educación y Ciencia (rf. FF2012-37448-C04-01).

\*\* Universidad Autónoma de Madrid. *E-mail:* patricio.hidalgo@uam.es

## La embajada de Juan Pablo de Carrión a la Corte en 1558 y el conocimiento colectivo del tornaviaje

Patricio Hidalgo Nuchera

### La elección de Carrión como embajador

La expedición a las islas Filipinas de fines de 1564 y la personalidad de quien hasta hoy ha sido considerado –aunque con notables excepciones– como el descubridor de la ruta de retorno desde ellas a las costas mexicanas, ha sido objeto de multitud de estudios. Quien esto escribe ha realizado un recorrido historiográfico de la vida de Andrés de Urdaneta<sup>1</sup> y, posteriormente, una revisión de la controversia que sostuvo el agustino con el piloto Juan Pablo de Carrión sobre el destino final de la empresa ordenada realizar por Felipe II en 1557<sup>2</sup>. Si en el primero listaba los escritos –originales y transcripciones –del fraile, en el segundo hacía lo propio con la documentación relativa a la controversia. Empero todo investigador sabe por experiencia que la exhaustividad es quimera, y más conociendo el alto número de archivos públicos y privados que conservan fondos filipinistas<sup>3</sup>.

Como es sabido, años después del fracaso de la expedición liderada por Ruy López de Villalobos (1542–1548), cuyo fin primordial había sido encon-

---

1 P. HIDALGO NUCHERA, «La figura de Andrés de Urdaneta en la historiografía indiana, conventual, documental y moderna», in Susana Truchuelo García (ed.), *Andrés de Urdaneta: un hombre moderno*, Ordizia, Guipúzcoa, Ayuntamiento de Ordizia, 2009, pp. 17–91.

2 *Idem*, «La controversia Urdaneta versus Carrión sobre el destino final de la armada de Legazpi según Luis Felipe Muro Arias», *Archivo Agustino: Revista de Estudios Históricos*, Vol. XCV, 213 (ene.–dic., 2011), pp. 245–78.

3 *Idem*, *Guía de fuentes manuscritas para la historia de Filipinas conservadas en España. Con una guía de instrumentos bibliográficos y de investigación*, Madrid, Fundación Histórica Tavera/Fundación Santiago, 1998. Del mismo autor, *Guía bibliográfica de fuentes manuscritas para la historia de Filipinas conservadas fuera de España. Con un apéndice de materiales cartográficos y colecciones documentales*, Madrid, Fundación Mapfre Tavera, 2003.

trar una ruta de retorno desde las islas del Poniente a las costas mexicanas<sup>4</sup>, Felipe II expresó al virrey de Nueva España don Luis de Velasco su deseo de que se realizase un nuevo intento<sup>5</sup>. Inmediatamente Velasco inició conversaciones con personas entendidas en la materia, entre ellas el guipuzcoano Urdaneta y el vallisoletano Carrión, concedores de la región por haberla ambos ya visitado, el primero en la expedición de García Jofre de Loaysa (1525–1536) y, el segundo, en la del citado Villalobos<sup>6</sup>. En dichas conversaciones se propusieron las embarcaciones a utilizar, la gente y provisiones necesarias y hasta la ruta a seguir<sup>7</sup>. Finalmente, y para llevar a la corte el resultado de las deliberaciones tenidas en México, el virrey comisionó

- 
- 4 Del viaje de Villalobos contamos con tres relatos. El realizado por fray Gerónimo de Santisteban, uno de los agustinos embarcados en la expedición, fechado en Cochín a 22 de enero de 1547; el segundo es una relación anónima; mientras que el tercero es la relación de García de Escalante Alvarado, quien viajó en calidad de factor. Los tres han sido editados por C. VARELA en la obra *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente* (Milano, Cisalpino-La Goliardica, 1983). La más completa de las tres relaciones es la de García de Escalante, ya que se trata de un informe oficial que envía, en su calidad de factor de la expedición, al virrey Antonio de Mendoza tan pronto desembarcó en Lisboa el 1 de agosto de 1548. A destacar las noticias acerca de las relaciones de los castellanos con los portugueses; el fracaso del hallazgo de la ruta del tornaviaje, intentado por dos veces; los lugares con abundancia de provisiones, tales como Abuyo y Tandaya, los ríos de la isla de Tandaya o la isla de Leyte; relevancia tiene la información sobre el comercio portugués con Extremo Oriente atendiendo a las informaciones proporcionadas por el portugués Diego Freitas—quien relata cómo durante su estancia en el reino de Siam entró en contacto con mercaderes lequios que llevaban oro y plata—y por el gallego Pedro Díaz, que visitó Chíncheo, Liompo, Nankín, Japón y Borneo. Cierra su relación García Escalante con la nómina de supervivientes de la expedición que llegaron a Lisboa a mediados de 1548, en la que aparece un Juan Pablo, sin duda Juan Pablo de Carrión. Aparte de estas tres relaciones narra por extenso el viaje de Villalobos el agustino recoleto R. AGANDURU MORIZ, fallecido en España en 1626 a su regreso de Filipinas, en su obra *Historia general de las islas occidentales a la Asia adyacentes, llamadas Philipinas*, inserta en la *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, por el Marqués de la Fuensanta del Valle, Madrid, Imprenta de Miguel Ginesa, 1882, Vols. 78 (completo) y 79 (pp. 1–229). Todos estos materiales han sido usados por el agustino C. ALONSO en su obra *Primer viaje misional alrededor del mundo (1542–1549): una gesta agustiniana*, Valladolid, Estudio Agustiniiano, 1989.
- 5 Archivo General de la Nación, México, Mercedes 7, fls. 225v–7 (Real Provisión Valladolid, 21 de septiembre de 1557). Transcrita en L. F. MURO, *La expedición Legazpi-Urdaneta a las Filipinas (1557–1564)*, México, Secretaría de Educación Pública, 1975, apéndice I, pp. 132–3; y en P. HIDALGO NUCHERA, *Los primeros de Filipinas: crónicas de la conquista del archipiélago de San Lázaro*, Madrid, Polifemo/Miraguano, 1995, doc. 10, pp. 100–1.
- 6 En efecto, Andrés de Urdaneta viajó a la zona en la expedición que, comandada por García Jofre de Loaysa, salió de La Coruña el 24 de julio de 1525, regresó a Lisboa once años más tarde y en 1552, ya de nuevo en México, ingresó en la orden de San Agustín. Por su parte, Juan Pablo de Carrión participó en la expedición de Ruy López de Villalobos que zarpó del Puerto de La Navidad el 1 de noviembre de 1542, regresando, con el resto de sus compañeros, a la capital lusa a mediados de 1548.
- 7 L. F. MURO, op. cit., p. 11.

en 1558 a uno de los participantes en ellas, el citado Carrión<sup>8</sup>. ¿Por qué fue éste el elegido? Velasco lo consideraba persona a quien «se podía dar crédito en este negocio»<sup>9</sup>; por su lado, el propio Carrión –aunque en confesión de parte– lo atribuye a ser él «hombre que tenía claridad así de la navegación como de aquellas islas por haber estado en ellas» con la armada de Ruy López de Villalobos y que «por haber seguido [en] la mar desde el dicho tiempo adelante en servicio de vuestra Magestad, se me dio crédito. Y pareciéndole bien al virrey don Luis de Velasco y a los demás que en su presencia trataban sobre este negocio ser buenas mis razones, me mandó ir a dar cuenta a vuestra Magestad dello»<sup>10</sup>. Persona, pues, de confianza del virrey, a su llegada a la corte se encontró con que el emperador Carlos V se hallaba ausente en Flandes, por lo que se entrevistó con miembros de su Consejo de Indias<sup>11</sup>. Al poco, regresó a México llevando consigo parte de los materiales –artillería, armas, municiones, rescates– solicitados en el memorial del que había sido portador.

Por lo que respecta al informe fruto de las deliberaciones citadas y presentado en la corte por Carrión el año de 1558, de él se conservan al menos dos copias, una en el sevillano Archivo General de Indias y, la segunda, en el madrileño Archivo Histórico Nacional. A este último debió llegar por envío realizado, juntamente con otros papeles relativos a las

---

8 El envío de Carrión a la corte y posterior vuelta a Nueva España en ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI], Patronato 23, ramo 12 (RC Valladolid, 24 de septiembre de 1559); en P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, doc. 1, pp. 77–8; y en AGI, Patronato 23, ramo 12 (Carta de Velasco al rey, México, 28 de mayo de 1560), un duplicado en AGL, México 19, ramo 23; en P. HIDALGO NUCHERA, *ibidem*, doc. 3, pp. 80–2.

9 AGI, Patronato 23, ramo 12 (RC Valladolid, 24 de septiembre de 1559); en P. HIDALGO NUCHERA, *ibidem*, doc. 1, pp. 77–8.

10 Carrión al rey, México 11 de septiembre de 1564; en F. del PASO y TRONCOSO (recopilador), *Epistolario de la Nueva España (1505–1818)*, México, Librería de José Porrúa e hijos, 1939–1942, Vol., X, doc. 553, pp. 50–3.

11 «Y al tiempo que yo llegué a la corte, que a la sazón estaba en Valladolid, vuestra Majestad estaba en Flandes; traté el negocio con el Consejo de Indias y, con la resolución dello, volví luego a esta tierra». Carrión al rey, México, 11 de septiembre de 1564; en F. del PASO y TRONCOSO, op. cit., Vol. X, doc. 553, pp. 50–3. El propio Carrión proporciona otra noticia de su viaje a España y entrevista con el Consejo indiano: «Y por estar su Magestad ocupado en las guerras de Flandes y San Quintín, trató [Carrión] el negocio con el Consejo Real de las Indias, presidiendo en él el licenciado Briviesca por consejero más antiguo. Y entendido el negocio, le mandaron volver luego a la Nueva España [...]». AGI, Patronato 263, ramo 1 (Memoriales presentados [al parecer al presidente del Consejo Real de las Indias] en Madrid por el capitán Juan Pablo de Carrión, con varias proposiciones bajo las cuales se ofrecía descubrir y declarar toda la costa de la China hasta Nueva España, igualmente que el estrecho que se decía existir en ella para la mar del Norte. 1573); en MUSEO NAVAL DE MADRID, *Colección de documentos y manuscritos compilados por Fernández de Navarrete*, Nendeln, Liechtenstein, Kraus-Thompson Organization Limited, 1971, Vol. XVIII, doc. 2, pp. 9–14, y parcialmente en *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de Ultramar* (CDIU), 2.ª serie, Madrid, Real Academia de la Historia, 1886–1932, Vol. II, prólogo, pp. XXVI–XXVII y XXIX–XXX, especialmente p. XXVI.

Indias Occidentales, por el Ministerio de Fomento tras su compra a fines del siglo XIX a un particular<sup>12</sup>.

### El informe de 1558

Este documento constituye a mi entender el memorial presentado al Consejo de Indias el año de 1558 por el capitán Juan Pablo de Carrión. Se intitula *Instrucciones para un viaje a las islas del Maluco. Siglo XVI*<sup>13</sup>. Aunque anónimo y sin fecha, de su contenido se infiere que fue realizado, al menos en parte, por algunos miembros de la expedición de Villalobos<sup>14</sup>, aunque ello no obsta para que el texto incorpore ideas de otros marinos y cosmógrafos que no intervinieron en ella, como Andrés de Urdaneta, quien participó, en cambio, en la anterior comandada por García Jofre de Loaysa.

En cuanto a su datación, las razones que me inducen a pensar que fue escrito en 1558 las encuentro en el propio contenido del texto: el destino del viaje, no sólo las Molucas sino también las Filipinas; las alusiones tanto a las tentativas anteriores de Alvaro de Saavedra Cerón de 1527 y Ruy López de Villalobos de 1542, como al recorrido de la costa occidental novohispana efectuado en este último año por Juan Rodríguez Cabrillo; y, por último, el no haber la menor referencia a la controversia mantenida por Carrión y Urdaneta en 1560 sobre el destino de la armada que comandaría Miguel López de Legazpi cuatro años más tarde. Por otra parte, confirma nuestra hipótesis el hecho de que un mandato de Felipe II al virrey Velasco de 1559, un año después de la embajada de Carrión a Madrid, aluda al contenido de este informe:

El memorial que nos embiastes de la artillería, rescates y otras cosas que os pareció que de acá se debían mandar embiar para que los navíos que embiásedes al dicho descubrimiento fuesen apercevidos y en orden, de manera que fuese de efecto su yda así para la buelta, como para que no ofendiendo a nadie se puedan

12 M. C. PESCADOR DEL HOYO, *Documentos de Indias, siglos XV–XIX: catálogo de la serie existente en la sección de Diversos*, Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, Archivo Histórico Nacional, 1954.

13 AGI, Patronato 18, ramo 15 y ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL [AHN], Diversos-colecciones, legajo 34, doc. 2. Agradezco al Dr. Luis Alonso Álvarez la noticia del conservado en el segundo de los repositorios. El ejemplar conservado en el AGI fue publicado por J. RAMÓN DE MIGUEL, *Urdaneta y su tiempo*, Ordizia, Guipúzcoa, Ayuntamiento de Ordizia, 2008, apéndice 3.º, pp. 163–76. Aunque este autor reconoce (p. 77) que se trata del documento del que acusa recibo Felipe II a Luis de Velasco (RC Valladolid, 24 de septiembre de 1559), sin embargo ignora todo lo relativo a su génesis, data y envío a España por medio de Carrión.

14 Ello lo infiero por la siguiente cita del redactor del memorial: «Y sería muy acertado para acreditarnos para la contratación que adelante se a de tener, pues el negocio es tan importante y aprovechará mucho para esto un clérigo llamado Cosme de Torres, valenciano, que está en esas yslas de Japón, que es teatino, convirtiendo los naturales de estas yslas, *que pasó con nosotros* el año de quarenta y dos» (la cursiva es mía).



defender en la mar y en tierra de quien los quisiere ofender y para que den de los rescates que llevaren, mandamos veer. Y aviendo platicado sobre ello y oído al capitán Juan Pablo de Carrion, con quien nos escrivistes que se podía dar crédito en este negocio, ha parecido que se os debe mandar embiar lo contenido en el memorial que va con ésta [...]»<sup>15</sup>.

Palabras confirmadas un año después por el propio virrey Velasco: «El artillería y municiones y armas y rescates que V.M. mandó inviar han venido conforme a la memoria que dio en el Real Consejo Juan Pablo de Carrión [...]»<sup>16</sup>. A ello habría que añadir que en 1558 Carrión, ante la ausencia de Carlos V de la corte, se entrevistó con quien entonces presidía interinamente el Consejo de Indias, el licenciado Briviesca, su consejero decano<sup>17</sup>, dato que podría explicar el hecho de que el presente memorial esté encabezado con la fórmula «Ilustrísimo Señor» en lugar de la más solemne «Sacra Cathólica Magestad» usada para dirigirse al rey.

Si atendemos a su contenido, el documento está dividido en tres partes: la primera versa sobre los navíos y su avituallamiento, lugares donde recalar, actos a realizar en ellos y derrotas de ida y vuelta; la segunda es una memoria de las provisiones y rescates a embarcar, algunas de las cuales habrían de adquirirse en Lisboa; cierra el escrito una relación de la riqueza especiera del Maluco e islas comarcanas. De las tres partes, sin duda la primera es la más significativa y en ella podemos destacar varias cuestiones. Así, la necesidad de contar con dos navíos, de 150 y 120 toneladas respectivamente, comprados en Nicaragua o Panamá, en los que se embarcaría la artillería llevada desde España, pilotos, carpinteros, herreros, cirujanos, sacerdotes, etc. Los víveres necesarios (maíz, cecina, pescado, sal), así como las mercancías destinadas a rescates, se congregarían en Acapulco, el puerto más cercano –65 leguas– a la ciudad de México. Tema importante son los lugares donde arribar. En el área del archipiélago filipino se citan Mazagua –donde se preguntaría «por el señor de ella, que en tiempos de Magallanes se bautizó y se llamó don Carlos»<sup>18</sup>, y después tornó a su gentilidad. Si fuera muerto, preguntar por su hijo Catando»–, la bahía de Cobos<sup>19</sup>, Abuyo, Tandaya –donde se llamaría a

15 AGI, Patronato 23, ramo 12 (RC Valladolid, 24 de septiembre de 1559); en P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, doc. 1, pp. 77–8.

16 AGI, Patronato 23, ramo 12, un duplicado en AGI, México 19, ramo 23 (Velasco al rey, México, 28 de mayo de 1560); en P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, doc. 3, pp. 80–2.

17 Véase nota 11.

18 Al tratar de la expedición de Villalobos, R. AGANDURU MORIZ (op. cit., Vol. 79, p. 51) cita al rey de Mazagua Maruma, anciano de 80 años, quien preguntó a Bernardo de la Torre si los españoles venían a vengar la muerte de Magallanes.

19 Según la relación de García de Escalante (ed. de C. VARELA, p. 138), Cobos es el nombre del principal de un pueblo sito en una bahía de la isla de Tandaya, quien declaró amistad a los españoles.

todos los principales de la comarca para «darles a entender que queremos ser sus amigos y que hemos de yr al Maluco. Y si preguntaren por el capitán Calavaça, conviene decir nunca tal aver cognoscido, porque quedaron escandalizados dél»-, Sarrangán e islas de Sanguin, Talao y Nuza, lugares en los que se buscaría cristianos cautivos. En cambio, en la isla de Mindanao se intentaría trabar amistad con el señor de Butuán, el puerto principal de dicha isla y donde los navíos de China y Borneo iban a rescatar oro, muy abundante allá<sup>20</sup>.

El siguiente lugar a visitar sería la isla maluqueña de Gilolo (la actual Halmahera), donde se entregarían cartas y presentes «al rey, que se llama Catarabume, o a Quichil Cotorati, su hijo, o a Quichil Quidori, su hermano del rey, o a Quichil Diaz», así como al «rey de Tidori y a Quichil Humar, señor de Machián», agradeciéndoles mucho lo que habían hecho por los cristianos<sup>21</sup>. En Gilolo el fin primordial de la armada sería obtener mediante rescate especias (clavo, nuez moscada, macis), así como la petición de un par de caracoas –navío filipino a remo– para ir a conseguir otras a las islas de Banda. Posteriormente, una parte de ellas se llevaría a Filipinas para mostrar a sus naturales la amistad anudada con los del Maluco y animarlos con el ejemplo a servir ellos también a los castellanos; otra se destinaría a trocar dichas especias en Japón «por seda en madeja y sedas tejidas, rasos, damascos y tafetanes, mulios, brazadillos, ámbar gris, almizque, algalia, aljófara, marfil, mejuy almendrado y blanco, ruybarvo, camphora, palo de China, porcelanas, oro y pedrería y otras mercaderías que en aquella tierra ay»; por último, las especias no intercambiadas se podrían «traer a la Nueva España, porque se traiga muestra de todo lo que en aquellas partes ay [...]». Además, y para hacerse dignos de crédito con los japones y miacos, estos últimos

20 Abuyo, Tandaya y las islas de Sanguin, Talao y Nuza aparecen también en la relación de García de Escalante; no así el capitán Calabaza.

21 Estos nombres no aparecen en la relación de García de Escalante, quien da otros distintos, como Macahandala, Herein o el citado Cobos, señores de pueblos situados en una bahía de la isla de Tandaya; Quichil Rade, hermano del rey de Tidore; Sarriparra, rey de Mindanao; Sibatuy, Silaigat y Turris, reyezuelos indígenas. Por su parte, R. AGANDURU MORIZ, al tratar el viaje de Villalobos en su *Historia general* citada, menciona el nombre de Katabruno, rey de Gilolo (Vol. 78, p. 389), sin duda el Catarabume del memorial de 1558; los de Cachil Timor y Cachil Diaca (Vol. 79, p. 11), posiblemente los Quichil Quidori y Quichil Diaz del memorial anónimo; y los de Turris, Cobos, Hiriñin y Macandala (Vol. 78, pp. 516–31). Según C. ALONSO (op. cit., p. 117, nota 7), Katabruno reinó durante los años de 1536 a 1552. A la par, Andrés de Urdaneta cita, para el tiempo en que estuvo en el área del Maluco, a un Quichil Catarabume, gobernador de Gilolo, en su «Relación escrita y presentada al emperador por Andrés de Urdaneta de los sucesos de la Armada del comendador Loaysa, desde 24 de julio de 1525 hasta el año de 1535. Valladolid, 26 de febrero de 1537», en AGI, Patronato 37, ramo 36. Véase su transcripción en RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Isacio, OSA, *Historia de la provincia agustiniana del Santísimo Nombre de Jesús de Filipinas*. Vol. XIII, Manila, Valladolid, Zamora, [s.n.], <1965–1993>, 1978, doc. 3, pp. 218–72, especialmente p. 250.

habitantes de la isla de Miaco, antiguo nombre de Kyoto, convendría llevarles presentes y contar con la ayuda del jesuita valenciano Cosme de Torres, «que pasó con nosotros el año de quarenta y dos» en la expedición liderada por Ruy López de Villalobos<sup>22</sup>.

Los autores del memorial anónimo presentado en la corte por Carrión el año de 1558 nos proporcionan una interesante información sobre los viajes de ida y vuelta. Para el de ida proponen dos alternativas. La primera, zarpar de Acapulco por noviembre o diciembre en dirección a las islas de los Ladrones –posteriormente rebautizadas como Marianas– y Filipinas «pues vientan en aquella sazón nordestes y lestes y suestes. Y salidos de la costa sirviendo el viento, conviene atravesar luego en demanda de las islas de los Ladrones [...]», continuando, aunque un poco más al norte, la derrota que siguiera Álvaro de Saavedra en 1527. La segunda, proseguir la costa de Nueva España más allá de los 42 grados latitud norte a los que llegara Juan Rodríguez Cabrillo en 1542 para, costeándola, comprobar si desembocaba sobre la tierra firme de Miaco o las islas del Japón y, desde allí, llegar a las Filipinas<sup>23</sup>.

Para el viaje de vuelta, que hasta entonces aún no se había conseguido completar con éxito, el memorial anónimo propone salir a fines de abril de la isla maluqueña de Gilolo para las Filipinas, de donde se partiría en mayo para los Lequios<sup>24</sup> y el Japón; y desde Miaco se ascendería a unos 45 grados para enlazar con los vientos del oeste que llevarían a la Nueva España. Esta será precisamente la derrota que tomarían dos navegantes, Alonso de Arellano y fray Andrés de Urdaneta, unos años más tarde para cruzar por primera vez, pero independientemente uno de otro, de oeste a este el océano Pacífico. A destacar, por último, que los autores del memorial fantasean acerca de las consecuencias positivas del descubrimiento del tornaviaje, entre ellas que los naturales irían a las Indias Occidentales a comerciar. Al margen del documento un lector, probablemente un miembro del Consejo de Indias,

---

22 El sacerdote secular Cosme de Torres viajó como capellán en la expedición de Villalobos. En Amboina trabó íntima amistad con Francisco Javier, quien le admitió en la Compañía de Jesús. Cosme de Torres acompañó al futuro santo al Japón y de él recibió el nombramiento de superior en aquella isla cuando Francisco Javier quiso partir para China. Falleció en 1570. Véase M. CUEVAS, SJ, *Monje y marino: la vida y los tiempos de fray Andrés de Urdaneta*, México, Galatea, 1943, pp. 142–5.

23 Esta segunda alternativa era una derrota impracticable debido a la existencia en esas altas latitudes de los vientos del oeste y de la corriente de Kuroshio, que empujan al unísono hacia la costa norteamericana.

24 Los lequios eran los habitantes de unas islas que la tradición situaba al oriente de Asia. Véase J. GIL, *La India y el Catay: textos de la antigüedad clásica y del medievo occidental*, Madrid, Alianza, 1995, p. 131; *idem*, *Mitos y utopías del descubrimiento. 2. El Pacífico*, Madrid, Alianza, 1989, pp. 19, 39, 52 y 128. Actualmente las islas de los Lequios se corresponderían con el archipiélago Riu-Kyu, situado al sur del Japón.

puso la anotación «ojo», como si quisiera subrayar la importancia comercial que supondría una ruta comercial que uniera Asia con Nueva España.

### El regreso de Carrión a Nueva España

Fruto de la embajada de Juan Pablo de Carrión a la metrópoli fue la orden real de 24 de septiembre de 1559 al virrey Luis de Velasco de construir dos naos para el viaje a las islas Filipinas, que el «rey prudente» consideraba que no caían en la demarcación lusa según el tratado de empeño firmado con Portugal el año de 1529. Además, el monarca remarcaba que lo principal era «saber la vuelta, pues la yda se sabe que se hace en breve tiempo»<sup>25</sup>.

El destino señalado por el segundo de los Felipes a la expedición será motivo de una áspera controversia entre Urdaneta y Carrión, este último al frente del astillero de La Navidad desde su vuelta de Madrid<sup>26</sup>. Como sabemos, Velasco y su monarca se inclinaron por el primero, quien, convencido de que las Filipinas sí caían dentro del empeño, propuso en su lugar ir a la Nueva Guinea<sup>27</sup>. Ello motivó que Carrión, caído en desgracia y apartado de la expedición debido a su cuestionada actuación como encargado del astillero citado<sup>28</sup>, escribiera –despechado o no, lo que importa son sus argumentos– al rey una carta<sup>29</sup> y un informe crítico<sup>30</sup> en el que defendía las ventajas que presentaban las islas Filipinas, meta fijada –recordemos– por el propio monarca en 1557.

### Comparativa entre el informe de 1558 y el de Urdaneta de 1561

Dejando de lado la polémica sobre el destino de la armada, que finalmente fueron las Filipinas<sup>31</sup>, resulta pertinente comparar el informe que

25 AGI, Patronato 23, ramo 12 (El rey a Velasco. Valladolid, 24 de septiembre de 1559); en P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, doc. 1, pp. 77–8.

26 AGN, Mercedes 5-6, fls. 52–53v. (Comisión del virrey Velasco a Juan Pablo Carrión para ir al puerto de La Navidad y tener a su cargo la obra de los navíos que hacen en él, y le entreguen Hernando Botello y Guido de Labezaris. México, 14 de junio de 1560); en J. I. RUBIO MAÑÉ, «La expedición de Miguel López de Legazpi a Filipinas», *Boletín del Archivo General de la Nación* Vol. V: 3–4 (México, jul.–dic., 1964), doc. 1, pp. 755–6.

27 AGI, Patronato 23, ramo 12, un duplicado en AGI, México 19, ramo 23 (Parecer de Urdaneta, 1560); en P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, doc. 5, pp. 85–6. Para el fraile, sólo se podría entrar en Filipinas para rescatar españoles de anteriores expediciones que estuviesen allí en manos de infieles.

28 L. F. MURO, *La expedición Legazpi-Urdaneta*, p. 70. P. HIDALGO NUCHERA, art. cit., 1011, pp. 252–3.

29 Carrión al rey. México, 11 de septiembre de 1564, en F. del PASO y TRONCOSO, op. cit., Vol. X, doc. 553, pp. 50-3, y en J. I. RUBIO MAÑÉ, op. cit., pp. 693–6.

30 AGI, Patronato 263, ramo 23 (Relación de Juan Pablo Carrión al rey. ¿Septiembre de 1564?); en J. I. RUBIO MAÑÉ, op. cit., p. 692, nota 272.

31 La disputa y la documentación en que se basa son analizadas por L.F. MURO, op. cit., y por P. HIDALGO NUCHERA, art. cit., 1011.

Urdaneta redactó en 1561 con el memorial anónimo presentado en la corte por Carrión casi tres años antes para darnos cuenta de las similitudes entre ambos. El escrito del fraile de Ordizia consta de dos partes: una memoria de todo lo necesario para el viaje y, en segundo lugar, los derroteros para llevarlo a cabo<sup>32</sup>. En la primera su autor hace referencia a lo indispensable para la navegación, concordando algunos de sus datos con el memorial de 1558: aboga por dos galeones, uno de 250 y otro de 200 toneladas, a los que añade un patache de hasta 40 toneladas; recomienda el puerto de Acapulco como más apropiado que el de La Navidad para alistar la armada, tanto por las facilidades que proporcionaba como por su mejor situación; y asimismo la necesidad de enviar desde España armas, pólvora, brea, alquitrán, lonas para velas, clavazón, cartas de marear, agujas, ampolletas, astrolabios, ballestillas, lombarderos y buena gente de mar. En la segunda parte de su informe, titulada «De la navegación que se ha de hacer», Urdaneta proponía, de acuerdo con los meses en que se iniciase el viaje de ida, las tres rutas siguientes:

1.<sup>a</sup> Octubre-noviembre de 1561: navegar recto al poniente en busca de la isla de San Bartolomé, situada entre los 14 y los 14 grados y medio latitud norte, bajar a los 13 grados para hallar la isla Botaha, una del archipiélago de los Ladrones<sup>33</sup>, y finalmente, navegando al oeste cuarta del sudoeste, bajar a los 11 grados para enfilarse hacia las Filipinas<sup>34</sup>.

2.<sup>a</sup> Noviembre-enero: salir «derechamente en busca de la Nueva Guinea», situándose para ello entre los 25 y 30 grados latitud sur; si no se hallase, navegar al oeste, noroeste-oeste hasta ponerse en 5 grados sur; reconocer su costa hasta donde el tiempo lo permitiera, pues se debía tener presente la necesidad de llegar a Filipinas no más allá de noviembre del año siguiente (1562).

3.<sup>a</sup> Saliendo de Acapulco en marzo de 1562 o más adelante: subir la costa oeste de la Nueva España hasta los 34 o más grados de altura y reconocer la costa que descubrió Juan Rodríguez Cabrillo en 1542; e informándose de

32 AGI, Patronato 23, ramo 15, y AHN, Diversos-colecciones, legajo 24, doc. 52 (Memoria y derroteros hechos por fray Andrés de Urdaneta de la navegación que había de hacer desde el puerto de Acapulco para las islas de Poniente); en P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, doc. 8, pp. 90-7.

33 Para A. LANDÍN CARRASCO (*Islario español del Pacífico*, Madrid, Ediciones Cultura Hispánica/ Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1984, p. 121) se trata de la isla de Rota; en cambio, J. RAMÓN DE MIGUEL (op. cit., pp. 49 y 85) se inclina por la de Guam.

34 En su carta al rey de 1 de enero de 1561, Urdaneta mostrará su preferencia por esta primera ruta: «Deseo que nos partamos en principio de octubre, o al más tardar en el de noviembre, por ser entonces buen tiempo asy para navegar de aquí a las Filipinas por vía reta como, para después de llegados allá, cumplido con lo que V.M. manda, demos la vuelta para acá en tiempo devido para açertar en la navegación». Urdaneta al rey. México, 1 de enero de 1561, en RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, op. cit., Vol. XIII, doc. 10, pp. 303-5.

los naturales de un «agua grande»<sup>35</sup> que comunicaron a dicho navegante, desde allí virar al poniente «descubriendo lo que hay entre esta tierra y la de China, hasta cerca de las islas de Japón»; si durante esta travesía no se avistaba ninguna tierra de importancia, seguirían a las Filipinas costeano la costa noroeste americana; en caso de no ser posible, se subiría hasta los 37 grados norte, desde donde se pondría rumbo al poniente hasta el meridiano de la isla Botaha, continuando desde aquí hasta Filipinas<sup>36</sup>.

Pues bien, la primera y tercera rutas del viaje de ida propuestas por el fraile agustino<sup>37</sup> coinciden con las dos ofrecidas por los autores del escrito anónimo de 1558. Ello no debe representar sorpresa alguna, ya que, como señalamos más arriba, Urdaneta participó en las conversaciones impulsadas por el virrey Velasco un año antes. ¿Pero qué sucede con el viaje de vuelta?

### Un conocimiento acumulado y compartido

En cuanto al conocido como «tornaviaje», no cabe duda de que muchos navegantes y pilotos de la época que habían viajado al poniente en expediciones anteriores<sup>38</sup> conocían el régimen de vientos predominantes en el sudeste asiático<sup>39</sup>, pero –y he aquí el meollo del asunto– ¿también cómo y cuándo enlazar desde allí con los vientos del oeste que reinan más allá de los

35 J. RAMÓN DE MIGUEL (op. cit., p. 86) la asimila a la bahía de San Francisco.

36 Curiosamente, Urdaneta cae en el mismo error que el autor o autores del memorial anónimo de 1558, en el que él sin duda intervino, en el sentido de que ésta era una derrota imposible porque los vientos y corrientes existentes en las latitudes templadas del Pacífico norte impedirían llevarlo a cabo.

37 Resulta extraño que en ambos derroteros Urdaneta fije como destino las Filipinas, ya que él había propuesto un año antes ir a Nueva Guinea por caer aquéllas dentro del empeño, idea que siguió defendiendo cinco años más tarde. AGI, Patronato 49, ramo 12 (Parecer de fray Andrés de Urdaneta sobre si el Maluco y las Filipinas caen dentro del empeño. Madrid, 8 de octubre de 1566). L. F. MUÑOZ (op. cit., p. 22) achaca esta incongruencia a que Urdaneta no rehuía el arribo a Filipinas, pero únicamente como lugar para iniciar el viaje de vuelta de la Nueva España.

38 Marinos como Gonzalo Gómez de Espinosa y Ginés de Mafra, miembros de la primera tentativa de retorno en 1522; o fray Jerónimo de Santisteban, Juan Pablo de Carrión, García de Escalante Alvarado e Iñigo Ortiz de Retes, participantes en el viaje de Villalobos. Todos ellos habían retornado a México y allí debieron ser conocidos por Urdaneta, quien había presenciado *in situ* los dos fracasados intentos de Alvaro de Saavedra de 1528 y 1529 por retornar de las Molucas a Nueva España. A destacar otro marino, Martín de Islares, quien volvió a España con la nao *Victoria* de Elcano en 1522, viajando de nuevo con Loaysa en 1525 y con Villalobos en 1542; además, acompañó a Bernardo de la Torre en su fallida tentativa de 1543. Todos ellos aparecen citados en H. R. WAGNER, *Spanish Voyages: To the Northwest Coast of America in the Sixteenth Century*, San Francisco, Berkeley, California Historical Society, 1929, p. 110. *Idem*, «Urdaneta and the return route from Philippines Islands», *The Pacific Historical Review*, n.º 13:3 (1944), pp. 313–6.

39 Recordemos, por ejemplo, que García de Escalante afirma en su relación que, según los nativos del Maluco, «entrante octubre se acaban los vientos del sur [monzón húmedo de verano que permite la navegación oeste-este en el océano Indico] y comienzan los del norte [monzón seco de invierno, que la permite de este a oeste]». García de Escalante, *Relación*, edición de C. VARELA, p. 149.

30 grados latitud norte y que conducirían a los navíos de regreso a la Nueva España? Según la relación de García de Escalante, Martín de Islares –en la disputa sostenida en Tidore hacia 1545 entre los partidarios de intentar un tercer regreso a Nueva España y los que, con Ruy López de Villalobos, se inclinaban a aceptar la oferta portuguesa de regresar a la Península Ibérica por la vía de la India– aseguró ser posible:

[...] yo tengo piloto y algunos marineros y soldados que se ofrecen como servidores y criados de Su Señoría de hazer este viaje en el dicho navío; el cual dicho viaje es público e notorio se puede hazer y Vuestra Merced lo a dicho muchas vezes y el piloto que quiere ir lo confiesa y se atreve de ir a hazerlo, como hombre que a ido otra vez con el capitán Bernardo de la Torre en descubrimiento del dicho viaje, y como hombre que tiene la tal espiiriencia dize qué l lo quiere hazer, pues el año passado no se hizo por aver arriavado sin tiempo y estar ya arriavado al tiempo que avía de navegar. Y el dicho capitán Bernardo de la Torre se ofrece y dize que, aunque sea por grumete, hará el dicho viaje, como hombre que sabe lo que tiene descobierto [...] <sup>40</sup>.

¿Cuál era esa ruta que tantos alardeaban de conocer? El memorial anónimo de 1558 la desvela de una forma clara y precisa:

Llegado al fin de habril conviene estar prestos para partir, tomando la derrota de las yslas de los Lequios o de Japón, que es la mejor derrota que se puede tomar para bolver a la Nueva España [...] por manera que por este dicho *tiempo de mayo* hemos de partir de las Filipinas para yr a la ysla de los Lequios y yslas de Japón y, desde allí, con los mismos vientos hemos de atravesar a tomar la costa de la Nueva España [...] Y desde allí [Miacó], conforme al viento que nos sirviere, hasta quarenta o quarenta cinco grados atravesaremos [hacia] la costa de la Nueva España, en la qual travesía estoy certificado de los naturales de aquellas partes ay muchas islas pobladas, de las quales vienen navíos tinglados como hurcas a contratar en estas yslas, los quales no traen otra mercadería sino barretas de plata. [La cursiva es mía.]

¿Por qué se señala el mes de mayo para zarpar de Filipinas hacia el norte? La respuesta está en los monzones, vientos especialmente representados en el Indico y el mar de China y cuyo régimen depende de los cambios de temperatura y de presión entre la tierra y el mar, cambios que no se producen de golpe sino gradualmente. Partiendo del principio físico de que el viento se desplaza de las altas a las bajas presiones, el mecanismo es el

---

40 García de Escalante, *Relación*, edición de C. VARELA, p. 160. Bernardo de la Torre salió de Sarangani en agosto de 1543 con la intención de llegar a Nueva España; dos años después lo intentó desde Tidore Iñigo Ortiz de Retes, nuevamente sin éxito.

siguiente<sup>41</sup>. a) Al comenzar la primavera en el hemisferio norte la masa continental asiática comienza a calentarse y, con ello –debido a su menor presión relativa respecto a las aguas circundantes del océano Indico–, a absorber vientos marinos, originando un corto período de vientos bonancibles del sur (suroeste debido a la rotación de la Tierra). Son los llamados *vendavales*, que soplan del mar a la tierra y que, comenzando por los golfos de Tonquín y Siam, se extienden a la costa occidental rebasando las Filipinas. Es, por tanto, el momento de zarpar desde aquí hacia el norte, puesto que a fines de junio, inicio del verano, y durante toda esta estación la acentuación de las bajas presiones relativas del continente hace que dichos vientos –conocidos como *monzón húmedo de verano*– soplen fuertemente, cruzando el Indico y el mar de China acompañados de temporales y ciclones tropicales, llamados *baguíos* en Filipinas, que hacen penosa si no imposible la navegación. b) Hacia principios de octubre, comienzos del otoño en el hemisferio norte, y debido a que las bajas presiones relativas del continente asiático comienzan a desaparecer a causa de su enfriamiento respecto a las aguas del Indico, el viento rola, pasando a ser del norte (noreste a causa de la rotación de la Tierra). Son las *brisas*, que soplan del continente al mar, quedando entablado paulatinamente el *monzón seco de invierno*, de vientos fríos, secos y moderados que no permiten navegar en esa dirección. Pues bien, el mecanismo descrito es el que explica que la salida de los navíos desde Filipinas hacia la Nueva España se reduzca anualmente a un corto espacio de tiempo, concretamente entre mayo y mediados de junio.

¿Qué escribe, por su parte, fray Andrés de Urdaneta en su informe de 1561?:

Estas navegaciones tengo trazadas de esta manera<sup>42</sup>, para si no nos pudiéremos partir para en principio de Noviembre han de ir desde la Nueva España, porque partiéndonos tarde de acá no llegamos allá quando nos falte tiempo para cumplir con lo que V.M. nos manda e para podernos aderezar para la vuelta, porque conviene que con los primeros tiempos que pudiéremos partir de allá para acá, nos partamos sin esperar que los tiempos que son francos y buenos para navegar acá se entablen<sup>43</sup>, porque siempre se han hallado cortos por durar poco tiempo, y a esta causa hemos de partir de allá, de manera que quando entraren los tiempos prósperos nos tomen más acá si pudiéremos de las islas

41 Sobre estos vientos estacionales véase A. LÓPEZ GÓMEZ, «Los monzones y el clima del Asia monzónica», *Estudios Geográficos*, Vol. XIII, n.º 47 (mayo, 1952), pp. 257–98.

42 Se está refiriendo a las tres rutas propuestas por él para el viaje de ida.

43 Se refiere a los vientos bonancibles y primaverales del suroeste que permiten a los navíos zarpar de Filipinas en mayo antes de que salte el monzón húmedo de verano a fines de junio. Urdaneta está proponiendo zarpar un poco antes, en abril, para mayor seguridad.



de los Ladrones<sup>44</sup>, y no que esperemos en los puertos de las islas Filipinas a los tiempos prósperos que son los vendabales<sup>45</sup>, aunque hagamos esta primera navegación a fuerza de brazos<sup>46</sup>, porque si no hacemos así podría ser que nos acaeciese lo que a los pasados<sup>47</sup> o que tuviésemos necesidad, llegando allá tarde, de esperar a otro año, lo qual sería muy gran inconveniente, así por haber en aquella mar de las islas mucho gusano que echa a perder los navíos como porque en este comedio podrían tener los portugueses noticia de nosotros, de lo qual podría redundar algún daño, demás que para estar mucho tiempo entre los naturales de aquellas islas son algo de mala digestión. Y asimismo los españoles, donde quiera que están mucho tiempo, suelen dar ocasiones para durar poco la amistad. Y aunque en todo tiempo se han de evitar todos los inconvenientes que nos puedan dañar, mucho más en este viaje<sup>48</sup>.

Las indicaciones de este texto han sido tachadas de vagas<sup>49</sup> e indeterminadas<sup>50</sup>, pero en realidad Urdaneta está proponiendo exactamente lo mismo que el memorial anónimo de 1558: zarpar de Filipinas un poco antes de que en mayo comiencen a soplar los primeros vientos del suroeste, que por entonces son *vendavales* bonancibles –o «prósperos», como los denomina él mismo–, para que cuando se entable el peligroso *monzón húmedo de verano* que hace impracticable la navegación en el mar de China, el navío se halle más allá de las islas de los Ladrones, fuera por tanto de su radio de acción.

---

44 Más al oriente de las citadas islas, ya que Urdaneta escribe en Nueva España.

45 Viento fuerte que sopla del suroeste, aunque en primavera es moderado debido a que las diferencias de presión entre la tierra y el mar todavía no son muy acusadas. Es el contrapuesto a la brisa, viento que sopla del noreste.

46 Remando. Urdaneta usa esta metáfora para significar lo conveniente de salir del área del monzón de verano lo antes posible para que no le suceda lo mismo que a quienes antes que él intentaron el tornaviaje.

47 Cinco fueron los intentos habidos hasta entonces de cruzar el Pacífico de oeste a este, todos ellos fallidos: el de Gonzalo Gómez de Espinosa, miembro de la expedición de Magallanes (Tidore, 6 de abril de 1522); los dos de Álvaro de Saavedra (Tidore, 14 de junio de 1528 y 3 de mayo de 1529); el de Bernardo de la Torre (Sarangani, 4 de agosto de 1543) y el de Iñigo Ortiz de Retes (Tidore, 16 de mayo de 1545), estos dos últimos miembros de la expedición de Villalobos. A destacar que el primer intento de Saavedra llevó al descubrimiento de las islas Papúa, al sur de Nueva Guinea, tierra navegada –y así denominada por vez primera debido al fenotipo de sus habitantes– por Ortiz de Retes en el suyo.

48 AGI, Patronato 23, ramo 15, y AHN, Diversos-colecciones, legajo 24, doc. 52 (Memoria y derroteros hechos por fray Andrés de Urdaneta de la navegación que había de hacer desde el puerto de Acapulco para las islas de Poniente); en P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, doc. 8, pp. 90–7.

49 J. GIL, «El primer tornaviaje», in Salvador Bernabéu Albert (coord.), *La nao de China, 1565-1815: navegación, comercio e intercambios culturales*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2013, pp. 34–5.

50 O. H. K. SPATE, *El lago español*, Barcelona, Casa Asia, 2006, p. 154. Este autor supone, sin aclarar la base para ello, que era posible que el fraile de Ordizia «estuviera reservándose una ruta por el norte».

## Consideraciones finales

Con la comparativa realizada entre los informes de 1558 y 1561 debe quedar ya fuera de toda discusión que el tornaviaje o vuelta de Filipinas a Nueva España por el Pacífico norte era conocido en la primera de esas fechas, así como también el momento de iniciarlo, el mes de mayo, precisamente antes de que saltara a fines de junio el monzón húmedo de verano con sus fuertes vientos y baguños<sup>51</sup>. El primero que consiguió llevar a cabo la travesía fue Alonso de Arellano<sup>52</sup>, pero quien logró el lauro de su «descubrimiento», apoyado por la poderosa orden agustina a la que pertenecía, fue el fraile de Ordizia. Ambos navegantes partieron de las Islas del Poniente con rumbo noreste mucho antes de que saltase el monzón húmedo de verano –Arellano, con el piloto Lope Martín, a bordo del patache *San Lucas* el 22 de abril de 1565; Urdaneta, con los pilotos Esteban Rodríguez y Rodrigo de Espinosa, en la nao *San Pedro* el 1 de junio– para, ayudados por los vientos bonancibles y primaverales del suroeste enlazar más allá de los 30 grados latitud norte con la corriente cálida del Kuroshio y con los vientos del oeste,

51 El primer adalid de la tesis de que la derrota del tornaviaje era conocida antes de 1565 fue Henry R. Wagner en sus obras ya citadas, argumentando que el conocimiento de la ruta del tornaviaje era conocida por otros marineros que habían estado en las Molucas, que Urdaneta no era un marino sino un soldado y que, poco antes que él, había logrado la proeza el capitán Alonso de Arellano. Siguieron su criterio investigadores tan relevantes como R. BERNAL (*México en Filipinas: estudio de una transculturación*, México, UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, 1965, p. 57), O. H. K. Spate (op. cit., p. 154) y J. Gil (op. cit., 1989, pp. 61–2). Este último autor ha aquilatado meticulosamente sus argumentos en «El primer tornaviaje», pp. 25–64. De todo ello no se debe deducir un menoscabo de los conocimientos científicos de Urdaneta, a quien el virrey Velasco consideraba «[...] el mejor y más cierto cosmógrafo que hay en esta Nueva España». AGI, Patronato 23, ramo 12 (Velasco al rey, México, 28 de mayo de 1560); en P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, doc. 3, pp. 80–2. Pero a pesar de las alabanzas de Velasco y de sus hermanos agustinos, no era el único que los poseía.

52 Toda la historiografía legazpiana reconoce que el patache *San Lucas*, pilotado por Lope Martín, se separó muy pronto del resto de la flota, llegó a Filipinas y regresó al Puerto de la Navidad el 9 de agosto de 1565, dos meses antes de que lo hiciera Urdaneta a bordo de la nao *San Pedro*, que llegó a dicho puerto el 1 de octubre y siete días después lo hacía al de Acapulco; en cambio, las opiniones difieren sobre el hecho de si tal separación fue deliberado o fruto de circunstancias climatológicas; véase al respecto P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 2009. La relación del viaje de Arellano en *Colección de documentos y manuscritos compilados por Fernández de Navarrete*, Vol. XVII, doc. 17, pp. 355–418; y en CDIU, Vol. III, doc. 37, pp. 1–76. Según la cronología aducida por Arellano y su piloto Martín, la noche del 1 de diciembre un fuerte viento apartó su navío del resto de la flota; el 30 de enero de 1565 llegaron a un puerto de la isla filipina de Mindanao, donde esperaron 33 días la llegada del resto de la armada; como no hubo noticia alguna de ella, el 4 de marzo iniciaron un periplo por la zona (se citan las islas de Saragan, Mindanao y Mactán); finalmente, el 22 de abril de 1565 decidieron –«[...] pues venía el verano [...] y pues el intento de S.M. era descubrir esta buelta [...] y nosotros no podíamos topar el armada [de Legazpi]» – iniciar el viaje de regreso. Tras subir hasta los 43 grados latitud norte, a mediados de julio avistaron las costas de Nueva España, el 28 de ese mes la punta de California y, por último, el 9 de agosto arribaron a La Navidad.

gracias a los que pudieron poner rumbo este<sup>53</sup>. Y tras recorrer unos 18 000 kilómetros, ambos navíos llegaron a las costas occidentales de Norteamérica, donde la corriente fría de California les permitió descender en latitud hasta La Navidad, puerto al que arribaron, después de cuatro meses de dura singladura, el 9 de agosto y el 1 de octubre respectivamente, aunque el *San Pedro* se dirigió posteriormente al puerto de Acapulco, donde atracó siete días más tarde. Sin duda Arellano y Urdaneta conocían de antemano que, saliendo de Filipinas antes de que saltase el monzón húmedo de verano a fines de junio, los vientos hasta entonces moderados del suroeste posibilitaban ganar altitud, logrando surcar, por primera vez pero independientemente, la ruta que habían de seguir durante dos siglos y medio todos los navíos que se dirigieran de Manila a Acapulco.

#### Apéndice documental

##### Instrucciones para un viaje a las islas del Maluco. Siglo xvi<sup>54</sup>.

Ilustrísimo Señor<sup>55</sup>. La orden que me parece se deve tener en el descubrimiento de las yslas del Poniente de la Nueva España es la siguiente.

Primeramente<sup>56</sup>, se deven mercar dos navíos nuevos, de porte el uno dellos de cient y cinquenta toncles y otro de cient y veynte. Estos navíos se han de mercar en Nicaragua o en Panamá, a los quales, después de averse bien calafateado, se podían emplomar una braça desde la quilla para arriba, y lo demás que faltare hasta la lumbre del agua se emplomarán solas las costuras, con que los estoporoles se alcance la caveça el uno al otro. Han de venir estos navíos bien enxarciados y con sus xaretas desde el mástil mayor hacia el triquete. Ha de llevar cada navío de éstos dos bombas puestas.

Han de llevar estos navíos dobladas áncoras y cables y los demás aparejos y de velas y lonas para hacellas, y otras cosas nescasarias triplicadas. Y no aviendo buena xarcia de la de España o Nicaragua o Panamá, se ha de hacer de pita en la provincia de Guatemala.

53 A. F. GONZÁLEZ GONZÁLEZ, «El problema del regreso a las costas americanas desde la expedición de Magallanes-Elcano hasta el viaje de Andrés de Urdaneta», in Truchuelo García, op. cit., pp. 555–61. J. M. MALHÃO PEREIRA, «Da viagem de Fernao de Magalhaes ao estabelecimento da rota da Especiaria de Espanha: factores náuticos e metereológicos», in *Fernao de Magalhaes a sua viagem no Pacífico: antecedentes e consecuentes* (VII Simposio de História Marítima, 2001), Lisboa, Academia de Marinha, 2002, pp. 343–61. J. E. BORAÑO MATEO, «The arrival of the Spanish galleons in Manila from the Pacific Ocean and their departure along the Kuroshio stream (16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries)», *Journal of Geographical Research*, n.º 47 (nov. 2007), pp. 13–37.

54 AHN, Diversos-colecciones, legajo 34, doc. 2; y en AGI, Patronato 18, ramo 15. En la transcripción respetamos la grafía original. Sin embargo, y con el fin de hacer más cómoda la lectura al lector de hoy, hemos modernizado los signos de puntuación y acentuación y regularizado las mayúsculas y minúsculas. Las abreviaturas se han desarrollado con todas sus letras. La introducción de palabras en el cuerpo de las citas se señalan entre corchetes [ ].

55 Se debe de referir al licenciado Gracián de Briviesca, quien entonces presidía interinamente, como consejero decano, el Consejo Real de las Indias.

56 Nota al margen: «Es menester llevar provisión para aquellas gobernaciones».

Estos navíos han de yr artillados con artillería de bronce, porque la de hierro en aquellas partes, con la humedad de la tierra, es trabajosa. Y si se pudieren aver una docena de falcones de bronce con sus cámaras que acostumbran los portugueses con su peón cada uno, es artillería muy buena para el propósito. Asimismo, se deven llevar dos docenas de versos dobles de bronce con triplicadas cámaras. Asimismo, llevará cada navío un leme de respecto.

Hase de llevar destos reynos de Castilla quatro lombarderos extranjeros que lleven todos los adereços nescesarios para su oficio.

Hase de procurar ante todas cosas pilotos y gente de mar que sean hábiles en su arte. Y si posible fuere, que dexen prendas en Castilla o en las Yndias. Esto se entiende no siendo portugueses ni gallegos, porque para el viaje no conviene llevarlos.

Yten, que en cada navío vayan oficiales carpinteros de ribera y calafates, porque de más de servir a sus oficios, sirvan de marineros.

Hase de llevar un herrero, con su fragoa y aparejos, para hacer lo que conviniere a las naos.

Asimismo, conviene llevar un cirujano y barbero con sus medicinas y como para tal jornada se requiere.

Yten, se ha de llevar un sacerdote en cada navío.

Yten, ydos los navíos a la costa de la Nueva España al puerto de Acapulco, porque de más de ser buen puerto es el más cercano de la ciudad de México, que está sesenta y cinco leguas y tiene buenas poblaciones de yndios e su comarca para lo que necesario fuere al despacho de la armada. El qual puerto y tierra es muy sano.

Asimismo, conviene que para quando estos navíos llegan a este puerto que está en Acamaluta, que es el pueblo más cercano, todo lo necesario así de bastimentos y rescates y todo lo que ha de yr en los dichos navíos porque no se detengan allí, para que luego se prosiga el viaje y no se haga costa con la gente.

Allí en el puerto se han de hacer los hornos para hazer viscocho, porque será mejor y a menos costa.

El mayz que se ha de llevar en estos navíos se ha de traer de tierra templada o fría, por causa que lo de la costa, por ser tierra caliente, se daña presto.

Las cezinas se han de hazer en el mismo puerto de Acapulco a uso de la Yndia de Portugal, que es en salmuera.

El pescado se ha de pescar con chinchorro en el puerto de Cigatanejo o en Ajutitlán, veynte leguas de Acapulco, en el qual puerto y costa ay mucha cantidad de sal para el efecto y para llevar para la jornada.

Embarcados los bastimentos, municiones y rescates y todo lo demás, y puesto todo a punto, se ha de mandar que se confiesen y comulguen todos los que fueren en la flota, y que cada uno haga testamento. Han de quedar en tierra y, savidos los nombres de cada uno e naturaleza, se envíen a la Casa de la Contratación de Sevilla para que sea notorio a todos.

Y hechas las diligencias que en este caso se acostumbran, encomendados a Dios, se harán a la vela en el mes de noviembre o diciembre porque conviene partir por este tiempo, pues vientan en aquella sazón nordestes y lestes y suestes. Y salidos de la costa sirviendo el viento conviene atravesar luego en demanda de las yslas de los Ladrones, que están en más altura que las yslas de los Reyes ni de los Corales<sup>57</sup>. Y porque las dichas

---

57 Para éstas y otras islas que aparecen en el texto me remito a A. LANDÍN CARRASCO, op. cit., y a J. GIL, op. cit., 1989.

yslas de los Reyes y Corales son muy vaxas y no se ven hasta que están sobre ellas y, como son muchas, podría haber riesgo de dar en ellas, como creo lo hicieron los dos navíos de los tres navíos que el marqués del Valle envió<sup>58</sup>, que nunca más parecieron si no fue el uno que aportó a Maluco, y muestras dellos hallé yo en las dichas yslas. Por manera que para más seguridad del viaje sería de parecer fuésemos por más altura, por entre las islas de los Ladrones, y de allí fuésemos en demanda de la ysla de Matalotes y de la de los Arracifes, que están en altura de diez grados, para ver si podríamos surgir y tomar lengua de los naturales dellas y si ay algún christiano de los que fueron en los navíos del marqués del Valle que se perdieron, pues salían a nosotros haciendo la señal de la cruz y diciendo buenos días matalotes y rogándonos muy ayncadamente que fuésemos a sus yslas. De donde se infiere que estos naturales lo aprendieron de los españoles que a su poder vinieron, porque son muy ymportunos en todas aquellas partes por aprender nuestra lengua. Y aquel paraje de aquellas yslas no es viaje para seguir ningún christiano.

Y luego conviene seguir la derrota en demanda de las yslas Filipinas, que en altura de trece grados y un tercio. Y si antes que a ella llegaren tocaren en la ysla de Maçagua, que es una ysla de hasta cinco leguas de box, en la qual preguntarán por el señor della, que en tiempo de Magallanes se bautizó y se llamó don Carlos, y después se tornó a su gentilidad, el qual muestra ser amigo de los vasallos de su Magestad y por tal se tiene. Y si fuere muerto preguntarán por Catanao, su hijo y heredero, de los quales o de sus principales darán razón de los christianos que quedaron captivos en la ysla de Mindanao y Filipinas para que se dé orden a rescatallos, pues darán gran lumbré y aviso de las particularidades de la tierra, y avisalles cómo vamos a surgir con los navíos a las dichas Filipinas, a la vaya de Cobos, para que allí acudan con lo que hubieren savido y para que nos puedan, por nuestros dineros, vender de las cosas que uviéremos menester. Y ansimismo, se deve procurar que nos den dos paraos esquivados, que son navíos que ellos acostumbran, para que vayan en nuestra compañía hasta dexarnos surtos en la vaya de Cobos. Y servirá también a que los naturales de aquella comarca, viendo yr a éstos de Maçagoa en nuestra compañía, estarán seguros y no recibirán alteración, a los quales se les darán algunos rescates de los que se llevaren.

Llegados a las dichas Filipinas, a la vaya de Cobos, se hallarán buenos puertos donde poder estar seguros. Y toda esta tierra es muy poblada y de buena gente y ay en ella el mantenimiento de la tierra en abundancia.

Surto los navíos, conviene luego embiar a la ysla de Abuyo y Tandaya, que son los amigos cognoscidos que allí tenemos, de quien rescivimos muy buenas obras, a los quales conviene hacer mucha cortesía y dalles rescates para de nuevo ganarles las voluntades, porque nos serán muy provechosos para todo el tiempo que allí estuviéremos, y los demás naturales se asegurarán viendo que los otros naturales son amigos. Y si el principal, llamado Tandaya, fuere muerto porque hera muy viejo, se preguntará por un principal del dicho pueblo que se llama Duomona.

Asimismo conviene, por yntercesión de los amigos que tenemos, llamar [a] todos los principales de aquella comarca y dalles a entender cómo queremos ser sus amigos y que vamos a rescatar y no ha hacer guerra a ellos ni a nadie, y que de allí hemos de yr a las

---

58 Se refiere a la expedición enviada por Hernán Cortés al mando de su primo Alvaro de Saavedra Cerón. Compuesta de tres navíos, partió del puerto novohispano de Zihuatanejo el 31 de octubre de 1527, llegando a Tidore el 27 de marzo siguiente tan sólo la nave *Florida* comandada por el propio Saavedra. M. LEÓN-PORTILLA, *Hernán Cortés y la Mar del Sur*, Madrid, Ediciones Cultura Hispánica/Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1985, p. 71. C. PRIETO, *El océano Pacífico: navegantes españoles del siglo XVI*, Madrid, Alianza Editorial, 1975, pp. 71–2.

yslas de Maluco a favorecer y ayudar nuestros amigos que allá tenemos. A todos éstos es menester contentalles en dalles algunos rescates de poca ymportancia, porque de otra manera háceseles de mal hacer ninguna cosa. Y si preguntaren por el capitán Calavaça, conviene decir nunca tal aver cognoscido porque quedaron escandalizados dél. Y porque la gente destas yslas es muy sospechosa y sentida, conviene tener special cuydado que ningún natural sea mal tractado de obra ni de palabra, porque luego el pueblo todo por pequeña ocasión se alvoroará, y asimismo toda la comarca.

Y como los naturales desta tierra son cobdiciosos y envidiosos los unos pueblos con los otros, visto que les han dado algunas cosas y les mercan lo necesario, llegarán a los navíos y dirán que aquéllos son ladrones y que los quieren matar, que se vayan con sus navíos a sus puertos e pueblos y que les darán lo que uvieren menester, y por consiguiente harán todos los comarcanos diciendo mal los unos de los otros, por manera que conviene agradallos a todos dándoles algunos rescates de poco valor para tenellos todos contentos. Y lo que se diere a los unos, no lo han de ver los otros, aprovechándose de lo necesario, entreteniéndoles con palabras y alagándoles y dándoles sperança que, venidos otros navíos que aguardan, yrán luego a sus puertos y pueblos. Y durante este tiempo conviene proveerse de arroz y de las demás cosas nescesarias que uvieren menester porque, como son mudables, se podrán arrepentir en no vender nada. Y por esta causa conviene aprovecharse deste tiempo y coiuntura.

Asimismo, conviene tener gran guardia en los bateles porque muchas veces acaesce, por no condescender a sus demandas, procuran de buscallos visto que quedan mancos y, sin ellos, no se pueden servir ni aprovechar desa tierra. Han de estar amarrados a los bordos de los navíos con sus cadenas y metida la cadena por un embornalle del navío, y que de contino esté gente de guardia en ellos para lo que se ofresciere.

Asimismo, conviene que cada noche estén los bateles sobre las amarras de los navíos con gente de muy buen recaudo con arcabuces de pedernal, porque ordinariamente procuran de cortar las amarras para que el navío dé al través.

Es menester, ansimismo, que luego en llegando a esta tierra se merquen dos paraos o calaluces ligeros, que para el servicio de los navíos serán menester por que los bateles no se quiten del costado de los navíos.

Advertirse ha a los que fueren en esta armada que, quando estos naturales vinieren a los navíos como lo acostumbran ordinariamente, no los dexen entrar a todos, sino pocos dellos, y salidos aquéllos puedan entrar otros, porque son grandes traydores. Y que quando entraren les quiten los crises, que son las dagas que allá acostumbran traer, y conviene buscárselos porque los pueden traer ocultos quando quieren cometer alguna trayción. Y los paraos y calaluces en que estos naturales vinieren a bordo los hagan arredrar del navío, porque suelen estando juntos a bordo acometer todos de golpe, dando muestras de amistad y regocijo y beviendo y dando a beber el vino de palmas que traen. Y por la mayor parte quando quieren acometer trayción vienen algo borrachos; y otras veces traen mugeres hermosas, dando ellas el vino para, engolosinados en ellas, salgan de la celada todos y maten a los españoles, como lo han hecho y harán no estando muy sobre aviso.

Lo mismo se ha de tener special cuydado y aviso quando se hicieren las paces que, sangrándose de la muñeca o del pecho y bevida aquella sangre con vino de palmas entre los dos capitanes, queda hecha la paz. Mas entonces conviene estar sobre aviso, porque quando los españoles están más descuydados con la paz hecha, los matan y roban.

Conviene ansimismo que, llegados a qualquier de los puertos que mejor les paresciere, tractar con aquellos principales desde en dos calaluces grandes, que son barcos

ligeros que en aquellas partes acostumbran, esquifados y con gente apercebida para los enviar a las yslas de Maluco. Y que en cada uno dellos vaya un español, a los quales se les pagará muy bien por que lo hagan de buena voluntad. Los quales yrán costeando la ysla de Mindanao hasta llegar a la ysla de Sarrangán, no dando a entender que van castellanos en los dichos calaluces, y mirarán si está tornado a poblar la poblazón principal desta ysla donde nosotros estuvimos. Y dallí yrán a la ysla de Sanguin y de Talao y Nuza, y dellas tomarán lengua de las diferencias que entre estos naturales tienen, que son muy hordinarias. Y para saver si entre ellos ay algún captivo christiano de los que quedaron captivos para que, si posible fuere, se rescate. De allí atravesarán a la ysla de Gilolo, yrán derechamente al puerto donde reside el rey con achaque que llevan lo que suelen los Célebes de aquellas yslas a vender lo más secretamente que pudieren, sin que nadie entienda que llevan castellanos ni que quedan en Filipinas. Y llegado a la ysla de Gilolo, que es ocho leguas de las yslas de Maluco, darán las cartas al rey, que se llama Catarambume, o a Quichil Cotorati, su hijo, o a Quichil Quidori, su hermano del rey, o a Quichil Diaz, y dalles presentes de su Magestad y, ansimismo, sus cartas y cartas del visorrey de la Nueva España y de los capitanes de los navíos y avisalles de su llegada a las Filipinas, y que se esfuerce en perseverar en el servicio de su Magestad, pues su padre se lo dexó mandado y él lo ha cumplido todas las veces que los castellanos han llegado aquellas partes, y por cosas que por acá se han ofrescido no se ha podido embiar armada para sacalle del trabajo que tiene con los portugueses y restituylle en las tierras que le tienen usurpadas, y que no van a otra cosa sino a saver si es vivo y cómo están él y sus vasallos y amigos para proveer luego del remedio; y que quedaba haciéndose grande armada en la Nueva España para yr de asiento para aquellas partes; y las cartas que así de su Magestad y del virrey fueren les agradezcan mucho lo que por los castellanos han hecho, así el rey de Gilolo como el rey de Tidori y a Quichil Humar, señor de Machián, las quales tendrán en mucho por ser cartas de su Magestad; y ansimismo se les ha de embiar algún presente que sea bueno en nombre de su Magestad.

Y en las cartas que llevaren del capitán de los navíos les embíen a pedir algún clavo de cabeza y nueces moxcadas y macíes por los rescates que para ello llevarán. Y ansimismo les pedirán árboles de clavo pequeño y de nueces y pimienta larga y tamarindos para traellos a plantar a la Nueva España, todo lo qual ellos harán de buena voluntad.

Asimismo, se debe embiar a llamar algunos principales de Gilolo y de Tidori para que vengan a hablar con el capitán, para que de palabra se entienda lo que pasa en aquella tierra y conviene proveer, y para que si algunos quisieren venir estos reinos los puedan traer, lo qual ellos harán de gran voluntad para el deseo que tienen muchos años ha.

Asimismo, se les puede scribir que embíen un par de caracorras, que son los navíos que acostumbran en las yslas de Maluco, para que vayan a las islas de Bandan para que las traygan cargadas de nueces moxcadas y macías, lo qual todo traygan a las yslas Filipinas. Y visto por los naturales de las Filipinas y de toda aquella comarca cómo desde Maluco nos vienen a ver y traer presentes, se animarán a ser fieles y a servirnos, y para que quedemos acreditados con ellos para los que después fueren.

Aprovechará este clavo y nueces y macias para trocallo en las yslas de Japón por seda en madeja y sedas texidas, rasos, damascos y tafetanes, mulios, braçadillos, ámbar gris, almizque, algalia, aljofar, marfil, mejuy almendrado y blanco, ruybarvo, camphora, palo de China, porcelanas, oro y pedrería y otras mercaderías que en aquella tierra ay. Las quales no ay mercadería con que mejor se pueda rescatar como con el dicho clavo y nuez, lo qual cuesta poco; y lo que no se trocare destas specias se podrá traer a la Nueva España por que se trayga muestra de todo lo que en aquellas partes ay.

Ansimismo, conviene que por yntercesión de los amigos que en aquellas partes tuvieremos, así de los de la vaya de Cobos como de los de Abuyo y Tandaya y Maçagoa, traten paz y amistad con el señor de Butuán, que es el puerto más principal que ay en la ysla de Mindanao y donde los navíos de los chinos y de Borneo van a rescatar oro, que es mayor cantidad que en toda aquella comarca. Lo qual harán los susodichos por el interese que se les sigue de aprovecharse de nosotros, y ansimismo para que estos principales y señores procuren de saber dónde están los castellanos que quedaron captivos en la ysla de Mindanao<sup>59</sup> para que se rescaten, porque de ellos se tomará gran lumbre para lo de adelante.

Y luego conviene poner en orden en aderesçar los navíos, calafateallos y adereçallos de todo lo que conviene; y mientras el uno se alimpia y adereça, conviene estar el otro puesto a punto para que no nos tomen a manos como los naturales lo acostumbran hacer; y no conviene sacar el artillería entera por ninguna vía si no fuere en las cosas menos necesarias, y han de estar puestas en una verriça en tierra, con guardia de día y de noche. Y aviendo dado lado al un navío y puesto y enxarciado, aderezarán luego el otro navío.

Llegado al fin de habril conviene estar prestos para partir, tomando la derrota de las yslas de los Lequios o de Japón, que es la mejor derrota que se puede tomar para bolver a la Nueva España porque, de más de ser nuestro camino derecho, se descubrirán los puertos que tienen para la navegación de nuestro propósito, y se rescatarán en ellas las mercaderías atrás dichas porque en este mismo tiempo salen los portugueses y los demás mercaderes [a] aquellas partes en sus juncos, que son los navíos en que allá navegan del puerto de Sunda, que es en la ysla de Jaba, cargados de pimienta para la China y para las yslas de Japón, y ansimismo los que salen de Malaca y de Patani y de Sian en el mismo tiempo, y ansimismo los que navegan desde la ysla de los Lequios y de Japón para la tierra firme de Miacó navegan en este tiempo, que son los vientos sures, suduestes y suestes<sup>60</sup>, y lo mismo es en toda la Yndia, que en aquella sazón reinan allá desde el fin de habril hasta todo agosto, por manera que por este dicho tiempo de mayo hemos de partir de las Filipinas para yr a la ysla de los Lequios y yslas de Japón y, desde allí, con los mismos vientos hemos de atravesar a tomar la costa de la Nueva España. Y en estas yslas se rescatarán con los rescates que se llevaren las mercaderías atrás dichas, deteniéndonos en las yslas que nos pareciere el menos tiempo que pudiéremos, pues el principal yntento es descubrir la buelta. Y así se prolongarán la mayor parte destas yslas hasta llegar a una ysla que está junto a la tierra firme de Miacó, que voja docientas leguas, de la qual tengo figura y los puertos que tiene y de la calidad de la tierra. Y desde esta ysla se llegará a la tierra firme de Miacó. Y desde allí, conforme al viento que nos sirviere, hasta quarenta o quarenta cinco grados atravesaremos [hacia] la costa de la Nueva España, en la qual travesía estoy certificado de los naturales de aquellas partes ay muchas islas pobladas, de las quales vienen navíos tinglados como hurcas a contratar en estas yslas, los quales no traen otra mercadería sino barretas de plata.

Y para acreditararnos con estos japones y miacos, convendría llevarles [a] aquellos duques y señores algunos buenos presentes en nombre de su Magestad. Specialmente se les puede llevar sillas ginetas con sus jaces, y sillas estradiotas con sus guarniciones doradas, y espadas y coracines y otras cosas ricas. Y sería muy acertado para acreditararnos para la contractación que adelante se ha de tener, pues el negocio es tan importante y

---

59 Pertencientes a las expediciones anteriores de Magallanes, Loaysa, Saavedra y Villalobos.

60 Se trata de los *vendavales*, vientos bonancibles y moderados del inicio de la primavera de componente suroeste.



aprovechará mucho para esto un clérigo llamado Cosme de Torres, valenciano, que está en esas yslas de Japón, que es teatino, convirtiendo los naturales destas yslas, que pasó con nosotros el año de quarenta y dos<sup>61</sup>. Y ansimismo, se hallarán en estas yslas castellanos y, entre ellos, pilotos y marineros de los que llevamos que andan por estas yslas, los quales, savido que estamos en aquella tierra, se vendrán luego a nosotros y darán gran claridad de lo que ay y conviene en toda aquella tierra.

Pues como atrás dicho tengo, puestos en las costas de el Miaco en 40 o 45 grados por llegarnos todo lo que fuere posible al norte, será muy acertado el viaje porque, aunque los tiempos nos escaseen, puestos en tanta altura atravesaremos a la Nueva España a tomar la costa a donde pudiéremos, pues podemos yr disminuyendo hasta diez nueve grados que está el puerto de La Navidad, y más vale estar a la vanda del norte para este efecto que no estar en poca altura, pues estará en nuestra mano abaxar lo que quisiéremos. Y como es notorio a todos y el viaje que hacen los navíos que salen del Nombre de Dios y de Nueva España para estas partes de Castilla para hacer buena navegación, desembocados de la canal[] de Bagama, multiplican en altura hasta ponerse en más de quarenta y tantos grados para que, con el frescor del norte, los traygan a España, como vienen; y si huviesen de bolver por donde fueron, sería muy dificultosa la buelta. Esta misma orden se ha de tener los que de aquellas partes huvieren de atravesar para la Nueva España para que el viaje se acierte. Y tomada la costa de la Nueva España donde quiera que se pudiere alcanzar y será acavado el viaje, porque tomada la costa en la mano, aunque los tiempos sean escasos, con los terrales y virazones llegarán al puerto donde quisieren y se cumplirá lo tantos años tan descado por su Magestad y por estos reinos, donde tanta gente se a muerto y tantos millares de ducados se han gastado, de donde nuestro Señor será servido y su sancta fee se[rá] alzada, y el patrimonio de su Magestad muy acrescentado; y los de la Nueva España y Nicaragua, Panamá y Perú y Chile y las demás provincias de todas las Yndias muy aprovechadas, de cuya causa será camino que todas las gentes que en todas las Yndias ay perdidas y bagamundas se podrían remediar, y las que en aquellas partes de las Yndias quedaren estarán más sosegados y con más remedio, y no avrá las alteraciones y trevulaciones que ha avido y cada día acaescerán por las necesidades que cada día en la tierra crecen y por la mucha gente que cada día multiplica; y con este camino que se abrirá con ayuda de nuestro Señor se quedará todo quieto y pacífico. Y demás de esto será muy ymportante negocio quando los naturales de aquellas partes vengan en sus juncos a contractar en las dichas Yndias, dándoles su Magestad licencia para ello<sup>62</sup>.

Por manera que conviene en todo caso detenerse poco tiempo en las yslas de Japón, sino abreviar todo lo posible antes que los tiempos se carguen por que, a más tardar, salgan al principio de julio de las dichas yslas para que puedan llegar a la Nueva España en el dicho mes o entrado agosto<sup>63</sup>, pues con ayuda de nuestro Señor no se tardará el dicho tiempo hasta llegar al puerto de Navidad o de Acapulco.

Y siendo caso que a vuestra Señoría le parezca que el viaje de atrás dicho no se haga, han de atravesar luego desde la costa<sup>64</sup> de la Nueva España para las yslas del Poniente, sino que prosigan prolongando la costa de la dicha Nueva España hasta los quarenta y

---

61 Se refiere a la expedición de Ruy López de Villalobos en la que iba como capellán el sacerdote secular Cosme de Torres. Sobre éste, véase lo apuntado en nota 22.

62 Al margen: «Ojo» y subrayado el texto.

63 En realidad, el tornaviaje se alargaría aproximadamente cuatro meses.

64 Repetido «luego desde la costa».

quatro grados que descubrió Juan Rodríguez Cabrillo el año de quarenta y dos<sup>65</sup>. Y que de allí se prosiga todo lo que fuere posible hasta ver el rumbo que aquella costa lleva, porque podría ser dar la buelta como arco sobre la tierra firme de Miaco. Y corriendo esta costa se podrán ver los puertos más convenientes para este viaje y contractación; y desde allí se pueda atravesar a la tierra firme de Miaco o yslas de Japón y costearlas las que les pareciere hasta llegar a las Filipinas. Y después de aderezados los navíos, como atrás tengo dicho, se podrán tornar a costear las dichas yslas hasta llegar a la tierra firme de Miaco, y desde allí o desde atrás podrán atravesar para la Nueva España conforme el tiempo le sirviere.

Memoria del matalotaje que me parece se deve llevar en estos navíos

250 quintales de viscocho  
500 hanegas de mayz  
20 hanegas de frijoles  
12 hanegas de havas  
6 hanegas de garvanços  
40 arrobas de acceyte  
40 de vinagre  
4 pipas de vino en votijas vidriadas  
50 tocinos  
500 quesos  
50 cantarillos de miel  
6 hanegas de lentejas  
50 arrobas de pescado seco  
6 pipas de sal

Los rescates que conviene llevarse de la Nueva España, pues acá<sup>66</sup> no ay dineros para mercallos, son los siguientes

Una grana de Valencia  
Dos paños escarletines  
Dos paños amarillos  
Dos paños verdes  
Dos paños azules  
Seis pieças de terciopelo, una negra y otra blanca y las demás de colores  
Doce pieças de tafetanes entredobles de colores  
Doce almayzares moriscos de poco precio  
Un cofre de Ruán  
Seis pieças de olanda delgada  
Docientas bacinitas de latón

---

65 Comisionado por el virrey Antonio de Mendoza para navegar la costa de la Nueva España –que posteriormente sería conocida como Alta California–, Juan Rodríguez Cabrillo salió del puerto de La Navidad el 27 de junio de 1542, llegando hasta un poco más al norte de la bahía de San Francisco. A su muerte, acaecida el 3 de enero siguiente, le sucedió en el mando Bartolomé Ferrero, que logró subir hasta los 43 grados norte a finales de febrero. J. GIL, op. cit., 1989, p. 80. C. PRIETO, op. cit., p. 35.

66 Debe referirse a España, lo que prueba que al menos esta parte del memorial fue redactado en la corte.

Docientas hachas terciadas  
 Docientos machetes  
 Veynte campanas de metal al uso de la China. Hanse de fundir en la Nueva España,  
 las quales sirven a los naturales de aquellas partes para sus guerras y regocijo  
 Cinquenta docenas de cuchillos de Flandes con caña de latón  
 Veynte docenas de tijeras de todas suertes  
 Espejos de todas suertes  
 Cient docenas de caxcaveles  
 Cient campanicas chiquitas  
 Quatro arrobas de quentas margaritas  
 Dos arrobas de quentas cristalinas  
 Quinientos mazos de avalorio verde y amarillo  
 Quatro arrobas de quentas de todas suertes  
 Veynte platos de latón  
 Algunas cosas de oro de poco peso y valor  
 Algunas pieças de plata de poco peso  
 Algunas menudencias de Flandes  
 Quatro docenas de bonetes de grana sencillos  
 Mil ducados en reales  
 Liquidámbar en pan  
 Liquidámbar líquido  
 Bálsamo  
 Copal, que es saumerio de la Nueva España  
 Encienso de la Nueva España  
 Grana de cochinilla de la Nueva España  
 Diez quintales de cobre en planchuelas  
 Cinquenta rodela de la Nueva España

Lo que se ha de llevar de Castilla es lo siguiente

30 arcabuces de pedernal y mecha  
 20 arcabuces de mecha que no sean de los de Vizcaya  
 Veynte vallestas con sus adereços  
 50 armaduras de caveça  
 12 cotas de malla  
 12 coracinas  
 Pólvora fría para los arcabuces  
 Artillería

Las cosas que se han de mercar en Lisboa son las siguientes

Dos esclavos de aquellas partes, el uno que sea de la China o de las ysias de Japón, y  
 el otro que sea de las Célebes, que entrambos sepan hablar la lengua malaya 12 patolas  
 negras y coloradas

8 chelas  
 50 muries  
 20 chaudies  
 20 paños malayos  
 20 paños enrollados  
 20 paños llamados capas

Y, como atrás tengo dicho, si a vuestra Señoría le pareciere que salidos los navíos de la costa de la Nueva España prolonguen la costa todo lo que desta costa está descubierta, y del cavo della se aya de atravesar a las ysas de Japón, tengo entendido, como atrás tengo dicho, que ay muchas ysas en todo aquel archipiélago conforme lo tengo por relación de los naturales. Y hallando en qualquiera dellas puerto y aparejo para rescatar y adereçar los navíos, tendría por acertado no pasar adelante sino, hecho lo que convernía a su despacho, diese dallí la buelta, pues lo que en este caso se pretende es descubrir esta buelta, pues tan fácil es, pues está tan entendida y pues a todos es notoria la claridad que en ello ay y la brevedad con que se puede hacer, y como parece por las figuras y relaciones que de allá truximos, en la longitud que ay desde el puerto de La Navidad hasta las Filipinas, que abrá hasta mil trescientas leguas, y desde las ysas de Japón hasta tomar la costa ésta descubierta de la Nueva España abrá quinientas leguas, que es viaje de quinze días o veynte.

El clavo que se coge en las cinco ysas de Maluco un año con otro serán hasta diez mil vaares de clavo, y la mayor parte dello se coge en la ysla de Tidori y Terrenate y Machián, porque en las otras dos ysas, que son Motil y Baan, se coge poco y no es tan bueno.

Asimismo, se coge en la ysla de Ambato hasta quatrocientos baares de clavo cada año, y cada vaar es cerca de seys quintales de los nuestros. Estos árboles de clavo no dan tanto fructo un año como otro, como los acetyunos, y el año que es de pocas aguas dan gran cantidad el año siguiente. Este clavo se coge desde septiembre hasta Navidad, el qual se merca con patoles, que son unos paños de seda entredobles pintados que traen de las Yndias de siete o ocho varas de largo, que cuestan en la Yndia a quatro y cinco ducados cada uno. Asimismo se compra este clavo con campanas a su uso que acostumbran en aquellas partes para sus regocijos y guerras. Asimismo se compra este clavo con porcelanas de la China y con ropa de algodón de Vengala; y también se merca con una cierta moneda que en aquellas partes acostumbran fundida y oradada por medio, la qual se hace en la China y en la ysla de Borneo, que con valor de quatro ducados se merca un vaar de clavo, que son quatro mil monedas éstas que llaman caxas.

Del qual clavo el rey de Portugal lleva el tercio de todo a los portugueses que lo rescatan a manera de alcavala, y por el flete de los dos tercios que les quedan de llevarlo hasta Malaca en sus navíos les lleva otro tercio; y si los dichos portugueses quieren llevar el dicho clavo que les queda desde Malaca hasta la Yndia, les lleve quatro pardaos de oro por cada vaar, por manera que el portugués que rescató en Maluco cient baares de clavo no le quedan más de quarenta y seis puestos en la Yndia, que los cinquenta y seis baares se los lleva el rey. Véndese el vaar de clavo en Malaca a treynta ducados un año con otro.

Respondió el clavo que se llevó de la China desde Malaca por cada vaar de clavo un vaar de seda en madeja, que ordinariamente vale en la Yndia setecientos y ochocientos pardaos. Y lo mismo respondió por un vaar de marfil otro vaar de seda en madeja.

Anse dado esta gente de la China a comer tanto clavo que gastan más en un año que antes en veynte. Y lo mismo hacen los de Turquía y Persia y Camboya y las demás generaciones de la Yndia por causa de los naturales de Maluco. Vista tanta riqueza y demanda, se dan a plantar más que solían los árboles y mirar por ellos, pues tanto interesse se les sigue. No yba a Maluco más de una nao de tres a tres años y no la cargavan del todo, y yba desde allá a tomar la resta de carga a la ysla de Bandan a cargar de nueces moxcadas y macias, y agora van quatro naos gruesas cada año a cargar del dicho clavo.

En estas ysas de Maluco se cogen algunas nueces moxcadas de los nogales que en ellas ay, y son mejores que las que se cogen en las ysas de Bandan. Y en estas mismas ysas de Maluco ay pimienta larga y gengibre, de lo qual todas aquellas ysas tienen abundancia.

En las dichas yslas de Bandan se coge la nuez moxcada y macias, a las quales van cada año dos naos. Cógense hordinariamente treynta mil quintales cada año, y la contractación que se hace con estos naturales es que han de dar siete vaares de nueces y uno de macias, y tanto pagan por uno de macias como por los siete de nueces. Y estas nueces se mercan con las mercaderías que se merca el clavo. Vale el valor desta nuez en las Yndias treynta pardaos, y el vaar de macia cient y cinquenta pardaos. Este vaar de Bandan es mayor peso que no el de Maluco, que tiene cada vaar cerca de ocho quintales.

La pimienta se coge en la ysla de Jaba, y donde hordinariamente van a cargar della es en el puerto de Sunda. También se coge en Patani. Rescátase esta pimienta con ropa de Vengala y de las Yndias y con tostones. La pimienta que se coge en Java es mejor que la de la ysla de Camatia, ni la de la tierra de Malaca, que saldrá cada vaar de pimienta a diez o doce ducados.

Canela ay en la ysla de Mindanao y en la ysla de Timor, arriba de la isla de Maçagoa, cerca donde mataron a Magallanes. No ay quenta en ésta porque se vende a ojo.

El sándalo viene de la ysla de Timor. Tiene poco precio. También lo ay en la isla de Macaçar, aunque no es tan bueno. También ay en esta ysla aguila, que es madera que da buen olor quemándola, con la qual los gentiles de la Yndia quemán sus cuerpos después de muertos con ella. Y también ay esta madera en la costa de Malaca, y es mejor que la de Macaçar y vale cada faraçora, que son diez y ocho libras, diez o doce pardaos de oro.

Todos estos árboles de specia que ay en estas partes, y del sándalo y de la aguila y de la canfora y del menjuy, se crían en los montes sin hacelles beneficio ninguno más de a su tiempo yr a coger el fructo que dan. Sólo el gengibre ser beneficia. Todos estos árboles no pierden la oja en todo el año. La pimienta se cría en los montes, que se encarama por los árboles, ni más ni menos que la yedra de España.

## Fuentes Impresas y Bibliografía

- AGANDURU MORIZ, Rodrigo, OAR, *Historia general de las islas occidentales a la Asia adyacentes, llamadas Philipinas*, in *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, por el Marqués de la Fuensanta del Valle, Madrid, Imprenta de Miguel Ginesa, 1882, Vol. 78 (completo) y Vol. 79 (pp. 1–229).
- ALONSO, Carlos, *Primer viaje misional alrededor del mundo (1542–1549): una gesta agustiniana*, Valladolid, Estudio Agustiniiano, 1989.
- BERNAL, Rafael, *México en Filipinas: estudio de una transculturación*, México, UNAM, Instituto de Investigaciones Históricas, 1965.
- BORAO MATEO, José Eugenio, «The arrival of the Spanish galleons in Manila from the Pacific Ocean and their departure along the Kuroshio stream (16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries)», *Journal of Geographical Research*, N<sup>o</sup> 47 (nov., 2007), pp. 13–37.
- Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de Ultramar* (CDIU), 2.<sup>a</sup> serie, Madrid, Real Academia de la Historia, 1885–1932, 25 Vols.
- CUEVAS, Mariano, SJ, *Monje y marino: la vida y los tiempos de fray Andrés de Urdaneta*, México, Galatea, 1943.
- GIL, Juan, *Mitos y utopías del descubrimiento. 2. El Pacífico*, Madrid, Alianza, 1989.
- GIL, Juan, *La India y el Catay: textos de la antigüedad clásica y del medievo occidental*, Madrid, Alianza, 1995.
- GIL, Juan, «El primer tornaviaje» in Salvador Bernabéu Albert (coord.), *La nao de China, 1565–1815: navegación, comercio e intercambios culturales*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2013, pp. 25–64.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Alfonso Federico, «El problema del regreso a las costas americanas desde la expedición de Magallanes-Elcano hasta el viaje de Andrés de Urdaneta», in Susana Truchuelo García (ed.), *Andrés de Urdaneta: un hombre moderno*. Ordizia, Guipúzcoa, Ayuntamiento de Ordizia, 2009, pp. 555–61.
- HIDALGO NUCHERA, P., *Los primeros de Filipinas: crónicas de la conquista del archipiélago de San Lázaro*, Madrid, Polifemo/Miraguano, 1995.
- HIDALGO NUCHERA, P., *Guía de fuentes manuscritas para la historia de Filipinas conservadas en España. Con una guía de instrumentos bibliográficos y de investigación*, Madrid, Fundación Histórica Tavera/Fundación Santiago, 1998.
- HIDALGO NUCHERA, P., *Guía bibliográfica de fuentes manuscritas para la historia de Filipinas conservadas fuera de España. Con un apéndice de materiales cartográficos y colecciones documentales*, Madrid, Fundación Mapfre Tavera, 2003.
- HIDALGO NUCHERA, P., «La figura de Andrés de Urdaneta en la historiografía indiana, conventual, documental y moderna», in Susana Truchuelo García (ed.), *Andrés de Urdaneta: un hombre moderno*, Ordizia, Guipúzcoa, Ayuntamiento de Ordizia, 2009, pp. 17–91.
- HIDALGO NUCHERA, P., «La controversia Urdaneta versus Carrión sobre el destino final de la armada de Legazpi según Luis Felipe Muro Arias», *Archivo Agustiniiano: Revista de Estudios Históricos*, Vol. XCV, n.º 213 (ene.–dic., 2011), pp. 245–78.

- LANDÍN CARRASCO, Amancio, *Islario español del Pacífico*, Madrid, Ediciones Cultura Hispánica/Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1984.
- LEÓN-PORTILLA, Miguel, *Hernán Cortés y la Mar del Sur*, Madrid, Ediciones Cultura Hispánica/Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1985.
- LÓPEZ GÓMEZ, Antonio, «Los monzones y el clima del Asia monzónica», *Estudios Geográficos*, Vol. XIII, n.º 47 (mayo, 1952), pp. 257–98.
- MALHÃO PEREIRA, José Manuel, «Da viagem de Fernao de Magalhaes ao estabelecimento da rota da Especiaria de Espanha: factores náuticos e meteorológicos» in *Fernao de Magalhaes a sua viagem no Pacífico: antecedentes e conseqüentes* (VII Simposio de História Marítima, 2001), Lisboa, Academia de Marinha, 2002, pp. 343–61.
- MURO, Luis Felipe, *La expedición Legazpi-Urdaneta a las Filipinas (1557–1564)*, México, Secretaría de Educación Pública, 1975.
- MUSEO NAVAL DE MADRID, *Colección de documentos y manuscritos compilados por Fernández de Navarrete*, Nendeln, Liechtenstein, Kraus-Thompson Organization Limited, 1971, 32 Vols. en 39 tomos.
- PASO Y TRONCOSO, Francisco del (recopilador), *Epistolario de la Nueva España (1505–1818)*, México, Librería de José Porrúa e hijos, 1939–1942, 16 Vols.
- PESCADOR DEL HOYO, María del Carmen, *Documentos de Indias, siglos XV–XIX: catálogo de la serie existente en la sección de Diversos*, Madrid, Dirección General de Archivos y Bibliotecas, Archivo Histórico Nacional, 1954.
- PRIETO, Carlos, *El océano Pacífico: navegantes españoles del siglo XVI*, Madrid, Alianza Editorial, 1975.
- RAMÓN DE MIGUEL, José, *Urdaneta y su tiempo*, Ordizia, Guipúzcoa, Ayuntamiento de Ordizia, 2008.
- RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Isacio, OSA, *Historia de la provincia agustiniana del Santísimo Nombre de Jesús de Filipinas*, Vol. XIII, Manila, Valladolid, Zamora, [s.n.], <1965–1994>, <22 Vols.>.
- RUBIO MAÑÉ, José Ignacio, «La expedición de Miguel López de Legazpi a Filipinas», *Boletín del Archivo General de la Nación, México*, Vol. V:3–4 (jul.–dic., 1964), pp. 693–6.
- SPATE, Oskar H. K., *El lago español*, Barcelona, Casa Asia, 2006 [1.ª ed. en inglés, 1979].
- VARELA, Consuelo (ed.), *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente*, Milano, Cisalpino-La Goliardica, 1983.
- WAGNER, Henry R., *Spanish Voyages: To the Northwest Coast of America in the Sixteenth Century*, San Francisco, Berkeley, California Historical Society, 1929.
- WAGNER, Henry R., «Urdaneta and the return route from Philippines Islands», *The Pacific Historical Review*, Vol. 13:3 (1944), pp. 313–6.

Manila, Macao and Chinese networks in South China Sea:  
adaptive strategies of cooperation and survival  
(sixteenth-to-seventeenth centuries)

**Paulo Jorge de Sousa Pinto\***

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 79-100. ISSN 0874-9671

**Resumo**

Manila constituía a base espanhola da conquista do arquipélago filipino e um ponto de apoio essencial para alcançar a China. A competição com Macau era inevitável e ocorreu de forma tensa e progressiva, vindo a atenuar-se no século xvii graças ao surgimento de ameaças comuns, como a chegada dos Holandeses, a queda dos Ming e o encerramento do Japão. Este artigo aborda alguns aspetos da relação entre Macau e Manila e das suas estratégias de adaptação, envolvendo o quadro geral da transição Ming-Qing e o impacto no papel transversal desempenhado pelas comunidades de chineses ultramarinos no Mar da China Meridional.

**Palavras-chave:** China, Chineses, Macau, Manila, Ming/Qing.

**Abstract**

Manila was the Spanish base for the *conquista* of the Philippines and a vital key point to reach China. Competition with the Portuguese Macao soon emerged, in a tense process that would fade in the seventeenth century, thanks to emergent mutual threats: the arrival of the Dutch, the fall of the Ming dynasty and the closure of Japan. This paper aims to study some aspects of the relations between Macao and Manila and their adapting strategies, focusing also on the Ming-Qing transition and its impact on the transversal role played by overseas Chinese communities in the South China Sea.

**Keywords:** China, overseas Chinese, Macao, Manila, Ming/Qing.

\* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores. *E-mail:* pinto@netcabo.pt



## **Manila, Macao and Chinese networks in South China Sea: adaptive strategies of cooperation and survival (sixteenth-to-seventeenth centuries)**

Paulo Jorge de Sousa Pinto

### **Introduction**

In a letter written to Manila in 1598, a hopeful Hernando de los Ríos Coronel described what he heard from the Chinese: the Portuguese “*empezaron como nosotros, y primero ivan y venían, después se quedaron dos enfermos, y otro año hizieron quatro casas, y así se fueron aumentando.*”<sup>1</sup> His words reported to the origins of Macao, the Portuguese informal settlement in the Pearl River Delta that was the exclusive gateway for the Europeans to access China at the time. Ríos Coronel wrote his letter in the nearby port of Pinhal, where the Spanish were experiencing their first successful settlement in mainland China, after more than twenty years of frustrating attempts. He strongly advised the authorities of Manila to act as the Portuguese did a few decades earlier. However, the adventure of Pinhal was destined to fail. Despite the authorization issued by the *haidaofushi* (superintendent of coastal defence) to settle in the Chinese coast, the Spanish faced sharp opposition from the Portuguese of Macao, in a sequence of events that led to their eviction from the port.<sup>2</sup>

The “Pinhal episode” marked the climax of a competition process between the Portuguese and the Spanish in the Far East scenario, since the settlement of the latter in the island of Luzón in 1571. At first glance, it was triggered by the Spanish intentions to get a foothold in China that collided with the privileged status of Macao. However, a deeper insight reveals what was behind the Manila-Macao conflict. In fact, it exposed the differences between the two cities, but also the contrast between two distinct perceptions of China and Asia, their opposite origins and separate “colonial” traditions. Above all, it disclosed two different roles to be played in the South China Sea scenario.

Macao and Manila crossed their paths throughout the sixteenth and seventeenth centuries, in a mixed process of conflict and collaboration.

---

1 Letter by Hernando de los Ríos Coronel to Antonio de Morga, 23 Dec. 1598, Antonio de MORGÁ, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Madrid, Polifemo, 1997, p. 153

2 Paulo Jorge de Sousa PINTO, “Enemy at the Gates – Macao, Manila and the ‘Pinhal Episode’ (end of the 16th Century),” *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, no. 16 (2008), pp. 11–43.

They both performed an intermediary function connecting China with the outside through its maritime southern border, in a time where the Middle Kingdom was still officially closed and the process of opening to the outer world took place in a rather slow and troubled way. Macao achieved this goal by means of a carefully outlined diplomatic strategy, while a more distant Manila had to rely on the Chinese maritime networks playing a somewhat identical role: to fulfil the needs of supply and demand from the Guangdong and Fujian markets. However, this aim required the ability to adapt to local conditions in order to survive and prosper, adjusting different strategies that would allow a better way to surpass barriers and crises. The new challenges that emerged in the seventeenth century in several dimensions—at a local, regional and worldwide scale—raised new ways of cooperation between Macao and Manila but would also generate new tensions.

### **Manila, conquistadores and Sangleys**

In 1565, the Spanish finally managed to establish an irreversible presence in Asia, in the aftermath of the discovery of the sailing route back to the American continent by Andrés de Urdaneta. The return of the carrack *San Pablo* to Mexico in the following year proved the Augustinian friar was right and the link that crossed the Pacific Ocean could be established in a permanent basis, unlike what had occurred in the previous expeditions. Miguel López de Legazpi accomplished his mission with success, following the orders issued by the King Philip II to connect Mexico and Asia. However, the newcomers soon realized there were no precious metals or spices in Cebu and they moved to explore the surrounding islands looking for wealthier places. The hostile presence of a Portuguese fleet under the command of Gonçalo Pereira, who urged them to leave the region, was also a serious cause for disturbance. In 1570, Legazpi moved to Panay, but his definitive choice to settle and to erect the capital of the Spanish East Indies fell on the sultanate of Manila, in the neighbouring island of Luzón, the largest of the archipelago.

Manila was not an obscure place. The foundation of the city took place under the influence of the sultanate of Brunei and it played an important role in Southeast Asian trade routes in the late fifteenth century as an extension of a “northern link” of commerce between Melaka and Borneo.<sup>3</sup> Still in Cebu, the Spanish gathered information about the city and the island, “de

---

3 Roderich PTAK, “The Northern Trade Route to the Spice Islands: South China Sea – Sulu Zone – North Moluccas, (14th to early 16th Century)”, *China’s Seaborne Trade with South and Southeast Asia (1200–1750)*, Aldershot, Ashgate, 1999, pp. 36–41.

toda la tierra rica la más que hay en estas que están descubiertas, porque son casi todos mercaderes y vienen chinos a tratar con ellos.”<sup>4</sup> The submission of Manila definitely called the attention of the Spanish *conquistadores* about the proximity of China and the regular presence of a small Chinese-origin community.

The expedition to the *Islas del Poniente*, baptized as “Philippines” by Ruy López de Villalobos, the commander of the previous—and failed—initiative was basically a Mexican enterprise destined to fulfil the expectations of local elites to extend the Spanish *conquista* to Asia. From Manila, the Spanish tried to apply the model used in America: to submit local population through the imposition of tributes and compulsory labour, to explore economic resources, namely precious metals and spices, and to introduce the Catholic faith by means of an intensive missionary activity. Specific forms of land tenure and social ordering like the *encomienda* or the *repartimiento*, imported from Mexico, were introduced and adapted to local conditions.<sup>5</sup>

Yet the Spanish experience in the Philippines came to foil the initial expectations. The impact of the *conquista* was limited to some regions of Luzón and the Visayas, notably in the surrounding area of Manila, until a later period. The archipelago was too far, too poor and too unhealthy to enable the required allocation of resources to a full-scale *conquista*. The Spanish never succeeded in promoting the migration of colonists throughout the seventeenth and eighteenth centuries, except in a very limited lapse of time (in the final 1570s and in the initial years of the seventeenth century).<sup>6</sup> The success of the Spanish control over the Philippines did not rely on the force of arms, but on the persistent missionary work carried out by several religious orders under the *Patronato Regio*. The diocese of Manila was created in 1579, and later elevated to the category of archdiocese with three new bishoprics emerging, in Luzón and Cebu. Following the previous

---

4 Letter from Martín de Rada to the Viceroy of New Spain, 8 July 1569, in Isacio RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ (ed.), *Historia de la Provincia Agustiniiana del Santísimo Nombre de Jesús de Filipinas*, Manila, 1978, Vol. XIV, p. 25.

5 Among the most important works on the Spanish colonization of the Philippines, see John Luddy PHELAN, *The Hispanization of the Philippines: Spanish Aims and Filipino Responses, 1565–1700*, Madison, University of Wisconsin Press, 1959; Nicholas P. CUSHNER, *Landed Estates in the Colonial Philippines*, New Haven, Yale University, 1976; Patricio HIDALGO NUCHERA, *Encomienda, tributo y trabajo en Filipinas (1570–1608)*, Madrid, Ed. Polifemo, 1995; and Linda A. NEWSON, *Conquest and Pestilence in the Early Spanish Philippines*, Honolulu, University of Hawai‘i Press, 2009.

6 Antonio GARCÍA ABÁSULO, “El poblamiento de Filipinas (1571–1599)” in Lourdes Díaz Trechuco, Antonio García Abásulo, et al. (eds.), *Estudios sobre Filipinas durante el Período Español*, Manila, Instituto Cervantes, 1998, p. 10.

indoctrination experience in Mexico, the Catholic missionaries came to consolidate a growing influence on local affairs and to convert large portions of the Filipino population, with impressive figures rising to the half-million baptisms in 1622.<sup>7</sup>

The range of action of the Spanish was not confined to the Philippine archipelago. Some governors, *arbitristas*, officers and clerics were enthusiastic supporters of the *conquista* and proposed a more active approach towards neighbouring regions of Asia beyond commercial affairs. This implied an assertive diplomacy and also military intervention on local kingdoms, taking advantage on the alleged superiority of Spanish warfare over Asian powers. One of the most active supporters of this line of expansion was the governor Francisco de Sande (1576–1580), who was the responsible of the first military expedition outside the Philippines: the intervention on Brunei in 1578. The list of demands sent to the Sultan when the Spanish fleet arrived in the city-port shows the double side of the *conquista*: the Sultan should open his kingdom to the Catholic missionaries, ban any proselytizing activity of Islam and deliver him and his men all taxes and tributes collected in the whole island of Borneo.<sup>8</sup>

Other projects to enlarge the scope of the *conquista* beyond the Philippines were later attempted in Cambodia and in the Moluccas, in a time when the crowns of Portugal and Castille were joined under the same king. Yet the most important focus that drew the attention of the Spanish was China. Its legendary wealth and magnificence had sparked the imagination of Europeans for a long time. The events following the settlement in Manila provided an unexpected opportunity, when the outlaw Lin Feng (called “Limahong” in European sources), who had his headquarters in Taiwan, attacked Spanish vessels and the city itself. Several contacts took place between Manila and an imperial fleet that was chasing the pirate. The Spanish hoped to establish friendly relations with the Chinese authorities and several diplomatic actions were put in motion. It is relevant to notice that the leading roles on these initiatives were played by two religious of different orders, the Augustinian Martín de Rada (to Canton) and the Jesuit Alonso Sánchez (to Macao).

At the same time, the idea of taking China by force was taking shape, a project that was presented to Philip II himself and was dropped only after

7 J. L. PHELAN, *op. cit.*, p. 58.

8 Letter from Francisco de Sande to the Sultan of Brunei, April 1578, in I. RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ (ed.), *op. cit.*, Vol. XIV, pp. 506–8.

the failure of the “Invincible Armada” in 1588.<sup>9</sup> What emerges from the chain of events was the hesitation to trace a clear strategy towards China, swinging between a peaceful, commercial approach and the dreams of conquest.

Manila came to play a significant role in China’s external affairs, but not in the way imagined by the Spanish *conquistadores*. The conquest of Manila was coincident with a partial lift of the trade restrictions imposed by Ming China since the fifteenth century. In 1567, following internal pressure to ease the strict policy of “sea ban” (*haijin*), the Governor of Fujian removed some of the existing barriers and allowed maritime trade to be carried out in some ports. The Fujianese trade communities that had worked in a semi-clandestine condition could now re-organize and reinforce their Southeast Asian connections, and Manila assumed a major role in this new framework.<sup>10</sup> The migratory and commercial expansion of the Chinese networks to Manila was due to this partial opening of Fujianese ports, which ultimately was the responsible for the economic survival of the city.<sup>11</sup>

Known in Manila under the name of *Sangleys*, the number of these overseas Chinese increased dramatically in the following years and their relevance in the history of the city cannot be minimized, as abundant documental evidence clearly shows.<sup>12</sup> They came mostly from south Fujian, notably the prefectures of Quanzhou and Zhangzhou, and some families, as the ones from the town of Anhai, had a long merchant tradition prior to sailing to Manila.<sup>13</sup> Unable to get authorization to settle in mainland China, the Spanish realized the intermediary function played by the *Sangleys*, exchanging American silver for Chinese silk and other textiles, was vital to the prosperity of Manila. However, tensions soon arose between the colonial masters and their commercial partners. Although their presence was considered necessary to ensure the basic and regular functioning of Manila, the *Sangleys* were labelled as hostile by the Spanish and looked under permanent suspicion of rebellion. Moreover, their economic strength made them

---

9 Manel OLLÉ, *La empresa de China: de la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Quaderns Crema, 2002.

10 Paulo Jorge de Sousa PINTO, “*Chinchés* and *Sangleys*: Ten Remarks on the Chinese Presence in Melaka and Manila (16<sup>th</sup>–17<sup>th</sup> centuries),” *Review of Culture*, no. 43 (2013), pp. 59–69.

11 Manel OLLÉ I RODRÍGUEZ, “A Inserção das Filipinas na Ásia Oriental (1565-1593)” *Review of Culture*, no. 7 (2003), pp. 12–13.

12 Juan GIL, *Los Chinos de Manila (siglos XVI y XVII)*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.

13 James CHIN, “Junk Trade, Business Networks, and Sojourning Communities: Hokkien Merchants in Early Maritime Asia,” *Journal of Chinese Overseas*, no. 6 (2010), pp. 187–8.

an easy target to all sorts of extortion and tax pressure.<sup>14</sup>

One of the most interesting features of seventeenth century Manila was the inconsistency between the realities of a port-city destined to play a central role in a worldwide network that linked both sides of the Pacific, on one hand, and the difficulties felt by the Spanish to adapt themselves to this model and who were still stuck to a more traditional, territorial and tribute-demanding approach, on the other. In fact, the Spanish Philippines were under the jurisdiction of the Vice-Royalty of Mexico and the archipelago was seen as an Asian extension of America, where the core of the Habsburg overseas empire was located. The contrast with Portuguese Macao was tangible and denotes two distinctive ways of interaction with Asian realities and adaptation to the specific challenges posed by China.

### **Macao, informal settlement**

In the early 1580s, the anonymous author of the *Livro das Cidades e Fortalezas* reported to the King that “todos os navios estrangeiros que vão a esta província de Cantão, hão-de surgir ao porto desta ilha de Macau, e dali fazem os seus comércios com os da terra firme, por os não consentirem passar mais adiante.”<sup>15</sup> The sentence summarizes the essence of Macao, in a double sense: the strict control on foreign contact and maritime trade imposed by Ming China and the position of the city as a privileged, authorized hub that channelled these actions under the supervision of local authorities.

The origins of Macao and the motives behind its foundation have been extensively discussed by scholars through the confrontation of Portuguese and Chinese sources.<sup>16</sup> In any case, it is known for sure that around 1557, and after several decades of living in a semi-clandestine condition in the maritime coasts of China, the Portuguese were finally allowed to settle in

---

14 Among the studies on the Spanish-Sangleys relations in the sixteenth-to-seventeenth centuries, the following ones may be suggested: Alfonso FELIX JR. (ed.), *The Chinese in the Philippines, 1570–1770*, Manila, Solidaridad Publishing House, 1966, Vol. I; Albert CHAN, “Chinese-Philippine Relations in the Late Sixteenth Century and to 1603,” *Philippine Studies*, Vol. 26, no. 1–2 (1978), pp. 51–82; Guillermo RUIZ-STOVEL, “Chinese Merchants, Silver Galleons, and Ethnic Violence in Spanish Manila, 1603–1686,” *Análisis*, Vol. 12, no. 36 (Sept. 2009), pp. 47–63, and Manel OLLÉ I RODRIGUEZ, “La proyección de Fujian en Manila: los sangleyes del parián y el comercio de la Nao de China” in Salvador Bernabéu Albert and Carlos Martínez Shaw (eds.), *Um oceano de seda y plata: el universo económico del Galeón de Manila*, Madrid, CSIC, 2013, pp. 155–78.

15 Francisco Mendes da Luz (ed.), *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas Partes da Índia* [...], Coimbra, Imprensa da Universidade, 1952, p. 105.

16 Roderich PТАК, “China’s Medieval *Fanfang*: Model for Macau under the Ming?,” *Anais de História de Além-Mar*, no. 2 (2001), pp. 47–71; JIN Guo Ping and Wu Zhiliang, *Revisitar os Primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*, Macau, Instituto Português do Oriente/Fundação Oriente, 2007.

the Pearl River Delta in the aftermath of an agreement between the provincial authorities of Guangdong and a group of merchants led by Leonel de Sousa.<sup>17</sup> To the Ming, it was a strategic, defensive option to put the Portuguese under supervision in a controlled area where their movements could be monitored and the economic benefits of their activities would be better availed. It was also destined to break the partnership between the Portuguese and the Chinese smuggling network that operated in the Fujian and Zhejiang coast, but the shift to Macao seems to have extended, rather than reduced, this informal collaboration.<sup>18</sup> Intended to be an ingenious move to solve the virtual turbulence caused by the suspicious *Folangji* and their Chinese partners, the foundation of Macao would lead to the development of a real city-port enjoying exclusive privileges on the profitable commerce with Japan.

To the Portuguese, the Macao-Nagasaki route emerged as the most profitable line of trade in Asia, because they assumed an exclusive, intermediate role on the exchanges of Japanese silver vs. Chinese textiles, in an annual voyage carried on by a “Great Ship.”<sup>19</sup> Like Manila, Macao was a vital point to obtain supplies of silver to the Chinese market, but similarities between the two were more apparent than real. Unlike Manila, Macao was an informal settlement on Chinese soil under the supervision of Ming officers. It was located at the far end of the Portuguese network that spread across the Indian Ocean, and where the official structures of the Estado da Índia exerted control in a rather tenuous way.

The Portuguese focused their military and naval resources on the west coast of India, the Persian Gulf and the Red Sea, while the Gulf of Bengal, the Malay-Indonesian archipelago or the South China Sea areas were left to private initiative with a minimum official control. Besides some small forts in the Moluccas, Melaka was the only major position, with a Captain and a regular administration staff. Located in the remote parts of China and far from Melaka and even more distant from the capital of the Portuguese Estado da Índia, Macao was internally ruled by the local elite of merchants and Jesuit missionaries. Official interference in local affairs was limited to

---

17 Letter from Leonel de Sousa, 15 Jan. 1556, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, 1960, Vol. I, p. 910; Roderich PTAK, “Early Sino-Portuguese relations up to the Foundation of Macao,” *Mare Liberum*, no. 4 (Dec. 1992), pp. 289–97.

18 James CHIN, “The Portuguese on the Zhejiang and Fujian Coast prior to 1550 as seen from Contemporary Chinese Private Records” in L. F. Barreto (ed.), *Macao During the Ming Dynasty*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009, pp. 119–37.

19 Charles Ralph BOXER, *The Great Ship from Amacon*, Macao, Instituto Cultural de Macau, 1988, pp. 21–171.

the temporary stay of the Captain of the annual voyage to Nagasaki. Only in 1623, in a different political scenario and under a considerable pressure by the Dutch threat, the city council accepted the appointment of a Governor by the authorities of Goa or Lisbon.<sup>20</sup> Therefore, Macao was basically an informal trade centre rather than a colonial capital, where any pretensions of territorial control were absent.

Even the profiles of the Catholic missionary activities in Macao and Manila were different, despite being considered from both Portuguese and Spanish authorities as vital to their respective missionary efforts. Because China was not an easy ground to Catholic missions, Macao was mostly a Jesuit base to the work that was being developed in Japan, where the activities of the Society of Jesus achieved remarkable success. However, this was due to the peculiar internal conditions of the country and the political unification set in motion by Oda Nobunaga. In the Philippines, on the contrary, the missions—namely Augustinians—in Luzón and in the Visayas were successful thanks to the *encomienda* and other precepts of the *conquista* that imposed the Catholic faith to local population by force of arms.

From a different perspective, Macao and Manila were also the extreme points of two overseas empires that were in contact in the South China Sea, according to the imaginary line accorded by Portugal and Castille in the Treaty of Tordesillas. Tensions were thus inevitable. The Spanish presence in the Philippines was disputed by the Portuguese and even after an informal acceptance there were regular complaints about the risks involving the “line crossing” by the Spanish. The military attack on Brunei in 1576 and the claims by the Governor of Manila that “es cosa cierta y clara que los malucos y todo lo demás que hay desde Malaca para acá [Manila], en que entran Brunei y toda la costa de China, lequios e japones y Nueva Guinea, están en demarcación de Vuestra Majestad”<sup>21</sup> caused friction and suspicion on the Portuguese side.

### **Under the same king**

Despite different views of China from Macao and Manila and distinct traditions of colonial experience by the Portuguese and the Spanish, the dynastic union by Philip II caused some detente on both sides of the line.

---

20 Manuela Blanco VELEZ, “A Primeira Capitania Geral de Macau, 1623–1626” in Artur Teodoro de Matos and Luís Filipe F. Reis Thomaz (eds.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, Macau/Lisboa, 1993, pp. 7–20.

21 Letter from Francisco de Sande to the Sultan of Brunei, 7 June 1576, in I. RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ (ed.), op. cit., Vol. XIV, p. 417.



However, while in the Moluccas the new political scenario was welcomed because the proximity of Manila paved the way to an effective support to the Portuguese fortress, in Macao the reaction was much less friendly.

In 1582, the Governor of Manila Gonzalo Ronquillo de Peñalosa sent the Jesuit Alonso Sánchez to Macao, to inform the Portuguese about the acclamation of Philip II as King of Portugal. The odyssey of the Jesuit priest in China was troubled. Arrested by the Chinese authorities and detained in Zhaoqing to be questioned about his origins and intentions, the unexpected visitor forced the Senate of Macao to send a diplomatic delegation pleading for his release.<sup>22</sup> The Portuguese feared that the Guangdong officers could get detailed information about the new political situation in Portugal and assume that the Portuguese and the Spanish were subjects of the same king. Being Sánchez an enthusiastic supporter of the projects and dreams to conquer China, which he considered as a pre-condition to the success of missionary work, one may guess the tension raised by this episode in Macao. In a letter addressed to the Governor of the Philippines, a Portuguese nobleman expressed the city's apprehension about the recent events: "muito receio da gente que está nos Luçõs, ainda que desejamos grandemente que haja entre V. S. e nós contínuo comércio, pelo muito proveito temporal e espiritual que nos pode vir a todos."<sup>23</sup>

In the following years, tension climbed as the Spanish increased their attempts to bypass Macao and to establish direct contacts with China. The Portuguese protested, claiming that these actions could spark the hostility of the Guangdong authorities that would ultimately lead to the ruin of Macao and the expulsion of the Iberians. This strategy took advantage of the higher level of knowledge about Chinese affairs by the Portuguese. It was outlined to keep the Spanish interference away and to ensure that the city would remain as the exclusive channel of access to China.

Yet the Portuguese had other reasons to worry about. One of the most disturbing was an unprecedented order issued by Philip II that put the *status quo* of separate jurisdictions in Asia in danger. In 1583, the founding document of the *Audiencia* of Manila conceded the jurisdiction over "Luzón and the other Filipinas islands of the archipelago of China, and the main-

---

22 Horacio de la COSTA, *The Jesuits in the Philippines, 1581–1758*, Cambridge, Harvard University Press, pp. 37–57; José de ARCILLA, "Alonso Sánchez: Jesuit diplomat to the Portuguese in Macao" in Alan Norman Baxter et al. (eds.), *Conference Proceedings of Macao-Philippines Historical Relations*, Macao, University of Macau, 2005, pp. 156–76.

23 Letter from D. João de Almada to the Governor of Manila, 24 June 1582, in Francisco COLÍN, *Labor Evangélica, Ministerios Apostolicos de los Obreros de la Compañía de Jesús, Fundación y Progresos de Su Provincia en las Islas Filipinas*, Barcelona, Henrich y C<sup>a</sup>, 1904, Vol. I, p. 294.

land of the same, whether discovered or yet to be discovered” to this court.<sup>24</sup> In Macao, it caused considerable concern about the possibility of being submitted to Manila in a nearby future. However, this never happened and Philip II and his successors never yielded to the proposals that advocated reforms on the jurisdictions of Portugal and Castille in the East.

The new state of affairs was exploited by both the Spanish and the powerful commercial elite of Macao. Some merchants took advantage of the indefinite status of the initial years after 1581 to establish profitable partnerships with Manila. The first was the wealthy Bartolomeu Vaz Landeiro, who supplied Manila with provisions after the fire that destroyed an important part of the city and set up a regular connection with Macao, even after the prohibition of contacts has been re-established by the King.<sup>25</sup> Also Sebastião Jorge de Moxar, the greatest Portuguese ship-owner of Macao, established an agreement with the ruling class of Manila, providing loads of Chinese and Indian textiles to the city.<sup>26</sup>

Other private initiatives—also illegal—took place in the following years, being important examples the attempts to establish direct contacts between Mexico, Peru and Macao, carried out from both sides of the Pacific. In 1583, the galleon *San Martín* left Acapulco and proceeded towards Macao instead of Manila<sup>27</sup> and six years later, the former captain of Melaka D. João da Gama made the journey in the opposite direction. Finally, in 1590 the Marquis of Cañete, Viceroy of Peru, sent a ship to Macao but after the arrival, as a chronicler says, “fue embargada con todas las haciendas por cédulas y provisiones apretadas del Rey Católico, en que vedava el comercio de Peru con China y Filipinas, sob gravissimas penas.”<sup>28</sup>

From the point of view of Ming China, the risk of turbulence caused by the rivalry between the Portuguese and the Spanish was taken seriously, but it could be minimized through a careful supervision and management of rules. On the other side, it was considered that the competition between the restless Spanish newcomers and the Portuguese of Macao would weaken both contenders and lower the level of threat to the territorial integrity of the realm.<sup>29</sup>

24 “Foundation of the Audiencia of Manila” in Emma Helen BLAIR and James ROBERTSON (eds.), *The Philippine Islands*, Cleveland, Arthur H. Clark, 1903, Vol. V, p. 275.

25 F. COLÍN, *op. cit.*, Vol. I, pp. 286–7.

26 Lúcio de SOUSA, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555–1590) – The Life of Bartolomeu Landeiro*, Macao, Macao Foundation, 2010, pp. 75–80.

27 F. COLÍN, *op. cit.*, Vol. I, p. 363.

28 *Idem, ibidem*, Vol. II, p. 198. See Fernando IWASAKI CAUTI, *Extremo Oriente y Perú en el siglo XVI*, Madrid, Mapfre, 1992, pp. 182–98.

29 JIN Guo Ping and Wu Zhiliang, “Os 3 mosqueteiros marítimos vistos pelos chineses,” *Review of Culture*, no. 11 (2004), pp. 154–73.

Anyway, throughout the years, the Spanish seemed more determined to settle in China by means of bypassing Macao. The Portuguese obtained huge profits in the Macao-Nagasaki trade and the possibility of getting a share was too tempting to be left behind. The Spanish recorded the movements and the financial details of the commerce, namely the commodities exported and imported to and from Japan and the taxes paid to the Chinese officers, not only in the port of Macao but also in Canton; despite the high taxes, the investment provided high returns, as a memorial remarks: “Dizen los Portugueses que no quieren sino hazer su dinero principal bueno en la China para emplear en la China, que en el empleo esta la ganancia.”<sup>30</sup>

In 1591, the debate in Manila revolved around the best step to be taken: to create a regular link with Macao or to contact directly the Guangdong authorities, asking permission to create a trade outpost on the coast? The first hypothesis was against the Royal orders, while the second was risky and contradicted all advice given by the Jesuits and the Portuguese of Macao. Several participants testified the goodwill of the Chinese, both Ming officers and private merchants, to accept a Spanish settlement. One of them reported that a Chinese officer in Macao was upset when he realized that the Spanish did not trade in China because the Portuguese did not permit it. The same officer allegedly invited them to do so and he assured that he would intercede with the viceroy of Canton in order to issue the required safe-conduct.<sup>31</sup>

The Governor of the Philippines and the *Audiencia* authorized an expedition under the command of D. Juan Zamudio, in 1598, to settle in an uncertain place in the Pearl River Delta called “Pinhal.” However, the initiative was criticized even among Spanish authorities. The Bishop of Nueva Segovia was one of the fiercest opponents. He agreed with the Portuguese arguments, saying that a successful Spanish settlement in China could be ruinous to the trade line between Macao and Nagasaki. Therefore, it would lead to the decline of the city and the destruction of the missionary work in Japan. A long war between the Portuguese and the Spanish would follow, causing considerable damages on both sides. Finally, he argued that Manila could also be affected, because the commerce carried out by the *Sangleys* would be destroyed with terrible consequences to them and to the *vecinos*

---

30 “Valor de las Mercancías que se han de exportar de China al Japón” in F. COLÍN, op. cit., Vol. III, p. 220; J. GIL, op. cit., pp. 50–1.

31 “Investigations of Manila concerning trade with Macan, 1591” in E. H. BLAIR and J. ROBERTSON, op. cit., Vol. VIII, pp. 183–4.

of Manila.<sup>32</sup> Yet the “Pinhal episode” was a failure that marked the end of a period of severe tension between Manila and Macao. The turn of the century and the formidable challenge posed by the Dutch presence in the South China Sea changed the Portuguese-Spanish relations in a considerable way and opened the path to a more cooperative mood between both sides.

### The Dutch in Taiwan

In 1601, a Dutch ship came in sight of Macao. Coeval reports testify that the Portuguese imprisoned the crew after using a trick to convince them to go ashore. Most of them were later executed in public on charges of piracy.<sup>33</sup> Later, this episode was used by the Dutch propaganda as proof of the alleged cruel and tyrannical character of the Portuguese. It was the first incident that affected Macao in a direct way, five years after the first Dutch ship had arrived in Asia through the Cape of Good Hope. In 1603, the carrack *Santa Catarina*, carrying a rich load of Chinese commodities, was captured in the Johor River, close to Melaka. The precious booty was later carried to Amsterdam and the cargo was sold in public auction.<sup>34</sup>

The Dutch pressure increased in the following years, with direct strikes on Portuguese fortresses and positions, in a global offensive strategy destined to erect a new Asian empire at the expenses of the Estado da Índia. The first target of the Dutch East India Company (VOC) was the Moluccas and Banda islands in the Malay-Indonesian archipelago, but China and Japan would soon follow. The Dutch Governor Jan Pieterzoon Coen outlined a global strategy that included the complete suppression of the Portuguese presence in the coasts of China and the takeover of the rich trade with Japan. Their first move was to demand access to the ports of Fujian and the eviction of the Portuguese from Macao. The refusal from the Chinese authorities to cooperate led to the attack on the city in 1622. Despite the lack of significant defensive structures or a military garrison, Macao was able to resist and repel the attackers.<sup>35</sup> As a direct consequence of the attack, the Macao Senate asked Goa for a military Governor that could ensure the

---

32 Letter from the Bishop of Nueva Segovia to the King, 17 May 1599, in E. H. BLAIR and J. ROBERTSON, op. cit., Vol. X, pp. 190–7.

33 Martinus APIUS, “Incidente em Macau, 1601,” *Review of Culture*, no. 12 (2004), pp. 61–7.

34 Peter BORSCHBERG, “The Seizure of the Sta. Catarina Revisited: The Portuguese Empire in Asia, VOC Politics and the Origins of the Dutch-Johor Alliance (1602–c. 1616),” *Journal of Southeast Asian Studies*, no. 33.1 (Feb. 2002), pp. 31–62.

35 Rui LOUREIRO, “Macao and the Dutch Threat” in L. F. Barreto (ed.), op. cit., pp. 68–86.

defence of the city, but the relations between the local elite and D. Francisco de Mascarenhas, the new Captain-General who arrived in 1623, were very tense.

The offensive of the VOC was not limited to the assault on the Portuguese navigation and positions. The Spanish interests in Asia—i.e., Manila and the Acapulco Galleon—were also targeted. The first clash took place in 1600, between a Dutch fleet under the command of Oliver van Noort, who had left Amsterdam in 1598 following the route of Magalhães, and the Spanish defenders under the leadership of Antonio de Morga.<sup>36</sup> The Far East became another warfront for the Iberian “Unión de Armas en Oriente” that was informally established despite the separate jurisdictions between the Portuguese Estado da Índia and the Spanish East Indies.<sup>37</sup> In the aftermath of an attempt by Melaka and Manila to prepare a joint armada against the VOC in the Southeast Asian waters, a new attack on Manila took place in 1617, this time involving a powerful Dutch fleet of ten ships that attacked Mindoro and Ilocos and finally made a blockade on Manila. It had departed from Ternate to intensify the war against the Spanish and the Portuguese, in a destructive, predatory mission to cause as much damage as possible that could have changed the destiny of Manila. The naval battle with the Spanish armada occurred on April 16th and the outcome was favourable to the defenders, who were able to destroy most of the enemy vessels.<sup>38</sup>

Unable to suppress Manila and Macao and at war with the Chinese coastal fleets, the Dutch shifted their strategy. After a brief stay in the Penghu (Pescadores) Islands, the VOC settled in Taiwan in order to use the island as headquarters to engage in Chinese trade and to strike both Portuguese and Spanish navigation. The settlement was a common threat to Manila and Macao, so the Spanish would soon make plans to give an adequate defensive reply.

In April 1626, a Catholic Chinese from Macao named Salvador Dias wrote a detailed report describing the Dutch settlement in Taiwan and the disruptive effects it would cause in the Portuguese activities in the

---

36 Pedro ORTIZ ARMENGOL, “La Incursión Naval Holandesa en Aguas de Filipinas” in Antonio García Abasolo, (ed.), *España y el Pacífico*, Córdoba, Asociación Española de Estudios del Pacífico, 1997, pp. 73–84.

37 Rafael VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680): Declive Imperial y Adaptación*, Leuven University Press, 2001, pp. 35–64; José Eugenio BORAJO, “‘Intelligence-gathering’ episodes in the ‘Manila-Macao-Taiwan Triangle’ during the Dutch Wars” in A. N. Baxter, op. cit., pp. 226–47.

38 Tien-Tse CHANG, “The Spanish-Dutch Naval battle of 1617 outside Manila Bay,” *Journal of Southeast Asian History*, Vol. 7, no. 1 (Mar. 1966), pp. 120–1.

area. He even assured that it would soon control the whole Chinese external trade for the benefit of the Dutch, the Japanese and the Fujianese, if nothing was done to destroy the fortress.<sup>39</sup> Dias' report eventually came to the knowledge of the Spanish authorities in Manila, who were preparing a first expedition to the northern side of the island. A reinforcement *armada* under the command of the Governor of the Philippines arrived in Taiwan in the following year and Juan Niño de Tabora asked the Portuguese to send him the "mestizo Salvador Díaz," possibly to act as a scout thanks to his knowledge of the terrain.<sup>40</sup> After three years of consecutive attempts, from 1626 to 1629, a fort was finally built and the Spanish managed to complete the strategic move to control the movements of the enemy and to protect the Iberian navigation to China and Japan.<sup>41</sup>

The Dutch settlement in Taiwan was a serious challenge to the Iberian presence, not only because of its proximity to Macao and Manila, but also due to the informal alliance they have established with powerful Chinese private networks in the South China Sea. The cooperation between the Fujianese trade clans and the VOC was not new. In fact, the capital Batavia was erected thanks to massive Chinese labour and made full use of the expertise on Asian business by the Chinese communities, a scenario extended throughout the whole Far East.<sup>42</sup> In Taiwan, the Dutch settlement was not a conquest enterprise or a simple military, anti-Iberian adventure. On the contrary, it was a "hybrid colony" of Chinese settlers ruled by the VOC, where each side depended on the other to survive and prosper, not only against the European rivals, but also regarding the relations with the local, non-Chinese population.<sup>43</sup>

The role played by the Chinese networks in the South China region, particularly in this conjuncture, was generally underestimated by European sources and chroniclers, who tended to focus their attention on the Dutch vs. Iberians conflict. Salvador Dias, however, is clear in his statement on

---

39 Report by Salvador Dias, 26 April 1626, in *Documentação Ultramarina Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1960, vol. I, pp. 153–160; also published in José Eugenio BORAÑO MATEO (ed.), *The Spaniards in Taiwan*, Taipei, SMC Publishing, 2001, Vol. I, pp. 62–9.

40 Extract of a Jesuit annual report, 1626, in J. E. BORAÑO MATEO (ed.), op. cit., p. 88.

41 José Eugenio BORAÑO, "The 'Justification' of the Spanish Intrusion in Taiwan in 1626," *Humanitas Taiwanica*, no. 60, 2004, pp. 338–72.

42 Leonard BLUSSÉ, *Strange Company – Chinese Settlers, Mestizo Women and the Dutch in VOC Batavia*, Dordrecht, Foris, 1988; Pin-Tsun CHANG, "The Rise of Chinese Mercantile Power in VOC Dutch East Indies," *Chinese Southern Diaspora Studies*, no. 3 (2009), pp. 3–21.

43 Tonio ANDRADE, "Pirates, Pelts, and Promises: The Sino-Dutch Colony of Seventeenth-Century Taiwan and the Aboriginal Village of Favorolang," *Journal of Asian Studies*, Vol. 64, no. 2 (May 2005), pp. 295–321.

how the Portuguese and the Spanish should fear the Fujianese networks and their alliance with the Dutch, saying that “*não há no Oriente quasi parte onde não haya chincheos,*” whom he calls “*gente atrevida.*”<sup>44</sup>

In fact, the Europeans’ moves were strongly conditioned by the evolution of the Chinese maritime networks in the region and the political struggle that was taking place inside China. The surrender of the “pirate” leader Zheng Zhilong to the Chinese authorities in 1628 marked an important shift in the South China Sea region. The powerful maritime confederacy was now at the service of the Ming and Zheng Zhilong managed to control the Dutch activities in Taiwan and inflict an important defeat to the VOC forces in 1633, off the coast of Fujian.<sup>45</sup> The Zheng confederacy was later able to expel the Dutch from the island, under the leadership of Zheng Chenggong, Zhilong’s son.

### Cooperation and survival

The engagement in a global war against the Dutch *rebeldes* lowered the tensions between Macao and Manila. However, it did not prevent uneasy relations and misunderstandings from both sides. Generally speaking, the Spanish considered the Portuguese too weak and disorganized, lacking proper discipline and resources, to confront the Dutch with success. Some people, like the Dominican Fr. Diego Aduarte, denounced the fragile status of Macao, whose inhabitants were submitted and paid tribute to the King of China and were extorted by Chinese officers. The proposed solution would be the removal of all people from there and the transference of their trading activities to Manila.<sup>46</sup>

Besides the military alliance against the common enemy, the collaboration between the Portuguese and the Spanish in the context of the early seventeenth century also took the shape of a more relaxed relationship concerning the prohibition of contacts between Manila and Macao. Although renewed on a regular basis in the official correspondence, the prohibitions issued by the King were more a formality than a strict command. In 1621,

44 Report by Salvador Dias, 26 April 1626, in op. cit., p. 158.

45 Patrícia CARIOTI, “The International Setting of Far Eastern Seas During the First Half of the 17th Century: A New Balance of Power” in Jorge dos Santos Alves (ed.), *Portugal e a China: Conferências no III Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (séculos XVI–XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 48–9; Leonard BLUSSÉ, “Minnan-Jen or Cosmopolitan? The Rise of Cheng Chih-Lung alias Nicolas Iquan” in E. B. Vermeer (ed.), *Development and Decline of Fukien Province in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> Centuries*, Leiden, Brill, 1990, pp. 245–64.

46 Memorial by Fr. Diego Aduarte, 1619, in E. H. BLAIR and J. ROBERTSON, op. cit., Vol. XVIII, pp. 194 ff.

the merchant elites of Macao testified that the prohibitions were harmful to both the city and the Royal Treasury, because the Fujianese carried loads of Chinese silk to Manila, where it was purchased by Japanese traders. At the same time, the old trade routes from Macao to Sunda, Siam, Timor, Patani and Vietnam were now inactive, and due to the increasing difficulties the Portuguese felt in Japan, the former profit of about 60 to 70% in the Macao-Nagasaki trade have dropped to below 20%.<sup>47</sup>

The viceroys of Goa eventually authorized that official trade could be made under certain conditions.<sup>48</sup> The Viceroy Conde de Linhares (1629–1635) decided to create an official voyage, to be made under specific conditions, after admitting that the prohibitions were ineffective, “como nunca haviam de deixar de se mandar à formiga alguns chós dos casados da China, em que só a Fazenda de Sua Majestade ficava perdendo.”<sup>49</sup>

At this point, the increasing affluence of Portuguese ships going from Macao to Cavite, the port of Manila, was a source of local discontent. This occurred not only thanks to the official authorizations issued by the viceroy of Goa, but also because private commerce had increased. Until the late 1630s, it became dominant in Manila, while the Chinese activities decreased due to the disturbance caused by Dutch policies on the Fujian coast.<sup>50</sup> In 1636, the representative of Manila Juan Grau y Monfalcón complained to the King that the *vecinos* of Manila had received great losses in the recent years, since the Portuguese of Macao came to gain control over the most important trade from China. He described the situation in the following terms: the Portuguese sold their Chinese commodities at high prices in Manila and also controlled their shipping to Mexico, unlike the previous scenario when the *Sangleys* supplied the city and the Spanish were able to get profits from the transport to the New World.<sup>51</sup>

As a matter of fact, the situation of Macao was far from being prosperous. Beside the disruptive effects of Dutch activities and the first worrying signs of decline of trade with Japan, the Portuguese were also confronted

---

47 Appointments by several merchants of Macao, 1621, in Elsa PENALVA and Miguel Rodrigues LOURENÇO (eds.), *Fontes para a História de Macau no Século XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009, pp. 99–100.

48 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], *Livros das Monções*, Liv. 22, fl. 80 (Letter from the Viceroy Count of Vidigueira to the King, Goa, 10 Dec. 1625).

49 António BOCARRO, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações da Índia Oriental*, Isabel Cid (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, Vol. II, p. 270.

50 George Brian SOUZA, *The Survival of the Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630–1754*, Cambridge University Press, 1986, pp. 78–9.

51 ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI], *Filipinas*, 41, no. 16 (Memorial by Juan Grau y Monfalcón).



with the instability in mainland China and the waning of the Ming dynasty, whose echoes affected Macao throughout the early seventeenth century. The safety of Macao relied traditionally on Chinese official endorsement of the Portuguese presence. At this time, however, the decline of the Ming state apparatus meant that it was no longer able to provide effective military support in case of external—say, Dutch—attack, and an intervention of the Chinese imperial fleet to protect Macao was more than doubtful. The Portuguese reacted by tightening their ties with the Ming, increasing the dispatch of diplomatic missions to the authorities of Guangdong and offering military support in the war efforts against the Manchus.<sup>52</sup>

The years 1638–40 were marked by a general crisis for both the Portuguese and the Spanish in Asia. The definitive closure of Japan and the fall of Melaka were two severe blows to Macao, which became deprived of its main source of profit and isolated from the rest of the Estado da Índia. Still more important was the evolution in mainland China, with the collapse of the Ming and the rise of a new dynasty in Beijing in 1644. This event had a double damaging effect on Macao: on one hand, the Ming loyalists under the command of Zheng Chenggong struggled in the maritime southern regions against the new power for another two decades, causing considerable unrest in trade activities. Secondly, the new Qing dynasty imposed a strict closure of the coast a few years later, and orders were issued to deport all people to the interior, an extreme measure that Macao barely escaped.

Manila also suffered a series of important setbacks. The first one was the revolt of the *Sangleys* in 1639, in a chain of tumultuous, bloody events that led to the massacre of thousands of Chinese, repeating the previous episode of 1603.<sup>53</sup> It is possible that the uprising, whose motives are not fully explained on Spanish sources, may have been promoted and organized by Zheng Zhilong's men under his direct orders.<sup>54</sup> The last defenders of the Spanish positions in Taiwan surrendered to the Dutch in 1642, bringing the pretensions of Manila to ensure a point of support to its trading activities in the South China Sea to an end. Finally, the official closure of the Chinese coast

---

52 Patrizia CARIOTI, "Il Declinio del Portogallo nei Mari Estremo-Orientali nel Secolo XVII: Alcune Considerazioni Sulla Superstite Postazione di Macao" in Maria Luisa Cusati (ed.), *Il Portogallo e I Mari: Un Incontro Tra Culture*, Napoli, Liguore Editore, 1997, Vol. II, pp. 395–7; Charles Ralph BOXER, "Expedições militares portuguesas em auxílio dos Ming contra os Manchus, 1621–1647," *Estudos para a História de Macau, Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Fundação Oriente, 1991, pp. 119–33.

53 Juan Gil, op. cit., pp. 491–513.

54 Patrizia CARIOTI, "The International Setting of Far Eastern Seas During the First Half of the 17<sup>th</sup> Century: A New Balance of Power" in Jorge dos Santos Alves (ed.), op. cit., p. 50.

and the state of war also caused damaging effects in the city, for its survival depended on the commercial connections with Fujian and Guangdong

Finally, 1641 was the year of Portugal's separation from the Habsburg Monarchy. In Macao, fears of imminent hostilities from the former allies emerged, but beside some unpleasant diplomatic details, nothing happened. On the contrary, the echoes in Asia of the political breakup in Europe and the war that followed and lasted for more than two decades were minimal. Macao and Manila depended too much on each other and both on Chinese trade to be affected by such distant events. Either by direct trade or in indirect ways, using Makassar as intermediary, the commerce between Macao and Manila proceeded with no significant breaks.<sup>55</sup> Still in 1682, the Portuguese acted as brokers of the Chinese merchants of Canton in their business in Manila, a strategy that caused damages to the Spanish interests and was motive of complaints to the Governor of the Philippines.<sup>56</sup>

The definitive control of the southern regions by the Qing and the abolition of the *haijin* policy by the Emperor Kangxi in 1685 posed important challenges to the survival of Macao. The opening of the ports of Fujian, namely Amoy, to European powers, marked the end of an era in which the city played a prominent role as exclusive point of access to China. Therefore, the most important feature of the late seventeenth century was the move to find alternative markets and lines of trade, being Makassar, Timor and Vietnam the most important ones.

---

55 Manel OLLÉ I RODRÍGUEZ, "Macao-Manila Interactions in Ming Dynasty" in L. F. Barreto, op. cit., p. 172.

56 AGI, *Filipinas*, 24, o. 27 (letter from fr. Buenaventura Ibañez to the Governor of the Philippines, Canton, 21 Feb. 1682).

**Manuscripted Sources**

ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI]

*Filipinas*, 24, r. 4, no. 27; 41, no. 16.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

*Livros das Monções*, liv. 22, fl. 80

**Printed Sources and Bibliography**

ALVES, Jorge dos Santos (ed.), *Portugal e a China: Conferências no III Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (séculos XVI–XIX)*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000.

ANDRADE, Tonio, “Pirates, Pelts, and Promises: The Sino-Dutch Colony of Seventeenth-Century Taiwan and the Aboriginal Village of Favorolang,” *Journal of Asian Studies*, Vol. 64, no. 2 (May 2005), pp. 295–321.

APIUS, Martinus, “Incidente em Macau, 1601,” *Review of Culture*, no. 12 (2004), pp. 61–7.

BARRETO, Luís Filipe (ed.), *Macau During the Ming Dynasty*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009.

BAXTER, Alan Norman et al. (eds.), *Conference Proceedings of Macao-Philippines Historical Relations*, Macao, University of Macau, 2005.

BERNABÉU ALBERT, Salvador and MARTÍNEZ SHAW, Carlos (eds.), *Un oceano de seda y plata: el universo económico del Galeón de Manila*, Madrid, CSIC, 2013.

BLAIR, Emma Helen and ROBERTSON, James (eds.), *The Philippine Islands*, Cleveland, Arthur H. Clark, 1903, Vols. V, VIII, XVIII.

BLUSSÉ, Leonard, *Strange Company: Chinese Settlers, Mestizo Women and the Dutch in VOC Batavia*, Dordrecht, Foris, 1988.

BOCARRO, António, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações da Índia Oriental*, ed. Isabel Cid, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, Vol. II.

BORAO, José Eugenio, “The ‘Justification’ of the Spanish Intrusion in Taiwan in 1626,” *Humanitas Taiwanica*, no. 60, 2004, pp. 338–72.

BORAO MATEO, José Eugenio (ed.), *The Spaniards in Taiwan*, Taipei, SMC Publishing, 2001, Vol. I.

BORSCHBERG, Peter, “The Seizure of the Sta. Catarina Revisited: The Portuguese Empire in Asia, VOC Politics and the Origins of the Dutch-Johor Alliance (1602–c. 1616),” *Journal of Southeast Asian Studies*, no. 33.1 (Feb. 2002), pp. 31–62.

BOXER, Charles Ralph, *The Great Ship from Amacon*, Macao, Instituto Cultural de Macau, 1988.

BOXER, Charles Ralph, *Estudos para a História de Macau, Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Fundação Oriente, 1991.

CHAN, Albert, “Chinese-Philippine Relations in the Late Sixteenth Century and to 1603,” *Philippine Studies*, Vol. 26, no. 1–2 (1978), pp. 51–82.

CHANG, Pin-Tsun, “The Rise of Chinese Mercantile Power in VOC Dutch East Indies,” *Chinese Southern Diaspora Studies*, no. 3 (2009), pp. 3–21.

CHANG, Tien-Tse, “The Spanish-Dutch Naval battle of 1617 outside Manila Bay,” *Journal of Southeast Asian History*, Vol. 7, no. 1 (Mar. 1966), pp. 111–21.

- CHIN, James, "Junk Trade, Business Networks, and Sojourning Communities: Hokkien Merchants in Early Maritime Asia," *Journal of Chinese Overseas*, no. 6 (2010) pp. 157–215.
- COLÍN, Francisco, *Labor Evangélica, Ministerios Apostólicos de los Obreros de la Compañía de Jesús, Fundación y Progressos de Su Provincia en las Islas Filipinas*, Barcelona, Henrich y C<sup>a</sup>, 1904, 3 vols.
- COSTA, Horacio de la, *The Jesuits in the Philippines, 1581–1758*, Cambridge, Harvard University Press.
- CUSATI, Maria Luisa (ed.), *Il Portogallo e I Mari: Un Incontro Tra Culture*, Napoli, Liguore Editore, 1997, Vol. II.
- CUSHNER, Nicholas P., *Landed Estates in the Colonial Philippines*, New Haven, Yale University, 1976.
- DÍAZ TRECHUELO, Lourdes, GARCÍA ABÁSULO, Antonio, et al. (eds.), *Estudios sobre Filipinas durante el Período Español*, Manila, Instituto Cervantes, 1998.
- Documentação Ultramarina Portuguesa*, Lisbon, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, Vol. I.
- FELIX JR., Alfonso (ed.), *The Chinese in the Philippines, 1570–1770*, Manila, Solidaridad Publishing House, 1966, Vol. I.
- GARCÍA ABÁSULO, Antonio (ed.), *España y el Pacífico*, Cordoba, Asociación Española de Estudios del Pacífico, 1997.
- Gazetas (As) da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, Vol. I.
- GIJ, Juan, *Los Chinos de Manila (siglos XVI y XVII)*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.
- HIDALGO NUCHERA, Patricio, *Encomienda, Tributo y Trabajo en Filipinas (1570–1608)*, Madrid, Ed. Polifemo, 1995.
- IWASAKI CAUTI, Fernando, *Extremo Oriente y Perú en el Siglo XVI*, Madrid, Mapfre, 1992.
- JIN Guo Ping, and Wu Zhiliang, "Os 3 mosqueteiros marítimos vistos pelos chineses," *Review of Culture*, no. 11 (2004), pp. 154–73.
- JIN Guo Ping, and Wu Zhiliang, *Revisitar os Primórdios de Macau: para uma nova abordagem da História*, Macau, Instituto Português do Oriente/Fundação Oriente, 2007.
- LUZ, Francisco Mendes da (ed.), *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas Partes da Índia [...]*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1952.
- MATOS, Artur Teodoro de and THOMAZ, Luís Filipe F. Reis (eds.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente*, Macau/Lisboa, 1993.
- MORGA, Antonio de, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Madrid, Polifemo, 1997.
- NEWSON, Linda A., *Conquest and Pestilence in the Early Spanish Philippines*, Honolulu, University of Hawai'i Press, 2009.
- OLLÉ, Manel, *La empresa de China: de la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Quaderns Crema, 2002.
- OLLÉ I RODRÍGUEZ, Manel, "A Inserção das Filipinas na Ásia Oriental (1565-1593)," *Review of Culture*, no. 7 (2003), pp. 7–22.
- PENALVA, Elsa and LOURENÇO, Miguel Rodrigues (eds.), *Fontes para a História de Macau no século XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2009.

- PHELAN, John Leddy, *The Hispanization of the Philippines: Spanish Aims and Filipino Responses, 1565–1700*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1959.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa, “*Enemy at the Gates: Macao, Manila and the ‘Pinhal Episode’ (end of the 16th Century)*,” *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, no. 16 (2008), pp. 11–43.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa, “*Chinchéus and Sangleys: Ten Remarks on the Chinese Presence in Melaka and Manila (16th–17th centuries)*,” *Review of Culture*, no. 43 (2013), pp. 59–69.
- PTAK, Roderich, “Early Sino-Portuguese relations up to the Foundation of Macao,” *Mare Liberum*, no. 4 (Dec. 1992), pp. 289–87.
- PTAK, Roderich, *China’s Seaborne Trade with South and Southeast Asia (1200–1750)*, Aldershot, Ashgate, 1999.
- PTAK, Roderich, “China’s Medieval *Fanfang*: A Model for Macau under the Ming?,” *Anais de História de Além-Mar*, no. 2 (2001), pp. 47–71.
- RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Isacio, (ed.), *Historia de la Provincia Agustiniana del Santísimo Nombre de Jesús de Filipinas*, Manila, Arnoldus Press, 1978, Vol. XIV.
- RUIZ-STOVEL, Guillermo, “Chinese Merchants, Silver Galleons, and Ethnic Violence in Spanish Manila, 1603-1686,” *Análisis*, Vol. 12, no. 36 (Sept. 2009), pp. 47–63.
- SOUSA, Lúcio de, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555–1590): The Life of Bartolomeu Landeiro*, Macao, Macao Foundation, 2010.
- SOUZA, George Brian, *The Survival of the Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630–1754*, Cambridge University Press, 1986.
- VALLADARES, Rafael, *Castilla y Portugal en Asia (1580–1680): Declive Imperial y Adaptación*. Leuven University Press, 2001.
- VERMEER, B. (ed.), *Development and Decline of Fukien Province in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> Centuries*, Leiden, Brill, 1990.

Traveling experiences vs. intertextuality:  
the description of the Philippines in  
Gemelli Careri's *Giro del Mondo* (1699–1700)

Rui Manuel Loureiro\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 101-136. ISSN 0874-9671

**Resumo**

Entre 1699 e 1700, Giovanni Francesco Gemelli Careri publicou uma curiosíssima obra, o *Giro del Mondo*, descrevendo a sua viagem de cinco anos em redor do mundo. O autor viajara por mera curiosidade, e a viagem fora financiada pelo próprio. Mas os leitores interrogam-se: teria Gemelli Careri realizado esta viagem ou ter-se-ia limitado a compilar a sua obra a partir de outros livros, construindo uma narrativa alegadamente auto-biográfica? A secção dedicada às Filipinas mostra Gemelli Careri como um viajante experimentado e um habilidoso colecionador de relatos, assim como apresenta um relato coerente e bem informado sobre a vida e a natureza naquele arquipélago em finais do século XVII, e revela métodos de composição que recorrem a amplas práticas de intertextualidade.

**Palavras-chave:** escrita de viagem, Filipinas, Gemelli Careri, intertextualidade, século XVII.

**Abstract**

Between 1699 and 1700, Giovanni Francesco Gemelli Careri published a curious work, the *Giro del Mondo*, which described his five-year pilgrimage around the world. The author traveled out of sheer curiosity, and the journey was financed by him. Yet the readers have wondered: did Gemelli Careri actually accomplish this journey, or did he just compile this work from other books, weaving an allegedly autobiographical narrative? The part dedicated to the Philippines reveals Gemelli Careri as an experienced traveler and a resourceful collector of accounts, and provides a well-informed and coherent report about life and nature in this archipelago at the close of the seventeenth century, together with glimpses at the author's methods of composition, based on intense intertextual practices.

**Keywords:** travel writing, Philippines, Gemelli Careri, intertextuality, seventeenth century.

\* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; and Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. The present research was developed within the «Projecto PAPIIT IN402114-3», of the Instituto de Investigaciones Históricas, Universidad Nacional Autónoma de México. *E-mail:* descobrimentos@gmail.com

**Traveling experiences vs. intertextuality:  
the description of the Philippines in  
Gemelli Careri's *Giro del Mondo* (1699–1700)**

Rui Manuel Loureiro

The extensive group of islands that later came to be known as the *Filipinas* was first visited by Portuguese navigators in the early decades of the sixteenth century whilst, after settling in Malacca in 1511, they were exploring the maritime lanes that extended eastwards, along the Indonesian archipelago. However, they found neither large port-cities nor rare and valuable commodities that justified the establishment of fortresses or factories in the area they styled as *Ilhas dos Luções*. Consequentially, Portuguese sixteenth century chroniclers, though aware of its existence, paid scant attention to the Philippines.<sup>1</sup> The voyage of circumnavigation lead by Fernão de Magalhães (or Magellan) in 1519–1521 brought the islands to the attention of the Spanish Crown, that eventually perceived the *Islas de San Lazaro* as a strategic platform to access Asia's mainland and its coveted luxury trades. During the second half of the sixteenth century the Philippines became the object of wide attention, in the wake of the Spanish occupation and settlement in the archipelago, and the *galeón de Manila* rivalled with the Portuguese *carreira da Índia* in the transfer across continents of men, merchandise, knowledge and beliefs.<sup>2</sup> In the course of the seventeenth century, sundry reports, accounts and treatises were published in Spanish language, either in Spain, Mexico or the Philippines, dealing with the history, geography and nature of the archipelago. Some of those were translated into other European languages.<sup>3</sup> But perhaps no account about the Philippines met with such a wide acclaim and circulation, throughout Europe, as the one included in the *Giro del Mondo* written by the Italian traveller Giovanni Francesco Gemelli Careri and first published in Naples in 1699–1700.

---

1 For the first Portuguese contacts and impressions, see José Manuel GARCIA, *As Filipinas na historiografia portuguesa do século XVI*, Lisboa, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, 2003.

2 See the classic account of William L. SCHURTZ, *El Galeón de Manila*, Leoncio Cabrera (ed.), Madrid, Ediciones de Cultura Hispanica, 1992.

3 A review of relevant Spanish sources will be found in Ana María PRIETO LUCENA, *El contacto hispano-indígena en Filipinas según la historiografía de los siglos XVI y XVII*, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1993. See also Donald F. LACH, *Asia in the Making of Europe*, Vol. I (“The Century of Discovery”), 2 books, Chicago, The University of Chicago Press, 1994, bk. 2, pp. 623–50.

### Gemelli Careri and his *Giro del Mondo*

Between September 1699 and February 1700, in the closing years of the seventeenth century, within the relatively short span of five months, the Italian printer Giuseppe Roselli, based in Naples, published a work in six compact *octavo* volumes entitled *Giro del Mondo* (or *Journey Around the World*),<sup>4</sup> which totalled more than 2500 pages of text and several dozen illustrations.<sup>5</sup> From a sheer typographical point of view, this was an outstanding achievement in itself, only explained by the fact that Roselli must have been an experienced professional.<sup>6</sup> The author of the *Giro del Mondo* was Giovanni Francesco Gemelli Careri, an Italian lawyer in his late forties, who had just completed a voyage around the world, having disembarked in the port of Naples in early December 1698.

In order to start the printing process of his work less than two months later, since the request for permission to publish the first volume is dated January 1699, it seems quite logical that Gemelli Careri arrived in Naples with an organized collection of his writings, nearly ready for publishing. This fact in itself is significant, for it means that the Neapolitan lawyer, before his return to Italy, had a clear notion of what he wanted to do with the extremely long and detailed manuscript he produced during his world-wide travels.<sup>7</sup> Perhaps it is important to stress that Gemelli Careri was not without experience in printing matters. In fact, years before, after travelling around Europe for nearly two years, he had published in the presses of Giacomo Raillard, also in Naples, a volume of letters describing his journeys, addressed to Amato Danio, a fellow lawyer who was a reputed bibliophile and classicist. The book was apparently printed in 1693, as *Viaggio per Europa* (or *Journey across Europe*), but met only with a modest circulation. Only years later, afte

---

4 All translations from the *Giro del Mondo* or other sources into English are my own.

5 In all references to the *Giro del Mondo*, I use the first Naples edition, now widely available on-line: Giovanni Francesco Gemelli CARERI, *Giro del Mondo*, 6 vols., Naples, Giuseppe Roselli, 1699–1700.

6 For an assessment of Roselli's typographical productions, see Harold Samuel STONE, *Vico's Cultural History: The Production and Transmission of Ideas in Naples, 1685–1750*, Leiden, Brill, 1997.

7 It is not impossible that before setting out on his voyage around the world Gemelli Careri read the second edition of the Spanish globe-trotter Pedro CUBERO SEBASTIÁN's *Peregrinación del mundo*, published in Naples in 1582 by Carlos Porsile, from which he could have taken the idea of writing his own account. On this suggestion, see Encarnación SÁNCHEZ GARCÍA, "Una edición castellana en la Nápoles de Carlos II: la *Peregrinación del mundo* de Pedro Cubero Sebastián," *The Korean Journal of Hispanic Studies*, Vol. 3, 2010, pp. 211–35; on Pedro Cubero, a rather interesting but neglected travel-writer, see Joaquín María CÓRDOBA, "Pasajes de una vuelta al mundo. El Oriente de Pedro Cubero Sebastián en su periplo universal," *Arbor*, Vol. 180, nn. 711–712, pp. 671–95.



Gemelli Careri had become famous on account of the publication of the *Giro del Mondo*, would the volume of his European travels be repeatedly reprinted and widely read.<sup>8</sup>

Gemelli Careri (see Figure 1) was born in southern Italy in 1651, within what appears to be a relatively modest family, and later moved to Naples, where he studied canon and civil law with the Society of Jesus.<sup>9</sup> He became a minor civil servant in the judicial structures of the kingdom of Naples, which was then under Spanish rule.<sup>10</sup> When he was 35 years old, for reasons that are unclear but seem to be connected with a strong curiosity to see the world, he went on a tour around Europe, visiting places such as Venice, Paris, London, Amsterdam, Cologne and Vienna. How he managed to finance his travels is still a mystery, but his wanderings across the European continent, as already mentioned, are described in the *Viaggio per Europa*, where cultural activities, events and points of interest are duly underlined, as a testimony to the author's cultivated attitude regarding the art of travel.<sup>11</sup>

---

8 I have not yet been able to find a copy of the first 1693 edition, assuming it indeed exists. So, I have used the second edition of the account of Gemelli Careri's European travels: Giovanni Francesco Gemelli CARERI, *Viaggi per Europa*, Naples, Giuseppe Roselli Careri, 1701; mention must be made that it is a rather understudied travel report. About European travels and travel accounts in the period, see Daniel CAREY, *Continental Travel and Journey's Beyond Europe in the Early Modern Period*, London, Hakluyt Society, 2009. On Amato Danio, an interesting character on his own right, see Cinzia CASSANI, "Danio, Amato" in *Dizionario Biografico degli Italiani*, Vol. 32, Rome, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1986. Cf. [http://www.treccani.it/enciclopedia/amato-danio\\_\(Dizionario\\_Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/amato-danio_(Dizionario_Biografico)/) [accessed on 13/10/2014].

9 For Gemelli Careri's biography, see Angela Maccarrone AMUSO, *Gianfrancesco Gemelli-Careri, L'Ulisse del XVII secolo*, Roma, Gangemi Editore, 2000; and also Francisca PERUJO, "Estudio Preliminar" in Giovanni Francesco Gemelli Careri, *Viaje a la Nueva España*, Francisca Perujo (ed.), México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1983, pp. i–xcviii.

10 Concerning the kingdom of Naples in this period, see Tommaso ASTARITA (ed.), *A Companion to Early Modern Naples*, Leiden, Brill, 2013; for cultural matters, see A. M. AMUSO, op. cit., pp. 45–62; and also Encarnación SÁNCHEZ GARCÍA, *Imprenta y cultura en la Nápoles virreinal: los signos de la presencia española*, Florence, Alinea, 2007.

11 For an interesting study of the period's "culture of curiosity," see Justin STAGL, *A History of Curiosity: The Theory of Travel, 1550–1800*, Chur (Switzerland), Harwood Academic Publishers, 1995.



1 Portrait of Giovanni Francesco Gemelli Careri at the age of 48.

While in Vienna, in 1686, Gemelli Careri decided to travel to Buda, where he enrolled as a soldier in the armies of the Holy Roman Emperor Leopold I, who, together with his European allies, was then wrestling the Hungarian city from Ottoman control.<sup>12</sup> After this successful campaign, the Italian lawyer returned to Naples but, unable to secure a post in the civil service, he went back to Hungary, where he continued to participate in the Habsburg-Ottoman wars. Gemelli Careri later published a second volume about this period of his life, which came out only in 1704, in Naples, at the Roselli print, under the same title, *Viaggio per Europa*, but with a specific subtitle: *Relazione di due Campagne, fatte dell'Autore in Ungherie*. Once again, the work took the form of a set of letters addressed to friends and acquaintances, which described the author's involvement in the Hungarian campaigns. It is not unlikely that this work was written before Gemelli Careri set out for his world-wide tour, but

12 For the larger picture of the Habsburg-Ottoman conflict in Hungary, see Andrew WHEATCROFT, *The Enemy at the Gate: Habsburgs, Ottomans and the Battle for Europe*, London, Pimlico, 2009.

was only published later, after his return to Naples, when he had become a well-known and acclaimed writer.<sup>13</sup> After two years of European wanderings and adventures, Gemelli Careri travelled to Madrid, where in 1689 he was offered a post in the Neapolitan judicial bureaucracy.

But four years later, again unemployed, the Italian lawyer decided to resume his travels, and in June 1693 he took ship in Naples, on a voyage that eventually would last five years and five months and that would take him all the way around the world. The six volumes of the *Giro del Mondo*, published after his return to Naples, are dedicated to the different parts of his long journey, and through its respective contents it is possible to retrace Gemelli Careri's steps in a very detailed manner (see Figure 2).<sup>14</sup> Volume I is dedicated to "*le cose più ragguardevoli vedute nella Turchia*" (or "the most noteworthy things seen in Turkey"), describing the Italian's travels from Naples to Malta, then to Cairo and Constantinople, where he arrived in January 1694. After a period spent at the Ottoman capital city, the voyager then proceeded to Trebizond and Yerevan.<sup>15</sup> The second volume contains the section "*nella Persia*" ("in Persia"), and we find Gemelli Careri in Tabriz and Isfahan, which he reached in 1694, and where he attended the ceremony of enthronement of Shah Sultan Husayn. He then proceeded to Bandar Kung, a port city in the southern shores of the Persian Gulf.<sup>16</sup>

---

13 I used the first edition of the account of the Hungarian campaigns: Giovanni Francesco Gemelli CARERI, *Viaggi per Europa — Parte Seconda*, Naples, Giuseppe Roselli Careri, 1704. Mention is made in some bibliography about an earlier edition, from 1689, which I have still not located. About the *Relazione di due Campagne*, see P. NONIS, "L'Ungheria de Gianfrancesco Gemelli Careri (1651–1725)" in B. Köpeczi and P. Sárközy (eds.), *Venezia, Italia, Ungheria fra Arcadia e Illuminismo*, Budapest, Akadémiai Kiadó, 1982, pp. 111–7.

14 For details on Gemelli Careri's journeys, see A. M. AMUSO, op. cit., pp. 92–168.

15 Concerning the image of Turkey in the *Giro del Mondo*, which has not been thoroughly explored, see A. M. AMUSO, op. cit., pp. 92–103 and 192–202, and a larger approach in Marina FORMICA, *Lo Specchio Turco: Immagini dell'Altro e riflessi del Sé nella cultura italiana d'età moderna*, Roma, Donzelli Editore, 2012.

16 For the Iranian part of Gemelli Careri's travels, besides A. M. AMUSO, op. cit., pp. 104–10 and 203–12, there is no detailed study; see a general approach in Rudi MATTHEE, "The Safavids under Western Eyes: Seventeenth-Century European Travelers to Iran," *Journal of Early Modern History*, Vol. 13, 2009, pp. 137–71.



2 The itinerary of Gemelli Careri around the world.

- |                  |               |             |
|------------------|---------------|-------------|
| 1 Cairo          | 7 Bandar Kung | 13 Manila   |
| 2 Constantinople | 8 Daman       | 14 Acapulco |
| 3 Trebizond      | 9 Galgala     | 15 Mexico   |
| 4 Yerevan        | 10 Goa        | 16 Cuba     |
| 5 Tabriz         | 11 Macau      | 17 Cadiz    |
| 6 Isfahan        | 12 Beijing    | 18 Naples   |



3 Front cover of the first edition of the fifth volume of Gemelli Careri's *Giro del Mondo*.



4 The Philippine Islands.

The next volume describes Gemelli Careri's travels "*nell'Indostan*" ("in Industan"), from his arrival at the Portuguese controlled port of Daman in January 1695 to his departure from the Portuguese controlled territory of Goa several months later. In the meantime, the Italian lawyer managed to visit the camp of Galgala, where he was able to meet the powerful Mughal emperor Aurangzeb, in March 1695.<sup>17</sup> Volume IV of the work, the longest of the six parts, is dedicated to the author's travels "*nella Cina*" ("in China"). From Goa, Gemelli Careri found passage on a Portuguese ship bound to Macau, which he reached in August, 1695. He then travelled to Beijing, where he allegedly participated with the Jesuits of the China mission in an audience with the Kangxi Emperor in November of the same year. Several months later, the Italian traveller was back in Macau, where he boarded a ship bound for Manila.<sup>18</sup> The following volume (see Figure 3) recounts the Italian's sojourn "*nell'Isole Filippine*" ("in the Philippine Islands"), where he arrived in May, 1696, and is also dedicated to the voyage across the Pacific Ocean, accomplished on board a Spanish galleon (see Figure 4). This section of the *Giro del Mondo* will be analyzed later. Acapulco, on the western coast of Mexico, was reached in January, 1697.<sup>19</sup> Volume VI, the last one, comprises the sections of Gemelli Careri's journey "*nella Nuova Spagna*" ("in New Spain"), that is, through Mexico, his visit to Cuba, and also the Atlantic crossing, his arrival at Cadiz, in southern Spain, in March, 1698, and the final stretch of the voyage to Naples, where the traveller-writer finally arrived in December, 1698.<sup>20</sup>

17 References about the Indian part of the *Giro del Mondo* may be gathered in A. M. AMUSO, op. cit., pp. 111–20 and 213–20, and also in Donald F. LACH and Edwin J. VAN KLEY, *Asia in the Making of Europe*, Vol. III ("A Century of Advance"), 4 books, Chicago, The University of Chicago Press, 1993, bk. 3, *passim*.

18 For detailed studies of the Chinese section of the *Giro del Mondo*, certainly one that has raised interest among historians, see: Philippe de VARGAS, "Le 'Giro del Mondo' de Gemelli Careri, en particulier le récit du séjour en Chine. Roman ou vérité?," *Schweizerische Zeitschrift für Geschichte*, Vol. 5, 1955, pp. 417–51; Adolfo TAMBURELLO, "La civiltà cinese secondo un viaggiatore italiano di fine Seicento: Giovanni Francesco Gemelli Careri (1651–1725)" in Sandra Marina Carletti, Maurizio Sacchetti and Paolo Santagelo (eds.), *Studi in onore di Lionello Lanciotti*, 3 vols., Napoli, Istituto Universitario Orientale, 1996, Vol. 3, pp. 1365–83; and Michele FATICA, "L'itinerario sinico di Giovanni Francesco Gemelli Careri: saggio di decrittazione degli antroponomi europei e dei toponimi cinesi nel Giro del Mondo" in Sitti Faizah Soenoto Rivai (ed.), *Persembahan — Studi in Onore di Luigi Santa Maria*, Napoli, Istituto Universitario Orientale, 1998, pp. 45–67; more recently, see also Elizabetta COLLA, "Fiction or Reality? A voyage round the world by Dr. John Francis Gemelli Careri" in Luís Filipe Barreto (ed.), *Tomás Pereira, S. J. (1646–1708): Life, Work and World*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2010, pp. 253–75.

19 Recent studies of the section on the Philippines and the Pacific include Salvador BERNABÉU ALBERT, "El abogado Gemelli: memoria viajera y cultura letrada," *Anuario de Estudios Americanos*, Vol. 69, no. 1, 2012, pp. 233–52, and also José María GARCÍA REDONDO, "Sailscapes. La construcción del paisaje del Océano Pacífico en el *Giro del Mondo* de Gemelli Careri," *Anuario de Estudios Americanos*, Vol. 69, no. 1, 2012, pp. 253–74.

20 This is the section of the *Giro del Mondo* more thoroughly studied. See F. PERUJO, op. cit., pp. xi–xviii.

	1699–1700	Naples	Italian	6 volumes
	1700	Venice	Italian	6 volumes <sup>21</sup>
	1704	London	English translation	1 volume <sup>22</sup>
	1708	Naples	Italian	7 volumes <sup>23</sup>
	1719	Venice	Italian	9 volumes <sup>24</sup>
	1719	Paris	French translation	6 volumes <sup>25</sup>
	1721	Naples	Italian	9 volumes <sup>26</sup>
	1721	Paris	French translation	6 volumes

5 European editions of the *Giro del Mondo* during the author's lifetime.

The *Giro del Mondo* soon became a huge best-seller, with multiple editions being published in Italy and numerous translations being printed across Europe, and namely in Paris and London (see Figure 5). Some of the later Italian editions included the two volumes of his *Viaggio per Europa*, already mentioned, and also a third volume entitled *Aggiunta á viaggi di Europa*, originally published in Naples, in 1711, at the printing presses of Felice Mosca, where the author recounted, among other subjects, his travels to Spain in 1708.

Giovanni Francesco Gemelli Careri became quite a literary celebrity, and an authority on overseas travels, being regularly invited to talk at Neapolitan cultural gatherings about his extended adventures, while he continued to work on corrected editions of his *Giro del Mondo*. However, several facts contributed to suspicions in certain circles about the authenticity of his recounted experiences, even before his demise in Naples in 1725. First, and unlike most other contemporary travellers, Gemelli Careri had journeyed for so long and to such exotic destinations without a clear mission or purpose, be it diplomatic, scientific, religious or commercial. Then, as far as we know, during his travels the Italian lawyer had not benefited from any kind of sponsorship on the part of European powers or authorities, civil or ecclesiastical. Thirdly, he had no evident means of revenue: how could he have lived and travelled world-wide for more than five years, without a regular stipend of

21 This appears to be a reprinting of the first edition.

22 "A Voyage around the World by Dr. John Francis Gemelli Careri" in John CHURCHILL (ed.) *A Collection of Voyages and Travels*, Vol. IV, London, Awnsham & John Churchill, 1704.

23 Besides the 6 vols. of the *Giro del Mondo*, this edition also published by Giuseppe Roselli included the "second edition" of the *Viaggi per Europa* (does this mean that the "first edition" was the 1701 one?). The front pages of the volumes of the *Giro del Mondo* in this edition include the notice "In questa seconda Edizione di molto accresciuto e ricorretto, e di nuove figure adornato" ("In this second edition largely expanded and corrected, and adorned with new figures"), Giovanni Francesco Gemelli CARERI, *Giro del Mondo*, 7 vols., Naples, Giuseppe Roselli, 1708, Vol. 4.

24 An edition in 9 volumes, printed by Sebastiano Coletti, which included 6 volumes of the *Giro del Mondo* and 3 volumes of the European travels.

25 *Voyage autour du Monde*, trans. L. M. N. [Eustache Le Noble], 6 vols., Paris, Ganeau, 1719.

26 This 9 volume edition was printed by Domenico Antonio Parrino.

some kind? Where did he find the monetary resources to keep going? Then, and according to Gemelli Careri's own testimony, he had enjoyed everywhere he had been the hospitality and tolerance of all authorities, from powerful rulers such as the Mughal and Chinese emperors to regional or local European civil servants, such as the Portuguese Viceroy at Goa or the governors of the Philippines and New Spain. How was such a thing possible, even conceivable? Lastly, it was soon detected that many of the pages of the *Giro del Mondo*, those that did not pertain to the author's direct experience of travel, could be linked to other previously published books. That is to say, the Italian traveller had used in his travelogue a vast array of contemporary sources, most of them easily identifiable in any well stocked library.<sup>27</sup>

Modern assessments of the *Giro del Mondo*, however, have contributed answers to some of these questions and re-established the credibility of Gemelli Careri as an authentic traveller and a reliable reporter of his journeys. There appears to be no doubt that the Italian lawyer, in fact, travelled around the world, for independent contemporary sources place him in Beijing or Mexico, at times and circumstances similar enough to those registered in the *Giro del Mondo*.<sup>28</sup> And in the account of his experiences he offers details of travel and life that would be impossible to acquire from second hand sources: in the Ottoman territories, in Safavid Persia, in the coastal towns of India, in mainland China, in the Philippines, on board the Manila galleon, and in New Spain. Also, he frequently mentions individuals whose existence and presence in the place where he meets them is confirmed by other sources. The fact that almost anywhere in the world he was able to mingle with the higher echelons of society seems to be an indication of his developed social skills and also of the surprise that his status of independent and cultivated traveller must have caused in all those that had dealings with him. Until then, persons who set about travelling the world for mere purposes of recreation and education had been extremely rare, for the logistical difficulties of voyaging to distant places were only faced by those who had an obligation to do so, or otherwise expected to obtain some gain out of it.

In fact, Gemelli Careri seems to have had no other agenda then to keep moving around the world and to get back to Naples, his original point of

---

27 The first serious study of Gemelli Careri's sources was accomplished by Alberto MAGNAGHI, *Il Viaggiatore Gemelli Careri (Secolo XVII) e il suo "Giro del Mondo"*, Bergamo, Alessandro e Fratelli Cattaneo, 1900, who identified numerous travel accounts used by the author of the *Giro del Mondo* (I acknowledge the invaluable help of Angelo Cattaneo in obtaining a copy of Magnaghi's study). For a summary of these questions, with bibliographic references, see P. VARGAS, art. cit., pp. 417–51.

28 See A. M. AMUSO, op. cit., pp. 92–168.



departure.<sup>29</sup> In the meantime, he limited himself to travel and enjoying the views, like a modern tourist, so to speak, without any other purpose than to collect experiences and encounters. Regarding the logistical aspects of the Italian lawyer's travels, it is Gemelli Careri himself who reveals his secret in later editions of the *Giro del Mondo*. Thus, each volume of the 1708 Naples edition, also published by Giuseppi Roselli, opens with a chapter concerning the most important commodities that should be bought and sold in each specific region.<sup>30</sup> According to these instructions, the well-advised traveller would do best to engage in trade, in order to support his voyages, always seeking information about valuable and portable merchandises that he could buy in one destination and sell in the next with a profit, and so on and on.

Another relevant critical observation that has been advanced involves the rhythm of composition and publication of the *Giro del Mondo* after the author's return to Naples in 1698, which was, as previously stated, quite intensive. So, it was alleged that Gemelli Careri worked in collaboration with one of his closest friends, the Neapolitan scholar Matteo Egizio, in whose dwellings he lived for several months upon his return to Naples and who appended a note to the readers (*"A chi vuol leggerè"*) in the second volume of the work. Egizio, apparently, possessed a large library, and was a diligent writer, well capable of assisting his friend in the writing process of the *Giro del Mondo*, especially in the case of the (many) transcriptions and translations of other works.<sup>31</sup> However, in a letter written to the German scholar Christian Goetz in 1700, and published years later in Egizio's own *Opuscoli Volgari, e Latini*, he claimed that he had only contributed with minor grammatical corrections to the final text of Gemelli Careri's work,<sup>32</sup> which should be proof enough to settle the matter of the authorship of the *Giro del Mondo*. The contribution of Egizio, besides a literary revision of the final texts of the six volumes, was perhaps to make available to his friend the most recent accounts of overseas matters published in Europe while Gemelli Careri was away.

---

29 In China, when asked about his motives to travel, he answered *"che per sola mia curiosità viaggiava"* ("that I only traveled for my own curiosity"), G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 4, p. 29.

30 Concerning the Philippines, see G. F. G. CARERI, op. cit., 1708, Vol. 5, pp. 1–2, with the chapter title *"Si ragiona delle Mercatanzia, di cui può provvedersi nelle Filippine un Viaggiatore che passi in America"* ("Considerations about the merchandise that a traveller bound for America may purchase in the Philippines").

31 On Matteo Egizio and his scholarly network, see Salvatore USSIA, *L'epistolario di Matteo Egizio e la cultura napoletana del primo Settecento*, Roma, Liguori Editore, 1977.

32 Matteo EGIZIO, *Opuscoli Volgari, e Latini*, Naples, Angelo Vocola, 1751, pp. 192–3.



### **Impressions of the Philippines in Gemelli Careri's *Giro del Mondo***

In the first four volumes of the *Giro del Mondo*, dedicated respectively to Turkey, Persia, India and China, Gemelli Careri's text is normally organized around two different components. First, there are the author's regular annotations about his experiences of travel: the route followed and the means of transportation, the geographical landscape and the physical obstacles, the interactions with other people, observations about relevant events and circumstances of daily life on the road. This is the more personal and original part of the *Giro del Mondo*, based on a diary written during the journey, which appears in daily annotations and is repeatedly mentioned.<sup>33</sup> Secondly, there are in the *Giro del Mondo* numerous historical digressions along with geographical descriptions of the regions being visited, and also sundry notes about the social, political, military, cultural and religious customs of the peoples that inhabit therein. Some of these descriptions are based on first-hand observations; others are the result of oral reports from many local informers that he met during his travels, still others are taken from previously published works; and others may be inspired in manuscript writings, or drawings, that came into the possession of Gemelli Careri by some direct or indirect way. The Italian lawyer has been repeatedly accused of plagiarism.<sup>34</sup> But this would be a rather anachronistic point of view, given that the pages and especially the margins of the *Giro del Mondo* are filled with explicit and implicit intertextual references to a wide array of titles read, used or quoted by the author. Meanwhile, contemporary intellectual practices in Europe included the use and abuse of written sources in any work of such a nature, scope, and dimension, not necessarily with due acknowledgment.<sup>35</sup>

The structure of the volume dedicated to the Philippines, however, is slightly different, at least in the first two books,<sup>36</sup> for one simple reason.

---

33 For instance, while in Manila, Gemelli Careri mentions the "*Diario, cominciato in Europa*," observing that there was a one day difference in the dating (G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 20). Always curious about singular details, he occupies several pages explaining this difference in the accounting of time (*Idem, ibidem*, pp. 10–5). On this subject, see Damon L. WOODS, "Measuring Space and Time in Seventeenth-Century Philippines" in María Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y Naciones en el Pacífico*, 2 vols., Madrid, CSIC, 2001, Vol. 2, pp. 235–50.

34 For a typical instance of this position, see A. MAGNAGHI, op. cit.

35 On the topic of plagiarism, see Marilyn RANDALL, *Pragmatic Plagiarism: Authorship, Profit, and Power*, Toronto, University of Toronto Press, 2001.

36 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 1–254. There is an English translation of volume V of the *Giro del Mondo*: Giovanni Francesco Gemelli CARERI, *A Voyage to the Philippines*, Mauro García (ed.), Manila, Filipiana Book Guild, 1963, but I have used the first Italian edition in all quotations and references.

While in other parts of Asia the Italian lawyer had to travel extensively, in long overland and maritime journeys, each of which took weeks or months to achieve, in the Spanish controlled archipelago Gemelli Careri basically spent around six weeks in Manila and the surrounding areas (see Figure 4), a significant part of these days being occupied with time-consuming embarking and disembarking procedures, while another part of the period was dedicated to meetings with relevant political and religious figures of Manila's society. Besides short residences in the cities of Cavite, where the main port was located, and Manila, siege of the governing bodies, the only important journey he undertook was to Laguna de Bay, not far from the Manila area.<sup>37</sup> Thus, most of books 1 and 2 of volume V of the *Giro del Mondo* are filled with topographical, historical and geographical annotations about the Philippines, while only very few diary entries are noted, starting with the 8<sup>th</sup> (or rather 7<sup>th</sup>) of May 1696, date of the arrival of the Italian lawyer at Cavite,<sup>38</sup> and ending with the 22<sup>nd</sup> of June of the same year, when the Spanish galleon on board which he managed to embark raised sails on its long voyage to Acapulco.<sup>39</sup> Apparently, most passengers had to acquire their places on board the galleon with more than a year in advance, frequently spending large sums of time and money in the process; not Gemelli Careri, who upon arriving in Manila was immediately able to secure cabin and board on the ship which was being prepared to set sail just a few weeks later.<sup>40</sup> Rumours accompanying him all the way from China suggested that he was a secret "Inviato Apostolico," charged with investigating noteworthy divergences within the Iberian overseas clergy.<sup>41</sup> And so, once again, as it had happened before in Goa and in Macao, the Italian traveller was received with utmost respect by Spanish civil and ecclesiastical authorities, being granted all sorts of privileges, while all the important doors were opened up for him. No sooner disembarked in Manila, Gemelli Careri was granted an audience with Fausto Cruzat y Góngora, then governor-general of the Philippines, whom he deemed "un Cavaliere quanto curioso, altrettanto virtuoso."<sup>42</sup> And again, as it had happened in all other

37 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 40–6.

38 *Idem, ibidem*, pp. 17–30.

39 *Idem, ibidem*, pp. 243–54.

40 Gemelli Careri claims to have paid for a "Cate (ch'è un letto ben picciolo, incassato di tavole)" and for board during the entire length of the journey to Acapulco (six to eight months) only 100 "pezze d'otto" (*reales de a ocho*), when the standard fares amounted to four, five or six times more (*Idem, ibidem*, Vol. 5, pp. 30–1).

41 *Idem, ibidem*, p. 10.

42 *Idem, ibidem*, p. 16 ("a curious and virtuous Gentleman"). As far as I am aware, no specific study has been dedicated to the overseas career of this rather interesting Spanish nobleman. However, see Ángel SANZ TAPIA, *Corrupción o necesidad? La venta de cargos de Gobierno americanos bajo Carlos II (1674–1700)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009.

parts of his transcontinental journey, he easily secured free lodgings with Manila's religious congregations, first with the Jesuits, then with the Franciscans. The third book of the Philippines volume, on the other hand, once again follows the diary structure, with daily annotations documenting the long Pacific navigation.<sup>43</sup>

The two books of the volume of the *Giro del Mondo* dedicated to the Philippines open with a long description of the *Intramuros* of Manila, the urban area enclosed within the city walls. Gemelli Careri, as the proverbial city guide, sets about visiting and describing all significant sites, which comprise government facilities (the palace, the *Real Audiencia*, the fortifications) and most of the religious buildings, such as colleges, convents, churches and chapels. The information is basic, but it emerges from the author's experience, including relevant architectural or artistic features, religious affiliations, the occasional anecdotes or historical details, and sometimes the name of the persons in charge.<sup>44</sup> Among the city's outer boroughs, the Italian traveller pays a special attention to the Parian, where the Sangleyes dwelled, remarking the extraordinary importance of the Chinese to the economic life of the Philippines.<sup>45</sup> Manila was then a cosmopolitan metropolis, and the different population groups he was able to observe are mentioned, some of their social practices being touched upon. A more developed note regards cockfights, a most popular entertainment, witnessed by the Italian traveller in Manila's streets.<sup>46</sup> In the meantime, Gemelli Careri appears rather perplexed by the curious names the Spanish used to distinguish the "qualità, e colore"—"quality and colour"—of the city's inhabitants, on the basis of the ethnicity of their progenitors: "Crioglio," "Mestizzo," "Castizzo," "Quartaron," "Mulato," "Grifo," "Sambo" and "Capra," considering these to be "nomi ridicoli" ("ridiculous names").<sup>47</sup>

After touring Manila for a few days, Gemelli Careri, probably on the recommendation of one of his local acquaintances, headed southeast, for a

---

43 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, pp. 255–54. Regarding the Pacific crossing, see S. BERNABÉU ALBERT, *art. cit.*, pp. 233–51, and J. M. GARCÍA REDONDO, *art. cit.*, pp. 253–74.

44 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, pp. 17–39. Regarding this urban area, see Ramón María ZARAGOZA, *Old Manila*, Singapore, Oxford University Press, 1990.

45 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, p. 21. The early modern Chinese community of Manila has been recently studied by Juan GIL, *Los Chinos en Manila, Siglos XVI y XVII*, Lisbon, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.

46 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, p. 36. The cockfights in the Spanish overseas possessions were studied by María Justina SARAVIA VIEJO, *El juego de gallos en Nueva España*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-americanos de Sevilla, 1972.

47 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, p. 19. On Manila's multi-ethnicity, see Robert Richmond ELLIS, *They Need Nothing: Hispanic-Asian Encounters of the Colonial Period*, Toronto, University of Toronto Press, 2012, pp. 129–77.

sightseeing visit to Laguna de Bay, the largest lake in the Philippines. The exotic landscape is carefully described, with sundry references to the natural environment, and also to several religious establishments built on the margins of the lake that he had the opportunity to inspect.<sup>48</sup> Back in Manila, the Italian lawyer seems to have met again with Cruzat y Góngora, to whom he pays an elaborate compliment, considering him “uno de’ migliori Capitani Generali ch’abbiano avuto l’Isole, dopo la loro conquista.”<sup>49</sup> Elaborate information about the organization of the government of the Philippines is provided, with annotations about civil, military and religious posts, functions, rents and salaries. These notes seem to have been collected by Gemelli Careri from several of the officials he was able to meet during his short residence in Manila. Some of his informants, besides the Governor-General, are duly noted: “D. Juan de Morales,” captain of Manila’s castle (Don Juan de Morales Valenzulea<sup>50</sup>); “D. Juan del Pozzo,” royal accountant in Manila (Don Juan del Pozo y Bobadilla<sup>51</sup>); “D. Manuel d’Arguelles di Oviedo,” royal official in Manila (Don Manuel de Argüelles<sup>52</sup>); and many others, whose presence contributes to the credibility of Gemelli Careri’s visit to the Philippines in the final years of the seventeenth century. There mustn’t be any doubt whatsoever, the Italian traveller in fact stayed in the island of Luzon for a short period. The last days of the traveller’s visit to the Philippines were spent in Cavite, the main port of the archipelago, where the large Spanish galleons used to lay at anchor. The most important public and religious buildings are described, as well as the military defences, along with an explanation of the topographical organization of that port city. Also, some interesting elements about the logistics of the galleon’s preparation for the long journey that lay ahead are added.<sup>53</sup>

---

48 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, pp. 40–6.

49 *Idem, ibidem*, pp. 55–6 (“one of the best governor-generals that these island had since their conquest”).

50 *Idem, ibidem*, p. 94; on Morales, see Antonio MORENO HURTADO, *Egarbenses en Indias*, Cabra (Córdoba), Ayuntamiento de Cabra, 2010, pp. 253–58.

51 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, pp. 155 and 160; on Pozo, see Antonio PICAZO MUNTANER, “Redes invisibles: cooperación y fraude en el comercio de Manila-Acapulco,” *Anales del Museo de América*, Vol. 19, 2011, pp. 140–52.

52 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, pp. 93–4; on Argüelles, see Alexandre COELLO, “Corruption, Greed, and the Public Good in the Mariana Islands, 1700–1720,” *Philippine Studies: Historical and Ethnographic Viewpoints*, Vol. 61, no. 2, 2013, pp. 193–222.

53 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, pp. 243–54. On old Cavite, see Regalado TROTA JOSE, “The eight churches of Cavite Puerto (1586–1800),” *Philippine Quarterly of Culture and Society*, Vol. 15, no. 4, 1987, pp. 311–51. Concerning the organization of these voyages, see Shirley FISH, *The Manila-Acapulco Galleons: The Treasure Ships of the Pacific*, Milton Keynes, AuthorHouse, 2011; and also Arturo GIRALDEZ, *The Age of Trade: The Manila Galleons and the Dawn of the Global Economy*, Lanham (Maryland), Rowman & Littlefield, 2015.

These descriptions—including Manila, Cavite and Laguna de Bay—sum up Gemelli Careri’s practical experiences in the Philippines, during his short residence on the island of Luzon. Unlike in other regions he visited in Asia, the Italian traveller didn’t stay long enough to be able to give his readers a more complete picture of the other islands in the archipelago. However, these parts of volume V of the *Giro del Mondo* only had up to one fifth of the total number of pages dedicated to the Philippines. In the other four fifths of books 1 and 2, totalling about 200 pages, the Italian author presents further accounts of Luzon and many other islands, including information about the tory of the Iberian discovery of the archipelago, the Spanish military occupation and the organization of the Catholic missions, the main geographical landmarks, the most relevant flora and fauna, the leading economic productions, and the nature and characteristics of the indigenous inhabitants, with their languages, social practices and religious beliefs. But if Gemelli Careri did not have time to travel any farther than the Manila region, how did he go about collecting news about the more remote areas of the Philippines, such as Mindanao, Jolo, and the Visayas (see Figure 4)? As he did in all the other volumes of the *Giro del Mondo*, wherever the available information he possessed was not enough to supply and fill the pages of his travel account, he turned to reports by other European travellers or writers, either published or still in manuscript form.

### Intertextuality in the *Giro del Mondo*

A close analysis of the parts of Gemelli Careri’s travel account dedicated to the Philippines reveals that his basic source of information was the work by Francisco Colín, *Labor Evangelica, Ministerios Apostolicos de los Obreros de la Compañía de Jesus*, which was published in Madrid in 1663.<sup>54</sup> The Spanish missionary had lived and worked in the Philippines for about 25 years, when

---

54 Francisco COLÍN, *Labor evangelica, ministerios apostolicos de los obreros de la Compañía de Jesus, fundacion, y progresos de su Provincia en las Islas Filipinas*, Madrid, Joseph Fernandez de Buendía, 1663. There is a critical edition: Francisco COLÍN, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús, fundación, y progresos de su provincia en las islas Filipinas*, Pablo Pastells (ed.), 3 vols., Barcelona, Heinrich y Compañía, 1900–1902. This was the first part of a larger work, the second part being published years later by Pedro MURILLO VELARDE, as *Historia de la Provincia de Philipinas de la Compañía de Jesús. Segunda Parte, que comprehende los progresos de esta Provincia desde el año de 1616 hasta el de 1716*, Manila, Imprenta de la Compañía de Jesús, 1749. On Murillo Velarde, see Eduardo DESCALZO Yuste, “Las crónicas jesuíticas de Filipinas en el siglo XVIII: Pedro Murillo Velarde” in Elisco Serrano (ed.), *De la tierra al cielo: Líneas recientes de investigación en historia moderna*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2012, pp. 233–48.

in 1651 he began writing the history of the Jesuit missions in the archipelago, using his own experience, a wealth of coeval documents, a large library, and especially an extensive manuscript account prepared by his confrere Pedro Chirino half a century before.<sup>55</sup> Francisco Colín died in 1660, and his work was published a few years later, immediately becoming the standard history of Jesuit endeavours in the archipelago. While the three later books of the *Labor evangelica* were dedicated to the history of Jesuit missions proper, the first book included an extremely detailed description of the Philippines, with the most relevant geographical, ethnographical and historical information about the islands and its peoples.<sup>56</sup> Particularly noteworthy was the section on natural history, with extremely innovative data concerning the flora and fauna of the larger islands of the archipelago.<sup>57</sup> Curiously enough, Gemelli Careri does not mention Francisco Colín's work on his account of the Philippines included in the *Giro del Mondo*, although many of the pages of this volume read as transcriptions, adaptations or paraphrases of corresponding sections in the *Labor evangelica*. Only in volume VI of his travelogue, dedicated to "Nuova Spagna" (or "New Spain"), does he mention in a marginal note "l'hist. de las Filipinas" written by "il P. Colin," proving that in fact he knew and probably possessed a copy of the "History of the Philippines", as he styles the Jesuit's *Labor evangelica*.<sup>58</sup>

Among many possible instances, two or three short examples will be enough to demonstrate the *Giro del Mondo*'s dependence regarding Francisco Colín's monumental chronicle. The first example refers to the naming of the islands.

---

55 Pedro CHIRINO, also a missionary in the Philippines, published a *Relacion de las islas Filipinas i de lo que en ellas an trabajado los padres de la Compañia de Jesus*, Roma, Estevan Paulino, 1604; but his larger manuscript was only published recently: Pedro CHIRINO, *Història de la Província de Filipines de la Companyia de Jesús, 1581–1606*, Jaume Górriz (ed.), Barcelona, Pòrtic, 2000. On Chirino, see José Luis BETRAN and Eduardo DESCALZO YUSTE, "Allende los mares: La Historia de la provincia de Filipinas del padre Pedro Chirino, 1581–1606," in Louise Bénat-Tachot et al. (eds.), *Les jésuites et la Monarchie Catholique (1565–1615)*, Paris, Éditions Le Manuscrit, 2012, pp. 315–65.

56 F. COLÍN, op. cit., 1663, pp. 1–166. About Colín, see Eduardo DESCALZO YUSTE, "Las crónicas oficiales de la Compañía de Jesús en Filipinas en el siglo XVII: Pedro Chirino y Francisco Colín" in Ángela Atienza López (ed.), *Iglesia Memorable: Crónicas, historias, escritos [...] a mayor gloria — Siglos XVI–XVIII*, Madrid, Editorial Sílex, 2012, pp. 275–90.

57 As far as I am aware, this rather interesting aspect of Colín's chronicle has not yet been explored by historians. For a general approach, however, see Arnel E. JOVEN, "Colonial Adaptations in Tropical Asia: Spanish Medicine in the Philippines in the Seventeenth and Eighteenth Centuries," *Asian Cultural Studies*, Vol. 38, 2012, pp. 171–86.

58 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 6, p. 235 (bk. 3, ch. 2).

**Francisco Colín**

El nombre de Filipinas fue impuesto año de 1543, por el General Ruy Lopez de Villalobos, à contemplación del Príncipe (que al presente era) y unico heredero de la Monarchia de España, Don Felipe [...]. Despues, reynando ya el Catolico Filipe, renovò, y confirmò este nombre de Filipinas el Adelantado Miguel Lopez de Legaspi, ano de 1564, quando vino à la conquista, pacificación, y población destas Islas.<sup>59</sup>

**Gemelli Careri**

Ebbero il nome di Filippine, nel 1543. dal General Luis Lopez de Villalobos, in onore del Príncipe sucesore della Monarchia di Spagna, appellato D. Filippo; o secondo l'opinio più ricevuta da altri, nel 1564. regnante Filippo il Cattolico; allor che venne all'acquisto delle medesime l'Adelantado Miguel Lopez de Legaspi.<sup>60</sup>

---

The second case alludes to the origins of the population of Luzon:

**Francisco Colín**

Desta Nacion de los Malayos nace la de los Tagalos, que son los naturales de Manila, y su comarca, como lo demuestra la lengua Tagala, que es muy semejante a la Malaya: el color, y facciones de todo el cuerpo; el traje, y habito que usauan quando llegaron acà los Españoles, y ultimamente las costumbres, y ritos, que todo era tomado de Malayos, y otras Naciones de la India.<sup>61</sup>

**Gemelli Careri**

Da costoro traggono origine los Tagalos, che sono i nazionali di Manila, e sue vicinanze; come si scorge dalla lorolingua, molto simile alla Malaya; dal colore, fattezze del corpo, portamento dell'abito, (che usavano, quano vi entrarono gli Spagnoli) e in fine da' costumi, e riti presi da' Malay, ed altre nazioni d'India.<sup>62</sup>

---

And the third example concerns the description of Luzon:

**Francisco Colín**

Aqui comienza la Provincia, y jurisdicion de Cagayan la mayor de la Isla, pues tiene ochenta leguas de largo, y cerca de quarenta de ancho. Su cabecera es la ciudad de la Nueva Segovia, fundacion del tiempo del Governador Don Gonçalo Ronquillo, en que tiene su asiento, y Iglesia Cathedral el Obispo.<sup>63</sup>

**Gemelli Careri**

Quiui comincia la Provincia, e giurisdizione di Cagayan, ch'è la maggiore dell'Isole; poiche è lunga ottanta leghe, e larga quaranta. Sua Metropoli è la Città detta nueva Segovia, fondata dal Governadore D. Consalvo Ronquillo; e in essa è la Chiesa Catedrale, nella quale fu elletto per primo Vescovo, nel 1598, Fray Miguel de Benavides.<sup>64</sup>

---

There are hundreds of other instances where Gemelli Careri closely follows in his text the exact words of Francisco Colín, which he diligently translates into Italian, presenting them as his own. In book 1 of volume V of the *Giro del Mondo*, chapters 6 to 10 are a copy or an adaptation of sections in the *Labor evangelica* describing several of the archipelago's islands, their

---

59 F. COLÍN, op. cit., 1663, p. 2.

60 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 56–7.

61 F. COLÍN, op. cit., 1663, p. 16. On the interesting topic of the written languages of the pre-Spanish Philippines, see Geoff WADE, "On the Possible Cham Origin of the Philippine Scripts," *Journal of Southeast Asian Studies*, Vol. 24, no. 1, 1993, pp. 44–87.

62 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 63–4.

63 F. COLÍN, op. cit., 1663, p. 23.

64 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 77.

topography, geographical features, administrative organization, natural productions, valuable merchandises, and so on.<sup>65</sup> The same method is used in book 2 of the Italian lawyer's volume dedicated to the Philippines, where chapters 1 to 5 continue to follow more or less closely the corresponding sections in Colín's chronicle, in matters such as the nature and mores of the indigenous populations, the diversity and characteristics of the several branches of the animal kingdom, and the variety of vegetal resources, including exotic and/or useful trees, flowers, fruits and herbs.<sup>66</sup> Materials included in the *Labor evangelica* are also summarized by Gemelli Careri in chapters 8 and 9 of book 2 of the *Giro del Mondo*, dedicated to the history of the discovery and conquest of the islands by the Spaniards.<sup>67</sup>

And finally, Francisco Colín's texts relating to the discovery and control by the Iberians of the "Archipelago Maluco" are transcribed by the Italian traveller in chapter 7 of book 2 of his volume on the Philippines, "Dell'Isole Molucche, ed alter dell'Arcipelago Molucco."<sup>68</sup> The fact that the Maluku archipelago, and also the neighbouring islands of Banda and Ambon, had been during the sixteenth and seventeenth centuries the object of persistent controversies and disputes between the Portuguese and the Spanish was reason enough to include a chapter about them in the *Giro del Mondo*.<sup>69</sup> While Francisco Colín begins his exposition with the allegation "Maluco se dixo de Moloc, palabra Malaya, deducida de la Hebrea Malach, que significa, cabeça de cosa grande, por averlo sido siempre las Islas Malucas de todo el Achipielago," Gemelli Careri faithfully translates "Moloc è parola Malaya, che tragge forse origine dalla Ebreja, Malach, che significa, capo di cosa grande: e veramente sono state sempre l'Isole Molucche capo di tutto l'Arcipelago."<sup>70</sup> And the Italian traveller moves on, following in the wake of his privileged historiographical source.

Gemelli Careri's interest in the natural world of the Philippines is perhaps worthy of particular notice. In fact, although closely following the information provided in the work of Francisco Colín about the flora of the islands, which he summarizes, the Italian traveler is quite attentive to all the

65 *Idem, ibidem*, pp. 56–126; cf. F. COLÍN, op. cit., 1663, pp. 147 (bk. 1, chs. 1–11).

66 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–700, Vol. 5, pp. 127–93; cf. F. COLÍN, op. cit., 1663, pp. 59–103 (bk. 1, chs. 14–7).

67 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 226–43; cf. F. COLÍN, op. cit., 1663, pp. 114–33 (bk. 1, chs. 19–21).

68 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 209–25; cf. F. COLÍN, op. cit., 1663, pp. 103–13 (bk. 1, ch. 18).

69 Regarding the history of the Maluku islands, see Leonard Y. ANDAYA, *The World of Maluku: Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, Honolulu, University of Hawaii Press, 1993.

70 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 209; F. COLÍN, op. cit., 1663, p. 103.



plants or parts of plants that could be used for medical purposes, as if he had a professional interest in the subject. It was quite common, in the seventeenth century, to find European travelers in Asia posing as physicians, in order to obtain support from the authorities of the regions they were crossing. Perhaps the Italian lawyer also used this expedient during his extended journeys across the world.<sup>71</sup> And frequently, while mentioning Spanish or indigenous names of plants, fruits or herbs he his describing, Gemelli Careri adds the Portuguese equivalents, which he certainly had learned while visiting Portuguese enclaves in maritime Asia, and namely Goa and Macao.<sup>72</sup> Thus, in a chapter dedicated to the “Alberi, e frutta dell’Isole Filippine” (“Trees and fruits of the Philippine Islands”), he mentions the *bilimbini*, “da’ Portughesi chiamati Carambolas,” the *macupa*, “detta da Portughesi Giambo,” the *mangas di Siam*, “chiamatte da’ Portughesi Mangas de Papa-gallo,” and so on.<sup>73</sup>

One instance where the *Giro del Mondo* clearly departs from its main source of information—Francisco Colín’s chronicle—is when the Italian author is describing the Visayan islands and alludes to Catbalogan, a town in the western part of the island of Samar. Suddenly, and interrupting the translation from the *Labor evangelica*, Gemelli Careri calls attention to a plant “di prodigiosa virtù” (“of incredible virtue”), scarcely known in Europe, which the Visayans term “Igasur,” while the Spaniards style it “di S. Ignazio.”<sup>74</sup> He states that his intelligence comes from Jesuit informants, and namely from one father “Molero,” who learned it from the local population, “che son intendentissimi della virtù delle loro erbe” (“who are extremely knowledgeable about the virtues of their herbs”). Then follows a large list of the alleged properties of the *igasur*, also known as “bean of St. Ignatius”, which can be used against any sort of poisons, against stomach aches, against spasms, against fevers, against bleeding, and so on.<sup>75</sup> While the

71 On the subject of travelling-physicians, see Françoise de VALENCE, *Médecins de fortune et d’infortune: Des aventuriers français en Inde au XVII<sup>e</sup> siècle*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000.

72 See G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 3, pp. 74–95 (Goa); Vol. 4, pp. 1–9 (Macao).

73 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 169–70, meaning, respectively, the starfruit or *Averrhoa carambola*, the rose-apple or *Syzygium jambos*, and some sort of mango, a fruit from the family of *Anacardiaceae*. See Elmer D. MERRILL, *A Dictionary of the Plant Names of the Philippine Islands*, Manila, Bureau of Public Printing, 1903. Gemelli Careri could, of course, have consulted the treatise on Asian *materia medica* written by Garcia de ORTA, *Coloquios dos simples e drogas e cousas medicinais da India* (Goa, João de Endem, 1563).

74 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 103.

75 *Idem, ibidem*, pp. 103–6. The *igasur* corresponds to the *Strychnos ignatii*, a tree in the *Loganiaceae* family, native to the Philippines and to parts of China, whose beans are the source of strychnine. See Luigi CASTIGLIONI, *Storia delle piante forastiere le più importanti nell’uso medico, od economico*, Luigi Saibene (ed.), Milan, Editoriale Jaca Book, 2008, pp. 393–8.

pages dedicated to this plant testify to Gemelli Careri's interest in medicinal plants, it is not clear where he got his information from, since he did not visit any of the Visayas. One possibility, but which is difficult to confirm, is that Francisco Ignazio Alcina, a Jesuit missionary who lived and worked in the Visayas in the middle decades of the seventeenth century might have been his source of information. But the monumental *Historia de las Islas e Indios de Bisayas*, dated 1668 and which he left in manuscript form upon his demise in 1674 was only published recently.<sup>76</sup> It is doubtful, although not impossible, that Gemelli Careri had access to this valuable manuscript.

Another possibility, easier to confirm, is that he received information about the natural world of the Philippines from Georg Joseph Kamel, well-known naturalist of Moravian origin, who was then living in Manila, where he passed away in 1706. A Jesuit missionary in charge of pharmaceutical matters, he was a collector of animals and plants, particularly interested in the medical properties of the local flora, and he had been working for some years about the natural history of the archipelago.<sup>77</sup> It is highly probable that he met Gemelli Careri in 1696, for the Italian traveller mentions that "Fratelo Giorgio Carrol Alemano" had prepared two extremely valuable folio volumes about the virtues of the "piante, ed alberi" ("plants and trees") of the Philippines, with rigorous descriptions of their characteristics and properties, accompanied by very precise drawings of each one, and also instructions for their use in the preparation of medical recipes. According to the *Giro del Mondo*, Kamel had been working on his manuscript for fifteen years, with the assistance "degli stessi Indiani, che sono grandissimi erbolari" ("of the said Indians, who are expert herbalists"), and with the help of his drawings and descriptions it would be possible to go around collecting medicinal plants in the fields, so precise was the work. Gemelli Careri claims that he repeatedly suggested to the Jesuit authorities that Kamel's manuscript should be published as soon as possible for the advance of the common welfare: "e veramente sarebbe degna di essere stampata, per

---

76 See a facsimile of one of the manuscripts in María Luisa MARTIN-MERAS and María Dolores HIGUERAS, *La Historia de las Islas e Indios Visayas del Padre Alcina, 1668*, Madrid, Instituto Histórico de Marina, 1975. More recently, see the edition of the complete manuscript in: Victoria YEPES, *Una Etnografía de los Indios Bisayas del siglo XVII*, Madrid, CSIS, 1996; *Historia Natural de las Islas Bisayas*, Madrid, CSIS, 1996; and *Historia Sobrenatural de las Islas Bisayas del Padre Alcina*, Madrid, CSIS, 1998.

77 Regarding Kamel, see Leo A. CULLUM, "Georg Joseph Kamel," *Philippine Studies*, Vol. 4, no. 2, 1956, pp. 319–40; and more recently Raquel A. G. REYES, "Botany and zoology in the late seventeenth-century Philippines: the work of Georg Josef Kamel, SJ, (1661–1706)," *Archives of Natural History*, Vol. 36, no. 2, 2009, pp. 262–76.

beneficio commune.”<sup>78</sup> In fact, a few years later some of Georg Josef Kamel’s texts were published in England, and namely an essay about the *igasur*, but there is no shadow of his two-volume manuscript described by Gemelli Careri.<sup>79</sup> All in all, it seems that the natural history sections contained in the volumes of the *Giro del Mondo* would deserve further attention, having in mind the author’s interest in the subject, his resourcefulness to acquire valuable information, and the quality of the informants he was able to mobilize for his project.

Gemelli Careri also used another important Jesuit source originating from the branch of the Society of Jesus in the Philippines. One of the chapters in book 2 of volume V of the *Giro del Mondo* is dedicated to “Mindanao, e Xold.”<sup>80</sup> The Italian author could have used his usual source, that is, Francisco Colín’s *Labor evangelica*,<sup>81</sup> to describe Mindanao, the second largest island in the archipelago, and Jolo, a small island to the southwest of Mindanao, areas with strong Islamic influences. But he had access to a Jesuit chronicle dedicated precisely to both islands, the *Historia de las Islas de Mindanao, Iolo, y sus adyacentes*, which was written by Francisco Combés, a Jesuit missionary who labored in that area of the Philippines for more than a decade and who died on his way to Spain in 1665. The manuscript chronicle was taken to Madrid and published there two years later.<sup>82</sup> Gemelli Careri, unlike he did with Colín’s chronicle, repeatedly quotes this work in the pages of volume V of his travelogue and also in the marginal notes, suggesting that he possessed a copy of the book. When dealing with the natural

---

78 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, p. 192: “ha fatta la descrizione, in due volumi in foglio; colle figure tanto al natural, che, col libro in mano, facilmente si riconoscono in campagna”.

79 Georg Josef KAMEL, “De Igasur, seu Nuce Vomica legitima Serapionis,” *Philosophical Transactions*, Vol. 21, 1699, pp. 88–94. In fact, Gemelli Careri could have had access to this publication in Naples, as soon as he arrived there from his tour around the world, thus explaining the amount of information he provides about the exotic plant and its virtues. Perhaps Kamel’s manuscript corresponds with the “Herbarium aliarumque stirpium in insulâ Luzone Philippinarum,” which was published as an appendix to John RAY, *Historiae plantarum — Volume III*, London, Sam. Smith & Benj. Walford, 1704 (pp. 1–96 of the Appendix). Concerning the famous naturalist John Ray, who corresponded with Kamel and received his manuscripts and herbaria, see Charles Earle RAVEN, *John Ray, Naturalist: His Life and Works*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

80 G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1699–1700, Vol. 5, pp. 193–208.

81 F. COLÍN, *op. cit.*, 1663, pp. 39–44 (bk. 1, ch. 10).

82 FRANCISCO COMBÉS, *Historia de las Islas de Mindanao, Iolo, y sus adyacentes*, Madrid, Herederos de Pablo del Val, 1667. There is a critical edition: FRANCISCO COMBÉS, *Historia de Mindanao y Jolo*, W. E. Retana and Pablo Pastells (eds.), Madrid, Imprenta de la Viuda de M. Minuesa de los Ríos, 1897. On Combés, see Ana María RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, “Old Enemies, New Contexts: Early Modern Spanish (Re)-Writing of Islam in the Philippines,” in Santa Arias and Raul Marrero-Fente, *Coloniality, Religion, and the Law in the Early Iberian World*, Nashville, Vanderbilt University Press, 2013, pp. 137–58.

world of Mindanao, for instance, when discussing the famous birds-of-paradise, he mentions that they are described by “Padre Combes nell’istoria, che fa dell’Isola di Mindanao” (“Father Combés, in the History of the Island of Mindanao that he wrote”); and while reporting on pearl-fishing, he alludes to “che scrisse il Padre Combes Gesuita, nella sua Storia di Mindanao” (“what Father Combés writes about it in his History of Mindanao”).<sup>83</sup> But Francisco Combés’s account his closely followed throughout chapter 6 of book 2 of the section on the Philippines in the *Giro del Mondo*. A single example will be enough to illustrate Gemelli Careri’s now customary procedure:

#### Francisco Combés

Lo general de estas Islas, el el Gtilismo. Desde Sāgil a Samboangan, los playeros siguen la secta de Mahoma; en las Islas de Basilan, y Iolo, que es la Metropoli de la falsa Religión, y la Meca deste Archipiélago; porque alli tien el entierro de su primer Maestro, del qual los Caciques, para credito de sus engaños, han ido entablado mil fabulas, que ya se han hecho tradicō mtirosa en este siglo.<sup>84</sup>

#### Gemelli Careri

Generalmente in queste Isole sono di Religione Gentili; però da Sanxil a Samboangan, gli abitanti de’ Luoghi marittimi seguono la setta di Maometto; particolarmente nell’Isole di Basilan, e Xolò, che sono come la Metropoli delle falsa Religione, e la Mecca dell’Arcipelago; per esservi sepolto il primo Maestro, del quale i balordi Casikes narrano infinite favole.<sup>85</sup>

Francisco Combés is also repeatedly mentioned in the marginal notes of the *Giro del Mondo*, but sometimes in an erroneous fashion, as “P. Robles histor. di Mindanao.”<sup>86</sup> Having in mind that Gemelli Careri used this work so heavily, and probably owned a copy of the *Historia de las Islas de Mindanao*, this was surely a typographical blunder.

Not many other traces of explicit and verifiable use of literary sources are found in the Philippines section of the *Giro del Mondo*, besides ample evidence of the use of the historical accounts of Francisco Colín and Francisco Combés. The only exception seems to be a reference in a chapter dedicated to the religious beliefs of the indigenous population, where Gemelli Careri mentions, in passing, that “Il vocabolario Tagalo, composto da un tal Francescano, parla largamente di queste fantasime” (or “the vocabulary of the Tagalog language composed by a certain Franciscan addresses these

83 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 163 and 197, respectively.

84 F. COMBÉS, op. cit., 1667, p. 39. For a general approach to the history of the Islamization of the Philippines, see Anthony REID, “Islamization and Christianization in Southeast Asia: the critical phase, 1550–1650,” in Anthony Reid (ed.) *Southeast Asia in the Early Modern era: Trade, Power, and Belief*, Ithaca (NY), Cornell University Press, 1993, pp. 151–79. And also Paolo NICELLI, *The First Islamization of the Philippines*, Zamboanga City, Silsilah Publications, 2003.

85 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 202.

86 *Idem, ibidem*, p. 237.

fantasies extensively”).<sup>87</sup> The Italian lawyer was alluding to the *Vocabulario de lengua Tagala*, a monumental dictionary of Tagalog and Spanish, prepared by Pedro de San Buenaventura, a Franciscan missionary active in the Philippines, which was published in 1613 in Pila, a town in the southern margins of the Laguna de Bay, by the famous printer Tomas Pinpin, with the collaboration of Domingos Loag. Quite probably, Gemelli Careri saw a copy of this book during his short residence in Manila, and it is not impossible that he made use of it while preparing his own travelogue, since the *Giro del Mondo*, besides quoting two specific pages of the dictionary in a marginal note—“Pag. 318. e 452”—abounds in Tagalog words.<sup>88</sup>

But here and there, throughout the pages of volume 5 of the *Giro del Mondo*, references may be found to other well-known authors that the Italian lawyer allegedly read and used. A quick perusal will identify in the main text the name of “Tolomeo,” mentioned at least three times.<sup>89</sup> But all three references are traceable to the corresponding sections in the *Labor evangelica*, where in fact the Alexandrian geographer is repeatedly quoted.<sup>90</sup> Then, there is a mention about the healing virtues of bananas: “se si dee credere ad Avicenna, sono cordialeto” (“if one is to believe Avicenna, they are cordial”).<sup>91</sup> Francisco Colín is the origin of this allusion, for in the section on plants of his chronicle of the Philippines he writes that in India the said fruit is considered very healthy, being given to sick people, as attested by “García de Horta, referiendo de Avicena, y otros Medicos Arabes” (“García de Orta, on the basis of Avicenna and other Arab physicians”).<sup>92</sup> The Jesuit naturalist, so it seems, did not read the original treatise on *material medica* published in Goa, in 1563, by the Portuguese physician García de Orta; indications scattered through his *Labor evangelica* show that

87 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 137. Concerning the Tagalog world-view, see Jean-Paul G. POTET, *Ancient Beliefs and Customs of the Tagalogs*, Raleigh (NC), Lulu Press Inc., 2014; for the Philippines in general, see William Henry SCOTT, *Barangay: Sixteenth-Century Philippine Culture and Society*, Manila, Ateneo de Manila University Press, 1995.

88 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 137. Cf. Pedro de SAN BUENAVENTURA, *Vocabulario de lengua tagala. El romance castellano puesto primero*, Cayetano Sánchez Fuertes (ed.), Valencia, Librerías París–Valencia, 1994. For a general approach to missionary linguistics, a widely debated topic, see Joaquín GARCÍA-MEDALL, “La traducción codificada: Las artes y vocabularios hispano-filipinos (1610–1910),” *Hermēneus. Revista de Traducción e Interpretación*, no. 9, 2007, pp. 1–21. For the wider context, see Vicente L. RAFAEL, *Contracting Colonialism: Translation and Christian Conversion in Tagalog Society under Early Spanish Rule*, Durham (NC), Duke University Press, 1992. Concerning Pinpin, see Damon L. Woods, “Tomas Pinpin and the Literate Indio: Tagalog Writing in the Early Spanish Philippines,” *UCLA Historical Journal*, Vol. 12, 1992, pp. 177–220.

89 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 58, 61 and 67. On Ptolemy and the Philippines, see Thomas SUÁREZ, *Early Mapping of Southeast Asia*, Singapore, Periplus, 1999.

90 F. COLÍN, op. cit., 1663, pp. 2–5 e 23.

91 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–700, Vol. 5, p. 185.

92 F. COLÍN, op. cit., 1663, p. 96.

instead he used an edition of the Latin translation produced by Carolus Cuius and first published in Antwerp in 1567. The Flemish botanist in fact alludes to Avicenna in the section about the “Musa” of his *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia*, following in the wake of the original text of Garcia de Orta that he was translating.<sup>93</sup> In another context, there is a mention in Gemelli Careri’s *Giro del Mondo* to the “Relazione, che fa Pietro Fernandez de Quiros, dello scoprimento, fatto nel 1595. dell’Isole di Salamone.”<sup>94</sup> Once again, the quotation comes directly from Francisco Colín, who mentions in his *Labor evangelica* “la relacion que haze Pedro Fernandez de Quiros del descubrimiento que hizo año de 1595. de las Islas de Salomón.”<sup>95</sup> The Jesuit chronicler was alluding to the Portuguese navigator Pedro Fernandes de Queirós, who participated in Spanish expeditions of exploration in the Pacific and who wrote countless memorials about the subject, some of which were published in Spain and elsewhere in the first decades of the seventeenth century.<sup>96</sup> And a third allusion involves a passage about crocodiles, where an author styled “Eusebio” is mentioned, with a marginal note pointing to “Histor. lib. 22. c. 5.”<sup>97</sup> Gemelli Careri, again, read the reference in his copy of Francisco Colín’s work, for the Jesuit writes about “lo que rifiere nuestro Eusebio del Cayman Indico.”<sup>98</sup> This was, of course, a reference to Juan Eusebio de Nieremberg, a seventeenth century Spanish naturalist, also Jesuit, who wrote widely about the natural history of the New World and Asia, and namely published a treatise on *Historiae Naturae* in Antwerp in 1635, where there were several references to crocodiles.<sup>99</sup>

---

93 Carolus CLUSIUS, *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia*, Jaime Walter (ed.), Lisbon, Junta de Investigações do Ultramar, 1964, pp. 220–4. Cf. Garcia de ORTA, *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, Conde de Ficalho (ed.), 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, Vol. 1, pp. 329–39. On Orta and Clusius, see Teresa Nobre de CARVALHO, *Os Desafios de Garcia de Orta: Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Lisbon, Esfera do Caos, 2015. Concerning Avicenna, see Jon MCGINNIS, *Avicenna*, Oxford, Oxford University Press, 2010.

94 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 65.

95 F. COLÍN, op. cit., 1663, p. 17.

96 Cf. Pedro Fernández de QUIRÓS, *Memoriales de las Indias Australes*, Oscar Pinochet (ed.), Madrid, Historia 16, 1991. On Queirós, see Kevin SHEEHAN, “Voyaging in the Spanish Baroque: Science and Patronage in the Pacific Voyage of Pedro Fernández de Quiros, 1605–1606”, in Daniela Bleichmar et al. (eds.), *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800*, Stanford (CA), Stanford University Press, 2009, pp. 233–46.

97 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, p. 166.

98 F. COLÍN, op. cit., 1663, p. 84; Colín’s marginal note is slightly different, and correct: “Hist. natural. lib. 12. c. 5.”

99 Juan Eusebio NIEREMBERG, *Historiae Naturae, Maxime Peregrinae, Libris*, Antwerp, Balthasar Moretus, Plantin Press, 1635, p. 270 (bk. 12, ch. 5). On Eusebio, see Juan Pimentel, “Baroque Natures: Juan E. Nieremberg, American Wonders, and Preterimperial Natural History” in D. Bleichmar et al. (eds.), op. cit, pp. 93–111.

Finally, there is the matter of the marginal notes. Gemelli Careri includes in the margins of the two books of the *Giro del Mondo*'s volume dedicated to the Philippines a series of bibliographical references, which are worthy of attention. Some of them are readily identifiable with works used and translated by the Italian author. Such is the case of the notes referring to Francisco Combés, the Jesuit author sometimes being mistakenly presented as "P. Robles."<sup>100</sup> All five references are correct and the corresponding passages are easily located in the *Historia de las Islas de Mindanao*, suggesting that Gemelli Careri possessed a copy of this work, probably acquired in Manila.<sup>101</sup> Three other marginal notes, one about the "Vocabulario Tagalo," another about the "Histor." of Juan Eusebio Nieremberg, and still another about "Fratelo Giorgio Carrol," have already been analyzed.<sup>102</sup> And then there are fifteen bibliographical references which are scattered in the margins of the pages of volume 5 of the section on the Philippines of the *Giro del Mondo*. All these notes, without exception, can be found with more or less the same wording in the pages of Colín's *Labor evangelica*. They are used by Gemelli Careri as erudite markers, suggesting that he consulted a wide range of sources to prepare his travelogue. Concerning the classical world, first, there is an anodyne Biblical quote;<sup>103</sup> then, there are two references to Ptolemy related to the geography of the Philippines;<sup>104</sup> next, there are three allusions to Pliny, always in the context of descriptions of the natural world;<sup>105</sup> there follows a reference to Plutarch, with respect to cockfighting;<sup>106</sup> and finally, a note concerning St. Ambrose, relating to birds.<sup>107</sup>

The rest of the quotations refer to sixteenth and seventeenth century Iberian chroniclers, on whose works references to the Philippines could be found. Once again, these references were taken from the chronicle of Francisco Colín, and it is almost certain that Gemelli Careri did not consult or own the corresponding works. Two references, in the context of the voyage

100 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 197, 202, 237 and 238.

101 Cf. F. COMBÉS, op. cit., 1667, pp. 10, 35, 101–5.

102 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, Vol. 5, pp. 137, 166 and 192, respectively. Cf. *supra*.

103 *Idem, ibidem*, p. 159: "Iob. 39."

104 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, pp. 61 and 67.

105 *Idem, ibidem*, pp. 61, 178 and 192. On Pliny and his treatise on natural history, see Trevor MURPHY, *Pliny the Elder's Natural History: The Empire in the Encyclopedia*, Oxford, Oxford University Press, 2004.

106 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, p. 134: "Plutar. in M. Ant. Alexander ab Alexand. lib. 4. c. 15"; the confronting text alludes to a "gioco usato alcuna fiata dagli antichi Imperatori Romani". On the subject, see M. Gwyn MORGAN, "Three Non-Roman Blood Sports", *The Classical Quarterly*, NS, Vol. 25, no. 1, 1975, pp. 117–22.

107 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, p. 160: "D. Ambros. in exam." This would be a reference to St. Ambrose's *Hexameron*, on which see Saint AMBROSE, *Hexameron, Paradise, and Cain and Abel*, trans. John J. Savage, New York, The Catholic University of America, 2003.



of circumnavigation led by Fernão de Magalhães, point to João de Barros and his *Décadas da Ásia*, the monumental chronicle of Portuguese endeavors in maritime Asia, whose first three volumes were published in Lisbon between 1552 and 1563.<sup>108</sup> One reference alludes to the Jesuit José de Acosta and to his *Historia natural y moral de las Indias*, a treatise dedicated to the New World, first published in Seville in 1590.<sup>109</sup> Two references mention Antonio de Morga, the author of the *Sucesos de las Islas Filipinas*, a work dealing with Spanish discovery and settlement of the archipelago, which was first published in Mexico in 1609.<sup>110</sup> And two references refer to the monumental chronicle *Filipe Segundo Rey de España* de Luis Cabrera de Cordoba, published in Madrid in 1619.<sup>111</sup>

### Concluding remarks

A most detailed description of the Philippines, at the close of the seventeenth century, emerges from the pages subscribed by Gemelli Careri. A learned and quite enthusiastic description, that besides being based on first hand observations, also makes wide use of other sources, such as oral intelligence provided mainly by Spanish informers and written reports collected in published books.<sup>112</sup> Thus, of course, the accusation of plagiarism circulated in European literary circles during the eighteenth century. But the Italian lawyer, when transcribing or adapting other descriptions of the Philippines, follows contemporary practices. One of the advices to other travellers that Gemelli Careri includes in later editions of his travelogue is that before visiting a certain country or region they should read everything that has been published about it in European printing presses: “non farà fuor di proposito aver letto tutte le Relazioni, che si sono pubblicate de paesi, che

108 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, pp. 164 and 227. For an edition of the *Décadas*, see João de BARROS, *Da Ásia*, Nicolau Paglicieri (ed.), 8 vols., Lisbon, Livraria Sam Carlos, 1973. On Barros, see Charles R. BOXER, *João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia*, New Delhi, Concept Publishing, 1981.

109 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, p. 109. Cf. José de ACOSTA, *Historia natural y moral de las Indias*, José Alcina Franch (ed.), Madrid, Historia 16, 1986. On Acosta, see Claudio M. BURGALETA, *José de Acosta, S.J. (1540–1600): His Life and Thought*, Chicago, Loyola Press, 1999.

110 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, pp. 57 and 72. Cf. Antonio de MORGÁ, *Sucesos de las Islas Filipinas*, ed. Patricio Hidalgo Nuchera, Madrid, Polifemo, 1997.

111 G. F. G. CARERI, op. cit., 1699–1700, pp. 58 and 72. Cf. Luis CABRERA DE CÓRDOBA, *Filipe Segundo Rey de España*, Madrid, Luis Sanchez, 1619. On Cabrera, see Renaud MALAVIALLE, “Exemplarité et historicité dans *De historia, para entenderla y escribirla* (1611) de Luis Cabrera de Córdoba” in Manuel Borrego-Pérez (ed.), *L'Exemplum narratif dans le discours argumentatif (XVII–XX<sup>e</sup> siècles)*, Besançon, Presses Universitaires Franc-Comtoises, 2002, pp. 223–42.

112 For a comparison with other accounts of the Philippines, see D. F. LACH and E. J. VAN KLEY, op. cit., Vol. 3, bk. 3, pp. 1491–61.



si voglion camminare, como altresí le loro Istorie” (“it would not be without purpose to have read all the accounts that have been published about the countries one which to cross, as well as their histories”).<sup>113</sup> The learned traveller would profit immensely, and in many different ways, from his readings. And this is probably what he himself did, before setting out on his voyage around the world, getting his hands into a wide array of publications, which he either took with him on his travels, or else transcribed.<sup>114</sup>

All in all, the Italian lawyer Giovanni Francesco Gemelli Careri, through the pages of his *Giro del Mondo*, appears as an extremely well documented informer about the world of the Philippines. The analysis of the fifth volume of his account shows, on the one hand, that he undoubtedly made the journey all the way to Manila, in the last years of the seventeenth century. He was an attentive observer and a diligent reporter, who produced an invaluable *travel guide*, in a most modern sense of the expression, a guide in which the attentive reader could find not only practical information about the daily experiences of journeying to the Philippines, but also solid materials concerning the history, geography and peoples of the lands described. The Italian lawyer based his work on his own experiences of travel, of course, but also on those of various Europeans whom he met in Manila and elsewhere, and who were able to supplement his own observations with oral and manuscript reports. The *Giro del Mondo* is filled with such references to Europeans—usually government officials or members of some Catholic congregation—whom he encountered during his stay in the island of Luzon, and who contributed to Gemelli Careri’s baggage of information about the Philippine world.

On the other hand, he seems to have had access to a wide variety of recently printed written sources about the Philippines, obtained either in Naples before his journey began in 1693, or in the course of his five-year voyage in one of the European-ruled enclaves he visited along the way, or else again in Naples after his return home in 1698. Either way, it seems clear that he possessed or had access to an important library, of which some books were heavily used in the composition of the manuscript of the *Giro del Mondo*. Did he take those books with him, along the way? Perhaps only some of them, in the case of the volume concerning the Philippines, such as the *Labor evangelica* by Francisco Colín or the *Historia de las islas de Mindanao* by Francisco

---

113 This advice is only found on a later edition: G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1708, Vol. 6, pp. 288–9.

114 For the Italian traveler’s advice, see G. F. G. CARERI, *op. cit.*, 1708, Vol. 6, pp. 283–92: “Conclusione dell’Opera, con alcuni utili avvertimenti per chi viaggia” (“Conclusion of the Work, with some useful advices to those who travel”).

Combés. Others, he consulted at home or in someone else's library, certainly taking extensive manuscript notes of his readings. One important notion to have in mind is that Gemelli Careri did not examine personally all the titles he mentions in the fifth volume of the *Giro del Mondo*. A common contemporary habit was to reproduce the bibliographical references found in other books as one's own readings, and a closer analysis of the list of the Italian traveller's marginal references clearly confirms this practice.

Books are not completely neutral; on the contrary, the works which Gemelli Careri consulted expressed different views, even when dealing with such an exotic destination for European readers. The Society of Jesus, being extremely active in the production and publication of accounts about the overseas worlds, had a wider visibility in the European book scene. Also, the Jesuits were established throughout the Philippine islands.<sup>115</sup> Consequently, Gemelli Careri's travel account reflects the predominance of the Jesuit sources on the Philippines, and also its richness. Many of the chapters of the fifth volume of the *Giro del Mondo* read exactly like a Jesuit account. Nevertheless, he usually complements his sources with his own layman's comments and with invaluable reports of his own experiences. His work, thus, appears as an extremely interesting symbiosis of practical knowledge of the Philippines and a Jesuit-based account of life on the archipelago.

Published for the first time in 1699–1700, the *Giro del Mondo* presented a rather original and elaborate picture of the Philippines, capable of competing with other contemporary accounts available on the European reading market, for its compactness and its volume of information. Thus, it enjoyed huge editorial success in the first half of the eighteenth century. At the same time, it was the product of an innovative methodology of writing, since Gemelli Careri travelled for the specific purposes of collecting information about the world around him, intelligence which was then confronted and completed with the most up-to-date materials available on print about the same geographical places that had been visited by the wandering author. And there was no other purpose to Gemelli Careri's literary endeavours than to acquire fame as a travel writer, eventually with the social benefits that could be associated with such standing. No political or religious agenda seems to emerge from the *Giro del Mondo*, contrary to so many other publications about the overseas worlds that were then flooding the European printing market.<sup>116</sup>

---

115 See Horacio de la COSTA, *The Jesuits in the Philippines, 1581–1768*, Cambridge (MA), Harvard University Press, 1961.

116 For a general approach to travel writing in this period, see Juan PIMENTEL, *Testigos del mundo: Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración*, Barcelona, Marcial Pons, 2003.

The characteristics of the section on the Philippines of the *Giro del Mondo*, as would be expected, can be extrapolated to the other five volumes. Gemelli Careri used the same procedure when writing about the other regions of the world, namely Turkey, Persia, India, China, and New Spain. And, curiously enough, this extraordinary piece of travel writing, filled with many exceptional first-hand experiences balanced with significant doses of intertextuality, and written from an innovative perspective, has been rather neglected by modern scholarship. But, as the careful reader will easily conclude, the fifth volume of the *Giro del Mondo* appears as an outstanding source for the study of such themes as the Philippines in the seventeenth century, the Catholic missions in the Spanish controlled archipelago, European travel writing, the practices of intertextuality, the literary networks in Europe and beyond, and so on.

**Printed Sources and Bibliography**

- ACOSTA, José de, *Historia natural y moral de las Indias*, José Alcina Franch (ed.), Madrid, Historia 16, 1986.
- AMBROSE, Saint, *Hexameron, Paradise, and Cain and Abel*, New York, The Catholic University of America, 2003.
- AMUSO, Angela Maccarrone, *Gianfrancesco Gemelli-Careri, L'Ulisse del XVII secolo*, Roma, Gangemi Editore, 2000.
- ANDAYA, Leonard Y., *The World of Maluku: Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, Honolulu, University of Hawaii Press, 1993.
- ASTARITA, Tommaso (ed.), *A Companion to Early Modern Naples*, Leiden, Brill, 2013.
- BARROS, João de, *Da Ásia*, Nicolau Paglicirini (ed.), 8 vols., Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973.
- BERNABÉU ALBERT, Salvador, “El abogado Gemelli: memoria viajera y cultura letrada,” *Anuario de Estudios Americanos*, Vol. 69, no. 1, 2012, pp. 233–52.
- BETRAN, José Luis and DESCALZO YUSTE, Eduardo, “Allende los mares: La *Historia de la provincia de Filipinas* del padre Pedro Chirino, 1581–1606” in Louise Bénat-Tachot et al. (eds.), *Les jésuites et la Monarchie Catholique (1565–1615)*, Paris, Éditions Le Manuscrit, 2012, pp. 315–65.
- BOXER, Charles R., *João de Barros: Portuguese Humanist and Historian of Asia*, New Delhi, Concept Publishing, 1981.
- BURGALETA, Claudio M., *José de Acosta, S.J. (1540–1600): His Life and Thought*, Chicago, Loyola Press, 1999.
- CABRERA DE CÓRDOBA, Luis, *Filipe Segundo Rey de España*, Madrid, Luis Sanchez, 1619.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, *Giro del Mondo*, 6 vols., Naples, Giuseppe Roselli, 1699–1700.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, *Viaggi per Europa*, Naples, Giuseppe Roselli. Careri, 1701.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, *Viaggi per Europa — Parte Seconda*, Naples, Giuseppe Roselli. Careri, 1704.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, “A Voyage around the World by Dr. John Francis Gemelli Careri” in John CHURCHILL (ed.) *A Collection of Voyages and Travels*, Vol. IV, London, Awnsham & John Churchill, 1704.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, *Giro del Mondo*, 7 vols., Naples, Giuseppe Roselli, 1708.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, *Giro del Mondo*, 9 vols., Venice, Sebastiano Colleti, 1719.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, *Voyage autour du Monde*, transl. L. M. N. [Eustache Le Noble], 6 vols., Paris, Ganeau, 1719.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, *Giro del Mondo*, 9 vols., Naples, Domenico Antonio Parrino, 1721.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemmelli, *Voyage autour du Monde*, transl. L. M. N. [Eustache Le Noble], 6 vols., Paris, Ganeau, 1721.
- CARERI, Giovanni Francesco Gemelli, *A Voyage to the Philippines*, Mauro García (ed.), Manila, Filipiana Book Guild, 1963.

- CAREY, Daniel, *Continental Travel and Journey's Beyond Europe in the Early Modern Period*, London, Hakluyt Society, 2009.
- CARVALHO, Teresa Nobre de, *Os Desafios de Garcia de Orta: Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Lisboa, Esfera do Caos, 2015.
- CASSANI, Cinzia, "Danio, Amato" in *Dizionario Biografico degli Italiani*, Vol. 32, Rome, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1986.
- CASTIGLIONI, Luigi, *Storia delle piante forastiere le più importanti nell'uso medico, od economico*, ed. Luigi Saibene, Milan, Editoriale Jaca Book, 2008.
- CHIRINO, Pedro, *Relacion de las islas Filipinas i de lo que en ellas an trabajado los padres de la Compañia de Jesus*, Roma, Estevan Paulino, 1604.
- CHIRINO, Pedro, *Història de la Província de Filipines de la Companyia de Jesús, 1581–1606*, Jaume Górriz (ed.), Barcelona, Pòrtic, 2000.
- CLUSIUS, Carolus, *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia*, Jaime Walter (ed.), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- COELLO, Alexandre, "Corruption, Greed, and the Public Good in the Mariana Islands, 1700–1720," *Philippine Studies: Historical and Ethnographic Viewpoints*, Vol. 61, no. 2, 2013, pp. 193–222.
- COLÍN, Francisco, *Labor evangelica, ministerios apostolicos de los obreros de la Compañia de Jesus, fundacion, y progressos de su Provincia en las Islas Filipinas*, Madrid, Joseph Fernandez de Buendia, 1663.
- COLÍN, Francisco, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañia de Jesús, fundación, y progresos de su provincia en las islas Filipina*, Pablo Pastells (ed.), 3 vols., Barcelona, Heinrich y Compañia, 1900–1902.
- COLLA, Elizabetta, "Fiction or Reality? A voyage round the world by Dr. John Francis Gemelli Careri" in Luís Filipe Barreto (ed.), *Tomás Pereira, S. J. (1646-1708): Life, Work and World*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2010, pp. 253–75.
- COMBÉS, Francisco, *Historia de las Islas de Mindanao, Iolo, y sus adyacentes*, Madrid, Herederos de Pablo del Val, 1667.
- COMBÉS, Francisco, *Historia de Mindanao y Jolo*, W. E. Retana and Pablo Pastells (eds.), Madrid, Imprenta de la Viuda de M. Minuesa de los Rios, 1897.
- CÓRDOBA, Joaquín María, "Pasajes de una vuelta al mundo. El Oriente de Pedro Cubero Sebastián en su periplo universal," *Arbor*, Vol. 180, nn. 711–712, pp. 671–95.
- COSTA, Horacio de la, *The Jesuits in the Philippines, 1581–1768*, Cambridge (MA), Harvard University Press, 1961.
- CUBERO SEBASTIAN, Pedro, *Peregrinación del mundo*, Naples, Carlos Porsile, 1582.
- CULLUM, Leo A., "Georg Joseph Kamel," *Philippine Studies*, Vol. 4, no. 2, 1956, pp. 319–40.
- DESCALZO YUSTE, Eduardo, "Las crónicas jesuíticas de Filipinas en el siglo XVIII: Pedro Murillo Velarde" in Eliseo Serrano (ed.), *De la tierra al cielo: Líneas recientes de investigación en historia moderna*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2012, pp. 233–48.
- DESCALZO YUSTE, Eduardo, "Las crónicas oficiales de la Compañia de Jesús en Filipinas en el siglo XVII: Pedro Chirino y Francisco Colín" in Ángela Atienza López (ed.), *Iglesia Memorable: Crónicas, historias, escritos [...] a mayor gloria — Siglos XVI–XVIII*, Madrid, Editorial Sílex, 2012, pp. 275–90.
- EGIZIO, Matteo, *Opuscoli Volgari, e Latini*, Naples, Angelo Vocola, 1751.

- ELLIS, Robert Richmond, *They Need Nothing: Hispanic-Asian Encounters of the Colonial Period*, Toronto, University of Toronto Press, 2012.
- EUSEBIO NIEREMBERG, Juan, *Historiae Naturae, Maxime Peregrinae, Libris*, Antwerp, Balthasar Moretus, Plantin Press, 1635.
- FATICA, Michele, "L'itinerario sinico di Giovanni Francesco Gemelli Careri: saggio di decrittazione degli antroponimi europei e dei toponimi cinesi nel Giro del Mondo" in Sitti Faizah Soenoto Rivai (ed.), *Persembahan — Studi in Onore di Luigi Santa Maria*, Naples, Istituto Universitario Orientale, 1998, pp. 45–67.
- FISH, Shirley, *The Manila-Acapulco Galleons: The Treasure Ships of the Pacific*, Milton Keynes, AuthorHouse, 2011.
- FORMICA, Marina, *Lo Specchio Turco: Immagini dell'Altro e riflessi del Sé nella cultura italiana d'età moderna*, Roma, Donzelli Editore, 2012.
- GARCIA, José Manuel, *As Filipinas na historiografia portuguesa do século XVI*, Lisboa, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático, 2003.
- GARCÍA-MEDALL, Joaquín, "La traducción codificada: Las artes y vocabularios hispano-filipinos (1610–1910)," *Hermēneus. Revista de Traducción e Interpretación*, no. 9, 2007, pp. 1–21.
- GARCÍA REDONDO, José María, "Sailscapes. La construcción del paisaje del Océano Pacífico en el *Giro del Mundo* de Gemelli Careri," *Anuario de Estudios Americanos*, Vol. 69, no. 1, 2012, pp. 253–74.
- GIL, Juan, *Los Chinos en Manila, Siglos XVI y XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.
- GIRALDEZ, Arturo, *The Age of Trade: The Manila Galleons and the Dawn of the Global Economy*, Lanham (Maryland), Rowman & Littlefield, 2015.
- JOVEN, Arnel E., "Colonial Adaptations in Tropical Asia: Spanish Medicine in the Philippines in the Seventeenth and Eighteenth Centuries," *Asian Cultural Studies*, Vol. 38, 2012, pp. 171–86.
- KAMEL, Georg Josef, "De Igasur, seu Nuce Vomica legitima Scrapionis," *Philosophical Transactions*, Vol. 21, 1699, pp. 88–94.
- KAMEL, Georg Josef, "Herbarium aliarumque stirpium in insulâ Luzone Philippinarum" in John Ray, *Historiae plantarum — Volume III*, London, Sam, Smith & Benj. Walford, 1704, Appendix, pp. 1–96.
- LACH, Donald F., *Asia in the Making of Europe*, Vol. I ("The Century of Discovery"), 2 books, Chicago, The University of Chicago Press, 1994.
- LACH, Donald F. and VAN KLEY, Edwin J., *Asia in the Making of Europe*, Vol. III ("A Century of Advance"), 4 books, Chicago, The University of Chicago Press, 1993.
- MAGNAGHI, Alberto, *Il Viaggiatore Gemelli Careri (Secolo XVII) e il suo "Giro del Mondo"*, Bergamo, Alessandro e Fratelli Cattaneo, 1900.
- MALAVIALLE, Renaud, "Exemplarité et historicité dans *De historia, para entenderla y escribirla* (1611) de Luis Cabrera de Córdoba" in Manuel Borrego-Pérez (ed.), *L'Exemplum narratif dans le discours argumentatif (XVIIe–XXe siècles)*, Besançon, Presses Universitaires Franc-Comtoises, 2002, pp. 223–42.
- MARTIN-MERAS, María Luisa and HIGUERAS, María Dolores, *La Historia de las Islas e Indios Visayas del Padre Alcina, 1668*, Madrid, Instituto Histórico de Marina, 1975.
- MATTHEE, Rudi, "The Safavids under Western Eyes: Seventeenth-Century European Travelers to Iran," *Journal of Early Modern History*, Vol. 13, 2009, pp.137–71.

- MCGINNIS, Jon, *Avicenna*, Oxford, Oxford University Press 2010.
- MERRILL, Elmer D., *A Dictionary of the Plant Names of the Philippine Islands*, Manila, Bureau of Public Printing, 1903.
- MORENO HURTADO, Antonio, *Egarbenses en Indias*, Cabra (Córdoba), Ayuntamiento de Cabra, 2010.
- MORGA, Antonio de, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Patricio Hidalgo Nuchera (ed.), Madrid, Polifemo, 1997.
- MORGAN, M. Gwyn, "Three Non-Roman Blood Sports," *The Classical Quarterly*, NS, Vol. 25, no. 1, 1975, pp. 117–22.
- MURILLO VELARDE, Pedro, as *Historia de la Provincia de Philipinas de la Compañía de Jesús. Segunda Parte, que comprehende los progresos de esta Provincia desde el año de 1616 hasta el de 1716*, Manila, Imprenta de la Compañía de Jesús, 1749.
- MURPHY, Trevor, *Pliny the Elder's Natural History: The Empire in the Encyclopedia*, Oxford, Oxford University Press, 2004.
- NICELLI, Paolo, *The First Islamization of the Philippines*, Zamboanga City, Silsilah Publications, 2003.
- NONIS, P., "L'Ungheria de Gianfrancesco Gemelli Careri (1651–1725)" in B. Köpeczi and P. Sárközy (eds.), *Venezia, Italia, Ungheria fra Arcadia e Illuminismo*, Budapest, Akadémiai Kiadó, 1982, pp. 111–7.
- ORTA, Garcia de, *Coloquios dos simples e drogas e cousas medicinais da India*, Goa, João de Endem, 1563.
- ORTA, Garcia de, *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, ed. Conde de Ficalho, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- PERUJO, Francisca, "Estudio Preliminar" in Giovanni Francesco Gemelli Careri, *Viaje a la Nueva España*, Francisca Perujo (ed.), México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1983, pp. i–xcviii.
- PICAZO MUNTANER, Antonio, "Redes invisibles: cooperación y fraude en el comercio de Manila-Acapulco," *Anales del Museo de América*, Vol. 19, 2011, pp. 140–52.
- PIMENTEL, Juan, *Testigos del mundo: Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración*, Barcelona, Marcial Pons, 2003.
- PIMENTEL, Juan, "Baroque Natures: Juan E. Nieremberg, American Wonders, and Preterimperial Natural History" in Daniela Bleichmar et al. (eds.), *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800*, Stanford (CA), Stanford University Press, 2009, pp. 93–111.
- POTET, Jean-Paul G., *Ancient Beliefs and Customs of the Tagalogs*, Raleigh (NC), Lulu Press Inc., 2014.
- PRIETO LUCENA, Ana María, *El contacto hispano-indígena en Filipinas según la historiografía de los siglos XVI y XVII*, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1993.
- QUIRÓS, Pedro Fernández de, *Memoriales de las Indias Australes*, Oscar Pinochet (ed.), Madrid, Historia 16, 1991.
- RAFAEL, Vicente L., *Contracting Colonialism: Translation and Christian Conversion in Tagalog Society under Early Spanish Rule*, Durham (NC), Duke University Press, 1992.
- RANDALL, Marilyn, *Pragmatic Plagiarism: Authorship, Profit, and Power*, Toronto, University of Toronto Press, 2001.

- RAVEN, Charles Earle, *John Ray, Naturalist: His Life and Works*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- REID, Anthony, "Islamization and Christianization in Southeast Asia: the critical phase, 1550-1650," in Anthony Reid (ed.) *Southeast Asia in the Early Modern Era: Trade, Power, and Belief*, Ithaca (NY), Cornell University Press, 1993, pp. 151-79.
- REYES, Raquel A. G., "Botany and zoology in the late seventeenth-century Philippines: the work of Georg Josef Camel SJ (1661-1706)," *Archives of Natural History*, Vol. 36, no. 2, 2009, pp. 262-76.
- RODRÍGUEZ-RODRÍGUEZ, Ana María, "Old Enemies, New Contexts: Early Modern Spanish (Re)-Writing of Islam in the Philippines" in Santa Arias and Raul Marrero-Fente, *Coloniality, Religion, and the Law in the Early Iberian World*, Nashville, Vanderbilt University Press, 2013, pp. 137-58.
- SAN BUENAVENTURA, Pedro de, *Vocabulario de lengua tagala. El romance castellano puesto primero*, Cayetano Sánchez Fuertes (ed.), Valencia, Librería París-Valencia, 1994.
- SÁNCHEZ GRACÍA, Encarnación, *Imprenta y cultura en la Nápoles virreinal: los signos de la presencia española*, Florence, Alinea, 2007.
- SÁNCHEZ GRACÍA, Encarnación, "Una edición castellana en la Nápoles de Carlos II: la *Peregrinación del mundo* de Pedro Cubero Sebastián," *The Korean Journal of Hispanic Studies*, Vol. 3, 2010, pp. 211-35.
- SANZ TAPIA, Ángel, *Corrupción o necesidad? La venta de cargos de Gobierno americanos bajo Carlos II (1674-1700)*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009.
- SARAVIA VIEJO, María Justina, *El juego de gallos en Nueva España*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-americanos de Sevilla, 1972.
- SCHURTZ, William L., *El Galeón de Manila*, Leoncio Cabrera (ed.), Madrid, Ediciones de Cultura Hispanica, 1992.
- SCOTT, William Henry, *Barangay: Sixteenth-Century Philippine Culture and Society*, Manila, Ateneo de Manila University Press, 1995.
- SHEEHAN, Kevin, "Voyaging in the Spanish Baroque: Science and Patronage in the Pacific Voyage of Pedro Fernández de Quirós, 1605-1606" in Daniela Bleichmar et al. (eds.), *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500-1800*, Stanford (CA), Stanford University Press, 2009, pp. 233-46.
- STAGL, Justin, *A History of Curiosity: The Theory of Travel, 1550-1800*, Chur (Switzerland), Harwood Academic Publishers, 1995.
- STONE, Harold Samuel, *Vico's Cultural History: The Production and Transmission of Ideas in Naples, 1685-1750*, Leiden, Brill, 1997.
- SUÁREZ, Thomas, *Early Mapping of Southeast Asia*, Singapore, Periplus, 1999.
- TAMBURELLO, Adolfo, "La civiltà cinese secondo un viaggiatore italiano di fine Seicento: Giovanni Francesco Gemelli Careri (1651-1725)" in Sandra Marina Carletti, Maurizio Sacchetti and Paolo Santagelo (eds.), *Studi in onore di Lionello Lanciotti*, 3 vols., Napoli, Istituto Universitario Orientale, 1996, Vol. 3, pp. 1365-83.
- TROTA JOSE, Regalado, "The eight churches of Cavite Puerto (1586-1800)," *Philippine Quarterly of Culture and Society*, Vol. 15, no. 4, 1987, pp. 311-51.
- USSIA, Salvatore, *L'epistolario di Matteo Egizio e la cultura napoletana del primo Settecento*, Roma, Liguori Editore, 1977.



- VALENCE, Françoise de, *Médecins de fortune et d'infortune: Des aventuriers français en Inde au XVI<sup>e</sup> siècle*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000.
- VARGAS, Philippe de, "Le 'Giro del Mondo' de Gemelli Careri, en particulier le récit du séjour en Chine. Roman ou vérité?," *Schweizerische Zeitschrift für Geschichte*, Vol. 5, 1955, pp. 417–51.
- WADE, Geoff, "On the Possible Cham Origin of the Philippine Scripts," *Journal of Southeast Asian Studies*, Vol. 24, no. 1, 1993, pp. 44–87.
- WHEATCROFT, Andrew, *The Enemy at the Gate: Habsburgs, Ottomans and the Battle for Europe*, London, Pimlico, 2009.
- WOODS, Damon L., "Tomas Pinpin and the Literate Indio: Tagalog Writing in the Early Spanish Philippines," *UCLA Historical Journal*, Vol. 12, 1992, pp. 177–220.
- WOODS, Damon L., "Measuring Space and Time in Seventeenth-Century Philippines" in María Dolores Elizalde, Joseph M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico*, 2 vols., Madrid, CSIC, 2001, Vol. 2, pp. 235–50.
- YEPES, Victoria, *Una etnografía de los indios Bisayas del siglo XVII*, Madrid, CSIS, 1996.
- YEPES, Victoria, *Historia natural de las islas Bisayas*, Madrid, CSIS, 1996.
- YEPES, Victoria, *Historia sobrenatural de las islas Bisayas del Padre Alzina*, Madrid, CSIS, 1998.
- ZARAGOZA, Ramón María, *Old Manila*, Singapore, Oxford University Press, 1990.

# Jesuits at the margins: missions and missionaries in the Mariana Islands (1668–1769)\*

Alexandre Coello de la Rosa\*\*

*Anais de Història de Além-Mar XV* (2014): 137-169. ISSN 0874-9671

## Resumo

Este trabalho pretende analisar as complexidades da missionaç3o Jesuítua nas Ilhas Marianas através de dois campos de análise. Por um lado, explora a relaça3o transoceânica entre o arquipélago e o Vice-Reino da Nova Espanha (que incluía as Filipinas). E, por outro, destaca a dimens3o local, ao analisar as formas como os agentes nativos resistiram e se adaptaram ao que lhes foi imposto pelos missionários, construindo, a longo prazo, novas identidades. Embora a historiografia eclesiástica tenha geralmente aceitado narrativas de conquista e sucesso absoluto na evangelizaç3o das Marianas, neste artigo adopto uma posiça3o teórica («glocalizaç3o») que considera que a Companhia de Jesus desempenhava, à escala global, um papel de vanguarda na produç3o e disseminaç3o do conhecimento missionário.

**Palavras-chave:** cosmopolitismo, glocalizaç3o, hist3ria do Pacífico, Ilhas Marianas, imperialismo, Jesuítas, miss3es.

## Abstract

This work studies the complexities of Jesuit missionisation in the Mariana Islands. On the one hand, it grounds the analysis in the transoceanic relationship of the archipelago and the Viceroyalty of New Spain, which included the Philippines. And on the other hand, it brings the local dimension to the fore by analyzing native agency in resisting and adapting to impositions from the missionaries, thereby constructing new identities in the long run. While canonical historiography has generally accepted narratives of utter conquest and successful evangelization of the Marianas, I adopt a theoretical position (“glocalization”) who sees the Society of Jesus as a vanguard in a context of production and dissemination of missionary knowledge on a global scale.

**Keywords:** cosmopolitanism, glocalization, Pacific History, Mariana Islands, imperialism, Jesuits, missions.

\* This article contains the main ideas of my forthcoming book to be published by Routledge, 2016.

\*\* Universitat Pompeu Fabra. *E-mail:* alex.coello@upf.edu

## **Jesuits at the margins: missions and missionaries in the Mariana Islands (1668–1769)**

Alexandre Coello de la Rosa

### **Introduction: from the *res nullius* to missionary knowledge**

In the past decades historians have interpreted early modern Christian missions not simply as an adjunct to Western imperialism, but as a privileged field for cross-cultural encounters.<sup>1</sup> Placing the Jesuit missions into a global phenomenon that emphasizes economic and cultural relations between Europe and the East, I want to analyze the possibilities and limitations of the religious conversion in the Micronesian islands of Guåhån (or Guam) and the Northern Marianas. While colonial authorities depicted the Marianas as isolated spots in a vast ocean, this article falls into line with some scholarship that challenges the simple application of deterministic notions, such as their geographic (isolation), economic (poverty and lack of mineral resources), or demographic (low population) conditions. Frontiers are not rigid spatial lines separating culturally different groups of people but rather active agents in the transformation of culture. The Marianas were not entirely autonomous, self-enclosed, or isolated from the rest of the Pacific islands. Early transactions between Chamorro society with mainland Asian and Micronesian cultures, and the later, more regularized trade with European vessels after Ferdinand Magellan's initial landfall in Guam on March 6, 1521, constitute different phases in the economic and cultural history of the Marianas archipelago.<sup>2</sup>

Drawing from a world history of Christianity within the framework of global history, this essay does not align with some historiographical conception that simply reduces the natives of the eighteenth century Mariana

---

1 Joan-Pau RUBIÉS, "Missionary Encounters in China and Tibet: from Mateo Ricci to Ippolito Desideri," *History of Religions*, Vol. 52, no. 3, 2013, p. 267. See also Frank QUIMBY, "The Hierro Commerce: Culture Contact, Appropriation and Colonial Entanglement in the Marianas, 1521–1668," *The Journal of Pacific History*, Vol. 46, no. 1, 2011, pp. 1–26; *Idem*, "Islands in the Stream of Empire: Spain's 'Reformed' Imperial Policy and First Proposals to colonize the Mariana Islands, 1565–1569," paper presented at the 1<sup>st</sup> Marianas History Conference. *One Archipelago, Many Stories* (2012).

2 On this regard, see Kayako KUSHIMA, *Historiographies and Discourses of Isolation: Canonical and Alternative Historical Narratives*, M.S. Thesis in Micronesian Studies, University of Guam (2001); Don FARRELL, *History of the Mariana Islands to Partition*, Public School System, Commonwealth of the Northern Mariana Islands, Saipan; F. QUIMBY, art. cit., pp. 1–26.

Islands to fervent Catholics or “peonized peasants.”<sup>3</sup> It also did challenge the core-periphery model that perceives the Chamorros as passive recipients of core innovations.<sup>4</sup> On the contrary, they survived by “playing an active role in the historical development of their islands and on the history of the Pacific.”<sup>5</sup> In addition, this essay does not reiterate the Marianas’ alleged remoteness and isolation as a way to justify Jesuit permanency,<sup>6</sup> but emphasizes an ongoing interplay between the preexisting local conditions, and imported attitudes and morals, which were finally imposed onto the Chamorros. By bringing this local dimension to the fore, I adhere to a process of missionary “glocalization” which allowed Chamorros to enter the international community as members of Spain’s regional empire and the global communion of the Roman Catholic Church.<sup>7</sup>

In the last two decades or so, Atlantic history emerged as a cultural, geographic and historical paradigm that led scholars to focus primarily on transoceanic connections, empire-state building, and cultural difference.<sup>8</sup> By exploring the interactions and economic and cultural exchanges between the peoples of Western Europe, West Africa and the American territories, the Hispanic Pacific history would also benefit analyses of core-periphery

- 
- 3 ALKIRE (1977), CAMPBELL (1989) and ROGERS (1995) cit. in David ATIENZA DE FRUTOS, “Priests, Mayors and Indigenous Offices: Indigenous Agency and Adaptive Resistance in the Mariana Islands (1681–1758),” *Pacific Asia Inquiry*, Vol. 5, no. 1 (2014), pp. 31–48.
  - 4 Immanuel WALLERSTEIN, *The Modern World-System*, Vol. I, (“Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century”), New York, Academic Press, 1974.
  - 5 D. ATIENZA, art. cit., p. 31.
  - 6 As Clossey points out, “any vastness of space corresponded to a vastness of time, often to permanency” (Luke CLOSSEY, *Salvation and Globalisation in the Early Jesuit Mission*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, p. 104).
  - 7 Ines G. ŽUPANOV, *Disputed Mission: Jesuit Experiments and Brahmanical Knowledge in Seventeenth Century India*, New Delhi, Oxford University Press, 1999; Paolo ARANHA, “‘Glocal’ Conflicts: Missionary Controversies on the Coromandel Coast between the XVII and XVIII centuries” in Michela Catto, Guido Mongini, Silvia Mostaccio (eds.), *Evangelizzazione e globalizzazione. Le missioni gesuitiche nell’età moderna tra storia e storiografia*, Italy, Società editrice Dante Alighieri, 2010, pp. 79–83.
  - 8 Bernard BAILYN, *Atlantic History: Concept and Contours*, Harvard, Massachusetts, Harvard University Press, 2005; Bernard BAILYN and Patricia L. DENAULT, “Introduction: Reflections on Some Major Themes” in Bernard Bailyn and Patricia L. Denault (eds.), *Soundings in Atlantic History. Latent Structures and Intellectual Currents, 1500–1830*, Cambridge, Massachusetts – London, England, Harvard University Press, 2009, pp. 1–8; Jorge CAÑIZARES-ESGUERRA, *Puritan Conquistadors: Iberianising the Atlantic, 1550–1700*, Stanford, California, Stanford University Press, 2006; John H. ELLIOT, *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America, 1492–1830*, New Haven and London, Yale University Press, 2007; J. H. ELLIOT, *España, Europa y el mundo de ultramar (1500–1800)*, Madrid, Taurus, 2009, pp. 21–6. Fermín del Pino has pointed out that the “Atlantic reply” has constituted an alternative to the post-colonial current that highlights the “deculturation” of Christian imperialism (F. DEL PINO, “Imperios, utopías y márgenes socio-culturales (Josef de Acosta y las élites indianas)” in Javier Burricza, Alexandre Coello and Doris Moreno, *Jesuitas e imperios de ultramar (siglos XVI–XX)*, Madrid, Sílex, 2012.

relations in the Spanish imperial space as a result of the modern process of globalization.<sup>9</sup> As a result, a “Pacific world” of great diversity and territorial dispersion would equally allow us to transcend nationalistic, longitudinal and teleological structures and write a “horizontal,” trans-national (that is, comparative) and trans-imperial history on one of the most dynamic regions of the *Hispaniarum Rex*.<sup>10</sup>

The 1961 *The Jesuits in the Philippines (1581–1768)* of Jesuit Father Horacio de la Costa (1916–1977) continues to be the definitive study on the activities pursued by the Society of Jesus in the Philippines. Unfortunately, it contains few references to the missions in the Mariana Islands.<sup>11</sup> In the last fifty years or so, scholarly production of seventeenth century Christianization of the Marianas has mostly focused on the intertwined histories of colonial Church and the Crown, paying special attention to emerging hostilities, military involvement, and demographic decline to the definitive resettlement of the scarce Chamorro population from eight northern Mariana islands (known as Gani) to several “church-villages” of Guåhån in 1699. Historian Marjorie G. Driver (University of Guam & Micronesian Area Research Center) produced some of the most important monographs on the history of colonial administration of the Marianas. The first one, *El Palacio: The Spanish Palace in Agaña. A Chronology of Men and Events, 1668–1899*,<sup>12</sup> was published in 1984 as a political survey of Guåhån during 230 years of Spanish administration. In the second one, *Cross, Sword, and*

9 M. CATTO and Guido MONGINI, “Missioni e globalizzazioni: l’adattamento come identità della Compagnia di Gesù” in Michela Catto, Guido Mongini, Silvia Mostaccio (eds.), *Evangelizzazione e globalizzazione. Le missioni gesuitiche nell’età moderna tra storia e storiografia*, Italy, Società editrice Dante Alighieri, 2010, pp. 1–16; Charlotte DE CASTELNAU-L’ESTOILE and François REGOURD, *Connaissances et Pouvoirs. Les espaces impériaux (XVIIe–XVIIIe siècles) France, Espagne, Portugal*, Pessac, Presses Universitaires de Bordeaux, 2005, pp. 17–22.

10 B. BAILYN and P. L. DENAULT, op. cit., p. 2; Pierre-Antoine FABRE and Bernard VINCENT, *Notre lieu est le monde. Missions religieuses modernes*, Rome, École Française de Rome, 2007, pp. 1–2; John H. ELLIOT, “Las Américas y el mundo atlántico: vínculos y comparaciones,” IV Conferencia Acadèmica Anual Ernest Lluch, Feb. 11, 2010, Auditori de la Pedrera de Caixa de Catalunya.

11 Horacio DE LA COSTA SJ, *The Jesuits in the Philippines, 1581–1768*, Cambridge, Harvard University Press 1989 [1961]. His eighteenth century confreres, such as Juan José Delgado, SJ (1697–1755), and Pedro Murillo Velarde, SJ (1696–1753), had included ethnographic, historical, and ethno-botanical information data on the Mariana archipelago in their Philippines history treatises. At the end of the nineteenth century, Pablo Pastells, SJ (1846–1932), gathered 116 notebooks on general Philippine natural and social history—included in the *Colección Pastells*—which also contained information on the Mariana islands. Antonio ASTRAIN SJ, used these sources in his monumental *Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, Madrid, Razón y Fe, 1902–1925) (José ARCILLA SOLERO, SJ, “Los cronistas jesuitas de Filipinas” in Florentino Rodao (eds.), *España y el Pacífico*, Tomo II, Madrid, AECI – AEEP, 1989, pp. 377–96).

12 First published in 1984 by MARC – University of Guam, this text was reedited in 2004 by Marjorie G. DRIVER and Francis X. HEZEL SJ, *El Palacio: the Spanish Palace in Agaña, 1669–1898*, Mangilao, Guam, Richard F. Taitano & MARC.

*Silver. The Nascent Spanish Colony in the Mariana Islands*,<sup>13</sup> Driver analyzed the archipelago's dependence on the royal *situado* during the administration of Governor Damián de Esplana (1674–1694). Driver showed that although Manila and Acapulco constituted the two poles of the transpacific axis, the Marianas acted as a sort of technical stopover, which most corrupted governors, such as Esplana, used to obtain handsome profits from contraband. While the exploitation of the native population was fundamental to this lucrative business, the Jesuit's missionary efforts often conflicted with the Spanish governors' lucrative businesses.<sup>14</sup>

Jesuit historian Francis X. Hezel, also linked to the Micronesian Area Research Center, examined the evolution of Spanish colonization and missionisation of the Mariana Islands. In his first work, "From Conversion to Conquest: The Early Spanish Mission in the Marianas" (1982), Hezel rejected Laura Thompson's Manichean viewpoint of a perpetrated genocide against the Chamorro people through the intervention of brutal Spanish soldiers and rapacious governors of a Spanish Catholic regime.<sup>15</sup> Instead, the scourge of brought diseases and epidemics was more responsible for the dramatic Chamorro depopulation, according to Hezel, than did internecine warfare during the so-called "Spanish-Chamorro Wars" (1671–72; 1684; 1690). However, in managing the problems of conquest warfare in intercultural contexts, other scholars, such as Augusto V. de Viana (2004), have emphasized how native Filipino soldiers—and loyal Chamorros as well—proved to be essential allies of imperial expansion. Not only were they servants and assistants of the Spanish administration but also soldiers and officers of the mission.<sup>16</sup>

Recently the anthropologist David Atienza has questioned the lack of "authenticity" of the Chamorros as well as the "Spanish genocide" that took place during the "Spanish-Chamorro Wars", which led to a mixed Hispanized population. These ideas overshadow the capacity of Chamorros to exert

---

13 Marjorie G. DRIVER, *Cross, Sword, and Silver. The Nascent Spanish Colony in the Mariana Islands*, Mangilao, Guam, Micronesian Area Research Center & University of Guam, 1987.

14 Other historians have conducted studies on the different ships, Spanish or from other nations, which periodically arrived at the Marianas, providing interesting descriptions on the live and customs of the Chamorros. See especially Glynn BARRATT, *The Chamorros of the Mariana Islands. Early European Records, 1521–1721*, Saipan, Division of Historic Preservation & MARC, 2003.

15 Laura THOMPSON, *The Native Culture of the Marianas Islands*, Honolulu, Hawai'i, Bernice P. Bishop Museum, 1945, p. 20.

16 Augusto V. DE VIANA, "Filipino natives in seventeenth century Marianas: Their role in the Establishment of the Spanish mission in the islands," *Micronesian Journal of the Humanities and Social Sciences*, Vol. 3, no. 1–2, 2004a, pp. 19–26; *Idem*, *In the Far Islands: The Role of Natives from the Philippines in the Conquest, Colonization, and Repopulation of the Mariana Islands, 1668–1903*, Manila, University of Santo Tomas Press, 2004b.

an effective agency and to manipulate the message that the Jesuit missionaries brought to them, providing for the continuity of the Chamorro cultural experience.<sup>17</sup> Historians and anthropologists Vicente M. Diaz and Anne P. Hattori have also criticized this and other canonical visions of the past, such as Robert F. Rogers' *Destiny's Landfall* (1995), that deny the Chamorros' agency in the (re)construction of their own history.<sup>18</sup> Colonialism is an ambivalent and fluid process that involves appropriation, cultural borrowing and effective resistance on the part of the colonised.<sup>19</sup> As a result, Chamorros' cultural patterns not only survived after the arrival of Spanish colonizers: they were integrated, adapted or reinterpreted to the new Christian symbols and codes as a way to preserve their own customs and traditions in a wholly Chamorro syncretism.<sup>20</sup>

The present work contributes to understanding the role of the Jesuits' global mission and the origins of global modernity in Iberian colonial empires from the sixteenth to the eighteenth centuries.<sup>21</sup> One of the primary tasks in writing about the global consciousness of the Jesuit's enterprise is determining the geographic limits of the territories of Spanish Asia that were part of the Viceroyalty of New Spain.<sup>22</sup> If the Captaincy General of the Philip-

- 
- 17 D. ATIENZA, "The Mariana Islands Militia and the Establishment of the 'Pueblos de Indios,'" 2<sup>nd</sup> Marianas History Conference, Mangilao, Guam, University of Guam, 2013, p. 2.
- 18 See Anne P. HATTORI's review of Robert F. Rogers, *Destiny's Landfall*, in *Contemporary Pacific*, Vol. 9, no. 1, 1997, pp. 275–7; Vicente M. DIAZ's review in *ISLA: A Journal of Micronesian Studies*, Vol. 4, no. 1, 1996, pp. 179–99.
- 19 V. M. DIAZ, *Repositioning the Missionary: Rewriting the Histories of Colonialism, Native Catholicism, and Indigeneity in Guam*, Honolulu, Hawai'i, University of Hawai'i Press, 2010, p. 8.
- 20 Vicente M. DIAZ, "Pious Sites: Chamorro Culture Between Spanish Catholicism and American Liberal Individualism" in Amy Kaplan and Donald E. Pease (eds.), *Cultures of United States Imperialism*, Durham, Duke University Press, 1993; V. DIAZ, "Grounding Flux in Guam's Cultural History" in Emma Greenwood, Klaus Neumann and Andrew Sartori, *Work in Flux*, Parkville, University of Melbourne History Department, 1995, pp. 159–71; V. DIAZ, op. cit. See also David ATIENZA DE FRUTOS and Alexandre COELLO DE LA ROSA, "Death rituals and Identity in Contemporary Guam (Mariana Islands)," *The Journal of Pacific History*, Vol. 47, no. 4, 2012, pp. 459–73.
- 21 On the origins of modernity in the Catholic world, see Louis CHÂTELLIER, "Conclusions" in P. A. FABRE and B. VINCENT, op. cit., pp. 381–7.
- 22 Miguel LUQUE TALAVÁN and Marta M. MANCHADO LÓPEZ (coord.), *Un océano de intercambios: Hispanoasia (1521–1898). Un homenaje al profesor Leoncio Cabrero Fernández*, Tomo I, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2008, pp. 13–5. The importance that the Mexican Pacific coast, with its center in Acapulco, had in the economic system of Spanish Asia is unquestionable. A regular route was traversed since 1593 by two galleons which brought 300 tons of eastern merchandise in exchange for 500,000 silver *pesos fuertes*. This rate was changed in 1702, with 300,000 pesos worth of eastern products delivered in exchange for 600,000 silver pesos. In 1734 it changed again, 500,000 pesos worth of merchandise from Manila for an allowance of up to one million silver pesos from Acapulco (William Lytle SCHURTZ, *El Galeón de Manila*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1992 [1939]). See also Carmen YUSTE, "El Galeón transpacífico. Redes mercantiles alrededor de especias, textiles y plata" in *Un océano de intercambios: Hispanoasia (1521–1898)*. Vol. I, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2008, pp. 202–5.

pires were at the rearguard of what was for a time known as the “Spanish lake” (1513–1607),<sup>23</sup> the Marianas appear as marginal spaces, a transit point between New Spain and Manila that some French intellectuals would have no qualms about referring to as a “non-place.”<sup>24</sup>

Recent scholarship, particularly by Charlotte de Castelneau-L’Estoile, Marie-Lucie Copete, Aliocha Maldavsky, Ines G. Županov and Guillermo Wilde, has paved the way for analyzing the early modern missions not merely as the key in the frontier system of territorial occupation,<sup>25</sup> but as a link in a chain of circulation of (missionary) knowledge.<sup>26</sup> The Jesuit missionary vocation cannot be reduced to a simple moving to distant places (“the Indies”), but it was a pastoral strategy that allowed the missionaries, as active agents of global religion, to spread their apostolic strategies all over the world.<sup>27</sup> My own studies on the Marianas open up several inter-related questions: first, what role did the Spanish-Asian Empire play in the design of missionary projects in Rome? Second, what role did the missionaries play in a period of intensified global interconnections between early modern Europe, America and Asia? Third, how did missionaries collaborate with governors, military commanders and soldiers in the project of empire-building in the Marianas? Fourth, how did Chamorro people resist the onslaught of Western colonialism and death? And last but not least, how did they benefit from cross-cultural exchanges and ethnic mixing with many oceanic foreigners, including the Spanish soldiers and Jesuit missionaries?

---

23 William L. SCHURTZ, “The Spanish Lake,” *Hispanic American Historical Review*, Vol. 2, 1922, pp. 181–94; O. H. K. SPATE, *The Spanish Lake*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1979. See also Salvador BERNABÉU ALBERT, *El Pacífico Ilustrado: del lago español a las grandes expediciones*, Madrid, Colección Mapfre, 1992; Carlos MARTÍNEZ SHAW, “La exploración española del Pacífico en los tiempos modernos” in M.ª Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso Álvarez (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico*, Vol. I, (“La formación de una colonia: Filipinas”), Madrid, CSIC & AEEP, 2001, pp. 7–17.

24 Michel DE CERTEAU, *L’invention du quotidien. I. Arts de faire*, Paris, Gallimard, 1992, pp. 186–7; Marc AUGÉ, *Non-Lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil, 1992.

25 María Fernanda GARCÍA DE LOS ARCOS, “¿Avanzada o periferia? Una visión diacrónica de la situación fronteriza de Filipinas” in Marta María MANCHADO LÓPEZ and Miguel LUQUE TALAVÁN (eds.), *Fronteras del mundo hispánico: Filipinas en el contexto de las regiones liminares novohispanas*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2011, pp. 47–69; Antonio GARCÍA-ABASOLO, “Filipinas. Una frontera más allá de la frontera” in Marta María Manchado López and Miguel Luque Talaván (eds.), *Fronteras del mundo hispánico: Filipinas en el contexto de las regiones liminares novohispanas*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2011, pp. 71–88.

26 Charlotte DE CASTELNAU-L’ESTOILE et al. (eds.), *Missions d’Évangélisation et Circulation des Savoirs, XVIIe–XVIIIe siècle*, Madrid, Casa de Velázquez, 2011, pp. 1–22; Guillermo WILDE, *Saberes de la conversión. Prácticas jesuíticas y escrituras de la alteridad en los confines coloniales*, Buenos Aires, Editorial SB, 2012, pp. 15–27.

27 P. FABRE and B. VINCENT, op. cit., pp. 1–2.



## The arrival of the Jesuits to the Philippines

By the middle of the sixteenth century, the Spanish Crown had established an overseas empire of colossal dimensions. Throughout the sixteenth and seventeenth centuries, the idea of the Christian mission became synonymous with the expansion of European science and “civilization.”<sup>28</sup> The mission was “a frontier institution that sought to incorporate indigenous people into the Spanish colonial empire, its Catholic religion, and certain aspects of its Hispanic culture through the formal establishment or recognition of sedentary Indian communities entrusted to the tutelage of missionaries under the protection and control of the Spanish state.” This “joint institution of indigenous communities and the Spanish church and state” was developed to stop or at the very least decrease the power of “enterprising civilians and soldiers” on the expanding frontier, which too often resulted in the abuse of the natives and “a heightening of antagonism.”<sup>29</sup>

In the context of creating new imperial spaces,<sup>30</sup> the Society of Jesus, the first religious organization with a global character, became the protagonist in the cultural and religious assimilation of the Iberian Eastern realms—both Spanish and Portuguese.<sup>31</sup> The few Jesuits that arrived at the Philippines in 1581 via New Spain—and eventually to the Marianas—became agents of transformation *vis-à-vis* the cultures that they came into contact with. Schools or *colegios* were the Jesuit starting point; from them the members of the Society organized their so-called “flying missions,” which were soon followed by the “long missions” that superiors sent to the groups of infidels across the Philippine territory.<sup>32</sup> To attend to these multiple open fronts, Jesuit General Claudio Aquaviva (1581–1615) sent twenty-five priests to the Philippines under the auspices of Phillip II, who, at that time, promulgated a Royal Decree that divided the missions territory of those *finis terrae*

28 Adriano PROSPERI, “L’Europa cristiana e il mondo: alle origini dell’idea di missione,” *Dimensioni e problema della ricerca storica*, Vol. no. 2, 1992, pp. 189–92; J. P. RUBIÉS, art. cit., p. 267.

29 Robert E. WRIGHT, OMI, “Spanish Missions,” *Handbook of Texas Online*. Texas State Historical Association [Accessed on 15/03/2012]. Available from <http://www.tshaonline.org/handbook/online/articles/its02>.

30 My understanding of “empire” has much to do with “webs of trade, knowledge, migration, military power, and political intervention that allowed certain communities to assert their influence and sovereignty over other groups” (Tony BALLANTINE and Antoinette BURTON, “Introduction: Bodies, Empires, and World Histories” in Tony Ballantine and Antoinette Burton (eds.), *Bodies in Contact. Rethinking Colonial Encounters in World History*, Durham and London, Duke University Press, 2005, p. 3).

31 L. CLOSSEY, op. cit., pp. 1–19.

32 For an analysis of the different mission “types,” see Aliocha MALDAVSKY, *Vocaciones inciertas. Misión y misioneros en la provincia jesuita del Perú de los siglos XVI y XVII*, Sevilla and Lima, Consejo Superior de Investigaciones Científicas and Instituto Francés de Estudios Andinos and Universidad Antonio Ruiz de Montoya, 2012, pp. 71–124.

into four areas of influence: Pampanga and Ilocos were to be ministered by the Augustine order; Camarines and Tayabas, by the Franciscans; the Visayan Islands by both the Augustine and Jesuit orders; while Dominicans were in charge of the evangelization of the Chinese population in the Manila Parian and the provinces of Pangasinán and Cagayán.<sup>33</sup> The lion's share went to the Franciscans and Augustines, while the Jesuits received the poorest and least populated areas.<sup>34</sup>

### **The Marianas' as part of the Jesuits' universal Christian project**

In the Philippines and elsewhere in the Spanish empire, the care and control of the population—in Aristotelian terms, the “matters of police”—were built upon the subjection of the native populations to their parishes from a new global perspective in Christianity. The Jesuits, like the rest of the clergy, did not only act as ministers of God, but as political and economic administrators of the missions in their care. In theory, their objectives were pervasively efficacious: natives were evangelized, thus transforming the identity of the Asiatic peoples through missionary action. But in practice, Jesuit identity was also deeply transformed by processes of indigenous resistance, borrowing, appropriation, and accommodation over the course of years.<sup>35</sup>

To evaluate the limits of the “cultural dialogue” established between moral universalism, on the one hand, and local natural and cultural diversity, on the other, it is necessary to look at case-studies that reveal the missionaries' objectives and the results that they obtained.<sup>36</sup> Specifically, this essay analyzes the Mariana Islands during the missionizing of the Society of Jesus

33 On 1605, not long after the first Chinese rebellion (1603), fourteen Augustine friars arrived in Manila, soon after followed by the Brothers Hospitallers of San Juan de Dios, although the latter did not undertake missionary tasks (M.<sup>a</sup> Fernanda GARCÍA DE LOS ARCOS, *Estado y clero en las Filipinas del siglo XVIII*, Mexico, Universidad Autónoma Metropolitana/Iztapalapa, 1988, pp. 50–1).

34 John Leddy PHELAN, *The Hispanization of the Philippines. Spanish Aims and Filipino Responses, 1565–1700*, Madison, Milwaukee and London, University of Wisconsin Press, 1967 [1959], pp. 49–50; Lucio GUTIÉRREZ, *Historia de la iglesia en Filipinas*, Madrid, Fundación Mapfre América, 1992, pp. 71–3 and 204; *Idem*, “The Formative Years of the Archdiocese of Manila (1565–1850),” *Philippiniana Sacra*, XLVI, no. 137, 2011, p. 471.

35 “Accommodation” can be defined as a specific character of the Society of Jesus, namely, a process of flexibility that allowed the Jesuits to accept all that could be acceptable from various cultures (M. CATTO and G. MONGINI, op. cit., cit. pp. 1–16). On the evangelizing strategies of Italian Jesuits Alessandro Valignano (1539–1606), Michele Ruggieri (1543–1607) and Mateo Ricci (1552–1610) in China (Nicolas STANDAERT, SJ, “Jesuit Corporate Culture as Shaped by the Chinese” in John W. O'Malley, SJ, et al., *The Jesuits. Cultures, Sciences, and the Arts, 1540–1773*, Vol. I, Toronto and Buffalo and London, University of Toronto Press, 2000 [1999], pp. 352–63).

36 J.-P. RUBIÉS, “The Concept of Cultural Dialogue and the Jesuit Method of Accommodation: Between Idolatry and Civilization”, *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Vol. LXXIV, no. 147, 2005, p. 242.

(1668–1769) as a continuum of cultural encounters—a “contact zone,” in the words of Marie Louis Pratt—where different power-holders enjoyed great local autonomy, establishing asymmetrical relations of domination and subordination.<sup>37</sup> From the very beginning, the conquest and colonization of the islands was not a very profitable enterprise. Initially they did not depend on the Philippines, but on the Viceroyalty of the New Spain. The lack of precious metals would have justified their abandonment, especially in comparison with the opulence of the American continent. The island’s topography was broken by “ravines and gullies” and its coasts were of difficult access for the galleons of the Acapulco route.<sup>38</sup> But despite these inconveniences, the Jesuits wanted to go. They were clearly not guided by a desire for profit or adventure, but by a manifest aspiration to their own salvation in some scattered islands of the Pacific, which had been barely evangelized. It was in the very act of preaching the gospel to distant souls living in a cluster of islands in the Pacific’s vastness that the Jesuit missionaries worked out their concern for the souls least distant, their own.<sup>39</sup> This powerful motive, pointed out by Pierre Chaunu,<sup>40</sup> questions the opinion of those scholars like Cynthia Ross who recently referred to the Jesuits as simple agents of the Spanish colonial empire.<sup>41</sup>

In this essay I want to deconstruct the belief that the Marianas constituted a *res nullius* under Spanish sovereignty. If in the seventeenth century

---

37 Unlike the Eurocentric perspective of “colonial frontiers,” the notion of “contact zone” is “an attempt to invoke the spatial and temporal co-presence of subjects previously separated by geographic and historical disjunctions, and whose trajectories now intersect” (M. L. PRATT, *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, London and New York, Routledge, 1997 [1992], pp. 6–7). See also J. H. ELLIOT, *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America, 1492–1830*, New Haven and London, Yale University Press, 2007.

38 “Informe del padre Luis Pimentel, Provincial de las islas Filipinas de la Compañía de Jesús de las conveniencias e inconveniencias que puede tener la reducción a nuestra Santa Fe Católica de las islas que llaman de Ladrones” (ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU [ARSI]. “Puntos para la Carta Anua de Marianas. Año de 1709,” *Philipp.*, 14, Supplementum ad Historiam, 1584–1750, fs. 64r–68r).

39 L. CLOSSEY, op. cit. p. 134. This can be perfectly appreciated in the *litterae indipetarum* (“indipetae”) of the Fondo Gesuitico housed in the *Archivio della Curia* in Rome. Many Jesuits, especially Germans and Italians, asked the Society’s General to send them as missionaries to the East Indies, particularly to the Philippine and Mariana Islands. Apostolic zeal and abnegation were upheld as the worthiest of virtues by these men of the cloth who hoped to become martyrs and attain sanctity. For a recent study of the *indipetae* sent from the Rhineland and upper Germany, see Christoph NEBGEN, *Missionarsberufungen nach Übersee in drei deutschen Provinzen der Gesellschaft Jesu im 17 und 18. Jahrhundert*, Regensburg, Schnell & Steiner, 2007.

40 Pierre CHAUNU, *Les Philippines et le Pacifique des ibériques: XVIIe, XVIIIe, XVIIIe siècles*, Paris, SEVPEN, 1960.

41 Cynthia Ross WIECKO, “Jesuit Missionaries as Agents of Empire: The Spanish-Chamorro War and Ecological Effects of Conversion on Guam, 1668–1769,” *World History Connected*, Vol. 10, no. 3 [Accessed on 02/2010]. Available from [http://worldhistoryconnected.press.illinois.edu/10.3/forum\\_wiecko.html](http://worldhistoryconnected.press.illinois.edu/10.3/forum_wiecko.html)

the islands represented a significant space for what Manfred Kossok termed a “missionary frontier,”<sup>42</sup> in the eighteenth century the Bourbon monarchy contemplated Guåhån as a possession of great strategic value—“a useful landfall,” in Rogers’ words—in the Manila-Acapulco galleon route, placing it within a global framework of colonial expansion and overgrowth.<sup>43</sup> There is no doubt that the Philippines were in the periphery of the Spanish Empire since the sixteenth century, but in relation to the islands to the southern islands of Mindanao, Sulu, Mindoro, and Micronesia, especially, the Caroline Islands, the Marianas and Palau, the Philippines constituted the political, economic and intellectual center of Spanish Asia.<sup>44</sup> Madrid was far, and Manila, in the island of Luzon, became the capital of the Spanish Asiatic Empire for two fundamental reasons. The first had to do with the “internal frontiers” established in Luzon itself, where the Spanish separated the subject Malays from those yet unconquered peoples; and the second, with the “external frontiers” situated at the south, where the Muslims of Mindanao, Sulu and Northern Borneo—Muslim Malays, Chamorros, Negritos, etc.—obstinately resisted the presence of Catholic missionaries.<sup>45</sup>



1 Map of Mariana Islands by Scherer.

42 Manfred Kossok, *La colonització espanyola d'Amèrica. Estudis comparatius*, Barcelona, Avenç & Societat Catalana d'Estudis Històrics, 1991, p. 34.

43 R. F. ROGERS, *Destiny's Landfall: A History of Guam*, Honolulu, University of Hawai'i Press, 1995, p. 1.

44 For a perspective that shows the Spanish Empire as less rigid and centralized, see C. DE CASTELNAU-L'ESTOILE and F. REGOURD, *op. cit.*, p. 19.

45 M. F. GARCÍA DE LOS ARCOS, *op. cit.*, 1988, pp. 16–7; *Idem*, *op. cit.*, 2011, pp. 57–8.

However, I do not simply privilege the actions of geopolitics and colonial forces as central factors in Guåhån's history, but instead I emphasize cosmopolitanism and circulation of ideas and knowledge as a reciprocal relation between European, American, Asian and Oceanic people. Upon analyzing the rise and fall of the Jesuit evangelization of the Marianas, I pay much attention to the contradictions and slips of moral universalism, putting the archipelago into the wider picture of the Philippines' politics. In doing so, I have benefited from Rodrigue Lévesque's series *History of Micronesia*, which covered in encyclopedic detail a time period from the sixteenth to the eighteenth century in the diverse islands of the Pacific.<sup>46</sup> The series transcribed a selection of documents from the principal archives and libraries of Europe and the Americas, and it constituted an invaluable source for researchers of the Marianas, including relations, royal decrees, reports, maps, as well as the so-called Annual Letters, written by the provincial superiors and including reports on the activities developed by each Jesuit during the previous year. Most of these letters, written in Latin or in the vernacular, are vital chronicles of events from which historians can retrieve demographic, economic and religious information from the missions administered by the Society of Jesus in the Micronesia.

This work is framed within the process of historiographical renovation of the scholarship on the early modern Christian missions in the Pacific, studying the complexities of Jesuit missionisation in the Micronesian islands of Guåhån and the Marianas. On the one hand, it grounds the analysis in the transoceanic relationship of the archipelago and the Viceroyalty of New Spain, which included the Philippines. And on the other hand, it shows native agency in resisting and adapting to impositions from the missionaries, thereby constructing new identities. While canonical historiography has generally accepted narratives of utter conquest and successful evangelization of the Marianas, dating from the arrival in 1668 of the Jesuit founder of the Spanish mission, Diego Luis de San Vitores, I adopt a theoretical position, well expressed by historians Charlotte de Castelnaud-L'Estoile, Marie-Lucie Copete, Aliocha Maldavsky, Luke Clossey and Ines G. Županov, who sees the Society of Jesus as a vanguard in a context of production and dissemination of missionary knowledge on a global scale.<sup>47</sup> Rather than a

---

46 Rodrigue LÉVESQUE, *History of Micronesia. A Collection of Source Documents*, Vol. 1, Québec, Canada, Lévesque Publications, 1992.

47 C. DE CASTELNAU-L'ESTOILE et al., op. cit.; L. CLOSSEY, op. cit.; J. Gabriel MARTÍNEZ-SERNA, "Procurators and the Making of the Jesuits' Atlantic Network" in Bernard Bailyn and Patricia L. Denault (eds.), *Soundings in Atlantic History. Latent Structures and Intellectual Currents, 1500-1830*, London, England, Harvard University Press, 2009, p. 189.

need for protection, there was a need to accumulate information to facilitate the evangelization process on the rest of the Pacific through an extensive network of agents and collaborators.

### **Colonization and sanctity: the blood of martyrs**

In this section I want to discuss the conquest and colonization of the Mariana Islands as an example of imperial history through dispossession. Not only did it reduce the islands to a stage of evangelization and warfare but it also constructed the Spanish frontier—geopolitical, territorial, and religious—in the Western Pacific. First I want to bring critically to the fore the Roman Catholic Church’s discourses about martyrdom as a historical displacement of aggression from Europeans, onto the Chamorros, who were categorized as hostile and personified violence. During the initial evangelization phase (1668–1676), Jesuit Fathers Diego Luis de San Vitores, Luis de Medina and Sebastian de Monroy, SJ, became “illustrious heroes” of the Catholic reform, who died at the hands of Matã’pang, Hirao, Aguarin and other “indomitable barbarians” defending the faith. As the utmost culmination of the Jesuit missionary experience, martyrdom transformed those islands not only into a land of frontier and a seedbed of martyrs, but into central reference points, places where missionaries had spilled their blood. Heroes are not defined by their deeds as much as by the legends built around them. The letters and biographies of “heroic” martyred missionaries constitute narratives that were meant to enthuse and edify the faithful, moving them to support the Jesuits’ work and their elevation in the Church’s consideration. They all manifest a self-perception of a “Jesuit Us” that confronts the “Pagan Other” in a liminal, frontier territory.

The natives were constructed as enemies the moment the land was consecrated as Christian territory that had to be protected. The Jesuits’ reports leave no doubt about this. The natives were barbarians who attacked, wounded, and mutilated the missionaries and their assistants, throwing them to the sea after martyring them, in a symbolic act of expelling them from the islands.<sup>48</sup> The systematic destruction of Jesuit schools, residences and churches; the desecration and damage done to the statues and sacred objects used for worship; the profanation of the consecrated host; and the parodies and mockery of Catholic rituals and beliefs were considered manifestations

---

48 Such was the case with Fr. Francisco Ezquerro and his five murdered companions, as related by the sixth surviving auxiliary (Luis de MORALES and Charles LE GOBIEN, SJ, *Historia de las islas Marianas*, Alexandre Coello (ed.), Madrid, Polifemo, 2013, pp. 213–5).

of Satan's hatred of Christ earthly representatives. Having embraced the sacred mission of bearing witness to God, they suffered their martyrdom as apostles of Christ with acceptance, knowing that the "tragedy of blood" could not be excluded as a possibility.

Amidst the discourses and policies of Catholic reformation, martyrdom was linked to the exaltation of liberty and the existence of one unique and indivisible faith, a complete and integral faith which a true believer could give his life for. Imitating the "king of martyrs" implied not only spreading His word, but also accepting the persecution and the sacrifice that this could bring.<sup>49</sup> The harder the torments inflicted upon them, the more deserving they were of entering the category of martyr. Death at the pulpit, while in prison, or in the service of the Church constituted various ways of heroically opposing the apostates or enemies of the faith. At the same time, these torments added merits for their redemption in the afterlife.<sup>50</sup>

In the Marianas' martyr letters, the Jesuit authors constructed dramatic or theatrical representations of their deceased confreres as soldiers of Christ who had fought strenuously to turn the Marianas into a "nursery of spiritual flowers." It is not licit for a missionary father or brother to flee his persecutors or death. After all, he is embarked upon a search for perfection through martyrdom and the voluntary acceptance of torments as the straightest way to God. In their minds, they surely recalled Jesus' Sermon on the Mount, when he told his disciples "Then said Jesus unto his disciples, If any man will come after me, let him deny himself, and take up his cross, and follow me. For whosoever will save his life shall lose it: and whosoever will lose his life for my sake shall find it."<sup>51</sup> This was interpreted as a clear call for martyrdom, for Christians' display of heroism and courage in the face of danger, and their resignation to what their acceptance and embrace of Christianity could bring. Moreover, according to St. Matthew (10:32; 39), martyrdom conferred automatic salvation.<sup>52</sup>

49 L. GREGORY, op. cit., pp. 276–87; Antonio RUBIAL GARCÍA, "A imagen y semejanza". La Nouvelle-Espagne dans le miroir apostolique, biblique et paléochrétien" in Nejma Kermele and Bernard Lavallé (eds.), *L'Amérique en projet. Utopies, controverses et réformes dans l'empire espagnol (XVIe–XVIIIe siècle)*, Paris, L'Harmattan, 2008, p. 76.

50 For an analysis of martyrdom as a type of suicide to accede to salvation, see Ramón TEJA, "Mortis Amor: la muerte voluntaria o la provocación del martirio entre los primeros cristianos (siglos II–IV)" in Francisco Marco Simón, Francisco Pina Polo and José Remesal Rodríguez (eds.), *Formae Mortis: el tránsito de la vida a la muerte en las sociedades antiguas*, Barcelona, Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2009, p. 135; Antonio RUBIAL GARCÍA, *La justicia de Dios. La violencia física y simbólica de los santos en la historia del cristianismo*, Mexico, Trama Editorial, 2011, pp. 173–205.

51 MATTHEW 16: 24–26.

52 Renato CYMBALISTA, "Relíquias sagradas e a construção do território cristão na idade moderna," *Anais do Museu Paulista*, 14, 2006, p. 32.



The theatrical discourse is faithfully represented in the iconography which depicts the martyrdoms or martyrologies of Jesuits like Luis de Medina, San Vitores, or Sebastián de Monroy, some of the first Marianas martyrs.<sup>53</sup> Undoubtedly, their blood constituted a fundamental element in the galvanization of the future Mariana society, a counter-reformist society that would cannibalize its own dead through a cult to its martyrs. Their relics became precious treasures that circled among confreres as cherished symbols of their sacrifice for the faith.<sup>54</sup>



2 Martyrdom of Diego Luis de San Vitores.



3 Martyrdom of Sebastián de Monroy.

53 Edifying letters, written by a Jesuit confrere soon after the martyrdom of a companion, are the perfect examples of the “theatrical discourse” that characterized the Jesuit correspondence (I. G. ŽUPANOV, op. cit.). On May 14, 1671, Fr. Diego Luis de San Vitores wrote on the exemplary life of Fr. Luis de Medina who had just become the Marianas’ protomartyr (Real Academia de la Historia [RAH], *Fondos Cortes*, 567, 9-2676/13, fls. 1r–7v).

54 A. COELLO DE LA ROSA, “Colonización y santidad en las islas Marianas: la sangre de los mártires (1668–1676),” *Hispania Sacra*, Vol. LXIII, no. 128, 2011, pp. 707–45.



Secondly I want to emphasize the discursive transformation of the Marianas into a theatrical performance of violence (1676–1699) where Spanish forces confronted not only with Chamorros but also among themselves.<sup>55</sup> However, Jesuit hagiographers often downplayed mutinies of ordinary soldiers and their capacity to put at risk the missionary project from within, and instead they emphasized the violent nature of the native Chamorros. Thus, while they were defined as implacable warriors (*ethos guerrero*) induced by the devil, the Jesuit priests and their auxiliaries appeared as victims of the treason and vengeance of their recently converted “children” (*ethos martirial*). Jesuit hagiographers elevated martyrs to the category of spiritual heroes who died in a cosmic struggle between good and evil, transforming their feats into strong elements of cohesion and identity for missionaries destined in the archipelago. But superiors also wrote reports, memorials and “edifying letters” in which they praised the behavior of the “military heroes” of colonization. These included Don José de Quiroga y Losada, captain and sergeant major of the presidio, and the “faithful Chamorro” Don Ignacio de Hineti, *sargento de indios* and “good Christian” who led military expeditions to correct the “anomaly” of Chamorro resistance.

By the end of the seventeenth century, Spanish *reducción* policies consisted of forced removal of all Chamorro natives from the Northern Mariana Islands of Gani first to Saipan in 1698, and later on to Guam and Rota. Therefore, military incursions should not be seen merely as strategies of defense *vis-à-vis* the Mariana natives’ aggressions, but as indispensable activities in the construction of spatial boundaries in the Marianas.<sup>56</sup> After the so-called Second Spanish-Chamorro War (1683–86), the Jesuit missionaries assumed the political and religious leadership of the islands, becoming the founders of a “missionary state” in which martyrs were permanent moral referents for years to come.<sup>57</sup> According to this, martyrs acted as permanent symbols<sup>58</sup> of an “ideal social body” in which the Chamorros, conveniently grouped in the so-called *reducciones* (resettlements), became subjects of the Spanish king.

---

55 Stephanie MAWSON, “Rebellion and Mutiny in the Mariana Islands, 1680–1690,” *The Journal of Pacific History*, Vol. 50, no. 2, 2015, pp. 128–48.

56 Christophe GIUDICELLI, “Pacificación y construcción discursiva de la frontera. El poder instituyente de la guerra en los confines del Imperio (siglos XVI–XVII),” in Bernard Lavallé (ed.), *Máscaras, tretas y rodeos del discurso colonial en los Andes*, Lima, IFEA & PUCP, 2005, p. 169.

57 A. COELLO DE LA ROSA, “Colonización y santidad en las islas Marianas: los soldados de Gedeón (1676–1690),” *Hispania*, Vol. LXX, no. 234, 2010b, pp. 17–44.

58 Guillermo WILDE argues that this “mission ethnogenesis” is characterized by four elements: a) concentration of the natives in villages; b) segregation of their residences; c) formation of a political, economic and military regime; d) imposition of a (Western) rational regime of time and space (“Actores indígenas, simbolismo del poder y formas nativas de especialidad en las misiones de frontera.” *XIII Missoes jesuíticas. Jornadas Internacionais. Fronteiras e identidades: povos indígenas e missoes religiosas*, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, Aug. 31, 2010).

## From the Marianas' Crisis to Salvationist Utopia

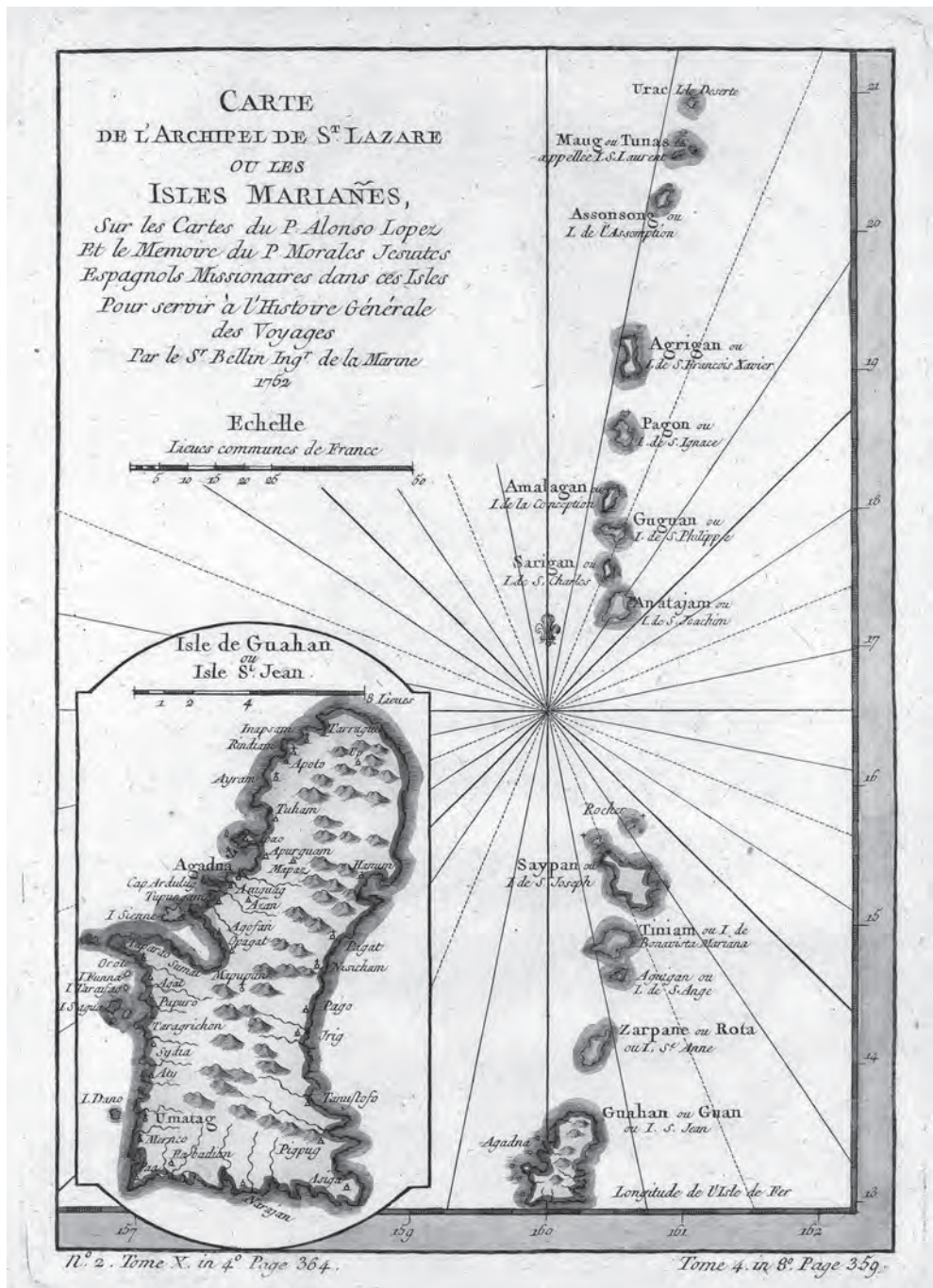
In this section I explore the crisis of the Marianas in the context of the discovery of the new spiritual frontiers in the Philippines and Micronesia. At the turn of the eighteenth century the Philippine governors began to consider the Mariana Islands as a cumbersome and expensive burden. Since the arrival of the first Jesuit missionaries in Guam in 1668, its perceived isolation in relation to Manila, its poverty, and its lack of mineral resources meant that the Marianas had to be subsidized by the Empire. The Acapulco galleons had to stop regularly in the archipelago with the royal *situado*, the subsidy funds from the Viceregal Treasury of Mexico. Some merchants and many among the Manila authorities argued that this practice had a detrimental impact on the regular traffic of the Acapulco trade route, and went as far as “recommending” that the galleons go on their way and leave the Marianas’ Chamorros to their own devices. This was the view of Governor Diego de Salcedo (1663–1668), who, according to Fr. Luis de Morales, “had secretly ordered the captains of the ships that went from New Spain to the Philippines not to touch the island of Guãhån [Guam], so that the missionaries in them, left without assistance and at the mercy of the barbarians, die or are forced to abandon the islands.”<sup>59</sup>

While some interim governors, such as Don Francisco de Medrano y Asiaín (1700–1704) and Don Manuel de Argüelles y Valdés (1725–30) recommended its dismantlement in the face of their limited lucrativeness, intellectuals and political philosophers such as Francisco de Seijas y Lobera (1650–1705), refused to abandon the archipelago’s believers, arguing for their repopulation via the optimization of commerce with the Philippine Islands and New Spain. For Father Lorenzo Bustillo, acting commissary of the Holy Office, Spanish sovereignty over the Marianas went beyond economic concerns, for protecting the Christian (Catholic) mission there was a moral imperative.<sup>60</sup> As a result, Philip V (1700–46) could not simply abandon the Chamorros (and the natives of the other adjacent islands) to their fate, forfeiting the duties of evangelization contracted by his predecessors in virtue of the Spanish *Regio Patronato*. Moreover, the Crown was also concerned about their material well-being, so that it ordered the annual dispatch of a *patache* from Cavite to the Marianas with supplies and provisions, all of which was paid for by the Philippine government.<sup>61</sup>

59 L. de MORALES and C. LE GOBIEN, SJ, op. cit., pp. 208–9.

60 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN [AGN], *Inquisición*, 543, Ex 49, fl. 435.

61 R. LÉVESQUE, op. cit., Vol. 8, p. 420.



4 Map of Guam by Jesuit Father Alonso López (1672).

In this context, new social categories (*'mestizu'*, *castizos*, and *criollos*) began to emerge as a result of mixing indigenous Chamorro with foreigners. The not uncommon situation of bigamy among Spanish men has to be understood as a reflection of the transoceanic movements or migratory flows of the archipelago. Bigamy was a consequence of the type of cross-cultural sexual relations and displacements that characterized the late seventeenth and the mid-eighteenth centuries, and the Marianas were not characterized by a static social order, but by a dynamic, mobile and open society. Jesuit commissars incited inquisitorial processes against these Spanish bigamists, mostly soldiers, who were posted to presidio of the island of Guåhån. The accused constituted a sample of the heterogeneity and diversity contained in the notion of Spanishness. Moreover, they reveal how subjects in the Empire, without questioning the operating legal and normative principles, would adapt them to their vital needs, providing an image of familial relations in the frontier spaces of the Spanish Empire that is much more dynamic and fluid than is usually acknowledged.<sup>62</sup>

Finally, I focus upon the diverse expeditions to Palau and the Caroline Islands and their appearance in the Jesuit imaginary as real spaces where they could implement an ideal society governed by justice and geared towards collective well-being, following the principles of Christian universality, and distinctly opposed to, and free of, the arbitrariness and immorality of the “bad government” of the Marianas. As is well-known, the eighteenth century was the utopian century. The Caroline archipelago represented for the Jesuits the nostalgia of the Lost Paradise where they could “concrete” the Christian-humanist utopias of Thomas More and Tommaso Campanella. These “abstract utopias”—as explained by Ernst Bloch—sought the recovery of the original purity of primitive Christianity in a virgin landscape free of the violence, corruption and greed, where the expansion of Catholicism truly responded to the moral duty of the Spanish Crown overseas.<sup>63</sup> Even though many historians have pointed out the strategic importance of the Marianas islands for the Spanish administration,<sup>64</sup> it was not until the

62 Alexandre COELLO DE LA ROSA, “*Bígamos transoceánicos: reconciliación de abuso y pervasión de la 'santidad' del matrimonio en las Islas Marianas, siglo XVIII,*” *Colonial Latin American Historical Review (CLAHR)*, Vol. 16, no. 2, 2007, pp. 117–56.

63 Cited in Salvador BERNABÉU ALBERT, “Las utopías y el reformismo borbónico” in Agustín GUIMERÁ (ed.), *El reformismo borbónico*, Madrid, Alianza Universidad, 1996, pp. 251–4.

64 R. F. ROGERS, op. cit; Omaira BRUNAL-PERRY, “Las islas Marianas enclave estratégico en el comercio entre México y Filipinas” in *España y el Pacífico. Legazpi*, Vol. I, Leoncio Cabrero (ed.), Madrid, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales & Ministerio de Cultura, 2004; James B. TUELLER, “Los chamorros de Guam y la colonización española: una tercera etapa (1698–1747)” in M.ª Dolores Elizalde, Josep M.ª Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico*, Vol. II (“Colonialismo e identidad nacional en Filipinas y Micronesia”), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2001, pp. 389–90.



failure of the expeditionary mission of Fr. Giovanni Antonio Cantova in 1731 to the Caroline Islands that the Crown decided to reinforce its presence in the Marianas archipelago.<sup>65</sup>

### The Baroque representation of power

In this section I examine the public ceremonies that took place in the Marianas following Philip V's death (1747). Despite the islands' poverty and isolation, it was not the first time that the investiture of a Bourbon king was commemorated in Hagåtña. On September 21, 1725, Don Manuel de Arguelles y Valdés (1725–30), Lieutenant Governor of the Marianas, had celebrated the crowning of Luis I, the first-born son of King Philip V, who



5 *Insula Palaos Seu Nova Philippina*. Probst, Palau (1748). Courtesy of the Micronesian Area Research Center (MARC)

65 Charles E. O'NEILL, SJ, and Joaquín M.<sup>a</sup> DOMÍNGUEZ, SJ, (dirs.), *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús. Biográfico-Temático*, Vol. I, Madrid – Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (IHSI) & Universidad Pontificia Comillas, 2001, pp. 639–40.

had abdicated in favor in January 10, 1724.<sup>66</sup> A platform with floral decorations symbolizing the young king's virtue was built, and upon it, the governor gave the royal standard to a royal *alférez* (standard-bearer) chosen for the occasion, his own son Don Carlos de Argüelles y Valdés, who raised it in the name of the Marianas in honor of the new king.<sup>67</sup> A retinue formed by the governor and his relatives, and the colonial officials and *vecinos* was followed by the royal standard-bearer with the royal standard with the royal coats-of-arms on one side and the Hagåtña coat-of-arms on the other. The procession was completed by the military squadron.<sup>68</sup> Since 1651, when the court was permanently settled in Madrid, monarchs had become even more distant from their subjects.<sup>69</sup> To compensate for this physical distance or absence, which was more accentuated in imperial or multi-territorial monarchies such as the Spanish, institutional and symbolic resources were developed to guarantee the realm's cohesion.<sup>70</sup> Proximity to the king—or to the symbols that represented him—marked the status of his subalterns.<sup>71</sup> Governors and viceroys acted as his delegates; the authorities throughout the Empire had

66 Philip V abdicated in favor of his son on January 10, 1724. Luis I was crowned on February 9, but ruled for only seven months, for in August 31, 1724 he died of smallpox at the age of seventeen and his father resumed his reign. The fact that in the Marianas they heard of his crowning one year after his death confirms the isolation and marginality of the islands. In this regard, see ARXIU HISTÒRIC DE LA COMPANYIA DE JESÚS A CATALUNYA [AHC-JC], “Llegada a las Marianas de dos navíos para anunciar la muerte de Felipe V y coronación de Fernando VI,” Hagåtña, 18/6/1747, FILPAS-093, Doc. 66, fl. 3r. See also Marjorie G. DRIVER, *El Palacio. The Spanish Palace in Agaña. A Chronology of Men and Events, 1668–1899*, Guam, MARC – University of Guam, 1984, p. 21.

67 Marjorie G. DRIVER, *The Spanish Governors of the Mariana Islands, Notes on their activities and the Saga of the Palacio. Their Residence and the Seat of Colonial Government in Agaña*, Guam: Richard F. Taitano & MARC & University of Guam, 2005, pp. 25–6. Although there is no documentary record of it, it can be presumed that there was a commemoration of this sort in 1726. In the funeral ceremony for the death of Luis I held in 1725 in Mexico City, the cathedral housed an astrological tumultus which according to Víctor MÍNGUEZ represented this second monarchical eclipse (the first one having been the death of the last Hapsburg king, Charles II) (Víctor MÍNGUEZ CORNELLES, “Los ‘Reyes de las Américas.’ Presencia y propaganda de la Monarquía Hispánica en el Nuevo Mundo” in Agustín González Enciso and Jesús María Usunáriz Garayoa [eds.], *Imagen del rey, imagen de los reinos. Las ceremonias públicas en la España Moderna [1500–1814]*, Pamplona, EUNSA, 1999, pp. 244–5).

68 AHCJC. FILHIS-061. E-I-c5 [r] Cuadernillo “Muerte de Felipe V y Coronación de Fernando VI (1747) en Agaña Marianas,” fs. 2r–2v. This is translated as “Dossier Upon the Occasion of the Royal Funerary Rites for Felipe V and the Proclamation of the Coronation of Fernando VI in the City of Agaña, 1747,” Mangilao, Guam, Micronesian Area Research Center, 1987.

69 Carmelo LISÓN TOLOSANA, *La imagen del rey (Monarquía, realeza y poder ritual en la Casa de los Austrias)*, Madrid, Espasa Calpe, 1992, p. 131.

70 Agustín GONZÁLEZ ENCISO, “Del rey ausente al rey distante” in A. González Enciso and J. M. Usunáriz Garayoa (eds.), *Imagen del rey, imagen de los reinos. Las ceremonias públicas en la España Moderna (1500–1814)*, Pamplona, EUNSA, 1999, p. 3; Víctor MÍNGUEZ CORNELLES, *Los reyes distantes. Imágenes del poder en el México virreinal*, Castelló de la Plana, Publicacions de la Universitat Jaume I, 1995, pp. 23–8.

71 C. LISÓN TÀ, op. cit., p. 148.

portraits, stamps, or small likenesses of the king to celebrate and share in the liturgy of royal power. These reproductions ensured that the monarch was symbolically present in faraway spaces, constituting fundamental elements of his sovereignty according to Alejandra Osorio.<sup>72</sup> And royal ceremonies completed the representational aspects necessary for the personalistic rule of an absolute monarchy in which the monarch was as far-removed as was the Spanish king from his subjects in the Pacific.

On this second occasion, the governor decided to hold the funerary rites for king Philip V on July 27, and three days later, on Sunday July 30, the coronation celebration for Ferdinand VI (1746–1759). In the margins of the Empire, these complementary ceremonies—Osorio has called them “the two faces of Janus”—meant to represent the figure of the monarch and reinforce the loyalty and fealty of his subjects, needed the collaboration of the Jesuit missionaries.<sup>73</sup> The various acts that took place to commemorate the death of king Philip V and the crowning of his heir, Ferdinand VI, offer a window into these practices. Using documents and reports written by captain Don Jorge Eduardo del Castillo, the Marianas Secretary of Government and War, I have analyzed the official funeral and coronation ceremonies as “a panoply of royal power.”<sup>74</sup> Such commemorations reflected the panegyric character of a monarch so distant, he was practically absent. But these festive events did not act only as organizers of the social system, as Maravall would say; they also allowed social and political tensions to be released in an environment shared by “elite” and “subalterns,” groups in power and the plebe.<sup>75</sup>

### From the Crowning of Our Lady of the Light to Jesuit demise

Next I analyze the persecution of certain religious practices associated with the Jesuits, such as the devotion of Our Lady of the Light, popularized

---

72 Throughout the eighteenth century, portraits were increasingly substituted by stamps which were distributed among the assistants (Alejandra OSORIO, “The King in Lima: Simulacra, Ritual, and Rule in Seventeenth-Century Peru,” *Hispanic American Historical Review*, Vol. 84, no. 3, 2004a, pp. 450 and 471; *Idem*, *El rey en Lima. El simulacro real y el ejercicio del poder en la Lima del diecisiete*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, Documentos de Trabajo, 2004, p. 34). However, in the Marianas such portable graphic images had not yet replaced the visual grammar of portraits.

73 A. OSORIO, art. cit., p. 473.

74 A. COELLO DE LA ROSA, “El Fénix en las Marianas (1747),” *Revista de Indias*, Vol. 70, no. 250, 2010a, pp. 779–808.

75 José Antonio MARAVALL, *La cultura del Barroco. Análisis de una estructura histórica*, Madrid, Ariel, 1975, p. 265; *Idem*, “Teatro, fiesta e ideología en el Barroco” in José M.ª Díez Borque (ed.), *Teatro y fiesta en el Barroco. España e Iberoamérica*, Barcelona, Serbal, 1986, p. 87. Maravall argued that baroque culture was centered on an urban social order that needed to be constantly maintained and reproduced, referring to the Baroque as a historical concept that “belongs to the realm of social history” (J. A. MARAVALL, op. cit., 1975, p. 48).

by members of the Society of Jesus during the rule of Ferdinand VI and the first years of Charles III. The story of Our Lady of Light goes as follows. In 1722, a “very devout woman” born in Palermo had a vision of the Virgin holding the soul of a man who was about to be devoured by a Leviathan.<sup>76</sup> She quickly shared her vision with a Jesuit named Giuseppe Maria Genovesi (1681–1757), who commissioned a painter to capture the image on canvas.<sup>77</sup> Over her head, the angels crowned the Virgin Mary as the Queen of Heaven. In the painting, she is dressed as the Immaculate Conception, with a white tunic and an enamelled sash at her waist, covered with a blue mantle symbolising her purity and chastity.<sup>78</sup> While her right hand held the soul that was about to fall into the jaws of a malign monster, on the left an Infant Jesus held a burning heart, the symbol of God’s charity and love.<sup>79</sup> Ten years later, on the 2<sup>nd</sup> of July 1732, the image was first moved to the hospice at the Villa de León in the bishopric of Michoacán. It was later solemnly moved to the cathedral church, whereupon its worship extended beyond the limits of the parish. Not only were copies of the Most Holy Mother of Light made, but books, novenaries, devotional texts and papers were also published with the aim of promoting her worship, and then spread all around New Spain (Mexico City, Santa Fe, Puebla, Zacatecas) and the Philippines (1750–1760s).

The cult of Our Lady of Light contributed to social cohesiveness and continuity in the Mexican communities, especially those around the Marian Congregations that were founded close to the Jesuit Colleges in New Spain.<sup>80</sup>

76 Norman NEUERBURG holds that the claim that this woman was a nun is inaccurate (“La madre Santísima de la Luz.” *The Journal of San Diego History*, 41, no. 2, 1995 [Accessed on 02/2010]. Available from <https://www.sandiegohistory.org/journal/95spring/laluz.htm>).

77 *El infierno abierto al cristiano* (1701) by the Italian Pablo Señeri, SJ, popularised the images of Hell through engravings and paintings (Abraham VILLAVICENCIO, “Suplicios eternos: El infierno abierto al cristiano de Pablo Señeri, SJ,” in Teodoro Hampe and Alexandre Coello (eds.), *Escritura, imaginación política y la Compañía de Jesús (siglos XVII-XVIII)*, Bellaterra, 2011, pp. 185–209).

78 Modern historiography acknowledges a direct linkage between the cult of Santa Marian Kamalen and a statue brought by Father San Vitores. This image is commonly associated as the referent to *Dulce Nombre de María*, which, together with the Feast of the Immaculate Conception, has become linked with the present-day Basilica as the direct descendent of the modest San Juan de Letran chapel built by San Vitores in Saint Ignatius Hagåtña in 1668 (Marilyn Anne JORGENSEN, *Expressive Manifestations of Santa Marian Camalin as Key Symbol in Guamanian Culture*, PhD dissertation, Austin, University of Texas, 1984, pp. 21–2).

79 José de TOBAR, *Invocación...*, cited in Enrique GIMÉNEZ LÓPEZ, “La devoción a la Madre Santísima de la Luz: un aspecto de la represión del jesuitismo en la España de Carlos III” in Enrique Giménez López (ed.), *Expulsión y exilio de los jesuitas españoles*, Alicante, Universidad de Alicante, 1997, p. 218.

80 Juan Carlos VIZUETE, “En las fronteras de la ortodoxia. La devoción a la Virgen de la Luz Madre Santísima de la Luz en Nueva España” in Ricardo Izquierdo Benito and Fernando Martínez Gil (eds.), *Religión y heterodoxias en el mundo hispánico. Siglos XIV–XVIII*, Madrid, Ediciones Sílex, 2011, pp. 256 and 267.



However, despite the popular fervour that accompanied its founding, her worship was soon questioned by the Church authorities because it was deemed inappropriate that the Virgin would intercede directly as a saviour, instead of playing her role as a mediator with her son Jesus, who along with God was the only source of salvation. This is the version that can be gleaned, according to Neuerburg, from a reading of the 1737 Spanish translation that narrates the creation of the original painting: the Virgin not only holds the soul, preventing it from falling into Hell, but also helps it leave the inferno.<sup>81</sup> This aspect of salvation in the worship of Our Lady of Light was already present in some Jesuit works that were widely disseminated in Europe and Mexico, such as *El infierno abierto al cristiano* (1701) by Jesuit Father Pablo Señeri, which also reached the Mariana Islands. In order to avoid eternal condemnation, one had to first call upon the Holy Spirit, but also the Virgin Mary as the “Queen of Angels” and “Helper of Christians.”



6 Images of Our Lady of the Light.

81 Giovanni Antonio GENOVESI, SJ, *La Devoción de María Madre Santísima de la Luz* (1737), cited in N. NEUERBURG, art. cit., note 10. See also E. GIMÉNEZ LÓPEZ, op. cit., p. 214.

Studying the participation of the autochthonous population in this religious brotherhood founded by the Society of Jesus in the island of Guam around 1758 in a “bottom-up” analysis of Jesuit history, will reveal how continuous interactions with the natives transformed the mission projects initiated by San Vitores at the end of the seventeenth century. These projects defined new forms of social organization, which were fully adopted by the local chamorros, who in the end reacted against their initial promoters.

It will also contextualize the anti-Jesuit propaganda that swept the Spanish Empire, and within which Jesuit Father Francisc Xavier (or Franz) Reitterberger, founder of the congregation of Our Lady of Light of St. Ignatius of Hagåtña (1758), was tried by the Inquisition. Most of the Chamorro population that had survived the wars of the late seventeenth century was female; many of these women survived the conquest period and their descendents prevailed over the social and cultural institutions in the archipelago. After the Jesuits were expelled from the Philippines (1768) and the Marianas (1769), Chamorro women accused the deceased Fr. Reitterberger of having abused female members of the Congregation. This was the last yet meaningful chapter of the Jesuit presence in the Marianas. While Jesuit historiography has situated women into marginal roles, historical documentation demonstrates otherwise. Their participation into the Congregation of the Virgin of Light allowed them to preserve the essence of Chamorro culture’s vitality. By denouncing Fr. Reitterberger’s abuses, they challenged Spanish patrilineal standards of reference that contradicted traditional matrilineal bases of Chamorro society. This defies the practice of Western canonical historiography of emphasizing the demise of Chamorro cultural agency, thus approaching Spanish colonialism as an ambivalent process of control and resistance on the part of the coloniser and the colonised.

## Conclusion

At the eighteenth century the Spanish nation was defined according to a Christian legal-moral order. Military dominance alone did not guarantee the permanence of Spanish sovereignty, which needed the creation of a political community, and in the racially and culturally diverse colonies, this community was provided by the common Christian faith.<sup>82</sup> After the failure of the Carolines’ colonization enterprise, the metropolitan authorities had decided to reinforce Spanish presence in the Marianas *vis-à-vis* the dangers

---

82 Pablo FERNÁNDEZ ALBADALEJO, *Materia de España. Cultura política e identidad en la España moderna*, Madrid, Marcial Pons Historia, 2007, p. 110.

of foreign aggression, thus obviating earlier recommendations to dismantle or reduce the presidio at Guam. The weaker the imperial frontiers became, the more insistent were the Bourbons in ensuring Spanish presence in maritime Southeast Asia, as the advances of rival European powers and their allies increasingly threatened to take these overseas markets and colonies.<sup>83</sup>

As a matter of fact, by the mid-eighteenth century the Jesuits could not maintain so many open fronts. Procurators such as Pedro de San Cristóbal and José Calvo insistently requested the abandonment of the Mariana archipelago, or in its defect, a significant reduction in the number of missionaries stationed there, so that they could have enough men to go to the Muslim kingdoms of Mindanao and Joló. Using the presidio at Zamboanga as their home base, the Jesuits longed for converting the Muslim populations at the interior of the southern island of Mindanao. However, no enough missionaries were available, so that some prominent procurators, such as Fr. José Calvo, suggested the gradual abandonment of the Mariana Islands because of its scarce population, proposing instead that a relocation of Guam's Jesuits would benefit the spiritual conquest of the new "frontier of Christendom" located down south.

Thus, in spite of the maneuvering capacity and agency that the Jesuits of the "periphery" had *vis-à-vis* the Roman "center" in terms of geopolitical spirituality, in the end the provincials had to obey the Spanish Crown and stay put.<sup>84</sup> The former "Ladrones Islands," strategic spaces of contention *vis-à-vis* possible English and Dutch incursions into the Philippines, especially after the British occupied Manila from 1762 to 1764, were to remain as Jesuit missions until 1769, when the Society of Jesus was expelled by a royal edict of Spain.

---

83 For this reason, the Crown ordered Governor Manuel Muro (1794–1802) to build a series of small fortlets or batteries strategically situated on hillocks or promontories that could protect the empire's rearguard (Javier GALVÁN GUIJO (coord.), *Islas del Pacífico: el legado español*, Madrid, Ministerio de Educación y Cultura, 1998, pp. 9–26).

84 I. G. ŽUPANOV, *op. cit.*, pp. 205–18.

### Manuscripted Sources

#### ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN DE MÉXICO [AGN]

*Inquisition*, 543, Ex. 49., “Lorenzo Bustillo manifiesta que ha seguido ejerciendo el oficio de comisario en las islas Marianas,” Hagåtña, 1700.

#### ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU [ARSI]

*Philipp.*, 14, “Puntos para la Carta Anua de Marianas. Año de 1709,” *Supplementum ad Historiam*, 1584–1750.

#### ARXIU HISTÒRIC DE LA COMPANYIA DE JESÚS A CATALUNYA [AHCJC]

FILHIS-061, E-I-c5 [r], Cuadernillo “Muerte de Felipe V y Coronación de Fernando VI (1747) en Agaña Marianas,” fls. 2r–2v.

FILPAS-093, Doc. 66, “Llegada a las Marianas de dos navíos para anunciar la muerte de Felipe V y coronación de Fernando VI,” Hagåtña, 18/6/1747.

#### REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA [RAH]

*Fondos Cortes*, 567, 9-2676/13, “Exemplary Life of Father Luis de Medina by Diego Luis de San Vitores”, Hagåtña, 14/5/1671.

### Bibliography and Printed Sources

ARANHA, Paolo, “‘Glocal’ Conflicts: Missionary Controversies on the Coromandel Coast between the XVII and XVIII centuries” in Michela Catto, Guido Mongini and Silvia Mostaccio (eds.), *Evangelizzazione e globalizzazione. Le missioni gesuitiche nell’età moderna tra storia e storiografia*, Italy, Società editrice Dante Alighieri, 2010, pp. 79–104.

ARCILLA SOLERO, José, SJ, “Los cronistas jesuitas de Filipinas” in Florentino Rodao (eds.), *España y el Pacífico*. Legazpi, Tomo II, Madrid, AECI – AEEP, 1989, pp. 377–96.

ASTRAIN, Antonio, SJ, *Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España*, Madrid, Razón y Fe, 1902–1925.

ATIENZA DE FRUTOS, David, “The Mariana Islands Militia and the Establishment of the ‘Pueblos de Indios,’” 2<sup>nd</sup> Marianas History Conference, Mangilao, Guam, University of Guam, 2013.

ATIENZA DE FRUTOS, David, “Priests, Mayors and Indigenous Offices: Indigenous Agency and Adaptive Resistance in the Mariana Islands (1681–1758),” *Pacific Asia Inquiry*, Vol. 5, no. 1 (2014), pp. 31–48.

ATIENZA DE FRUTOS, David and COELLO DE LA ROSA, Alexandre, “Death rituals and Identity in Contemporary Guam (Mariana Islands),” *The Journal of Pacific History*, Vol. 47, no. 4, 2012, pp. 459–73.

AUGÉ, Marc, *Non-Lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil, 1992.

BAILYN, Bernard, *Atlantic History: Concept and Contours*, Harvard, Massachusetts, Harvard University Press, 2005.

BAILYN, Bernard and DENAULT, Patricia, L., “Introduction: Reflections on Some Major Themes” in Bernard Bailyn and Patricia L. Denault (eds.), *Soundings in Atlantic History. Latent Structures and Intellectual Currents, 1500–1830*, Cambridge, Massachusetts – London, England, Harvard University Press, 2009, pp. 1–8.

BALLANTINE, Tony and BURTON, Antoinette, “Introduction: Bodies, Empires, and World Histories” in Tony Ballantine and Antoinette Burton (eds.), *Bodies in Contact. Rethinking Colonial Encounters in World History*, Durham and London, Duke University Press, 2005, pp. 1–15.

- BARRATT, Glynn, *The Chamorros of the Mariana Islands. Early European Records, 1521–1721*, Saipan, Division of Historic Preservation & MARC, 2003.
- BERNABÉU ALBERT, Salvador, *El Pacífico Ilustrado: del lago español a las grandes expediciones*, Madrid, Colección Mapfre, 1992.
- BERNABÉU ALBERT, Salvador, “Las utopías y el reformismo borbónico,” in Agustín Guimerá (ed.), *El reformismo borbónico*, Madrid, Alianza Universidad, 1996, pp. 247–64.
- BRUNAL-PERRY, Omaira, “Las islas Marianas enclave estratégico en el comercio entre México y Filipinas” in *España y el Pacífico. Legazpi*, Vol. I, Leoncio Cabrero (ed.), Madrid, Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales & Ministerio de Cultura, 2004.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, *Puritan Conquistadors: Iberianizing the Atlantic, 1550–1700*, Stanford, California, Stanford University Press, 2006.
- CATTO, Michela and MONGINI, Guido, “Missioni e globalizzazioni: l’adattamento come identità della Compagnia di Gesù” in Michela Catto, Guido Mongini, Silvia Mostaccio (eds.), *Evangelizzazione e globalizzazione. Le missioni gesuitiche nell’età moderna tra storia e storiografia*, Italy, Società editrice Dante Alighieri, 2010, pp. 1–16.
- CHÂTELLIER, Louis, “Conclusions” in Pierre-Antoine Fabre and Bernard Vincent, *Missions religieuses modernes: notre lieu est le monde*, Rome, École Française de Rome, 2007, pp. 381–7.
- CHAUNU, Pierre, *Les Philippines et le Pacifique des ibériques: XVIIe, XVIIIe, XVIIIe siècles*, Paris, SEVPEN, 1960.
- CLOSSEY, Luke, *Sakvation and Globalisation in the Early Jesuit Mission*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.
- COELLO DE LA ROSA, Alexandre, “Bígamos transoceánicos: reconciliación de abuso y pervisión de la ‘santidad’ del matrimonio en las Islas Marianas, siglo XVIII,” *Colonial Latin American Historical Review (CLAHR)*, Vol. 16, no. 2, 2007, p. 117–56.
- COELLO DE LA ROSA, Alexandre, “El Fénix en las Marianas (1747),” *Revista de Indias*, Vol. 70, no. 250, 2010a, pp. 779–808.
- COELLO DE LA ROSA, Alexandre, “Colonización y santidad en las islas Marianas: los soldados de Gedeón (1676–1690),” *Hispania*, Vol. LXX, no. 234, 2010b, pp. 17–44.
- COELLO DE LA ROSA, Alexandre, “Colonización y santidad en las islas Marianas: la sangre de los mártires (1668–1676),” *Hispania Sacra*, Vol. LXIII, no. 128, 2011, pp. 707–45.
- CYMBALISTA, Renato, “Relíquias sagradas e a construção do território cristão na idade moderna,” *Anais do Museu Paulista*, 14, 2006, pp. 11–50.
- DE CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte and REGOURD, François, *Connaissances et pouvoirs. Les espaces impériaux (XVIIe–XVIIIe siècles) France, Espagne, Portugal*, Pessac, Presses Universitaires de Bordeaux, 2005.
- DE CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte et al. (eds.), *Missions d’Évangélisation et Circulation des Savoirs, XVIIe–XVIIIe siècle*, Madrid, Casa de Velázquez, 2011, pp. 1–22.
- DE CERTEAU, Michel, *L’invention du quotidien. I. Arts de faire*, Paris, Gallimard, 1992.
- DE LA COSTA, Horacio, SJ, *The Jesuits in the Philippines, 1581–1768*, Cambridge, Harvard University Press, 1989 [1961].
- DE VIANA, Augusto V., “Filipino Natives in Seventeenth Century Marianas: Their role in the Establishment of the Spanish mission in the Islands,” *Micronesian. Journal of the Humanities and Social Sciences*, Vol. 3, nn. 1–2, 2004a, pp. 19–26.

- DE VIANA, Augusto V., *In the Far Islands: The Role of Natives from the Philippines in the Conquest, Colonization, and Repopulation of the Mariana Islands, 1668–1903*, Manila, University of Santo Tomas Press, 2004b.
- DEL PINO, Fermín, “Imperios, utopías y márgenes socio-culturales (Josef de Acosta y las élites indianas)” in Alexandre Coello, Javier Burrieza and Doris Moreno, *Jesuitas e imperios de ultramar (siglos XVI–XX)*, Madrid, Sílex, 2012.
- DIAZ, Vicente M., “Pious Sites: Chamorro Culture Between Spanish Catholicism and American Liberal Individualism” in Amy Kaplan and Donald E. Pease (eds.), *Cultures of United States Imperialism*, Durham, Duke University Press, 1993.
- DIAZ, Vicente M., “Grounding Flux in Guam’s Cultural History” in Emma Greenwood, Klaus Neumann and Andrew Sartori, *Work in Flux*, Parkville, University of Melbourne History Department, 1995, pp. 159–71.
- DIAZ, Vicente M., “Destiny’s Landfall: A History of Guam,” *ISLA: A Journal of Micronesian Studies*, Vol. 4, no. 1, 1996, pp. 179–99.
- DIAZ, Vicente M., *Repositioning the Missionary: Rewriting the Histories of Colonialism, Native Catholicism, and Indigeneity in Guam*, Honolulu, Hawai‘i, University of Hawai‘i Press, 2010.
- DRIVER, Marjorie G., *El Palacio. The Spanish Palace in Agaña. A Chronology of Men and Events, 1668–1899*, Guam, MARC – University of Guam, 1984.
- DRIVER, Marjorie G., *Cross, Sword, and Silver. The Nascent Spanish Colony in the Mariana Islands*, Mangilao, Guam, Micronesian Area Research Center & University of Guam, 1987.
- DRIVER, Marjorie G., *The Spanish Governors of the Mariana Islands, Notes on Their Activities and the Saga of the Palacio. Their Residence and the Seat of Colonial Government in Agaña*, Guam, Richard F. Taitano & MARC & University of Guam, 2005.
- DRIVER, Marjorie G. and HEZEL, Francis X., SJ, *El Palacio: the Spanish Palace in Agaña, 1669–1898*, Mangilao, Guam, Richard F. Taitano & MARC, 2004.
- ELLIOT, John H., *Empires of the Atlantic World. Britain and Spain in America, 1492–1830*, New Haven and London, Yale University Press, 2007.
- ELLIOT, John H., *España, Europa y el mundo de ultramar (1500–1800)*, Madrid, Taurus, 2009, pp. 21–6.
- ELLIOT, John H., “Las Américas y el mundo atlántico: vínculos y comparaciones,” IV Conferencia Acadèmica Anual Ernest Lluch, Feb. 11, 2010, Auditori de la Pedrera de Caixa de Catalunya.
- FABRE, Pierre-Antoine and VINCENT, Bernard, *Missions religieuses modernes: notre lieu est le monde*, Rome, École Française de Rome, 2007.
- FARRELL, Don, *History of the Mariana Islands to Partition*. Public School System, Commonwealth of the Northern Mariana Islands, Saipan.
- FERNÁNDEZ ALBADALEJO, Pablo, *Materia de España. Cultura política e identidad en la España moderna*, Madrid, Marcial Pons Historia, 2007.
- GALVÁN GUIJO, Javier (coord.), *Islas del Pacífico: el legado español*, Madrid, Ministerio de Educación y Cultura, 1998, pp. 9–26.
- GARCÍA-ABASOLO, Antonio, “Filipinas. Una frontera más allá de la frontera” in Marta María Manchado López and Miguel Luque Talaván (eds.), *Fronteras del mundo hispánico: Filipinas en el contexto de las regiones liminares nohispanas*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2011, pp. 71–88.
- GARCÍA DE LOS ARCOS, María Fernanda, *Estado y clero en las Filipinas del siglo XVIII*, México, Universidad Autónoma Metropolitana/Iztapalapa, 1988.



- GARCÍA DE LOS ARCOS, María Fernanda, “¿Avanzada o periferia? Una visión diacrónica de la situación fronteriza de Filipinas” in Marta María Manchado López and Miguel Luque Talaván (eds.), *Fronteras del mundo hispánico: Filipinas en el contexto de las regiones liminares novohispanas*, Córdoba, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2011, pp. 47–69.
- GIMÉNEZ LÓPEZ, Enrique, “La devoción a la Madre Santísima de la Luz: un aspecto de la represión del jesuitismo en la España de Carlos III” in Enrique Giménez López (ed.), *Expulsión y exilio de los jesuitas españoles*, Alicante, Universidad de Alicante, 1997, pp. 213–28.
- GREGORY, Brad S., *Sakvation at Stake. Christian Martyrdom in Early Modern Europe*, Cambridge, Harvard University Press, 2001 [1999].
- GUIDICELLI, Christophe, “Pacificación y construcción discursiva de la frontera. El poder instituyente de la guerra en los confines del Imperio (siglos XVI–XVII)” in Bernard Lavallé (ed.), *Máscaras, tretas y rodeos del discurso colonial en los Andes*, Lima, IFEA & PUCP, 2005, pp. 157–76.
- GONZÁLEZ ENCISO, Agustín, “Del rey ausente al rey distante” in A. González Enciso and J. M. Usunáriz Garayoa (eds.), *Imagen del rey, imagen de los reinos. Las ceremonias públicas en la España Moderna (1500–1814)*, Pamplona, EUNSA, 1999, pp. 2–19.
- GUTIÉRREZ, Lucio, *Historia de la iglesia en Filipinas*, Madrid, Fundación Mapfre América, 1992.
- GUTIÉRREZ, Lucio, “The Formative Years of the Archdiocese of Manila (1565–1850),” *Philippiniana Sacra*, XLVI, no. 137, 2011, pp. 453–81.
- HATTORI, Anne P., “Destiny’s Landfall: A History of Guam,” *Contemporary Pacific*, Vol. 9, no. 1, 1997, pp. 275–7.
- JORGENSEN, Marilyn Anne, *Expressive Manifestations of Santa Marian Camalin as Key Symbol in Guamanian Culture*, PhD dissertation, Austin, University of Texas, 1984.
- KOSSOK, Manfred, *La colonització espanyola d’Amèrica. Estudis comparatius*, Barcelona, Avenç & Sociedad Catalana d’Estudis Històrics, 1991.
- KUSHIMA, Kayako, *Historiographies and Discourses of Isolation: Canonical and Alternative Historical Narratives*, M.S. Thesis in Micronesian Studies, University of Guam, 2001.
- LÉVESQUE, Rodrigue, *History of Micronesia. A Collection of Source Documents*, Vol. 1, Québec, Canada, Lévesque Publications, 1992.
- LISÓN TOLOSANA, Carmelo, *La imagen del rey (Monarquía, realeza y poder ritual en la Casa de los Austrias)*, Madrid, Espasa Calpe, 1992.
- LUQUE TALAVÁN, Miguel and MANCHADO LÓPEZ, Marta M. (coord.), *Un océano de intercambios: Hispanoasia (1521–1898). Un homenaje al profesor Leoncio Cabrero Fernández*, Tomo I, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2008.
- MALDAVSKY, Aliocha, *Vocaciones inciertas. Misión y misioneros en la provincia jesuita del Perú de los siglos XVI y XVII*, Sevilla and Lima, Consejo Superior de Investigaciones Científicas and Instituto Francés de Estudios Andinos and Universidad Antonio Ruiz de Montoya, 2012.
- MARAVALL, José Antonio, *La cultura del Barroco. Análisis de una estructura histórica*, Madrid, Ariel, 1975.
- MARAVALL, José, “Teatro, fiesta e ideología en el Barroco” in José M.<sup>a</sup> Díez Borque (ed.), *Teatro y fiesta en el Barroco. España e Iberoamérica*, Barcelona, Serbal, 1986.

- MARTÍNEZ-SERNA, J. Gabriel, “Procurators and the Making of the Jesuits’ Atlantic Network” in Bernard Bailyn and Patricia L. Denault (eds.), *Soundings in Atlantic History. Latent Structures and Intellectual Currents, 1500–1830*, London, England, Harvard University Press, 2009, pp. 181–209.
- MARTÍNEZ SHAW, Carlos, “La exploración española del Pacífico en los tiempos modernos,” in M.<sup>a</sup> Dolores Elizalde, Josep M.<sup>a</sup> Fradera and Luis Alonso Álvarez (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico*, Vol. I (“La formación de una colonia: Filipinas”), Madrid, CSIC & AEPP, 2001, pp. 7–17.
- MAWSON, Stephanie, “Rebellion and Mutiny in the Mariana Islands, 1680–1690,” *The Journal of Pacific History*, Vol. 50, no. 2, 2015, pp. 128–48.
- MÍNGUEZ CORNELLES, Víctor, *Los reyes distantes. Imágenes del poder en el México virreinal*, Castelló de la Plana, Publicacions de la Universitat Jaume I, 1995.
- MÍNGUEZ CORNELLES, Víctor, “Los ‘Reyes de las Américas’. Presencia y propaganda de la Monarquía Hispánica en el Nuevo Mundo” in Agustín González Enciso and Jesús María Usunáriz Garayoa (eds.), *Imagen del rey, imagen de los reinos. Las ceremonias públicas en la España Moderna (1500–1814)*, Pamplona, EUNSA, 1999.
- MORALES, Luis de, SJ, LE GOBIEN, Charles, SJ, *Historia de las islas Marianas*. Alexandre Coello (ed.), Madrid, Polifemo, 2013.
- NEBGEN, Christoph, *Missionarsberufungen nach Übersee in drei deutschen Provinzen der Gesellschaft Jesu im 17 und 18. Jahrhundert*, Regensburg, Schnell & Steiner, 2007.
- NEUERBURG, Norman, “La madre Santísima de la Luz,” *The Journal of San Diego History*, 41, no. 2, 1995 [Accessed on 02/2010]. Available from <https://www.sandiegohistory.org/journal/95spring/laluz.htm>.
- O’NEILL, Charles E., SJ, and DOMÍNGUEZ, Joaquín M.<sup>a</sup>, SJ, (dir.), *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús. Biográfico-Temático*, vol. I, Madrid – Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu (IHSI) & Universidad Pontificia Comillas, 2001.
- OSORIO, Alejandra, “The King in Lima: Simulacra, Ritual, and Rule in Seventeenth-Century Peru,” *Hispanic American Historical Review*, Vol. 84, no. 3, 2004a, pp. 447–74.
- OSORIO, Alejandra, *El rey en Lima. El simulacro real y el ejercicio del poder en la Lima del diecisiete*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, Documentos de Trabajo, 2004b.
- PHELAN, John Leddy, *The Hispanization of the Philippines. Spanish Aims and Filipino Responses, 1565–1700*, Madison, Milwaukee and London, University of Wisconsin Press, 1967 [1959].
- PRATT, Mary Louis, *Imperial Eyes. Travel Writing and Transculturation*, London and New York, Routledge, 1997 [1992].
- PROSPERI, Adriano, “L’Europa cristiana e il mondo: alle origini dell’idea di missione,” *Dimensioni e problema della ricerca storica*, Vol. 2, 1992, pp. 189–92.
- QUIMBY, Frank, “The *Hierro* Commerce: Culture Contact, Appropriation and Colonial Entanglement in the Marianas, 1521–1668,” *The Journal of Pacific History*, Vol. 46, no. 1, 2011, pp. 1–26.
- QUIMBY, Frank, “Islands in the Stream of Empire: Spain’s ‘Reformed’ Imperial Policy and First Proposals to colonize the Mariana Islands, 1565–1569,” paper presented at the *1<sup>st</sup> Marianas History Conference. One Archipelago, Many Stories*, 2012.
- ROGERS, R. F., *Destiny’s Landfall: A History of Guam*, Honolulu, University of Hawai’i Press, 1995



- RUBIAL GARCÍA, Antonio, “‘A imagen y semejanza’. La Nouvelle-Espagne dans le miroir apostolique, biblique et paléochrétien” in Nejma Kermele and Bernard Lavallé (ed.), *L’Amérique en projet. Utopies, controverses et réformes dans l’empire espagnol (XVII–XVIII siècle)*, Paris, L’Harmattan, 2008.
- RUBIAL GARCÍA, Antonio, *La justicia de Dios. La violencia física y simbólica de los santos en la historia del cristianismo*, Mexico, Trama Editorial, 2011.
- RUBIÉS, Joan-Pau, “The Concept of Cultural Dialogue and the Jesuit Method of Accommodation: Between Idolatry and Civilization,” *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Vol. LXXIV, no. 147, 2005, pp. 237–80.
- RUBIÉS, Joan-Pau, “Missionary Encounters in China and Tibet: from Mateo Ricci to Ippolito Desideri,” *History of Religions*, Vol. 52, no. 3, 2013, pp. 267–81.
- SCHURTZ, William Lytle, “The Spanish Lake,” *Hispanic American Historical Review*, Vol. 2, 1922, pp. 181–94.
- SCHURTZ, William Lytle, *El Galeón de Manila*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1992 [1939].
- SPATE, O. H. K. *The Spanish Lake*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1979.
- STANDAERT, Nicolas, SJ, “Jesuit Corporate Culture as Shaped by the Chinese” in John W. O’Malley, SJ, et. al, *The Jesuits. Cultures, Sciences, and the Arts, 1540–1773*, Vol. I, Toronto and Buffalo and London, University of Toronto Press, 2000 [1999], pp. 352–63.
- TEJA, Ramón, “Mortis Amor: la muerte voluntaria o la provocación del martirio entre los primeros cristianos (siglos II–IV)” in Francisco Marco Simón, Francisco Pina Polo and José Remesal Rodríguez (eds.), *Formae Mortis: el tránsito de la vida a la muerte en las sociedades antiguas*, Barcelona, Publicacions de la Universitat de Barcelona, 2009, pp. 133–42.
- THOMPSON, Laura, *The Native Culture of the Marianas Islands*, Honolulu, Hawai’i, Bernice P. Bishop Museum, 1945.
- TUELLER, James B., “Los chamorros de Guam y la colonización española: una tercera etapa (1698–1747)” in M.<sup>a</sup> Dolores Elizalde, Josep M.<sup>a</sup> Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico*, Vol. II (“Colonialismo e identidad nacional en Filipinas y Micronesia”), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2001, pp. 389–90.
- VILLAVICENCIO, Abraham, “Suplicios eternos: El infierno abierto al cristiano de Pablo Señeri, SJ” in Teodoro Hampe and Alexandre Coello (eds.), *Escritura, imaginación política y la Compañía de Jesús (siglos XVI–XVIII)*, Bellaterra, 2011, pp. 185–209.
- VIZUETE, Juan Carlos, “En las fronteras de la ortodoxia. La devoción a la Virgen de la Luz (Madre Santísima de la Luz) en Nueva España” in Ricardo Izquierdo Benito and Fernando Martínez Gil (eds.), *Religión y heterodoxias en el mundo hispánico. Siglos XIV–XVIII*, Madrid, Ediciones Sílex, 2011, pp. 255–79.
- WALLERSTEIN, Immanuel, *The Modern World-System*, Vol. I (“Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century”), New York, Academic Press, 1974.
- WIECKO, Cynthia Ross, “Jesuit Missionaries as Agents of Empire: The Spanish-Chamorro War and Ecological Effects of Conversion on Guam, 1668–1769,” *World History Connected*, Vol. 10, no. 3 [Accessed on 02/2010]. Available from [http://worldhistoryconnected.press.illinois.edu/10.3/forum\\_wiecko.html](http://worldhistoryconnected.press.illinois.edu/10.3/forum_wiecko.html).
- WILDE, Guillermo, “Actores indígenas, simbolismo del poder y formas nativas de especialidad en las misiones de frontera,” *XIII Misiones jesuíticas. Jornadas Internacionais*.

Fronteiras e identidades: povos indígenas e missões religiosas, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, Aug. 31, 2010.

WILDE, Guillermo, *Saberes de la conversión. Prácticas jesuíticas y escrituras de la alteridad en los confines coloniales*, Buenos Aires, Editorial SB, 2012.

WRIGHT, Robert E., OMI, “Spanish Missions,” *Handbook of Texas Online*, Texas State Historical Association [Accessed on 15/03/2012]. Available from <http://www.tshaonline.org/handbook/online/articles/its02>.

YUSTE LÓPEZ, María del Carmen, “El galeón transpacífico. Redes mercantiles alrededor de especias, textiles y plata” in Miguel Luque Talaván and Marta M. Manchado López (coord.), *Un océano de intercambios: Hispanoasia (1521–1898), Homenaje al profesor Leoncio Cabrero López*, Vol. I. Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2008.

ŽUPANOV, Ines G., *Disputed Mission: Jesuit Experiments and Brahmanical Knowledge in Seventeenth Century India*, New Delhi, Oxford University Press, 1999.



# Translating “Asia” in Philippine missionary-colonial texts

Marlon James Sales\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 171-195. ISSN 0874-9671

## Resumo

A importância da tradução na prática da investigação histórica é ainda maior em contextos nos quais a língua funciona como uma barreira no acesso ao conhecimento, como é o caso das Filipinas. Este artigo analisa histórias e gramáticas missionárias de Tagalog, base da língua nacional actual das Filipinas, o Filipino, e examina a forma como, na textualização do seu povo, o conceito da «Ásia» é imaginado como um Outro exótico. Ao propor uma leitura em tradução de textos missionários, fornecerei exemplos de como a escrita colonial era instrumentalizada no sentido de inscrever o Outro na história da salvação cristã e de como textos históricos e linguísticos construíram uma visão colonial das Filipinas e da Ásia através da tradução.

**Palavras-chave:** estudos de tradução, Filipinas, linguística missionária, Tagalog, tradução de/como História

## Abstract

The centrality of translation in the practice of historical research is magnified in contexts where language serves as an impediment to accessing knowledge, such as in the case of the Philippines. In this paper, I shall analyze missionary histories and grammars of Tagalog, the basis of the modern-day national language of the Philippines called Filipino, and examine how the concept of “Asia” is imagined as an exotic Other in the textualization of its people. In proposing a translational reading of missionary texts, I shall provide examples of how colonial writing was instrumentalized to inscribe the Other within the history of Christian salvation, and how historical and linguistic texts constructed a colonial vision of the Philippines and Asia through translation.

**Keywords:** translation studies, Philippines, missionary linguistics, Tagalog, translation as/of History.

\* Monash University. *E-mail:* Marlon.Sales@monash.edu

## Translating “Asia” in Philippine missionary-colonial texts

Marlon James Sales

### Introduction

The word “entrepôt,” from the French verb *entreposer* ‘to store,’ calls to mind the image of a warehouse, where items are delivered, kept and dispatched. It is perhaps for this reason that the historical portrayal of the Philippines as an entrepôt is often juxtaposed to a discussion of its strategic linkages to continental East Asia and the Americas. The descriptor is usually ensconced within the discussion of the Manila galleons, which plied the seas for more than two hundred years and facilitated trade between two extremes of the Pacific.<sup>1</sup> As an entrepôt, the city of Manila was imagined as an intermediary of material exchange between two geographical spaces that had been brought together by the exigencies of colonial commerce.

An exchange of material goods, however, would necessarily result in a traffic of persons (and I am using the word *traffic* here in its broadest sense of ‘flow’ or ‘movement’), and there are those like linguist Andrew Gonzalez who used entrepôt to mean a coming together of people, a space “where different ethnic tribes converged.”<sup>2</sup> Manila, in particular, was conceived as an emporium. The confluence of colonial bodies must have been so immense in the Philippine capital that Franciscan chronicler Marcelo de Ribadeneyra<sup>3</sup> reported that,

[y] es la ciudad de Manila la mas principal de todas, por estar alli el Governador, y Audiencia Real, y la Iglesia Arçopispal, y quatro conuentos, de Santo Domingo, y de nuestro Padre San Francisco, y del glorioso San Agustin, y de la compañia de Jesus, y vn conuento de niñas recogidas, y es alli la contratacion de Chinos, Iappones, Canbojas, Cianes, Patanes, y de gente de Malaca, y Maluco, y de Burney, y de todas las Islas comarcanas.<sup>4</sup>

---

1 See, for example, Ubaldo IACCARINO, “Manila as an International Entrepôt: Chinese and Japanese Trade with the Spanish Philippines at the Close of the 16th Century,” *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, Vol. 16, 2008, p. 76.

2 Andrew GONZALEZ, “Language Planning and Intellectualisation,” *Current Issues in Language Planning*, Vol. 3, no. 1, 2002, p. 7.

3 Little is known about the life of Fray Marcelo de Ribadeneyra apart from what is revealed in his writings. It is speculated that he was born around 1561.

4 Marcelo RIBADENEYRA, *Historia de las islas del archipelago y reynos de la Gran China, Tartaria Cuchinchina, Malaca, Sian, Cambosa y Iappon, y de lo sucedido en ellos a los religiosos descalços*, Barcelona, Gabriel Graells and Giraldo Dotil, 1601 (Digital facsimile from Google), p. 14.

A cursory perusal of other historical records reveals that references to the galleons would often touch not only on the commodities these vessels carried, but also on the persons who travelled on board, colonial administrators, priests, interpreters, and other *homines viatores*, all of whom transcended the spatial, linguistic and cultural divide.<sup>5</sup> Over and above its condition as a commercial hub between Asia and America, the Philippines served as a venue of encounter of cultural mediators who attempted to make sense of what would have been a dissonant colonial space.<sup>6</sup>

As we shall later on see in this essay, texts written during the Spanish colonial period endeavored to present the dissentience of the colony and its environs through authorial mechanisms that accommodated them within the accepted regimes of truth. "The history of nations," Bankoff writes, "is always presented in the form of a narrative,"<sup>7</sup> and is therefore, as Bandia contends, "a literary and ideologically self-conscious process of thought."<sup>8</sup> Given that translation is "a necessary condition of writing,"<sup>9</sup> and alternatively, "every act of writing is already a translation,"<sup>10</sup> the metaphor of the *entrepôt* can be taken as an invitation to interrogate Philippine colonial history through the tools of Translation Studies (TS).

This approach draws on the work of Vicente Rafael, who has shown how translational practices in Hispanic Philippines contributed to the conversion of Tagalog society.<sup>11</sup> It similarly echoes the awareness among scholars in missionary linguistics and Latin American history about the role of translation in the making of the Spanish colonial enterprise.<sup>12</sup> Unlike Rafael, however,

---

5 Anthony PAGDEN, *European Encounters with the New World: From Renaissance to Romanticism*, New Haven, Yale University Press, 1993, p. 2.

6 *Idem, ibidem*, pp. 2–3; Sherry SIMON, "Postcolonial Cities and the Culture of 'Translation'" in Simona Bertacco (ed.), *Language and Translation in Postcolonial Literatures: Multilingual Contexts, Translational Texts*, Hoboken, Taylor and Francis, 2013, p. 196.

7 Greg BANKOFF, "Selective Memory and Collective Forgetting: Historiography and the Philippine Centennial of 1898," *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, Vol. 157, no. 3, 2001, p. 539.

8 Paul F. BANDIA, "The Impact of Postmodern Discourse on the History of Translation" in Georges Bastin and Paul F. Bandia (eds.), *Charting the Future of Translation History*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2006, p. 49.

9 Rita WILSON, "Response," *Translation Studies*, Vol. 6, no. 1, 2012, p. 108.

10 Edwin GENTZLER, "Translation, Poststructuralism, and Power" in Maria Tymoczko and Edwin Gentzler (eds.), *Translation and Power*, Amherst/Boston, University of Massachusetts Press, 2002, p. 198.

11 Vicente L. RAFAEL, *Contracting Colonialism: Translation and Christian Conversion in Tagalog Society under Early Spanish Rule*, Durham/London: Duke University Press, 1993.

12 For example, Victoria RÍOS CASTAÑO, *Translation as Conquest: Sahagún and Universal History of the Things in New Spain*, Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2014; Roberto VALDEÓN, *Translation and the Spanish Empire in the Americas*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2014.

who arrived at translation through history, I am taking the inverse route by accessing history through translation. As such, my analysis of Philippine colonial history has a decidedly narrativistic and translational bent. I view history not as an enumeration of verifiable empirical data, but rather as a practice of retelling that emerged from the topoi of colonial representations and that instantiated a specific vision of the past.<sup>13</sup> By particularizing missionary writing as a genre of colonial historicization, I take into account the proselytizing skopos of the texts, and read the themes that I shall discuss herein as functions of the prevalent mode of missionary authoring.

Translation, whether openly acknowledged or not, permeates the study of history. Santoyo argues that,

[s]e non è vero, è ben trovato, because this is how History is made, how it has been made throughout the centuries, threading its way through the silent protagonism of translated texts—so silent, indeed, that we are not fully conscious of how many strings translations may have pulled all along the centuries.<sup>14</sup>

History does not operate beyond the confines of language. As George Steiner has famously asked,

[w]hat material reality has history outside language, outside our interpretative belief in essentially linguistic records (silence knows no history)? [...] We have no total history, no history which could be defined as objectively real because it contained the literal sum of past life.<sup>15</sup>

Any kind of historical research will involve some sort of translation,<sup>16</sup> for which reason “[t]ranslation represents not only a central process in historical work, but is, in itself, a historical practice.”<sup>17</sup> Current TS scholarship maintains that “[t]ranslation supports cultural interaction by fostering mutual understanding and enabling people to access foreign cultures.”<sup>18</sup> All cultures

---

13 Tejaswini NIRANJANA, *Siting Translation: History, Post-Structuralism, and the Colonial Context*, Berkeley, University of California Press, 1992, pp. 1–4.

14 Julio César SANTOYO, “Blank Spaces in the History of Translation” in Georges Bastin and Paul F. Bandia (eds.), *Charting the Future of Translation History*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2006, p. 38.

15 George STEINER, *After Babel: Aspects of Language and Translation*, New York, Oxford University Press, 1975, p. 29.

16 Martha P. Y. CHEUNG, “The Mediated Nature of Knowledge and the Pushing-Hands Approach to Research on Translation History,” *Translation Studies*, Vol. 5, no. 2, 2012, pp. 156–71.

17 Clara FOZ, “Translation, History and the Translation Scholar” in Georges Bastin and Paul F. Bandia (eds.), *Charting the Future of Translation History*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2006, p. 131.

18 Rita WILSON, “Exchanging Views: Knowledge Transfer through Literary Translation,” *International Migration*, 2013, p. 1.

are approached unavoidably through a process of translation,<sup>19</sup> and all cultural transactions, "from the most benign to the most venal,"<sup>20</sup> are said to be translational. Translation in its basest form occurs whenever an attempt is made to engage with the world and to negotiate its meanings, which then requires that a text—a written document, a pictographic image, or even people themselves—be transferred from one point to another. "Translation," Polezzi clarifies further, "takes place not just when words move on their own, but also, and mostly, when people move into new social and linguistic settings."<sup>21</sup>

It has to be said at this point that the limits of translation as an analytic framework remain a thorny issue among scholars in the field. The so-called "cultural turn" in TS has opened the discipline to practices and outputs that were not traditionally considered translational, and there has been no scarcity of commentators who have critiqued such openness.<sup>22</sup> Nevertheless, this same openness has recognized that translation is not a uniform practice across the cultural spectrum, and has empowered translators and translation scholars—to borrow Maria Tymoczko's words<sup>23</sup>—to examine translation through its agents, procedures, outputs, positionalities, and so on. As Ricci avers,

[d]espite the way "translation" is often casually used in scholarly and popular debates to include theories and practices that cannot be reduced to uniform significance, many of the world's translation traditions (and especially those of the 'non-West') have yet to be subjected to analysis and interpretation. Such traditions often do not conform to the expectations of what modern, literate, Western individuals have come to envision as the core dimensions of "translation".<sup>24</sup>

In this paper, therefore, I shall adopt Pym's definition of the term *translation*, which "presupposes contact between at least two cultures, and does so in relation to language use [...]"<sup>25</sup>. In those instances when the examples

---

19 Roman ÁLVAREZ and M. Carmen África VIDAL, "Translating: A Political Act" in M. Carmen África Vidal and Román Álvarez, *Translation, Power, Subversion*. Clevedon/Philadelphia/Adelaide, Multilingual Matters, 1996, p. 3.

20 Bella BRODZKI, *Can These Bones Live? Translation, Survival, and Cultural Memory*, California: Stanford University Press, 2007, p. 2.

21 Loredana POLEZZI, "Translation and Migration," *Translation Studies*, Vol. 5, no. 3, 2012, p. 348.

22 See, for example, Boris BUDEN, "Response," *Translation Studies*, Vol. 5, no. 3, 2012, pp. 364–8; Kyle CONWAY, "A Conceptual and Empirical Approach to Cultural Translation," *Translation Studies*, Vol. 5, no. 3, 2012, pp. 264–79; Harish TRIVEDI, "Translating Culture vs. Cultural Translation" in Paul St-Pierre and Prafulla C. Kar (eds.), *In Translation: Reflections, Refractions, Transformations*, Delhi, Pencraft International, 2005, pp. 251–60.

23 Maria TYMOCZKO, *Enlarging Translation, Empowering Translators*, Manchester, St Jerome Publishing, 2007.

24 Ronit RICCI, "On the Untranslatability of 'Translation': Considerations from Java, Indonesia" in Ronit Ricci and Jan van der Putten, *Translation in Asia: Theories, Practices, Histories*, Manchester, St Jerome Publishing, 2011, p. 57.

25 A. PYM, op. cit, p. 2.



supplied are understood as translation *sensu stricto*, the term *translation proper*<sup>26</sup> will be used.

The centrality of translation in the practice of historical research is magnified in contexts where language serves as an impediment to accessing knowledge. Inquiry into Philippine Hispanism (and by extension, into Philippine colonial history) largely depends on what Filipino scholars are able to extract from historical records written in Spanish, a language that over time has become quite inaccessible for many Filipinos. Lifshy, in this regard, has coined the term “The Magellan Fallacy,” in allusion to the Portuguese explorer who led the 1521 Spanish expedition to the Philippines, to underscore the paradox of a nation where a considerable fraction of whose literary canon runs the risk of being “alienated from a home audience, who could not be counted on to know Spanish.”<sup>27</sup> The repercussions of the fallacy can be disastrous, for as Cano<sup>28</sup> and Palanco Aguado<sup>29</sup> have shown convincingly, this dependence on translation has skewed our appreciation of the history of the Philippines under Spain. Certain texts were decontextualized and their stylistic tenor, modulated, so much so that the version that reaches the reader through translation can be read as a distortion. *Traduttore, traditore*, the Italians would have said, ‘the translator is a traitor.’ Translation as a form of remembrance is situated within a locus of difference,<sup>30</sup> in which “[w]e remember culturally, as we do individually, by conventions of emphasis, foreshortening, and omission.”<sup>31</sup>

While this preamble does not appear to make a case for TS as a worthy paradigm of inquiry, it certainly functions as a hermeneutic caveat in our study of Philippine colonial history. If history is translation and translation is a process that both reveals and occludes, then historical writing, by the same token, unavoidably constructs historical truth from a certain positionality, and is fashioned following the dominant motifs of textual production. The decisions the historian takes as an agent of translation in the creation

---

26 Dilek DIZDAR, “Translational Transitions: ‘Translation Proper’ and Translation Studies in the Humanities,” *Translation Studies*, Vol. 2, no. 1, 2008, pp. 89–102.

27 Adam LIFSHEY, *The Magellan Fallacy: Globalization and the Emergence of Asian and African Literature in Spanish*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2012, p. 5.

28 Glòria CANO, “Evidence for the Deliberate Distortion of the Spanish Philippine Colonial Historical Record in the Philippine Islands 1493–1898,” *Journal of Southeast Asian Studies*, Vol. 39, no. 1, 2008, pp. 1–30.

29 Fernando PALANCO AGUADO, “The Tagalog Revolts of 1745 According to Spanish Primary Sources,” *Philippine Studies*, Vol. 58, no. 1 and 2, 2010, pp. 45–77.

30 Maria TYMOCZKO, “Translations of Themselves: The Contours of Postcolonial Fiction” in Sherry Simon and Paul St-Pierre (eds.), *Changing the Terms: Translating in the Postcolonial Era*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2000, p. 158.

31 G. STEINER, op. cit., p. 29.

of the text must be read in correlation to his translatorial habitus, viz., a set of internalized dispositions that inform the creation of the text.<sup>32</sup> As Burke points out,

[i]f the past is a foreign country, it follows that even the most monoglot of historians is a translator. Historians mediate between the past and the present and face the same dilemmas as other translators, serving two masters and attempting to reconcile fidelity to the original with intelligibility to their readers.<sup>33</sup>

Given the space constraints, the following discussion will not be exhaustive in terms of examples or sources, but is instead a purposive enumeration of cases that illustrate my arguments. Although the main focus in this edition of the journal is the sixteenth and the seventeenth centuries, I have also included some texts published in later periods, given that periodization in TS does not always correspond to established centurial boundaries,<sup>34</sup> and that missionary writing typically builds up on previous materials.<sup>35</sup> The discussion is arranged thematically, and proceeds from an analysis of the Philippines as a product of translation, towards a reflection of the translated-ness of Asia. The presentation will not be chronological, since "[t]ranslation challenges the conventions of historiography by proposing a historical perspective that is never univocal, for in translation events often occur *in a different order*, not only chronologically but epistemologically as well."<sup>36</sup>

### Begetting through translation

Since the Spanish colonial enterprise was configured in such a way that the territorial conquest was justified through the evangelization of the colonized

---

32 Jean-Marc GOUANVIC, "A Model of Structuralist Constructivism in Translation Studies" in Theo Hermans (ed.), *Crosscultural Transgressions: Research Models in Translation Studies II: Historical and Ideological Issues*, Manchester, St Jerome Publishing, 2002, pp. 93–102; Rita WILSON, "Cultural Mediation through Translingual Narrative," *Target: International Journal on Translation Studies*, Vol. 23, no. 2, 2011, pp. 235–50; Michaela WOLF, "The Sociology of Translation and its 'Activist Turn,'" *Translation and Interpreting Studies*, Vol. 7, no. 2, 2012, pp. 129–43.

33 Peter BURKE, "Cultures of Translation in Early Modern Europe," in Peter Burke and R. Po-chia Hsia (eds.), *Cultural Translation in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, p. 7.

34 Georges BASTIN, "Subjectivity and Rigour in Translation History: The Case of Latin America" in Georges Bastin and Paul F. Bandia (eds.), *Charting the Future of Translation History*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2006, pp. 111–29; C. Foz, op. cit.

35 Manuel BREVA-CLARAMONTE, "El marco doctrinal de la tradición lingüística europea y los primeros misioneros de la colonia," *Bulletin hispanique*, Vol. 110, no. 1, 2008, p. 30; Marlon James SALES, "Aproximaciones al verbo 'ser' en las gramáticas misioneras del tagalo," *Humanities Dilemma*, Vol. 5, nn. 1 and 2 (2008), pp. 82–3.

36 Christopher LARKOSH, "Translating Women: Victoria Ocampo and the Empires of Foreign Fascination" in Maria Tymoczko and Edwin Gentzler (eds.), *Translation and Power*, Amherst/Boston, University of Massachusetts Press, 2002, p. 104. The author's italics.

peoples, the Catholic priest performed tasks that were beyond the immediate competencies of his spiritual ministry and were instead ancillary to the political objectives of colonial expansion.<sup>37</sup> The priest, in representation of the Church, was a pacifier of strife<sup>38</sup> and the “cement of social unity.”<sup>39</sup> He acted as tax collector, judge, character reference, political adviser and landowner.<sup>40</sup> His role in the Philippines becomes even more pronounced when one takes into account that the archipelago was essentially a profitless venture for Spain, and was retained as a colony principally for the proselytization of Asia.<sup>41</sup>

Missionaries were also pioneers in the systematization of indigenous knowledge, and were often credited for their contributions in the production of grammars, dictionaries, histories and devotional texts.<sup>42</sup> These texts were not only pedagogical materials that assisted ministers in learning about the colonies, but were also taken as “the fixing, once and for all, of the contemporary standard.”<sup>43</sup> The yield was immense: Sueiro Justel notes in his study of Spanish linguistics in the Philippines that by 1898 there were about 124 grammars and 108 references to vocabularies of Philippine languages, which in absolute terms constituted a feat that was similar to, if not greater than,

---

37 Barbara Watson ANDAYA, “Between Empires and Emporia: The Economics of Christianization in Early Modern Southeast Asia,” *Journal of the Economic & Social History of the Orient*, Vol. 53, no. 1/2, 2010, pp. 357–92; Jaime GORRIZ, “Pedro Chirino en la historiografía filipina: el manuscrito inédito de la ‘Primera parte de la historia de la provincia de Filipinas de la Compañía de Jesús’” in M.<sup>a</sup> Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico—La formación de una colonia: Filipinas*, Vol. I, Biblioteca de Historia, Madrid, Asociación Española de Estudios del Pacífico, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 227–47.

38 Pedro A. GAGELONIA, *Concise Philippine History*, Manila, Far Eastern University Consumers Cooperative, Inc., 1970, p. 194.

39 John Leddy PHELAN, *The Hispanization of the Philippines: Spanish Aims and Filipino Responses, 1565–1700*, Madison, University of Wisconsin Press, 1959, p. 159.

40 Teodoro A. AGONCILLO, *History of the Filipino People*, Quezon City, Garotech, 1990, p. 79; Nicholas CUSHNER, *Spain in the Philippines: From Conquest to Revolution*, IPC Monographs, Quezon City/Rutland, Vt., Ateneo de Manila University/C.E. Tuttle, 1971, p. 99; Peter G. GOWING, *Islands under the Cross: The Story of the Church in the Philippines*, Manila: National Council of Churches in the Philippines, 1967, p. 61.

41 Inmaculada ALVA RODRÍGUEZ, “La centuria desconocida: el siglo xvii” in Leoncio Cabrero (ed.), *Historia general de Filipinas*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 2000, pp. 207–48; Henry Arthur Francis KAMEN, *Spain’s Road to Empire: The Making of a World Power, 1492–1763*, London, Allen Lane, 2002.

42 Sandra BREITENBACH, *Missionary Linguistics in East Asia: The Origins of Religious Language in the Shaping of Christianity?*, Germany, Peter Lang, 2008; Nicholas OSTLER, “The Social Roots of Missionary Linguistics” in Otto Zwartjes and Even Hovdhaugen, *Missionary Linguistics/Lingüística Misionera—Selected Papers from the First International Conference on Missionary Linguistics*, Vol. 106, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2003, pp. 33–46; Emilio RIDRUEJO, “Lingüística misionera” in Josefa Dorta, Cristobal Corrales and Dolores Corbella (eds), *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico: fundamentos epistemológicos y metodológicos*, Madrid, Arco Libros, 2007, pp. 435–77.

43 N. OSTLER, op. cit., p. 44.

that of Latin America.<sup>44</sup> Missionaries likewise penned extensive chronicles on the progress of their ecclesiastical provinces in the preaching of the Christian faith and the establishment of local churches. These chronicles touch on the social and cultural histories of various ethnolinguistic groups in the archipelago, and are valuable resources not only for historiography,<sup>45</sup> but also for a postcolonial critique of history.<sup>46</sup> To a certain extent, whatever we know and do not know about Philippine pre-history and colonial history, whatever we remember or forget about the first years of contact between the Philippines and Spain is always contingent upon what these friars have recorded in their writings. As Lach points out,

[a]lmost no native writings of the pre-conquest period are extant, and significant archeological remains and inscriptions are few. Aside from the European sources, the historical records of the pre-Spanish period are limited to scattered references in the sparse annals of the neighboring insular areas and in the Chinese histories.<sup>47</sup>

Although peripheral to what is readily considered literature in its narrowest canonical formulation, missionary grammars and histories can be read as translations inasmuch as they constituted a set of practices “whose aim was to compact and reduce an alien reality into the terms imposed by a triumphant Western culture.”<sup>48</sup> Trained in the Christian traditions of Europe, the missionaries were wont to emplot the history of the colonies into the overarching narrative of Christian redemption. We read, for example, in the 1751 chronicle of the Jesuit priest Juan José Delgado (Cadiz, 1697–Leyte,

44 Joaquín SUEIRO JUSTEL, *Historia de la lingüística española en Filipinas (1580–1898)*, [2nd ed.], Lugo, Axac, 2007, p. 171.

45 See, for example, Josep M. FRADERA, “La formación de una colonia. Objetivos metropolitanos y transacciones locales” and Albina PECZON-FERNANDEZ, “The Politics of Language and the Language of Politics: A Preliminary Study of the Spanish Language in Colonial Philippines” in M.<sup>a</sup> Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico — Colonialismo e identidad nacional en Filipinas y Micronesia*, Vol. II, Biblioteca de Historia, Madrid, Asociación Española de Estudios del Pacífico, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, Vol. I, pp. 83–103 and Vol. II, pp. 219–33, respectively.

46 For instance, Walter, MIGNOLO, *Local Histories/Global Designs Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 2000; V. L. RAFAEL, op. cit.

47 Donald F. LACH, *Southeast Asia in the Eyes of Europe: The Sixteenth Century*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1968, p. 624. See also Sylvain AUROUX, *La révolution technologique de la grammatisation: introduction à l'histoire des sciences du langage*, Liège, Mardaga, 1994, p. 37. Walter MIGNOLO, *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1995, pp. 112–28.

48 Sherry SIMON, “Introduction” in Sherry Simon and Paul St-Pierre (eds.), *Changing the Terms: Translating in the Postcolonial Era*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2000, p. 11.

1755)<sup>49</sup> that the Philippine archipelago came to being during the creation of the world as narrated in the Book of Genesis:

El origen de estas Yslas es de fee Divina, que fue el mismo dela creación del universo, sacandolas la Omnipotencia del Criador, con la fuerza desu palabra del no ser, al ser, quando en el principio crio el Cielo, y la Tierra. Pero como no conste del sagrado texto, sí fueron criadas precisamente como Islas, separadas del continente [...]<sup>50</sup>

Franciscan historian Juan Francisco de San Antonio (Madrid, 1682–Manila, 1744),<sup>51</sup> on the other hand, marked the creation of the islands from the time of the Great Flood, explaining that, “el ser aquí tantas estas Islas, y tan continuadas, nos hace creible, que después del Diluvio se formarían muchas de ellas.”<sup>52</sup> Another Franciscan, the grammarian Melchor de Oyanguren de Santa Ynes (Guipuzcoa, 1688–Mexico, 1747),<sup>53</sup> argued in his 1742 Tagalog grammar that the diversity of tongues was due to the “calamidad de todas las Lenguas, que procedieron de la Torre de Babel, que unas se destruyeron del todo; otras se mezclaron con otras distintas, y otras se dividieron en distintos Dialectos.”<sup>54</sup>

These examples show that translation was performed in its most primordial form by transferring the country from the inexistence of collective remembrance into an a priori recognition of the numinous promise of the Biblical narrative. These islands in the Pacific should have always been there since the very beginning, hidden beneath the “tinieblas de la muerte, viviendo ciegos debaxo del tyranico imperio de Satanás,” as the Augustinian historian Gaspar de San Agustín (Madrid, 1650–Manila, 1724)<sup>55</sup> reported,

---

49 Horacio de la COSTA, *The Jesuits in the Philippines 1581–1768*, Cambridge, Harvard University Press, 1961, p. 611.

50 Juan José DELGADO, *Historia general sacroprofana, política y religiosa de las Islas del Poniente llamadas Filipinas*, 1751 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), Book 1, Chapter I, p. 2.

51 Wenceslao RETANA, *Sucesos de las Islas Filipinas por el Dr. Antonio de Morga*, Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1909, p. 570.

52 Juan Francisco de SAN ANTONIO, *Chronicas de la apostolica prouincia de S. Gregorio de religiosos descalzos de N.S.P.S. Francisco en las Islas Philipinas, China, Japon, & C.*, Sampaloc, Manila, Convento de Nuestra Señora de Loreto del Pueblo de Sampaloc, Fr. Juan del Sotillo, 1738 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), Book 1, Chapter II, p. 6.

53 José Toribio MEDINA, *La imprenta en México (1539–1821)*, Vol. 3, Santiago de Chile, Author's own print shop, 1908 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), pp. 514–5.

54 Melchor OYANGUREN DE SANTA YNES, *Tagalysmo elucidado y reducido (en lo possible) á la latinidad de Nebrija*, Mexico, Francisco Xavier Sánchez, 1742 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), p. 1.

55 W. RETANA, *op. cit.*, p. 570.

and waiting to be brought back into the light of Christian truth.<sup>56</sup> It was God, continued San Agustín, who in His mercy willed that these islands be “discovered” apropos. Hence, in imitation of the first Apostles who through the power of the Holy Spirit were able to preach the Gospel in a multitude of tongues, missionaries were encouraged to pray that they be likewise endowed with a similar gift in order to fulfill their salvific mission. “Lengua de fuego os pido,” wrote the Dominican Francisco Blancas de San José (Tarazona, 1560–Pacific Ocean, 1614)<sup>57</sup> in the prefatory prayer of his 1610 grammar of Tagalog, “con q abrasado mi pecho, se enciendan los oyentes con vuestro amor.”<sup>58</sup>

### Translation and the practice of naming

Translation proper was prominent in the nomothetic sections of grammars and histories, as toponyms and demonyms were often introduced in missionary texts as translations of concepts or experiences. The name of the Philippines is a good example:

Despues con la ocasiõ de aver dado vista Magallanes â este Archipiélago en el año de 1521, en vn Sabado, que comúnmente llamamos el de *Lazaro*, en reverencia de dia tan santo, y nombrado, tituló con el de *San Lazaro* â este Archipiélago; y en muchos Mapas està impresso este titulo de *Archipiélago de San Lazaro*. // Continuando esta Conquista en el año de 1543, el General Ruy Lopez de Villalobos, las diò el nombre de *Islas Philipinas*, â contemplación, y obsequio del Principe de España Don Philipo. Como fuè desgraciada su Cõquista, fuè tambien este nombre desgraciado, y en breve tiempo se fue perdiendo, y tomando cuerpo el nombre antiguo de *Islas de Ponizte*, ñ le avian dado los Castellanos.<sup>59</sup>

Whether the name was *Filipinas* or *Archipiélago de San Lázaro* or *Islas de Poniente*, it was clear from the historical account that the country was designated through translation. Elsewhere, the historian San Antonio<sup>60</sup> and the grammarian Oyanguren<sup>61</sup> similarly mentioned that the word *Tagalog* came

56 Gaspar SAN AGUSTÍN, *Conquistas de las islas Philipinas: la temporal por don Phelipe Segundo el Prudente; y la espiritual, por los religiosos del Orden de san Agustín*, Vol. 1, Madrid, Manuel Ruiz de Murga, 1698 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), Book 1, Chapter II, p. 1.

57 Diego ADUARTE, *Historia de la provincia del Sancto Rosario de Filipinas, Japon, y China de la sagrada Orden de Predicadores*, Zaragoza, Domingo Gascón, 1693 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), pp. 403–13. The year of birth was taken from Emilio RIDRUEJO, “El problema de la descripción del sujeto o del tópic nominal en las primeras gramáticas filipinas” in Otto Zwartjes, Gregory James and Emilio Ridruejo (eds.), *Missionary Linguistics III/Lingüística misionera III: Morphology and Syntax*, Amsterdam, John Benjamins, 2007, p. 237.

58 Francisco BLANCAS DE SAN JOSÉ, *Arte y reglas de la lengua tagala*, Bataan, Tomás Pinpin, 1610 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), n.p.

59 J. F. de SAN ANTONIO, op. cit., Book 1, Chapter III, p. 9 (the author’s italics).

60 *Idem, ibidem*, Chapter XXXIV, p. 134.

61 M. OYANGUREN DE SANTA YNES, op. cit., p.1.

from the phrase *taga-ylog* ( $\approx$ *taga-ilog*) ‘from the river.’ Jesuit historian Francisco Colín (Ripoll, 1592–Makati, 1660),<sup>62</sup> meanwhile, explained in his 1663 chronicle that the people of the Visayas were called *Pintados* ‘The Painted Ones’ because of their tattoos.<sup>63</sup>

In addition, translation proper was given in those sections of the texts where customs and traditions of the colony were described and contrasted to familiar parameters. An example of this was when San Antonio described boiled rice as “[e]l *pan* de los Naturales.”<sup>64</sup> Words such as *comida* or *manjar* certainly existed in Castilian during this time, but the way rice was translated by San Antonio as the indigene’s bread was indicative of the stylistic considerations the historian took into account in his historicization of indigenous culinary habits. Far from the tactile and gustatory specificities of the victual itself, the signifier *pan* connoted quotidianity: rice was *pan* in that it was the Filipinos’ staple meal. Indeed, by cross-checking food-related entries in a Tagalog missionary dictionary—say, in the 1613 *Vocabulario de lengua tagala* by Fray Pedro de San Buenaventura (?–Pacific Ocean, 1627)<sup>65</sup>—we can easily see that this schematic equivalence was operative in missionary writing. *Comida*<sup>66</sup> and *manjar*<sup>67</sup> were both translated as *canin* ( $\approx$ *kanin*), which though referred strictly to *morisquesta* ‘boiled rice,’ could be used, according to the Franciscan lexicographer, to refer to “cualquier tipo de guisado.” Along these lines, it may be recalled that the *Doctrina christiana* of 1593, one of the earliest printed texts in the Philippines, proposed a translation solution that ran parallel to the examples I have mentioned. The line *panem nostrum quotidianum da nobis hodie* from the *Pater Noster* prayer, whose Spanish translation retained the signifier *pan* (i.e., *danos hoy nuestro pan de cada día*), was rendered in Tagalog as *bigyã mo camí ngaion nangamin cacanin para nangsa araoarao*,<sup>68</sup> where the noun *panem/pan* was transposed into the verbal nominative *cacanin*, derived from the root *canin* ‘rice.’

62 H. de la COSTA, op. cit., p. 611; W. RETANA, op. cit., p. 530.

63 FRANCISCO COLÍN, *Labor euangelica, ministerios apostolicos de los obreros de la Compañia de Iesus: Fundacion, y progressos de su prouincia en las Islas Filipinas*, Vol. 1, Madrid, Joseph Fernandez de Buendia, 1663 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), Book 1, Chapter XIV, p. 60.

64 J. F. de SAN ANTONIO, op. cit., Book 1, Chapter VIII, p. 27. The author’s italics.

65 W. RETANA, op. cit., p. 570.

66 PEDRO DE SAN BUENAVENTURA, *Vocabulario de lengua tagala*, Pila, Tomas Pinpin and Domingo Loag, 1994 [1613] (Facsimile published by Librería París Valencia, Valencia, Spain), p. 173.

67 *Idem, ibidem*, p. 405.

68 [s.a.], *Doctrina Christiana, the First Book Printed in the Philippines, Manila, 1593*, Edwin Wolf (ed.), 2005 [1593.] [Accessed on 24/04/2014]. Available from <http://www.gutenberg.org/files/16119/16119-h/16119-h.htm>.

Most importantly, translationality was prominent in the translation of religion. Many scholars have already demonstrated the problematics of translating religious concepts in missionary texts in both the Philippines and Latin America. Their analyses maintain that the missionaries detected a certain degree of incommensurability between the terms the locals had to refer to their deities and those that the missionaries eventually employed to designate the Christian God and the pantheon of saints.<sup>69</sup> Indeed, colonial historians writing on the Philippines, such as the Jesuit Pedro Chirino (Osuna, 1557–Manila, 1635),<sup>70</sup> spoke about the local gods as untranslated signifiers in a Christianized discourse:

En estos cantares barbaros cuentan las fabulosas genealogias i vanos hechos de sus dioses. Entre los quales hacen uno principal, i superior de todos: a quienes los Tagalos llaman Bathala Mei capal, que quiere dezir el dios fabricante, o hazedor; i los Bissayas Laon, que denota antiquedad. (...) Al cuervo adoraban (como los antiguos al dios Pan, o a la diosa Ceres) llamándole Mei lupa; que quiere dezir el dueño del suelo. Al Cayman tenían en grandissima veneracion: i en todo su juicio. Quando le vian en el agua, lo llamavan Nono, que quiere decir aguero.<sup>71</sup>

The names of pre-Christian deities were deemed incompatible to the Christian *Dios*, while the practice of worshipping creatures such as the raven and the crocodile was modulated as a form of worship similar to that accorded to the Roman gods. The local belief system was framed as an aberration, an abhorrent defect that kept the indigenous people from attaining grace. Local deities—*Bathala*, *Laon*, *Nono*, or whoever else—were made equivalent to Pan or Ceres, whose significance and signification were bound within the contextual contours of the Filipinos' pre-conquest religion but were incapable of crossing over the cultural interstices.

69 For example, Rebeca FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, "Traducción de términos religiosos en los vocabularios filipinos (1565–1800)" in Otto Zwartjes, Klaus Zimmerman and Martina Schrader-Kniffki (eds.), *Missionary Linguistics V/Lingüística Misionera V-Translation Theories and Practices. Proceedings from the Seventh International Conference on Missionary Linguistics (Bremen, Germany)*, Vol. 5, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2012, pp. 273–94; Esperanza LÓPEZ PARADA, "Poder y traducción coloniales: el nombre de Dios en lengua de Indios," *Revista Chilena de Literatura*, Vol. 85, 2013, pp. 129–56. See also Jan ASSMANN, "Translating Gods: Religions as a Factor of Cultural (Un)Translatability" in Sanford Budick and Wolfgang Iser (eds.), *The Translatability of Cultures: Figurations of the Space Between*, Stanford, California, Stanford University Press, 1996, pp. 25–54.

70 W. RETANA, op. cit., p. 532. H. de la COSTA, op. cit., p. 610.

71 P. CHIRINO, *Relacion de las islas Filipinas i de lo qve en ellas an trabajado los Padres de la Compañia de Iesus*, Rome, Esteban Paulino, 1604, pp. 52–3.



## Asia as a translation

The examples I have given thus far concern the modes through which the Philippines was translated in missionary histories and grammars. But missionary texts were a locus not only for the translation of the Philippines, but also for the translation of Asia, forasmuch as the expansion towards the continent was part of Spain's colonial aspirations and was hence a recurring theme in Philippine missionary writing. Missionary writers, however, did not refer to any single Asia, and there was no extensive entry on Asia as a unitary geographical and cultural space in missionary texts. Historians wrote meticulous chronicles about nearby countries to where Catholic missions were sent, and often highlighted how different their people and surroundings were from one another. As such, Franciscan historian Marcelo de Ribadeneyra focused on China, Cochinchina, Siam and Cambodia in the second book of his history,<sup>72</sup> and on Japan in his fourth, always in relation to missionary undertakings in these areas.<sup>73</sup> The Dominican Diego Aduarte had a thematic index, the *Índice de las cosas más notables*, at the end of his history,<sup>74</sup> where he listed down his observations on the traditions and customs of the people in those places that were made objects of the missions organized by the Order of Preachers.

The political organizations of these countries fascinated missionary historians, who translated them by establishing schematic equivalences with the imageries of a European kingdom. Ribadeneyra thus spoke of the *reinos* ('kingdoms') of China, Tartaria, Cochinchina and Siam.<sup>75</sup> The kingdom of China, he said, was ruled by a *señor y rey universal*, who counted on *virreyes* and *gobernadores* in the exercise of his powers. Appointments, he added, were carried out "*no haziendo caso de linage, sino de letras.*"<sup>76</sup> The same was true in Japan, which was ruled by a *rey natural* called *Vo* or *Dairi*, who divided his kingdom among his *capitanes*, called *tonos*.<sup>77</sup> In the kingdom of Cambodia, Ribadeneyra went on to say, were ruins of an ancient city, which was so magnificent that it could only have been built either by Alexander the Great or the Roman Empire.<sup>78</sup>

In a similar fashion, the missionaries who were investigating the languages of the colonies employed essentialist differentiations to illustrate grammatical

---

72 M. RIBADENEYRA, op. cit., pp. 93–188.

73 *Idem, ibidem*, pp. 349–470.

74 D. ADUARTE, op. cit., n.p.

75 M. RIBADENEYRA, op. cit., pp. 109, 144, 155, 163, 184.

76 *Idem, ibidem*, pp. 103–4.

77 *Idem, ibidem*, p. 351.

78 *Idem, ibidem*, p. 187.

rules. In his 1679 Tagalog grammar, for example, the Franciscan Fray Agustín de Magdalena (León, ?–Santa Cruz, Laguna, 1689)<sup>79</sup> illustrated the usage of the clitic *mag-* by appending it to demonyms:

Este *mag*, con nombres de nacion dize averse en algo como la gente de aquella nacion, estado, ô oficio, *magtagalog* averse como Tagalog, *magcastila* como Español, *maglalaqui* como hombre, &c. para lo que toca al vestido mejor se dize, *magramit Iapon* vistete como Japon, para quitar la equivocacion. *Mag* con nombres de vestidos, dize vsar de ellos *mag tapis* ponerse, ô traer *tapis* vestidura de India en lugar de saya.<sup>80</sup>

Although primarily a grammatical commentary, the explanation presented here by Magdalena was anchored on the perceived distinctions among the different groups of people in the translatorial habitus. *Magramit Iapon* ('to dress up like a Japanese') was not the same as *magtapis* ('to wear a *tapis*'), a type of overskirt, which the friar explicited as *vestidura de India* ('an Indio woman's article of clothing'). *Mag-Tagalog* ('to be Tagalog') was different from *mag-Kastila* ('to be Spaniard').

The same principle was at work in the grammar of Fray Toribio Minguella de las Mercedes (La Rioja, 1836–Navarre, 1920),<sup>81</sup> an Augustinian Recollect, who explained the use of the prefix *magsa-* by proposing the phrase *portarse como* ('to behave like') as a translation solution. *Magsa-insic* was *portarse como chino* ('to behave like a Chinese'), *magsa-tagalog* was *portarse como tagalo* ('to behave like a Tagalog'), *magsa-bisaya* was *portarse como visaya* ('to behave like a Visayan'), *magsa-camorosan* was *portarse como moro* ('to behave like a Muslim'), and so on.<sup>82</sup> Note that no further explanation was given to define what "Chinese-ness," or "Tagalog-ness," or "Muslim-ness" entailed, which in turn would suggest that some sort of tacit cultural leitmotif was already in place, which allowed the signifiers to be understood within the bilingual ambit of the text.<sup>83</sup>

79 J. T. MEDINA, op. cit., Vol. 2, pp. 508–9.

80 Agustín de la MAGDALENA, *Arte dela lengua tagala, sacado de diversos artes*, Mexico, Francisco Rodríguez Lupercio, 1679, p. 42.

81 The date of birth was given in W. RETANA, op. cit., p. 553. Minguella at this time was still alive, and was serving as the bishop of Siguënza, after a brief stint as bishop of Puerto Rico. He died in the municipality of Cintruénigo in Navarre in 1920.

82 Toribio MINGUELLA DE LAS MERCEDES, *Ensayo de gramática hispano-tagala*, Escolta, Manila, Establecimiento Tipográfico de Plana y C<sup>o</sup>, 1878 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), p. 281.

83 These concerns are at the heart of cultural translation. For a more thorough discussion, please refer to Boris BUDEN and Stefan NOWOTNY, "Cultural Translation: An Introduction to the Problem," *Translation Studies*, Vol. 2, no. 2, 2009, pp.196–208.

Nomothetic accounts on Asia were similarly translational, the best and most famous example of which was perhaps the name given to the Chinese. San Agustín reported that, “[l]laman los de la Isla de Manila à los Chinos, Sangleyes, que quiere dezir Mercaderes que vienen; y sale este nombre de estas dos palabras Chinas, xiang lay, que significan lo mismo.”<sup>84</sup> Translation in this particular example happened as a series of successive adaptations. The people were translated by establishing equivalence between their race (Chinese) and their profession (merchants), and then by adapting a word in both form and meaning from the language spoken by the people themselves as their designative appellation.

It can be affirmed from the foregoing that the concept of “Asia” during the colonial period was indeed quite nebulous. In this regard, one might recall the work of Zialcita,<sup>85</sup> who has traced how the word was constructed in the Western imaginary, and has located it in the dichotomized vision of a rational West and a mystic East, the pure Self and the contaminating Other, as Rojinsky would have put it.<sup>86</sup> The exoticism of the East was so recurrent a theme in colonial writing that Augustinian friar Joaquín Martínez de Zúñiga (Navarre, 1760–Manila, 1818)<sup>87</sup> opined that

[n]uestros Historiadores afectando siempre lo maravilloso dividen en diferentes castas las gentes, que los Españoles encontraron en Philipinas. No faltan en sus Historias los Sátiros, los hombres con rabo, los hombres Marinos, y quanto puede causar admiración en la humana naturaleza.<sup>88</sup>

In like manner, San Antonio made a succinct review of all the theories that had been made as regards their origins in the introduction to his chapter on the Indios:

Y esto es, dejando à vn lado otros muchos absurdos, que hân escrito, de que los Indios fueron ex putre producidos, como animales immundos, ô como plâtas silvestres del Campo, ô haciéndolos mucha merced otros, les dieron por Padre al Sol, que de alguna material noble los produjo: otros por Arte ingeniosa de Chímicos, ô de Mágicos: otros, que hubo dos Adânes en el Mundo, vno en la Asia, y otro en las Indias Occidentales, y que de vno de ellos proceden nuestros Indios:

84 G. de SAN AGUSTÍN, op. cit., Book 2, p. 253.

85 Fernando ZIALCITA, “Why insist on an Asian flavor?” in M.<sup>a</sup> Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico—Colonialismo e identidad nacional en Filipinas y Micronesia*, Vol. II, Biblioteca de Historia, Madrid, Asociación Española de Estudios del Pacífico, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 5–11.

86 David ROJINSKY, *Companion to Empire: A Genealogy of the Written Word in Spain and New Spain, c. 550–1550*, Amsterdam/New York, Rodopi, 2010, p. 126.

87 W. RETANA, op. cit., p. 551.

88 Joaquín MARTÍNEZ DE ZÚÑIGA, *Historia de las islas Philipinas*. Sampaloc, Fr Pedro Argüelles de la Concepción, 1803 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España), pp. 19–20.

otros, que yà avia Gentes en el Mundo, antes que Adàm fuesse criado; y que de aquellas procedian los Gentiles, y de Adàm los Hebreos.<sup>89</sup>

Although, to be fair, both Martínez de Zúñiga and San Antonio refuted these theories at the end of their respective introductions, these paragraphs nevertheless presented how the alterity of the colonies was synthesized as a convenient model for textualization.

### The Devil as a translated historical actor

Also worthy of note is the involvement of the Devil in San Antonio's account as an active and pivotal participant in human affairs. Even though the Franciscan used it in this particular instance to reject exoticized portrayals of the Indios, the figure of the Devil would prove to be a reiterative device in missionary writings to mark colonial differences. The exotic character of the East was often justified through its association with evil. The Devil was said to have incited the cruelty of the Japanese against missionary martyrs,<sup>90</sup> while the setbacks that the missionaries encountered in Cochinchina were attributed to his machinations.<sup>91</sup> The failure to preach in China was the fruit of his treachery,<sup>92</sup> and he could even influence the affairs of state in Macau.<sup>93</sup>

The immanence of evil in anything that did not resemble Christianity was employed to problematize its peculiarity, as this description of China from San Antonio's history reveals: "Miraba vn Reyno tan opulento, como poblado de Bárbaros, y se lastimaba de ñ estudiéssen sujetos al demonio vnos Hombres tan racionales, ingeniosos, políticos, sabios, entre las densas tinieblas de Idolatrías, Supersticiones, y brutales Ritos."<sup>94</sup> The Franciscan bemoaned the incompatibility between an opulent kingdom of rational men and the barbarity of demoniac darkness to which the same kingdom was subjected. Enlightenment in missionary writing, it appears, was not a measure of human reason, but was rather a function of Christian truth. Despite the achievements of the Chinese civilization, which missionaries often reported on with awe, the Chinese were faulted for their idolatrous practices.

As in the case of the Philippines, local rituals that were incongruous with Christian practices were dismissed as abominable colloquia with the Devil. Fray Marcelo de Ribadeneyra observed that, "los Chinos (como tienen de

89 J. F. de SAN ANTONIO, *op. cit.*, Book 1, Chapter XXXIX, p. 129.

90 D. ADUARTE, *op. cit.*, Book 1, Chapter XI, p. 459.

91 M. RIBADENEYRA, *op. cit.*, p. 157.

92 D. ADUARTE, *op. cit.*, Book 1, Chapter VI, p. 17.

93 J. F. de SAN ANTONIO, *op. cit.*, Book 3, Chapter XII, p. 617.

94 *Idem, ibidem*, Book 2, Chapter XX, p. 381.

costūbre en semejantes trabajos) pidieron en aquel trabajo a sus Idolos, hechando suertes, y ofreciendo olores. Y siempre les suele responder el demonio, entrando en alguno de ellos.”<sup>95</sup> Meanwhile, those rituals that had some resonance to Christian liturgical practices were taken as permutations of a certain universal form of religious worship to the one true God. On the Japanese religion Ribadeneyra wrote that, “[y] aunq no tienē (como dixē) conocimiento claro de Dios, despues q̃ han rogado a sus Idolos alguna cosa, si no salen con ella, suelen con grā despecho dezir. Hagase lo que Tento quisiere, y bien entēdido lo q es Tento, es lo mismo que Dios nuestro Señor.”<sup>96</sup>

These accounts sustain that translational writing had a modality that was either disjunctive or reconciliatory. On the one hand, it could distance an ethnographical observation by contrasting it with what was held as true or good or acceptable. On the other, it could also be utilized to fix belongingness and mark an observed practice as permissible. This is what Carbonell terms as the estranging and familiarizing effects of cultural translation,<sup>97</sup> a refinement of Lawrence Venuti’s celebrated translation metaphor of foreignization versus domestication.<sup>98</sup> From a translational perspective, history was useful in establishing textual distances between the colonizer and the colonized, and often accentuated the ambivalence of their relationship. The colonized, though flawed, were not inherently evil and were also worthy of redemption.

Both passages likewise support what has been previously described as the emplacement of colonized subjects into colonial history. The opposition between God and Satan, between Christian and pagan, between good and evil, between truth and non-truth, was a topos that polarized these subjects into tropes that accommodated conflicting stories into a syncretic narrative. Take this fragment of San Agustín’s history as another example:

Viendo nuestros Religiosos el espacioso campo, que se les abria à su ardiente deseo de propagar la Fè de Christo en todas las Naciones de este Archipiélago, consideraron el colmado fruto, y crecido logro que podian esperar con la conversion de vna Nacion tan politica, y sabia como era la de aquel Imperio, por el natural afable, y buena disposicion, que en los Chinos conocían, y el buen gobierno que en su tierra tenian; pues el Monarquico, que tienen, se dize aver comenzado 2952 años antes del nacimiento de Christo N. Redemptor, segun el computo de las Cronologias, yse entiende, que FoKi, primer Rey de la China, fue vno de los que entraron en el Arca de Noè [...]<sup>99</sup>

95 M. RIBADENEYRA, *op. cit.*, pp. 99–100.

96 *Idem, ibidem*, p. 354.

97 Ovidi CARBONELL I CORTÉS, “Misquoted Others: Locating Newness and Authority in Cultural Translation” in Theo Hermans (ed.), *Translating Others*, Vol. 1, Manchester, St Jerome Publishing, 2006, p. 46.

98 Lawrence VENUTI, *The Translator’s Invisibility*, London/New York, Routledge, 1995.

99 G. de SAN AGUSTÍN, *op. cit.*, Book 2, p. 251.

The spiritual conquest of China was imagined as the zenith, the *colmado fruto* and the *crecido logro*, of Christian proselytization in Asia. The Chinese, after all, had always been part of the history of salvation, since their first emperor—or so San Agustín speculated based on the works of Cornelio, Samerio, Genebrardo and Belarmino, all cited in the marginalia—was among those who entered Noah's ark before the Great Deluge. We once again see how missionary writing emplaced secular history into the grand Christian narrative. Whether or not the story in the Book of Genesis accounted outright for a Chinese emperor among Noah's household and/or the pairs of animals who were admitted into the ark was immaterial in the description. The Chinese emperor had to be there. He had to be translated into the space.

Compare this to San Agustín's account of how the Japanese imagined their creation:

En lo q toca al principio q tuuieron las cosas, dizen los engañadores dela gente comun, que al principio hauia vn globo como hueuo. y que vn gråde ayre se quebro por medio, y q de la mitad se hizo la tierra, y dela otra mitad el cielo, y del medio salieron tres hombres y tres mujeres, de quien procedieron los Iappones los quales dezian que el sol andaua el rededor de vn monte junto a Iappon.<sup>100</sup>

For the missionary, that the first Japanese were said to have come out of an egg-like sphere was but an explanation that deceivers offered to the commonfolk, and was therefore not true. In light of these examples, it can be said that colonial histories and grammars were written from the missionaries' position as truth-bearers, and were conceived as instruments of conversion. It was through translation that missionary writings "designated one particular epistemic/theological perspective as correct, conceiving as deviant and insufficient other forms of knowledge."<sup>101</sup> Translationality in missionary writing did not only constitute the overt transformation of texts at the level of the word or the idea, but was also ideated as "el traducir los coraçones de Regiones tan incultas, y asperas del engaño diabólico, a la verdad Euangelica sacrosanta [...]"<sup>102</sup>

100 *Idem, ibidem*, Book 4, p. 396.

101 Walter MIGNOLO and Freya SCHIWY, "Double Translation: Transculturation and the Colonial Difference" in Tullio Maranhão and Bernhard Streck (eds.), *Translation and Ethnography: The Anthropological Challenge of Intercultural Understanding*, Tucson, The University of Arizona Press, 2003, p. 5.

102 "Parecer del P. Maestro Fray Migvel de Cardenas, Predicador de su Magestad, y Calificador del Consejo de Insquision" in F. COLÍN, op. cit., n.p.

## Conclusion

The “cultural turn” has allowed TS to participate discursively with other fields of the human sciences, and to put forward the tools of literary inquiry as a mode of analyzing history. A translational reading of historical accounts attempts to problematize how they were authored by agents, whose positionality informed and colored the texts. Philippine missionary-colonial writings constitute an important corpus not only for the study of colonial history, literature and grammar, but also for an exploration of the applications of cultural translation in missionary-colonial narratives. In the examples given in this paper, translation was concomitant to the production of knowledge through the transfer of meanings onto the ideological template of colonial authorship. Equivalence was established either by emplotting a historical observation into the pre-existing Christian narrative of salvation, or by depicting it as an idolatrous aberration from Christian truth.

The metaphor of the *entrepôt* locates the Philippines in a position of “in-betweenness,” the same interstitial locus that has so intrigued many TS scholars of late. Future researches on Philippine colonial history may benefit from a translational approach that explores such positionality, in the same way that TS has gained so much through its interdisciplinary incursions into history.

### Printed Sources and Bibliography

- [s.a.], *Doctrina Christiana, the First Book Printed in the Philippines, Manila, 1593*, Edwin Wolf (ed.), 2005 [1593]. [Accessed on 24/04/2014.] Available from <http://www.gutenberg.org/files/16119/16119-h/16119-h.htm>.
- ADUARTE, Diego, *Historia de la provincia del Sancto Rosario de Filipinas, Japon, y China de la sagrada Orden de Predicadores*, Zaragoza, Domingo Gascón, 1693.
- AGONCILLO, Teodoro A., *History of the Filipino People*, Quezon City, Garotech, 1990.
- ALVA RODRÍGUEZ, Inmaculada, "La centuria desconocida: el siglo xvii" in Leoncio Cabrero (ed.), *Historia general de Filipinas*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 2000, pp. 207–48.
- ÁLVAREZ, Roman and VIDAL, M. Carmen África, "Translating: A Political Act" in M. Carmen África Vidal and Román Álvarez, *Translation, Power, Subversion*. Clevedon/Philadelphia/Adelaide, Multilingual Matters, 1996, pp. 1–9.
- ANDAYA, Barbara Watson, "Between Empires and Emporia: The Economics of Christianization in Early Modern Southeast Asia," *Journal of the Economic & Social History of the Orient*, Vol. 53, no 1/2, 2010, pp. 357–92.
- ASSMANN, Jan, "Translating Gods: Religions as a Factor of Cultural (Un)Translatability" in Sanford Budick and Wolfgang Iser (eds.), *The Translatability of Cultures: Figurations of the Space Between*, Stanford, California, Stanford University Press, 1996, pp. 25–54.
- AUROUX, Sylvain, *La révolution technologique de la grammatisation: introduction à l'histoire des sciences du langage*, Liège, Mardaga, 1994.
- BANDIA, Paul F., "The Impact of Postmodern Discourse on the History of Translation" in Georges Bastin and Paul F. Bandia (eds.), *Charting the Future of Translation History*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2006, pp. 45–58.
- BANKOFF, Greg, "Selective Memory and Collective Forgetting: Historiography and the Philippine Centennial of 1898," *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*, Vol. 157, no. 3, 2001, pp. 539–60.
- BASTIN, Georges, "Subjectivity and Rigour in Translation History: The Case of Latin America" in Georges Bastin and Paul F. Bandia (eds.), *Charting the Future of Translation History*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2006, pp. 111–29.
- BLANCAS DE SAN JOSÉ, FRANCISCO, *Arte y reglas de la lengua tagala*, Bataan, Tomás Pinpin, 1610 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- BREVA-CLARAMONTE, Manuel, "El marco doctrinal de la tradición lingüística europea y los primeros misioneros de la colonia," *Bulletin hispanique*, Vol. 110, no. 1, 2008, pp. 25–59.
- BREITENBACH, Sandra, *Missionary Linguistics in East Asia: The Origins of Religious Language in the Shaping of Christianity?*, Germany, Peter Lang, 2008.
- BRODZKI, Bella, *Can These Bones Live? Translation, Survival, and Cultural Memory*, California, Stanford University Press, 2007.
- BUDEN, Boris, "Response," *Translation Studies*, Vol. 5, no. 3, 2012, pp. 364–8.
- BUDEN, Boris and NOWOTNY, Stefan, "Cultural Translation: An Introduction to the Problem," *Translation Studies*, Vol. 2, no. 2, 2009, pp.196–208.
- BURKE, Peter, "Cultures of Translation in Early Modern Europe," in Peter Burke and R. Po-chia Hsia (eds.), *Cultural Translation in Early Modern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 7–38.



- CANO, Glória, "Evidence for the Deliberate Distortion of the Spanish Philippine Colonial Historical Record in the Philippine Islands 1493–1898," *Journal of Southeast Asian Studies*, Vol. 39, no. 1, 2008, pp. 1–30.
- CARBONELL I CORTÉS, Ovidi, "Misquoted Others: Locating Newness and Authority in Cultural Translation" in Theo Hermans (ed.), *Translating Others*, Vol. 1, Manchester, St Jerome Publishing, 2006, pp. 43–63.
- CHEUNG, Martha P. Y., "The Mediated Nature of Knowledge and the Pushing-Hands Approach to Research on Translation History," *Translation Studies*, Vol. 5, no. 2, 2012, pp. 156–71.
- CHIRINO, Pedro, *Relacion de las islas Filipinas i de lo qve en ellas an trabajado los Padres de la Compañia de Iesus*, Rome, Esteban Paulino, 1604.
- COLÍN, Francisco, *Labor euangelica, ministerios apostolicos de los obreros de la Compañia de Iesus: Fundacion, y progressos de su prouincia en las Islas Filipinas*, Vol. 1, Madrid, José Fernández de Buendía, 1663 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- CONWAY, Kyle, "A Conceptual and Empirical Approach to Cultural Translation," *Translation Studies*, Vol. 5, no. 3, 2012, pp. 264–79.
- COSTA, Horacio de la, *The Jesuits in the Philippines 1581–1768*, Cambridge, Harvard University Press, 1961.
- CUSHNER, Nicholas, *Spain in the Philippines: From Conquest to Revolution*, IPC Monographs, Quezon City/Rutland, Vt., Atenco de Manila University/C.E. Tuttle, 1971.
- DELGADO, JUA José, *Historia general sacroprofana, política y religiosa de las Islas del Poniente llamadas Filipinas*, 1751 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- DIZDAR, Dilek, "Translational Transitions: 'Translation Proper' and Translation Studies in the Humanities," *Translation Studies*, Vol. 2, no. 1, 2008, pp. 89–102.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Rebeca, "Traducción de términos religiosos en los vocabularios filipinos (1565–1800)" in Otto Zwartjes, Klaus Zimmermann and Martina Schrader-Kniffki (eds.), *Missionary Linguistics VII. Lingüística Misionera V-Translation Theories and Practices. Proceedings from the Seventh International Conference on Missionary Linguistics (Bremen, Germany)*, Vol. 5, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2012, pp. 273–94.
- FOZ, Clara, "Translation, History and the Translation Scholar" in Georges Bastin and Paul F. Bandia (eds.), *Charting the Future of Translation History*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2006, pp. 131–44.
- FRADERA, Josep M., "La formación de una colonia. Objetivos metropolitanos y transacciones locales" in M.ª Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico—La formación de una colonia: Filipinas*, Vol. I, Biblioteca de Historia, Madrid, Asociación Española de Estudios del Pacífico, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 83–103.
- GAGELONIA, Pedro A., *Concise Philippine History*, Manila, Far Eastern University Consumers Cooperative, Inc., 1970.
- GENTZLER, Edwin, "Translation, Poststructuralism, and Power" in Maria Tymoczko and Edwin Gentzler (eds.), *Translation and Power*, Amherst/Boston, University of Massachusetts Press, 2002, pp. 195–218.
- GONZALEZ, Andrew, "Language Planning and Intellectualisation," *Current Issues in Language Planning*, Vol. 3, no. 1, 2002, pp. 15–27.

- GORRIZ, Jaime, "Pedro Chirino en la historiografía filipina: el manuscrito inédito de la 'Primera parte de la historia de la provincia de Filipinas de la Compañía de Jesús'" in M.<sup>a</sup> Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico—La formación de una colonia: Filipinas*, Vol. I, Biblioteca de Historia, Madrid, Asociación Española de Estudios del Pacífico, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 227–47.
- GOUANVIC, Jean-Marc, "A Model of Structuralist Constructivism in Translation Studies" in Theo Hermans (ed.), *Crosscultural Transgressions: Research Models in Translation Studies II: Historical and Ideological Issues*, Manchester, St Jerome Publishing, 2002, pp. 93–102.
- GOWING, Peter G., *Islands Under the Cross: The Story of the Church in the Philippines*. Manila: National Council of Churches in the Philippines, 1967.
- IACCARINO, Ubaldo, "Manila as an International Entrepôt: Chinese and Japanese Trade with the Spanish Philippines at the Close of the 16th Century," *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, Vol. 16, 2008, pp. 71–81.
- KAMEN, Henry Arthur Francis, *Spain's Road to Empire: The Making of a World Power, 1492-1763*, London, Allen Lane, 2002.
- LACH, Donald, *Southeast Asia in the Eyes of Europe: The Sixteenth Century*, Chicago/London: The University of Chicago Press, 1968.
- LARKOSH, Christopher, "Translating Women: Victoria Ocampo and the Empires of Foreign Fascination" in Maria Tymoczko and Edwin Gentzler (eds.), *Translation and Power*, Amherst/Boston, University of Massachusetts Press, 2002, pp. 99–121.
- LIFSHEY, Adam, *The Magellan Fallacy: Globalization and the Emergence of Asian and African Literature in Spanish*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 2012.
- LÓPEZ PARADA, Esperanza, "Poder y traducción coloniales: el nombre de Dios en lengua de Indios," *Revista Chilena de Literatura*, Vol. 85, 2013, pp. 129–56.
- MAGDALENA, Agustín de la, *Arte de la lengua tagala, sacado de diversos artes*, Mexico, Francisco Rodríguez Lupercio, 1679 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- MARTÍNEZ DE ZÚÑIGA, Joaquín, *Historia de las islas Philipinas*. Sampaloc, Fr Pedro Argüelles de la Concepción, 1803 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- MEDINA, José Toribio, *La imprenta en México (1539-1821)*, Santiago de Chile, Author's own print shop, 1908–1911 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- MIGNOLO, Walter, *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1995.
- MIGNOLO, Walter, *Local Histories/Global Designs Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 2000.
- MIGNOLO, Walter and SCHIWY, Freya, "Double Translation: Transculturation and the Colonial Difference" in Tullio Maranhão and Bernhard Streck (eds.), *Translation and Ethnography: The Anthropological Challenge of Intercultural Understanding*, Tucson, The University of Arizona Press, 2003, pp. 3–29.
- MINGUELLA DE LAS MERCEDES, Toribio, *Ensayo de gramática hispano-tagala*, Escolta, Manila, Establecimiento Tipográfico de Plana y C<sup>o</sup>, 1878 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- NIRANJANA, Tejaswini, *Siting Translation: History, Post-Structuralism, and the Colonial Context*, Berkeley, University of California Press, 1992.

- OSTLER, Nicholas, "The Social Roots of Missionary Linguistics" in Otto Zwartjes and Even Hovdhaugen, *Missionary Linguistics/Lingüística Misionera—Selected Papers from the First International Conference on Missionary Linguistics*, Vol. 106, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 2003, pp. 33–46.
- OYANGUREN DE SANTA YNES, Melchor, *Tagalysmo elucidado y reducido (en lo possible) â la latinidad de Nebrija*, Mexico, Francisco Xavier Sánchez, 1742 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- PAGDEN, Anthony, *European Encounters with the New World: From Renaissance to Romanticism*, New Haven, Yale University Press, 1993.
- PALANCO AGUADO, Fernando, "The Tagalog Revolts of 1745 According to Spanish Primary Sources," *Philippine Studies*, Vol. 58, nn. 1 and 2, 2010, pp. 45–77.
- PECZON-FERNANDEZ, Albina, "The Politics of Language and the Language of Politics: A Preliminary Study of the Spanish Language in Colonial Philippines" in M.<sup>a</sup> Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico—Colonialismo e identidad nacional en Filipinas y Micronesia*, Vol. II, Biblioteca de Historia, Madrid, Asociación Española de Estudios del Pacífico, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 219–33.
- PHELAN, John Leddy, *The Hispanization of the Philippines: Spanish Aims and Filipino Responses, 1565–1700*, Madison, University of Wisconsin Press, 1959.
- POLEZZI, Loredana, "Translation and Migration," *Translation Studies*, Vol. 5, no. 3, 2012, pp. 345–56.
- PYM, Anthony, *Negotiating the Frontier: Translators and Intercultures in Hispanic History*. Manchester: St Jerome Publishing, 2000.
- RAFAEL, Vincente L., *Contracting Colonialism: Translation and Christian Conversion in Tagalog Society under Early Spanish Rule*, Durham/London, Duke University Press, 1993.
- RETANA, Wenceslao, *Sucesos de las Islas Filipinas por el Dr. Antonio de Morga*, Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1909.
- RIBADENEYRA, Marcelo, *Historia de las islas del archipiélago y reynos de la Gran China, Tartaria, Cuchinchina, Malaca, Sian, Camboxa y Iappon, y de lo sucedido en ellos a los religiosos descalços*, Barcelona, Gabriel Graells and Giraldo Dotil, 1601 (Digital facsimile from Google).
- RICCI, Ronit, "On the Untranslatibility of 'Translation': Considerations from Java, Indonesia" in Ronit Ricci and Jan van der Putten, *Translation in Asia: Theories, Practices, Histories*, Manchester, St Jerome Publishing, 2011, pp. 57–72.
- RIDRUEJO, Emilio, "El problema de la descripción del sujeto o del tópic nominal en las primeras gramáticas filipinas" in Otto Zwartjes, Gregory James and Emilio Ridruejo (eds.), *Missionary Linguistics III/Lingüística misionera III: Morphology and Syntax*, Amsterdam, John Benjamins, 2007, pp. 233–50.
- RIDRUEJO, Emilio, "Lingüística misionera" in Josefa Dorta, Cristobal Corrales and Dolores Corbella (eds.), *Historiografía de la lingüística en el ámbito hispánico: fundamentos epistemológicos y metodológicos*, Madrid, Arco Libros, 2007, pp. 435–77.
- RÍOS CASTAÑO, Victoria, *Translation as Conquest: Sahagún and Universal History of the Things in New Spain*, Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2014.
- ROJINSKY, David, *Companion to Empire: A Genealogy of the Written Word in Spain and New Spain, c. 550–1550*, Amsterdam/New York, Rodopi, 2010.
- SALES, Marlon James, "Aproximaciones al verbo 'ser' en las gramáticas misioneras del tagalo," *Humanities Diliman*, Vol. 5, no. 1 and 2, 2008, pp. 78–93.

- SAN AGUSTÍN, Gaspar, *Conquistas de las islas Philipinas : la temporal por don Phelipe Segundo el Prudente ; y la espiritual, por los religiosos del Orden de san Agustin*, Madrid, Manuel Ruiz de Murga, 1698 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- SAN ANTONIO, Juan Francisco de, *Chronicas de la apostolica provincia de S. Gregorio de religiosos descalzos de N.S.P.S. Francisco en las Islas Philipinas, China, Japon, & C.*, Sampaloc, Manila, Convento de Nuestra Señora de Loreto del Pueblo de Sampaloc, Fr Juan del Sotillo, 1738 (Digital facsimile from the Biblioteca Nacional de España).
- SAN BUENAVENTURA, Pedro de *Vocabulario de lengva tagala*, Pila, Tomas Pinpin and Domingo Loag, 1994 [1613] (Facsimile published by Librería París Valencia, Valencia, Spain).
- SANTOYO, Julio César, "Blank Spaces in the History of Translation" in Georges Bastin and Paul F. Bandia (eds.), *Charting the Future of Translation History*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2006, pp. 11–44.
- SIMON, Sherry, "Introduction" in Sherry Simon and Paul St-Pierre (eds.), *Changing the Terms: Translating in the Postcolonial Era*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2000, pp. 9–29.
- SIMON, Sherry, "Postcolonial Cities and the Culture of Translation" in Simona Bertacco (ed.), *Language and Translation in Postcolonial Literatures: Multilingual Contexts, Translational Texts*, Hoboken, Taylor and Francis, 2013, pp. 193–217.
- STEINER, George, *After Babel: Aspects of Language and Translation*, New York, Oxford University Press, 1975.
- SUEIRO JUSTEL, Joaquín, *Historia de la lingüística española en Filipinas (1580–1898)*, [2nd ed.], Lugo, Axac, 2007.
- TRIVEDI, Harish, "Translating Culture vs. Cultural Translation" in Paul St-Pierre and Prafulla C. Kar (eds.), *In Translation: Reflections, Refractions, Transformations*, Delhi, Pencraft International, 2005, pp. 251–60.
- TYMOCZKO, Maria, "Translations of Themselves: The Contours of Postcolonial Fiction" in Sherry Simon and Paul St-Pierre (eds.), *Changing the Terms: Translating in the Postcolonial Era*, Ottawa, University of Ottawa Press, 2000, pp. 147–63.
- TYMOCZKO, Maria, *Enlarging Translation, Empowering Translators*, Manchester, St Jerome Publishing, 2007.
- VALDEÓN, Roberto, *Translation and the Spanish Empire in the Americas*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2014.
- VENUTI, Lawrence, *The Translator's Invisibility*, London/New York, Routledge, 1995.
- WILSON, Rita, "Cultural Mediation through Translingual Narrative," *Target: International Journal on Translation Studies*, Vol. 23, no. 2, 2011, pp. 235–50.
- WILSON, Rita, "Response," *Translation Studies*, Vol. 6, no. 1, 2012, pp. 107–11.
- WILSON, Rita, "Exchanging Views: Knowledge Transfer through Literary Translation," *International Migration*, 2013, pp. 1–14.
- WOLF, Michaela, "The Sociology of Translation and its 'Activist Turn,'" *Translation and Interpreting Studies*, Vol. 7, no. 2 (2012), pp. 129–43.
- ZIALCITA, Fernando, "Why insist on an Asian flavor?" in M.<sup>a</sup> Dolores Elizalde, Josep M. Fradera and Luis Alonso (eds.), *Imperios y naciones en el Pacífico—Colonialismo e identidad nacional en Filipinas y Micronesia*, Vol. II, Biblioteca de Historia, Madrid, Asociación Española de Estudios del Pacífico, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 3–19.



# A fronteira entre as inquisições de Goa e do México (séculos XVI e XVII)

Miguel Rodrigues Lourenço\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 197-230. ISSN 0874-9671

## Resumo

Na Ásia Oriental e do Sueste, a integração de Portugal na Monarquia dos Habsburgo convi-  
dou à remodelação das lógicas de intervenção  
no espaço por parte dos vassallos das Coroas  
ibéricas. Nestes territórios, onde as condições  
de soberania por parte da Monarquia Hispâni-  
ca são desiguais, os tribunais do Santo Ofício  
de Goa e do México partilharam — mais do  
que mantiveram — a fronteira dos seus respec-  
tivos distritos. Neste artigo pretendemos ex-  
plorar como a delegação de funções de repre-  
sentação inquisitorial em membros de ordens  
religiosas em Macau, nas Filipinas, na Formosa  
e em Maluco foi, nos séculos XVI e XVII, senti-  
da como recurso para reforçar os projectos de  
missionação das suas províncias num quadro  
de intensa concorrência e rivalidade religiosas.

**Palavras-chave:** concorrência religiosa,  
fronteira, Inquisição, ordens religiosas.

## Abstract

In East and Southeast Asia, vassals of the Ibe-  
rian Crowns perceived the integration of the  
Kingdom of Portugal in the Habsburg Monar-  
chy as an opportunity to reassess the options  
for intervention in the region. In these territo-  
ries—where conditions of the Hispanic Monar-  
chy’s sovereignty were unequal—the tribunals  
of the Holy Office of Goa and Mexico shared  
the frontier of their respective districts. In this  
paper we intend to consider how members of  
the religious orders at Macau, the Philippines,  
Taiwan (Formosa) and Maluku in the sixteenth  
and seventeenth centuries felt the delega-  
tion of functions of inquisitorial representation  
as a resource to further the missionary projects  
of their provinces on a context of intense reli-  
gious competition and rivalry.

**Keywords:** religious competition, frontier,  
Inquisition, religious orders.

\* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; Centro de Estudos de  
História Religiosa (UCP). *E-mail:* mjlor@gmail.com

Este trabalho resulta de uma comunicação apresentada ao *3er Coloquio de Inquisición en Nueva España: Del Antiguo Régimen a los albores de la Modernidad* na Escuela Nacional de Antropología e Historia (México, D. F.) a 13 de Março de 2012. Gostaria de agradecer ao Antonio Terrasa Lozano e à Susana Bastos Mateus as suas leituras e sugestões durante a elaboração deste artigo.

## A fronteira entre as inquisições de Goa e do México (séculos XVI e XVII)

Miguel Rodrigues Lourenço

As inquisições dos reinos ibéricos foram, do ponto de vista institucional, organismos que funcionaram com jurisdição delegada pelo papa num sistema de poder que conduz ao monarca, quer pelo seu papel na selecção da mais alta hierarquia inquisitorial, quer sobretudo pela iniciativa da sua fundação. Em 1478 e em 1536 inaugurou-se, nos reinos de Espanha e de Portugal, respectivamente, uma realidade judicial que, conforme sublinhou Francisco Bethencourt, assentava numa nova ordem de fidelidades entre a autoridade inquisitorial e a figura responsável pela fundação do tribunal: o rei<sup>1</sup>. Com efeito, os Reis Católicos, por uma parte, e os monarcas portugueses D. Manuel e D. João III, por outra, solicitaram ao sumo pontífice autorização para o estabelecimento de um tribunal da fé para operar nos seus respectivos domínios. A nova estrutura judicial iniciou, a partir dos anos mencionados, um processo expansivo de distribuição e de ordenação territoriais que a levaria a constituir sedes distritais não só na península, mas nos territórios de além-mar, descobertos como resultado dos processos português e castelhano de exploração: Goa (1560), na Ásia; México e Lima (1569–1571) e Cartagena das Índias (1610), no continente americano.

O tópico que nos ocupa — a apreciação dos limites jurisdicionais entre os tribunais de Goa e de México — não deveria, como consequência do que foi dito, colocar dificuldades de maior: enquanto projecto real, o Santo Ofício da Inquisição cumpre-se na regulação religiosa dos reinos e senhorios da Coroa; como tal, o âmbito jurisdicional dos tribunais em causa estende-se, formalmente, à comunidade dos seus súbditos que reclamasse uma vinculação à Coroa ou que esta, por via dos seus dispositivos de representação, assim o determinasse<sup>2</sup>. Acresce, ainda, a circunstância de os sistemas inquisitoriais

---

1 Cf. FRANCISCO BETHENCOURT, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994, p. 17.

2 Sobre a pluralidade e limites dos dispositivos de jurisdição na criação de vinculações nas sociedades de Antigo Regime, leia-se António Manuel HESPAÑHA, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal — séc. XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994, pp. 498–508; Pedro CARDIM, «La jurisdicción real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI–XVIII): reflexiones sobre la historiografía», Francisco José Aranda Pérez e José Damião Rodrigues (eds.), *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*, Madrid, Sílex, 2008, pp. 349–88, *maxime* pp. 356–60; Jean-Frédéric SCHAUB, «La vice-royauté castillane au Portugal au temps du comte-duc d'Olivares, 1620–1640: le conflit de juridiction comme exercice de la politique», *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, 14–15, 1995. [Consultado a 2/03/2015.] Disponível em <http://ccrh.revues.org/2684>; DOI:10.4000/ccrh.2684.

dos reinos de Portugal e de Espanha serem totalmente autónomos um em relação ao outro, pelo que a actuação dos tribunais se encontra circunscrita aos domínios das respectivas Coroas e que, dentro destes, dos distritos cada um regia. Este panorama institucional não mudou após a sucessão de Filipe II no reino português, tendo o novo monarca anuído, em 1581, ao pedido feito pelos povos para «que estes reinos fiquem sempre inteiros, & sejam per si, & em tudo, & per tudo se ajão de reger & gouernar, per suas leis, ordenações, foros, & costumes»<sup>3</sup>: a mais recente Coroa da «Monarquia Hispânica» conserva, deste modo, não só a integridade dos seus territórios, fossem estes peninsulares ou ultramarinos, como a autonomia do aparelho governativo e institucional português, e o Santo Ofício não foi excepção<sup>4</sup>. Antes, como agora, a fronteira dos tribunais de distrito traça-se pela divisória das Coroas ibéricas.

No Sueste Asiático e na Ásia Oriental, as notícias do câmbio dinástico em Portugal foram divulgadas nas fortalezas e nos estabelecimentos portugueses em 1581 (Malaca, Tidore) e em 1582 (Macau). A pronta aclamação de Filipe II como rei de Portugal pelas autoridades portuguesas da região inaugurou, a partir destes anos, um modelo de relacionamento com o Governo das Filipinas onde a exclusão dos castelhanos do espaço asiático pela força das armas deixava de ser uma opção viável para os portugueses que operavam nestas regiões. A nova realidade política de Portugal obrigava a uma coexistência nas franjas mais orientais do continente asiático que, se se pretendia como hermética por forma a salvaguardar a estrutura comercial e alfandegária do Estado da Índia, cedo previa a circulação de pessoas e bens em nome dos superiores interesses da monarquia. A provisão de Filipe II em 1586 instituiu, portanto, uma estrita proibição da comunicação marítima e mercantil num quadro de articulação militar autorizada<sup>5</sup>.

Ao contrário do que a intenção legislativa dispõe, a delimitação que se reforça a partir de 1581/2 e que ganha carácter formal em 1586 é, contudo,

3 «Patente em que vão incorporados os capitulos, que os tres stados destes reinos appresentarão a Sua Majestade nas Cortes que fez na Villa de Tomar em Abril de M. D. LXXXI. E as respos- tas que Sua Majestade a elles entam mandou dar», capítulo IV, in *Patente das Mercês, Graças, e Privilégios, de que Elrei Dom Phelippe Nosso Senhor Fez Merce a Estes Seus Regnos*, Em Lisboa, Per Antonio Ribeiro Impressor del Rey, 1583.

4 Cf. Fernando BOUZA ÁLVAREZ, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580–1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, Tomo II, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987, p. 649; Ana Isabel LÓPEZ-SALAZAR CODES, «Che si riduca al modo di procedere di Castiglia». El debate sobre el procedimiento inquisitorial portugués en tiempos de los Austrias», *Hispania Sacra*, Vol. LIX, n.º 119, Madrid, Jan.–Jun., 2007, pp. 247–9.

5 Traslado de uma provisão firmada aos 29 de Abril de 1586, em Goa, por D. Duarte de Mene- ses, vice-rei da Índia, relativa ao comércio com as Filipinas e a Nova Espanha, (Elsa PENALVA e Miguel Rodrigues LOURENÇO (eds.), *Fontes para História de Macau no Século XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., 2009, pp. 150–2).



uma demarcação que convida à permeabilidade. Tanto mais quanto a lógica presencial portuguesa e castelhana nestas regiões não é equivalente e obedece a impulsos distintos com efeitos determinantes sobre a relação entre as comunidades vinculadas a uma ou a outra Coroa, escapando rapidamente às pretensões reguladoras do monarca. Enquanto instituições que actuam sobre e se fazem representar numa dada sociedade, o Santo Ofício de Goa, por um lado, e o do México, por outro, participam, por via delegada, desta dinâmica e são afectados por ela. Neste sentido, considerar os limites jurisdicionais entre os dois tribunais obriga-nos a uma análise multifacetada do conjunto das colectividades, mediações e vinculações envolvidas: a uma reflexão acerca *a)* da comunidade sobre a qual o Santo Ofício reclama jurisdição no que constituem as suas estratégias directivas ou na dos seus corpos constituintes; *b)* da solução institucional de representação pela forma como participa, a um tempo, da comunidade e da instituição; *c)* da instituição propriamente dita no que constitui a sua estratégia pretendida de interacção com o espaço; e, finalmente, *d)* da relação destes dois grandes complexos vinculares entre si. Por outras palavras, para podermos apreciar a demarcação dos âmbitos de actuação dos dois tribunais da fé importa termos presente o modo como as comunidades-fronteira se reproduzem enquanto tal e são, ao mesmo tempo, produtoras de fronteira.

### **A demarcação luso-castelhana na Ásia: ajustamento e institucionalidade**

Com a reunião das Coroas portuguesa e castelhana na mesma pessoa real, os limites entre os dois processos ibéricos de expansão na Ásia Oriental e do Sueste ganharam em complexidade o que perderam em confituosidade. A pacificação da presença ibérica na região a partir de 1581/2 colocava um termo ao impasse a que chegara o confronto entre as hostes portuguesas e castelhanas desde 1567 e tornava irreversível, no que às pretensões de Portugal dizia respeito, a empresa das Filipinas. Em 1586, a nova realidade dinástica configura, para a Ásia, uma delimitação baseada nos modelos de intervenção exclusiva no espaço contratualizados entre os reinos de Portugal e de Castela desde o século xv renunciando convenientemente a abordar o espectro de ilegalidade que rodeava a ocupação militar do arquipélago filipino<sup>6</sup>.

---

6 Em 1529, o convénio entre D. João e Carlos V estabelecia os limites da projecção castelhana no Pacífico num meridiano situado a 297,5 léguas a Oriente de Maluco, pelo que a ocupação das Filipinas representava uma violação. O texto da Capitulação de Saragoça entre os embaixadores de Castela e de Portugal, a 22 de Abril de 1529, está publicado em Martín FERNÁNDEZ NAVARRETE, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo xv*, Tomo IV, Madrid, Imprenta Nacional, 1837, pp. 389–406.

Ao reforçar o princípio da autonomia e da separação entre os domínios das duas Coroa, Filipe II procurava não só não hostilizar os seus novos súbditos, mas também salvaguardar as estruturas de comércio e de navegação preexistentes, bem como os equilíbrios sociais que lhes estavam associados<sup>7</sup>. A monarquia criava, portanto, uma separação clara entre as duas comunidades (no sentido vincutivo do termo que temos vindo a usar), assente numa comunicabilidade limitada entre ambas (circunscrita à entreada militar e logística) e na autonomia governativa, económica e mercantil de cada uma, por sua vez assegurada pela tradição contratual das demarcações exclusivas a cada Coroa. O cumprimento do Santo Ofício enquanto instituição realizar-se-ia, portanto, neste cenário contratual de uma demarcação estanque a um exercício ministerial que extravasasse esses limites.

A apreciação de uma fronteira luso-castelhana coloca, no entanto, desafios a uma correlação estrita entre a prática institucional do Santo Ofício e o domínio/demarcação da respectiva Coroa. Acima de tudo, os processos ibéricos de expansão não produzem, na Ásia, uma expressão linear de fronteira na qual se verifique uma só prática de domínio ou de relação com o espaço — e, por conseguinte, de possibilidade institucional — uniforme ao longo de todas as áreas estratégicas às forças e aos grupos humanos presentes no terreno<sup>8</sup>. O Estado da Índia e o Governo das Filipinas não são duas realidades governativas equivalentes, quer em dimensão quer, especialmente, pelas realidades sociopolíticas sobre as quais reclamam ou exercem jurisdição. Diferente é, ainda, o processo humano que as constitui.

Por comparação com o Estado da Índia, o Governo das Filipinas é geograficamente menos disperso e, neste contexto, menos diversificado do ponto de vista da sua *praxis* de relação com o espaço que pretende tutelar. O Governo das Filipinas abarca o conjunto das cidades e das praças-fortes de fundação recente no arquipélago, cuja iniciativa coube ao mesmo Governo, num processo por si dirigido e regularmente comunicado ao monarca. Manila concentra em si dispositivos administrativos com intendência em matéria

7 Cf. Fernando BOUZA ÁLVAREZ, op. cit., Tomo I, p. 335 e ss.

8 Trabalhando, de base, a partir de um quadro teórico que reconhecia o pluralismo das formas de exercício do poder e de condicionalismos estruturantes ao exercício do poder do rei, António Manuel HESPANHA reconheceu, na expansão portuguesa, «formas de domínio» variadas, nas quais «o poder da Coroa portuguesa convive e partilha atribuições com os poderes locais» e «a existência de instituições formais teoricamente dependentes de um poder central — como um município — encobria situações políticas muito aut centradas e soltas em relação à Coroa». Cf. António Manuel HESPANHA, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*, Macau, Fundação Macau, 1995, pp. 12–3, e 19–22; *Idem*, op. cit., 1994, p. 85 e ss.

de fazenda e de justiça (*Real Hacienda, Audiencia*) que tutelam um território polvilhado de cidades, presídios, *doctrinas* e *reducciones*<sup>9</sup>. Do ponto de vista simbólico, como notavelmente assinalou um dos seus antigos *oidores*, Antonio de Morga, «Filipinas» é uma realidade nova, um baptismo toponímico plasmado pela introdução da lei divina<sup>10</sup>. A sua identidade e coesão derivam, como o próprio nome indica, da vinculação do arquipélago à pessoa real epónima e, por conseguinte, à presença da autoridade castelhana nas ilhas. Paradoxalmente, contudo, ao mesmo tempo que o topónimo tem um carácter holístico e integrador que autoriza a expansão, no imediato configura uma realidade humana restringida às povoações de algum modo vinculadas ao Governo castelhano<sup>11</sup>.

O Estado da Índia, ao invés, pressupõe uma relação mais fluida entre o seu centro governativo e as distintas partes que entende estarem sob a sua jurisdição. O Governo vice-real é incapaz de acompanhar, militar ou institucionalmente, a velocidade das iniciativas privadas portuguesas nos mares do Índico e do Pacífico. Em virtude da informalidade que o processo exploratório e expansionista português ganha, em particular nestas regiões, o Estado da Índia é uma entidade que gere ou procura gerir realidades múltiplas sobre as quais exerce graus diferenciados de autoridade, os quais dependem das oportunidades e das conjunturas<sup>12</sup>. Na Ásia Oriental e do Sueste, espaços de máxima institucionalidade como Malaca, Ternate ou Tidore coexistem com assentamentos de forte informalidade como Macau, de institucionalidade temporária e reduzida como Nagasáqui, de colónias de mercadores

---

9 Cf. Patricio HIDALGO NUCHERA, *Encomienda, Tributo y Trabajo en Filipinas (1570–1608)*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1995; *Idem*, *La Recta administración. Primeros tiempos de la colonización en Filipinas*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2001; Manel OLLÉ, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Acantilado, 2002; Luis ALONSO ÁLVAREZ, *El Costo del Imperio Asiático. La formación colonial de las islas Filipinas bajo dominio español, 1565–1800*, México e La Coruña, Instituto Mora e Universidade da Coruña, 2009.

10 Cf. Antonio de MORGÁ, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1997 [1609], p. 8.

11 Cf. Miguel Rodrigues LOURENÇO, «Toponímia, titulatura e ordem espacial: As ilhas do Sueste Asiático e a formação da fronteira luso-castelhana na Ásia», *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, Funchal, 2011b, pp. 773–5.

12 Onde, a tentativa da monarquia portuguesa em consagrar um espaço de domínio efectivo a partir do conceito de «conquista». Cf. António Vasconcelos de SALDANHA, *Iustum Imperium. Dos Tratados como fundamento do Império dos Portugueses no Oriente*, [s.l.], Fundação Oriente e Instituto Português do Oriente, 1997, pp. 291–3.

privados, como na Cochinchina, no Sião ou em Macassar, e ainda de experiências pontuais de institucionalidade reduzida como no Bornéu<sup>13</sup>.

Deste modo, a inscrição ibérica no espaço não é uniforme. Com efeito, os portugueses beneficiam de uma mais longa presença na região, o que favoreceu a consolidação de um conjunto de relações em núcleos populacionais com lógicas regionais particulares, criando equilíbrios complexos entre estes mesmos espaços (Macau, Nagasáqui, Malaca, e destas cidades com Manila), onde a representação régia não era senão um dos lados — e não necessariamente o mais relevante — do poliedro social e mercantil construído ao longo do século XVI. A possibilidade de representação da Coroa nestes espaços dependeu, em larga medida, desta constelação de equilíbrios e de lógicas regionais de actuação e de relação com os representantes das autoridades asiáticas. Como tal, a consolidação de uma expressão institucional coexistiu com projectos paralelos, de carácter particular, cuja maior ou menor sintonia com os desígnios da Coroa tendeu a depender de convergências conjunturais.

13 Para uma síntese recente das soluções institucionais no Estado da Índia leia-se Francisco BETHENCOURT, «Configurações Políticas e Poderes Locais» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dirs.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400–1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 221–33; Luís Filipe BARRETO, *Macau: Poder e Saber. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, *passim*; *Idem*, «O Estatuto de Macau (Séculos XVI e XVII)», *Revista de Cultura*, II Série, n.º 34, Macau, Jan.–Mar., 1998, pp. 27–46; Jorge Manuel dos Santos ALVES, «Um tempo de ajustamento. Macau, o Estado da Índia e os Ming no Primeiro Quartel do Século XVII» in *Um Porto entre Dois Impérios (Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas)*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 105–23; Elsa PENALVA, *As Lutas pelo Poder em Macau c. 1590–c. 1660*, tese de doutoramento em História Moderna, policopiada, [Lisboa], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005; J. S. A. ELISONAS, «Nagasaki: The Early Years of an Early Modern Japanese City» in Liam Matthew Brockey (ed.), *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*, Farnham, Ashgate, 2008, pp. 63–102; Helena Margarida Barros RODRIGUES, *Nagasáqui Nanban. Das origens à expulsão dos portugueses*, tese de mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos XV–XVIII), policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.; Rita Bernardes de CARVALHO, *La présence portugaise à Ayutthaya (Siam) aux XVI et XVII siècles*, tese de mestrado em Ciências Históricas, Filológicas e Religiosas, especialização em Estudos Asiáticos, policopiada, Paris, École pratique des hautes études, 2008; Maria do Carmo Mira BORGES, *Os Portugueses e o Sultanato de Macassar no Século XVII*, Cascais, Câmara Municipal, 2005; Jorge Manuel dos Santos ALVES, «Bornéu», *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* in Luís de Albuquerque (dir.) e de Francisco Contento Domingues (coord.), Vol. I, [s.l.], Círculo de Leitores, 1994, pp. 139–41; Luís Filipe F. R. THOMAZ, *Os Portugueses em Malaca (1511–1580)*, tese de licenciatura em História, policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1964; Manuel LOBATO, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulândia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, [s.l.], Instituto Português do Oriente, 1999. Para uma comparação entre modelos de governo de Malaca e de Manila, leia-se John VILLIERS, «Portuguese Malacca and Spanish Manila: Two Concepts of Empire» in Roderick Ptak (ed.), *Portuguese Asia: Aspects in History and Economic History (Sixteenth and Seventeenth Centuries)*, Stuttgart, Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1987, pp. 37–57; e Paulo PINTO, *No Extremo da Redonda Esfera: Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565–1640 — Um ensaio sobre os impérios ibéricos*, tese de doutoramento em Ciências Históricas, policopiada, [Lisboa], Universidade Católica Portuguesa, 2010, pp. 279–94.

Entre o fracasso da iniciativa armada de Gonçalo Pereira Marramaque contra as hostes de Miguel López de Legazpi e o final da dinastia de Avis, a defesa dos interesses portugueses na região faz-se por via da ampliação dos limites do padroado régio. A erecção da diocese da China em Macau, com jurisdição sobre o arquipélago do Japão e umas vagas «*circumjacentes insulas*»<sup>14</sup> (ilhas circunvizinhas) — o que poderia apontar para o polémico arquipélago de S. Lázaro que, cada vez mais, do lado castelhano se designa de «Filipinas»<sup>15</sup> —, dilata a área tutelar da Coroa de Portugal a espaços onde a autoridade régia não era senão temporária, circunscrita aos poucos meses de permanência do capitão-mor da viagem do Japão em Nagasáqui. E, se em 1579 a criação de um bispado em Manila sufragâneo do arcebispado do México pôs termo às eventuais ambiguidades dos limites territoriais da diocese da China, o desmembramento desta última em 1588 para dar origem a um bispado do Japão dependente da arquidiocese de Goa parecia reforçar a vinculação do território à Coroa de Portugal<sup>16</sup>. Fruto, em larga medida, do crescimento das missões da Companhia de Jesus no arquipélago e das pressões do instituto religioso junto do monarca e na Cúria, o advento da diocese nipónica visava sobretudo fixar uma outra área jurisdicional luso-castelhana que, ainda antes da transição dinástica, tardava em cristalizar-se: a das missões entre as províncias castelhanas das Filipinas e as do Padroado português, protagonizadas, na Ásia Oriental, pela Companhia de Jesus.

As tentativas de acesso de mendicantes das províncias filipinas à China por via de Manila (desde 1575), a fixação de franciscanos, agostinhos e dominicanos em Macau (1579–80, 1586, 1587), e a sua entrada gradual e crescente no Japão a partir de 1584, e sobretudo de 1592, foram iniciativas possibilitadas pelos limites da institucionalidade do Estado da Índia na Ásia Oriental. A tentativa de criar uma legislação eficaz para afirmar o princípio da separação institucional e mercantil dos dois impérios não logrou, nunca, estrangular as relações de complementaridade e de solidariedade que rapidamente se estabeleceram entre as áreas portuguesas e castelhanas de influência. A noti-

14 Bula de erecção da diocese da China por Gregório XIII, a 23 de Janeiro de 1576 (Curante Levy Maria JORDÃO, *Bullarium Patronatus Portugaliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae* [...], Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 243).

15 É esta a interpretação de Juan Gil, ao indicar que o bispado da China detinha jurisdição sobre as Filipinas. Cf. Juan Gil, *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Alianza Universidad, 1991, p. 24.

16 Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, «Em torno da criação do bispado do Japão» in *O Japão e o Cristianismo no Século XVI. Ensaios de História Luso-Nipónica*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 129–57.

ficação das mudanças dinásticas na Coroa de Portugal deu o mote para uma aproximação oficial entre Manila e Macau, abrindo espaço para uma comunicação que se produziu em paralelo ao reconhecimento, protagonizado pelo consórcio liderado por Bartolomeu Vaz Landeiro em 1583 e 1584, das rotas de navegação entre as Filipinas e Macau e o Japão: um reconhecimento que explora e testa as possibilidades de articulação mercantil do novo *statu quo* na Ásia Oriental. O trânsito dos primeiros agostinhos das Filipinas entre Manila e Macau, por via do Japão, na embarcação de Vicente Landeiro<sup>17</sup> testemunha, já em 1584, a diluição das fronteiras nunca conseguidas entre os dois impérios e a emergência de uma placa giratória de pessoas, de mercadorias e de interesses cujo fluxo os mendicantes das Filipinas procurarão, desde cedo, capitalizar e influenciar.

A promulgação do breve *Ex pastoralis officio* em 1585, que proibia o acesso à China e ao Japão aos missionários não jesuítas, e a criação de um bispado sufragâneo da arquidiocese goesa no arquipélago nipónico representava, para as aspirações mendicantes, uma adversidade que procuraram incessantemente contrariar em Madrid e em Roma<sup>18</sup>. O ambiente que se gera entre a vice-província do Japão da Companhia de Jesus (erigida em província em 1611) e as províncias mendicantes das Filipinas, é de uma verdadeira concorrência religiosa<sup>19</sup> que, à medida que se aproximar o final do século XVI e durante a primeira metade de Seiscentos, evoluirá para um clima de antagonismo insuperável. Desde os primeiros desafios ao exclusivo jesuítico das missões chinesa e japonesa (Macau, 1586–87) e martírios de religiosos no Japão (Nagasáqui, 1597) à expulsão dos missionários do arquipélago (1614) e inícios de uma perseguição sistemática à cristandade nipónica, a relação entre a Companhia de Jesus e, especialmente, os franciscanos e dominicanos das Filipinas conheceu um desgaste e uma degradação que não cessarão de

17 Cf. Lúcio de SOUSA, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555–1590) — The life of Bartolomeu Landeiro*, Macau, Fundação Macau, 2010, pp. 109–14.

18 Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, «A rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente e a querela missionológica no Japão» in Roberto Carneiro e A. Teodoro de Matos (dir.), *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543–1993) (Lisboa, 2 a 4 de Novembro de 1993)*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa e Instituto de História de Além-Mar, 1994, pp. 477–524.

19 Para uma teorização deste conceito enquanto expressão de rivalidades, conflitos e coexistências, leia-se Claude PRUDHOMME et Annie LENOBLE-BART, «Concurrence, conflits, coexistences: approches introductives» in Salvador Eyezo'o et Jean-Fançois Zorn (dir.), *Concurrences en mission. Propagandes, conflits, coexistences (XVI–XXI siècle)*, Paris, Éditions Karthala, 2011, pp. 13–32.

se agravar ao longo do século xvii<sup>20</sup>. A reorientação do esforço missionário do Japão em direcção à China por parte das províncias mediantes das Filipinas a partir dos anos 1630 não fará mais que excitar os ressentimentos acumulados ao longo de várias décadas, os quais terminarão por explodir de forma virulenta na chamada «Querela dos Ritos Chineses».

### **A fronteira entre os tribunais de Goa e do México: territorialização e concorrência religiosas**

Tribunal votado à vigilância e repressão de delitos contra a fé, o Santo Ofício da Inquisição é uma expressão da autoridade régia junto das sociedades onde se instala ou se faz representar. Na Ásia Oriental e do Sueste, os confins entre os tribunais inquisitoriais de Goa e do México respeitam, por princípio, os limites formais da expansão territorial dos dois impérios, operando de acordo com a lógica de cooperação entre as inquisições ibéricas que fora sendo desenvolvida ao longo do século xvi<sup>21</sup>. No entanto, como vimos, ambos os tribunais são chamados a afirmar a sua jurisdição sobre comunidades cuja tipologia de ligação às respectivas Coroas não é uniforme.

Não obstante o tribunal a que se encontravam formalmente vinculados, estes territórios apresentavam características similares no contexto dos distritos inquisitoriais em que se inscreviam. Macau, Nagasáqui, Maluco ou Manila constituem, para as inquisições de Goa e do México, a última periferia dos

20 Cf. João Paulo Oliveira e COSTA, *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*, tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998; *Idem*, op. cit., 1994; José Eduardo FRANCO, «Introdução» in Padre Valentim Carvalho, SJ, *Apologia do Japão*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., 2007, pp. 7–32; Pedro Lage CORREIA, *A Concepção de Missionação na Apologia de Valignano. Estudo sobre a presença jesuíta e franciscana no Japão (1587–1597)*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., 2008; María Cristina BARRÓN SOTO, *Jesuitas y Mendicantes: dos proyectos de cristianización de Japón. 1549–1639*, tese de doutoramento em História, policopiada, México, D. F., Universidad Iberoamericana, 2009.

21 Em 1542, o Cardeal D. Henrique definiu um quadro de cooperação entre as inquisições ibéricas que passava, preferencialmente, por um intercâmbio de correspondência e de outros documentos pertinentes às acusações de suspeitos na fé, mas não dos próprios prisioneiros. Os estudos de François Soyer e de Ana Isabel López-Salazar revelam que essa prática passou a ser seguida com maior ou menor regularidade pelos tribunais de distrito a partir de 1570, quando um conflito entre as inquisições de Évora e de Llerena conduziu a um precedente na remissão de prisioneiros de parte a parte. Esta prática, de acordo com López-Salazar, teria um travão decidido do inquisidor-geral espanhol nos anos trinta do século xvii, que a autorizaria apenas em circunstâncias muito singulares. Cf. François SOYER, «The Extradition Treaties of the Spanish and Portuguese Inquisitions (1500–1700)» in *Estudios de Historia de España*, Vol. X, Buenos Aires, 2008, pp. 201–38, *maxime* pp. 226–33; Ana Isabel LÓPEZ-SALAZAR CODES, «La relación entre las Inquisiciones de España y Portugal en los siglos xvi y xvii: objetivos, estrategias y tensiones», *Espacio, Tiempo y Forma*, Série IV (Historia Moderna), Vol. 25, 2012, pp. 223–52, *maxime* pp. 235–46.

seus distritos<sup>22</sup>, isto é, espaços onde a comunicação entre a sede de distrito e a povoação de destino exige uma adequação às condições meteorológicas que regem as navegações nos mares do Índico e do Pacífico e que, em ocasiões, implicam a coordenação de diferentes monções. A correspondência processa-se, por conseguinte, a um ritmo anual que é também o tempo das carreiras mercantis, realidade dificilmente contornável e que constituiu um factor estruturante para a possibilidade de representação do Santo Ofício<sup>23</sup>.

Na Ásia Oriental e do Sueste, a solução de representação inquisitorial implementada encontra paralelo entre os dois tribunais. O comissário do Santo Ofício foi a opção de ambas as sedes para fazer face à distância considerável que as separava dos limites dos seus distritos. Contudo, a escolha de uma figura permanente de representação não corresponde linearmente a uma mesma estratégia por parte dos dois tribunais, porquanto a evolução da figura do comissário do Santo Ofício foi distinta nos sistemas inquisitoriais português e espanhol. A institucionalização do comissário foi um processo que, talvez mercê da anterioridade e maior maturidade da experiência inquisitorial, ocorreu mais cedo em Espanha do que em Portugal<sup>24</sup>. Deste modo, a transposição do modelo inquisitorial ibérico para os territórios americanos previu, desde logo, a presença de comissários em «las ciudades, cabezas de Obispados y lugares puertos de mar»<sup>25</sup>. Em Goa, ao invés, a opção pela mesma figura deveu-se à constatação de que a prática preferencial de vigilância mantida pelo Santo Ofício português no Reino, a visitação, era impraticável em toda a extensão do Estado da Índia, posto que implicava gastos avultados em matalotagem e em estadias prolongadas enquanto se aguardava pela monção adequada. Deste modo, desde 1571 que se deu início a uma prática de

22 Para uma reflexão em torno deste conceito, leia-se Miguel Rodrigues LOURENÇO, *O Comissariado do Santo Ofício em Macau (c. 1582–c. 1644). A Cidade do Nome de Deus na China e a articulação da periferia no distrito da Inquisição de Goa*, Vol. I, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 165–71.

23 Cf. *Idem, ibidem*, pp. 165–7; *Idem*, «Macau, porto seguro para os cristãos-novos? Problemas e métodos sobre a periferia da Inquisição de Goa», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 10/11, Set., 2011, pp. 477–9.

24 Cf. Francisco BETHENCOURT, op. cit., 1994, pp. 52–4.

25 «Instrucciones del Ilustrísimo Señor Cardenal, Inquisidor General, para la fundación de la Inquisición de México», de 18 de Agosto de 1570, em Madrid (Genaro GARCÍA e Carlos PEREYRA, *Documentos Inéditos ó muy raros para la Historia de México*, Tomo V («La Inquisición de México»), México, Librería de la Viuda de Ch. Bouret, 1906, p. 244. Para uma abordagem global às *comisarias* da Nova Espanha, leia-se Pedro MIRANDA, «Hacia una tipología de las comisarias del Santo Oficio en la Nueva España. Organización y configuración geodemográfica, siglos XVI–XVII», *Historias*, n.º 64, México, D. F., Mai.–Ago., 2006, pp. 55–72; *Idem*, «Las comisarias del Santo Oficio de la Nueva España, siglos XVI–XVII», *Contribuciones desde Coatepec*, n.º 18, Jan.–Jun., 2010, pp. 37–68.





1 Exercício da comissão do Santo Ofício por Ordens Religiosas na Ásia Oriental e do Sueste (séculos XVI-XVII).

- Companhia de Jesus
- △ Ordem de S. Domingos
- Ordem de Santo Agostinho

delegação de poderes para despacho local a comissários do Santo Ofício que, no entanto, aparentam não passar pelo processo de averiguação de limpeza de sangue<sup>26</sup>. Importa notar que, até aos inícios do século XVII, o procedimento para habilitação de comissários «de carta» não se encontra regulari-

26 Cf. M. R. LOURENÇO, *op. cit.*, 2007, Vol. I, pp. 137–40.

zado em Portugal, ao contrário do que sucede nos domínios das restantes Coroas peninsulares<sup>27</sup>. Para o que importa à nossa reflexão, interessa-nos sobretudo notar, a despeito dos motivos que conduziram às respectivas decisões por cada um dos tribunais, que o modelo de representação seguido nestes territórios não só é coincidente como, no período em questão, será tendencialmente assumido por uma mesma tipologia de destinatário: o membro de uma ordem religiosa, seja esta da Companhia de Jesus, da Ordem dos Pregadores ou da Ordem de Santo Agostinho.

Uma vez mais, as estratégias dos dois tribunais não coincidem inteiramente neste domínio. Bruno Feitler notou que a Inquisição de Goa procurou fazer coincidir a figura do prelado ou do governador episcopal com a do comissário do Santo Ofício nas regiões mais afastadas da sede do distrito<sup>28</sup>. A opção prolongava, em contexto asiático, a relação de colaboração entre o tribunal da fé e o episcopado, que se reforçara, no Reino, ao longo do século XVI, mas sem que essa cooperação conduzisse à capacitação dos prelados como comissários do Santo Ofício<sup>29</sup>. Contudo, no Estado da Índia, à medida que se avança no século XVI e sobretudo durante o século XVII, são frequentemente os membros de ordens religiosas que recebem a mitra ou que assumem o governo em situações de sede vacante. Ainda quando o tribunal optar por não reunir a comissão do Santo Ofício na pessoa do governador episcopal, como quando sucedeu em Macau após uma grave crise de precedências jurisdicionais em 1623, a preferência recairá sempre sobre um religioso, seja da Ordem

---

27 Veja-se, a este respeito, a cronologia de comissários reconstituída por Bruno Feitler para o espaço atlântico, o qual identifica uma regularidade na nomeação de comissários a partir de 1611. Já Fernanda Olival faz recuar a 1586 o «primeiro indivíduo identificável com segurança como comissário» para os tribunais peninsulares. Cf. Bruno FEITLER, *Inquisition, juifs et nouveaux-chrétiens au Brésil. Le Nordeste. XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles*, Lovaina, Leuven University Press, 2003, p. 72; Fernanda OLIVAL, «Comissários das Ordens Militares e Comissários do Santo Ofício: dois modelos de actuação» in Isabel Cristina Ferreira Fernandes (coord.), *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, Vol. 1, GEOS/Município de Palmela, Palmela, 2012, p. 479.

28 Cf. Bruno FEITLER, «A delegação de poderes inquisitoriais: o exemplo de Goa através da documentação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro», *Tempo*, n.º 24, 2008, pp. 138–40.

29 Cf. José Pedro PAIVA, *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536–1750)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, p. 156 e ss. Sobre a cooperação entre o episcopado e o Santo Ofício no Estado da Índia, leia-se Giuseppe MARCOCCI e José Pedro PAIVA, «A Expansão pelo império» in *História da Inquisição Portuguesa. 1536–1821*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013, pp. 105–27.

de Santo Agostinho, seja da Companhia de Jesus<sup>30</sup>. A preferência por membros das ordens reflectia, por um lado, a tentativa de capitalizar o ascendente social destes elementos nas conflituosas sociedades luso-asiáticas da Ásia Oriental, de forma a assegurar a autoridade e respeito devidos à pessoa que representava o Santo Ofício; por outro, a tentativa de superar a carência de elementos letrados que pudessem desempenhar satisfatoriamente o cargo, o que veio a ser uma dificuldade constante para a Inquisição de Goa.

Nas Filipinas, o contexto da instituição de uma *comisoria* do Santo Ofício do México foi decidida com o fito de neutralizar a iniciativa de uma inquisição episcopal pelo bispo D. Domingo de Salazar, frade dominicano<sup>31</sup>. Com esse fim em vista, os inquisidores do México não puderam recorrer a qualquer representante da autoridade diocesana. Optaram, ao invés, pelo prior do convento de San Agustín de Manila, frei Francisco Manrique, OSA, religioso da ordem de maior prestígio no arquipélago, duplamente auspiciosa pela sua associação à empresa militar que possibilita o assentamento nas Filipinas e à descoberta da imagem do *Santo Niño* em Cebú durante as explorações. Já desde o ano anterior em litígio com o prelado, Manrique veio a ser o depositário da comissão do Santo Ofício, que permaneceu na posse da Ordem de Santo Agostinho até finais da centúria, quando a Inquisição do México tomou a decisão de a confiar aos religiosos de São Domingos, dando início a meio século de tutela por parte da Ordem, com apenas algumas intermitências<sup>32</sup>.

Regularmente exercida por religiosos da Companhia de Jesus, de São Domingos ou de Santo Agostinho, a comissão do Santo Ofício não escapa às forças centrífugas que a concorrência pelas missões do Japão e da China exercem e que tocam os diferentes quadrantes das sociedades ibero-asiáticas da Ásia Oriental e do Sueste. Os representantes da Inquisição continuam a ser membros das ordens e províncias religiosas em que se inserem e participantes das suas estratégias para a sociedade onde actuam e para as missões que encabeçam.

O quadro de soberania desigual que enforma os assentamentos de portugueses a Leste de Malaca é, em larga medida, o que impede a cristalização de

30 A Inquisição de Goa recuará, contudo, sobre esta medida, face a novo conflito em Macau onde o exercício da comissão do Santo Ofício numa disputa jurisdicional com o governador da diocese motivou os inquisidores a optar por fazer convergir a pessoa do seu comissário com a do governador do bispado a partir de 1643. Cf. Miguel Rodrigues LOURENÇO, op. cit., 2007, Vol. I, pp. 382–4; *Idem*, «Introdução» in *Macau e a Inquisição nos Séculos XVI e XVII — Documentos*, Vol. I, Lisboa e Macau, Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., e Fundação Macau, 2012, pp. XVII–XVIII.

31 Cf. José TORIBIO MEDINA, *El Tribunal de la Inquisición en las Islas Filipinas*, Santiago de Chile, Imprenta Elzeveriana, 1899, p. 14 e ss.

32 Cf. Isacio RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, OSA, y Jesús ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, OSA, «Manrique, Francisco», *Diccionario Biográfico Agustiniiano*, Vol. I, Valladolid, Estudio Agustiniiano, 1992, pp. 244–5.

uma fronteira luso-castelhana na Ásia e o que possibilita o esforço de reajustamento da geografia das missões por parte dos mendicantes das Filipinas na Ásia Oriental. Os limites à institucionalidade da Coroa portuguesa na região estimulam o trânsito e a fixação de agentes comerciais e religiosos oriundos das Filipinas. O Santo Ofício do México não está à margem deste movimento geral de dilatação dos espaços de intervenção a partir do arquipélago filipino, seja por via dos seus representantes, seja pela necessidade de assegurar a vigilância sobre esses mesmos agentes em territórios faltos de uma regulação inquisitorial.

O caso do Japão é, a este respeito, paradigmático. A comunidade de portugueses de Nagasáqui é um espaço da mais reduzida institucionalidade, onde a representação da autoridade régia está a cargo do capitão-mor da viagem do Japão durante o seu período de assistência na cidade. Ao contrário de Macau, Nagasáqui não dispõe de um ouvidor nem de um foral que reforce a sua vinculação à Coroa de Portugal, a ponto de o monarca solicitar ao bispo do Japão que assumia a administração da justiça durante a ausência do capitão-mor. O governo da cidade está confiado a um colégio de quatro elementos recrutados entre a elite urbana e, após a ocupação de Nagasáqui pelas forças de Toyotomi Hideyoshi em 1587, a um oficial do *kanpaku*, o *bugyō*<sup>33</sup>. A regularização da comunidade de portugueses no contexto do distrito da Inquisição de Goa é muito lenta, um espelho da informalidade que caracteriza o assentamento. O *Reportorio* dos processos conduzidos pelo tribunal entre 1561 e 1623, preparado neste último ano pelo promotor João Delgado Figueira, apenas dá conta de um único caso relativo ao Japão, o de Paulo Gonçalves, dado como cristão-novo, processado por palavras escandalosas contra a fé em 1599<sup>34</sup>. Tratar-se-á, sem dúvida, de um dos dois cristãos-novos que o bispo D. Luís Cerqueira, SJ, mandou prender e remeter a Goa em 1598, por darem bastante «mal exemplo a los Japones»<sup>35</sup>.

33 Cf. J. S. A. ELISONAS, art. cit., p. 82.

34 BNP, Cód. 203, (Reportório Geral de tres mil oitocentos processos, que sam todos os despachados neste Sancto Officio de Goa, & mais partes da Índia do anno de Mil & quinhentos & secenta & hum, que começou o dito Santo Officio até o anno de Mil & seiscentos & vinte & tres, com a lista dos Inquisidores que tem sido nele, & dos autos publicos da Fee, que se tem celebrado na dita cidade de Goa. Feito pello Licenciado Ioão Delgado Figueyra do Dezembargo de Sua Magestade, Promotor & Deputado do dito Sancto Officio, 1623, fl. 569). Esta contagem foi cotejada com a base de dados coordenada por Bruno Feitler sobre o mesmo Reportorio. [Consultada a 3/03/2015]. Disponível em <http://www.i-m.co/reportorio/reportorio/home.html>.

35 ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU [ARSI], *Jap-Sin* 13-II, fl. 213v (Carta do padre Alessandro Valignano, SJ, Visitador da vice-província do Japão e da China, ao padre Claudio Acquaviva, SJ, geral da Companhia de Jesus, a 25 de Outubro de 1598, em Nagasáqui). O caso fora já noticiado por J. F. MORAN, *The Japanese and the Jesuits. Alessandro Valignano in sixteenth-century Japan*, London, Routledge, 1993, pp. 26 e 96.

É admissível que, face à informalidade da comunidade, o Santo Ofício de Goa tenha prescindido de manter um agente em permanência no território, esperando das autoridades diocesanas a remissão de denúncias ou de prisioneiros, à medida que fossem surgindo, à semelhança, de resto, do que se praticava nas demais inquisições portuguesas. A ausência de um enquadramento inquisitorial em Nagasáqui que afirmasse explicitamente a jurisdição da Inquisição de Goa, aliada à impraticabilidade de coordenar, ao nível das sedes de distrito, a troca de informações entre tribunais, favoreceu a comunicação directa entre periferias. Em 1601, o mesmo bispo do Japão, que três anos antes havia enviado dois prisioneiros à Inquisição de Goa, responde a um pedido de informação solicitado pelo comissário do Santo Ofício de Manila, o dominicano frei Bernardo de Santa Catalina<sup>36</sup>. Ao mesmo tempo, remete uma lista sobre a qualidade das testemunhas que consultou para maior garantia da validade das declarações remetidas, o que revela cuidado em facilitar os procedimentos e as tomadas de decisão do tribunal mexicano<sup>37</sup>.

Não é possível determinar a amplitude da intersecção entre periferias, mas dispomos de alguns dados para admitir que o serviço ao Santo Ofício foi tido como um dever que ultrapassava os limites territoriais formais das Coroas e dos distritos inquisitoriais, para o que terá seguramente favorecido a intensa prática de colaboração dos tribunais ibéricos ao longo de Quinhentos. Por exemplo, o confuso processo de autonomização da Coroa de Portugal a partir de 1640 não obistou, e talvez por motivo da sua imprevisibilidade, a que o padre António Fernandes, vigário da vara de Macassar, reconhecesse a autoridade de Benito de Losoya, familiar do Santo Ofício de Manila, aí enviado pelo comissário frei Domingo González, OP, para colocar Pedro Henriques de Guevara e Jorge Dias de Montoya sob prisão e sequestrar os seus bens<sup>38</sup>. Embora nenhum dos dois se encontrasse em Macassar, a informação foi remetida ao comissário do Santo Ofício em Macau, o cónego Manuel Fernandes, que em 1645 mandou colocar Jorge Dias de Montoya sob prisão. Fernandes protagonizou um momento de correspondência directa entre periferias,

---

36 ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN [AGN], *Inquisición*, Vol. 263, fls. 137–142 (Traslado do auto de testemunhas tiradas por D. Luís Cerqueira, SJ, bispo do Japão, entre 24 de Setembro e 3 de Outubro de 1601, datado de 26 de Outubro de 1601, em Nagasáqui).

37 AGN, *Inquisición*, Vol. 263, fls. 136–136v (Carta de D. Luís Cerqueira, SJ, bispo do Japão, a frei Bernardo de Santa Catalina, OP, comissário do Santo Ofício em Manila, de 22 (?) de Outubro de 1601, em Nagasáqui).

38 Traslado do termo de aceitação de diligências pelo padre António Fernandes, vigário da vara de Macassar, de 27 de Abril de 1645, no porto do Macassar, *apud* Traslado dos papéis acerca de Pedro Henriques de Guevara, remetidos em 1645 pelo cónego Manuel Fernandes, comissário do Santo Ofício de Macau, e realizado pelos notários da Inquisição de Goa a 18 de Janeiro de 1648, em Goa (M. R. LOURENÇO, op. cit., 2012, p. 305).

pois menciona ter-se correspondido com frei Domingo González enquanto aguardava resposta dos inquisidores de Goa sobre o que fazer com Jorge Dias<sup>39</sup>. ace ao contexto de guerra com a Monarquia dos Habsburgo, o tribunal terá, presumivelmente, ordenado o seu envio a Goa, pois temos notícia de ter sido submetido a dois processos (1651 e 1653), terminando por ser condenado a cárcere e hábito perpétuo sem remissão e em cinco anos para as galés<sup>40</sup>.

Os limites da institucionalidade e o vazio de uma representação inquisitorial favoreceram seguramente que duas figuras de autoridade diocesana da Coroa de Portugal (o bispo do Japão e o vigário da vara de Macassar, provido pelo bispado de Malaca) respondessem a dois tribunais distintos do Santo Ofício. Ao mesmo tempo, tais ocasiões não deixaram de ser sentidas como oportunidades de projecção territorial para o Santo Ofício e, incidentemente, para quem se encontrava ao seu serviço. Em 1601, frei Bernardo de Santa Catalina, OP, informou o tribunal do México sobre a necessidade de se ter recorrido ao bispo do Japão para a realização de diligências por se constar «que en aquella tierra no ay comissario, siendo que es muy necessario auerle y persona puesta por mano de v. s. porque se dice ay muchas assas dignas de remedio»<sup>41</sup>. Independentemente da figura em quem recaísse o provimento de um eventual comissário no Japão, o reforço dos laços institucionais entre a Coroa de Castela e o arquipélago não poderia deixar de favorecer as aspirações da província dominicana do Santo Rosário num território cada vez mais polémico em relação às missões aí conduzidas.

Embora não tenhamos notícia de qualquer nomeação de um comissário permanente no Japão por parte da Inquisição do México, o tribunal parece ter equacionado soluções alternativas ao bispo D. Luís Cerqueira para estender a sua representação ao arquipélago nipónico. Não o terá feito, contudo, por via dos dominicanos que, desde os finais do século XVI, eram os seus interlocutores preferenciais em Manila.

A partir de 1611, o então comissário dos franciscanos no Japão, frei Alonso de la Madre de Dios, conduziu uma sucessão de diligências para o tribunal americano em conjunto com os seus confrades, frei Andrés de la Cruz e

39 Traslado de carta de Manuel Fernandes, comissário do Santo Ofício em Macau, aos inquisidores de Goa, de 17 de Dezembro de 1645, em Macau *apud idem, ibidem*, p. 304.

40 Na lista do auto-da-fé de 14 de Dezembro de 1653 da Inquisição de Goa pode ler-se sobre Jorge Dias de Montoya: «Portugues, X. N. natural de Villa de Castelbranco, E morador na Cidade de Macao, relaxado em statua pella Inquisição de Mexico, por culpas de Judaismo, reconciliado no auto da feç no terreiro do sabayo desta Cidade em 3 de Dezembro de 1651. prezo 2.<sup>a</sup> ues por diminuto, pellas mesmas Culpas». Cf. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [AN'TT], *Inquisição de Lisboa*, livro n.º 10, fl. 241.

41 AGN, *Inquisición*, Vol. 263, fl. 56 (Carta de frei Bernardo de Santa Catalina, OP, comissário do Santo Ofício em Manila, à Inquisição do México, de 12 de Julho de 1601, em Manila).

frei Pedro de la Asunción<sup>42</sup>. O ambiente de secretismo que rodeou os seus procedimentos provocou desconforto entre os franciscanos estantes nas missões japonesas, o que motivou o provincial das Filipinas, frei Blas de la Madre de Dios, a enviar uma ordem a frei Alonso em 1613 para que «Çese de fazer cosa alguna de las que hace hasta que me de cuenta dellas», a pretexto de que o cometimento da Inquisição do México colocava em causa o preceito de obediência devido pelo franciscano ao seu provincial<sup>43</sup>. Frei Alonso, que já havia sido substituído no ofício que ocupava, acabaria por ver os seus papéis serem confiscados por frei Diego de Chinchón, novo comissário dos Frades Menores no Japão, ficando sem poder dar seguimento à totalidade das incumbências que lhe haviam sido feitas<sup>44</sup>. Desconhecemos se o tribunal manifestou a confiança de voltar a recorrer aos Frades Menores presentes no Japão para os assuntos de vigilância da fé, mas a ordem de expulsão de todos os missionários do arquipélago no mesmo ano em que frei Alonso informava o Santo Ofício sobre o desfecho dos seus papéis (1614) tornou a questão redundante.

Este cenário de indefinição formal terminou tarde e fora de tempo para a comunidade de cristãos portugueses residentes em Nagasáqui. Em 1619, os inquisidores de Goa constituíram D. Diogo Valente, SJ, bispo do Japão recém-chegado à Ásia, seu comissário do Santo Ofício «nos Reinos de Japão», mantendo a política de aliar à dignidade episcopal as funções de representação inquisitorial<sup>45</sup>. O prelado nunca veio a exercer a sua comissão por não ter chegado a embarcar para as ilhas, uma vez chegado a Macau. Em 1623, o shogunato interditou a residência a todos os portugueses no arquipélago, limitando as possibilidades de vigilância religiosa sobre a cristandade local, um dos pontos previstos na comissão de D. Diogo Valente. Para benefício dos «Christãos da terra», passaria o tribunal de Goa comissão em 1626, desta feita ao padre André Palmeiro, SJ, afastando dessa forma o bispo D. Diogo Valente, retirado em Rachol por força do seu diferendo com o arcebispo e inquisidores no caso da sua eleição como governador do bispado da China pelo clero

42 O seu conteúdo não surge expressamente nomeado na correspondência de frei Alonso de la Madre de Dios. Apenas sabemos que foram enviadas duas vias por via das Filipinas até 25 de Maio de 1612, referindo o franciscano não ter notícia da sua chegada ao México. AGN, *Inquisición*, Vol. 293, fls. 155–155v (Carta de frei Alonso de la Madre de Dios, OFM, aos inquisidores do México, de 3 de Novembro de 1613, em Nagasáqui).

43 AGN, *Inquisición*, Vol. 301, fl. 245 (Termo de frei Diego de Chinchón, OFM, comissário dos franciscanos no Japão, de 28 de Agosto de 1613, em Nagasáqui). AGN, *Inquisición*, Vol. 293, fls. 156–156v (Carta de frei Alonso de la Madre de Dios, OFM, aos inquisidores do México, de 3 de Novembro de 1613, em Nagasáqui).

44 AGN, *Inquisición*, Vol. 293, fls. 163v–164 (Carta de frei Alonso de la Madre de Dios, OFM, aos inquisidores do México, de 18 de Março de 1614, em Nagasáqui).

45 Comissão dos inquisidores de Goa ao bispo do Japão, D. Diogo Valente, SJ, de 11 de Maio de 1619, em Goa (M. R. LOURENÇO, op. cit., 2012, Vol. I, p. 93).

de Macau e tentativa de afastamento de frei António do Rosário, OP, dessas mesmas funções<sup>46</sup>.

Se a inquisição do México não nomeou qualquer comissário para o Japão, o mesmo não viria suceder para a ilha Formosa, onde o Governo das Filipinas fez erigir uma fortaleza em 1626. A empresa contou com o entusiástico apoio da Província do Santo Rosário da Ordem de S. Domingos, que aspirava a que a ilha pudesse vir a servir como plataforma de acesso ao Japão e à China<sup>47</sup>. Com o provincial frei Bartolomé Martínez à cabeça, foram cinco os dominicanos que participaram na expedição confiada ao *sargento mayor* Antonio Carreño de Valdés, os quais edificaram uma residência na fortaleza de San Salvador (Quelang), prontamente elevada a *Vicaría* logo no ano seguinte pelo Capítulo intermédio da Província<sup>48</sup>. O evidente investimento dos dominicanos do Santo Rosário proporcionou, deste modo, a oportunidade para mais uma colaboração entre a Ordem e o Santo Ofício que, nesse mesmo ano, confiou a comissão da ilha Formosa a frei Bartolomé Martínez<sup>49</sup>.

A perspectiva que a posse da comissão do Santo Ofício representa, para o instituto religioso que a exerce, uma garantia de autoridade acrescentada e um reforço do seu prestígio social encontra-se presente em vários cenários da Ásia Oriental e do Sueste. Em Maluco, o padre Antonio de Marta, SJ, foi um veemente defensor do seu desempenho como comissário da Inquisição, sustentando a utilidade do ofício para o fortalecimento da nova cristandade<sup>50</sup>. A despeito do desagrado que o caso gerou ao nível do generalato da

46 Sobre o caso da eleição de D. Diogo Valente como governador do bispado da China pelo clero de Macau, leia-se E. PENALVA, op. cit. 2005, Vol. II, p. 543 e ss; M. R. LOURENÇO, op. cit., 2007, Vol. I, pp. 288–300. Cf. ainda «Comissão dos inquisidores de Goa ao padre André Palmeiro, SJ, visitador das Províncias do Japão e da China da Companhia de Jesus, de 28 de Abril de 1626, em Goa» in *Idem*, op. cit., 2012, Vol. I, p. 99.

47 É, por exemplo, frei Domingo González, OP, que prepara a legitimação jurídica para o Governo das Filipinas povoar a ilha Formosa, contando-se entre os seus argumentos o risco do trato do Japão cair totalmente em mãos dos holandeses. Cf. Razonamiento de fr. Domingo González, acerca de la licitud de la conquista de la Isla Hermosa de 7 de Fevereiro de 1626, em Manila, José Eugenio BORAÑO MATEO, *Spaniards in Taiwan*, Vol. I, Taipei, SMC Publishing Inc., 2001, pp. 59–60. Cf. Fr. Pablo FERNÁNDEZ, OP, *Dominicos donde nace el Sol. Historia de la Provincia del Santísimo Rosario de Filipinas de la Orden de Predicadores*, [s.l.], [s.n.], 1958, pp. 99–104.

48 Cf. Frei Diego ADUARTE, OP, *Historia de la Provincia del Santo Rosario de la Orden de Predicadores en Filipinas, Japón y China*. R. P. Fr. Manuel Herrero, OP (ed.), Tomo II, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1964, pp. 260–2.

49 AGN, *Inquisición*, Vol. 388, fl. 560 (Carta de frei Bartolomé Martínez, OP, provincial da província do Santo Rosario, à Inquisição do México, de 25 de Julho de 1627, em Manila).

50 Cf. Relatório da Visitação do padre Antonio de Marta, SJ, visitador da Companhia de Jesus em Maluco, de Abril de 1588, em Tidore, Hubert Jacobs, SJ, (ed.), *Documenta Malucensia (1577–1606)*, Vol. II, Roma, Jesuit Historical Institute, 1980, p. 276. Sobre o exercício da comissão inquisitorial pelo padre Antonio de Marta e a defesa da sua utilidade para o apoio à cristandade nascente leia-se M. R. LOURENÇO, op. cit., 2007, Vol. I, pp. 208–11.



Companhia, o padre Antonio de Marta, primeiro comissário de que temos registo no arquipélago de Maluco, deu início a uma prática de a Inquisição confiar a sua representação aos jesuítas presentes na região. A partir de 1618, o tribunal estabeleceu uma cláusula sucessória, na qual determinava que, em caso de ausência do titular da comissão, esta deveria ser exercida pelo superior do colégio de Ternate<sup>51</sup>. Esta solução ainda se mantinha no início dos anos 30, agora num quadro de progressivas dificuldades de comunicação com o tribunal da fé, mercê da pressão holandesa nos mares do Sueste Asiático<sup>52</sup>. Com a autonomização da Coroa de Portugal e a perda de Malaca, foi impossível ao Estado da Índia assegurar a sua autoridade sobre a ilha, cuja defesa havia muito já que era garantida por uma guarnição sustentada pela *hacienda* das Filipinas. O padre Manuel Carvalho, comissário do Santo Ofício desde 1635, foi então levado para Manila por receio de instigar à obediência à Coroa de Portugal<sup>53</sup>. É neste período de confusão e de indefinição sobre o futuro das possessões mais orientais do Estado da Índia que vemos surgir a proposta de que a comissão do Santo Ofício de Ternate passe a ser assegurada pelo tribunal do México.

É significativo que a ideia parta dos próprios meios jesuíticos ligados ao exercício da comissão inquisitorial. Encontramos a recomendação na correspondência enviada pelo padre Francisco Colín, SJ, provincial das Filipinas, no balanço da sua actuação como comissário do Santo Ofício em Zamboanga (ilha de Mindanau<sup>54</sup>). Como o padre Antonio de Marta no século XVI, denota-se em Colín o desejo de superar a debilidade portuguesa em Maluco mediante uma aproximação a Manila onde ficasse salvaguardado o amparo às missões da Companhia nas ilhas. Mas, ao mesmo tempo, a ocasião foi sentida entre alguns sectores dos jesuítas das Filipinas como uma oportunidade para subordinar a cristandade malucense à sua província, retirando-a à administração da província de Cochim, uma iniciativa que pareceu contar com o

51 Traslado de uma carta do padre Andrés Simi, SJ, comissário do Santo Ofício em Ternate, aos inquisidores de Goa, de 2 de Junho de 1630, em Ternate *apud* Traslado do processo do padre João de Matos na Inquisição de Goa, de 1634 (M. R. LOURENÇO, op. cit., 2012, Vol. I, p. 172).

52 Em 1630, o padre Andrés Simi, SJ, dá conta de atrasos de três anos na recepção da correspondência vinda de Goa, devido a perturbações na articulação das navegações entre Malaca e Ternate que, nesse período, parecem depender de uma passagem por Macassar (*Idem, ibidem*, p. 172).

53 ARSI, *Goana* 9-I, fls. 160–160v (Carta do padre Manuel Carvalho, SJ, reitor do colégio de Ternate e comissário do Santo Ofício, ao padre Mutio Vitelleschi, SJ, geral da Companhia de Jesus, de 4 de Agosto de 1643, em Manila).

54 A comissão de Zamboanga era de criação recente, pois Ostwald Sales Colín situa em 1641 a data da sua fundação. Cf. Ostwald SALES COLÍN, «La Inquisición en Filipinas: el caso de Mindanao y Manila, Siglo XVII», Noemí Quezada, Martha Eugenia Rodríguez e Marcela Suárez (eds.) *Inquisición Novohispana*, Vol. I, México, D.F., Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Antropológicas y Universidad Autónoma Metropolitana, 2000, p. 261.

favor do próprio governador D. Sebastián Hurtado de Corcuera, principalmente face ao levantamento de Portugal<sup>55</sup>. A comissão do Santo Ofício era assim entendida como recurso de territorialização na gestão dos ajustamentos entre províncias de uma mesma ordem religiosa. Com efeito, o tribunal do México viria a dar seguimento à proposta de Colín, passando a conferir a comissão do Santo Ofício «al superior que es o fuere de la Compañia de Jesus en aquellos preçidios»<sup>56</sup>.

A proposta de se agregar «a estas Jslas y su distrito la Jurisdiccion espiri[tual] y comission de Maluco» surge na mesma carta em que propõe ao tribunal do México que a comissão de Zamboanga seja confiada ao reitor da residência da Companhia no presídio em permanência e de forma directa (o que evitaria aos jesuítas tomar o juramento de obediência do comissário de Manila, havia duas décadas nas mãos de dominicanos, e, ao mesmo tempo, conservar o exercício da sua comissão)<sup>57</sup>. O provincial das Filipinas deixa entrever uma estratégia alargada de estreitamento dos laços entre o tribunal do Santo Ofício e a Companhia de Jesus nas Filipinas. Com efeito, Colín assumiu perante os inquisidores do México uma intenção clara de ampliar o exercício da comissão do Santo Ofício pelos religiosos da sua província que, nessa década, também se ocupavam da comissão de Cavite, porto de Manila<sup>58</sup>. Em 1642, propõe

estender mi comision, o las de mis substitutos, a toda esta Prouincia de Philipinas quoad no[s]tros Religiosos tantum, porque si se offreçiere algun caso no sea neçessario acudir a Comissario secular o de otra Religion teniendo ya V. ss.<sup>as</sup> Comissario de la nuestra en estas Yslas<sup>59</sup>.

55 ARSI, *Goana* 9-I, fl. 161v.

56 Biblioteca Pública de Évora [BPE], Cód. CVIII/2–12, fl. 605v (Carta de Magino Sola, SJ, ao inquisidor-geral da Inquisição de Espanha, de 14 de Junho de 1659, em Madrid). De facto, com a ida do padre Manuel Carvalho para Manila, Francisco Colín apressou-se a solicitar a comissão de Ternate para o padre Hernando de Estrada, SJ, que fora enviado da ilha de Mindoro (onde já exercia a comissão do Santo Ofício) para Maluco em 1643. No ano seguinte, a Inquisição do México autoriza que Estrada continue a servir-se da nomeação que lhe fora feita como comissário, integrando, desse modo, Ternate no seu distrito. Cf. AGN, *Indiferente Virreinal*, caja 3411, exp. 43, fl. 4v (Minuta da carta da Inquisição do México ao padre Hernando de Estrada, SJ, de 20 de Março de 1644, no México).

57 AGN, *Inquisición*, Vol. 416, fls. 18–19. Vd. anexo (Carta do padre Francisco Colín, SJ, provincial das Filipinas, aos inquisidores do México, de 18 de Julho de 1642, em Manila).

58 Em 1643, o padre Diego de Bobadilla, SJ, informava o Santo Ofício do México que fora nomeado reitor do colégio de Manila, pelo que solicitava ao tribunal que a comissão do Santo Ofício de Cavite que lhe havia sido confiada transitasse para o padre Juan López, reitor do colégio da Companhia nesse porto. AGN, *Inquisición*, Vol. 416, fls. 32–32v (Carta do padre Diego de Bobadilla, SJ, comissário do Santo Ofício de Cavite e reitor do colégio de Manila, à Inquisição do México, de 3 de Agosto de 1643, em Manila).

59 AGN, *Inquisición*, Vol. 416, fl. 19. Vd. anexo (Carta do padre Francisco Colín, SJ, provincial das Filipinas, aos inquisidores do México, de 18 de Julho de 1642, em Manila).

É provável que o pedido feito pelo padre Francisco Colín resulte dos vários anos de experiência da Companhia de Jesus no tocante ao desempenho da comissão do Santo Ofício nas sociedades competitivas da última periferia dos distritos inquisitoriais e do valor acrescido de regulação social que o seu exercício parecia evidenciar nos finais dos anos 30 do século XVII. Já em 1587, o padre Antonio de Marta tinha sido sensível a esta questão, escrevendo que «li nostri con quest'officio sono più venerati e tengono maggior forza per estirpare li vitii»<sup>60</sup>. Por volta de 1630, no entanto, além de várias décadas ao serviço do tribunal de Goa em Maluco, os jesuítas já haviam sido protagonistas de dois graves conflitos em Macau e de um outro em Manila onde a comissão do Santo Ofício cumprira uma função reguladora dos equilíbrios sociais locais e de reforço da autoridade dos religiosos que a detinham<sup>61</sup>. O caso de Macau, onde a Companhia de Jesus exerce, desde 1633 ou 1636, a comissão do Santo Ofício, foi, seguramente, um referente próximo para o provincial das Filipinas. Com efeito, a Cidade do Nome de Deus na China é um dos exemplos convocados por Colín para propor o desempenho da comissão de Zamboanga vinculado à pessoa do reitor ou superior das missões:

Y atreuome a hazer esta propuesta (...) por saber que no es fuera del estilo de esse sancto Tribunal (Por lo menos en la Corona de Portugal) pues las comisiones de la çiudad de Macan y del Maluco que se despachan por la Ynquisiçion de Goa estoy Ynformado con çertidumbre, que esta[n] despachadas y llaman a los Rectores de nuestros colegios de la Compañia de las dichas dos Çiudades de Macan Y Maluco<sup>62</sup>.

Precisamente, foi em Macau que a comissão do Santo Ofício maior papel desempenhou como recurso de regulação social no quadro de uma intensa concorrência local. Ao contrário de Nagasáqui ou de Macassar,

60 Carta do padre Antonio de Marta, SJ, visitador da Companhia de Jesus em Maluco, ao padre Claudio Acquaviva, SJ, geral da Companhia, de 6 de Junho de 1587, em Amboíno. (H. JACOBS, S.J., op. cit., p. 213).

61 Para uma leitura sobre os casos que envolveram a comissão do Santo Ofício e a unidade de conjunto que, na época, se lhes procurou dar, veja-se M. R. LOURENÇO, «Introdução», loc. cit. Faltam estudos para o caso das Filipinas, mas sabemos que Manila não permaneceu alheia a conflitos onde a comissão inquisitorial foi instrumentalizada no contexto de diferendos entre ordens religiosas. Veja-se, a este respeito, o resumo de um tal episódio feito pelo governador das Filipinas, D. Sebastián Hurtado de Corcuera, sucedido em 1635. Cf. ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI], *Filipinas* 21, r. 10, n.º 44 (Carta de don Sebastián Hurtado de Corcuera, governador das Filipinas, a Filipe IV, rei de Espanha, aos 30 de Junho de 1636, em Manila).

62 AGN, *Inquisición*, Vol. 416, ff. 18v. Vd. anexo (Carta do padre Francisco Colín, SJ, provincial das Filipinas, aos inquisidores do México, de 18 de Julho de 1642, em Manila).

o sentido da institucionalização é progressivamente crescente em Macau<sup>63</sup>. Aqui, como na cidade nipónica, a representação da autoridade régia é inicialmente temporária, limitada ao tempo e espaço de permanência do capitão-mor da viagem do Japão no território. Contudo, desde 1580, aproximadamente, que reside um ouvidor no território, cuja jurisdição partilha com o capitão-mor durante a sua estadia. Em 1587, este último vê cessarem as suas competências no domínio da justiça, doravante concentradas na figura do ouvidor, que ganha regimento próprio nesse mesmo ano<sup>64</sup>. Já em pleno século xvii, a Coroa soube aproveitar a conjuntura adversa de pressão militar holandesa sobre a cidade para instituir um capitão-geral na cidade com intendência sobre matérias de guerra, confinando a autoridade do capitão-mor da viagem do Japão ao tempo da empresa comercial propriamente dita<sup>65</sup>.

Em Macau, a conflituosa comunidade mercantil converge na decisão de se constituir em órgão de auto-representação perante a Coroa, o Senado, iniciativa que colheu o favor imediato da Monarquia. No entanto, a emergência de um espaço através do qual passará a gestão das viagens comerciais mais lucrativas de Macau não pôs cobro à concorrência e conflituosidade mercantis existentes na cidade. Pelo contrário, a integração progressiva de Macau no Estado da Índia — sede de bispado, criação de ouvidoria, representação do Santo Ofício, casas mendicantes dependentes do Padroado, presença de um capitão-geral — multiplicou os canais de comunicação com Goa e abriu Macau à presença de interlocutores, grupos e clientelas de diversa ordem com expectativas que, seja no domínio mercantil, seja no missionário, não podiam deixar de comportar desafios aos equilíbrios tradicionais da comunidade.

No século xvii, o clima concorrencial de Macau é agravado pelas controvérsias que envolveram a Companhia de Jesus, a Ordem de São Domingos, a Ordem dos Frades Menores e a Ordem de Santo Agostinho sobre a implosão

63 Veja-se como o Estado da Índia procurou reforçar a sua regulação ao longo do século xvii através da nomeação de um administrador da Fazenda Real em E. PENALVA, op. cit., 2005, Vol. II, p. 613 e ss.

64 A medida surge como consequência da reforma das estruturas da justiça no Estado da Índia, empreendida pela Coroa em 1586, pela qual determinava que todos os ouvidores deveriam ser letrados vindos do Reino e examinados pelo Desembargo do Paço. Cf. Charles Ralph BOXER, *O Grande Naveio de Amacau*, [s.l.], Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989 [1960], p. 44; Luís Filipe BARRETO, op. cit., pp. 147–8; FRANCISCO BETHENCOURT, «O Estado da Índia» in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 2, [s.l.], Círculo de Leitores, 1998, p. 305. O regimento encontra-se publicado em J. H. da Cunha RIVARA, *Arquivo Português-Oriental*, Fascículo 5, Parte III, Nova Goa, Na Imprensa Nacional, 1866, pp. 1144-1150.

65 Cf. Elsa PENALVA, *A Companhia de Jesus em Macau (1615–1626)*, tese de mestrado, policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Vol. I, Lisboa, 2000, pp. 219 e ss.

das missões japonesas, um conflito que não tardaria a envolver a missionação jesuítica na China. O sentido de desafio ao exclusivo da Companhia de Jesus sobre o apostolado na China e no Japão não é limitado às casas filipinas, mas partilhado pelos seus confrades portugueses, ressentidos pelos choques mantidos com os inacianos nas diferentes missões do Padroado e pela menor influência social em Macau, que o acesso a espaços de autoridade religiosa — prelazia, governo episcopal, comissão do Santo Ofício — não inverte<sup>66</sup>.

O território, contudo, não dispõe de uma instância judicial para dirimir os conflitos de maior ou menor dimensão que periodicamente eclodem como consequência do escalar das tensões entre as ordens religiosas aí presentes. Durante a primeira metade do século xvii, a comissão do Santo Ofício será um polémico protagonista em três graves crises de precedências jurisdicionais — na realidade, crises de ajuste social — onde os adversários convocarão uma autoridade episcopal ou inquisitorial delegadas para desbloquear uma situação de impasse que as alegações do Direito não permitem superar<sup>67</sup>. Estes confrontos obrigam a uma estratégia de legitimação durante o longo tempo que tardam as comunicações com as instâncias reguladoras e delegantes de Goa (arcebispado e Inquisição) que, no melhor dos casos, durarão um ano de viagens ou, se a gravidade da matéria o exigir, uma fase imprevisível de consultas em Lisboa (Mesa da Consciência e Ordens, Conselho Geral do Santo Ofício), Madrid ou Roma.

Exercício fútil a nível local, as alegações jurídicas não se destinam, pois, à resolução do conflito, mas antes a obter impacto junto dos centros políticos e governativos decisórios. É neste sentido que se compreende a activação das redes de solidariedade entre as diferentes províncias religiosas da Ásia Oriental e do Sueste durante as tensões entre a Companhia de Jesus e o governo episcopal de frei António do Rosário, OP, em 1621–1623; e entre os comissários do Santo Ofício, Gaspar Luís e Gaspar do Amaral, SJ, e o governador do bispado, frei Bento de Cristo, OFM, em 1641 e 1642. Nestes contextos, as casas provinciais mendicantes das Filipinas remetem aos governadores do bispado da China pareceres sobre as disputas que mantinham com os padres jesuítas, recorrendo estes aos seus homólogos no arquipélago para o mesmo fim<sup>68</sup>. Nas duas ocasiões, os dominicanos frei Francisco de Herrera e frei Domingo González, ambos comissários do Santo Ofício de Manila, emprestaram

66 Cf. E. PENALVA, op. cit., 2005, Vol. II, p. 667.

67 Cf. *Idem, ibidem*, Vol. II, pp. 589–609; M. R. LOURENÇO, op. cit., 2007, Vol. I, pp. 261–384.

68 Cf. E. PENALVA, op. cit., 2005, Vol. II, p. 574.

a autoridade do cargo à firma dos seus pareceres<sup>69</sup>. Face à impossibilidade de se atingir uma resolução definitiva no terreno, os colégios das Filipinas funcionaram como rectaguarda de autoridade para os agentes religiosos envolvidos em disputas pelos cargos do poder eclesiástico em Macau. Com efeito, no mesmo ano em que se divulgam em Macau as notícias da restauração da monarquia portuguesa na pessoa do duque de Bragança, a autoridade do comissário do Santo Ofício de Manila foi um dos argumentos evocados por frei Bento de Cristo em apoio ao seu direito<sup>70</sup>.

Na mesma ocasião, um dos rumores que circula na cidade face à chegada de dois navios das Filipinas é, além da iminente substituição do capitão-geral por um elemento fiel a Manila, o da vinda de um religioso dominicano para servir como comissário do Santo Ofício, não obstante caber a provisão do cargo à Inquisição de Goa. A rejeição da proposta castelhana de uma ligação às Filipinas pela elite mercantil de Macau colocou a cidade numa rota de afastamento em relação ao Governo de Manila<sup>71</sup>. A possibilidade de uma territorialização complementar por via do Santo Ofício que, desta feita, acompanhava vinculações de maiores proporções, gorou-se. Em 1642, o autor desconhecido de uma relação produzida nos círculos da Companhia de Jesus expressava este movimento como a tentativa de «o Governador de Felepinas aiuntar esta Cidade a Felepinas não só no secular, mas tãobem no Ecclesiastico»<sup>72</sup>. A decisão estratégica tomada em Macau de se apostar numa ligação à Coroa de Portugal determinou que a comissão do Santo Ofício continuasse a ser regida pelo tribunal de Goa.

69 REAL ACADEMIA DE HISTORIA [RAH], *Jesuítas*, Legajo 21, fl. 515 (Parecer jurídico dos dominicanos do colégio de Santo Tomás de Manila, de 5 de Outubro de 1622, em Manila); ANTT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, maço 35, n.º 8, documento não foliado (Respuesta que dio a estos puntos al P.º fr. Domingo Gonzales comissario del sancto Ofiçio en las ysas Philippinas de Luzon, de 26 de Março de 1642 *apud* Tratado breue de la competencia que huuo entre el gouernador del obispado de China y el comissario del Sancto Ofiçio [...]); ANTT, *Conselho Geral do Santo Ofício*, maço 35, n.º 9, documento não foliado (Parezer do R.º P.º frey Domingos Gonzaluez comissario do sancto offiçio na cidade de Manila nas Jlhás Philippinas sobre o casso da competencia entre o gouernador do Bispado da China e o padre comissario do sancto offiçio de Machao, de 28 de Junho de 1642, em Manila).

70 Relação da controvérsia entre o governador do bispado da China e o comissário do Santo Ofício, concluída em Outubro de 1642, M. R. LOURENÇO, op. cit., 2012, Vol. II, p. 89.

71 Cf. Charles Ralph BOXER, *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1993 [1942]; E. PENALVA, op. cit., 2005, Vol. II, pp. 818–49 e 867–72; José Miguel Moura FERREIRA, *A Restauração de 1640 e o Estado da Índia. Agentes, espaços e dinâmicas*, tese de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos, policopiada, [Lisboa], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 33–41.

72 «Informação de uma controvérsia e desinquietação que se moveu em Macau, cidade dos portugueses no Reino da China», de Novembro de 1642 (M. R. Lourenço, op. cit., 2012, Vol. II, p. 268).

## Considerações finais

A sucessão dos Habsburgo na Coroa de Portugal e a manutenção do princípio de autonomia dos seus reinos e senhorios obrigou, na Ásia Oriental e do Sueste, a um ajustamento de duas configurações imperiais de características bastante diversas. O movimento expansionista hispano-americano fortemente coordenado da Coroa de Castela deparou-se com os confins de um vice-reino em fase de retração militar, mas ao qual se associavam, com expressões de maior ou menor vinculação, iniciativas informais dinâmicas de constituição de assentamentos. Foi sobre este cenário regional de soberania desigual que, pelos mesmos anos da transição dinástica, as duas estruturas de vigilância religiosa dos respectivos vice-reinos, os tribunais do Santo Ofício de Goa e do México, tomaram a iniciativa de regular a sua representação institucional nestes espaços.

Quer pela ausência de pessoal letrado, quer pelo ascendente e autoridade de que o clero regular beneficiava nas sociedades luso-hispano-asiáticas da Ásia Oriental e do Sueste, as opções de representação institucional de ambos os tribunais coincidiram na nomeação de religiosos da Companhia de Jesus, da Ordem dos Pregadores ou da Ordem de Santo Agostinho como comissários do Santo Ofício. Agostinhos (Macau, Manila), dominicanos (Manila, Macau, Formosa) e jesuítas (Ternate, Nagasáqui, Macau, Cavite, Zamboanga) assumiram, regularmente, as comissões inquisitoriais nas cidades ou fortalezas onde as relações de complementaridade no ajustamento entre os dois impérios se mostraram mais estreitas.

O clima de concorrência religiosa pelo acesso às missões do Japão e da China e as tensões que se seguiram às perseguições contra a cristandade japonesa deterioraram as relações já precárias entre os religiosos presentes na região, gerando tensões em cuja gestão o exercício da comissão do Santo Ofício não ocupou um papel secundário. Entre os religiosos das províncias das Filipinas, a comissão inquisitorial foi sentida como um recurso de territorialização face a espaços onde o grau de institucionalidade era reduzido e onde, em concreto, faltava um agente do Santo Ofício formalmente capacitado enquanto tal. A proposta de criação de um comissário no Japão dependente do tribunal do México pelo dominicano frei Bernardo de Santa Catalina inscreve-se neste campo. Também a solução de serem os inquisidores da Nova Espanha a nomear comissários para Ternate revela a mesma intenção territorializante, desta feita para assegurar à Companhia de Jesus — ainda que a expensas de outra das suas províncias — a preeminência numa região associada à actividade missionária do próprio Francisco Xavier. Na sequência da separação da Coroa de Portugal da Monarquia Hispânica, a possibilidade

de se substituir o comissário do Santo Ofício de Macau por um religioso das províncias mendicantes das Filipinas não revela, menos, uma tentativa de reforço dos laços entre os dois espaços onde o jogo das tensões e das solidariedades entre os institutos religiosos se perspectivava como regulador.

Em Macau, as dificuldades em se atingir um equilíbrio social entre as diferentes ordens religiosas conduziu à eclosão de conflitos onde a comissão inquisitorial desempenhou um papel interventor em três ocasiões durante o período em causa. Os seus detentores procuraram obter, na jurisdição inquisitorial, uma regulação social que a relação de forças no território não permitia. No impasse que decorreu destas crises de precedências jurisdicionais, os comissários do Santo Ofício de Manila protagonizaram um inusitado momento de intervenção no território, colocando a autoridade do seu cargo ao serviço dos seus confrades ou da sua facção.

O comportamento institucional evidenciado pelos comissários do Santo Ofício, seja por via das suas recomendações ou pelo exercício das suas competências, convida a uma reapreciação dos fenómenos considerados institucionais, em particular no contexto de grandes distâncias físicas entre os centros decisórios e os espaços de execução. A transversalidade de um elemento que é, simultaneamente, agente institucional e religioso da sua província coloca como central o problema das vinculações ou das obediências no exercício de uma função institucional: ou, se quisermos, do peso dos centros na condução do seu comportamento.

À semelhança das configurações imperiais em que se inseriam, as inquisições de Goa e do México mantiveram uma fronteira fluida que acompanhava, também ela, o ajustamento a que o encontro luso-castelhano na Ásia obrigava, em especial a partir de 1580. As dificuldades militares do Estado da Índia no Sueste Asiático e as limitações institucionais dos assentamentos portugueses na Ásia Oriental proporcionaram o quadro que possibilitou a interpenetração dos mundos que o Tratado de Saragoça pretendeu estanques. A estreita ligação entre o Santo Ofício e as ordens religiosas nestas regiões fez que estas sentissem no tribunal um recurso de territorialização e de afirmação social. Num ambiente profundamente hostil em que se jogava o prestígio das ordens e o seu envolvimento na cristianização de duas missões reputadas e prestigiadas, o exercício da comissão do Santo Ofício foi, em larga medida, o espelho de estratégias colectivas.



### Anexo Documental

18 de Julho de 1642. Manila.

*Carta do padre Francisco Colín, SJ, provincial das Filipinas, aos inquisidores do México.*

Archivo General de la Nación [AGN], *Inquisición*, Vol. 416, fls. 18–19.

<sup>18r</sup> Por los Testimonios Y causas *que* Son con esta Veran V. ss.<sup>as</sup> qua[n] bien enpleada ha sido la Comission *que* se siruieron de mandarme despachar en Março del año passado de 641 Para Samboangan y todo su distrito, en el qual he asistido este año de 42. seis meses aviendo venido a el en Compania de Vn Señor oydor de la Real Audiencia destas Yslas que venia a la Visita de estos Presidios, con cuya Autoridad, y las cartas de recomendación que me mando despachar para los Governadores y Cab[...] el Señor *Gouernador* Y *Cappitan* General de estas Yslas Y la Comission y veçes q[ue] tambien trahya del Señor Obispo de Zebu (a quien toca este distrito[ ]) y el *offiçio* Y cargo de la Prouincia que he venido exercitando, se han hecho todos los Autos y cosas tocantes a esse Sancto Tribunal con mucha Autoridad y credito en estas nueuas naçiones Y conquistas. Sea todo *para mayor* Gloria de *Nuestro seõor* y aumento de su sancta fee y seruicio de esse sancto offiçio –

Con cada Vna de las causas va Carta mia, conforme a la instruccion a la qual me he arrimado en todo lo que el tiempo y otras çircunstançias han dado lugar. Variedad se hallara de notarios en los escritos, porque la falta de sujetos con que esta al *presente* esta Prouincia me obligo a mi a haçer esta Jornada sin Compañero saçe[r]dote y porque lo fuesse el *Nottario* conforme a la instruccion he ydo nombrando En Samboanga Y otras partes los saçerdores y Religiosos *que* he tenido mas a mano. Hize yo antes de Salir de Manila el *Juramento* ante el *Padre* Comissario fr. *Françisco* de *Herrera* como V. ss.<sup>as</sup> ordenauan y despues he Reçebido por aca los *Juramentos* a los Padres *Pedro* de *Montes* Y *Juan Antonio* *Campion* que son las personas que V. ss.<sup>as</sup> se siruieron de nombrar en segundo lugar. Y aunque al presente (Por la falta *que* he insinuado de Ministros con que esta esta Prouincia) no queda ninguno de los dos en el distrito de Samboanga, pero desde luego se yran traçando las cosas de manera *que* vno de los *dichos* dos Padres asista y sea Superior alli por ser personas entrambos Capaçes *para* Ello, con lo qual se acudira con mas autoridad, y açierto a las cosas tocantes a esse *Sancto* Tribunal. V. ss.<sup>as</sup> veran si acaso seria mas acertado que esta Comission se despachase En comun *para* El *Rector* Y *superior* que fuere de la *dicha* Residencia de Samboanga Y sus // <sup>18v</sup> *Misiones* = que *para* la *Compañia* seria mas comodidad y esse Tribunal aseguraria El no faltar nunca alli Comissario Capaz Y de Autoridad. Que como esta tierra es tan distante, puede ser que por *muerte* enfermedad o otras çircunstançias Vrgentes no se pueda hallar alli ninguno de los nombrados. Y si la Comision llamase (Por lo menos a falta del nombrado) al que alli fuere superior se asegurava que nunca faltaria de alli Comissario Y atreoume a hazer esta propuesta por la Satisfaçion que Juzgo tendran V. ss.<sup>as</sup> de que pueden fiar a la Compania sera persona de las calidades requisitas la que alli pusiere por *superior* y por saber que no es fuera del estilo de esse sancto Tribunal (Por lo menos en la Corona de Portugal) pues las Comisiones de la çiudad de Macan y del Maluco *que* se despachan por la Ynquisiçion de Goa estoy Ynformado con çertidumbre, que esta[n] despachadas y llaman a los Rectores de nuestros *Colegios* de la Compania de las *dichas* dos Çiudades de Macan Y Maluco –

Y pues he llegado a hablar en esta materia del Maluco no dexare de rrepresentar a V. ss.<sup>as</sup> que la Comission de aquellas fuerças de *Therrenate* pareçe mas puesto en Raçon que toque a essa Ynquisiçion de la Nueua España que a la de Goa 1.º porque *Therrenate*

y Yslas Malucas son de la Corona de *Castilla* y se gouiernan por Philipinas y no por Portugal. 2.º Porque los veçinos y moradores de alli son Castellanos, y no Portugueses que estos solamente llegan alli como pasajeros con mercaderias. Mas el *Gouernador* y quinientos *soldados* que ay de guarniçion todos son Castellanos y van proucidos d[...] Manila y de aqui se les embia el sueldo y sustento. 3.º que es[...] y çerca la comunicaçion y correspondençia con Manila Y Nu[eua España] que con Goa: particularmente despues que el olandes se ha apoderado de Malaca. En contrario solamente ay, que avnque lo temporal de Maluco pertenece y se gouierna por la Corona de *Castilla*, lo Espiritual todauia se conserua por la de Portugal Y assi el Cura y Prouisor va proueydo de Malaca a cuyo obispado pertenece Maluco. Y aunque me consta *que* varias vezes los Señores Gouernadores de estas Yslas han representado este inconueniente al *consejo* nunca se ha puesto en Execuçion el Remedio, por la Oposiçion y encuentro de las coronas de *Castilla* y Portugal. Pero con ocasion de la toma de Malaca por el Olandes con la qual se çierra El passo y comunicaçion de la Yndia con *Therrenate* si no es por mucho rodeo y tierra de Moros, seria bien que su *magestad* mandase remediar lo que hasta aqui no se a hecho, que la Jurisdiccion espiritual de Maluco toque al Arçobispado y Obispo mas çercano de Philipinas que es el de Zebu Y la santa Ynquissicion remediar lo de la comission que no se despache por Portugal Y Goa, sino por *Castilla* Y la Nucua España. V. ss.<sup>as</sup> veran si es conueniente haçer en esto alguna diligençia que yo no he tenido por fuera de mi obligaçion El proponerlo por estar Samboanga muy çerca del Maluco y auerme comunicado con el *Padre Rector* de aquel *Colegio* que como he dicho es *Comissario* Por l[a] Ynquissicion de Goa –

Tambien se me ha offreçido suplicar a V. ss.<sup>as</sup> tengan // <sup>19r</sup> por bien (si les pareçiere no auer inconueniente) de estender mi Comision, O las de mis substitutos, a toda esta *Prouinçia* de Philipinas quoad no[s]tros Religiosos tantum, porque si se offreçiere algun caso no sea *neçessario* acudir a *Comissario* secular o de otra Religion teniendo ya V. ss.<sup>as</sup> *Comissario* de la nuestra en estas Yslas, que sera grande aliuiio y lo tendra toda esta *Prouinçia* a particular fauor de esse Sancto Tri[bunal] como lo ha sido el de la Comision para Samboanga, por el qua[l] beso a V. ss.<sup>as</sup> las manos en mi nombre y de todos mis subditos Y me offrezco con todas mis fuerças al puntual cumplimiento de las obligaciones en que V. ss.<sup>as</sup> nos ponen cuyas personas *Guarde Nuestro Señor* y en todo prospere como sus capellanes le Suplicamos. Manila 18 de Julio 1642

Si con las nueuas *que* ahora vienens de la Rebelion de Portug[al] se siguiere *nouedad* en la Jnd[ia] de suerte *que* quede desunida d[el] gouierno de *Castilla* sera mas forçoso lo *que* en esta apunto de agregar a estas Yslas y su distrito la Jurisdicçion espi[ritual] y Comission de Maluco.

Francisco Colin

**Fontes Manuscritas**

## ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI]

*Filipinas*, 21, r. 10, n.º 44.

## ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN [AGN]

*Indiferente Virreinal*, caixa 3411, exp. 43, fl. 4v.

*Inquisición*, Vol. 263, fls. 133–142; Vol. 293, fls. 155–156v, Vol. 301, fl. 245, Vol. 388, fl. 560, Vol. 416, fls. 18–19. Vd. Anexo, 32–32v.

## ARCHIVUM ROMANUM SOCIETATIS IESU [ARSI]

*Goana*, 9-I, fls. 160–160v, 161v.

*Jap-Sin*, 13-II, fl. 213v.

## ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

*Conselho Geral do Santo Ofício*, maço 35, n.ºs 8 e 9, documentos não foliados;

*Inquisição de Lisboa*, livro n.º 10, fl. 241.

## BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA [BPE]

Cód. CVIII/2–12, fl. 605v.

## BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP]

Cód. 203, 1623, fl. 569.

## REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA [RAH]

*Jesuitas*, Legajo 21, fl. 515.

**Fontes Impresas e Bibliografia**

ADUARTE, Frei Diego, OP, *Historia de la Provincia del Santo Rosario de la Orden de Predicadores en Filipinas, Japón y China*, R. P. Fr. Manuel Herrero, OP, (ed.), Tomo II, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1964.

ALONSO ÁLVAREZ, Luis, *El Costo del Imperio Asiático. La formación colonial de las islas Filipinas bajo dominio español, 1565–1800*, México e La Coruña, Instituto Mora e Universidade da Coruña, 2009.

ALVES, Jorge Manuel dos Santos, «Bornéu», *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Luís de Albuquerque (dir.) e Francisco Contente Domingues (coord.), Vol. I, [s.l.], Círculo de Leitores, 1994, pp. 139–41.

ALVES, Jorge Manuel dos Santos, «Um tempo de ajustamento. Macau, o Estado da Índia e os Ming no Primeiro Quartel do Século XVII» in *Um Porto entre Dois Impérios (Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas)*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 105–23.

BARRETO, Luís Filipe, «O Estatuto de Macau (Séculos XVI e XVII)», *Revista de Cultura*, II Série, n.º 34, Macau, Jan.–Mar., 1998, pp. 27–46.

BARRETO, Luís Filipe, *Macau: Poder e Saber. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Editorial Presença, 2006.

BARRÓN SOTO, María Cristina, *Jesuitas y Mendicantes: dos proyectos de cristianización de Japón. 1549–1639*, tese de doutoramento em História, policopiada, México, D. F., Universidad Iberoamericana, 2009.

- BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, [Lisboa], Círculo de Leitores, 1994.
- BETHENCOURT, Francisco, «O Estado da Índia» in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 2, [s. l.], Círculo de Leitores, 1998, pp. 284–314.
- BETHENCOURT, Francisco, «Configurações Políticas e Poderes Locais» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400–1800*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 207–64.
- BORAO MATEO, José Eugenio, *Spaniards in Taiwan*, Vol. I, Taipei, SMC Publishing Inc., 2001.
- BORGES, Maria do Carmo Mira, *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no Século XVII* Cascais, Câmara Municipal, 2005.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580–1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal Católico*, 2 Tomos, Madrid, Editorial de la Universidad Complutense de Madrid, 1987.
- BOXER, Charles Ralph, *O Grande Navio de Amacau*, [s.l.], Fundação Oriente e Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1989 [1960].
- BOXER, Charles Ralph, *Macau na Época da Restauração (Macao Three Hundred Years Ago)*, Lisboa, Fundação Oriente, 1993 [1942].
- CARDIM, Pedro, «La jurisdicción real y su afirmación en la Corona portuguesa y sus territorios ultramarinos (siglos XVI–XVIII); reflexiones sobre la historiografía», Francisco José Aranda Pérez e José Damião Rodrigues (eds.), *De Re Publica Hispaniae. Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primera modernidad*, Madrid, Sílex, 2008, pp. 349–88.
- CARVALHO, Rita Bernardes de, *La présence portugaise à Ayutthaya (Siam) aux XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles*, tese de mestrado em Ciências Históricas, Filológicas e Religiosas, especialização em Estudos Asiáticos, policopiada, Paris, École pratique des hautes études, 2008.
- CORREIA, Pedro Lage, *A Concepção de Missionaçã na Apologia de Valignano. Estudo sobre a presença jesuíta e franciscana no Japão (1587–1597)*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., 2008.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «A rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente e a querela missionológica no Japão» in Roberto Carneiro e A. Teodoro de Matos (dirs.), *O Século Cristão do Japão. Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 Anos de Amizade Portugal-Japão (1543–1993) (Lisboa, 2 a 4 de Novembro de 1993)*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa e Instituto de História de Além-Mar, 1994, pp. 477–524.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, *O Cristianismo no Japão e o Episcopado de D. Luís Cerqueira*, tese de doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, policopiada, Lisboa, Lisboa, 1998.
- COSTA, João Paulo Oliveira e, «Em torno da criação do bispado do Japão», *O Japão e o Cristianismo no Século XVI. Ensaio de História Luso-Nipónica*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 129–57.
- ELISONAS, J. S. A., «Nagasaki: The Early Years of an Early Modern Japanese City» in Liam Matthew Brockey (ed.), *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*, Farnham, Ashgate, 2008, pp. 63–102.

- FEITLER, Bruno, *Inquisition, juifs et nouveaux-chrétiens au Brésil. Le Nordeste. XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles*, Lovaina, Leuven University Press, 2003.
- FEITLER, Bruno, «A delegação de poderes inquisitoriais: o exemplo de Goa através da documentação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro», *Tempo*, n.º 24, 2008, pp. 127–48.
- FERREIRA, José Miguel Moura, *A Restauração de 1640 e o Estado da Índia. Agentes, espaços e dinâmicas*, tese de mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada, policopiada, [Lisboa], Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- FERNÁNDEZ, Pablo, OP, *Dominicos donde nace el Sol. Historia de la Provincia del Santísimo Rosario de Filipinas de la Orden de Predicadores*, [s.l.], [s.n.], 1958.
- FERNÁNDEZ NAVARRETE, Martín, *Colección de los viajes y descubrimientos que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV*, Tomo IV, Madrid, Imprenta Nacional, 1837.
- FRANCO, José Eduardo, «Introdução» in Padre Valentim Carvalho, SJ, *Apologia do Japão*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I. P., 2007, pp. 7–32.
- GARCÍA, Genaro e PEREYRA, Carlos, *Documentos Inéditos ó muy raros para la Historia de México*, Tomo V («La Inquisición de México»), México, Librería de la Viuda de Ch. Bouret, 1906.
- GIL, Juan, *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Alianza Universidad, 1991.
- HESPAÑA, António Manuel, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal — séc. XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.
- HESPAÑA, António Manuel, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*, Macau, Fundação Macau, 1995.
- HIDALGO NUCHERA, Patricio, *Encomienda, Tributo y Trabajo en Filipinas (1570–1608)*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1995.
- HIDALGO NUCHERA, Patricio, *La Recta administración. Primeros tiempos de la colonización en Filipinas*, Madrid, Ediciones Polifemo, 2001.
- JACOBS, Hubert, SJ, (ed.), *Documenta Malucensia (1577–1606)*, Vol. II, Roma, Jesuit Historical Institute, 1980.
- JORDÃO, Curante Levy Maria, *Bullarium Patronatus Portugaliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae [...]*, Tomo I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.
- LOBATO, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulândia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, [s.l.], Instituto Português do Oriente, 1999.
- LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel, «“*Che si riduca al modo di procedere di Castiglia*”. El debate sobre el procedimiento inquisitorial portugués en tiempos de los Austrias», *Hispania Sacra*, Vol. LIX, n.º 119, Madrid, Jan.–Jun., 2007, pp. 243–68.
- LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel, «La relación entre las Inquisiciones de España y Portugal en los siglos XVI y XVII: objetivos, estrategias y tensiones», *Espacio, Tiempo y Forma*, Série IV (Historia Moderna), Vol. 25, 2012, pp. 223–52.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues, *O Comissariado do Santo Ofício em Macau (c. 1582–c. 1644). A Cidade do Nome de Deus na China e a articulação da periferia no distrito da Inquisição de Goa*, tese de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

- LOURENÇO, Miguel Rodrigues, «Macau, porto seguro para os cristãos-novos? Problemas e métodos sobre a periferia da Inquisição de Goa», *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 10/11, Set., 2011a, pp. 451–500.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues, «Toponímia, titulação e ordem espacial: As ilhas do Sueste Asiático e a formação da fronteira luso-castelhana na Ásia», *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, Funchal, 2011b, pp. 762–77.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues, *Macau e a Inquisição nos Séculos XVI e XVII — Documentos*, Lisboa e Macau, Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., e Fundação Macau, 2012.
- MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa. 1536–1821*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.
- MIRANDA, Pedro, «Hacia una tipología de las comisarías del Santo Oficio en la Nueva España. Organización y configuración geodemográfica, siglos XVI–XVII», *Historias*, n.º 64, México, D. F., Mai.–Ago., 2006, pp. 55–72.
- MIRANDA, Pedro, «Las comisarías del Santo Oficio de la Nueva España, siglos XVI–XVII», *Contribuciones desde Coatepec*, n.º 18, Jan.–Jun., 2010, pp. 37–68.
- MORAN, J. F., *The Japanese and the Jesuits. Alessandro Valignano in sixteenth-century Japan*, London, Routledge, 1993.
- MORGA, Antonio de, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1997 [1609].
- OLIVAL, Fernanda, «Comissários das Ordens Militares e Comissários do Santo Ofício: dois modelos de actuação» in Isabel Cristina Ferreira Fernandes (coord.), *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, Vol. 1, GEsOS/Município de Palmela, Palmela, 2012, pp. 477–90.
- OLLÉ, Manel, *La empresa de China. De la Armada Invencible al Galeón de Manila*, Barcelona, Acontilado, 2002.
- PAIVA, José Pedro, *Baluartes da fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536–1750)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011.
- Patente das Mercês, Graças, e Privilégios, de que Elrei Dom Philippe Nosso Senhor Fez Merce a Estes Seus Regnos*, Em Lisboa, Per Antonio Ribeiro Impressor del Rey, 1583.
- PENALVA, Elsa, *A Companhia de Jesus em Macau (1615–1626)*, tese de mestrado, policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.
- PENALVA, Elsa, *As Lutas pelo Poder em Macau (c. 1590–c. 1660)*, tese de doutoramento em História Moderna, policopiada, [Lisboa], Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, [Lisboa], 2005.
- PENALVA, Elsa Penalva e LOURENÇO, Miguel Rodrigues (eds), *Fontes para História de Macau no Século XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., 2009.
- PINTO, Paulo, *No Extremo da Redonda Esfera: Relações Luso-Castelhanas na Ásia, 1565–1640 — Um ensaio sobre os impérios ibéricos*, tese de doutoramento em Ciências Sociais, policopiada, [Lisboa], Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- PRUDHOMME, Claude e LENOBLE-BART, Annie, «Concurrence, conflits, coexistences: approches introductives» in Salvador Eyzaso e Jean-François Zorn (dir.), *Concurrences en mission. Propagandes, conflits, coexistences (XVI–XXI<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Éditions Karthala, 2011, pp. 13–32.
- RIVARA, J. H. da Cunha, *Arquivo Portuguez-Oriental*, Fascículo 5, Parte III, Nova Goa, Na Imprensa Nacional, 1866.

- RODRIGUES, Helena Margarida Barros, *Nagasáqui Nanban. Das origens à expulsão dos portugueses*, tese de mestrado em História e Arqueologia dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (Séculos xv–xviii), policopiada, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Isacio, OSA, e ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, Jesús, OSA, «Manrique, Francisco» in *Diccionario Biográfico Agustiniiano*, Vol. I, Valladolid, Estudio Agustiniiano, 1992, pp. 239–52.
- SALDANHA, António Vasconcelos de, *Iustum Imperium. Dos Tratados como fundamento do Império dos Portugueses no Oriente*, [s.l.], Fundação Oriente e Instituto Português do Oriente, 1997.
- SALES COLÍN, Ostwald, «La Inquisición en Filipinas: el caso de Mindanao y Manila, Siglo xvii» in Noemí Quezada, Martha Eugenia Rodríguez y Marcela Suárez (eds.), *Inquisición Novohispana*, Vol. I, México, D.F., Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Antropológicas y Universidad Autónoma Metropolitana, 2000, pp. 255–70.
- SCHAUB, Jean-Frédéric, «La vice-royauté castillane au Portugal au temps du comte-duc d'Olivares, 1620–1640: le conflit de juridiction comme exercice de la politique», *Cahiers du Centre de Recherches Historiques*, 14–15, 1995. [Consultado a 2/03/2015.] Disponível em <http://ccrh.revues.org/2684>; DOI:10.4000/ccrh.2684.
- SOUSA, Lúcio de, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555–1590) — The life of Bartolomeu Landeiro*, Macau, Fundação Macau, 2010.
- SOYER, François, «The Extradition Treaties of the Spanish and Portuguese Inquisitions (1500–1700)», *Estudios de Historia de España*, Vol. X, Buenos Aires, 2008, pp. 201–38.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., *Os Portugueses em Malaca (1511–1580)*, tese de licenciatura em História, policopiada, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1964.
- TORIBIO MEDINA, José, *El Tribunal de la Inquisición en las Islas Filipinas*, Santiago de Chile, Imprenta Elzeveriana, 1899.
- VILLIERS, John, «Portuguese Malacca and Spanish Manila: Two Concepts of Empire», in Roderick Ptak (ed.), *Portuguese Asia: Aspects in History and Economic History (Sixteenth and Seventeenth Centuries)*, Stuttgart, Steiner Verlag Wiesbaden GMBH, 1987, pp. 37–57.

# The arrival of American plants in the Philippines: ecological colonialism in the sixteenth-to-eighteenth centuries

Paulina Machuca\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 231-260. ISSN 0874-9671

## Resumo

Este artigo aborda o fenómeno da introdução de plantas americanas nas Filipinas entre os séculos XVI e XVIII, isto é, durante a época do comércio transpacífico entre a Nova Espanha e o arquipélago asiático através do Galeão de Manila. Dois tópicos sobressaem neste trabalho: em primeiro lugar, o facto de o trasplante de vegetais da América para a Ásia se ter devido mais a motivações individuais do que a uma política da Coroa espanhola e, em segundo lugar, são analisadas as plantas de origem americana mais importantes nas Filipinas.

**Palavras-chave:** agricultura, ecologia, Filipinas, Nova Espanha, plantas.

## Abstract

This paper discusses the phenomenon of the introduction of American plants in the Philippines between the sixteenth and eighteenth centuries, during the time of transpacific trade between the New Spain and this Asian archipelago through the Manila Galleon. Two topics excel in this paper: first, that transplanting plants from America to Asia was due more to individual motivations to a deliberate policy of the Spanish Crown, and secondly, the most important plants of an American origin in Philippines are analyzed.

**Keywords:** agriculture, ecology, Philippines, New Spain, plants.

\* El Colegio de Michoacán, Mexico. *E-mail:* paulinamachuca@hotmail.com



## The arrival of American plants in the Philippines: ecological colonialism in the sixteenth-to-eighteenth centuries

Paulina Machuca

### Introduction

The arrival of American plants on the Philippine islands during the epoch when the Manila Galleon was traversing the Pacific Ocean, from 1565 to 1815, brought transcendental changes to the cultural practices of the inhabitants of that archipelago, changes that took the form of a gradual process that would conclude early in the nineteenth century when the trans-Pacific trade route between Acapulco and Manila was interrupted. But by that time the most important plants of American origin had been introduced there and become acclimatized. What plants were involved, and what do we know about their introduction into the islands? These are questions this article seeks to answer.

Our search led us to documents in the *Archivo General de Indias* (Seville, Spain), works published during the period of Spanish occupation, especially the *Flora de Filipinas* by Father Manuel Blanco, and more recent literature dealing with aspects of this topic. It should be noted that historical references as to when, and under what circumstances, these plants were transplanted in the archipelago are scarce; however, indirect references help reconstruct the corpus of study.

The article contains two parts: first, we suggest that this phenomenon was, above all, a form of mediated “ecological colonization;” that is, an experience derived from the colonial dynamics imposed by the Spanish who after occupying territories in America colonized the Philippine archipelago with the resulting circulation of natural, social and cultural elements.<sup>1</sup> Also, we argue that the transplantation of these vegetables from America to Asia was not a deliberate policy pursued by the Spanish Crown—at least not before the eighteenth century Bourbon reforms—but was spurred by the motivations of individuals seeking to satisfy personal interests. Once the plants were introduced, different social groups in the Philippines, whose principal characteristic was their agrarian livelihood, perceived the utility of incorporating some into their alimentary systems.

---

1 I return to this concept below.

The second section analyzes a list of the American plants that gained importance in the Philippines, classified as follows: cereals, starches, legumes, vegetables, fruits, medicinal, stimulants, spices, textiles and ornaments; insofar as possible, we also examine the process of transculturation they underwent.

### The “ecological colonization” of the Philippine archipelago

The title of this section requires clarification: our use of the concept “ecological colonization” alludes to the idea of “ecological imperialism” developed by Alfred W. Crosby. Broadly-speaking, this perspective holds that the Spanish conquest of America was accompanied by a gradual, but deliberate, process of introducing plants and animals of European origin that from the early sixteenth century facilitated the transfer of Western practices to the occupied lands; in short, the Europeanization of the conquered territories. This justifies using the concept of “ecological imperialism”<sup>2</sup> to refer to a process based on Viceregal policies designed to transfer the so-called Mediterranean triad—wheat, grapes and olives—to New Spain, together with a host of fruit trees and vegetables of peninsular origin.<sup>3</sup>

The case of Spanish colonization in the Philippines was distinct: first, the Crown did not seek to implement a European agroalimentary system as in New Spain; rather, it strove to exploit the natural resources found in Southeast Asia, including several species it coveted. Chronicles by authorities and missionaries in the archipelago and adjacent islands devote many pages to reporting the region’s enormous vegetable richness and the benefits that growing spices—though few were actually found in the Philippines—would bring to the Empire. Some proposed projects to transplant Filipino spices in Spain’s American possessions to save the Crown the economic and human costs of shipping them from Asia to Europe. One such man was Juan Bautista Román, *factor* and *veedor* of the Royal Treasury (*Real Hacienda*) of the Philippines who, in a letter addressed to the monarch on June 22, 1584, suggested transplanting Asian pepper in America,

a most easy and convenient remedy, taking a plant [pepper] similar to ivy to the West Indies, warm provinces [as they are] of the same temper as the areas where it grows here [...] it would bring great benefits and increase Your

---

2 Alfred W. CROSBY, JR., *The Columbian Exchange. Biological and Cultural Consequences of 1492*, Connecticut, Greenwood Press, 1972.

3 For more on this topic, see Paulina MACHUCA, “El arribo de plantas a las Indias Occidentales: el caso del Balsas-Jalisco a través de las Relaciones geográficas del siglo XVI,” *Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*, Vol. XXXIV, no. 136, 2013, pp. 73–114.

Majesty's treasury, for it would ratify conserving the West Indies by adding this cultivar [...] with this and other spices Your Majesty would combine exploitation in India with that of the West Indies, thus reducing the expenses incurred in ships (Naos) of ordinary fleets [...] also, the Indies are closer to European routes and would entail little or no cost to carry pepper to Spain, especially from the islands called Barlovento, where it could be planted like the ginger that Guido de Lavezares took, and is now more abundant in La Española than in areas where it originated.<sup>4</sup>

In this letter, Román argues strongly that fostering cultivation of Asian plants in the American colonies was in the Crown's best interest due to their proximity to Europe and because Atlantic trade was not subject to the same difficulties and perils that plagued the Trans-pacific route served by the Galleon of Manila. In his missive, the good *factor* offered to undertake the transfer of pepper to America himself:

I know where it is brought to the Philippines from Patán, which has the best pepper [...] it is an island whence a few days before some hired Indians brought it, not to sell their harvest, but out of curiosity, and, God willing, I think I could store it in Manila awaiting Your Majesty's decision.<sup>5</sup>

Román's dynamic, prospective, open, entrepreneurial spirit was nothing new. In a sense it echoed Guido de Lavezares' model—which he cites—the man credited with introducing ginger to America. The letter he sent from Cebu (on June 5, 1569) states that he shipped tamarind trees (*Tamarindus indica*) and ginger root (*Zingiber officinale*) on the boat *San Juan* that left Cebu in July 1567 for Acapulco, “to be planted in the most fertile provinces of New Spain [...] I send in this ship some pepper seedlings for this same purpose.”<sup>6</sup> From early times, then, we know that there was great interest in two highly-prized spices of that period: cinnamon and ginger. Lavezares and Román

---

4 “Un remedio harto fácil y conveniente, como es llevar la planta [pimienta] que es como yedra a las Indias Occidentales, a las provincias cálidas y son del mismo temple que las partes donde por acá se coge, de lo cual resultarían muchos bienes y aumentos de la hacienda de V.M., porque sería ratificar la conservación de las Indias Occidentales habiendo en ella esta granjería más [...] y con ésta y la demás especiería juntaría V.M., el aprovechamiento de la India con el de las Indias de Occidente, reduciendo el gasto que ahora se tiene con las naos, a solo más flotas ordinarias, [a]demás de que las Indias son más cercanas a la navegación a Europa y tendría poca o ninguna costa en conducirse la pimienta a España, especialmente desde las islas que llaman de Barlovento, donde se podría plantar como se plantó el jengibre que llevó Guido de Lavezares de que ahora hay en La Española más abundancia que en otras partes donde ello tuvo origen.” (ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI], *Filipinas*, 29, no. 48.)

5 “Yo sé a dónde la hay en las Filipinas traída de Patán, que es la mejor pimienta de todas y es en una isla donde ha pocos días que unos indios contratadores la trajeron no para valerse de la cosecha, sino por su curiosidad, y si Dios fuere servido la pienso yo tener y guardar en Manila hasta ver lo que V.M. manda.” (AGI, *Filipinas*, 29, no. 48.)

6 AGI, *Filipinas*, 29, no. 9. ffs. 29r–30v.

may have been acquainted, so the former's project germinated in Román's mind 15 years later. Unfortunately, the documents consulted do not indicate if their enterprises prospered or failed, though that silence in itself leads us to suspect the latter.

Another factor that impeded cultivating plants of Mediterranean origin in the Philippines was certainly the particular climactic characteristics—high heat and humidity—that prevailed on most islands, making it impossible to raise grapes and olives, or fruit trees like apple or pear. Nor can we forget that the Philippines colony, in contrast to New Spain, had no large European population capable of promoting the cultivation of foods of European origin. Of course there were isolated cases, like that of Luis de Pineda Matienzo de Nevares, who in 1654 boasted that he was the first to sow wheat in the province of Laguna de Bay, east of Manila, a jurisdiction where he served as army captain and mayor (*alcalde mayor*).<sup>7</sup> The reason for planting wheat was not just to produce food, but also to satisfy the demand for communion wafers (*hostias*) in the religious sector, and provide stores of biscuit for the seaman sailing on the Galleon, for if they were scarce the replacement was mouthfuls of rice. According to de Pineda, wheat soon became plentiful on the islands, though we do not know what happened later when documents show that most of the wheat consumed there was imported. In this regard, the Jesuit Francisco Colín wrote in his *Labor evangélica* (1663) that “wheat comes from China, and flour from India and Japan, when trade is regular; so bread is normally available.”<sup>8</sup>

It seems, then, that during the two first centuries of Spanish presence in the Philippines there was no policy of fostering foreign cultivars, so it would be incorrect to speak of a process of Europeanization. However, we can certainly identify an americanization of plants in the archipelago; a gradual, silent process that began in the second half of the sixteenth century and that, thanks to the Galleon of Manila, continued into the early nineteenth century.

By whom, and via what mechanisms, were American plants successfully introduced and adapted to the Philippines? Without doubt, we must look at the private motivations of monks in their orchards and haciendas, of soldiers and sailors, including Spanish peninsulars, Creoles and mestizos, and of the authorities who passed through, or resided in, New Spain, and had the curio-

---

7 AGI, *Filipinas*, 193, no. 20.

8 Francisco COLÍN, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús, fundación y progresos de su provincia en las Islas Filipinas*, Madrid, Imprenta de Joseph Fernández de Buendía, 1663, p. 49.

sity to include plants deemed important in those dominions on the Galleon of Manila. Seen from this perspective, we can identify the process as one of mediated “ecological colonialism” that spread from one colony to the next. This was neither coercive nor deliberate, and emerged not through imperial policy but the dynamics of colonization itself. Indeed, one of the key features of ecological colonialism is that it is discretionary. Unfortunately, this makes it very difficult to document the arrival of each American plant to the Philippines.

In the case of cacao, for example, the Augustinian chronicler Gaspar de San Agustín states in his *Conquista de Filipinas* that the sea captain Pedro Bravo Lagunas brought it to the archipelago from Acapulco in a flowerpot around 1670 and, upon disembarking in Luzon, delivered it to his brother, Bartolomé Bravo—then the *beneficiado de Camarines*. San Agustín narrates that an Indian from Lipa named D. Juan del Águila stole a cacao plant, “that he hid and grew; that sprout of cacao was the origin of the abundance of this noble fruit in these islands.”<sup>9</sup> He further relates that in 1674, while serving as priest in Lipa (Batangas), Father Ignacio Mercado gave cacao seeds to many people. Be it truth or myth, this is one of very few references to the introduction of American plants in the early years of Spanish colonization.

But we have no way of knowing how many Guido de Lavezaris or Pedro Bravos might have existed in the three centuries of our study. Clearly, individuals with a deep sense of the importance of these plants, and of the transcendence of transplanting vegetable species from different continents must have existed, but as long as the documents guard silence it will be difficult to elucidate this process in detail. It was not until the second half of the eighteenth century, the period of the Bourbon reforms, that cultivation of American plants like cacao, tobacco and indigo, became more systematized in concrete institutional projects designed to reactivate an economy based on the archipelago’s natural resources. This coincided with the arrival of Governor José Vasco y Vargas in 1777, and the creation of the *Sociedad Económica de Manila* in 1781.<sup>10</sup>

9 Cited in Fr. Manuel BLANCO, *Flora de Filipinas. Según el Sistema sexual de Linneo*, Manila, Imprenta de Santo Tomás, 1837, pp. 601–2.

10 Also in the late eighteenth century, Spain sent several naturalists to its American colonies and the Philippines on diverse scientific expeditions that focused attention on local Filipino flora. On this topic, see studies by Susana PINAR, *El sueño de las especias. Viaje de exploración de Francisco Noroña por las islas de Filipinas, Java, Mauricio y Madagascar*, Madrid, CSIC, 2000, pp. 13–32; and, *El explorador del Índico: Diario de viaje de Francisco de Noroña*, Madrid, CSIC, 2009, pp. 51–75.

## The Philippines: an agrarian society

Once unloaded, American plants had to be acclimatized to, and cultivated in, the different provinces where they arrived. Family gardens in Indian villages and the haciendas of religious orders became the niches where plants brought from America on the Galleon were planted and nurtured; where the process of social adaptation took place. In the case of family gardens, people needed only obtain seeds of American fruit trees, for once planted they grew quickly. In the case of haciendas, the role of clerics in cultivating tropical plants from America, especially New Spain, cannot be underestimated.

One of the key factors that propitiated the rapid adaptation of American plants was the agrarian base of Filipino society. Several early colonial sources point in this direction, and we know that all social groups in Luzon, Bisayas and Mindanao practiced agriculture in more or less similar ways, centering on rice cultivation. Thus, in his work on the Bisayan Indians (1668), Father Francisco Ignacio Alzina expressed the following:

This obligation and necessary force made and makes these Bisayan natives generally farmers; so we may say that all of them, universally, from the eldest to the youngest, from principals to slaves, and even women, except the very highest principals who have slaves or did so in ancient times, are devoted to farming their fields and the repetitive tasks of gathering the harvests necessary for their sustenance, and tribute.<sup>11</sup>

Far from leading to the disappearance of this agrarian base, the imposition of the Spanish colonial system in the second half of the sixteenth century actually consolidated it by implementing policies that congregated towns as a means to ensure supplies of staple foods for natives and newcomers alike, and to produce surpluses. According to O. D. Corpuz, this new modality entailed restructuring ancient *barangays* that housed 30-to-50 families in new colonial towns with as many as 500 families, each assigned a plot to cultivate: “The pueblos in turn became viable through the institution of a land system based on sedentary agriculture.”<sup>12</sup> A second land tenure system was the hacienda, usually in the hands of clerics from different orders, including Augustinians,

---

11 “Esta necesidad forzosa y esta fuerza necesaria hizo y hace a estos naturales bisayas generalmente abradores; y así podemos decir de ellos que todos universalmente desde el mayor al menor, desde el principal al esclavo, y aun hasta las mujeres todas, excepto las muy principales que tienen esclavos o tenían en su antigüedad, se ocupan en el cultivo de los campos y en el repetido afán de untar las mieses necesarias para su sustento, y para su tributo” (Victoria YEPES, *Una etnografía de los indios bisayas del Padre Alzina*, Madrid, CSIC, 1996, p. 30.)

12 CORPUZ, O. D., “Land and agriculture in the Philippines: an economic history perspective,” *Philippine Review of Economics and Business*, Vol. XXIX, no. 2, Dec. 1992, pp. 137–60.

Dominicans, Jesuits and *Recoletos*, who possessed broad extensions of land that were farmed by natives.

In the early seventeenth century, a mix of Asian and American fruit trees in the yards of Filipino families was a reality. For example, when describing the island of Luzon in 1604, Gabriel de San Antonio wrote that it, “has many fruits, the best are: guava, pineapple, banana, *lamboyes*, *piles*, *paos* (that the Portuguese call *mangas*), *mobolos*, chili peppers, *tampetes*, some *anonas* and much sugarcane.”<sup>13</sup> Guava, pineapples, *anonas* and chili peppers are of American origin, so the fact that they headed San Antonio’s description merits special attention. Later, Antonio de Morga mentioned in the *Sucesos de las islas Filipinas* (printed in Mexico in 1609) that the natives of Cagayán on Luzon: “Also eat cooked yams, similar to sweet potatoes, beans, quelites and other vegetables, all manner of bananas, guava, pineapple, *anonas*, oranges in many forms and other kinds of fruits and vegetables that abound on the land.”<sup>14</sup>

Morga later added sweet potatoes and quelites—from the Náhuatl *quilitl*—though we cannot know for sure whether he referred to the species *Amaranthus hybridus* or only used the generic name of an herb that grew wild in the archipelago.

### The most important American plants in the Philippines

As mentioned above, the gradual process of introducing American plants into the Philippines began in the second half of the sixteenth century with the opening of the trans-Pacific sea route traversed by the Galleon of Manila. Data on what plants were taken to which specific region of the archipelago are scarce, but we can identify those that were present in the early seventeenth century. Figure 1 presents 30 plants of American origin that became established in the Philippines, many preserving their Náhuatl names, though with variants. We can identify at least 11 groups: cereals, starches, legumes, vegetables, fruit trees, medicinal, stimulants, spices, textiles, dyes, and ornamentals. Clearly, most are edible plants, but many also had medicinal applications. Especially interesting is the sector of dyes, for they were highly-valued in a society that produced textiles made of *abacá*, cotton, silk, and, later, pineapple.

13 Gabriel de SAN ANTONIO, “Breve y verdadera relación de los sucesos del reino de Camboya” in Gabriel de San Antonio and Rodrigo de Vivero, *Relaciones de la Camboya y el Japón*, Roberto Ferrando (ed.), Madrid, *Historia 16*, 1988, Colección Crónicas de América 46, p. 82.

14 Antonio de MORGÁ, *Sucesos de las islas Filipinas*, Francisca Perujo (ed.), Mexico, Fondo de Cultura Económica, 2007, pp. 224–5.

Common name in Mexico	Common name in the Philippines	Scientific name	Observations
Achiote	Atsuete; achuete	<i>Bixa Orellana</i>	Edible, Dye
Agave, maguey	Maguey	<i>Agave spp.</i>	Medicinal, utensil
Añil	Añil	<i>Indigofera anil</i>	Dye
Arbusto of the tiña	Akapulko	<i>Cassia alata; Senna alata</i>	Medicinal, ornamental
Cacahuate	Mani	<i>Arachis hypogaea</i>	Edible
Cacao	Cacao, kakaw	<i>Theobroma cacao</i>	Edible, stimulant
Calabaza	Kalabasa	<i>Cucurbita spp.</i>	Edible
Camote	Kamote	<i>Ipomea batatas</i>	Edible
Capulín	Aratiles	<i>Muntingia calabura</i>	Edible
Chayote	Sayote	<i>Sechium edule</i>	Edible
Chicozapote	Tsiko	<i>Achras sapota</i>	Edible
Chile	Sili	<i>Capsicum spp.</i>	Edible, dye
Chirimoya	Atis	<i>Annona squamosa</i>	Edible
Chochopali	Cosmos	<i>Cosmos sulphureus</i>	Ornamental
Ciruela	Sinigwela	<i>Spondias purpurea</i>	Edible
Frijol	Patani	<i>Phaseolus lunatus</i>	Edible
Guamúchil	Kamatsile	<i>Pithecellobium dulce</i>	Edible
Guayaba	Bayabas	<i>Psidium guajava</i>	Edible
Guanábana	Guayabano	<i>Anona muricata</i>	Edible
Corn	Mais	<i>Zea mays</i>	Edible
Mandioca	Kamoteng kahoy	<i>Manihot esculenta</i>	Edible
Maravilla	A las cuatro	<i>Mirabilis jalapa</i>	Ornamental
Palo of the Brasil	Palo colorado	<i>Caesalpinia echinata</i>	Dye
Papa	Potato	<i>Solanum tuberosum</i>	Edible
Papaya	Papaya	<i>Carica papaya</i>	Edible, medicinal
Piña	Piña	<i>Ananas comosus</i>	Edible, textil
Sacalásúchil	Kalatsutsi; calachuchi	<i>Plumeria rubra</i>	Ornamental
Tobacco	Tabako	<i>Nicotiana tabacum</i>	Stimulant, medicinal
Tomate	Kamatis	<i>Solanum lycopersicum</i>	Edible, dye
Zapote negro	Zapote negro	<i>Diospyros digyna</i>	Edible

1 American plants in the Philippines, sixteenth-to-eighteenth centuries

## Cereals

It is well-known that three cereals have played fundamental roles in the history of humankind: wheat, corn and rice. Efforts to establish the first, the European grain *par excellence*, in the New World after the Spanish conquest were somewhat successful. While it never displaced corn in Mesoamerica or the Andes, in some provinces of New Spain, like Michoacán, it became a



staple that complemented corn in times of scarcity. In fact, in the decade of 1570 some towns paid tribute with wheat instead of corn.<sup>15</sup>

There were attempts to reproduce this complementarity among staple foods of distinct origin in the Philippines, with corn accompanying rice, but the latter, which had constituted Asia's alimentary base for various millennia, remained the principal source of nutrition in the archipelago. According to information from Father Alzina, around 1604 in the Bisayas region, natives grew corn to complement rice, planting it together with millet (*Panicum miliaceum*) around rice fields because they matured more quickly and, probably, had greater yields.<sup>16</sup> The chronicler Gaspar de San Agustín states in his *Conquistas de las islas Filipinas* that "corn from America has been a great remedy for replacing rice when scarce [...] for it is easy to grow and bears much fruit."<sup>17</sup>

Corn is mentioned in early projects, though these were not always successful. Around the 1630s it was proposed that the *Colegio y Hospital de Niños Huérfanos de Manila* ("College and Hospital for Orphan Children of Manila") produce rice wine and corn liquor for sale to the Sangleyes of the Parián, but the initiative did not prosper. In this regard, it is important to note that the Royal Decree (*real cédula*) of January 25, 1631 authorized the *Colegio* to purchase 20 ovens to produce rice wine and corn liquor for the Chinese,<sup>18</sup> but the governor of the Philippines, Sebastián Hurtado de Corcuera, opposed the resolution, suggesting instead that a perpetual *encomienda* be established to sustain those orphans.<sup>19</sup>

It is not clear where the idea of producing corn liquor emerged, but clearly this would have required: (i) at least one person with knowledge of how to elaborate the drink, perhaps having learned in New Spain or Peru; and, (ii) sufficient corn supplies in the Philippines to provide raw material. We do know that by at least the nineteenth century some islands in Bisayas were producing an alcoholic drink called *pangasi*, made from corn.<sup>20</sup>

Beyond these references, so limited in temporal and spatial terms, we cannot probe more deeply into the history of corn in the Philippines. However, current ethnographic research there reveals that it was not only success-

---

15 P. MACHUCA, art. cit., p. 80.

16 V. YEPES, op. cit., p. 34.

17 Cited in José Elías (Fr. Anselm) M. MANALASTAS, OSB, "Maize: Mexico's gift to the Filipinos," paper presented in the Seminario Internacional Año de la Fraternidad México-Filipinas, Guadalajara, Jalisco, Mexico, 27–28 Nov. 2014.

18 AGI, *Filipinas*, 42, no. 1.

19 AGI, *Filipinas*, 85, no. 94.

20 J. P. SANGER (dir.), *Census of the Philippine Islands. Taken under the Direction of the Philippine Commission in the Year 1903*, Vol. IV, Washington, The United States Bureau of the Census, 1905, p. 154.

fully incorporated into local diets, but was modified, transformed and consumed in ways never seen in America: eg. *binatóg*, *mais con ielo*, *cornick* and *chichacorn*, a series of corn-based snacks eaten in many areas of the archipelago.<sup>21</sup> Finally, the typical corn tamal of the Mesoamerican diet—from the Náhuatl *tamalli*—was converted into a local version made with rice.

### Starchy tubers

Starchy roots include vegetable species distinct from cereals. Obviously, they provide starch for human consumption, and are rich in sugars.<sup>22</sup> Some, like taro or *gabi* (*Colocasia* sp.), have long been consumed in Southeast Asia and the Western Pacific, and throughout Filipino history have been of enormous importance as an alimentary resource in local communities.<sup>23</sup> Later, three traditional tubers from Mesoamerica, the Andes and Amazonas arrived to complement those plants: the sweet potato (*Ipomea batatas*), the potato (*Solanum tuberosum*), and manioc (*Manihot esculenta*). Soon, they competed with taro to become the staple food for island populations.

We have some clues as to the time of the arrival of sweet potatoes in the archipelago, for in June 1582 Miguel de Luarca wrote in his *Tratado de las islas Filipinas* that the island of Cebu had “some sweet potato roots from Santo Domingo which on these and other islands are called *camote*.”<sup>24</sup> The central region of Bisayas may have been a nodal point in the diffusion of sweet potatoes because this source relates that in the late sixteenth century one island near Cebu was christened “the Island of *Camotes*”:

Near the eastern part of the island of Cebu there are two small isles with a circumference of some five leagues [...] called *isletas de Camotes*. Between them they have some three hundred Indians, originally from the city of Cebu [...] poor people though they have some wax, much fish [and live] in small villages of seven or eight houses, separated from the island of Cebu by three leagues and seven from the city.<sup>25</sup>

21 M. MANALASTAS, op. cit.

22 Lisa GARNIER, *La agricultura: de lo tradicional a los transgénicos*, Baume-les-Dames, Larousse, 2004, p. 42.

23 P. J. MATTHEWS et al., “Irrigated taro (*Colocasia esculenta*) in the Indo-Pacific,” *Senri Ethnological Studies*, 78, 2012, pp. 307–40.

24 “Y por la parte del este de la isla de Cebú están dos isletas pequeñas que ternan de box cinco leguas que llaman isletas de camotes. Ternan entrambas como trescientos indios. Son propios de la ciudad de Cebú. Es gente pobre aunque tienen alguna cera, mucho pescado, son las poblaciones pequeñas de siete y a ocho casas. Están apartadas de la isla de Cebú como tres leguas y siete de la ciudad.” (AGI, *Patronato*, 23, r. 9, fl. 2.)

25 AGI, *Patronato*, 23, r. 9, fl. 3.

The sweet potato had arrived in some areas of continental Asia and other islands by at least the first half of the sixteenth century with the Portuguese surely playing a key role. Its presence was recorded in Yunnan province, China, around 1560, perhaps having found its way there through the commercial networks of Portuguese sailors with India and Burma.<sup>26</sup> In contrast, manioc, widely consumed by Amazonian societies at the time of European contact with the Americas, may have developed more in regions of Africa and Asia that were under Portuguese dominion. In the Congo and Angola, for example, it arrived early in the sixteenth century and then spread to Central Africa, arriving eventually in São Tomé and Príncipe. Russell-Wood maintains that manioc did not make the turn around the Cape of Good Hope until much later, not arriving in India or the Malabar Coast until early colonial times.<sup>27</sup> If this is the case, it would mean that the arrival of manioc in the Philippines (where it is called *kamoteng kahoy*, or cassava) over that route occurred long after the sweet potato, which would explain why the latter became so important in the Filipino alimentary system, especially in Bisayas. Today, the area of greatest manioc consumption is the Muslim region of Mindanao, though cassava cake (*bibingka kamoteng kahoy*) and cassava *sumang* are considered traditional Filipino dishes.

## Legumes

The legumes, that characteristically produce fruit in the form of seedpods, have high nutritive value and are rich in sugars and proteins. Beans (*Phaseolus*) were quickly included among staple foods in the Philippines, though the species that Father Blanco identified in the nineteenth century in his *Flora* was called “half-moon” (*Phaseolus lunatus*) and was purple or mottled black in color. Known in the Philippines as *patani* (lima bean in English), it is one of five domesticated species of the genus *Phaseolus*, though not the one most common in Mesoamerica, where *Phaseolus vulgaris* predominated. *Phaseolus lunatus* seems to have been domesticated in two areas: the Isthmus of Tehuantepec in Mexico, and the South American Andes.<sup>28</sup> This begs the question of whether it arrived in the Philippines from New Spain or was introduced over a distinct maritime source, perhaps from the Vice-Royalty of Peru.

---

26 J. R. RUSSELL-WOOD, *The Portuguese Empire, 1415–1808: A world on the move*, John Hopkins University Press, 1998, p. 169.

27 *Idem, ibidem*, p. 167.

28 R. H. ANDUEZA-NOH et al., “Multiple domestications of the Mesoamerican gene pool of lima bean (*Phaseolus lunatus* L.): evidence from chloroplast DNA sequences,” *Genetic Resources and Crop Evolution*, Mar. 2013, Vol. 60, no. 3, pp. 1069–86.

Turning to the peanut (*Arachis hypogaea*), we find that it was important on the Asian continent by early colonial times, so it is curious that when he begins to describe it (calling it *maní* as in the Caribbean), Father Blanco writes: “I know not if this plant came from America,” though he was aware that people in New Spain called it *cacauate* and used it to prepare a delicious chocolate. Although the leaves of the peanut plant served as horse feed on the islands, Father Blanco lamented that native Filipinos did not fully exploit the qualities of this plant, observing that, “the oil from its seeds never spoils, is edible, is better than any other for light, and painting; soap-makers mix it with lye to produce a soap that is very dry, white and odorless.”<sup>29</sup> Here we may ask whether he observed these properties of peanut oil directly in the Philippines, or if his account was based on a description from elsewhere, for we cannot forget that around this time some coastal populations in China were producing peanut oil; eg. in the Yangtsé lowlands.<sup>30</sup> Undoubtedly, the Portuguese participated in introducing peanuts into China in the sixteenth century, but they also took them to West Africa, where they were reported in the 1560s in modern-day Senegal and Gambia. There, peanut cultivation may have been related to the slave trade that sent captive Africans to America.<sup>31</sup>

## Vegetables

Vegetables have traditionally been staple crops grown in family gardens. Rich in vitamins and mineral salts, their nutritional value is high.<sup>32</sup> By the nineteenth century, three vegetables from America—chayote (*Sechium edule*, from the Náhuatl, *chayotli*; *sayote* in the Philippines); tomato (*Solanum lycopersicum*, called *kamatis*); and chili peppers (*Capsicum* spp., or *sili*)—were used in a wide variety of dishes. Regarding the tomato, Father Blanco wrote that Filipinos “include it in almost all their meals,” and used its leaves to dye cotton cloth green.<sup>33</sup> Other vegetables can be added; for example, people used not only the pulp but also the leaves and flowers of squash (*Cucurbita* spp., called *kalabasa*) to prepare dishes. Also interesting is the fact that some plants from Mediterranean gardens, like eggplant (*Solanum melongena*, or *talong* in the archipelago), took hold during the time of Spanish occupation.

Official records contain little information on plants grown in family gardens, do not tell us where they were cultivated, and are mute on

---

29 M. BLANCO, op. cit., p. 567.

30 J. R. RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 168.

31 *Idem*, op. cit.

32 L. GARNIER, op. cit., p. 60.

33 M. BLANCO, op. cit., p. 134.

production volumes. However, the fact that most conserve Náhuatl names suggests introduction early in the colonial period, or at least in the time when the Galleon of Manila was plying the seas, for we must recall that the ties between the Philippines and America were broken around 1815.

### Fruit trees

In terms of fruit trees, the *chicozapote* (*Achras sapota*) spread widely through the archipelago, where it was called *tsiko*, an adaptation of *chico*. Father Blanco wrote that it “is highly-valued in this country, where good fruits are rare.”<sup>34</sup> Though some indigenous Filipino fruits are exquisite to the palate, the fact is that the American fruits which arrived in colonial times and became ‘nationalized’ in the archipelago had characteristically sweet flavors; eg. plums (*ciruela*, *Spondias purpurea*, *sinigwela* in the Philippines).

Two fruit trees that enjoyed wide acceptance from colonial times are guava and papaya. Indeed, Father Blanco thought that the former (*Psidium guajaba*) was native to the islands, for he wrote: “this little tree may be indigenous to the country [...] though the opposite is widely believed.” It was said to be very common throughout the archipelago, where its astringent properties were well-known for it was used to cleanse ‘clouds’ from people’s corneas.<sup>35</sup> That guava was one of the first American trees introduced confirms citations from Gabriel de San Antonio and Antonio de Morga, who in the first decade of the seventeenth century viewed them as part of the islands’ natural landscape. In 1686, William Dampier saw guava trees in Mindanao,<sup>36</sup> which means that, despite that island’s ongoing conflict with Spain, there were opportunities to exchange plants that flourished there. Soon, Filipino Indians who traditionally prepared betel with the native areca palm (*Areca catechu*) began to use the guava tree “when arecas were not available.”<sup>37</sup> This phenomenon of replacing natural native elements with imported species in food preparation was evidenced in various ways in New Spain as well; to give one example, using banana tree leaves instead of those of trees native to Mesoamerica (*Musa* spp.) to wrap corn tamales for cooking is a practice that persists in Mexico today.

Regarding the papaya (*Carica papaya*), another American species, it was taken to the Philippines on the Galleon and soon spread to India and Africa. Father Blanco’s description of this fruit is one of the most extensive in his

34 *Idem, ibidem*, p. 455.

35 *Idem, ibidem*, pp. 417–8.

36 William DAMPIER, *A New Voyage around the World*, London, James Knapton Press, 1694, p. 311.

37 M. BLANCO, *op. cit.*, pp. 417–8.

accounts of American plants, so we decided to transcribe a fragment below that emphasizes both its high medicinal value and other applications, including soap production and cosmetics.

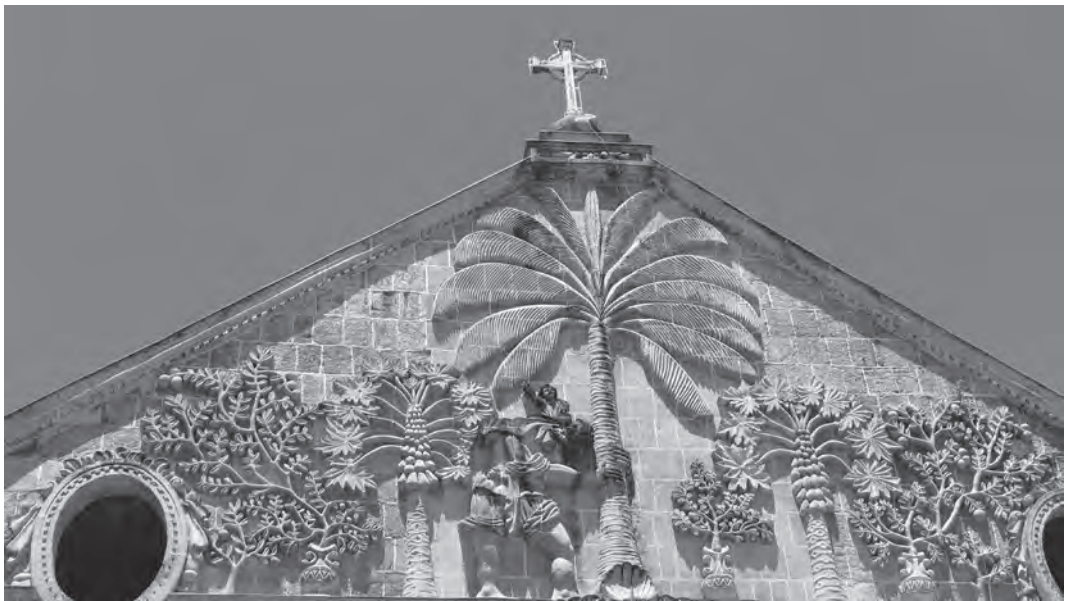
Description of the papaya in *Flora de Filipinas*  
 [Fragment]

The petioles are hollow and sometimes nine feet long; the Indians fill them with a liquid effective for enemas, and they serve as natural syringes, though with difficulty, for they only take effect if blown with great force. It is said that the leaves are excellent for curing rheumatism when applied to the affected appendage where they cause a healthy eruption, but my observations suggest that relief is transitory. Those leaves are used by the [Indians] as soap. First, they grind them, and then squeeze them in water: and with that they wash new white clothes that bleach well, and dirty clothing to quickly eliminate stains. Though they turn rather green in color, this soon disappears if washed in clean water. It is not good to soak clothes for long in that water, for they will be damaged. This virtue of papaya leaves is shared by many other plants in the Philippines, especially those that produce a milky juice. I believe the Indians discerned this virtue, guided only by the similarity that seems to exist between dissolved soap and the milky juice, and while to European eyes this seems foolish, the results are often happy. The juice of the pulp is used as a cosmetic to remove stains from the skin caused by the sun's heat. In very small doses, like one or two drachmas for a child and two-to-four for an adult, papaya milk mixed with an equal amount of milk and an aromatic infusion, and then drunk, is an efficacious remedy for all kinds of worms, as are the seeds that, when dried and ground and taken at a measured dose for many days, kill all worms.<sup>38</sup>

---

38 “Los peciolos son huecos y a veces de nueve pies de largo; los indios los llenan del líquido conveniente para las lavativas, y les sirven de jeringas naturales, aunque muy trabajosas, porque solamente hacen su efecto soplando con mucha fuerza. Las hojas se dicen que son excelentes para curar la reuma, aplicándolas a los miembros enfermos en los que ocasiona una erupción saludable, pero por lo que he observado en mí mismo, el alivio es pasajero. Las mismas hojas sirven a los naturales en lugar de jabón, para lo cual las machacan primero, y después las exprimen en agua: con ella lavan la ropa blanca nueva para que blanquee mucho y también la ropa sucia, para quitarle prontamente las manchas: y aunque tome un color verde, este luego desaparece lavándola en agua clara. Tampoco conviene remojar por largo tiempo la ropa en el agua dicha, porque se maltrata. Esta virtud de las hojas de la papaya es común a otras muchas plantas de Filipinas, y regularmente a los que despiden un jugo lechoso. Los indios creo que adivinan esta virtud, gobernándose únicamente por aquella semejanza que aparentan tener entre sí el jabón desleído y el zumo lechoso, y aunque a los ojos de los europeos esto parezca una simpleza, los resultados muchas veces son felices. El zumo de la pulpa del fruto se emplea como cosmético para quitar las manchas de la piel, causadas por el ardor del sol. La leche de la papaya en muy corta dosis como una o dos dracmas para un muchacho y de dos a cuatro para un adulto, mezclada con igual peso de leche, y combinado todo con una infusión aromática, y bebido, es remedio eficazísimo contra toda especie de lombrices, y lo mismo las semillas. Éstas secas y triturasadas se toman en dosis de un escrúpulo por muchos días, y hacen morir todos los gusanos.” (M. BLANCO, op. cit., pp. 803–4.)

The papaya is now a staple in some alimentary regimens in the Philippines, and an element of social cohesion in some places; for example, the town of Romblon, where it is planted in people's yards beside other, native vegetables. In addition to its importance in the alimentary culture of this island, the papaya serves as a source of nutrition when fish become scarce, or when small-scale agriculture suffers a crisis. Since it forms part of household agriculture, a whole network of relatives and friends works to supply papaya to the islands' inhabitants, and because it can be exchanged for other foods it has become an element of cultural identity.<sup>39</sup> For example, the Church in Miagao (Iloilo province), built in the last quarter of the eighteenth century and added to the UNESCO's list of World Heritage Sites in 1993, reveals the talent of artisanal stoneworkers who spared no effort to sculpt an imposing façade that shows St. Christopher crossing a river tied to a coconut palm (the Filipino tree *par excellence*) carrying the Holy Child on his shoulders. Upon closer examination, one sees that the lateral panels of the façade are adorned by two trees of special significance for Filipino culture: papaya and guava, both of American origin and implanted in the archipelago in colonial times.



2 Detail of the façade of the Church in Miagao.  
Miagao, Iloilo, Island of Panay, Western Bisayas, the Philippines.  
Photograph by Paulina Machuca (2013).

39 Nota F. MAGNO, "The place of papaya in the island municipalities of northwestern Romblon, Philippines," paper presented in the Seminario Internacional Año de la Fraternidad Mexico-Filipinas, Guadalajara, Jalisco, Mexico, 27–28 Nov. 2014.



Three other American fruit trees that came to the Philippines in colonial times, though we cannot document them in detail, are soursoap (*guanábana*, *Anona muricata*), called *guayabano*; *guamúchil* (*Pithecellobium dulce*), or *kamatsile*, and *chirimoya* (*Anona squamosa*), known as *atis*. Father Blanco mentions the latter's soft, aromatic fruit, "one of the best in the Philippines," though he warns that it is hard to eat because of its abundant seeds. He compared the aroma of its flowers to coconut wine.<sup>40</sup> In the case of avocado (*Persea Americana*), it is highly probable that its introduction and diffusion in the archipelago date to the period of U.S. intervention, as this would explain why it is not known by its original Náhuatl name—*ahuacatl*—but by the English name "avocado."

### Medicinal plants

One of the most widely-used medicinal plants on the islands is *akapulko* (*Sennaalata*; *Cassia alata*), a name that alludes to the port where it was shipped. Father Blanco mentions it as a remedy for herpes, and native Filipinos rub their insteps with its leaves. Because of its ability to cure herpes it is also called *gamot sa buni*. It is probable that this plant, in particular, enjoys broader use in the herbology of the archipelago and other areas of Asia than traditional applications where it originated.<sup>41</sup> And the tree called *sacalasúchil* (*kalatsutsi* or *calachuchi*; *Plumeria rubra*) is not far behind, for by the mid-eighteenth century people were aware of several of its medicinal properties: in *Ilocos*, its bark was used as a purge, and its milky sap was placed in the navel or on the insteps and other areas of the skin to cure mange. The syrup extracted from the bark cleansed the stomach, and an infusion of leaves taken for prolonged periods cured venereal diseases. In his *Flora*, Father Blanco timidly wrote that "It is believed that this tree came from America," though he adds that:

in his treatise on the herbs of the Islands, P. Ignacio Mercado recommends well-ground bark for dropsy, taken at a dose of two drachmas cooked in seventeen ounces of water to boil down to eight. This infusion [...] is taken after a light, early dinner: and to mitigate the bitter taste, one can eat candied anise. The water may be drunk for three or four consecutive nights, or once every three days. If after nine doses the dropsy does not disappear, then it is left for ten

40 M. BLANCO, op. cit., p. 470.

41 *Idem*, *ibidem*, p. 340.



days, then the patient can take it again as many times as he can bear, though it is always convenient to proceed only after consulting with an authority.<sup>42</sup>

Clearly, this tree was known and used extensively in the Philippines, and we are enlightened to learn that the proto-physician Francisco Hernández, in his *Historia de las plantas de Nueva España*, devoted a few lines to this important tree in its region of origin,<sup>43</sup> while in the archipelago it became so important that it holds a place of honor in writings on medicinal plants. Finally, the *Agave Americana*, to which we return below, was another well-known plant in Filipina herbology, where its ground shoots were used to cure cancer.<sup>44</sup>

### Stimulants

Two stimulant plants acclimatized especially well in the archipelago: tobacco (*Nicotiana tabacum*) and cacao (*Theobroma cacao*). The first stirred economic interest early in colonial times, and was briefly monopolized in the first half of the seventeenth century despite stiff opposition from Manila's governing council (*cabildo*). During Sebastián Hurtado de Corcuera's administration, a triple monopoly of *buyo*, *bonga* and tobacco was enacted on December 22, 1637 that set a price of 8,000 pesos for the first two, and 1,600 for tobacco. A licitation was held in which Juan de Mendoza and Ascanio Guazoni emerged victorious,<sup>45</sup> but Juan Grau de Monfalcón, the General Procurator of the Philippines, denounced the irregular operation of this monopoly, citing the fact that "natives can no longer sell on their own account, which greatly harms the entire population due to the severe excesses generated."<sup>46</sup> He championed free trade not only in *buyo*, *bonga* and tobacco, but also wine, oil and fruits.<sup>47</sup> Systematic Royal prohibitions in 1625, 1641 and 1642 impeded monopolistic sales of tobacco,<sup>48</sup> and this issue did not re-emerge until the second half of the eighteenth century, as we shall see below.

---

42 "El P. Ignacio Mercado en su tratado de yerba de las Islas pondera mucho para la hidropesía la corteza bien molida en dosis de dos dracmas y cocida en diez y siete onzas de agua, hasta que después de filtrada quede en ocho. De esta infusión, dice, se ha de tomar parte después de cenar poco y temprano: y para mitigar el amargo, se puede comer anís confitado. Esta agua se puede beber tres o cuatro noches seguidas, o una vez cada tres días. Si habiéndola tomado por nueve ces no se desvanece la hidropesía, después de descansar unos diez días, se vuelve a tomar las veces que pueda sufrir el paciente, pero siempre conviene obrar con consulta de un facultativo." (M. BLANCO, op. cit., p. 111–2.)

43 FRANCISCO HERNÁNDEZ, *Historia de las plantas de Nueva España*, Vol. III, Mexico, UNAM, 1943, pp. 806–7.

44 M. BLANCO, op. cit., p. 258.

45 AGI, *Filipinas*, 8, r. 3, no. 96.

46 AGI, *Filipinas*, 28, no. 19.

47 AGI, *Filipinas*, 333, L. 12, f. 323r–6r.

48 AGI, *Filipinas*, 28, no. 3.

Within a few decades of its arrival, tobacco had become important even in areas beyond the Spanish Crown's dominion—especially Muslim Mindanao—but that felt the effects of the globalization process which emerged at that time. It is noteworthy that during his travels through Mindanao in 1686 William Dampier observed the importance of tobacco production there, not only for internal consumption but also for trade with the Dutch, who journeyed from Terrenate and Tidore to obtain it: “for much tobacco grows on this island [Mindanao], more than on any island or country in the East-Indies that I know, except Manila.”<sup>49</sup> Dampier added that while theirs was a high-quality product, the islanders lacked the commercial acumen that, in contrast, characterized Spaniards in Manila: “their tobacco is as good as, or perhaps better, than Manila tobacco, but they have not that vent for it as do the Spaniards.”<sup>50</sup> Upon comparing tobacco from Mindanao and Manila, he noted that the former was darker in color and had longer leaves, while the leaves of Manila tobacco were yellowish and less resistant, though still pleasant to smoke. Dampier's account clearly establishes that at least two varieties of *Nicotiana tabacum* had become satisfactorily acclimatized to conditions on the archipelago.

According to Father Blanco, in the first half of the nineteenth century the best Filipino tobacco came from Gapan, north of Manila, though he also lauded the quality of products grown in Bisayas at sites like Passi, Laglag and Lambunao, in Iloilo, Maasin in Leyte, and on the island of Negros. He held that tobacco smoke was not only healthy but necessary in the archipelago's climes: “it consumes phlegm and protects from the humidity and bad effects of the morning dew, and so is good for those who take it.”<sup>51</sup> Dust from the leaves was a cure for headache, but the good Father warned that it could be harmful if consumed in excess.

It was not until the final quarter of the eighteenth century, after the implementation of the Bourbon Reforms, that the tobacco monopoly came into effect.<sup>52</sup> In his project to catalyze the islands' economy after the period of British occupation, the Conde de Tapa, Francisco Leandro de Viana, *fiscal* of the *Audiencia* of Manila, observed that almost all Spaniards on the islands, seculars and ecclesiastics alike, smoked tobacco, while the Indians, he wrote, “learned to smoke before learning to think.”<sup>53</sup>

---

49 W. DAMPIER, *op. cit.*, p. 333.

50 *Idem, ibidem*, p. 334.

51 M. BLANCO, *op. cit.*, p. 100.

52 E. C. DE JESUS, *The tobacco monopoly in the Philippines. Bureaucratic enterprise and social change, 1766–1880*, Quezon City, Atenco de Manila University Press, 1980, pp. 10–1.

53 *Idem, ibidem*, p. 29.

The mountain Igorots, who had no knowledge of smoking before the Spanish arrived, began to make fine pipes of clay, metal and wood, mimicking indigenous American models.<sup>54</sup>

Cacao (*Theobroma cacao*) followed a similar process to that of tobacco. While it was cultivated in the archipelago by at least the seventeenth century, production did not reach significant proportions until the Bourbon period. During the government of Pedro Manuel de Arandia, a military officer sent to govern the Philippines in 1754, a series of reforms were implemented in an effort to reactivate the islands' economy. As a result, cacao, coconut palms, *bongas*, pepper, and cotton became the principal crops grown in Luzon. By July 1758, we know that there were 608,092 cacao trees in that region, distributed as follows:

Place	Number of cacao trees
Province of Tondo	11,136
Province of Bulucan	69,107
Province of Pampanga	62,457
Province of Pangasinan	97,093
Province of Ilocos	88,488
Jurisdiction of Cavite	3,133
Province of Balayan	14,587
Province of Camarines	190,942
Province of Capiz	16,146
Province of the Laguna of Bay	55,003
Total	608,092

### 3 Cacao trees in Luzon, 1758.

Source: AGI, *Filipinas*, 386, no. 31

Father Blanco's description of cacao confirms that it was consumed widely on the islands by the first half of the nineteenth century. Interestingly, one of the trees planted to provide shade for cacao plantations was the achiote, another American species. Father Blanco wrote:

Natives today make much use of cacao, for many drink chocolate; but mixed with one-eighth part toasted rice, and sometimes much more, making a clear preparation of chocolate that is good only for their palates. Others add toasted coffee in abundance. Women in Manila mix cacao with the fruit of the *pisa* or *pilavi*, a tree from which [they] extract pitch. Natives also eat this fruit when it is [still] green. Cacao butter, which floats on the surface of the water, when ground and cooked in [water], is often used, and with good reason, for it is excellent to treat burns and soothe the stinging burn of sores, excoriations and ulcers on women's breasts: it also provides great relief when applied to hemorrhoids. The

54 *Idem, ibidem*, p. 3.

use of well-made chocolate has the virtue of providing good cheer and chasing away melancholy: though many who drink it late in the afternoon cannot sleep afterwards; it is also thought to harm those who are prone to apoplexy or have been threatened by it.<sup>55</sup>

## Spices

Filipino cuisine today would be inconceivable without achiote (*Bixa orellana*), known as *achuete*, or chili (*Capsicum* spp.), as mentioned above in the section on vegetables. Spaniards in the Philippines used achiote as a substitute for saffron, but native cuisine adopted it quickly, even using it as a dye for textiles and paintings.<sup>56</sup> It is probable that various species of chili made their way to the Philippines. Father Blanco mentions *Capsicum annuum*,<sup>57</sup> the most widely-cultivated species of the genus *Capsicum*, though one is surprised to read that “This plant sprouts on its own almost anywhere, and is indigenous to the islands.” This reveals, once again, the phenomenon of appropriation. In addition to its “extremely spicy” fruit, chili served as a flavoring in Filipino dishes, and its leaves were cooked and mixed with sulfur (*alumbre*) to produce a yellow dye that was “most good and firm.” Moreover, ground chili plant leaves were applied to the bites of rabid dogs.<sup>58</sup> In the mid-sixteenth century, both *Capsicum annuum* and *Capsicum frutescens* were present in Goa, where they were called “Pernambuco peppers” because the Portuguese had taken them there from Brazil. Soon they would arrive in China through Canton or Macao.<sup>59</sup> We have no news as to when *gorda* or Tabasco chili peppers (*malagueta*, *Pimenta dioica*) arrived in the Philippines, though this spice sparked the interest of botanists in the eighteenth century.

---

55 “Los naturales de hoy día hacen ya un gran uso del cacao, pues muchísimos toman chocolate; pero mezclan una octava parte de arroz tostada, y a veces mucho más, y haciéndolo muy claro, preparan un chocolate solamente bueno para sus paladares. Otros le añaden café tostado en sustancia. Las mujeres de Manila mezclan con el cacao el fruto de la *pisa* o *pilavi*, árbol del que se saca la brea del país. También comen los naturales el fruto verde. La manteca de cacao, que nada en la superficie del agua, cuando después de triturado se cuece en ella, es muy ponderada y con razón, pues es excelente para las quemaduras y para suavizar el escozor ardoroso de algunas llagas, de las excoriaciones y úlceras de los pechos de las mujeres: también alivia mucho aplicada á las almorranas. El uso del chocolate bien hecho, tiene virtud de alegrar y destierra la melancolía: pero en recompensa a muchos les quita enteramente el sueño si lo toman por la tarde; también se cree que es dañoso a los que son propensos o están amenazados de apoplejía.” (M. BLANCO, op. cit., p. 601.)

56 M. BLANCO, op. cit., pp. 236–7.

57 He recorded it as *Capsicum minimum*.

58 M. BLANCO, op. cit., p. 133.

59 J. R. RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 169.

## Textile plants

Many native societies in the Philippines have been recognized for their knowledge of the processes of elaborating textiles from natural fibers. Perhaps the best-known plant was *abacá* (*Musa textilis*), which has been examined in numerous studies and monographs. The *Tratado de las islas Filipinas* by Miguel de Luarca (1582) mentions this plant on Cebu Island: “[Where] [...] there is little, almost no cotton, because the clothes they wear are made of banana trees, from which they make a cloth like *bocací* in colors the natives call *medriñaque*.”<sup>60</sup>

Luarca equated *abacá* to bananas not only due to their similar appearance but because both are related to the genus *Musa*. The availability of vegetable fibers for textiles, and the traditional knowledge of the art of weaving among Filipino women, did not go unnoticed by the first Spaniard who explored the archipelago, as Father Alizina wrote the following words about the women of Bisayas:

It is worthy of admiration and even imitation that little girls are barely able to walk when their mothers begin to sit them at the loom or have them weave *ábaca* fibers, from which they usually make their [textiles] [...] In the same way that little girls begin to weave these fibers, that they call *panogot*, at a very young age, so too do old women and even the blind and those who can no longer move end their lives in this exercise, for it is rare to see any healthy person not busy with this or spinning cotton where it exists and using it to make cloth.<sup>61</sup>

It was in this setting that the pineapple (*Ananas comosus*) came on stage, not precisely as an edible plant but as one that produced a highly-coveted fiber that would soon provide Filipinos with one of their most cherished symbols of identity: the different clothing styles made from pineapple fiber, the most well-known of which is the *barong tagalog*, a shirt worn by men on festive occasions.

It is difficult to determine when or how the pineapple came to the islands. It may have been introduced by the Portuguese through their Africa-India-Macao trade route, but it is more likely that it came on the Galleon of Manila, for from the very beginning it was known by its Castilian name,

60 AGI, *Patronato*, 23, r. 9, fl. 2.

61 “Es cosa digna de admiración y aun de imitación el ver que apenas saben andar las niñas cuando las comienzan sus madres a imponer en el atar o juntar las hebras de la ábaca, que es de lo que hacen comúnmente sus tejidos [...] Del mismo modo que las niñas comienzan de muy pequeñas a juntar estas hebras, que llaman *panogot*, acaban las viejas y aun las ciegas y las que ya no se pueden menear, con la vida el dicho ejercicio, pues rara se hallará estando buena que no esté ocupada en esto o en hilar algodón donde lo hay y usan de tejer mantas de él.” (V. YEPES, op. cit., p. 38.)

and not the Portuguese form *ananás*, derived from the Guaraní word *naná*. But this is conjectural. Antonio de Morga mentioned pineapples in Luzon around 1609, but it was not until the late eighteenth century that clothes were first made from this plant. In the 1830s, Father Blanco stated: “Indians extract very fine threads from the leaves of these plants [pineapples], with which they make shirts of portentous delicacy.”<sup>62</sup> As the nineteenth century advanced, textiles made from pineapple became increasingly complex and were combined with other kinds of fibers, including silk. In 1846, Jean Mallat was able to identify four kinds of garments made of pineapple fiber: pineapple *nipis*, pineapple with silk or *sinamay*, different kinds of worked pineapple, and silk *sinamay* combined with pineapple.<sup>63</sup> *Abacá* and pineapple thus became the most important fibers for Filipino textiles, as they still are today among peasants in Aklan and Central Bisayas, where pineapple fields are fenced with *abacas*, whose abundant fibers are believed to stimulate pineapple plants to imitate their production, as shown in Figure 5.



4 An *Aklanense* peasant in a pineapple field with *abacá* in the background. Aklan, Island of Panay, Western Bisayas, the Philippines. Photograph by Paulina Machuca (2013).

62 M. BLANCO, op. cit., p. 230.

63 Jean MALLAT, *Les îles Philippines considérées au point de vue de l'hydrographie et de la linguistique [...]*, Paris, Imprimerie Pollet et Compagnie, 1843, Annexes.

Another species that acclimatized to the Philippines, though less visible than the pineapple, was *Agave americana*, also called *pita*. Its fibers were used to make rope and, especially in Bisayas, to elaborate a very fine cloth called *nipis*.<sup>64</sup> In the late nineteenth century, the *Agave angustifolia* (*Agave vivipara*) was being exported in large quantities from Ilocos Norte to other countries.<sup>65</sup>

## Dyes

We have seen that achiote, tomato and chili were all used as textile dyes, but in reality indigo (*añil*, *Indigofera tinctoria*) and Brazilwood (*palo de brasil*, *Caesalpinia echinata*) were by far the two most important American colorants, not only in the Philippines, but over broad expanses of the Spanish Empire. Father Colín's *Labor evangélica* tells us that Brazilwood was cultivated in the Philippines by the mid-seventeenth century—due to the high demand for timber and the red dye that was extracted from it—as was American indigo: “The colored tree they call Brazilwood, that the earth produces abundantly everywhere. The açul of the Indies, known in Europe as indigo, an herb grown here by peasants.”<sup>66</sup>

In 1773, Francisco Javier Salgado began a project to produce indigo in the Laguna de Bay jurisdiction, specifically the town of San Isidro Calauan, “as in Guatemala, on the island of Santo Domingo, and in other colonies of the Americas.”<sup>67</sup> His proposal sustained that the blue dyes produced by natives “lack the firmness and properties that legitimate blue dye offers; moreover, as that dye is mixed with lime it destroys clothing and everything colored with it, causing such damage that they last much less and tear easily.”<sup>68</sup> Unfortunately, we have no more information on this project, but at almost the same time, in 1779, Father Matías Octavio, a native of Lerín in Navarra and member of the Augustinian order, promoted a method to elaborate indigo dye. In 1784, he sent the first shipment of a dye produced using his technique to Europe.<sup>69</sup>

64 M. BLANCO, op. cit., p. 258.

65 J. P. SANGER, op. cit., p. 154.

66 F. COLÍN, op. cit., p. 48.

67 The Philippines' largest lake is in Laguna de Bay; formed by a submerged volcanic cauldron it produced a very fertile zone for agriculture, so it was there that several important agricultural projects were conducted, including planting wheat, as mentioned above.

68 AGI, *Filipinas*, 909.

69 M. BLANCO, op. cit., pp. 594–5.

## Ornamentals

Ornamental plants also deserve mention, though briefly. *Plumeria rubra* has become a true symbol of Filipino nature. This ornamental tree conserves its original Náhuatl name—*cacaloxochitl*—which became *kalatsutsi*, following the linguistic pattern described earlier.<sup>70</sup> The flower calendula (*maravilla*), also called *Don Diego de noche* or *Linda tarde* in Mexico (*Mirabilis jalapa*), was christened as *A las cuatro* in the Philippines because its flowers open at four in the afternoon and close at eight the next morning. *Chochopali* (*Cosmos sulphureus*), meanwhile, from the Náhuatl *xochipali*, is called *cosmos* in the archipelago. All these plants are found on the islands, and while other species of ornamental plants from America, such as *campanylia* (*Thevetia peruviana*) and the *caballero* flower (*Caesalpinia pulcherrima*) (which appears on the national Coat-of-Arms of Barbados in the Caribbean, though it occurs throughout the American tropics) are also known, it is difficult to determine when they arrived. Even the *ceiba* tree (*Bombax pentandrum*), highly-coveted by Mesoamerican cultures in Mexico, adapted very well in the Philippines, and its seeds were sent to the Royal Botanical Garden of Madrid in 1793.<sup>71</sup>

## Transporting plants: a trans-Pacific odyssey

Having presented this long list of American plants introduced in the Philippines and acclimatized there, it is time to reflect briefly on the trans-Pacific transport of those species. It is important to remember that the trip from Acapulco to Manila took about two months over a route that was much less perilous than the return journey from Manila to Acapulco, which could take up to six months. Setting out from Acapulco, the Galleon took the Trade Winds to the Mariana Islands and then headed to the port of Cavite, entering through the San Bernardino Strait. This suggests that the presence of American plants on the islands once called *Ladrones* (i.e., Islands of the Thieves) is also linked to the dynamics of the Galleon, but this topic merits a separate analysis. Surely transporting seeds and live plants on journeys of several weeks' duration meant coping with all manner of problems, including the rats, mice and other animals on board the ships. The latent risk was that they could be bitten by insects or other vermin, so in the 1770s Dr. Casimiro Gómez Ortega, a Professor at the Royal Botanical Gardens of Madrid, propo-

70 The Náhuatl word *xochitl* means flower; in colonial times in New Spain it was Hispanicized to *sóchil* or *súchil*.

71 AGI, *Estado*, 45, no. 14.



sed an “easier and safer method for transporting live plants” through the Spanish Empire in America and Asia “by sea and land”. He recommended that seeds be wrapped in sulfur paper or impregnated with turpentine to repel animals and pests. We do not know if this method was used earlier on trans-Pacific ships, or if seeds were simply stored in the driest, safest areas of vessels, but the challenges for live plants were much greater, for in addition to rodents, the risk was that saltwater might fall on their leaves:

The Captain responsible for them must be especially aware that the principal risk for plants on ocean trips is the presence of droplets of the saltwater that impregnates the atmosphere [and] that waves might bathe them in foam such that droplets fall on the plants, and after evaporating quickly leave salt deposits on them, which close their pores, impede transpiration and, in effect, kill them.<sup>72</sup>

To increase plants’ chances for survival on ocean journeys, younger trees and shrubs, and wild plants, were preferred. Their roots were often protected with moss, due to its ability to keep them fresh even in small amounts of earth, or none at all. To prevent rodents from digging and damaging roots or seeds that sprouted in the boxes in which live plants were shipped, Dr. Ortega recommended preparing a thick powder of ground glass mixed with earth. For better conservation, he suggested that tuberous roots like yams and sweet potatoes be placed in dry sand, while pulpy fruits with seeds inside could be stored with ground sugar, and delicate plants held in a mixture of sand and clay because the latter can retain humidity for many days.<sup>73</sup> Dr. Gómez’ methods were, without doubt, quite sophisticated and need to be understood in the context of period when plants were often shipped to botanical gardens, especially in Madrid. Once again, however, the question of whether any of these practices were adopted on trans-Pacific ships in the sixteenth century remains unanswered, for the colonial sources are silent on this topic.

---

72 “Debe estar enterado con particularidad el Capitán que se encargue de ellas, de que el principal riesgo que corren las plantas en los viajes de mar, es el que producen las partículas de agua salada de que está impregnado el ambiente siempre que las olas blanquean con la espuma: entonces dichas partículas caen en las plantas, y evaporándose prontamente, dejan en ellas la sal, que cerrando los poros impide la transpiración, y mata en efecto la planta.” (Casimiro GÓMEZ ORTEGA, *Instrucción sobre el modo más seguro y económico de transportar plantas vivas por mar y tierra a los países más distantes* [...], Madrid, Imprenta de Joachin Ibarra, 1779, p. 19).

73 C. GÓMEZ ORTEGA, op. cit., pp. 13–29.

## Final reflections

This article focused on two main themes: the motivations of certain social groups in New Spain, both civil and religious, to transport plants of American origin to the Philippines, and their quick acclimatization to conditions there, thanks not only to climatic factors but also the eminently agrarian base of Filipino society; and, second, an analysis of a list of the most important American plants introduced into the Philippines from the second half of the sixteenth century onwards, especially during the trans-Pacific voyages of the Galleon of Manila. The following paragraphs present some final reflections.

One phenomenon that must be considered is replication. It has often been argued that attempts were made to replicate the Spanish model of colonization implemented in New Spain in the Philippines, and these pages certainly provide evidence of this process, as in the case of corn, which was proposed as a second staple food for people on the archipelago when rice was scarce, just as wheat was deemed an option to satisfy people's nutritional needs in New Spain when corn supplies were short. Clearly, the Filipino experience was less successful than that of New Spain, but the objective of replicating the model is latent in our findings.

Also important is the phenomenon of the complementarity of vegetables for consumption and practical uses by Filipinos, who adopted American plants that were similar to some that existed in the archipelago, as in the case of starchy roots, yams and the potato, which came to accompany the native taro, that widely-consumed tuber in Southeast Asia. We must mention as well the case of guava leaves, which were used to prepare *betel* when areca was unavailable. It appears that these processes developed quite naturally among native groups, for there was no imposition by the Spanish authorities. Indeed, the key factor seems to have been local peoples' interest in expanding and enriching their alimentary practices.

One of the most interesting phenomena is that of innovation; for example, extracting fiber from pineapple plants to be woven into garments. This practice was exclusive to the Philippines for it is not known in any other part of the world, not even the Amazonas, where this fruit originated. But we must insist that this innovation did not simply appear out of nowhere, but in a setting characterized by the pre-existing, ancestral cultural condition of a broad tradition of weaving with natural fibers, into which pineapple fiber was inserted as an additional, complementary experience. By the nineteenth century, wearing clothes made of this material had become a symbol of social distinction, as it still is today.

Turning to the linguistic phenomenon derived from the nomenclature of American plants, it is clear that this topic requires separate study. Here we would only point out that many American plants have conserved their original Náhuatl names down to modern times, though with some regional variants. Hence, the “ch” in achiote or *chicozapote* was changed to “ts” (*atsuete*; *tsiko*), and the letter “c” became “k”, as in cacao, *camote* and *sacalasúchil* (*kakaw*, *kamote*, *kalatsutsi*). Obviously, these variants must be analyzed in light of local linguistic conventions.

The phenomenon of toponymy also merits separate treatment. In the Philippines, toponymies were modified according to different colonial experiences as evidenced, for example, by the fact that in the late eighteenth century there was a town called *Las Piñas* on the outskirts of Manila with its own parish,<sup>74</sup> while the *Río Zapote* (Zapote River) near *Las Piñas*, earned fame as the site of the 1899 battle between Filipinos and North Americans. But what is most surprising is that in 1582 *La isla de Camotes* already existed near Cebu.<sup>75</sup> This brings to mind the words of Miguel León Portilla, who sustained that “toponymy often expressed in distinct tongues, speaks of its history and the ways in which its inhabitants have in different times conceived their geographic scenario, their home in the world.”<sup>76</sup> It also tells us that toponymy is not static but something that changes in accordance with transformations of the environment.

Finally, who could have foreseen that some of the plants that arrived from the sixteenth century onwards would become true national emblems of the Philippines? Recall the famous paintings by the artist Damián Domingo that in the nineteenth century showed men and women wearing delicate garments made of pineapple fiber, or the tobacco companies that distributed their products in diverse areas of the world. And today it is impossible to think of Filipino food without imagining achiote or sweet potatoes, never mind chocolate. If not for the presence of plants of American origin, the Philippines would now be orphaned of part of its culture, just as New Spain, now Mexico, would be orphaned without the plants introduced from the Philippines... but that is a different tale.

---

74 AGI, *Filipinas*, 338, L. 21, fs. 99v–100v.

75 AGI, *Patronato*, 23, r. 9, fl. 3.

76 Miguel LEÓN PORTILLA, “Toponimia e identidad”, *Arqueología Mexicana*, vol. 17, no. 100, Nov.–Dec. 2009, pp. 28–33.

## Manuscript Sources

### ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI]

*Estado*, 45, no. 14.

*Filipinas*, 8, r. 3, no. 96; 28, nn. 3 and 19; 29, no. 9, fs. 29r–30v and no. 48; 42, no. 1; 85, no. 94; 193, no. 20; 333, L. 12, fs. 323r–326r; 338, L. 21, fs. 99v–100v; 386, no. 31; 909.

*Patronato*, 23, r. 9, fs. 2 and 3.

## Printed Sources and Bibliography

ANDUEZA-NOH, R. H. et al., “Multiple domestications of the Mesoamerican gene pool of lima bean (*Phaseolus lunatus* L.): evidence from chloroplast DNA sequences,” *Genetic Resources and Crop Evolution*, Mar. 2013, Vol. 60, no. 3, pp. 1069–86.

BLANCO, Fr. Manuel, *Flora de Filipinas. Según el Sistema sexual de Linneo*, Manila, Imprenta de Santo Tomás, 1837.

COLÍN, Francisco, *Labor evangélica, ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús, fundación y progresos de su provincia en las islas Filipinas*, Madrid, Imprenta de Joseph Hernández de Buendía, 1663.

CORPUZ, O. D., “Land and agriculture in the Philippines: an economic history perspective,” *Philippine Review of Economics and Business*, Vol. XXIX, no. 2, Dec. 1992, pp. 137–60.

CROSBY, Jr., Alfred W., *The Columbian Exchange. Biological and Cultural Consequences of 1492*, Connecticut, Greenwood Press, 1972.

DAMPIER, William, *A New Voyage Around the Wworld*, London, James Knapton Press, 1694.

DE JESUS, E. C., *The Tobacco Monopoly in the Philippines. Bureaucratic Enterprise and Social Change, 1766–1880*, Quezon City, Ateneo de Manila University Press, 1980.

GARNIER, Lisa, *La agricultura: de lo tradicional a los transgénicos*, Baume-les-Dames, Larousse, 2004.

GÓMEZ ORTEGA, Casimiro, *Instrucción sobre el modo más seguro y económico de transportar plantas vívas por mar y tierra a los países más distantes [...]*, Madrid, Imprenta de Joachin Ibarra, 1779.

HERNÁNDEZ, Francisco, *Historia de las plantas de Nueva España*, Tomo III, Mexico, UNAM, 1943.

LEÓN PORTILLA, Miguel, “Toponimia e identidad,” *Arqueología Mexicana*, Vol. 17, no. 100, Nov.–Dec. 2009, pp. 28–33.

MACHUCA, Paulina, “El arribo de plantas a las Indias Occidentales: el caso del Balsas-Jalisco a través de las Relaciones geográficas del siglo xvi,” *Relaciones. Estudios de historia y sociedad*, Vol. XXXIV, no. 136, 2013, pp. 73–114.

MAGNO, Nota F., “The place of papaya in the island municipalities of northwestern Romblon, Philippines,” paper presented at the Seminario Internacional Año de la Fraternidad México-Filipinas, Guadalajara, Jalisco, Mexico, 27–28 Nov. 2014.

MALLAT, Jean, *Les îles Philippines considérées au point de vue de l'hydrographie et de la linguistique [...]*, Paris, Imprimerie Pollet et Compagnie, 1843.

MANALASTAS, José Elías (Fr. Anselm) M., OSB, “Maize: Mexico’s gift to the Filipinos,” paper presented at the Seminario Internacional Año de la Fraternidad México-Filipinas, Guadalajara, Jalisco, Mexico, 27–28 Nov. 2014.

MATTHEWS. P. J. et al., “Irrigated taro (*Colocasia esculenta*) in the Indo-Pacific,” *Senri Ethnological Studies*, 78, 2012, pp. 307–40.

- MORGA, Antonio de, *Sucesos de las islas Filipinas*, Francisca Perujo (ed.), Mexico, Fondo de Cultura Económica, 2007.
- PINAR, Susana, *El explorador del Índico: Diario de viaje de Francisco de Noroña*, Madrid, CSIC, 2009.
- PINAR, Susana, *El sueño de las especias. Viaje de exploración de Francisco Noroña por las islas de Filipinas, Java, Mauricio y Madagascar*, Madrid, CSIC, 2000.
- RUSSELL-WOOD, J. R., *The Portuguese Empire, 1415–1808: A world on the move*, John Hopkins University Press, 1998.
- SAN ANTONIO, Gabriel de, “Breve y verdadera relación de los sucesos del reino de Camboya” in Gabriel de San Antonio and Rodrigo de Vivero, *Relaciones de la Camboya y el Japón*, Roberto Ferrando (ed.), Madrid, Historia 16, 1988, Colección Crónicas de América 46, pp. 39–129.
- SANGER, J. P. (dir.), *Census of the Philippine Islands. Taken under the Direction of the Philippine Commission in the Year 1903*, Vol. IV, Washington, The United States Bureau of the Census, 1905.
- YEPES, Victoria, *Una etnografía de los indios bisayas del Padre Alzina*, Madrid, CSIC, 1996.

# Intereses particulares en el Galeón de Manila: inventario de los bienes del gobernador de Filipinas D. Diego de Salcedo (1663–1668)

Ana Ruiz Gutiérrez\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 261-293. ISSN 0874-9671

## Resumo

As Filipinas, como território espanhol gerido pela Nova Espanha, atraíram muitas personagens que ocuparam cargos relevantes na administração pública, nos organismos eclesiásticos ou no consulado dos comerciantes. É o caso de D. Diego de Salcedo, governador e capitão geral do arquipélago entre 1663 e 1668, que, após uma governação polémica, acabou por ser acusado de herege pelo Tribunal da Inquisição das Filipinas.

Neste artigo pretendemos analisar a relevância de Manila como capital comercial da Nau da China, bem como estudar os interesses privados daquele que foi governador das ilhas, através da análise dos seus bens, avaliados e penhorados após o seu processo inquisitorial.

**Palavras-chave:** Diego de Salcedo, Filipinas, Galeão de Manila, património.

## Abstract

The Philippines under New Spain protection, attracted many prominent figures with a significant role in the public administration, Church organizations or consulate traders. This is the case of D. Diego de Salcedo, governor and captain general of the archipelago from 1663 to 1668, which, after a controversial government, was accused of heresy by the Tribunal of the Inquisition of Philippines.

The aim of this paper is to analyze the relevance of Manila as a commercial capital of China Galleon and to study the particular interests of the one who was governor of the islands, through the analysis of his possessions, assessed and seized after inquisitorial process.

**Keywords:** Diego de Salcedo, Philippines, Manila Galleon, heritage.

\* Universidad de Granada. Con la colaboración del Vicerrectorado de Política Científica e Investigación de la Universidad de Granada. *E-mail:* anarg@ugr.es

## **Intereses particulares en el Galeón de Manila: inventario de los bienes del gobernador de Filipinas D. Diego de Salcedo (1663–1668)**

Ana Ruiz Gutiérrez

La historia del archipiélago filipino como territorio español está estrechamente vinculada al establecimiento de la ruta comercial conocida como del Galeón de Manila, Nao de China o Galeón de Acapulco<sup>1</sup>. Previamente a dicha hispanización, Filipinas ya era un enclave estratégico para el comercio con las regiones limítrofes, destacando la presencia de juncos chinos que intercambiaban porcelanas, oro, ánforas de hierro para perfumes, plomo, vidrio, cuentas de colores y agujas de hierro, por cera amarilla, algodón, perlas, conchas, nueces de betel y tejidos de yute<sup>2</sup>.

Ello supuso que la *Carrera de Indias*, la principal ruta de comunicación entre América y Europa, se viera implementada gracias al descubrimiento de la ruta hacia las Indias Orientales, con la llegada de productos del otro lado del Pacífico. La ruta atlántica, que prácticamente se comenzó a fraguar desde los primeros viajes de Colón, articulaba el comercio por el Caribe, imbricando dos flotas que cubrían los principales puertos de la región<sup>3</sup>. Este flujo comercial fue el que se vio enriquecido con los objetos provenientes de Filipinas, y que se incorporaban a la dinámica de intercambios americanos en Acapulco.

El establecimiento de este itinerario, permitió unir entre 1565 y 1815 el archipiélago filipino con Nueva España de una manera directa. Las mercaderías asiáticas, ampliamente valoradas en los mercados europeos y novohispanos llegaban así al puerto de Acapulco, punto clave de la ruta por tener mejores condiciones de fondeo que el de Barra de Navidad. Se convertía así en espacio

---

1 Para el estudio del Galeón de Manila, cf. Carmen YUSTE, *El comercio de la Nueva España con Filipinas. 1590–1785*, México, INAH, 1984; William SCHURTZ, *El Galeón de Manila*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1992.

2 Rafael BERNAL, *México en Filipinas. Estudio de una transculturización*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 1965, p. 76.

3 Esta ruta estaba conformada con dos flotas anuales distintas. Una partía de Sevilla con rumbo a Nueva España con destino final Veracruz, haciendo escalas en San Juan de Puerto Rico, Santo Domingo y Santiago de Cuba. La otra se dirigía hacia Tierra Firme con destino final en Nombre de Dios, ciudad sustituida desde el siglo xvii por Portobelo, en el istmo de Panamá, y tenía un punto de escala muy importante en Cartagena de Indias. Ambos convoyes después de invernar en Indias se reunían en el puerto de la Habana en primavera para una vez juntos emprender su regreso a la Península.

de intercambio comercial, consolidado gracias a su feria anual, cuando comerciantes, principalmente mexicanos y peruanos, aprovechaban para abastecerse de los productos orientales. Desde él se distribuían vía terrestre hasta México, mercado en el que muchos de ellos se quedaban y desde donde otros eran llevados a Veracruz, para ser embarcados con destino a España<sup>4</sup>.

Ya en el siglo XIX, en 1813, las Cortes de Cádiz decidieron suprimir el comercio con Acapulco. Esto, sumado al proceso independentista mexicano marcó su declive, aunque la circulación artística perduró con navíos particulares, continuando gracias a la apertura del Canal de Suez en 1869, asunto que se aleja del ámbito cronológico que tratamos.

### **Inventario de los bienes del gobernador de Filipinas D. Diego de Salcedo (1663-1668).**

En este escenario fue por donde circularon numerosos objetos provenientes de los más importantes personajes que formaron parte de la historia filipina. En las bodegas de las embarcaciones que surcaban el Pacífico se transportaron delicadas piezas procedentes de Asia con destino a los puertos novohispanos y españoles, invirtiéndose la procedencia de los productos manufacturados que se cargaban en su regreso a Cavite<sup>5</sup>.

La situación estratégica de Filipinas en este entramado comercial, repercutió en el enriquecimiento cultural, no solo del archipiélago sino de todos los territorios implicados, estableciéndose una red de contactos artísticos que dio como fruto la creación de obras de arte intrínsecamente ligadas a este itinerario transpacífico. Piezas de origen asiático, fundamentalmente porcelanas, sedas y abanicos chinos<sup>6</sup>; quimonos, porcelanas y lacas japonesas<sup>7</sup>; y tejidos naturales, como la fibra de Abacá, objetos de oro y esculturas de

---

4 Ésta no comercializaría directamente con Filipinas hasta el siglo XVIII a partir de la creación de la Real Compañía de Filipinas, impulsada por el rey Carlos III, respondiendo a sus planes de científicos, comerciales y de prestigio social, y siguiendo en parte los modelos que Holanda, Inglaterra y Francia, habían creado con anterioridad. La Compañía abriría una ruta directa Manila-Cádiz a través del Cabo de Buena Esperanza o el Cabo de Hornos, modificando sustancialmente la ruta del Galeón de Manila.

5 Cf. Ana RUIZ GUTIÉRREZ, *El tráfico artístico entre España y Filipinas (1565-1815)*, Granada, Universidad, Recurso Electrónico, 2005.

6 Cf. Li ZHIYAN y Chen WEN, *Cerámica y porcelana de China*, Beijing, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1984; Zhao FENG, «El arte de la seda y arte sobre seda en China» in *China 5000 años. Innovación y Transformación en las artes*, Bilbao, Guggenheim Bilbao, 1998, pp. 98-102.

7 Cf. Yoshitomo OKAMOTO, *The Namban Art of Japan*, New York, Weatherhill, 1972; Meiko NAGASHIMA, «Japanese lacquers exported to spanish america and Spain» in Donna Pierce y Ronald Otsuka (eds.), *Asia & Spanish América. Trans-Pacific Artistic & Cultural Exchange, 1500-1850*, Denver, Mayer Center for Pre-Columbian & Spanish Colonial Art at the Denver Art Museum, 2009, pp.107-18.



Filipinas<sup>8</sup>, destacando la eboraria respecto a las tallas en madera, piezas estas últimas más comunes durante la etapa prehispánica, componían un repertorio diverso y rico<sup>9</sup>.

Revelar el flujo artístico del Galeón de Manila, es una labor compleja, tanto por la pluralidad de intereses que contemplaba, como por el amplio marco geográfico y cronológico que comprendía, además de la dificultad para conectar microhistorias a través de la contextualización documental con el hallazgo del conjunto artístico. El caso del gobernador de Filipinas Diego de Salcedo, no escapa a estas condiciones ya que aún no hemos localizado los bienes muebles que poseyó, aunque sí podemos dilucidar la riqueza de su legado artístico a través del acervo documental localizado en el Archivo General de la Nación de México<sup>10</sup>.

Capitán general y presidente de la Audiencia de Manila entre 1663 y 1668, D. Diego de Salcedo llegó a las islas el 25 de marzo de 1663 en el galeón San José, y desde que tomó posesión de su cargo comenzó a intermediar para la recuperación del comercio del Galeón de Manila. Según relata, encontró las islas en un estado deplorable por negligencia de su antecesor, Sabiniano Manrique de Lara (1653–1663), ya que dependían en gran medida para su abastecimiento de las importaciones de las regiones vecinas, en productos como el hierro<sup>11</sup> y el trigo<sup>12</sup>, géneros básicos no solo para la subsistencia de la población sino para el mantenimiento de la ruta comercial establecida por Legazpi, trascendental para la buena marcha de la economía de las islas.

Desde el inicio de su gobierno, Salcedo comenzó a establecer lazos comerciales no sólo en Filipinas sino con otros territorios asiáticos como Siam, Ternate y China. Creó así una red con comerciantes portugueses y holandeses

8 Cf. Gabriel CaSAL *et al.*, *The People and Art of the Philippines*, Los Angeles, Museum of Cultural History, University of California, 1981.

9 Cf. Ana RUIZ GUTIÉRREZ, *Arte indígena del Norte de Filipinas: los grupos étnicos de la Cordillera de Luzón*, Granada, Editorial Atrio, 2012.

10 También custodiado en el Archivo General de Indias de Sevilla. Cf. Juan GIL, *Los chinos en Manila. Siglos XVI y XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011, p. 366.

11 En el caso del hierro proclamó la necesidad de fomentar la llegada al archipiélago de peninsulares que explotaran las minas que allí abundaban y que los nativos no hacían, por desconocimiento o por que no les interesaba nada más que para extraer lo necesario para el trueque de productos básicos con otros convecinos de la costa. Este material era vital para procurar fabricar en Filipinas los galeones, como él propuso que se hiciera en la Provincia de Camarines, ya que en ocasiones no se conocía si la fragata regresaría o no de su travesía, bien por las inclemencias meteorológicas o por los ataques de naciones enemigas.

12 Por lo que respecta al trigo, no deja de ser curioso que no se plantara en las islas, ya que era imprescindible para la elaboración del bizcocho, tan necesario en el itinerario de las naos y en la vida cotidiana de los manilenses. En este sentido, Salcedo pronto incentivó el cultivo en las Provincias de Bay y Balayan, «Carta de Diego Salcedo sobre situación a su llegada». (ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI], *Filipinas*, 9, r. 3, n.º 40.)

establecidos en las islas Molucas, así como con el rey de Siam para el aprovisionamiento de artículos a través de su embajador<sup>13</sup>.

En el poco tiempo que ejerció su cargo y a pesar de las acciones para establecer la principal fuente de financiación de las islas, la Nao de China, evidenció que no solo lo hacía por los intereses del archipiélago, sino por los suyos propios, punto clave en la acusación del tribunal del Santo Oficio de la Inquisición. Éste lo acusaba entre otros asuntos del fomento del tráfico comercial con los navíos holandeses de la Compañía neerlandesa de las Indias Orientales (VOC), establecida en Batavia<sup>14</sup>.

Otras acusaciones, se centraron en el acrecentamiento de sus competencias gubernamentales, lo que provocó un enfrentamiento directo con el arzobispo Miguel Poblete Casasola (1653-1667), ya que sus acciones se centraron en quitarle poder a la jerarquía eclesiástica manilense, presidida por el arzobispo Poblete. La negativa de éste a obedecer el patrocinio real, en manos de Salcedo, provocó que por la persistencia en su desobediencia, ordenase el gobernador su expulsión a Mariveles.

Sus redes comerciales con la VOC, junto con las malas relaciones con el Arzobispo hicieron que el tribunal del Santo Oficio de la Inquisición continuara con el proceso inquisitorial<sup>15</sup>. Diego Salcedo fue sorprendido en su palacio, y encarcelado por los agentes del Santo Oficio, para posteriormente ser enviado a bordo de un galeón como prisionero a los inquisidores de México, aunque la nao que lo llevaba tuvo que regresar por las inclemencias meteorológicas, volviendo a su calabozo hasta que fue embarcado de nuevo para México, muriendo durante la travesía<sup>16</sup>.

Su final se vió marcado con un juicio inquisitorial que fue derogado finalmente pero que acabó con su vida, con el embargo y dispersión de sus bienes, así como con la persecución de sus aliados<sup>17</sup>. Es precisamente el auto

13 Este círculo de contactos no se limitó solo a Filipinas y países colindantes, sino que estaba bien relacionado en la Corte a través de sus hermanos, Alonso y Francisco Salcedo, militares de alto rango y Luis, caballero mayor del rey y miembro del Consejo de Estado. (Antoni PICAZO MUNTANER, «Rivalidades en las redes de poder de Manila: el golpe contra el gobernador Diego Salcedo», *El Futuro del Pasado*, Vol. 4, 2013, pp. 375-88.)

14 No olvidemos que Diego de Salcedo, había nacido en Bruselas, lo que fomentó el argumento en su proceso inquisitorial de quienes no dudaron en afirmar que no era flamenco sino un infiltrado holandés.

15 A estas acusaciones se sumaron otras como las de blasfemias hacia la religión católica, adulterio, contrabando, comercio subrepticio con extranjeros, desvalijamiento de la caja real y el continuo embargo de capitales a comerciantes para sus negocios particulares.

16 Cf. José Toribio MEDINA, *El tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en las islas Filipinas*, Santiago de Chile, Imprenta Elzeviriana, 1899.

17 AGI, *Filipinas*, 23, r. 8, n.º 26 («Expediente sobre los procedimientos de Diego de Salcedo, gobernador de Filipinas, en cuya virtud se le proveyó el gobierno en el año 1668 a Manuel de León, 1667-71»).

de embargo el documento que presentamos y que creemos ofrece una interesante información sobre esos objetos que transportaban los galeones. Son descritos de manera detallada, lo que lo convierte en una fuente inestimable de información, acerca de sus orígenes o características materiales, formales y simbólicas.

Se evidencia en dicho documento la disparidad de sus procedencias, que abarcan Persia, India, Macao, México, Japón y China. No obstante llama la atención que aunque al contrario de lo reflejado usualmente en los bienes de ifuntos vinculados al tráfico artístico que se produjo a través del Galeón de Manila, en los que se señala que proceden principalmente «de China»; en los bienes del gobernador Salcedo priman los de origen japonés, destacando los baúles, cajas de maque, jarros de pico y tibores, provenientes del comercio anterior al cierre de las fronteras japonesas durante el conocido como periodo namban (1580–1630).

Podríamos clasificar sus bienes entre aquellos artículos que formaban parte de su ajuar doméstico y los de lujo. En el grupo de enseres diarios, no por ello menos valiosos, destacan los elaborados en materiales nobles, como plata y telas de calidad. Hablamos de vestimenta y ropa de casa, como sayas, casacas, jubones, calzones y colchas de distintas sedas y colores como sedas, chaules y estameñas. Así como de un sin fin de objetos cotidianos, aunque de plata, como palanganas, platones, platillos, bandejillas escaroladas, un escalador, escudillas, candeleros, cucharas y tenedores, entre otros. Los muebles, ejemplificados en escribanías, baúles, armarios y cajas, son relevantes también en este inventario, destacando la calidad de las maderas con las que se realizaron, como la de pino, narra o ébano y la técnica lacada recurrente en los muebles procedentes de Japón<sup>18</sup>.

Dentro del apartado de las piezas exclusivas se alude a tres grupos, esculturas ebúrneas, conformando el mayor conjunto recopilado hasta el momento de eboraria hispanofilipina, destacando las figuras del niño Jesús, Salvador del Mundo, San Juan Bautista, Nuestra Señora del Rosario y algún crucificado<sup>19</sup>. Los objetos aúreos, donde nos encontramos con un ingente legado de cadenas de distintas vueltas, grosor y quilates. Sortijas, con toda clase de piedras preciosas incrustadas, como esmeraldas, rubíes, diamantes y perlas. Así como con piezas excepcionales, como la alusión a la custodia que perte-

18 El inventario refleja estos objetos como «de maque», palabra más frecuente y utilizada para las artes decorativas novohispanas en relación al maque prehispánico, como técnica asimilada en la etapa hispana.

19 Ana RUIZ GUTIÉRREZ, «Marfiles hispanofilipinos: protagonistas en el intercambio cultural de la Nao de China» en *La Nao de China, 1565–1815. Navegación, comercio e intercambios culturales*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2013, pp. 147–87.

neció al también gobernador de las islas Sebastián Hurtado de Corcuera (1635-1644), además de algunos relicarios, leones o veneras. Casi todos los objetos de oro tenían un eje común, la técnica de filigrana para su elaboración, desvinculando por tanto este proceso exclusivamente para las piezas de origen americano.

Finalmente mencionar piezas tan extravagantes como vasos de unicornio, tecomates de coco, y bezoares de distintos tamaños y animales, así como un «pedasso de gesso enbuelto en un papel que dice ser de un martir de xapón» o «colmillos de pexemullier».

Se trata por tanto de una importante fuente de información, que muestra la calidad y diversidad de la producción de objetos, legitimadores de la posición social de sus dueños, pero a la vez, testimonio de la profusión de intercambios culturales que por la integración de rutas comerciales asiáticas se dio en Manila y se proyectaron hacia América.

## Apéndice Documental

1671, 10 al 26 de octubre. Manila.

*Autos y embargos, inventarios, tasaciones y almonedas de los bienes del Governador Don Diego de Salcedo, f[ec]hos por la Real Audiencia de Manila, islas Philipinas.*

Archivo General de la Nación [AGN], *Inquisición*, Vol. 615, Exp. 4, fls. 436r–512r<sup>20</sup>.

<sup>457r</sup> Seis reales SELLO SEGUNDO, SEIS REALES, AÑO DE MIL Y SEISCIENTOS Y CINQUENTA Y OCHO Y CINQUENTA Y NUEVE

Muy Poderoso Señor = el D[oct]or Don Francisco de Corcuera y Mejía, Fiscal de su Magestad en esta Real audiencia. Digo, que como es público y notorio el M[aes]tro de Campo don Diego de Salcedo n[ues]tro Governador y Capitán general que ha sido de estas yslas, esta presso por el tribunal del Santo oficio de esta ciudad y combiene al d[i]cho del Real Fisco y Causa Pública que se embargue su persona en la prisión por aver de dar Residencia del tiempo que exercio de oficio y que satisfaga a la Real Casa las muchas summas de bienes en que a defraudado a la Real Caja, y la cantidad que de la Real caja recibió por la questa que el mesmo vendio a la R[ea] hacienda siendo vendedor y comprador y los muchos gastos que a tenido así en esta tierra atravesando con mano poderosa casi todo el oro y demás géneros de la tierra, tratos que a tenido consiguiendo una vez que enviaba un navío con el general don Juan de jalseta<sup>21</sup> [sic] a Reconocer a therrenate<sup>22</sup> [sic] siendo esta la vuestra. Y nofice [sic] señor n[ues]tro a [...] y tiene sus correspondencias con el governador de xacatra<sup>23</sup> y actualmente están algunos navíos de olandes [sic] en el puerto de cavite, y para que dicho embargo se haga con toda justicia a Vuestra Alteza pido y suplico mande que os jueces oficiales Reales de la Real hacienda notifiquen las libranzas que d[i]cho v[ues]tro governador a pagado a sangleics y demás naciones y lo que salió de la Real Casa para pagar la questa [...] siendo suya. Y sobre de todo lo demas se me reciva información y de la Publica vos i fama mientras no se ajusta la certificación de las libranzas que ay en toda esta ciudad de que a defraudado a la Real hacienda en grandes summas de dineros y del trato rreferido (sic) sobre que pido justicia y se me de por testimonio d[i]cha, D[oct]or Don Francisco Corcuera y Mejía, otra si a V[uestra] A[lteza] suplico que d[i]cha certificación la de el capitán Simon de Toro, Contador de Resultas por los oficiales Reales desinteresados pido [...], Doctor Corcuera, otrosi que certifique d[i]cho Contador Simon de Toro las Cantidades de libranças que se an despachado para que se cobren de las caxas Reales de Mexico, fuera de las que tocan a la gente de mar que iba sirviendo en las naos que se an despachado desde que tomo

20 Hemos realizado la transcripción del documento hasta que finalizan los bienes que poseía D. Diego de Salcedo, ya que su extensión no permitía plasmarlo en su totalidad. Transcribiéndolos con las siguientes normas, cuando se repite una palabra en el texto se indica en una nota al pie como *repetido*, si aparece alguna anotación en el margen izquierdo se señala (*Al margen:*) si por lo contrario es en el lado derecho se especifica (*Al margen derecho:*), cuando una palabra está entre líneas se añade < >, en el caso que el texto no sea legible se ha indicado con [...] señalando cuando corresponda si es por rotura del documento, por otro lado y con este signo [ ] se justifica la interpretación del texto y con éste otro { } la de la fecha. Además cuando la palabra está mal escrita se hace saber con [sic] sin modificar la misma, solamente se han cambiado aquellos nombres propios que no eran identificables tal y como aparecían en el texto, además de mantener la normativa actual para los signos de puntuación y acentuación y añadir algunas notas aclaratorias del significado de algunas palabras, para una mejor lectura de los documentos.

21 Juan de Zelacta.

22 Ternate, Indonesia.

23 Yakarta, Indonesia.

posesión en este gobierno dicho Vuestro Presidente que lo sea con un breve término sin dilación pido ut supra, D[oct]or Corcuera.

En la ciudad de Manila, en diez días del mes de octubre de mil seiscientos y sesenta y ocho años ante los señores oydores de la audiencia y chancillería Real de estas yslas, estando en la Real sala de ella se legó esta petición y vista por dichos señores atento a las causas y derechos que en ella se contiene y Representó verbalmente el señor fiscal. Y asimismo lo que pidió el cavil //<sup>437v</sup> do de justicia y rreximiento de esta ciudad aboca como hacerlos más en forma. Por lo mucho que importune la brevedad, deséeme que se hagan los embargos pedidos y se cause al señor oydor licenciado Don Francisco de Montemayor y Mancilla y pasados que se hubieran de hacer en Cavite y fuera de esta ciudad señalar persona, y que el capitán Simon de Toro contador de quantas y rresultas de la certificación de los libramientos que en este escrito se pide. Dicho señor fiscal dé la información que ofrece y se conoce al señor oydor Don Francisco Coloma por éste el presente escrivano vuestro, otro público Real y así lo prometieron y rubricaron. Al pie de estas tres rúbricas que parecen ser de los señores licenciados Don Francisco Coloma, Don Francisco de Montemayor y Mancilla y don Juan Manuel de la Peña Bonifaz oydores en dicha Real audiencia, ante mí Juan López Perea.

Concuerta con la petición tanto alla poseído que original por aora queda en mi poder a que me remito y para que conste de pedimiento del señor fiscal doi el presente oficio en Manila a veinticinco de octubre de mill seiscientos y sesenta y ocho siendo testigos Nicolas [...], Nicolas Guillermo y Juan Carrança, hago mi signo en testimonio de verdad Juan de Padilla escrivano Real.

(*Al margen:*) 1. Imbent[ari]o embargo de vienes del M[aes]tro de campo don Diego de Salcedo y Gov[erna]dor y Cap[ita]n G[enera]l que fue de estas islas.

En la ciudad de Manila en diez de octubre de mill seis cientos y sesenta y ocho años como a las cinco oras de la tarde poco mas, estando en lo de los aposentos altos de las Casa Reales de palacio el señor licenciado Don Francisco de Montemayor y Mancilla del consexo de Su Magestad su oydor y alcalde de Corte en la audiencia y chancillería real de estas Islas su fiscal en ella en execución y cumplimiento de lo acordado resuelto y determinado por lo señores de dicha real audiencia para proceder al embargo de todos igual cual- //<sup>438r</sup> quier bienes que parezcan pertenecer al m[aes]tro de campo Don Diego de Salcedo Presidente governador y capitan general que fue de estas dichas Islas presso oy de la f[ec]ha por el Santo oficio de la inquisición por causa grave de la fee y por que la dicha Real audiencia tiene declarado haver llegado el caso expressado en la cedula de su majestad en que dio la forma de abocar en su el gobierno político de estas islas en cuiu possession esta por razon de la dicha prisión y en execución de la dicha comisión [*sic*] que su majestad tiene que ba por principio grave la por ante mí el escrivano y testigos se fue haciendo el imventario y embargo de bienes de dicho m[aes]tro de Campo en la forma y manera siguiente.

Primeramente, en el primer aposento de los de la vivienda de arriva y en que tenía su asistencia el dicho M[aes]tro de Campo Don Diego Salcedo, se abrió una petaca de madera forrada en bexuco por de fuera que por no aver parecido la llave se desarrajo y dentro se ella estava un baulito de maque de xapón por de una tercia de largo i dentro de él, se hallaron y contaron cinquenta texos<sup>24</sup> de oro, que pesados por el capital Juan de Santibañes balanzario de la Real Caja de estas islas, se hallaron en cada uno veinte taes<sup>25</sup> y en todos un mill taes de la lei, que parecerá por certificación del fiel contraste, sin embargo de decir el dicho sargento Major Don Thomas de Castro y Andrade ser su lei de veinte y dos quilates.

24 Tejos. Pedazo de oro en pasta.

25 Taes. Moneda de plata en el imperio de China, equivale a unos 10 reales de vellón.

Y en dicha petaca se halló otro baulito de maque //<sup>438v</sup> sin tapadera y dentro del parecieron y se contaron otros cincuenta texos de oro, que pesados por el dicho balanzario hubo en todas ellos un mill taes y en ellos faltan veintitres reales del dicho peso y ser su lei segura lo que dexo dicho sargento mayor ser de veinte y dos quilates.

Y también se halló en la dicha petaca otro baulito de xapón del mismo porte que los de antes, a donde abierto tubo dentro otros cinquenta texos de dicho oro de a veinte taes cada uno, que pesados de tres en tres, se hallaron en todos ellos un mill dos taes y seis reales de peso de la misma lei que los antecedentes.

Y en dicha petaca, se halló una caxita de madera pequeña que quebrada por no tener llave, se hallaron dentro veinte i cinco texos de oro de propio tamaño que los antecedentes y pesados por dicho balanzario hubo en ellos quinientos taes de a diez R[cale]s cada uno.

Ytten se halló en d[ic]ha petaca otra caxita de madera con su cerradura y llave que abierta, aparecieron en ella otros dies y ocho texos d[e] oro del mesmo porte que pesados hubo trescientos y sesenta taes y medio de la d[ic]ha de lei.

Ytten se halló asimismo en d[ic]ha petaca otra caxita pequeña y dentro de ella otros cinco texos de oro de a veinte taes cada uno que hacen cien taes de d[ic]ha de lei.

Ytten más una cadena de oro de quince bueltas, su hechura de resplandor que pessada por dicho balanzario, tubo veinte y nueve taes y nueve reales.

Ytten [ade]más una cadena de oro de quince bueltas, su hechura de resplandor que pessada por d[ic]ho balanzario tubo veinte y nueve taes y nueve Reales.

Ytten [ade]más otra cadena de oro de tres bueltas algo mas gruessa que la anterior y de la misma hechura, que pesaron doce taes de la lei, que parecerá del toque cuando le hiciere el fiel contrate.

Ytten [ade]más se halló en dicha caxuela en dos atados, una abotonadura de oro su hechura de filigrana con sus extremos de resplandor, que pesada se hallaron tener veinte taes y cinco R[cale]s de peso de la lei que se expressara en la certificación que dexa el fiel contrate.

Y en este estado por ser tarde y las nueve oras de la noche //<sup>439r</sup> d[ic]ho señor oydor mandó çerrar en la prosecución del dicho embargo de bienes para proseguir otro día, en el y que todos los texos de oro cadenas y botonaduras según y como esta inventariado se entregue al contado Don Mateo de Arçeo Juez Contador o oficial R[ca]l de estas ysas y al Capitan Juan de Santivañez valanjario [sic] de la R[ca]l caja, para que luego al punto se meta todo en las arcas de tres llaves de su cargo por vía de embargo para los efectos que del R[ca]l servicio conbengan por via de depossito hasta que por esta R[ca]l audiencia otra cossa se provea y mande y de la entrada de ello darán certificación los jueces oficiales reales para que se ponga con estos autos y en todo tiempo conste y en execución de lo rreferido el dicho contador lo recibió pessado a su satisfacción y de la de d[ic]ho valanzario y en presencia de mi el escrivano de que doy fee y los demás vienes mando d[ic]ho señor oydor se entreguen al capitán Diego de Palencia para que los tenga en su poder en deposito, sin acudir con ello a persona alguna hasta que por dicha R[ca]l audi[enci]a otra cossa se provea y mande pena de que lo pagara de sus vienes lo que en otra manera executar y como se le fueren haziendo, los entriegos otorgara depossitos y [...] em forma para la cuenta que biere que de dar, y estando el susodicho presente quedo y fee conosco. Recivio la otra petaca y baulitos vacíos por vienes embargados, del otro m[aes]tre de campo Don Diego Salcedo para los tener en depossito [sic] asta [sic] que otra cossa se provea y mande a que se obligó em forma so las penas en que caen e incurren los depósitos que no acuden con los depósitos que se le encomiendan y lo formó juntamente con dichos señores oydor y fiscal y sargento mayor D. Thomas de Castro y Andrade, que asistió al dicho embargo por lo que toca a dichos vienes como criado allegado y secretario de cartas que fue de d[ic]ho m[aes]tre de Campo Don Diego de Salcedo, siendo tes[tig]los el Doctor Don Diego de Cartagena y

Pantoxa, thess[orer]o de la Sancta Igleſcia Cathedral, el licenciado Don Geronimo de Leyba, presvitero y Geronimo [Mandap], Licenciado Montemayor, Doctor Corcuera, Don Matheo de Arçeo, Don Thomas de Castro y Andrade ante mi Thomas de Pa-//<sup>439v</sup> lenzuela y Zurbarán escrivano publico y de su Magestad.

(*Al margen:*) 2. Imbent[ari]o embargo de vienes [*sic*] del M[aes]tro de campo.

En la ciudad de Manila, en onze días del mes de octubre de mill seiscientos y sesenta y ocho años, d[ich]o Señor oydor en virtud de la d[ich]a comisión por ante mi el escrivano y tes[tig]los con asistencia del señor fiscal de su majestad y del contador de la real hacienda capitán Don Matheo de Arçeo y Guzman y del Capitan Diego de Palencia y del sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade, como persona que asiste por la del m[aes]tro de campo Don Diego de Salcedo, presso por el Santo Oficio de la Inquisición, prosiguen en el embargo de vienes del susodicho que se declararon en las cassas Reales que fueron de su morada y estaban en el aposento de su recamara y se hizo en la forma y manera siguiente.

Primeramente, una cadena de oro redonda de su hechura de cadeneta que pessada por el capitán Diego de Santivañez valanzario de la R[ea]l Casa hubo veinte y ocho taes menos por un Real de peso.

Ytten tres bueltas de cadena de oro de la misma hechura y forma que la antecedente y pesaron ochenta taes.

Ytten en otra cadena de oro hechura de filigrana de eslabones forma de [...] que pessa treinta taes menos un real.

Ytten otra cadena de oro hechura de filigrana redonda hechura de canutillos, que pesó a otros treinta taes menos un real.

Ytten otra cadena de oro hechura de filigrana y alcaparrones que pesso veinte y quatro quilates menos un real.

Ytten mas otra cadena de oro gruesa de la mesma hechura de canutillos y filigrana, que pesó cinquenta taes y seis reales.

Ytten otra cadena de oro de la misma hechura, de canutillo y filigrana algo más delgada que pesó treinta taes y d[ich]o sargento D[oct]or Don Thomas de Castro y Andrade, declaró ser esta cadena y las demás antecedentes de lei de veinte y dos quilates.

Ytten otra cadena de oro redonda de esclavones su hechura plana con guarniss[i]on de filigrana de indio que pesso catorce taes y ocho reales.

Ytten otra cadena de oro delgada de esclavoncillos su hechura de filigrana, que pesó nueve taes y nueve reales.

Ytten una botonadura de oro embutida de [...] //<sup>440r</sup> que tiene cien botones y como esta con su cinta berde, pesó siete taes y seis reales.

Ytten una banda de esclavones de oro hechura de filigrana que pesso quarenta y ocho taes y seis reales que dixo dicho sargento mayor ser de la dicha lei de veinte y dos quilates.

Ytten otra cadena de oro de diez bueltas delgadas hechura de resplandor, que pesó treinta y ocho taes y dos tomines.

Ytten otra cadena de oro de otras diez bueltas de la misma hechura, que pesó veinte taes.

Ytten otra cadena de oro de nueve bueltas de la misma hechura, que pesó treinta y quatro taes.

Ytten otra cadena de oro su hechura de resplandor de quatro bueltas, que pesó nueve taes y seis reales.

Ytten otra cadena de oro de una buelta de la mesma hechura de resplandor algo gruesa, que pesó diez taes.

Ytten otra cadena de oro redonda hechura de filigrana esclavonada con unas rosillas de d[icha] filigrana, que pesó veinte y tres taes.

Ytten otra cadena de oro de la misma hechura de dos bueltas, que pesó veinte y quatro taes.



Ytten otra cadena de oro de una buelta de la misma hechura, que pesó treinta taes.

Ytten otra cadena de oro de la propia hechura algo mas delgada, que pesó diez taes y dos tomines.

Ytten otra cadena de oro hechura de vejuquillo de diez bueltas, que pesó diez y nueve taes y quatro reales.

Ytten otra cadena de oro de diez bueltas también su hechura de bexuquillo, que pesó diez y nueve taes y quatro reales.

Ytten otra cadena de oro de bejuquillo delgado de veinte y tres bueltas, que pesó veinte y dos taes y ocho reales.

Ytten otra cadena de oro de la misma hechura de quince bueltas, que pesó diez y siete taes y siete reales.

Ytten otra cadena de oro de la dicha hechura de bexuquillo de doce bueltas, que pesó once taes y siete reales.

Ytten otra cadena de oro de bexuquillo algo gruesa de diez bueltas, que pesó diez y nueve taes y medio.

Ytten otra cadena de oro de dos bueltas de dicha hechura de bexuquillo, que pesó quatro taes y real y medio. //<sup>40v</sup>

Ytten una buelta de cadenilla de oro su hechura de resplandor, que pesó dos taes y quatro reales y medio.

Ytten otra buelta de bexuquillo de oro, que pesó tres taes y siete reales.

Ytten otra cadena de oro de seis bueltas de esclavocillos de oro de filigrana con extremos de dicho oro, que pesó siete taes y siete reales.

Ytten otra cadena de oro de esclavones de resplandor redonda de una vuelta, que pesó diez taes.

Yttem en otra cadena de oro de una buelta su hechura de resplandor, que pesó tres taes y ocho reales.

Ittem otra buelta de bexuquillo de oro, que pesó dos y medio.

Ytten otra cadena de oro de una buelta su hechura de filigrana de yndio y pendiente della un relicario de d[ich]o oro llano, que con él, pesó cinco y seis reales.

Ytten otra cadena de oro de una buelta redonda de esclavoncillo, que pesó veinte taes.

Ytten otra cadena de oro de seis bueltas su hechura de resplandor, que pesó doce taes.

Ytten otra cadena de oro de treinta buelta su hechura de bexuquillo, que pesó veinte y nueve taes y ocho reales.

Ytten otra cadena de seis bueltas también de bexuquillo, que pesó cinco taes y nueve reales.

Ytten otra cadena de oro de onze bueltas echura de bexuquillo, que pesó nueve taes y medio.

Ytten otra cadena de oro de veinte bueltas su echura de esclavoncillos muy chicos y de filigrana, que pesó diez y ocho taes.

Ytten otra cadena de oro de doce bueltas su hechura de bexuquillo, que pesó once taes y quatro reales. //<sup>41r</sup>

Ytten otra cadena de oro de diez bueltas de hechura de bexuquillo, que pesó diez taes.

Ytten otra cadena de oro de diez bueltas su hechura de bexuquillo, que pesa quatro taes.

Ytten otra cadena de oro de doce bueltas que su hechura es de bejuquillo y pesó doce taes.

Ytten otra cadena de oro también de bejuquillo de otras doce bueltas, que pesó otros doce taes.

Ytten otra cadena de oro de eslaboncillos hechura de filigrana de tres bueltas, que pesó ocho taes y siete reales.

Ytten otra cadena de oro de una buelta [dijo] cuadrada, que pesó siete taes y siete reales.

Ytten otra cadena de oro de veinte y nueve bueltas hechura de yndio muy menuda, que pesó cinco taes y dos reales y medio.

Ytten otra cadena de oro de quatro bueltas hechura de resplandor y pendiente un relicario de oro su hechura de coraçon con veinte y un diamantillos, digo veinte y dos que pessado como esta tubo trece taes y dos tomines.

Ytten otra cadena de oro de veinte bueltas su hechura de resplandor, que pesó ochenta y siete taes y quatro tomines.

Ytten otra cadena de oro de otras veinte bueltas y de la mesma hechura, que pesó setenta y siete taes y ocho reales.

Ytten otra cadena de oro de otras veinte bueltas y de la mesma hechura de resplandor, que pesó ochenta y tres y cinco reales.

Item otra cadena de oro de la misma hechura y de otras veinte bueltas, que pesó setenta y nueve taes.

Ytten otra cadena de oro de la misma hechura que las antecedentes y de otras veinte bueltas, que pesó setenta y seis taes.

Ytten otra cadena de oro de la misma hechura de otras veinte bueltas, que pesó ochenta y quatro taes y ocho reales.

Ytten un baulito de maque de xapón pequeñito y dentro de él se hallaron cinquenta tejos de oro que pessaron todos un mill taes menos ocho reales.

Con lo qual por ser tarde dadas las doce del medio día y quedó en este estado este imbentario y embargo para prosseguir a la tarde y de los assi inventariados d[ic]ho //<sup>441v</sup> señor oydor mandose metta en la real caxa a cargo de los jueces oficiales reales de estas Islas y en su execución el d[ic]ho contador don Matheo de Arzeo, el Balanzario de la Real caxa capitán Juan de Santibañez, lo recibimos las dichas preçeas de oro y texos pessadas a sus satisfacción para tenerlas en buena guardia y custodia debaxo de las tres llaves de su cargo, por vía de depositos hasta que esta real audiencia otra cossa provea y mande según y en la forma que se dispuso por el primer embargo e imbentario del día antecedente a éste y de la entrada en dicha caxa real darán certificación y se pondrá en estos auttos para que en todo tiempo conste y la firmaran dichos señores oidores y fiscal y conttador juntamente con dicho sargente mayor Don Thomas de Castro y Andrade siendo testigos, el Almirante Don Francisco Alfonso de Vizcarra, el capitán Diego de Palencia y el Padre fray Juan de Panes y otras muchas p[er]sonas que se hallaron al dicho imbentario, Lizenciado Montemayo, Doctor Corcuera, Don Matheo de Arzeo, Don Thomas de Castro y Andrade, ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano publico y de su majestad.

(*Al margen:*) [...] Imbent[ari]o embargo de vienes [*sic*] del M[aes]tro de campo don Diego de Salcedo.

En la ciudad de Manila, en el dicho día mes y años dichos señores oydor y fiscal estando en las cassas reales de palacio en el quarto de la vivienda que fue del maestro de campo Don Diego de Salcedo gobernando estas yslas con asistencia del dicho conttador de la real hacienda y del sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade por ante mi el escrivano prosiguió en el d[ic]ho imbentario y secuestro de bienes mandado hacer por la d[ic]ha R[ea]l audiencia en la forma y manera siguiente.

Primeramente, diez y ocho texuelos redondos de oro de diferentes porttes, que pessaron ciento y noventa y cinco y dos //<sup>442r</sup> tomines.

Ytten cinco taes y siete tomines de oro de un atado de botones su hechura que llaman de madroño.

Ytten trece bueltas de de oro delgado, que pessaron doce taes y quatro reales.

Item diferentes pedazos de de oro en un papel que pessaron como estan diez taes y ocho reales.

Ytten otra cadena de bexuquillo de oro de siete bueltas, que pesa once taes.

Ytten una buelta de cadena de oro su hechura de resplandor, que pessa quatro taes y ocho reales.

Ytten otra buelta de cadena de oro de resplandor, que pesa tres taes y un real.

Ytten una manilla de pejemillien<sup>26</sup> engarzados en oro.

Con lo qual por ser tarde quedo en este estado el dicho imbentario para proseguir otro día al secuestro de los demas vienes y d[ic]ho señor oydor mando que todas las preças incluidas en este imbentario se metan en la real caxa por vía de deposito a cargo de los jueces oficiales reales de estas islas para que los tengan a orden de los señores de la real audiencia dellas y que otra cossa se mande y dela entrada darán testificación para que se ponga en estos auttos. Y que en todo tiempo conste y dichos señores lo firmaron juntamente con los capitanes Don Jossep Manuel de la Vega y Don Matheo de Arceo y Guzman Thessorero y contador de dicha Real hacienda que se hicieron cargo de las dichas preças y darán cumplimiento [sic] a lo que assi se ordena y tambien lo firmó dicho sargento mayor Don Thomas de Castro siendo testigos, el thess[orer]o de la Sancta Iglesia Cathedral Doctor Don Diego de Cartagena Pantoxa y el Licenciado Don Gerónimo de Leyva, Comisario del Sancto Officio de la Provincia de Ylocos y el capitán Don Nicolás Muñoz de Pamplona, alcalde hordinario de esta dicha ciudad, Licenciados Montemayor Doctor Corcuera, Don Jossep Manuel de la Vega, Don Matheo de Arceo, Don Thomas de Castro y Andrade ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano público y de su majestad. /

En la ciudad de Manila, en doce del mes de //<sup>42v</sup> octubre de mill seiscientos y sesenta y ocho dichos señores oidor y fiscal, estando en las cassas reales de palacio en el quarto de la vivienda del dicho M[acs]tro de campo Don Diego de Salcedo, gobernador que fue de estas yslas con asistencia del dicho contador de la real hacienda y del sargento mayor Don Thomas de castro y Andrade por ante mi escrivano, prosiguió en el imbentario y recuento de vienes mandado hacer por la dicha real audiencia en la forma y manera siguiente:

Primeramente, se inventariaron dos palanganas de diferentes hechuras y una alzadera siete platonos los quatro de ellos grandes y los tres medianos, una plantón y otros seis mas pequeños, diez flamenquillas, cuarenta y nueve platillos de los ordinarios, tres salvillas llanas con si pie, cada una, y la una de ellas mayor, y otras dos bandexillas escaroladas, un escalfador, dos xarros de Pico, con sus tapaderas, una orinadera, y otro xarro de pico pequeño hechura de xapón, diez escudillas pequeñas con asas y tapaderas y una pila pequeña para agua bendita, cinco candeleros dos pebeteros, una espaviladera con su tixera y los candeleros con sus arandelas; un [taller] chiquito que tiene un salero sin tapadera con quatro pinzas, doce cucharas, onze tenedores, una bandexita parabuyo, una casuela cuadrada que todas las dichas piezas en esta parttida incluidas son de plata y pessadas por el balanzario de la real caxa, capitán Juan de Santibañez tubieron trescientos y cinquenta marcos.

Ittem un [hongote] de coco con su tapadera pie y guarnición de platta hechura de filigrana y en medio una piedra bessar engarzado en oro, que pesó como esta un marco y una onza.

Ytten una petaca pequeña de madera guarnecida por de fuera de bexuco con su cerradura y llave en que estava la platta labrada de la partida antecedente.

Ytten una alcachofa grande de platta, que pesó quarenta y nueve marcos.

Ytten un taller grande de plata con once piezas en que se incluye la vandexa en que se sientta, que pesó treinta y ocho marcos y seis onzas. //<sup>43r</sup>

Ytten dos [alacrances] con veinte y quatro candeleros chiquittos con que guarnecen todas las dichas piezas de platta pessaron cuarenta y nueve marcos y cinco onzas.

26 Peje Muller. Pez mujer. Algunas partes de su anatomía se tallaban para realizar todo tipo de objetos, ya que era parecido al marfil.

Ytten quatro candeleros pequeños de triangulo los pies con una arandela tres tixeras de espabilar; tres thenedores [*sic*] y una cuchara; una campanilla; una escudilla con sus asas y tapadera pequeña dos perfumadores chiquitos hechura de xapón, un jarro de pico con su tapadera labrado de dicha hechura de xapón y cinco vaços pequeños todas las dichas piezas de plata, que junttas pessaron diez y nueve marcos.

Ytten un platón, dos plattos medianos y otros dos más pequeños que junttos pessaron veinte y cinco marcos y son de platta.

Ytten un [armazca] chiquita para catresito de plata su hechura de filigrana, que pesó como esta doce marcos y cinco onzas.

Con lo qual por ser tarde quedo en este estado el dicho embargo e imventario de vienes para prosseguir en los demás que hubiere y dicho señor oidor mando que toda la dicha platta labrada según y como queda inventariada aquí se metta y lleve a la real caja de la hacienda y se entregue a los jueces oficiales de la real hacienda capitanes Don Josseps Manuel de la Vega y Don Matheo de Arzeo y Guzmán tesorero y conttador que están pressentes para que la tengan en depossito a orden de los señores de la real audiencia de estas islas hasta que por ella otra cossa se provea y mande y dichos oficiales reales en su execución recibieron toda la dicha platta labrada en presencia de dicho señor oidor y de mi el escrivano de que doy fee y se mando se ponga en estos auttos certificación de la entrada en dicha caza real para que en todo tiempo conste y lo firmaron siendo testígos el capitán Diego de Palencia depossitario nombrado para que en su poder estén los vienes que se fueren inventariando del dicho maestro de campo Don Diego Salcedo el capitán Don Juan de Robles Cortes y el almirante Don francisco Alfonso de Viscarra [...] del S[ant]o oficio de la Inquisición y alguacil de esta villa; Montemayor; Doctor Corcuera; Don Josseps Manuel de la Vega; Don Matheo //<sup>443v</sup> Don Thomas de Castro y Andrade ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escribano público y de su majestad.

(*Al margen:*) 3. Imbent[ari]o embargo de vienes (*sic*) del M[aes]tro de campo don Diego de Salcedo.

En la ciudad de Manila, en dicho día doce de octubre de mil seiscientos y sesenta y ocho años estando en las dichas cassas reales de palacio dicho señor oidor en execussion de dicha comisión con asistencia de dicho señor fiscal y de los dos jueces oficiales reales capitanes Don Josseps Manuel de la Vega y Don Matheo de Arzeo y el sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade que asista e estos embargos por lo que toca al dicho m[aes]tro de campo do Diego de Salcedo prosiguió en el dicho recuento de vienes en la manera siguiente:

Primeramente, una escrivanía de quatro caxones con su cerradura y llave embuttida en guesso [*sic*] y dentro de ella lo siguiente.

Ytten setenta y nueve botones grandes de oro su hechura de filigrana pessados por el balanzario de la real caja, Capitán Juan de Santibañez tubieron nueve .

Ytten una botonadura pequeña de oro su hechura de filigrana, que pesó cinco y siete reales y medio.

Ytten setenta y nueve botones de oro su hechura de madroño, que pessaron seis y tres tomines.

Ytten otra botonadura de oro de botones pequeños su hechura de filigrana, que pesó seis y quatro reales.

Ytten una cadena de oro redonda muy delgada con unos casquillos de manera de botón, que pesó dos y siete reales y medio.

Ytten un tinttero y una salvadera de plata medianos con sus tapaderas que ambas piezas pessaron dos marcos y quatro onzas.

(*Al margen:*) entregada toda esta ambar a los [...] autto de d[í]cha R[ea]l Aud[ie]ncia.

Ytten cuatro marcos y seis ochavos de ambar gris.

Ytten siete coquillos para polvos con sus guarniciones de filigrana de oro los tres de ellos de [pile] y los quatro de calabassa.

Ytten sesenta cuentas de corales gruesos en dos hilos.

Ytten una escrivanía de un caxon de evano con su cerradura y llave y cantoneras de fierro que abiertta se hallaron en ella veinte y seis rossarios y tres decenarios de [peze muller] todos y un atado de quantas de dicho genero. // <sup>44r</sup>

Ytten cinco bastones gruesos los quatro de ellos con sus casquillos por ambos cavos de oro su hechura de filigrana y el otro con su casquillo abaxo y en el de arriba otro grande de en forma de caxita también de oro.

Ytten cinco basos de unicornio los dos de ellos con su guarnición de oro de filigrana y pie los otros dos llanos los vasos con sus pies de dicho oro de filigrana y el otro también con su pie de oro y en medio del vaso una piedra vessar<sup>27</sup> pequeña con su guarnición de dicho oro de filigrana los quales vazos y partidas de bastones los recibio el capitán Diego de Palencia de deposit[ari]o nom[bra]do .

Ytten una salvilla y vernegal<sup>28</sup> de oro y en medio del una piedra vessar pequeña engarzada en oro esmaltado que ambas piezas pessaron cuarenta y dos que se las llevo a cargo el dicho capitán Diego de Palencia como tal deposit[ari]o .

Con lo que por ser tarde quedo en este estado el dicho recuento e imventario de vienes y las cadenas y bottones y tinttero y salvadera contenidos en seis partidas de este imventario después de la primera partida asentada en el dicho señor oidor mando se lleven a la dicha Real caxa para que se metta en ella a cargo de dichos jueces oficiales reales que las recibieron para dar certificación de su entrada y que en todo tiempo conste que dicho capitán Diego de Palencia se hizo cargo de las demás partidas de generos vasos de unicornio bastones y de la salvilla y vernegal de oro y de lo demás que queda imbenttarado, en ese para tener a cargo y dar cuenta dello cada que esta Real audiencia lo mande y dichos señores lo formaron con dicho jueces oficiales Reales sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade y capitán Diego de Palencia siendo testigos el capitán Don Juan de Robles capitán Manuel Guerrero y el padre fray Juan de Panes; Montemayor; Doctor Corbera; Don Joseps Manuel de la Vega; Don Matheo de Arzeo; Diego de Palencia; ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano público y de su majestad.

(*Al margen:*) 6. Imbent[ari]o y embargo de vienes del M[aes]tro de campo don Diego de Salcedo.

En la ciudad de Manila, en trece de octubre de mil seiscientos y sesenta y ocho años estando en la // <sup>44v</sup> dichas cassas reales de palacio dichos señor oidor en execución de la d[ic]ha comisión con asistencia de d[ic]ho señor fiscal y de los dos jueces oficiales reales capitanes, Don Josseps Manuel de la Vega y Don Matheo de Arzeo y Guzmán y el sargento maior Don Thomas de Castro y Andrade, que asiste a estos embargos por lo que toca a dicho Maestre de campo Don Diego de Salcedo y del capitán Diego de Palencia como depositario nombrado a ellos prosiguió en el dicho recuento de vienes en la manera siguiente:

Primeramente, catorce tecomates de coco para chocolate con sus pies tapaderas y guarnición de plata hechura de filigrana los ocho de ellos llanos y los seis con [guiaos] en la guarnición.

Ytten un tecomate grande para beber agua con su pie tapadera asas y guarnición de oro hechura de filigrana y en medio una piedra vesar con la guarnición de oro y un paxarillo encima.

27 Bezoar. Concreción calcúlosa que suele encontrarse en las vías digestivas y en las urinarias de algunos mamíferos, y a la que se atribuyeron propiedades curativas.

28 Bernegal. Taza para beber, ancha de boca y de forma ondeada.

Ytten otros tres tecomates de coco para beber agua con sus pies tapaderas y guarnición de platta de filigrana de dos de ellos prietos cobiertos de plata por dentro.

Ytten siete barquillos de concha de nacar los seis de ellos con sus pies y guarnición de plata hechura de filigrana y el otro con su pie y guarnición de oro de filigrana con una piedra vesar chiquita engarzada de oro.

Ytten cuatro vasos de unicornio los tres de ellos con sus pies y guarnición de platta de filigrana y el uno dellos chiquito y el quarto con su pie y guarnición de dicho oro de filigrana.

Ytten un reloj de oras y cuartos dentro de una caxita con su cerradura y llave y la cubierta de badana<sup>29</sup> colorada.

Ytten una caxa de madera amarilla de la Yndia con su cerradura llave y cantoneras de bronce que abierta se halló en ella los siguiente:

Ytten una casaca de terciopelo negro con guarnición de punta grande de hilo de platta fina con cincuenta y seis botones grandes de hechura de filigrana y de platta. //<sup>445r</sup>

Ytten otra casaca de dicho terciopelo negro forrado en sayas, sayas blanca con ciento once botones medianos de plata hechura de filigranas usados.

Ytten un calsón de chamelote<sup>30</sup> azul con cincuenta y dos botones de plata de dicha hechura de filigrana usado.

Ytten una banda listada con sus puntas de oro [...] por los cavos y guarnecida de otras puntas mas pequeñas.

Ytten un bestido calssón con su cassaca y taxali<sup>31</sup> de estameña<sup>32</sup> de francia con alamares<sup>33</sup> de seda y sus botones de entorchado de dicha seda todos usados.

Ytten un calssón de estameña forrado en grana con botones.

Ytten un calsón con su taxali de chamelote amuco guarnecido de punttas de hilo de plata con veinte y ocho botones de dicha plata de filigrana.

Ytten otro calsón con mangas y taxali de lana de Francia su color amuco<sup>34</sup> y plateado con botones de escarchado usado y con su guarnición todo de punttas grandes de oro.

Ytten dos calssones negros uno de chaúl<sup>35</sup> y el otro de Damasco ambos usados y el de Damasco con su cassaca del mesmo y [...] y sin botones.

Ytten un calssón y jubón de chamelote color verdegay<sup>36</sup> mangas con guarnición de plata fina y los calssones sin botones y los de la dicha cassaca de seda negra usado.

Ytten un baúl pequeño de maque de Xapón de tres quarttas de largo con su cerradura vacío.

Ytten un calssón y cassaca de chamelote su color verdegay forrado en tafetan encarnado usado y sin botones.

Ytten un taxali del vestido antecedente guarnecido todos de punta de platta.

Ytten otro calssón y casaca de chamelote cavellado<sup>37</sup> usado con su guarnición de punta negra sobre lana sin botones algunos.

---

29 Badana. Piel curtida y fina de carnero u oveja.

30 Camelote. Tejido fuerte e impermeable, generalmente de lana.

31 Tahalí. Tira de cuero, ante, lienzo u otra materia, que cruza desde el hombro derecho por el lado izquierdo hasta la cintura, donde se juntan los dos cabos y se pone la espada.

32 Estameña. Tejido de lana, sencillo y ordinario, que tiene la urdimbre y la trama de estambre.

33 Alamar. Presilla y botón, u ojal sobrepuesto, que se cose, por lo común, a la orilla del vestido o capa, y sirve para abotonarse, o meramente para gala y adorno o para ambos fines.

34 Musco, ca. De color pardo oscuro.

35 Chaúl. Tela de seda de China, comúnmente azul, semejante al gro en el tejido.

36 Verdegay. De color verde claro.

37 Cabelladoda. De color castaño con visos.

Ytten un baulito pequeño de mas de una tercia de largo de maque de Xapón con su cerradura y dentro del otro más pequeño del mismo género y dentro de este segundo otro chiquito con su cerradura y todos vacíos.

Ytten un calson y cassaca con su taxali de chaúl negro guarnecido todo de punta grande de seda negra //<sup>445v</sup> sobre lama forrada en saya, saya blanca nueva sin botones algunos.

Ytten otro calssón y cassaca de dicho chaúl negro muy usado forrado en dicha saya, saya blanca sin botones. /

Ytten un caxón de narra con su cerradura y llave y con toreras de fierro que abierto se hallaron en el los géneros siguientes:

Ytten cuatro tecomates de coco para chocolate con sus pies y guarnición de platta llana.

Ytten un frutero grande de [...] amarillo y atado con sedas de colores usados.

Con lo qual por ser tarde, quedó en este estado el dicho embargo de vienes para proseguir en al al la tarde y de los agora inventariados dicho señor oidor mandose en-/treguen a dicho capitán Diego de Palencia para que los tenga en depossito hasta que pos los señores de la real audiencia otra cossa manden y el dicho capitán se hizo cargo de ellos para dar cuenta cada que se le pida y mande por dichos señores so las penas en que caen [...] en los depósitos que no acuden con los depósitos que se les encomiendan y lo firmó con dicho señores oidores y fiscal y los dichos jueces oficiales reales por haberse y doy al socorro de la infantería no asistieron a dicho embargo por cuya razón no lo firmaron no ser necesario siendo testigos los capitanes Don Gonzalo de Samaniego Alfonso de Vizcarra alguacil mayor y secretario del Sancto Officio Licenciado Montemayor Don Thomas de Castro y Andrade Diego de Palencia ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano público y de su majestad.

*(Al margen:)* Auto

En la ciudad de Manila, en diez y nueve días de octubre de mil seiscientos y sesenta y ocho años estando en los reales estrados los señores presidente y oidores de la //<sup>446r</sup> real audiencia de las Islas Dixerón que por quanto estava entendiendo el señor oydor Don Francisco de Montemayor y Mancilla en el embargo de los vienes del M[aes]tro de campo Don Diego Salcedo gobernador y capitán y en el que fue de estas Islas cuya persona prendió el Sancto Oficio de la Inquisición y dicho señor oydor se halla en el puerto de Cavite embargado para que se prosiga en dicho embargo davan comisión al señor Doctor Don Francisco Corcuera y Mejía fiscal de su Magestad que lo continuara según y como el dicho señor oidor lo podia y devia hacer y assi lo proveyeron y señalaron y al pie de este auto estan dos rubricas que parecen ser de los señores oidores y mas abaxo esta una firma entera que dice Juan López Perea.

*(Al margen:)* Imbent[ar]io del M[aes]tro de campo don Diego de Salcedo.

En la ciudad de Manila, en diez y nueve días del mes de octubre de mil seis cientos y sesenta y ocho años con asistencia del señor Doctor Don francisco Corcuera y Mejía, fiscal de esta Real audiencia de estas Islas en virtud del orden y comission de los señores de dicha real audiencia de estas otra parte y con asistencia del sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade como perssona que asiste a dicho embargo de vienes por lo que toca al dicho de M[aes]tro Campo Don Diego Salcedo y del capitán Diego de Palencia depossitario nombrado de los vienes de dicho embargo se fueron inventariando los vienes y entregándolos al dicho capitán Diego de Palencia en la forma y manera siguiente:

Primeramente, un centillo<sup>38</sup> de oro esmaltado de negro con treinta y cinco tachones<sup>39</sup> y en cada uno dellos un diam[an]te, fondo mediano con tres piezas grandes y en el passador

38 Cintillo. Sortija pequeña de oro o plata, guarnecida de piedras preciosas.

39 Tachón. Tachucla grande, de cabeza dorada o plateada, con que suelen adornarse cofres, silleras y otros objetos.

nueve diamantes assi mismo fondos con una piedra (...) mayor que los demás en medio, y en la hevilla otro nueve diamantes fondos el del medio mucho mayor su hechura de rossa y en la contera otro once diamantes los nueve de ellos fondos y el del medio tabla cuadrado y en la punta de dicha contera un diamante rossa triángulo en punta, y el oro de d[ic]hos tres piezas el uno sin esmalte alguno. //<sup>446v</sup>

Ytten otro centillo con cuarenta tachones o piezas pequeñas de oro esmaltado de negro y en cada uno un diamante menos que los antecedentes fondo con tres piezas grandes passador hebillas y contera y en dicha hevilla nueve diamantes más pequeños que los del antecedente el del medio mayor que los demás y en la contera once diamantes assi mismo fondos y el del medio mayor que los demás y el del medio mayor todas las dichas tres piezas esmaltadas en negro.

Ytten otro centillo de oro que tiene cincuenta y nueve tachones de oro llano en cada uno un diamante delgado prolongado y tres piezas de ocho centillo passador de hevilla y contera de dicho oro llano y en el passador tiene trece diamantes delgados y algo pequeños y el del medio algo mayor y en la hevilla tiene once diamantes pequeños triangulos y en medio uno tabla algo cuadrado y por todos hacen once y en la contera tiene trece diamantes delgado y el del medio algo mayor y todos delgadas tablas.

Ytten otro centillo de oro llano que tiene cinquenta y dos tachones de dicho oro llano y en cada uno un diamantillo fondo pequeños y en el passador hevilla y contera tiene y dicho passador tiene diez y nueve diamantes assi mismo pequeños y el del medio algo maior y dicha hevilla tiene veinte y tres dichos diamantillos fondos el del medio algo mayor y la contera tiene otros diez y nueve diamantes assi mismo fondos y el del medio algo mayor y todo de dicho oro llano.

Ytten una gargantilla de oro esmaltado de negro que tiene veinte y dos piezas que los diez de ellas con //<sup>447r</sup> diez diamantes delgados medianos y la pieza grande del medio de dicha gargantilla con un diamante tabla y los diez restantes de las entre piezas de dicha gargantilla con diez diamantillos pequeños que todos ellos hacen veinte y dos piezas.

Ytten una caxuela su hechura de filigrana de oro que peso con un pedasso de terciopelo que tiene dentro ocho y quatro reales y en ella unos sarcillos de oro esmaltado de negro su hechura el broquel con forma de media luna y en el nueve diamantes los seis dellos fondos y los tres triangulos chiquittos y a la pieza de abaxo en el diamante uno dellos dos de ocho diamantes rosillas en punto que en ambos sarcillos ay y tienen setenta y ocho diamantes de la calidad referida.

Ytten una caxa de filigrana de platta pequeña que con dos pedazos de terciopelo que estavan dentro pesó cinco tae y nueve reales y dentro della unos sarcillos de oro esmaltado de negro su hechura el broquel a manera de rossa y la pieza de abaxo de la mesma hechura y en dicho broquel tiene siete diamantes rossa medianos y en la pieza de abaxo diez diamantes digo once los nueve de ellos rossas grandes como los de dicho broquel y los dos chiquitos delgados y en dicho sarcillo ay y tiene siete pinjantes con siete piedras rossas como las referidas y un diamantillo que abraza broquel y pieza y en ambos dichos sarcillos ay cinquenta y dos diamantes de los referidos.

Ytten una caxuela redonda de plata de filigrana, que pesó seis y un real y dentro della una rossa de oro esmaltada de negro su hechura con doce medios lassos y en cada uno siete diamantes pequeños rossas y en medio una pieza a manera de rossa que tiene nueve diamantes rossas el del medio grande y pos la de a fuera tiene veinte y quatro diamantillos pequeños rossas y todo ello pesso siete y un real y medio //<sup>447v</sup> y dichos diamantes suman todos ciento y siete.

Ytten una caxita de oro redonda su hechura de filigrana pequeña, que pesó un tae y nueve reales y dentro de ella una rossa de oro esmaltada de diferentes colores que tiene ochenta y cinco diamantillos delgados y pequeños y pesso dos y tres reales y medio.



Ytten una caxetilla pequenita de filigrana de oro, que pesó dos taes y quatro reales y dentro della un lasso de oro esmaltado de blanco y otros colores que tiene veinte y cinco diamantes delgados grandes y pequeños los dos de ellos rossas y el uno del medio algo mayor.

Ytten una benera de oro llano del habito de Sanctiago, y un retrato de una muger y en el serco de él, ciento y dos diamantes delgados y pequeños con una buelta de cadena de oro su hechura de resplandor que como esta pesó ocho taes menos Real y medio.

Ytten una caxita de oro su hechura de filigrana cobada, que pesó un tae y seis tomines vacia.

Ytten una caxita redonda de oro su hechura de filigrana, que pesó un tae y quatro reales y dentro de ella una rossa assi mismo de oro llano que tiene ciento y veinte y siete diamantillos chiquitos y delgados y el del medio maior rossa.

Ytten seis hilos de perlas gruesas los dos mayores digo más largas que las otras que pessaron once onzas dentro de una caxita de maque su hechura de Paypay.

Ytten una cruz de oro esmaltado de negro y en ella veinte y tres diamantes los seis dellos mayores y los otros chiquitos y delgados que peso un tae y tres reales escasos.

Ytten otro cruz de oro esmaltado de negro que tiene diez y siete diamantes delgados y pequeños su hechura con peana que pesso siete reales.

Ytten otra cruz de oro esmaltado de negro //<sup>48r</sup> que tiene siete diamantes delgados los cinco dellos tablas y los dos rossas medianos y pesó cinco reales.

Ytten otra cruz de oro esmaltado de diferentes colores que tiene otros siete diamante delgados y algo largos que pesso con una limilla encarnada, un tae.

Ytten una caxuela de plata su hechura de filigrana cuadrada y dentro de ella lo siguiente y dicha caxuela pesso con un enrejado de terciopelo carmesí, catorce taes.

Ytten una sortixa de oro mialada su hechura de una texa con veinte diamantes fondos unos mayores que otros.

Ytten otra sortija de oro llano su hechura de rossa que tiene siete diamantes los seis de ellos delgados y el del medio fondo.

Ytten otra sortija de oro esmaltado de negro su hechura de rossa con diez y nueve diamantes pequeños y delgados los unos tablas y los otros rosillas y el del medio fondo.

Ytten otra sortija de oro llano su hechura de rossa que tiene siete Diamantes los seis de ellos delgados y el del medio fondo.

Ytten otra sortija de oro esmaltada de negro su hechura de lasso, com veinte y cinco diamantes los veinte y dos de ellos pequeños y delgados, y los tres del medio, los dos de ellos fondos y el otro rossa.

Ytten otra sortija de oro llano su hechura de rossa con veinte y un diamantillos pequeños y delgados.

Ytten otra sortija de oro llano que tiene seis diamantes rossas los quatro grandes y los dos pequeños.

Ytten otra sortija de oro llano su hechura de rosa con ocho diamantes fondos pequeños.

Ytten otra sortixa de oro llano su hechura cuadrada con nueve diamantes fondos el medio mayor que los demás. //<sup>48v</sup>

Ytten otra sortixa de oro llano su hechura también de rossa con nueve diamantes pequeños también rossas.

Ytten otra sortixa de oro llano su hechura rossa con otros nueve diamantes pequenitos fondos.

Ytten otra sortixa de oro llano también su hechura rossa con siete diamantes pequeños rossas.

Ytten otra sortija de oro llano su hechura de rossa con siete diamantes fondos pequeños.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado de negro su hechura cuadrada con nueve diamantes los quatro dellos delgados y algo largos y los otros quatro triangulos y chiquitos y el del medio mayor fondos.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado de negro su hechura de un lasso con veinte y un diamantes los veinte de ellos chiquittos y el del medio algo grande rossa.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado de negro su hechura también de lasso con veinte y siete diamantillos delgados y pequeños y el del medio algo mayor.

Ytten otra sortija de oro llano su hechura assi mismo de lasso con veinte y quatro diamantillos chiquitos tablas y uno en medio rossa mediano.

Ytten una sortija de oro esmaltado de negro con un diamantillo pequeño fondo.

Ytten otra sortixa de oro llano con un diamante fondo mediano algo larguillo.

Ytten otra sortija de oro llano assi mismo con un diamante fondo pequeño cuadrado.

Ytten otra sortija de oro llano con un diamante mediano rossa.

Ytten otra sortixa de oro llano con un diamante fondo mediano algo prolongado.

Ytten otra sortixa de dicho oro llano con un diamante fondo cuadrado con unas [garrillas] en el engaste.

Ytten otra sortija de oro llano su hechura con un diamante rossa a manera de almendrilla. //<sup>49r</sup>

Ytten otra sortixa de oro esmaltado de negro con un diamante fondo algo cuadrado y mediano.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado de negro con otro diamante fondo como el antecedente algo menor.

Ytten otra sortixa de oro llano con otro diamante fondo pequeño.

Ytten otra sortixa de oro llano con un diamante rossa mediano.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado de negro con un diamante fondo mediano y cuadrado.

Ytten otra sortixa de oro llano con un diamante rosa grande.

Ytten otra sortixa de oro llano con otro diamante rossa prolongado menor que la antecedente.

Ytten otra sortixa de oro llano que tiene un diamante fondo mediano algo prolongado.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado de entre que tiene un diamante rossa algo grande.

Ytten otra sortixa de oro llano con un diamante fondo mediano algo prolongado.

Ytten otra sortija de oro llano que tiene un diamante fondo algo grande cuadrado.

Ytten otra sortixa de oro llano con otro diamante fondo grande algo prolongado.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado su hechura de una garra con un diamante fondo en medio.

Ytten otra sortixa de oro llano con un diamante tabla prolongado.

Ytten otra sortixa de oro llano con un diamante fondo algo prolongado.

Con lo qual por ser tarde quedo en este estado el dicho embargo de vienes para prossiguir a la tarde y en los de mas que restan y dicho capitán Diego de Palencia se hizo cargo de todo lo referido aque para tenerlos en deposito hasta que por la real audiencia otra cossa se provea y mande a que se o- //<sup>49v</sup> bligó con su perssona y vienes con poderes a dichos señores y lo firmo juntamente con dicho señor fiscal y sargento siendo testigos el almirante Don Francisco Alfonso de Vizcarra, alguacil maior y secretario del sancto oficio el doctor, Don Diego de Cartagena Pantoja, Don Gerónimo de Leyva y otras muchas perssonas que se hallaron pressentes, Doctor Corcuera, Don Thomas de Castro y Andrade Diego de Palencia ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escribano publico y de su majestad.

(*Al margen:*) Imbent[ari]o embargo de vienes de d[ich]o M[aes]tro de campo.

En la dicha ciudad de Manila, en dicho día mes y años sobre tarde como a las tres oras della aviendo venido a estas cassas reales dicho señor fiscal a prossiguir dichos embargos de vienes por ante mi el escrivano (maior) y con asistencia del sargento maior Don Thomas de Castro y Andrade se fue haciendo el dicho embargo de vienes y entregandolo al dicho

capitán Diego de Palencia como depositario nombrado dellos y se hizo en la forma y manera siguiente:

Primeramente, un bernegal y salvilla de oro que la salvilla pesso cuarenta y seis taes y tiene en medio una esmeralda grande xaquelada y por borla diez y seis rubies pequeños con us garras y el bernegal pesó treinta y ocho taes y tres reales y dentro del dicho bernegal una rossa grande de oro de filigrana y en ella veinte y ocho esmeraldas grandes y chiquitas y dichos rubies grandes con sus garras y otros veinte rubies chiquitos con sus garras de oro y junto a una piedra vesar que tiene en medio otros ocho rubies con dichas garras y la dicha piedra vessar esta guarnecida con veinte y ocho granos de aljófar<sup>40</sup> en cuadro y por remate sobre dicha piedra dos perlas grandes que hace una forma de calabaza y en dicha rossa veinte y quatro granos de dichas perlas y diez y seis granos de corales y a los lados de dicho vennegal dos zafiros y otras dos piedras mayores que lo parecen y por son la de las asas //<sup>450r</sup> el dicho vernegal treinta y ocho granos de aljófar.

Ytten una escrivanía con puertas de quatro gavetas de hebano embuttida en guesso con cerradura llaves y cantoneras y dentro della se halló lo siguiente:

Ytten una caxita cubierta de baqueta colorada y dorada y dentro se halló lo siguiente: una sortija de oro llano su hechura a manera de plumera que tiene treinta y dos diamantes pequeños y delgados.

Ytten otra sortija de oro llano su hechura de lasso con diez y siete diamantes delgados y algo grandecillos.

Ytten otra sortixa de oro llano su hechura de rossa que tiene nueve diamantes delgados medianos.

Ittem otra sortija de oro esmaltado en negro su hechura de rossa con diez y nueve diamantillos pequeños delgados.

Ytten otra sortixa de oro llano su hechura redonda con siete diamantillos rossas pequeños.

Ytten otra sortixa de oro que parece haver estado esmaltado su hechura a manera de rossa que tiene nueve diamantes los cinco dellos delgados y pequeños los quatro mayores y fondos.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado pequeña que tiene nueve diamantillos pequeños y fondos.

Ytten otra sortixa de oro esmaltado de negro con un diamante pequeño rossa.

Ytten una sortixa de oro esmaltado de entro con un diamante rossa mui grande alguna cossa prolongada.

Ytten otra sortija de oro esmaltado de negro remendada por el anillo con un diamante grande cuadrado de alto pavellón.

Ytten una petaquilla de bejuco negro con su cerradura de platta y en ella se halló una cruz de oro en mal esmaltado de negro con diez diamantes los quatro decellos rosillas y los otros quatro triángulos y dos de los brazos delgados y algo larguillos, que pesó cinco reales.

Ytten seis granos de perlas del tamaño de avellanas la una de ellas guarnecida de dos casquillos de oro.

Ytten otros doce granos de dichas perlas menores de las referi //<sup>450v</sup> das y mayores que garbanzos.

Ytten otros seis granos de dichas perlas menores que las antecedentes perlas y las dos partidas antecedentes todas por agujerar y todas juntas pessaron una casa y una ochava.

Ytten una rossa de oro esmaltado en forma de plumero con veinte y quatro rubies algo grandes de algunos y otros pequeños y por horla trece granos de aljófar, que pesó un taes y tres reales y medio.

---

40 Aljófar. Perla de forma irregular y, comúnmente, pequeña. Conjunto de perlas de esta clase.

Ytten un centillo de oro con una correa negra de terciopelo que tiene setenta y cinco tachoncillos de oro llano chiquittos su hechura a manera de estrellas y en cada uno un grano de aljófar y una pieza quadrada de dicho oro llano cuadrada y en ella trece granos de dicho aljófar algo mayores y como es la pesó dos taes y dos reales.

Ytten una santilla con cuarenta y cinco botones de filigrana de oro, que pessaron con dicha santilla cinco taes y dos reales.

Ytten cinco rosarios que parecen ser de calambreo guarnecidos de oro de filigrana, que todos pessaron ocho taes y seis reales.

Ytten cuatro brazaletes de quantas de pejemuller medianas guarnecidas de oro, que pessaron tres taes y dos reales.

Ytten un casquillo de oro su hechura de indio y seis pedassillos de texillos de oro basso y una buelta de cadena de oro de bejuguillo quebrada de diferentes pedasillo y un botón de oro pequeño, todo junto pesó quatro taes y tres reales.

Ytten un pedasso de guesso enbuelto en un papel que dice ser de un marttir de xapón.

Ytten un agnus dei guarnecido encinta de lana azul con su vidrieras.

Ytten se halló en un aparador las piezas siguientes: nueve salvillas de plata de filigrana mediana embuttidas //<sup>451r</sup> de guesso que pessaron ciento cuarenta y tres taes y dos reales.

Ytten dos bandejas pequeñas de plata de filigrana con sus pies que pessaron cuarenta taes.

Ytten un pañuelo de plata de filigrana para cubierta de dichas bandexas, que pesó diez y seis reales.

Ytten una cajuela redonda de dicha plata de filigrana, que pesó ocho taes y un real.

Ytten otra cajita redonda menos que la antecedentes de dicha plata de filigrana, que pesó siete taes y un real.

Ytten dos caxuelas ochavadas de dicha plata de filigrana, que ambos pessaron veinte y un y seis reales.

Ytten otra caxetilla redonda de dicha plata de filigrana, que pesó cinco taes y nueve reales.

Ytten dos baulitos de dicha platta de filigrana con su cerraduritas y llaves pendientes de cadenillas de plata, que como esta ambas pessaron treinta y nueve taes y seis reales.

Ytten dos baulitos pequeños uno mayor que otro de dicha platta de filigrana, que ambos pessaron diez y ocho taes y tres reales.

Ytten dos bandexitas con sus pies quadaradas de dicha platta de filigrana, que ambas pessaron veinte y quatro taes y seis reales.

Ytten dos jarros de Pico de plata y hechura de xapon con sus tapaderas y ambos pesaron treinta y seis taes digo veinte y seis taes y ocho reales.

Ytten doscientos y veinte y quatro botones de oro de filigrana amelonadas, que pessaron veinte y un taes y siete reales.

Ytten un baulito de platta de filigrana con su cerradurita y llave pendiente de una cadenita de dicha platta, que pesó cuarenta y seis taes y quatro reales.

Item ciento y siete botones de filigrana de oro que pessaron doce taes.

Ytten un baulito de filigrana de platta con su cerradura y llave pendiente de una cadenita de plata, que pesó cinquenta y quatro taes.

Ytten doscientos y cinquenta y dos botones de oro su hechura de madroño, que pessaron veinte y cinco taes y dos reales.

Ytten un baulito de dicha platta de filigrana con la //<sup>451v</sup> cerradura y llave pendiente de una cadenitta, que pesó cinquenta y quatro taes.

Con lo qual por ser tarde dadas las avermaría quedó en este estado el dicho embargo de vienes para prossiguir otro día y en las demás que restan y dicho capitán Diego de Palencia, se hizo cargo de los referido aquí para tenerlos en depossito hasta que por la dicha real Audiencia otra cosas se provea y mande a que se obligó con su perssona y vienes con poderío a dichos

señores y lo firmo juntamente con dicho señor fiscal y sargento mayor siendo testigos el almirante Don Francisco Alfonso de Vizcarra, Alguacil maior y secretario del sancto officio, el doctor Don Diego de Cartagena Pantoja, Don Geronimo de Leyva y otras muchas perssonas que se hallaron pressentes, doctor Corcuera, Diego de Palencia, Don Thomas de Castro y Andrade ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano público y de su majestad.

*(Al margen:)* Imbent[ari]o

En la ciudad de Manila, en veinte días del mes de octubre de mil seiscientos y sesenta y ocho años con asistencia del señor Doctor Don Francisco Corcuera y Mejía Fiscal de esta real audiencia de estas Islas en virtud del orden y comisión de los señores de dicha real audiencia de estas Islas y con asistencia del sargento maior Don Thomas de Castro y Andrade como perssona que asiste en dicho embargo de vienes por lo que toca al dicho Maestre de Campo Don Diego de Salcedo y del Capitán Dego de Palencia depositario nombrado de los vienes de dicho embargo se fueron inmbenttariando los vienes y entregandolos al dicho capitán Diego de Palencia en la forma y manera siguiente:

Primeramente una caja pequeña de maque de //<sup>452r</sup>Xapón con su cerradura y goznes de cobre de una bara poco menos de largo media de ancho y otra media de alto y dentro della se halló lo siguiente:

una cadena de platta de filigrana su hechura de esclavones redondos y chattos, que pesó veinte y tres taes.

Ytten dos leones pequeños de oro de filigrana sentados con sus peanas de dicho oro y de las bocas pendientes dos bolitas de dicho oro de filigrana, que ambos como están pessaron veinte y un taes y seis reales y medio.

Ytten cincuenta y nueve piedras bessares chicas y grandes, que pessaron todas juntas treinta y tres taes y tres reales.

Ytten una piedra bessar grande maior que un guevo de patto guarnecida y toda cubierta de filigrana de platta, que como esta pessó cinco taes y siete reales.

Ytten otra piedra bessar a obada del tamaño de un guebo de patto guarnecida de oro de filigrana embuttida de mayates, que pesó como esta cuatro taes y dos reales.

Ytten otra piedra vessar grande redonda y chatta, que pessó dos taes.

Ytten seis piedras vessares de color de accitunas de diferentes hechuras y tamaños, que dixeron ser de machín<sup>41</sup> y pessaron todas tres taes.

Ytten otra piedra vessar de la hechura de un tommatte mediano que dizen ser de machín, que pesó dos taes y seis reales.

Ytten un pedasso de cangrejo de piedra quaxada de camboja para contras de en fermedades.

Ytten una piedra negra redonda de puercoespín grande, que pesó un taes y tres reales.

Ytten una piedra besar del color de aceyttunar que es de machín guarnecida de oro esmaltado de diverssas co- //<sup>452v</sup>lores y sobre ella un paxarito de dicho oro, que pesó un taes y dos reales y medio.

Ytten una piedra redonda del tamaño de una castaña y de su color, que pesó un taes escasso.

Ytten otra piedra vessar pequeña chatta guarnecida de filigrana de plata, que pesó ocho reales.

Ytten diez y siete coquillos de piles labrados guarnecidos con sus verrillas asientos y bocas de oro de filigrana.

Ytten dos coquillos pequeños negros de coco guarnecida de oro con sus verrillas tapas y asientos de oro de filigrana.

---

41 Machín. Mono.

Ytten un rossario de calabuco con su cruz todo guarnecido de filigrana de oro, que pesso dos y dos reales.

Ytten otro rossario de coral con su cruz guarnecido y engarzado de oro de filigrana con una pomitta de ambar que como esta, pesó dos taes y ocho reales.

Ytten un decenario de calabuco con su cruz en garzado y guarnecido de oro de resplandor con una sortixa de dicho oro llana, que pesó quatro y quatro reales.

Ytten otro decenario de bufalo con su cruz de los mismo todo guarnecido y engarzado de oro y en cada quentta quatro cristales pequeñitos en forma de relicario y una sortixa de dicho bufalo cubiertta de filigrana de dicho oro que como están pesó dos y cinco reales.

Ytten tres decenarios con sus cruces todos de pejemullier guarnecidos y engarssados de filigrana de oro que como están pessaron diez y ocho reales.

Ytten un rossario de cinco misterios de dicho pexemullier con la cruz de lo mismo engarzados los cinco extremos y la cruz con filigrana de oro.

Ytten un relicario de filigrana de oro con dos vidrieras y en la una parte una ymagen del Sancto Eccehomo y en la otra de Nuestra Señora del Populo, que como esta pesó quatro taes y tres reales.

Item un par de estribos bridones enchalanados y dorados. //453r

Item una caxuelita de maque de Xapón de media bara de largo que sirve de almojada con su cerradura y goznes de cobre dorado.

Ytten un basso con su pic de cristal de una tercia de largo en forma de barquillo.

Ytten otro bazo en forma de barco maior que la antecedente de cuerno de abada<sup>42</sup> con su pic y berrilla de plata llana.

Ytten un baúl de maque de Xapón de una bara de largo y media de alto y otro media de ancho con su cerradura y goznes de este segundo otro baul de ma misma calidad y dentro del tercero otro baulito assi mismo de dicha calidad y dentro del quarto otro pequeñito de manera que por todos son cinco cuerpos y todos vacíos.

Ytten un hasta [*sic*] de unicornio grande y gruessa de más de tres tercios de largo.

Ytten treinta colmillos de pexemullier entre grandes y pequeños.

Ytten un Niño Jesús de marfil de una tercia de alto con un Mundo de dicho marfil en su mano.

Ytten otro Niño Jesús de dicho marfil de una quarta de alto.

Ytten un San Juan de marfil pequeño de menos de un jeme de largo, su hechura dormido con la mano en la boca.

Ytten una ymagen de Nuestra señora del Rossario con un niño en los brazos de marfil todo poco menos de tres quartas de largo y tres serafines de dicho marfil para la peana. Ytten un Niño Jesús de marfil de dos tercias de largo.

Ytten una hechura de Christo crucificado con sus brazos de dicho marfil de poco menos de una bara de largo.

Ytten quatro vandejas de tres cuartas de largo de macán<sup>43</sup> dorados enchalanadas de colorado y negro.

Ytten dos hechuras del Bueno y malo ladrón de marfil de más de tres cuartas de largo. //453v

Ytten dos brazos gruesos de marfil de tres quarttas de largo que dizen son para hacheros.

Ytten una pettaca de madera aforrada de bexuco por de fuera blanco colorada y negro con su cerradura y llave y goznes de fierro y dentro della se hallo lo siguiente.

---

42 Abada. Rinoceronte.

43 Macao.

Quince sobrecamas cameras grandes de sarassa fina de barios colores que tiene a quatro baras de largo y tres baras y media de ancho.

Con lo qual por ser tarde quedo en este estado el dicho embargo de vienes para proseguir a la tarde y en los demas que restan y dicho capitán Diego de Palencia se hizo cargo de todo lo referido aquí para tenerlos en depossito hasta que por la dicha Real audiencia otra cossa se provea y mande a que se obligo con su perssona y vienes con poderio a dichos señores y lo formo juntamente con dicho señor Fiscal y sargento mayor siendo testigos el Almirante Don Francisco Alfonso de Vizcarra, Alguacil maior y secrettario del Sancto Oficio, el Doctor Don Diego de Carttagena Pantoja y Don Gerónimo de Leyva y otras muchas personas que se hallaron pressentes Doctor Corcuera Don Thomas de Castro y Andrade Diego de Palencia ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano público y de su majestad.

(*Al margen:*) Decimo Imbent[ari]o

En la ciudad en dicho día mes y año sobre tarde como a las tres oras de ella haciendo venido a estas cassas reales dicho señor fiscal a proseguir dichos embargos de vienes por ante mi el escrivano y testigos y con asistencia del sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade por lo que toca a dicho Maestre de Campo Don Diego Salcedo se fue haciendo el dicho embargo de vienes y entregando al dicho capitán Diego de Palencia como depositario nombrado de ellos y se hizo en la forma y manera siguientes: //<sup>44r</sup>

Primeramente un Niño Jesús de marfil de poco menos de una bara de alto con una peana de ebano con quatro pirámides todo embutido en guesso.

Ytten otro Niño de marfil de poco más de una tercia con una peana de ébano llana.

Ytten una hechura de san Juan dormido sobre un peñasco de madera con unos ramos de marfil como dicha hechura que es de una quartta.

Ytten otra hechura digo dos hechuras de marfil una maior que otra de san Juan dormido, cada qual sobre un risco de dicho marfil labrado de diferentes hechuras y molduras con unos ramos a modo de árboles.

Ytten un catrecillo dorado de macan de madera y en él un colchón pequeño de damasco [...] con una almoadá y dos asericos de saraza blanca.

Ytten otro catre de madera colorado y enchalánado con cavezas de barandilla y en el dos traspunttines<sup>44</sup> de saya, saya azul celeste con una almohada y acerico de saya, saya. Ytten doce tibores de lossa de China grandes y seis limetas de dos basijas también grandes de d[ic]ha lossa.

Ytten una escrivania de maque de Xapón con seis gavetas y en una dellas dos casitas de maque larguittas dentro de ellas que son a modo de tabernáculo dorado por de dentro una figura en cada uno que parecen ser de ydolos la una de madera prietta y la otra de madera sobre dorada las que las dichas dos caxitas se las llevo el dicho Reverendo Padre Comissario.

Ytten una escrivanía de dos puertas con ocho gavetas de maque de Xapón vacía son cossa alguna.

Ytten un armario de madera grande con sus puertas con tres caxones abaxo en que estavan algunos trastos de los referidos.

Ytten un baúl de maque de Xapón de bara y media de largo con cerradura y cantoneras de cobre dorado (vacío sin cosa alguna). //<sup>45v</sup>

Ytten una frasquera de madera colorada de sedro barrada de fierro con cerradura y llave de bara y quarta de largo y mas de una tercia de alto y ancho y en ella doce frascos de vidrio los quatro de ellos llenos de vino de Castilla.

---

44 Traspuntín. Asiento suplementario y plegadizo que hay en algunos coches. Cada uno de los colchones pequeños, por lo general en número de tres, que se ponían atravesados debajo de los colchones de la cama.

Ytten otra frasquera como la referida con catorce frascos llena de dicho vino.

Ytten otras dos frasqueras como las referidas con catorce frascos cada una la una de ellas vacia y la otras con seis frascos llenos de dicho vino.

Ytten otra fresquera con quince frascos de vidrio los nueve llenos de vino de Castilla y los otros vacíos.

Ytten otras frasquera con diez frascos de vidrio vacíos.

Ytten otra frasquera con quince frascos vacíos.

Ytten otra frasquera con otros quince frascos estos vacios los cuales y los de las tres antecedentes todos con su brocaletes de estaño.

Ytten otra frasquera de narra enchalanada de verde con cerradura llave y cantoneras doradas con doce frascos como los referidos vacios.

Ytten un escritorio de maque de Xapón de una bara de largo media de ancho y dos tercios de alto con cerraduras y goznes de cobre con diez y seis gavettas y en ellas varios papeles de que dicho Reverendo Padre Comissario se hizo cargo para llevarlos a la sala del despacho del Sancto oficio para reconocerlos según estilo della.

Ittem otro escritorio de maque de Xapón con dos puertas de más de dos tercios de alto tres cuartas de largo y media bara de ancho con llave cerradura y goznes de cobre dorado y en el no se halló cossa alguna.

Ittem un pie de dicho escritorio de évano con molduras. //<sup>455r</sup>

Ittem d[í]ch]os pie de escritorio de narra llano.

Ytten una caxuela de madera colorada con goznes y cerradura de fierro de tres cuartas de largo dos tercios de ancho y una de alto y avierito, se halló dentro della la custodia que el Señor Don Sevastián Hurtado de Corcuera governador y capitán general de estas Islas hizo imbentario por sus vienes la qual siempre a pasado en poder de los jueces oficiales reales en las arcas del Gov[ie]rno real de su cargo y todos los años la visitan y reconocen los señores de la real audiencia la qual oy se halla en el quarto y morada del dicho Don Diego de Salcedo y estando pressentes el capitán Juan de Santibañez balanzario de las caxas reales las reconoció y dixo ser la mesma que queda referida y que no esta cossa alguna de lo que consta por el cargo que de ella se esta hecho a dichos jueces oficiales Reales y dicho Reverendo Padre Comissario en presencia del Señor Doctor Don francisco de Corcuera y Mejía del consejo de su majestad y su fiscal de dicha real audiencia le entregó al dicho valanjarío para que la metta en las arcas reales y entriegue centificación de haverla recibido dichos oficiales reales al dicho depositario capitán Diego de Palencia para que se ponga con los autor y siempre conste.

Ytten un bufete pequeño de narra de bara y quarto de largo llano.

Con lo qual ser tarde dadas las avemarias quedo en este estado el dicho embargo de vienes para proseguir otro día y en los demas que se restan y otro Capitán Diego de Palencia se hizo cargo de lo referido aquí para tenerlos en deposito hasta que por la dicha Real audiencia otra cossa se provea y mande a que se obligo con su perssona y vienes con poderío a dichos señores y lo firmó juntamente con dicho señor fiscal y sargento mayor siendo testigos el almirante Don francisco Alfonso de //<sup>455v</sup> Vizcarra Alguacil y secretario del sancto officio el Doctor Don Diego de Cartagena Pantoja, Don Gerónimo de Leyva y otras muchas perssonas que se hallaron presentes Doctor Corcuera, Don Thomas de Castro y Andrade Diego de Palencia ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano público y de su majestad.

(Al margen:) 11. Imbent[ari]o y embargo.

En la ciudad de Manila, en veinte y dos días del mes de octubre de mil seiscientos y sesenta y ocho años con asistencia del señor Doctor Don Francisco Corcuera y Mejía fiscal de esta Real audiencia de estas islas en virtud del orden y comisión de los Señores de dicha Real audiencia de diez y nueve del corriente mes y año y con asistencia del sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade por lo que toca al dicho M[ae]stro de campo Don Diego



Salcedo se fue haciendo el dicho embargo de vienes y entregándolo al dicho Capitán Diego de Palencia como despossitario nombrado dellos y se hizo en la forma y manera siguiente.

Primeramente, una petaquilla de bara de largo de madera y por de fuera de bejuco blanco y negro forrada con su cerradura y llave quebrada y dentro della lo siguiente.

Primeramente, una sobre cama de tarlinga nueva con sus puntas y encajes de hilo blanco de algodón.

Ytten otra sobre cama de carlinga nueva forrada con seda de matices en puntas de dicha seda.

Ytten otra sobre cama nueva de carlinga también bordada alrededor con labores grandes de seda de matices y con puntas grandes con su encaje de dicha seda.

Ytten otra sobre cama de [monteasa] de la India, toda matizada la bordadura de seda de colores con sus fluecos y a forma de tafetán amarillo nueva.

Ytten una caja grande de mantón de Japón con su cerradura y llave y dentro de ella lo siguiente. //<sup>45r</sup>

Ytten ocho [fistolas] flamencas las dos dellas grabadas de una hechura las otras dos también gravadas de blanco y las quatro llanas.

Ytten un frasquillo de marfil para polvora su hechura de pexe.

Ytten un espadín y un aderezo de fierro con su daga, ojas bairas y conteras muy usados ambos adereços.

Ytten una pieza de tavi<sup>45</sup> azul y morado con rossas de hilo de oro que medida tubo diez y siete baras media.

Ytten una pieza de peñasco de lana o pelo de camello de color morado con aguas que medida tubo veinte y una baras.

Ytten tres ceñidores de seda de la Persia de varios colores y cada uno de tres baras y media.

Ytten dos piezas de rassillo de Tanquín<sup>46</sup> de color lacar de a diez baras.

Ytten una pieza de espumilla de seda de color lacar de ocho baras.

Item otra pieza de dicho rassillo Tanquín de las mesmas baras y color.

Ytten otra pieza de espumilla como la antecedente y de las mesmas baras.

Ytten tres corttes de tornasol [...] azul y morado de seda de a diez baras y media cada una.

Ytten una pieza de terciopelo negro de cantón de quatro baras y media.

Ytten un pedasso de damasquillo celeste y plattedo de seda de diez baras.

Ytten ocho baras de terciopelo verde en dos pedazos.

Ytten un pedazo de terciopelo listado de la Persia con cinco baras y media.

Ytten un pedazo de lana encarnada y oro de una bara de ancho y cinco baras y media de largo.

Ytten otro pedazo de lana encarnada y oro con flores de seda morada y verde de una bara de ancho y cinco baras y una cuarta de largo. //<sup>45v</sup>

Ytten dos piezas de capechuela de seda verde con flores de oro de Cantón de a trece baras y media cada una.

Ytten una pieza de rassillo azul con flores de oro de seda de Cantón con trece baras y media.

Ytten otra pieza de rassillo de seda azul de cantón mosqueado de oro de la mesma bara que las antecedentes.

45 Tabí. Tela antigua de seda, con labores ondecadas y que forman aguas.

46 Nanquín. Tela fina de algodón, de color amarillento, muy usada en el siglo XVIII y aún en el XIX, que se fabricaba en la población china del mismo nombre.

Ytten una sobrecama camera de [moteria] de la India bordada de amarillo con sus flecos y borlas de seda blanca y amarilla forrada con tafetansillo amarillo.

Ytten otra sobre cama blanca de algodón brocada toda con seda de matices con flecos y borlas alrededor de dichas sedas de matices forrada en tafetansillo naranjado nuevas.

Ytten un ceñidor de seda colorada blanca de Persia con tres baras de largo.

Ytten otros tres ceñidores de seda listada las labores de diferentes colores de a tres baras de largo.

Ytten quatro sobre messas las dos de sazaya y las otras están matizadas de colores sin aforro [*sic*].

Ytten otra sobre cama de saraza son aforro [*sic*] que parece a servido y tiene agujeros.

Ittem un tabor de lossa pequeño con su tapadera y en él sesenta [buyes] de almiscle muy unido que pessados ubo en ellos tres libras y media menos dos ochavas.

Ittem una caxuela de madera que avierta se halló dentro un tablero de ebano embuttido en guesso blanco con tres peones de marfil.

Ittem un tapete angosto de poco menos de quatro baras de largo nuevo.

Ittem un escritorio de maque de Xapón con dos / puertas con ocho gavetas con sus cerraduras y goznes dorados que abierto se halló estar vacío.

Ytten otro escritorio de dicho maque como la antecedente con sus goznes y cerradura de cobre plateada y con su caja de pino en que esta que vistas las gavetas estan vacías.

Ytten otro quatro escritorio de dicho maque como los antecedentes con sus goznes y cerradura de cobre cada qual dentro de una caja de pino cuyas gavettas se hallaron vacías.

//<sup>457r</sup>

Ytten un baulitto pequeño de dos tercias de largo y dentro del otros dos mas pequeños todos de maque con sus goznes de cobre dorado y todos vacíos.

Ytten otro baulito pequeño y dentro del otro mas chico y dentro de este otro de maque vacíos en su caja de pino.

Ytten dos baúles digo quatro de maderas de pino forradas en baqueta de cuero blanco con sus barrettas cantoneras y dos cerraduras de fierro cada uno de media carga de una bara de largo cada uno.

Con lo qual por ser tarde quedo en este estado el dicho ymbentario y embargo de vienes para proseguir a la tarde y los demás que parecieren pertenecer a dicho Maestre de campo y los assi inventariados el dicho capitán Diego de Palencia, como tal depositario nombrado otorgo recibo y el dicho entrega fue en precencia mia de que yo el escrivano doy fee y se obligo a tenerlos en deposito hasta que por los señores de dicha Real audiencia otra cosa se mande y lo firmo juntamente con dicho señor fiscal y sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade, siendo testigos, el Almirante Don Francisco Alfonso de Viscarra Alguacil mayor y secretario del sancto oficio el capitán /

Don Juan de Robles y otras muchas personas, Doctor Corcuera, Don Thomas de Castro y Andrade Diego de Palencia ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano público y de su majestad.

(*Al margen:*) Imbent[ari]o del d[ich]o M[ae]stro de campo.

En la ciudad de Manila, en veinte y dos días del mes de octubre de mil seiscientos y sensata y ocho años por ante mi el escrivano y tstigos y con asistencia de Jorxe Rodríguez Agente del real fisco que el señor fiscal embio en su lugar a asistir a este imbentario y con asistencia del sargento mayor Don Thomas de Castro y Andrade por parte del dicho Maestre de Campo Don Diego Salcedo y el capitán Diego de Palencia depositario nombrado a dichos vienes se prosiguió en los que restan en estas cassas Reales de Palacio y se hallan en la despensas que tenía en los entresuelos en la esquina de dichas caxas Reales a espaldas de la sala de dicha Real audiencia y son los siguientes:

Primeramente, veinte y nueve tinaxas de china con cavo negro cerradas y oreadas que dixerón los criados ser todas de vino de Castilla y al parecer estan llenas. //<sup>457v</sup>

Ytten dos tinaxas de china embejucada la una abiertta llena de agua de canela al parecer pasada y la otra cerrada y breada y según dixerón dichos criados es de dicha agua de canela.

Ytten otra tinaxa de china con cavo negro cerrada y breada llena de aceite de castilla.

Ytten dos [martabanas] de Passí con cavo negro llenas ambas de cacao la una de la costa y la otra de su [chitepeque].

Ytten un fardo con cincuenta y tres terlingas tañidas de cavellado de a seis baras cada uno.

Ytten nueve colmillos de marfil pequeños.

Ytten una fardo con veinte y dos cambadas de a diez baras escasas ellas ordinarias.

Ytten sesenta caxoncillos de pino y en cada uno un tiorcillo de bar[r]jo llenos de vino de Xapón .

Ytten seis tanceles de caña cerrados llenos de xabón de Bisaya de más de a bara de largo y media de ancho y alto cada uno.

Ytten dos mettates<sup>47</sup> y una mano de la nueva Esp[añ]a.

Ytten quatro tinaxas pequeñas de china llenas de conserba de balimbines y lastres y la una de santtor.

Ytten veintte y un tibores de los ordinarios los quatro los demas chicos y otro muy pequeño y todos con diferentes generos de conserva unos llenos y otros la mittad vacíos de los quales son dos chiquitos de lossa de china.

Ytten una martabana grande vacía de Passi.

Ytten cinco tinaxas vacías las tres de china y las dos de Passi.

Ytten otras siete tinaxas las quatro dellas de china y una de ellas aforrada en gamiutto negro y las tres de Passi vacías.

Ytten tres tibores grandes de lossa de china con sus tapaderas cerradura y llave vacíos.

Ytten ocho xamones de castilla o pernils.

Ytten dos quessos de Flandes redondos.

Ytten dos tinaxas de China la una dellas llena de passas y la otra la mittad secas y demas calidad. //<sup>458r</sup>

Ytten una frasquera pequeña de doce frascos de vidrio vacios los cinco y los siete dellos llenos de azeyte de castilla.

Ytten otras frasquera vieja con dos frascos de vedrio desyguales y vacios.

Ytten una [heringa] de estaño con su cavo de palo.

Ytten una barril pequeño con quatro asas de fierro de aceitunas empezado a gastar.

Ytten tres tiorcillos chiquittos de lossa con especies de comida.

Yttem nueve escudillas pequeñas para chocolate y quatro porcelanitas todo de lossa de China con dos cubilettes de dicha cossa.

Yttem un platto de estaño redondo a modo de fuente de calaín con lavores en medio doradas.

Con lo qual se acavo el dicho imbenttario y embargo de vienes que avia en dichas cassas Reals de Palacio y que se an confiscado por el sancto oficio de la Inquisición por cuya parte el Reverendo Padre Fray Josseps de paternina Samaniego comisario del en estas yslas quien aprehendio los dichos vienes al tiempo que se llevo presso al dicho Maestre de campo Don Diego Salcedo metiéndolos debaxo de llaves en los aposentos altos de la vivienda y como se yba haciendo cada ymbenttario por ante mi su Paternidad lo fue haciendo por ante su

---

47 Metate. Piedra sobre la cual se muelen manualmente con el metlapil el maíz y otros granos. En España se empleaba para hacer el chocolate a brazo.

Nottario sancto oficio quedando todos los dichos vienes debaxo de guardos de infanteria española y cavos de ellas, por su parte puestos y por orden de la dicha real audiencia, y todos los así imbetariados los fue recibiendo el dicho capitán Diego de Palencia que se hizo cargo de ellos debaxo de dicho embargo como depositario nombrado por ambos tribunales y se obligo a tener en su poder hasta que otra cosa se le ordena y mande con su presencia y vienes y poderio queda a las Justicias que de ellos pueden y deven conocer cónsul misión a ellas y renunciaron de leyes en forma y lo formaron con todas las partes siendo testigos Don Juan de Alarcón y el Doctor Don Diego de Cartagena Pantoja //<sup>458v</sup> Jorge Rodríguez, Diego de Palencia ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano publico y de su majestad.

*(Al margen:)* Auto

En la ciudad de Manila, en cinco días del mes de noviembre de mil seis cientos sesenta y ocho años los señores Pressidente y oidores de la audiencia y chancillería Real de estas yslas Philipinas a cuyo cargo esta el gobierno político de ellas por haver sido presso por sen sancto oficio de la Inquissición el M[ae]stro de Campo Don Diego Salcedo Pressidente governador y cappitan general que era de estas yslas por caussa grave de la fee; Dixerón que por quanto a pedimiento del señor fiscal de su Magestad Doctor Don Francisco de Corcuera y Mejía el día de la dicha prisión por las caussas y razones que motivo en su escrito se mandaron embargar todos y cualesquiera vienes que apareciesen ser pertenecer al dicho M[ae]stro de campo en cualesquier partes que se hallasen y se cometieron al señor licenciado Don Francisco de Montemayor y Mancilla oidor de esta dicha Real audiencia quien principio a hacerlos de todos los vienes oro y joyas que se hallaron en estas cassas Reales luego que fue executada la dicha sion y respecto de que tenia dividida en diferentes partes y se cometieron los embargos al general Sebastián Rayo Doria, al capitán Don Nicolas Muñoz de Pamplona, Alcaldes ordinarios de esta dicha ciudad y a otros jueces y justicias que ejecutaron dicho embargo y por que estan divididos y separados unos de otros en poder de diferenes escrivanos y combiene al recivo de su Magestad se junten y acumulen todos con los embargos originales que sean fecho y an passado ante dicho seños oidor Don francisco de Montemayor y Mancilla por ante el presentte escrivano Público y nottario de las Yndias para lo qual mandavan y mandaron que los dichos Alcaldes ordinarios y demás escrivanos publicos y reales que hicieron dichos embargos y otros cualesquiera autos declaraciones o manifestaciones concernientes a ellos los escriban y entreguen luego y sin dilacion al presentte escrivano para que los yncorpore con los que ante el se an fecho y an passado. Para que anden debaxo de una cuerda y aya la cla //<sup>459r</sup> ridad que combiene y el escrivano receptor que despacha la secretaría de camara entreiegue assi mismo los pedimientos fechos por dicho señor fiscal y autos que *entran* de dichos embargos hubiere para el dicho efecto assi lo proveyeron mandaron y rubricaron al pie de este auto estan dos rubricas que parecen ser de los señores oydores de la audiencia de estas yslas Philipinas y mas abaxo estas una firma entera que dize ante mi Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano publico y de su majestad.

*(Al margen:)* [...]

En la ciudad de Manila, en siete días del mes de nobiembre de mill seiscientos y sesenta y ocho años yo el escrivano certifique el auto de esta foxa según se contiene a Augustín Delgado escrivano receptor de camara de ella en su persona por que que le toca y dixo que en su poder no paran ningunos pedimientos de los que se le mandan escribir y que tres peticiones de dicho señor fiscal presentto en las Real caja la una en [...] de que se hiciere valanze de las Reals caxas; Otra en que los jueces oficiales reales dieren certificación de las libranzas y la otras en que se despachasse ruego y encargo para que el presente comissario del santo oficio escribiere los papeles cedula reales libro de empaque y memorias y las entregue este respondiente proveidas y con el despacho de ruego y encargo a Jorge Rodríguez agente del Real fisco para que solicitase las diligencias y esto dio por su respuesta y lo firmo de todo

lo qual doy fee, Augustín delgado, Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano publico y de su majestad.

*(Al margen:)* [...]

En Manila, en ocho de nobiembre de mill seiscientos y sensata y ocho años yo el escrivano notifique el auto de esta foxa según se contiene al capitán Francisco de Guzman escrivano primero de los del [...] de esta ciudad por lo que toca y dixo que en su poder no paran mas autos que lo que se hizieron ante el capitán don Nicolas Muñoz de Pamplona, alcalde ordinario de esta dicha ciudad tocantes a las manifestaciones que se hicieron de vienes pertenecientes al M[aes]tro de campo Don Diego de Salcedo que son los que excrive en nueve foxas y quedan en poder //<sup>459v</sup> de mi el escrivano de todo lo qual doy fee Thomas de Palenzuela y Zurbarán escrivano publico y de su magestad.

*(Al margen:)* Nota al capitán D. Nicolás Muñoz de Pamplona.

En la ciudad de Manila, en diez días del mes de nobiembre de mill seis cientos y sensenta y ocho años yo el escrivano hize otra nottification como las antecedentes al capitán Don Nicolás Muñoz de pamplona alcade hordinario de esta dicha ciudad en su persona por lo que le toca y dixo que esta presto de entregar los autor que se le mandan y esto dio por su rrespuesta testigos el capitán Julio de Padilla escrivano manda por eyo que de ellos doy fee Zurbarán escrivano publico.

*(Al margen:)* Auto y decreto del govi[er]no

Con atención a que ay en este río y puerto de Cavite diferentes vaxeles que an venido al trato y comerçio de los Reinos circumbesinos y lee demas combeniencia llevar oro que plata por cuya razón tendrá de pressente mayor estimassion y de passar esta ocasion menoscavo en el precio por no haver quien le compre atento a ello los jueces oficiales reales les venderan en almoneda Real el oro que se an embargado al M[aes]tro de campo Don Diego de Salcedo al mayor precio que hallaren y su valor en Reales lo meteran en la Realcaxa con claridad y distincion para que conste Manila y octubre veinte y seis de mill seiscientos y sesenta y ocho años Y esta venta se ha de hazer con asistencia del señor fiscal de su magestad ut supra; al pic de este autto estan dos rubricas que parecen ser de los señores oydores de esta Real audiencia licenciados Don Francisco Coloma y Don Juan Manuel de la Peña Bonifaz y debaxo de ella una firma rubricada que dize Juan López Perea.

*(Al margen:)* respu[es]ta del S[eñ]or fiscal

El Fiscal de su magestad ha visto el decreto de V[uestra] A[lteza] despachado a los veinte y seis de octubre de este presente //<sup>460r</sup> año en que manda V[uestra] A[lteza] que los jueces o fiscales reales vendan en almoneda real con intervencion mia todo el oro que sea embargado al de m[aes]tro campo D. Diego salcedo al mayor precio que hallaren y su valor lo metan en reales en la Real caxa y dize que dichas venta siendo V[uestra] A[lteza] servido se debe suspender porque el dezia que los vaxeles que ay en esta ciudad les era de mas combeniencia el comprar dicho oro y asu magestad mas util, no tiene oy lugar respecto de aver pedido que dichos vaxeles se embarguen con todas sus haciendas por ser estrangeros a quien su magestad que Dios guarde tiene prohibido çessa dicha combeniencia y por ahora no ay neçessidad de dicho dinero tan urgentes y el oro en todo tiempo tendra su valor y salida V[uestra] A[lteza] mandara lo que fuere justia Manila diez de nobiembre de mill y seiscientos y senseta y ocho años Docttor Corcuera...

### Fuentes manuscritas

ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI]

*Filipinas*, 9, r. 3, n.º 40; 23, r. 8, n.º 26.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN [AGN]

*Inquisición*, Vol. 625, Exp. 4, fs. 436r–512r.

### Fuentes Impresas y Bibliografía

BERNAL, Rafael, *México en Filipinas. Estudio de una transculturización*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 1965.

CASAL, Gabriel *et al.*, *The People and Art of the Philippines*, Los Angeles, Museum of Cultural History, University of California, 1981.

FENG, Zhao, «El arte de la seda y arte sobre seda en China» en *China 5.000 años. Innovación y Transformación en las artes*, Bilbao, Guggenheim Bilbao, 1998, pp. 98–102.

GIL, Juan, *Los chinos en Manila. Siglos XVI y XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, 2011.

MEDINA, José Toribio, *El tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en las islas Filipinas*, Santiago de Chile, Imprenta Elzeviriana, 1899.

NAGASHIMA, Meiko, «Japanese lacquers exported to spanish america and Spain» en Donna Pierce y Ronald Otsuka (eds), *Asia & Spanish América. Trans-Pacific Artistic & Cultural Exchange, 1500–1850*, Denver, Mayer Center for Pre-Columbian & Spanish Colonial Art at the Denver Art Museum, 2009, pp. 107–18.

OKAMOTO, Yoshitomo, *The Namban Art of Japan*, New York, Weathethill, 1972.

PICAZO MUNTANER, Antoni, «Rivalidades en las redes de poder de Manila: el golpe contra el gobernador Diego Salcedo», *El Futuro del Pasado*, vol. 4, 2013, pp. 375–88.

RUIZ GUTIÉRREZ, Ana, *El tráfico artístico entre España y Filipinas (1565–1815)*, Granada, Universidad, Recurso Electrónico, 2005.

RUIZ GUTIÉRREZ, Ana, *Arte indígena del Norte de Filipinas: los grupos étnicos de la Cordillera de Luzón*, Granada, Editorial Atrio, 2012.

RUIZ GUTIÉRREZ, Ana «Marfiles hispanofilipinos: protagonistas en el intercambio cultural de la Nao de China» en *La Nao de China, 1565–1815. Navegación, comercio e intercambios culturales*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2013, pp. 147–87.

SCHURTZ, William, *El Galeón de Manila*, Madrid, Ediciones de Cultura Hispánica, 1992.

YUSTE, Carmen, *El comercio de la Nueva España con Filipinas. 1590–1785*, México, INAH, 1984.

ZHIYAN, Li y WEN, Chen, *Cerámica y porcelana de China*, Beijing, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1984.



Filipinas en las estrategias de las élites sevillanas  
entre los siglos XVI y XVII: el caso del gobernador  
Francisco Tello de Guzmán (1596–1602)\*

Manuel F. Fernández Chaves

Rafael M. Pérez García\*\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 295–333. ISSN 0874-9671

**Resumo**

Neste artigo, os autores estudam a acção política e governativa de Francisco Tello de Guzmán nas Filipinas, no fim do século XVI, e o significado que o acesso ao posto teve para ele e para a sua família. D. Francisco Tello de Guzmán foi membro de uma destacada linhagem sevillhana ligada ao serviço da Monarquia de Castela, mas a sua etapa final no Pacífico representou um difícil repto no qual o governador tentou recuperar o seu prestígio político e a sua posição económica, posta em dúvida depois da sua discutida gestão económica perante a tesouraria da Casa de la Contratación.

**Palavras-chave:** Filipinas, governo, século XVI, Sevilha, Tello de Guzmán.

**Abstract**

In this article the authors study the political and governmental activity in the Philippines at the end of the sixteenth century started by the governor Francisco Tello de Guzmán, and the importance that it had for his family. D. Francisco Tello de Guzmán was one of the main members of a sevillian lineage that was traditionally linked to the service of the Crown, but his final moments in the charge of Governor of the Philippines meant a hard challenge which he tried to use for recovering his political prestige and his economic position, severely damaged after his contradicted management in the Casa de la Contratación's Treasury.

**Keywords:** Philippines, government, sixteenth century, Seville, Tello de Guzmán.

\* Este trabajo ha sido realizado en el marco del proyecto de I+D «Nobles judeoconversos. El origen judío de las élites andaluzas (ss. XV–XVII)» (HAR2012-35752), financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España.

\*\* Universidad de Sevilla. *E-mail:* mfernandez6@us.es; rperez4@us.es



## **Filipinas en las estrategias de las élites sevillanas entre los siglos XVI y XVII: el caso del gobernador Francisco Tello de Guzmán (1596–1602)**

Manuel F. Fernández Chaves

Rafael M. Pérez García

### **La expansión oceánica de Castilla y el linaje de los Tello de Guzmán**

El linaje de los Tello fue uno de los más importantes en la ciudad de Sevilla en la Edad Moderna, y estuvo fuertemente implicado en el servicio a la Monarquía y en la conquista y administración americanas, sirviendo como militares, marinos, jueces... La relevancia y el patronazgo de la familia dieron lugar a la escritura de una obra sobre la familia publicada por Luis Fernández Melgarejo en 1660, que ensalzaba el linaje y ordenaba su árbol genealógico<sup>1</sup>. En dicha obra se glosa el origen del linaje en la persona de Garci Tello, prominente jurista y miembro de una tradición familiar de servidores de la Monarquía, y de su esposa María de Sandoval, cuyos cuatro hijos mayores fundarían sendos mayorazgos: el primero y que estudiaremos aquí, de Juan Gutiérrez Tello, el segundo, de Garci Tello, señor de Villanueva de Valbuena, el tercero, formado en cabeza del licenciado Hernán Tello, y el cuarto y último creado para el doctor Nicolás Tello.

La creación de estos mayorazgos, en el tránsito de los gobiernos de los Reyes Católicos al nuevo mundo imperial de Carlos I, coincidió con la apertura de nuevas posibilidades de promoción y medro socioeconómico, propiciadas no sólo por la configuración del entramado político de la Monarquía Hispánica, sino también por la adquisición de nuevos territorios en América, África y el Pacífico. Las grandes familias de la ciudad de Sevilla, experimentadas en el juego político y en la apertura de nuevas rutas y espacios económicos, supieron encajar sus aspiraciones de progreso en el nuevo marco que se ofrecía a todos que quisieran continuar protagonizando el profundo movimiento expansivo castellano iniciado en el siglo xv.

De esta manera, los titulares del tercer y cuarto mayorazgo, el licenciado Hernán Tello y el doctor Nicolás Tello, fueron hombres fuertes de la transición entre los Trastámara y los Habsburgo. El licenciado Hernán Tello había sido

---

1 LUIS FERNÁNDEZ MELGAREJO, *Discurso genealógico de la Nobilísima y Antigua casa de los Tellos, de Sevilla*, Sevilla, Imprenta de la Escuela Provincial de Artes Gráficas, 1947.

nombrado fiscal del Consejo Real en 1499 y fue descrito por Lucio Marineo Sículo como «varón de gran ingenio y generoso, de la ciudad de Sevilla»<sup>2</sup>. En aquellos años las competencias judiciales sobre Indias recaían en el Consejo Real, así que desde un momento temprano este miembro del linaje tenía un importante ascendiente sobre los asuntos americanos, pues fue nombrado en 1510 alguacil mayor de las Indias con salario de 200 000 mrs. anuales<sup>3</sup>, falleciendo en 1516. Su hermano, el doctor Nicolás Tello, fue uno de los hombres de confianza de Cisneros durante la regencia, sentando plaza en el Consejo de Órdenes, diciéndose de él en 1516 que

[y]a vuestra merced ha sabido las revueltas que han pasado sobre esto de las órdenes [Consejo de Órdenes], y la primera persona que el cardenal puso y de quien se confió fue del doctor Tello, hermano del licenciado Tello, y no se halló en ninguno tanta voluntad para el servicio de su señoría Reverendísima como en él, así en lo uno como en lo otro; y, dejada la amistad que el cardenal tenía con el licenciado Tello, sólo por lo que debe al doctor Tello y por lo que ha hecho en sus cosas, le tiene el cardenal muy grandísimo amor, y todo lo de las órdenes pasa por su mano<sup>4</sup>.

Pasó al Consejo Real con Carlos I, y fue apresado en el castillo de Valdepero a comienzos de 1521 por el obispo Acuña, no siendo liberado hasta la derrota de Villalar. Más tarde estuvo en la Contaduría Mayor de Cuentas, destacándose en su servicio, aunque existieron dudas sobre su honorabilidad en el ejercicio del cargo, pues se decía de él que «Alguna sospecha se tiene de su limpieza de manos, por haber adquirido tanta hazienda en tan poco tiempo como fue el que tuvo el oficio de Contaduría. Debe quedar en el Consejo Real, o en el de las Órdenes, donde estuvo primero y no entramos, ni en Contaduría»<sup>5</sup>.

Frente al perfil letrado de sus hermanos, el fundador del segundo mayorazgo, Garci Tello, fue señor de Villanueva de Valbuena y casó con D.<sup>a</sup> Beatriz Barba Marmolejo, estando los miembros de su linaje muy vinculados a la nobleza media y a las ricas familias de comerciantes de la ciudad<sup>6</sup>. De este linaje salió una rama secundaria que se instaló en México en el siglo xvi y tuvo un gran éxito social y político.

---

2 Pedro GAN JIMÉNEZ, *El Consejo Real de Carlos V*, Granada, Universidad de Granada, 1988, p. 173.

3 Ernest SCHÄFER, *El Consejo Real y Supremo de las Indias. Historia y organización del Consejo y de la Casa de la Contratación de las Indias*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Marcial Pons, 2003, Tomo I, p. 46.

4 Carta del secretario Varacaldo a Diego López de Ayala, Madrid, 11-XII-1516, en Vicente DE LA FUENTE, *Cartas de los secretarios del Cardenal D. Fr. Francisco Jiménez de Cisneros durante su regencia en los años de 1516 y 1517*, Madrid, Imprenta de la sra. viuda e hijo de D. Eusebio Aguado, 1875, vol II, pp. 70-1.

5 P. GAN JIMÉNEZ, op. cit., p. 265.

6 L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, op. cit., *passim*.

Tampoco siguió la carrera de las letras el hermano mayor y cabeza del primer mayorazgo, Juan Gutiérrez Tello, quien se destacó como militar en la frontera del Reino de Granada, participando en numerosos encuentros durante la guerra, y siendo apresado en la rota de la Ajarquía en 1483. Fue alcalde mayor de la tierra de Sevilla como su padre Garci Tello, y caballero veinticuatro de la ciudad. Compró el donadío de tierra de pan de Chichina y casó dos veces, la primera con la hija del veinticuatro Pedro Melgarejo, Juana Ortiz, y la segunda con María de Guzmán, hija del Alguacil Mayor de Sevilla Pedro Núñez de Guzmán, instituyendo su propio mayorazgo en 1504<sup>7</sup>. El hijo mayor de su primer matrimonio fue D. Francisco Tello de Guzmán I, veinticuatro de Sevilla y alcalde mayor de la tierra de dicha ciudad<sup>8</sup>. Tras casar con D.<sup>a</sup> Leonor de Castilla, adquirió el cargo de tesorero de la Casa de la Contratación por renuncia de su suegro, Pedro Suárez de Castilla, en 1530. Ostentó el cargo hasta 1557, año en que se le suspendió en su servicio y falleció. Aunque tras él ejerció la tesorería Sancho de Paz hasta 1562<sup>9</sup>, los Tello de Guzmán consiguieron que el cargo volviese a sus manos pasando a servirlo el hijo de Francisco Tello de Guzmán I, Juan Gutiérrez Tello de Guzmán, entre los años 1562 y 1572. Este último casó con la hija del conde de Paredes, D.<sup>a</sup> Luisa Manrique de Guzmán, teniendo ambos como hijo a nuestro protagonista, Francisco Tello de Guzmán II, nacido en 1555. Gracias a las influencias familiares consiguió con sólo once años el hábito de Santiago, llegando más tarde a ser Alférez Mayor de la ciudad de Sevilla<sup>10</sup>, aunque algunos testigos expresaron dudas sobre su limpieza de sangre, concretamente sobre la de su padre, diciendo un testigo que

no le tiene por cristiano viejo por aver oído decir que viene de casta de conversos por parte de doña Leonor de Castilla hija de Pero Suárez de Castilla, su padre, lo cual oyó decir a un fulano de Espinosa que mora en la collación de san Vicente [...] preguntó este testigo al dicho Bartolomé Díaz después que se fue el Espinosa como sabe este diablo tanto deste negocio y respondió el dicho Bartolomé Díaz que una mujer comadre del jurado Alfaro le informaba destas cosas porque era persona que las sabía [...] no lo tiene por cierto por ser el dicho Espinosa de mala lengua y ruin opinión. Y dijo este testigo que tiene al dicho Juan Gutiérrez Tello por cristiano viejo pero no por hidalgo y que no lo tiene por hidalgo de solar conocido sino que procede de gente de pueblo como fue el licenciado Tello y el doctor Tello lo cual ha oído decir a muchas gentes de las cuales no se acuerda

7 Rafael SÁNCHEZ SAUS, *Linajes sevillanos medievales*, Sevilla, Guadalquivir, 1991, Tomo. I, p. 300.

8 *Idem, ibidem*, p. 301.

9 La suspensión de Francisco Tello de Guzmán I, que coincidió con su muerte fue producto de un conflicto entre el Consejo de Hacienda y el de Indias, consiguiendo el primero eliminar a Tello y al factor Francisco Duarte nombrando sustitutos controlados desde Hacienda, véase E. SCHÄFER, *op. cit.*, Tomo I, p. 114.

10 L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, *op. cit.*, p. 35.

sino fue a su padre el cual se lo oyó decir y es ya muerto y tambien le parece que se lo oyó decir a una hija del licenciado Infante que se dice doña Juana de Casaus [...]»<sup>11</sup>.

Estas sospechas de tener sangre conversa, que se repiten por otros testigos aunque sea para negarlas, se unen a otras que les acusaban de provenir de «casta de villanos» por las que «el dicho Juan Gutierrez Tello ni Francisco Tello su padre no descenden de letrados porque Francisco Tello su padre es el mayorazgo y cabeza de los Tellos segun este testigo a oído decir a personas viejas y antiguas»<sup>12</sup>. Pero ninguna de ellas pudo evitar la obtención del hábito, hecho que de nuevo viene a confirmar que los ascendientes conversos (en el caso de que en realidad los hubiera) no tenían porqué bloquear necesariamente la carrera personal de muchos en el siglo XVI, siempre y cuando se sortease el escollo con los recursos necesarios.

Francisco Tello de Guzmán II sustituiría a su padre en el cargo de tesorero de la Casa de la Contratación en 1572 hasta 1603, aunque en alguna ocasión fue relevado de su puesto por irregularidades en el ejercicio de su cargo<sup>13</sup>. Esta mala praxis le fue costando cada vez más cara, hasta el punto de que en 1591 su primo lejano, Francisco Tello<sup>14</sup> fue nombrado tesorero interino de la Casa de la Contratación, actuando en su nombre. Aunque el cargo continuaba en manos del linaje, Francisco Tello de Guzmán II tenía que dejarlo porque marchaba a Madrid a defender su actuación al frente del cargo<sup>15</sup>, pero también se fue justo a tiempo, pues en 1592 y 1593 Felipe II daría tres cédulas que exigían al tesorero y al factor que pusieran 30 000 ducados de fianza por las cantidades tenían que manejar anualmente en la tesorería, y el contador

---

11 ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL [AHN], *Órdenes Militares*, Santiago, exp. 8020, testificación del clérigo presbítero Juan Moreno.

12 AHN, *Órdenes Militares*, Santiago, exp. 8010, testificaciones de Domingo Ortiz y de Bartolomé de Espinosa.

13 Entre julio de 1580 y el 30-I-1581 fue sustituido por Luis Ponce de León, E. SCHÄFER, op. cit., Tomo I, p. 363. Ya en una consulta de 19-VIII-1581 Felipe II atendía a la petición del ex-tesorero para que «le mande alzar lo que le resta por cumplir de su suspensión para que pueda, acabada de despachar el armada, ir a servir su oficio», ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI], *Indiferente*, leg. 739, n.º 358. Más datos sobre su padre en E. SCHÄFER, op. cit., Tomo I, pp. 99 y 106. Otros datos personales en las declaraciones de los testigos de su hábito de Santiago, en AHN, *Órdenes Militares*, Santiago, exp. 8020, fl. 1r. Ver también, L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, op. cit., pp. 29-36.

14 Era hijo de Pedro Suárez Tello y de D.<sup>a</sup> Isabel de Deza, procediendo por tanto del cuarto mayorazgo instituido por el doctor Nicolás Tello a comienzos del siglo XVI, (ARCHIVO HISTÓRICO PROVINCIAL DE SEVILLA [AHPSe], *Protocolos notariales de Sevilla*, leg. 9300, fl. 630r, Francisco Tello de Guzmán, tesorero y juez oficial en la casa de la Contratación de las Indias de Sevilla, reconocía la compra de un tributo de sus padres a don Pedro Ponce de León, caballero de Calatrava y vecino de Sevilla, Sevilla, 10-III-1598.)

15 Francisco Tello de Guzmán fue tesorero interino desde 15-X-1591, estos datos, en E. SCHÄFER, op. cit., Tomo I, pp. 363 y 365. AGI, *Contratación*, leg. 5784, l. 3, fs. 86r-87r, Madrid, 15-X-1591.

debería poner otros 20 000, obligaciones que Francisco Tello II ya no tuvo que cumplir<sup>16</sup>. No obstante, en Madrid sufrió la acusación en 1594 de su antiguo teniente en el cargo entre 1582 y 1592, que él mismo había nombrado, Luis de Toledo. Le acusaba de haber desfalcado 4000 ducados, y de haber tomado 150 000 reales del arca de la hacienda para darlos a préstamo a los genoveses de la ciudad, y podía probarlo todo porque en realidad desde que Francisco Tello de Guzmán II fue readmitido en su cargo de tesorero en 1581 quien llevaba las cuentas de forma efectiva era Luis de Toledo<sup>17</sup>. Francisco Tello de Guzmán II necesitaba desesperadamente una salida y consiguió por fin en 1595 ser nombrado gobernador y capitán general de Filipinas, año en el que se confirmó en el cargo de tesorero interino a su primo homónimo<sup>18</sup>. El control de la tesorería había recaído en manos de sus familiares directos durante sesenta años, pero él ya no podría culminar con su gestión, pues tenía que ir al último confín del Imperio para defender los intereses de la Monarquía. Este cambio de la tesorería de la Casa de la Contratación por las Filipinas fue presentado en la obra de Luis Fernández Melgarejo como un elemento positivo, diciéndose de su gestión,

[h]izo proseguir D. Francisco Tello la guerra que antes se hacía a los buahayanes en Mindanao, y hizo Justicia de muchos indios principales que se habían levantado; y con unos navíos que embió en busca de unas urcas holandesas cuyo cabo era Olivez de Nort, que se le entraba por las islas, alcanzó Victoria y ganándole el Almiranta, y habiendo cumplido el Gobierno de las Filipinas, le sucedió en el D. Pedro de Acuña, [...] se quedó en Manila para dar Residencia donde murió sin dejar sucesión<sup>19</sup>.

Sin embargo estas breves líneas se escribían para modificar la opinión negativa que buena parte de los que estuvieron bajo su gobierno vertieron sobre él, generando una imagen muy lejana de la que su biógrafo trataba de transmitir, como es el caso de la opinión del arzobispo de Manila, fray Ignacio de Santibáñez (entre 1595 y 1598):

Sus vicios son tantos, y tan torpes y obscenos que si se anduviera a buscar de industria por toda España un hombre el más roto de conciencia y torpe y vicioso,

16 El Regente de la Audiencia debía velar por el cumplimiento de estas órdenes, AHPSe, *Protocolos notariales de Sevilla*, leg. 6093, foliación perdida, post fl. 1778, Sevilla, 16–XII–1596.

17 Consideramos que esta acusación fue el principio del fin de Tello, aunque es claro que Toledo debió también lucrarse en connivencia con el titular de la tesorería (AGI, *Escribanía de Justicia*, leg. 1010B).

18 AGI, *Filipinas*, leg. 339, L. 2, fls. 86v–87v (nombramiento de su primo dado en Madrid, 22–V–1595), y también en AGI, *Contratación*, leg. 5784, l. 3, fls. 86r–87r. En AGI, *Contratación*, leg. 3263A se encuentra el nombramiento de gobernador y capitán general de Filipinas dado en Madrid, 24–IV–1595.

19 L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, op. cit., p. 35.

para que con su ejemplo viniera a corromper esta tierra, no se hallara [...] era fama pública que no se le había escapado mujer honrada que el pudiese haber habido [...]»<sup>20</sup>.

Este y otros juicios sobre Francisco Tello de Guzmán II venían a oscurecer el *cursus honorum* de uno de los miembros más importantes del linaje, cuya andadura al frente de la tesorería de la Casa de la Contratación quedaba en un muy segundo plano, siendo recordado fundamentalmente por su labor en Filipinas, presentada como crucial para poner orden ante los enemigos internos y externos, y precedida por la actuación del personaje en Lepanto, «en la capitana de Nápoles donde peleó valerosamente cumpliendo con las obligaciones de su sangre»<sup>21</sup>. En la obra de Melgarejo se ponía el acento en su labor como caballero antes que en el papel que le definió casi toda su vida, que fue el de tesoroero de la Casa de la Contratación, entreviéndose la estrategia familiar practicada durante generaciones de servicio a la Corona y la participación en las instituciones indianas. Otros miembros de su parentela participaron también como servidores de la Corona en México como hemos indicado, o como almirantes de flotas en el siglo XVI (como el caso del general Pedro Tello de Guzmán en la flota de 1598), reforzando el compromiso que con la empresa de la monarquía distinguía a los Tello de los cuatro mayorazgos.

En este trabajo no analizaremos exhaustivamente su labor de gobierno en Filipinas (estudio que requiere mucho más espacio), sino el papel que la gobernación de las Filipinas y la presidencia de su renovada Audiencia tuvieron en el desarrollo de las estrategias de reproducción social de este representante de la nobleza de servicio castellana.

### ¿Por qué Filipinas?

Se ha sostenido que la rendición de cuentas de la Casa de la Contratación que se le exigió en 1590 comenzando por 1530 (el primer año que los Tello se hicieron cargo de la tesorería) fue uno de los motivos por los que el tesoroero cambió su posición y salió de Sevilla para siempre<sup>22</sup>, y así lo confesaba él mismo<sup>23</sup>. En vano se defendía en 1591 indicando que

---

20 Opinión del arzobispo de Manila, fray Ignacio de Santibáñez, sobre Francisco Tello, en Manuel JUSTINIANO Y MARTÍNEZ, «Tesoroero desdichado y gobernador difamado. Don Francisco Tello de Guzmán», *Archivo Hispalense*, n.º 129-30, 1965, pp. 125-32, aquí p. 132. También en A. DE MORGÁ, *Sucesos de las islas Filipinas*, Francisca Perujo (ed.), México, Fondo de Cultura Económica, 2007, p. 160, n. 2.

21 L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, op. cit., p. 35.

22 M. JUSTINIANO Y MARTÍNEZ, art. cit., pp. 125-7.

23 Indicando que fue a Madrid, «assistiendo al remate de mis cuentas y otros pleitos», y que fue convencido nada menos que por Cristóbal de Moura para aceptar la presidencia de las Filipinas (AGI, *Filipinas*, leg. 6, n.º 142, Manila, 10-VI-1598).

[m]i bisabuelo y mi abuelo, mi padre y yo, hemos servido a Vuestra Magestad en la Tesorería de la Casa de la Contratación más ha de 60 años y han entrado en nuestro poder mas de 80 millones que de los 50 de ellos voy yo ahora rematando las cuentas y estos servicios se han hecho sin más premios ni merced que el salario que es tan corto y limitado que no sube de 200 mil maravedís, los cuales se gastan en esa Corte en dar estas cuentas, que por ser los riesgos della tan grandes por ser tan antiguas como son, es esto de mucha consideración, mayormente en obligaciones tan forzosas como tiene una persona de mi calidad y ministro de Vuestra Magestad en oficio de tanta confianza<sup>24</sup>.

Pero lo cierto es que las visitas que se habían hecho a la Casa de la Contratación no lo habían dejado en buen lugar, siendo multado y suspendido de su empleo y sueldo durante dos años junto a cargos tan importantes como el factor Francisco Duarte<sup>25</sup> y los contadores Ortega de Melgosa y su hijo don Antonio de Melgosa. En 1581 solicitó y obtuvo su reintegración tras pagar una multa de 100 ducados y otra de 200 por una condena similar que se hizo a su padre Juan Gutiérrez Tello<sup>26</sup>. Ya en 1583 había vuelto a su cargo de tesorero, pero sus gastos, personales y al servicio del rey, no le permitían gozar de una holgada situación económica<sup>27</sup>. Su amistad con el poderoso secretario del Consejo de Indias Juan de Ibarra, debió consolidarse durante la estancia que el primero realizó en Sevilla en 1589 para pedir unos préstamos a los mercaderes sevillanos<sup>28</sup>, y al dejar Sevilla por Madrid es probable que estrechara sus lazos con Ibarra, pues de su estancia allí salió nombrado como gobernador de Filipinas y presidente de su refundada Audiencia<sup>29</sup>.

---

24 M. JUSTINIANO Y MARTÍNEZ, art. cit., pp. 125–6.

25 E. SCHÄFER, op. cit., Tomo I, p. 153. Tras la visita de 1577 del licenciado Benito López de Gamboa. Sus posibles sustitutos fueron don Pedro de Villasís y don Francisco de Marmolejo, «veinticuatro de la misma ciudad asimismo caballeros de muy buenas partes y de toda suficiencia» (AGI, *Indiferente*, leg. 739, consulta de 30–VI–1580).

26 AGI, *Escribanía de Justicia*, leg. 1008B, Sevilla, 11–VIII–1581. Se le acusaba de un profundo desgobierno, que resumidamente consistía en no acudir a muchas audiencias, no tener los despachos importantes y el libro de hacienda en el cofre de las tres llaves, tener el oro, plata y joyas a la vista de los criados, no llamar al prior y cónsules para el despacho de las armadas, no cobrar las penas de cámara, ni llevar la cuenta de bienes de difuntos, no acudir a casa del tesorero a recibir el dinero del rey y particulares, consentir segundo viaje a Indias a los maestros sin tener satisfacción de ellos, no enviar cada año al consejo «un tiento de cuentas de todo el cargo y data de las cosas que han recibido no de lo que al año del año ha quedado y restado en poder del tesorero», dando libranzas a personas particulares sin permiso y manejando el tesoro a su antojo.

27 Ese año pedía al rey que en consideración a sus gastos y los de sus pasados al servicio del monarca se le otorgase una encomienda de Santiago que estuviera vacante (ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS [AGS], *Guerra Antigua*, leg. 56, doc. 204, Sevilla, 4–IX–1583).

28 E. SCHÄFER, op. cit., Tomo I, p. 111. Sobre su importancia como secretario del Consejo de Indias desde 1586, véase *ibidem*, v. I, *passim*. Ver también, Ana GUERRERO MAYLLO, «Estilo de vida de un burócrata del siglo XVI: D. Juan de Ibarra y Mallea», *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Moderna*, Tomo IV, n.º 4, 1991, pp. 39–56.

29 Apunta a esta buena relación, E. SCHÄFER, op. cit., Tomo II, p. 88.

Schäfer nos cuenta cómo en un principio rechazó el nombramiento de gobernador de las islas Filipinas y presidente de su Audiencia por la pretensión de conseguir el virreinato peruano, que no obtuvo. Tuvo que conformarse con lo primero y aún así su actitud despótica y altanera le granjeó la oposición del virrey de México, el marqués de Monterrey, con quien viajó desde Sevilla<sup>30</sup>. La poca confianza que ofrecía su nuevo destino a Tello se evidenciaba en la petición (concedida) de viajar con veinte criados «útiles para guerra con las armas para las que tubieran licencia»<sup>31</sup>. Además Tello porfió para conseguir llevar consigo un séquito acorde con su posición, obteniendo cédula para que le acompañasen cuatro esclavas negras, otros seis criados casados, su médico y la mujer de éste y sus hijos<sup>32</sup>. Se le concedieron además 8000 ducados por cuenta de su salario, 3000 en Madrid y 5000 en la Casa de la Contratación<sup>33</sup>.

El nombramiento de Francisco Tello de Guzmán II generó expectativas entre sus familiares. Su pariente, don Pedro Tello, que se había dedicado a la marinería y era veedor de la Flota de Nueva España desde 1585<sup>34</sup>, solicitó al rey el año que Francisco Tello de Guzmán II fue nombrado gobernador «algun entretenimiento en esas islas con que se pudiese substentar conforme a su calidad y servicios», asunto que el rey dejaba en manos del propio Francisco Tello de Guzmán II<sup>35</sup>. Su hermano, Juan Tello de Guzmán, acabó siendo «general de la Armada que va de Acapulco a Manila»<sup>36</sup>, acompañándole en su aventura filipina.

Ya en febrero de 1596 anunciaba desde México su inminente viaje, «ya estoy con las espuelas calzadas», decía, y solicitaba que no se le pusiera impedimento por parte del virrey, conde de Monterrey, para que viajasen todos los religiosos y pobladores que acudían a Acapulco, considerando que dos navíos eran escasos para tal cantidad de gente<sup>37</sup>. Pedía además 10 000 pesos para la caja de Manila y la construcción de barcos en el archipiélago,

30 E. SCHÄFER, op. cit., Tomo II, pp. 87-8.

31 AGI, *Filipinas*, leg. 19, r. 4, n.º 8. fs. 82r-v. Madrid, 6-V-1595.

32 AGI, *Filipinas*, leg. 339, L. 2, fl. 85v. Madrid, 16-V-1595.

33 Según JUSTINIANO Y MARTÍNEZ fueron sólo 5000 ducados (art. cit., p.128) y cita la *Colección de Documentos de Ultramar*, aunque la real cédula dada en Madrid, 22-V-1595 (AGI, *Filipinas*, leg. 339, L. 2, fs. 86r-v), indica lo aquí expuesto.

34 AGI, *Indiferente*, leg. 1952, L. 3, fs. 49-49v, Madrid, 6-XI-1585. Don Pedro Tello era tío segundo de Francisco Tello de Guzmán II, y cabeza del tercer mayorazgo fundado en el licenciado Hernán Tello, cf. L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, op. cit.

35 AGI, *Filipinas*, leg. 339, l. 2, fl. 82v, Madrid, 8-V-1595.

36 L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, op. cit., p. 36.

37 Concretamente 300 soldados, 170 marineros, artilleros y pajes, varias familias que sumaban 120 personas, 60 «personas que truxe con licencia particular de su magestad fuera de otros entretenidos que se an alistado en estas compañías» además de 70 religiosos (AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 96, n.º 46). Hasta catorce jesuitas se embarcaron con él, siendo el padre Francisco de Vera hombre de confianza de Tello en los primeros años de su estancia (Francisco COLÍN, *Labor evangélica. Ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús*, Madrid, Miguel Fernández de Noriega, 1663, pp. 347 y 371).



como ya se había hecho con el anterior gobernador, Gómez Pérez Dasmariñas (que ejerció el cargo entre 1590 y 1593). Tello había perdido a su mujer, D.<sup>a</sup> Juana de Medina, en el viaje a México, pero en Nueva España convenció a su sobrina D.<sup>a</sup> Tomasina Tello, hija de su hermana ilegítima, Hortensia Tello, y del doctor Jerónimo Orozco, presidente de la Audiencia de Nueva Galicia y muerto en la guerra con los chichimecas, para que marchase con él a Filipinas, donde se casó con ella<sup>38</sup>.

### La actuación de Francisco Tello de Guzmán II y la oposición a su gobierno

Francisco Tello de Guzmán II llegó a Manila en julio de ese mismo año de 1596 y desde un principio su «tiranía orgullosa y su codicia» así como sus «instintos tiránicos» en palabras recogidas por Schäfer y otros, le enfrentaron a casi todas las fuerzas vivas de las islas. Tello debía encargarse además del gobierno y defensa del archipiélago de volver a instaurar la Audiencia. Ésta conoció una primera fundación en 1583, aunque los enfrentamientos entre sus miembros y el obispo decidieron a Felipe II a suprimirla en 1589. La tensión entre los eclesiásticos y los representantes de la justicia del rey era muy grande en una región donde los primeros habían tenido no poca importancia en la conquista y consolidación de la presencia española en las islas<sup>39</sup>. Felipe II pensó en Francisco Tello II como en el hombre que debía formar de nuevo el tribunal, y por ello la volvió a crear a fines de 1595<sup>40</sup>. Sus miembros serían los licenciados Cristóbal Téllez Almansa, Álvaro Rodríguez Zambrano y

38 Tello pedía licencia una vez consumados los hechos (AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 7, n.º 59, Manila, 30-IV-1597). Orozco había muerto en la guerra contra los chichimecas, véase J. GIL, *Hidalgos y samuráis. España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Alianza, 1991, p. 73, nota 112. Gil la considera su prima, siguiendo al propio Tello en su carta, quien pasaba así del segundo al tercer grado de parentesco.

39 La preponderancia de los eclesiásticos en aquella tierra de frontera volvería a ser denunciada por uno de los futuros oidores de la Audiencia reinstaurada, Antonio de Morga, quien en 1596 escribía a Felipe II que «la jurisdicción de vuestra magestad en este Reino está tan acortada con la eclesiástica, que en todas ocasiones no podemos salir con ella, y como no hay quien alce las fuerzas, se padece mucho [...] porque se entremeten los eclesiásticos y religiosos en todo, y se alzan con ello e impiden lo que vuestra magestad tiene mandado [...]», A. de MORGÁ, op. cit., p. 283, nota 198, carta de 6-VII-1596. En el mismo sentido el procurador de las islas, el capitán Agustín de Arceo se pronunciaba demandando que el gobernador tuviera «jurisdicción y comisión para alzar y conocer de las fuerzas de los jueces eclesiásticos atento a que haya tantos obispos y la mucha distancia que hay de aquellas islas a Mexico» (AGI, *Filipinas*, mic. 55 (leg. 27), fl. 219r, Manila, año de 1600).

40 Patricio HIDALGO NUCHERA (ed.), *Los autos acordados de la Real Audiencia de las islas Filipinas de 1598 y 1599*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 2012, p. 22. Según el nombramiento de gobernador y capitán general de las islas, podía «encomendar repartimientos de indios que hubiere vacos y vacaren» (AGI, *Filipinas*, leg. 339, L. 2, fls. 80r-80v, Madrid, 24-IV-1595). Cita este dato, M. JUSTINIANO MARTÍNEZ, art. cit., p. 128. El rey le solicitó que nombrara un sustituto caso de perecer en el viaje (AGI, *Filipinas*, leg. 19, r. 4, n.º 48, fls. 80v-81r, Madrid, 24-IV-1595).

Jerónimo de Salazar, y no llegarían hasta primeros de mayo de 1598, momento en el que se reinstauró con toda la pompa posible<sup>41</sup>. Casi desde el principio, el desencuentro entre el presidente y los oidores fue instantáneo, y esta oposición se manifestaría en muchas de sus acciones de gobierno.

Ningún caso mejor que el del fracaso de la conquista de Mindanao para mostrar cómo podían mezclarse y oponerse los intereses, por un lado, de la defensa del archipiélago, y por otro, de la Audiencia, de los encomenderos y soldados y los del propio Francisco Tello de Guzmán II. Según Antonio de Morga, oidor de la primitiva Audiencia y residente en la isla, a su llegada Tello tuvo que resolver el problema más acuciante de la presencia española en el archipiélago: la consolidación de la conquista de la isla de Mindanao. Francisco Tello de Guzmán II llegó a Filipinas con la aprobación real de la capitulación para la conquista de Mindanao a la que llegara el capitán Esteban de Figueroa con el gobernador Gómez Pérez Dasmariñas en 1593. Pero este documento de poco servía ya, porque Figueroa había resultado muerto en los primeros compases de la conquista en 1596<sup>42</sup>. Su viuda, D.<sup>a</sup> Ana Briceño de Oseguera<sup>43</sup> (hermana del encomendero de Joló, Pedro de Oseguera), fue entonces pretendida por uno de los capitanes encargados de proseguir la pacificación de Mindanao, Juan de la Jara, que fue llamado a Manila, donde murió<sup>44</sup>, por lo que finalmente Ana Briceño casó con don Gonzalo Ronquillo de Ballesteros, sobrino del antiguo gobernador don Gonzalo Ronquillo de Peñalosa<sup>45</sup>.

Francisco Tello y su teniente, Antonio de Morga, trataron de obligar a los tutores de las hijas de Figueroa a que se continuase la conquista, y ante su negativa se embargó dinero procedente de Nueva España cuyo titular era el difunto Esteban Rodríguez de Figueroa, que se envió a su sustituto, don Juan Ronquillo del Castillo. Sin embargo, la isla se perdió, debido, según Morga, a la falta de comunicación de Tello con don Juan Ronquillo, pues, según el oidor, Tello pretendía abandonar el último reducto en Mindanao, el presidio de La Caldera, por tener «poca sustancia de dineros en la caja real de que proveer el dicho presidio y con qué mantenerlo [...] se inclinó por excusar

41 F. COLÍN, op. cit., p. 148.

42 Sobre la figura de Figueroa, María Marta MANCHADO LÓPEZ, «Familia y linaje en un contexto imperial: los Rodríguez de Figueroa», *Historia Mexicana*, vol. LXIII, n.º 3, 2014, pp. 1077-1118.

43 Ésta era la hija del regidor de la ciudad del Santísimo Nombre de Jesús en Cebú, Pedro Briceño de Oseguera, quien tenía encomendados los pueblos de Dapitán, Sayal, Siri, Polo y Guindayan en Mindanao, Patricio HIDALGO NUCHERA, *Encomienda, tributo y trabajo en Filipinas (1570-1608)*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid/Polifemo, 1995, p. 43. Para 1601 Pedro de Oseguera «de los primeros conquistadores y pobladores destas yslas» había muerto «en la conquista del Maluco» (AGI, *Filipinas*, leg. 35, fl. 905r).

44 A. DE MORGA, op. cit., pp. 56-7.

45 M. M. MANCHADO LÓPEZ, art. cit., 2014, p. 1096.

el trabajo y cuidado», decisión contra la que se manifestó la Audiencia, y que Tello no escuchó<sup>46</sup>. La debilidad española produjo la subsiguiente rebelión de los buhayanes, a la que siguió la de los habitantes de Joló, que habían sido encomendados al capitán Pedro de Oseguera y después a su hijo homónimo<sup>47</sup>. El problema ya no se resolvería bajo la gobernación de Tello, y no sería hasta 1602 cuando se decidió por enviar una expedición a Joló y Mindanao, que sólo consiguió hostigar a los rebeldes, sin un resultado concluyente<sup>48</sup>.

Para financiar la defensa de Mindanao, el gobernador Tello había intentado secuestrar los bienes de las hijas de Esteban de Figueroa, a la sazón Margarita y Juana de once y seis años respectivamente. A ello se opuso la recién creada Audiencia, que protegía así los intereses de que perseguían algunos habitantes de Filipinas y de los integrantes del propio tribunal para conseguir mediante matrimonio con las hijas del finado Figueroa las encomiendas de Tibagua (Panay), Guas y Libón (Camarines), que les tocaban por herencia. Se dieron varios rumores que sostenían el interés de casi todos los miembros de la Audiencia o sus hijos, para casar con las hijas del finado, incluyendo al nuevo oidor, don Antonio de Ribera Maldonado o su hermano Bernardino del Castillo Maldonado<sup>49</sup>. Pero el gobernador consiguió tras la muerte en 1601 de Ana Briceño, madre de las niñas, que la mayor de ellas, Margarita de Figueroa, se casase con su hermano, Juan Tello de Guzmán. Obtuvo así 30 000 ducados de dote, además de 3000 ducados de renta de una de sus encomiendas<sup>50</sup>. En su momento, Esteban de Figueroa había firmado una capitulación con el gobernador Gómez Pérez Dasmariñas en 1591 por la que se quedaría la tercera parte de los indios para él y el resto para los soldados de la jornada, declarándose nulo un repartimiento anterior, si bien

---

46 Aún así en 1598 el cabildo de la ciudad informaba positivamente de la marcha de la pacificación (AGI, *Filipinas*, leg. 27 (mic. 55), fl. 209r, Manila, 14-VII-1598), y el mismo Tello daba al rey una versión diferente de los hechos (AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 7, n.º 57, Manila, 29-IV-1597).

47 Este relato aparece en A. DE MORGA, op. cit., pp. 56-61, 81-3. Lo confirma en líneas generales el propio Tello en carta al rey en AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 144, Manila, 17-VI-1598. Sobre Morga: ANTONIO GARCÍA-ABÁSULO y R. PÉREZ-ALCALÁ, «Antonio de Morga. La visión de Filipinas de un magistrado sevillano del siglo XVI» in *Actas del II Congreso de Historia de Andalucía, Andalucía y América*, Córdoba, pp. 66-78.

48 A. DE MORGA, op. cit., pp. 121-4, 153-5. Sobre los problemas de rebeliones constantes: FERNANDO PALANCO, «Resistencia y rebelión indígena en Filipinas durante los primeros cien años de soberanía española (1565-1665)» in Leoncio Cabrero (ed.), *España y el Pacífico. Legazpi*, Madrid, 2004, Tomo II, pp. 71-98.

49 AGI, *Filipinas*, leg. 19, r. 4, n.º 65 (Carta del licenciado Jerónimo de Salazar, fiscal de la Audiencia, sobre el pleito de los herederos de Esteban Rodríguez Figueroa, Manila, 4-¿VI?-1603). Sobre la pretensión de los hermanos - Maldonado, M. M. MANCHADO LÓPEZ, «Estrategias familiares en una sociedad de frontera: Manila (1571-1604)» in Jaime Contreras Contreras y Raquel Sánchez Ibáñez (coords.), *Familias, poderes, instituciones y conflictos*, Murcia, 2011, pp. 79-92, aquí, pp. 89-90. También, *Idem*, art. cit., 2014, pp. 1097-100.

50 *Idem, ibidem*, p. 1099.

en 1595 los antiguos encomenderos de la isla, entre los que debía contarse el suegro del propio Figueroa, Pedro Briceño de Oseguera, consiguieron que parte de aquellas encomiendas no se repartiese de nuevo<sup>51</sup>. De todas formas este casamiento no fue muy ventajoso para Juan Tello, habida cuenta del abandono de Mindanao, cuya empresa no se retomaría de nuevo hasta 1622<sup>52</sup>.

Esta desprotección del flanco sur del archipiélago sería una constante, y se complicaría con la actividad hostil de los habitantes de Ternate y la primera incursión seria de los holandeses capitaneados por Oliver Noort en 1600. Aunque fueron vencidos, la victoria protagonizada por Antonio de Morga y el capitán Juan de Alcega se amargó porque a la huída de los holandeses y captura de uno de sus barcos se siguió el hundimiento del galeón *San Diego*, hecho trágico por la muerte de valiosos hombres en él<sup>53</sup>. A este ataque se unió la noticia de naves de ingleses que merodeaban por Malaca<sup>54</sup>. Por todas estas circunstancias el gobernador Tello fue sensible a la necesidad de auxilio desde Manila a las Molucas, e insistió sobre el particular al rey, recibiendo autorización para enviar socorros a las Molucas en 1601<sup>55</sup>.

El equilibrio interno de la colonia era muy sensible a los problemas exteriores, y a los ataques llegados desde el sur protagonizados por musulmanes y otros, se unía la relación comercial no exenta de cierta tensión militar con Japón. Antonio de Morga relata cómo el gobernador Tello encontró a su llegada a Manila en 1596 a dos galeones dispuestos a salir para Nueva España, el san Jerónimo y el san Felipe. Éste último acabó varado en las costas japonesas, siendo requisadas sus mercancías y produciéndose una conocida reacción anticristiana cristalizada en el martirio de varios franciscanos y sus discípulos japoneses en 1597<sup>56</sup>. En una decisión ponderada que resultó ser un acierto<sup>57</sup>, Tello tuvo que enviar una embajada a Toyotomi Hideyoshi, a cargo

51 P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, pp. 57–8.

52 F. PALANCO, art. cit., pp. 85–8.

53 A. DE MORGA, op. cit., pp. 130–50.

54 AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 9, n.º 114, carta del gobernador de Malaca, Malaca 4-V-1599.

55 AGI, *Filipinas*, leg. 6; sobre este tema: Rafael VALLADARES, *Castilla y Portugal en Asia (1580–1680). Declive imperial y adaptación*, Lovaina, Leuven University Press, 2001, pp. 20–1.

56 A. DE MORGA, op. cit., pp. 71–78. Sobre estos acontecimientos: C. R. BOXER, *Christian Century in Japan, 1549–1650*, Universidad de Berkeley, Los Ángeles, 1974 [1951], pp. 166–7; entre otros muchos, también Amati SCIPIONE, *Historia de la embajada de Idate Masamune al papa Paulo V (1613–1615)*, Madrid, Doce Calles, 2011. José Ignacio TELLECHEA IDÍGORAS, *Nagasaki. Gesta martirial en Japón (1597): documentos*, Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca, 1998. Aquel año ardió también el parían de los sangleyes, Juan GIL, *Los chinos en Manila. Siglos XVI y XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., 2011, p. 148.

57 Quizá fue ésta una de sus actuaciones más sensatas, lo que quizá le granjearía la continuidad de la buena consideración de la Corona al suavizar la crisis con los japoneses, como el profesor Carlos Martínez Shaw sugirió a los autores en un congreso reciente.

de Luis de Navarrete, con la que pretendía agradar y sorprender al *kampaku* incluyendo entre los regalos «un elefante bien enjaezado y enmantado de seda, con sus naires de la misma librea, que era cosa no vista en Japón»<sup>58</sup>. Pese a ello Hideyoshi no cejó en su política expansionista que tenía miras, además de en la segunda campaña en Corea, que se había iniciado en 1597<sup>59</sup>, en las Filipinas y Formosa, generando una gran inquietud en la colonia y en el mismo Tello<sup>60</sup>. Por ello éste envió dos navíos de la armada para reconocer Formosa y sus puertos<sup>61</sup>.

A los problemas con Japón, que se fueron distendiendo a la muerte de Hideyoshi en 1598 (con un repunte del comercio con Japón)<sup>62</sup>, se unió la rebelión en Mindanao y tensión en Joló a las que hemos aludido, además de la resistencia al norte de la isla de Luzón, en Cagayán, que fue aplastada<sup>63</sup>. Quizás para contentar a los sectores más críticos con su gobierno, envió a Luis Pérez Dasmariñas a una nueva expedición para ir a Camboya, que terminó en fracaso<sup>64</sup>, y dio permiso al capitán Juan de Mendoza Gamboa para hacer rescates en Siam, que no fueron bien<sup>65</sup>, y aunque también propuso un plan de conquista de Siam, estaba más a favor del fomento de las relaciones comerciales<sup>66</sup>.

Si procurar un equilibrio en la frágil posición internacional de las Filipinas era ya complicado, aún más lo parecía encontrar dicho equilibrio en el

- 58 A. DE MORGA, op. cit., pp. 78–81. Gil nos aclara que los «naires» eran los jinetes del elefante.
- 59 Sobre ella: Jurgen ELISONAS, «The inseparable trinity: Japan's relations with China and Korea» in John Withney Hall (ed.), *The Cambridge History of Japan*, Vol. 4 («Early Modern Japan»), [Cambridge], Cambridge University Press, Cambridge, 2006, pp. 271–93. También: Stephen TURNBULL, *The Samurai invasion of Korea. 1592–98*, Oxford, Osprey Publishing, 2008.
- 60 J. GIL, op. cit., 1991, pp. 73–6.
- 61 La sensibilidad para evitar la instalación de los japoneses en Formosa y la insistencia de Gómez Pérez Dasmariñas y Hernando de los Ríos Coronel para ocupar la isla datan de 1597 y la relación de documentos referentes a ella se encuentran publicados en José Eugenio BORAÑO MATEO, *Spaniards in Taiwan*, Taipei, SMC Publishing, 2001, Vol. I, pp. 21–39.
- 62 J. GIL, op. cit., 1991, pp. 63–103. Este nuevo auge está en íntima relación con la reorganización del comercio japonés puesta en marcha por Tokugawa Ieyasu, cf. Ubaldo IACCARINO, «El papel del Galeón de Manila en el Japón de Tokugawa Ieyasu (1598–1616)» in Salvador Bernabéu Albert y Carlos Martínez Shaw (eds.), *Un océano de seda y plata: el universo económico del Galeón de Manila*, Sevilla, CSIC, 2013, pp. 133–54.
- 63 A. DE MORGA, op. cit., p. 62. Los capitulares de Manila dan noticia del envío del maestro de campo Pedro de Chaves y el capitán Joan de Villegas «con golpe de gente» (AGI, *Filipinas*, leg. 27 (mic. 55), fl. 208v, Manila, 14–VII–1598). El propio Tello en carta al rey donde también habla de la rebelión de los «negros caníbales» de la Pampanga (AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 144, Manila, 17–VI–1598).
- 64 A. DE MORGA, op. cit., pp. 102, 104–21. En ello la falta de colaboración con los portugueses y viceversa fue determinante, véase R. VALLADARES, op. cit., pp. 17–8.
- 65 A. DE MORGA, op. cit., pp. 117, 155–7.
- 66 Florentino RODAÑO, *Españoles en Siam, 1540–1639. Una aportación al estudio de la presencia hispana en Asia*, Madrid, CSIC, 1997, pp. 27–31. Se firmó un tratado comercial en 1598 que apenas tuvo efecto.

interior de la colonia. Refundar la Audiencia suponía que el gobernador no sólo tenía un cargo militar, sino también judicial, y ello vino a limar el ejercicio del poder que venían desarrollando distintos eclesiásticos y muchos encomenderos. A todo lo indicado se sumaba que Francisco Tello de Guzmán II quiso reforzar sus bases de poder apoyándose en hombres nuevos y en los que trajo consigo, además de intervenir en el comercio del archipiélago y el galeón, tratando de aumentar de manera fáctica su poder, puesto que como ya hemos indicado muy pronto los miembros de la Audiencia se le opusieron.

Los oidores llevaban la iniciativa en enviar toda suerte de críticas a la corte. En 1598 ya escribían al rey que su actuación egoísta era perjudicial para la tierra

y lo que más cuidado nos pone es ver que el mismo presidente está sospechoso y publica con poco recato que algunos tratan de matarle [...] y que este pensamiento es falso o verdadero no le reporte, y que según se han visto desgracias en tierras tan remotas por personas tan irritadas sería muy posible sucediese alguna que no se pudiese prevenir

lo que constituía toda una amenaza a la integridad de su propio presidente<sup>67</sup>. A Tello se le criticaba prácticamente todo. Además de denunciar su miedo al ambiente social de Manila, se quejaban de que Tello celebraba las sesiones del Acuerdo en su casa y no en el nuevo edificio que se construía, y de la forma en que daba las provisiones, así como un inadecuado uso del sello real, que tomaba para refrendar sus nombramientos de cargos militares y de gobierno. Los oidores decían que

acostumbra ir a la audiencia con ferreruelo y sombrero con plumas y al acuerdo con ropa y montera y otras veces en cuerpo sin espada ni sayo, hábitos no decentes para lugares de tanta autoridad y adonde con mucha y gran decencia es menester que esté el Presidente [...] mande que vaya [...] con capa y gorra y que esté en los dichos lugares con la decencia que se requiere<sup>68</sup>.

Pese a las críticas de los oidores, su papel fue más ambivalente de lo que parecen indicar, pues para algunos vecinos la Audiencia no «aprovecha nada» porque «nos cuesta caro si el gobernador sabe que nos quejamos u abrimos la boca»<sup>69</sup>. Sea como fuere, Tello había solicitado al rey los mismos poderes

67 AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 8, n. 101, Manila, 14-VII-1598. Firmaban Antonio de Morga, el licenciado Cristóbal Téllez de Almazán y el licenciado Álvaro Rodríguez Zambrano. Denunciaban que había casado a una de sus criadas con el encomendero Pedro Cid, encarcelado por haber asesinado a su suegro, poniendo por este y otros sucesos en «riesgo y trabajo [...] las cosas deste reino».

68 AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 8, n.º 103 (Carta del fiscal Salazar, Manila, 6-VII-1598).

69 AGI, *Filipinas*, mic. 107 (leg. 35), fl. 442r, Manila 6-VII-1599 (Carta del capitán Juan Núñez).

que el antiguo gobernador, Santiago de Vera, tuvo para despachar provisiones sin oposición de la Audiencia y proceder contra los oidores en el caso de que cometiesen algún delito, entre otras cuestiones<sup>70</sup>.

Al coro de la audiencia se unieron con entusiasmo la mayoría de los obispos a lo largo y ancho del archipiélago, escribiendo cartas cargadas de invectivas rozando el pecado capital del odio. En 1598 el obispo de Nueva Segovia, fray Miguel de Benavides<sup>71</sup>, decía entre muchas acusaciones, que Tello era un «miserable hombre», pues se quedaba con parte de las toneladas de las naos que comerciaban con México, que no tenía las competencias militares necesarias para el cargo, que utilizaba a los soldados como guardia personal<sup>72</sup> y que gastaba pólvora en sus fiestas y salitre del rey para beber frío, concluyendo que era preferible un hombre con perfil de soldado como el que tuviera Gómez Pérez Dasmariñas y no un gobernador «codicioso y no [borrado] a los vicios de Sevilla ni con los valentones de ella que en esto me parece que digo harto». A las acusaciones de desgobierno se unía como nota sostenida la consideración de ilegalidad de su matrimonio, pues además de no haber dispensado la consanguinidad apropiadamente (según él, por el bien de las islas), su medio sobrina Tomasina Tello había sido arrancada del convento para casarse, a lo que se unía su «desenfrenada incontinencia y carnalidad [...] como un hombre sin dios, sin ley, sin rey»<sup>73</sup>. Benavides también se hacía eco del desencuentro del gobernador con los oidores de la Audiencia que presidía, ofreciendo su mediación al estar vacante la sede metropolitana de Manila (entre 1598 y 1602) y señalando al rey que todas las informaciones que se hacían por parte de oidores o el gobernador eran falsas, sobre todo

---

70 AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 152, Manila, 9-VII-1598. Tello seguiría actuando por su cuenta, a tenor de la queja del procurador de las islas dada en 1600, por la que el gobernador había secuestrado la jurisdicción del juzgado de bienes de difuntos (AGI, *Filipinas*, mic. 55 [leg. 27], fl. 216v, Manila, 1600).

71 Sobre él, que ya había estado en Filipinas en 1587 y había sido ministro de los chinos del Paríán hasta 1590, creando su hospital, Manuel GONZÁLEZ POLA, OP, «Episcopologio dominicano en la diócesis de «Nueva Segovia», en *Filipinas*» in *Actas del II congreso internacional. Los dominicos y el Nuevo Mundo*, Ed. San Esteban, Salamanca, 1990, pp. 614-5. Benavides representaba al sector eclesiástico crítico con los derechos de la conquista así como el pago del tributo de los naturales. Al respecto puede consultarse la obra de Lucio Gutiérrez y entre otros muchos trabajos, los capítulos recogidos en el volumen II de *España y el Pacífico. Legazpi*, citado anteriormente (F. PALANCO, op. cit.).

72 AGI, *Filipinas*, leg. 76, n.º 39, 26-VI-1598. No le faltaba razón a Tello cuando al querer dimitir de su cargo indicaba al rey que era «odiado» sobre todo por algunos religiosos (AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 142, Manila, 10-VI-1598).

73 En otra carta parecida a esta abunda en la idea de que «es cosa de Satanás ser gobernador este desventurado hombre» (AGI, *Filipinas*, leg. 76, n.º 39).

en lo relativo al incidente del ataque holandés de 1600<sup>74</sup>. Benavides seguiría promocionando a militares como Dasmariñas para sustituir a Tello, y escribiendo incansablemente sobre su actuación errada, acusándolo de acaparar las riquezas del comercio y de haber enviado un barco a traficar a China, que a su juicio hundiría el comercio de Macao y que sólo servía a los intereses particulares de Tello, sus deudos y los oidores de la Audiencia<sup>75</sup>.

La visión de Benavides no contempla que fue precisamente bajo el gobierno de Tello cuando se trató de fundar un establecimiento propiamente castellano en China en el enclave de Pinar, y que una armada enviada desde Macao castigó duramente a la de Luis Pérez Dasmariñas —hijo del antiguo gobernador— en 1599. Esta iniciativa se enmarcaba en una concesión del gobernador que ya hemos mencionado a la iniciativa de expansión que los queridos capitanes y soldados de Benavides protagonizaron en aquellos años en Camboya y Siam. Todas estas actuaciones tenían como objetivo reforzar el comercio protagonizado por castellanos desde Manila en el Extremo Oriente, y tratar también de frenar la llegada y asentamiento masivo de los chinos en Filipinas cuyo comercio detraía grandes cantidades de plata novohispana hacia el Imperio del Medio<sup>76</sup>. Esta expansión, que algunos soldados y capitanes impulsaron acompañados de religiosos que querían propagar el evangelio

74 AGI, *Filipinas*, leg. 76, n.º 45, 13-VII-1601. Benavides apoyaba de nuevo a los soldados y hombres de armas que en su relato fueron con Alcega, y no los de «lechugilla» bajo el mando de Morga. Lo cierto es que Tello no pudo hacer mucho más si quería contrapesar el ascendiente de los militares en el archipiélago, y por otro lado reclutó una compañía de hombres que le servían para defender Manila, mejorando sus defensas (J. GIL, op. cit., 1991, p. 76). La crítica a Morga y Tello por parte del cabildo de la ciudad, en AGI, *Filipinas*, mic. 55 (leg. 27), n.º 46, fl. 284r-v, Manila, 1-VII-1604.

75 AGI, *Filipinas*, leg. 76, n.º 42, 17-V-1599 y 22-V-1599. En un sentido similar se expresaban los oficiales reales cuando acusaban a Tello de construir un barco a expensas de la real caja y de los vecinos de Luzón, haciéndoles todo tipo de maltratos, y poder así comerciar con Nueva España, usando como testaferrero al general Juan Tello y Aguirre (AGI, *Filipinas*, leg. 77, n.º 22, Manila, 16-X-1601). Sobre Juan Tello y Aguirre se ha dicho erróneamente que era su hermano: Inmaculada ALVA RODRÍGUEZ, *Vida municipal en Manila (siglos XVI-XVIII)*, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1997, p. 339; y en otros lugares, su sobrino: F. RODAO, op. cit., p. 29, siguiendo a Wenceslao Retana en su comentario a la obra de Morga, p. 430, confundiéndolo con su hermano Juan Tello que aparece en la documentación.

76 M. M. MANCHADO LÓPEZ, op. cit., 2011, p. 83. William Lytle SCHURTZ, *The Manila Galleon*, Manila Historical Conservation Society, Manila, 1985, p. 95. F. RODAO, op. cit., pp. 17-32. Sobre el auge del comercio con China existen varias cartas del gobernador Tello donde argumentaba entre otras cosas que el trato con China se había revolucionado en pocos años, pasando de recibir un barco con hierro y estaño a cuarenta barcos pequeños y veinte o veinticinco mayores, «cargados de seda y mantería en cantidad de más de un millón», siendo necesaria la presencia de españoles en China por la buena correspondencia comercial entre ambos espacios, para lo que había enviado a Juan Zamudio a Cantón (AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 174, Manila, 6-7-1601). Otros juicios de Tello contrarios a la preponderancia china y otras cuestiones relativas al comercio internacional en AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 149, Manila, 13-VI-1598.



fue duramente criticada por Morga, pues se descuidaba así la propia instalación española en Filipinas<sup>77</sup>.

Que el gobernador Tello quisiera poner coto a la presencia china en Manila y las islas Filipinas era un objetivo político que también chocaba con la visión de Benavides. Éste defendía a los chinos indicando que Tello enviaba a sus criados para que tomaran sus mejores mercancías sin pagar, aunque es posible que esta extorsión, que beneficiaba sin duda al gobernador, fuera también un medio de disminuir su potencia económica, dado que Tello escribió en varias ocasiones al rey proponiendo la eliminación del parían y reducir así el ascendiente que los sangleyes o chinos tenían en la vida económica de las islas<sup>78</sup>. Esta preocupación movería a Felipe III a consultar a Tello y a la Audiencia sobre la conveniencia de subir los impuestos sobre los productos chinos de un 3% a un 6%, puesto que traían cada año mercancías por valor de 800 000 a 1 000 000 de pesos ganando el «ciento por ciento». Este debate sobre la conveniencia del comercio chino entre Tello y Benavides no pasó desapercibido en el Consejo de Indias, pues en una de las cartas de Tello sobre el particular se anota que se junten todos estos pareceres para tomar la mejor decisión<sup>79</sup>.

77 AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 8, n.º 91, Manila, 8-VI-1598.

78 María Marta MANCHADO LÓPEZ, «Chinos y españoles en Manila a comienzos del siglo XVII» in Miguel Luque Talaván y María Marta Manchado López, (coords. y eds.), *Un océano de intercambios: hispano asia (1521-1898). Homenaje al profesor Leoncio Cabrero Fernández*, Vol. 1, Madrid, 2008b, pp. 143-59, aquí, pp. 145-6. De todas formas Benavides estaba en la corriente de defensa de los indios (o los chinos) y había enviado memoriales a la Corte poniendo en cuestión el pago de sus tributos y otros elementos que la Corona ordenó a Tello que no se discutieran, cumpliéndose las ordenanzas reales (AGI, *Filipinas*, leg. 4, n.º 3, Madrid, 20-V-1596). Sobre Tello y los chinos y japoneses: M. JUSTINIANO y MARTÍNEZ, art. cit., pp. 130-1. Sobre los escrúpulos en la evangelización de muchos eclesiásticos en Filipinas, y la pretensión de que los filipinos debían someterse voluntariamente a Felipe II y el papel de Benavides: Lucio GUTIÉRREZ, *Historia de la Iglesia en Filipinas, 1565-1900*, Madrid, Fundación Mapfre América, 1992, pp. 108-12. Tello fue criticado por la gestión que realizó hasta 1600 de las licencias dadas a los sangleyes y gestionadas por «deudos suyos hombres de autoridad» pues no les impuso penas corporales. En torno a ellos Tello tuvo problemas con la Audiencia según los regidores (AGI, *Filipinas*, mic. 55 (leg. 27), n.º 45, fl. 253v, 254r-v, Manila, 9-XII-1603). Sobre las licencias dadas a los chinos y la corrupción que en torno a éstas se fue generando: M. M. MANCHADO LÓPEZ, «La Audiencia de Manila y la concesión de licencias a los chinos. La gestión del oidor Rivera Maldonado» in Fernando Navarro Antolín, (coord.), *Orbis incognitus. Avisos y legajos del Nuevo Mundo*, Vol. 1, Huelva, 2008a, pp. 890-904, donde se estudia de forma exhaustiva este asunto, en el que además del oidor Maldonado estuvieron implicados Tello y su hermano Juan, *ibidem*, pp. 899-900. También: J. GIL, op. cit., 2011, pp. 148-149. Ver también: I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., p. 66. Benavides había sido discípulo del dominico y primer arzobispo de las Filipinas Domingo de Salazar, que seguía las posturas lascasianas sobre los naturales y los chinos, véase Lucio GUTIÉRREZ, «Domingo de Salazar, OP, primer obispo de Filipinas, 1512-1594. Estudio crítico-histórico sobre su vida y su obra», *Philippiniana Sacra*, Vol. IX, n.º 33, 1976, pp. 449-96. Quizá por esta preocupación Tello fue también el responsable de confeccionar tres listas diferentes de pobladores para el Consejo de Indias, que publica: L. MERINO, OSA, *Estudios sobre el municipio de Manila. El cabildo secular: aspectos fundacionales y administrativos*, Manila, The Intramuros Administration, 1983, Vol. 1, pp. 23, 54-8, *passim*.

79 AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 174, Manila, 6-7-1601.

En lo que respecta a las críticas sobre Tello vertidas por fray Ignacio de Santibáñez, arzobispo de Manila (1595–1598), coincidía con Benavides en casi todo, menos en el aprecio de éste por los sangleyes, a los que acusaba de convertir Filipinas en la tierra más cara de todas las que los españoles colonizaban. Citando al propio Santibáñez se puede decir que consideraba a Tello como «un Heliogábalo vicioso y tirano y esto que digo es cifra para lo que callo», acusándolo de robar tanto del dinero enviado de Nueva España como de aprovechar su posición para sacar ventajas en el comercio para sí y sus hechuras, dando pábulo así a un gobierno despótico:

ha quitado los regimientos a los hombres honrados que los tenían y ha puesto en el regimiento a sus deudos que consigo trajo de España para que no puedan en nombre de ciudad dar noticia a vuestra magestad de su perdición y así escribe a vuestra merced que le envíe su sucesor y por otra parte ha pedido a este su regimiento (también me lo pidió a mí, mas líbreme dios de tal traición) que escriban a vuestra merced que conviene que quede en la tierra por la experiencia que de ella tiene por tanto si tal carta fuere, vuestra magestad la tenga por sospechosa porque la firmarán algunos que le querrán ver hecho polvos porque no osan hacer otra cosa, porque los trata como a negros esclavos en discrepando de lo que quiere un punto. Habrá ocho días que hizo llamar a su casa a toda la gente honrada desde el maestre de campo con todos los capitanes y viniéndolos delante de sí en pie de tocados los trató peor que a su zapato, hablando con este lenguaje: «¿Vosotros no sabéis que os puedo cortar las cabezas a todos vosotros y pensáis vosotros que no se yo que vosotros habéis escrito al rey contra mí?»<sup>80</sup>

Para contrarrestar esta oposición, Francisco Tello II se apoyaba en las divisiones existentes entre los diferentes grupos de interés. Por ejemplo en el caso de las órdenes religiosas, al tiempo que apresaba a Diego de Soria, prior del convento de Santo Domingo, por predicar un sermón contra él, apoyaba a los agustinos, los religiosos peor vistos por sus compañeros del archipiélago. Así, el obispo de Santo Nombre de Jesús, fray Pedro de Agurto, indicaba que eran la única orden que necesitaba una profunda reforma, alabando el quehacer de dominicos, franciscanos y jesuitas<sup>81</sup>, y con él coincidía el obispo de Nueva Segovia en 1598, fray Miguel de Benavides<sup>82</sup>, o el capitán vecino

80 AGI, *Filipinas*, leg. 74, n.º 2, fl. 286v, Manila, 24–VI–1598.

81 AGI, *Filipinas*, leg. 76, n.º 3, Santo Nombre de Jesús, 22–VII–1599. Soria fue desterrado a las Visayas (M. JUSTINIANO Y MARTÍNEZ, art. cit., p. 132).

82 AGI, *Filipinas*, leg. 76, n.º 39, 26–VI–1598.

de Manila Juan Núñez<sup>83</sup>. Precisamente Tello se apoyó en los agustinos con algunas reservas<sup>84</sup> (no en vano eran los más numerosos tanto en casas como en frailes)<sup>85</sup>, favoreciendo la construcción de un convento en Manila y mereciendo la consideración de un cronista de su orden como hombre «que había gobernado con mucho acierto y desinterés; cuyo cuerpo fue sepultado en nuestra iglesia, dejando para su fábrica una considerable limosna»<sup>86</sup>. No dejó a los jesuitas de lado, y les benefició en 1601 con parte de lo acumulado de la Caja de Cuartas<sup>87</sup>.

Su imagen tiránica aparece tanto en la crítica de los eclesiásticos como en muchos documentos, a los que hay que dar todo el crédito que una disputa por el poder tan amortiguada en el papel y tan violenta sobre el terreno fronterizo puede obtener. Capitanes como Juan Núñez indicaban que no le concedía una encomienda y que además fue

muy maltratado del presidente y gobernador don Francisco Tello diciendo que me había de mandar azotar y palabras muy feas que de pura pesadumbre estuve

---

83 «[...] conviene al servicio de dios y de vuestra magestad que venga a esta tierra un visitador de frailes para que vuestra magestad sepa de qué manera viven y cómo administran los sacramentos que dan muy mal ejemplo a los naturales deste reino y es lástima que no hay fraile a lo menos de la orden de San Agustín que no hagan mil agravios y traten y contraten como seglares y esto se ha predicado en los púlpitos y digo que los dominicos y franciscanos y teatinos viven por diferente modo y muchos religiosos de la orden de San Agustín muchos dellos tienen buen proceder pero unos pierden por otros es gran lastima [...]»; probablemente de 1598 (AGI, *Filipinas*, mic. 107 [leg. 35], fl. 342v–342r). La contratación protagonizada por clérigos ya era denunciada en 1587. Cf. Luis ALONSO ÁLVAREZ, «E. la nave va. Economía, fiscalidad e inflación en las regulaciones de la carrera de la Mar del Sur, 1565–1604» in Salvador Bernabéu Albert y Carlos Martínez Shaw (eds.), op. cit., pp. 25–84, aquí, pp. 53–4.

84 En carta de 1598 Tello indicaba que entre los motivos que podían barajarse para explicar la bajada de las rentas de la Corona se contaba la gran mortandad de naturales a lo que se añadían los «malos tratamientos de frailes particularmente del orden de San Agustín que como fue la primera y han entrado en ella tantos frailes han vivido con alguna libertad y tratos que todo esto es perjudicial para los indios y ha sido irreparable el daño» habiendo sido amenazado con la excomunión (AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 143, fl. 1r, Manila, 13–VI–1598). De nuevo, en 14–VI–1599 (AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 169).

85 Francisco Javier CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, «Las órdenes mendicantes en Filipinas: agustinos, franciscanos, dominicos y recoletos» in Leoncio Cabrero (ed.), op. cit., Tomo II, pp. 251–83, aquí, p. 272.

86 Indica que se terminó de fundar el convento en 1602, «en el puerto de Cavite, distante dos leguas de Manila, con la advocación de Nuestra Señora de los Remedios. El cual se fundó a instancias del gobernador D. Francisco Tello, muy devoto de nuestra Religión, que nos hizo donación en nombre de su Majestad de un sitio en la Punta de Cavite donde al presente está la Iglesia del Orden de Santo Domingo, por ocasión de haber dejado la nuestra el sitio y el convento por razones que concurren para ello» (GASPAR DE SAN AGUSTÍN, OSA, *Conquistas de las islas Filipinas (1565–1615)*, Manuel Merino, OSA, (ed.), Madrid, CSIC, 1975, pp. 699, 706).

87 Cien pesos de oro común y 200 fanegas de arroz en cáscara por cuatro años. Cf. M. JUSTINIANO MARTÍNEZ, art. cit., p. 131. Sobre la caja de cuartas: Patricio HIDALGO NUCHERA, art. cit., 1993, pp. 299–304.

a punto de muerte y de esta manera han muerto muchos soldados muy honrados y si supiese el gobernador que escribo esta carta a vuestra magestad caro me costaría<sup>88</sup>.

A todas estas duras críticas, la evolución de los complejos acontecimientos internacionales y la «fuga» de soldados y frailes a aventuras continentales se unía la alargada sombra de la quiebra de sus cuentas en la Casa de la Contratación. En 1595 se había calculado la deuda de Tello con la hacienda en 23 440 608 mrs., ordenándose en una cédula de ese mismo año descontar de su sueldo 3000 ducados anuales. No comenzó a hacerse esto por los oficiales reales de Manila hasta 1598 (pues Tello trató de retrasar la aplicación de la cédula todo lo que pudo), aveniéndose a pagar a los oficiales de hacienda del rey 8000 pesos anuales, que comenzaron a enviarse a México desde 1599 hasta 1602, llegando un total de 28 032 pesos. A la deuda se añadían los géneros que Tello había sacado de los almacenes reales para traficar con ellos, evaluados en 4000 pesos, otros 2000 pesos enviados por el virrey de México para fundir artillería que Tello tomó, sumándose más adelante otros 6000 y por último otros 2000 pesos<sup>89</sup>. Aunque su manejo de las partidas reales fue muy laxo, no es menos cierto que sus enemigos no recordaban que Tello había gastado 10 000 pesos en reconstruir las casas reales donde tenía su sede la Audiencia, pidiendo la misma cantidad a Nueva España para que cubriesen el fondo de la doctrina de los indios, de donde los había tomado, y rogando al Consejo de Indias que su sucesor, Pedro de Acuña, las terminase<sup>90</sup>. Pedro de Acuña llevó entre otras órdenes una cédula de 1600 por la que debía comprobar si en Manila se estaba reteniendo el sueldo del aún gobernador, reduciéndose su deuda a 16 000 000 mrs. porque parecía que había gastado cuatro millones en arreglar la Casa de la Contratación<sup>91</sup>. Al ser investigado de nuevo y retenérsele cantidades de dinero por los oficiales reales, Tello estaba más expuesto que nunca, perdiendo por ello la ventaja que la lejanía de Madrid ofrecía su posición, por lo que solicitó ser cesado, algo que consiguió en 1601, siendo sustituido por el nuevo gobernador llegado en mayo de 1602, el mencionado Pedro de Acuña.

88 AGI, *Filipinas*, mic. 107 (leg. 35), fl. 442r, Manila 6-VII-1599.

89 *Ibidem*, mic. 57 (leg. 29), n.º 77, Manila, 18-VII-1603. Estos 22 000 pesos subían en otra estimación hecha en 1601 por los oficiales de la hacienda del rey a 24 000 pesos. Cf. AGI, *Filipinas*, leg. 77, n.º 22, Manila, 16-X-1601.

90 AGI, *Filipinas*, leg. 1, n.º 39, Valladolid, 11-II-1602.

91 AGI, *Filipinas*, leg. 29, n.º 70. La cédula para cobrar a Tello, 13-IX-1595 y la de Acuña, Madrid, 16-I-1600.

## El fin del gobierno de Francisco Tello de Guzmán II: liquidación de su figura política y secuestro parcial del mayorazgo

En 1602 comenzó una ofensiva abierta contra el ahora ex-gobernador. Así el fiscal de la Audiencia, licenciado Jerónimo de Salazar y Salcedo, recordaba al nuevo gobernador, don Pedro de Acuña, que Francisco Tello había desempeñado el cargo de gobernador seis años y el de presidente de la Audiencia cuatro, queriéndose marchar a Nueva España sin haber dado residencia ni haber dado fianzas como gobernador. Acordó el tribunal ordenarle esperar en Manila, mientras una petición del cabildo de la ciudad en nombre de «los vecinos della y los demás destas islas» denunciaba también la voluntad de marcharse de Tello y recordaban que:

el susodicho en el uso y ejercicio de su oficio ha cometido muchos y diversos delitos en deservicio de dios nuestro señor y de su magestad con grande escándalo nota y mal exemplo así de los españoles como de los naturales y demás naciones que aquí residen y asimismo ha contravenido a las instrucciones y órdenes que de su magestad tuvo para su gobierno en las más esenciales de ellas y no ha querido guardar cédulas reales particulares que en el tiempo de su gobierno han venido y ha dado las encomiendas y oficios que en su tiempo han vacado a personas [...] prohibidas por dádivas y cohechos en gran cantidad de pesos de oro y recibido otros muchos por otras diversas causas y asimismo en la carga, despacho y materia de naos tiene defraudados a los vecinos desta ciudad y islas y a la Real hacienda de Vuestra Alteza en más cantidad de trescientos mil pesos [...] y asimismo es deudor a diferentes personas y comunidades de indios de cantidad de pesos de oro y si el susodicho se fuese sin dar la dicha residencia ni ser castigado sería notorio agravio y daño a los vezinos destas islas y a la hacienda Real [...] <sup>92</sup>.

Tello demandó enseguida la lista de los regidores de Manila que habían acordado enviar acusaciones tan graves, alegando defectos de forma y señalando que Acuña no había traído cédula para efectuar la residencia, sino que había una cédula para permitir su regreso como general de la flota que volviese a Acapulco<sup>93</sup>. Todo estaba en la «intención dañada» de algunos regidores, siendo todo una pretensión de «macular» el buen crédito del ex-gobernador.

Ante la permisión de Felipe III para que Tello volviese a Nueva España el fiscal Salcedo insistió en la necesidad de efectuar la residencia en Filipinas, pues lo contrario sería «caso nunca visto», demandando que nombrase

---

<sup>92</sup> AGI, *Filipinas*, leg. 19, r. 4, n.º 48. El acuerdo de la Audiencia, en 10-VI-1602.

<sup>93</sup> AGI, *Filipinas*, leg. 19, r. 4, n.º 48. Además indicaba que no se le pidieron fianzas a la hora de comenzar a ejercer el cargo. Manila, 14-VI-1602. Las cédulas que permitían a Tello llevar las toneladas que necesitase y doce criados de los veinte que viajaron con él cuando arribó al archipiélago, así como volver como general de la armada se firmaron en Valladolid, 22-III-1601.

un procurador para defender su causa. A su voz se unía la ciudad de Manila repitiendo sus argumentos, con mayor carga dialéctica si cabe<sup>94</sup>. En 20 de junio Salcedo y la ciudad reiteraban solemnemente su petición, proveyendo la Audiencia en dos días después que Tello no saliese de las Filipinas hasta dar su residencia.

En la animadversión de los capitulares puede estar la voluntad del gobernador de las islas por nombrar nuevos regidores afines a su política, que pasaba por dar cancha a los encomenderos más antiguos, pues se le había ordenado en su mismo nombramiento «y en las tales encomiendas y aprovechamientos preferiréis a los primeros descubridores que estuvieren sin indios y después a los más antiguos y beneméritos por servicios hechos en las dichas islas como particularmente se os encarga en una instrucción cuyo tenor habéis de mplir»<sup>95</sup> y así se confirma en la historiografía<sup>96</sup>. No se olvide además que bajo el gobierno de Gómez Pérez Dasmariñas éste trató de nombrar a doce regidores y sólo se presentaron cinco, nombrando él a los restantes para tener una masa crítica mínima en el gobierno de la ciudad<sup>97</sup>. Si bien es cierto que Tello nombró nuevos regidores, no lo es menos que él mismo denunciaba la

---

94 Sobre la obligación de dar fianzas, los capitulares indicaban que Tello y cualquier oficial estaba obligado «por ser disposición de derecho y ley de Reyno y cosa tan notoria [...] no porque la voluntad de su magestad lo haya querido hazer exento y privilegiado de lo que por derecho divino humano y de la gente y común y de sus Reynos está establecido que cada uno de cuenta del ministerio y oficio que se le ha encargado y satisfaga a las partes que haya agraviado y damnificado» (AGI, *Filipinas*, leg. 19, r. 4, n.º 48). El procurador de las islas, el capitán Agustín de Arceo, ya había solicitado que se diesen las residencias en las islas en 1600 (AGI, *Filipinas*, mic. 55 [leg. 27], n.º 36, fl. 220v, Manila, 1600).

95 En 1599 la ciudad solicitaba que el gobernador no pudiese destituir a un regidor nombrado por él si no tuviese permiso del rey (*Ibidem*, leg. 18B, r. 8, n.º 91, Manila, 8-VI-1598).

96 I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., *passim*. La autoridad del gobernador fue desafiada en la fijación de los límites de la encomienda del capitán Gómez Machuca, aunque el Consejo de Indias le daría la razón (P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, p. 52). Además de ello la tasa que debía imponerse a los indios debía depender sólo de Tello y se prohibía al virrey de Nueva España y oidores de la Audiencia entrometerse en encomendar indios (AGI, *Filipinas*, leg. 339, L. 2, fl. 80r-v).

97 La Corona aprobaba esto en 1596 y recomendaba que los regidores fueran los más «beneméritos» (AGI, *Filipinas*, leg. 1, n.º 10, consulta en Madrid, 15-IV-1596). La petición de que los «beneméritos» ocuparan puestos de responsabilidad también se hacía extensiva a los capitanes y cabos de naos como pedía la ciudad de Manila para que éstos no fueran de Nueva España, en 1598 (AGI, *Filipinas*, leg. 27 [mic. 55], fl. 207r, Manila, 14-VII-1598). El procurador de las islas, el capitán Agustín de Arceo, solicitaba que Tello no tolerase a los encomenderos ausentes en Nueva España y cumpliese así con la ley (AGI, *Filipinas*, mic. 55 [leg. 27], fl. 216v, Manila, 1600). Órdenes muy similares para respetar la prelación en el reparto de encomiendas fueron dadas a sus antecesores en el caso, P. HIDALGO NUCHERA, op. cit., 1995, pp. 60-1.

situación de desamparo de los más antiguos en favor de los recién llegados<sup>98</sup> aunque fue acusado por algunos de favorecer en esta cuestión a algunos de sus criados<sup>99</sup> y a su propio hermano<sup>100</sup>, no es menos cierto que esta actuación había sido patria común de todos los gobernadores, como indicaba en 1598 el capitán Juan Núñez<sup>101</sup>. No cabe duda de que Tello necesitó urgentemente rodearse de hombres afines a su política<sup>102</sup>, habida cuenta del ascendiente que en el archipiélago tenían las órdenes religiosas (durísimamente denunciadas por Morga)<sup>103</sup>, así como los conquistadores y regidores de Manila, que

- 
- 98 Eso hizo en 1598, indicando al rey que quedaban con las mejores encomiendas de las viudas de los primeros pobladores «hombres ruines y vagos y quedaban defraudados los antiguos soldados caballeros honrados e hidalgos» (I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., p. 296). No sabemos si esta opinión de Tello sobre los recién llegados, algunos de los cuales había encumbrado él mismo, era tan sólo una vil hipocresía o bien respondía a una estrategia para consolidar su base de poder en las Filipinas, premiando primero a sus hombres y luego a algunos de los habitantes del archipiélago. Quizá fueran todas estas cosas, pero la documentación no ofrece más posibilidades en este sentido.
- 99 Como el cuñado de su mujer y otros que le acompañaron en el viaje, que se habían convertido en regidores, como denunciaba el fiscal Salazar (AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 8, n.º 105, Manila, 8-VII-1598).
- 100 Debió viajar con él o llegar muy poco después porque en 1603 los oficiales reales acusaban a Tello de haber tomado 8000 pesos de la caja real en 1599 y dando 1000 de ellos a su hermano Juan Tello (AGI, *Filipinas*, mic. 57 [leg. 29], n.º 77, Manila, 18-VII-1603). Si fue general de algún galeón que hacía la ruta a Acapulco ello pudo deberse a que desde 1599 el gobernador tenía facultad para realizar dicho nombramiento. Cf. Raquel Ofelia BARCELÓ QUINTAL, «Acapulco, frontera comercial del reino español (1565–1815)» in Marta María Manchado López y Miguel Luque Talaván (coords.), *Fronteras del mundo hispánico: Filipinas en el contexto de las regiones liminares novohispanas*, Córdoba, 2011, pp. 361–84, y aquí, p. 369.
- 101 En su memorial, Juan Nuñez denunciaba que habiendo gastado lo mejor de su vida en las islas, «cada gobernador que a esta tierra viene trae tantos parientes, hermanos y criados que no hay en toda la tierra para dalles quando va el soldado viejo a decir «señor mande vuestra señoría darme de comer» como lo manda su magestad nos hazen luego incapaces y que como los demás gobernadores no lo han dado no hay otra respuesta sino decir que los demás gobernadores lo daban a sus criados y todos llevan este estilo [...]» (Manila, 24-VI-1598, AGI, *Filipinas*, mic. 107 [leg. 35], fls. 339r–340r).
- 102 Es el caso de los apoyos que Tello ofreció a los hermanos Bernardino Maldonado y Antonio de Ribera Maldonado, castellano de Manila y oidor de su Audiencia respectivamente, dejando el primero parte de la guardia de la fortaleza para guardia personal del gobernador, y obteniendo la promesa de casamiento con una hija natural de Tello, además de hacer negocios con la venta de licencias a chinos y otros asuntos, como la obtención de una encomienda de 1200 pesos de valor en Ilocos para Bernardino gracias a Tello (M. M. MANCHADO LÓPEZ, op. cit., 2011, pp. 85–8). Otro magnífico ejemplo es el del capitán Ventura de Santillán, que llegó en la misma armada que Tello y desempeñó varios cargos en las islas (*Idem*, «Poder y redes de influencia. Las trayectorias de una familia española en Filipinas [1596–1650]», *Revista de Indias*, Vol. LXVI, n.º 238, 2006, pp. 629–58, aquí, pp. 632–3).
- 103 AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 8, n.º 91, Manila, 8-VI-1598, proposiciones 1–34. Además de entrometerse en la jurisdicción real, dominar a los indios a través de maltratos, ejercicio propio de la justicia y subidos tributos, los acusaba de tibieza de celo y vida licenciosa, participando en el comercio con Nueva España, además de que así «se inquietan e inventan jornadas y conquistas y con ellas inquietan a los que gobiernan».

se quejaban como el capitán Núñez<sup>104</sup>. Es bien cierto que bajo su gobierno el poder de los gobernadores en la discrecionalidad para nombrar regidores era muy amplio y que Tello fue denunciado por ello, si bien la Corona trataría a partir de la actuación del nuevo gobernador, Pedro de Acuña, de ir definiendo esta situación<sup>105</sup>. Siguiendo la política del *divide et impera*, se debe entender la denuncia de los regidores de Manila por el hecho de que Tello había hecho construir una tarima en la catedral de Manila para su mujer y las de los oidores, quitando el sitio y agravando a los «regidores, oficiales de vuestra real hacienda y a los vecinos honrados desta republica»<sup>106</sup>. Así también los oficiales reales se sentían vejados al disponer sin su aprobación de grandes cantidades y haber expulsado al tesorero de las casas de piedra que ocupaba para hacer «caballeriza a sus caballos y en lo alto aposento a diferentes criados suyos»<sup>107</sup>.

Entre los pocos testimonios positivos de su política se cuenta la carta del cabildo de Manila de 1598 señalándolos<sup>108</sup>, cuyo procurador solicitaba en 1601 que Felipe III ratificase los nombramientos realizados por Tello de regidores y del Alférez Mayor pues se habían provisto «en personas beneméritas»<sup>109</sup>, cosa que puede comprobarse en la relación de aquellos a los que concedió cargos y/o encomiendas bajo su gobierno, incluyendo eclesiásticos al ejercer

104 Así Juan de Espinosa Jara, alcalde mayor de Otón, indicaba que Tello no le había hecho merced cuando en realidad estaba obligado a ello por la cédula que ya comentamos «constándole muy claro ser yo uno de los beneméritos que hay en estas yslas y veo que lo ha dado y da a otros que lo pudieran muy bien servir y acomoda a sus criados [...] se le mande con pena grave que me dé de comer» (AGI, *Filipinas*, mic. 107, [leg. 35] fls. 343r-v, Manila, 24-VI-1598). Aún así Tello informaba en 1599 que la mayoría de los regidores tenían «sobradamente de comer», estando basada su economía más en el comercio que en la explotación de la tierra (I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., p. 323).

105 En la queja de uno de sus enemigos, el fiscal Jerónimo de Salazar y Salcedo, indicaba que Tello había dado regimientos a sus deudos, Gonzalo Manuel, al cuñado de su mujer Miguel de Alcanadre, y la escribanía de cabildo a uno de sus hombres, Luis de Contreras. La Audiencia trataría en 1601 de limitar este poder solicitando al rey que el título regio de regidor diese estabilidad en el cargo (I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., p. 159).

106 AGI, *Filipinas*, leg. 77, n.º 10, Manila, 12-VII-1601.

107 AGI, *Filipinas*, mic. 57 (leg. 29), n.º 77, fl. 490r, Manila, 18-VII-1603. Tello ya se había disculpado ante el rey de las faltas en las cuentas que prometía suplir «con toda brevedad» (AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 151, Manila, 8-II-1598). Tello manifestó una mala opinión sobre estos oficiales en carta al rey en 13-VI-1598, AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 149, fl. 1r., Manila.

108 AGI, *Filipinas*, mic. 55 (leg. 27), n.º 33, fls. 208r-209r, Manila, 14-VII-1598. Entre ellos, las limosnas a hospitales, la ayuda al monasterio de las doncellas (concepcionistas), la creación de dos astilleros, el fin de la revuelta de Cagayán y la pacificación de Mindanao (que no fue tal). Este es otro ejemplo de los vaivenes de la política en las islas, habida cuenta que Tello había ordenado encerrar a todo el cabildo a comienzos de 1597. Cf. L. MERINO, op. cit., Vol 1, p. 132.

109 AGI, *Filipinas*, mic. 55 (leg. 27), n.º 39, fl. 230r, Manila, 15-XI-1601. Se solicitaba también que una vez provistos el gobernador no pudiera despostrarlos de los oficios salvo por delitos. Al parecer Tello había nombrado como alférez mayor y regidor a Bernardino de Ávila (entre 1595 y 1605, según ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., p. 391), y de regidores al capitán Gómez de Molina Padilla y el capitán Pedro de Arceo Cuevas Rubias (AGI, *Filipinas*, mic. 55 [leg. 27], n.º 39, fl. 235v).



el patronato regio<sup>110</sup>. Es posible que Tello modificase su política en los últimos momentos de su gobierno ante su inminente cese.

Sea como fuere, el gobernador Tello se enfrentó a la Audiencia, parte de los encomenderos y un sector del cabildo de Manila, y a ello se añadía la rápida evolución de un escenario político internacional tremendamente fluctuante<sup>111</sup>, que generó importantes subidas en el situado que se enviaba desde Acapulco bajo su gobierno<sup>112</sup>, a lo que se añade su responsabilidad a la hora de refundar y presidir la nueva Audiencia, cuyos integrantes pronto se volverían contra él. En este proceso de crear apoyos políticos puede estar el hecho de que mientras los oidores y fiscal adoptan un posición que va desde la colaboración y tibieza como la de Antonio de Morga a la abierta hostilidad (el fiscal Salazar), en cuanto el equipo se renovó con la llegada del oidor Antonio Ribera Maldonado, Tello se lanzaría a crear para él y su hermano, castellano de la fuerza de Manila, una base de poder en el reparto de las encomiendas y otros asuntos como hemos visto, que incluía el uso de la hacienda regia para dar «mercedes»<sup>113</sup>. En esta misma línea actuó organizando fiestas para atraerse a la élite de la capital, seguramente necesitada de distracción, desplegando toda clase de actividades lúdicas asociadas al poder secular y religioso<sup>114</sup>; por

110 AGI, *Filipinas*, leg. 19, r.1, n.º 8, Manila, ca. 1600. Los regidores se quejarán contra el nuevo gobernador Acuña por quitarles los oficios y no nombrar personas beneméritas (AGI, *Filipinas*, mic. 55 [leg. 27], n.º 49, fl. 291r, ca. 1604). Para el caso de los regidores y otros cargos nombrados por él, véase la relación que publica L. MERINO, op. cit., Vol. 1, pp. 70–104, y los regimientos por merced en las pp. 170–1.

111 Ver, entre muchos otros, J. GIL, op. cit., 1991; Emilio SOLA, *Historia de un desencuentro. España y Japón. 1580–1614*, Madrid, Fugaz, 1999; Mancel OLLÉ, *La empresa de China. De la Armada invencible al Galéon de Manila*, Acantilado, Barcelona, 2002.

112 L. ALONSO ÁLVAREZ, «Repartimientos y economía en las islas Filipinas bajo dominio español, 1565–1815» in Margarita Menegus (comp.), *El repartimiento forzoso de mercancías en México, Perú y Filipinas*, México, 2000, p. 172.

113 AGI, *Filipinas*, mic. 57 (leg. 29), n.º 77, Manila, 18–VII–1603. Él mismo indicaba que «este oficio requiere mucha autoridad y ostentacion y yo tengo cinquenta criados a mi costa los cuales estan con armas en la mano a qualquier ocasión» (AGI, *Filipinas*, leg. 6, n.º 142, Manila, 10–VI–1598).

114 El obispo de Nueva Segovia le criticaba por estar pensando sólo (según él) en estar «haciendo convites, haciendo fiestas combatiendo castillos [...] tan metido en estas fiestas a mí se me hace la historia de Nerón cuando puso fuego a Roma y se estaba el regocijándose cuando la veía arder y abrasarse. O como decía un hombre docto y pío parece esto a la invención que usó Nabucodonosor quando quiso que el pu[eblo] adorase su imagen que ordenó que entonces hubiese muchas músicas [y] fiestas para que el pueblo embaucado con aquello no reparase [borrado] que luego hiciese el acto de la idolatría, así aquí todo es fiesta con esto el pueblo desocupe el pensamiento y como gente embaucada se estén en esto ocupados [...]» (AGI, *Filipinas*, leg. 76, n.º 40, Manila, 30-VI-1598). Es cierto que bajo su mandato aumentan los gastos de las fiestas seculares, por encima de las religiosas, aunque sería poco comparado con los fastos organizados en el siglo XVII, I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., pp. 124–5. Es muy sintomático que en 1598, cuando la oposición de algunos miembros de la Audiencia y del obispo Benavides comienza a armarse, solicite los mismos poderes que tuvo el gobernador Santiago de Vera (que ya hemos mencionado) y, como aquel, 2000 pesos para poder «para las fiestas que hacía cada año [...] que todo es a mi costa» (AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 152, Manila, 9–VII–1598).

último no puede olvidarse que bajo su gobierno se gestó la creación de la Misericordia de Manila<sup>115</sup>.

Las críticas y desacuerdos con Tello venían no sólo de sus posibles abusos para organizar una base de poder acorde con su posición, sino también de la concentración en su persona de la presidencia de la Audiencia, y el cargo de gobernador, con su ascendiente sobre el cabildo secular, que forzaba el sistema de contrapesos institucionales y creaba una imagen de abuso de poder<sup>116</sup>.

La reunión de tanto poder en su persona y la difícil situación internacional, que sugería diferentes cursos de acción (reforzamiento de la posición en el archipiélago vs. aventuras en el continente) hacían muy difícil que contentase a todos. A ello se añade que su gobierno trajo la regulación cuasi definitiva del comercio interoceánico, pues bajo su mandato se aplicaría la cédula de 1593 que limitaba y regulaba el tráfico con las posesiones americanas a Nueva España<sup>117</sup>, cédula que sería perfilada de nuevo en 1602 y en 1604, aunque todavía en aquellos años de ajuste en Filipinas se siguió comerciando por encima del límite establecido y la intervención de los novohispanos era muy grande<sup>118</sup>. En este sentido, las críticas a su intervención personal y a favor de algunos colonos en el comercio aluden no sólo a un intento de enriquecimiento personal (del que no hay por qué dudar) sino también a una posible estrategia para encontrar fondos que permitiesen financiar su actuación sin esperar al dinero novohispano. Estos intentos de intervención por parte de Tello en el comercio coincidieron con una caída en picado de las rentas municipales en 1601, hecho que sin duda obedecía a la mala época económica que se vivía en las islas justo al final de su gobierno<sup>119</sup>, que fue precedida de hecho de una crisis de subsistencia en 1598 agravada por la langosta<sup>120</sup>, que tuvo que ser resuelta con nuevas ordenaciones desde la Audiencia presi-

115 L. ALONSO ÁLVAREZ, op. cit., 2013, pp. 25-84, aquí, pp. 71-2. Aunque según Francisco Colín fue con Dasmariñas (F. COLÍN, op. cit., p. 350).

116 Señala este hecho L. MERINO, OSA, op. cit., Vol. 1, p. 132.

117 Los vecinos de Manila solicitaron en 1597 la reunión de un cabildo abierto para tratar esta cuestión, que finalmente sería solucionada por algunos regidores (I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., pp. 218-9). Dio informes sobre el comercio con los chinos (I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., p. 79).

118 L. ALONSO ÁLVAREZ, op. cit., 2013, pp. 73-80. Varios ejemplos de ello: Carmen YUSTE LÓPEZ, «De la libre contratación a las restricciones de la *permission*» in Salvador Bernabéu Albert y Carlos Martínez Shaw (eds.), op. cit., pp. 85-106. Justo antes de llegar Tello, el factor real Francisco de las Misas solicitaba que el gobernador no repartiese junto con algunos regidores quienes comerciarían en el galeón, sino que esto lo hiciesen los oficiales reales (AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 6, n.º 48, Manila, 16-VI-1596, capítulos 13 y 15 de su relación).

119 Las cifras en I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., p. 247.

120 F. COLÍN, op. cit., p. 370.

didada por Tello<sup>121</sup>. El cambio progresivo en la forma del pago del tributo de los filipinos, con la generalización de dicho pago en metálico frente al pago en especie (que culminaría bajo el gobierno de Acuña<sup>122</sup>), agudizó la crisis de abastecimiento de productos básicos (que venía de lejos<sup>123</sup>) factor que se gravaba con el encarecimiento de productos manufacturados vendidos por los chinos. Todos estos problemas «de la tierra» se complicaron con el efecto de fondo del gran reajuste económico que suponía la economía del galeón<sup>124</sup> al seguirse los ordenamientos del comercio dictados en 1593 por Felipe II, que limitaban la iniciativa particular buscando el control y reducción de los intercambios intercontinentales vía Manila, así como la participación solapada (o no) de peruleros y novohispanos en dicho comercio, denunciada también por el propio gobernador Tello<sup>125</sup>.

Su gobierno coincidió pues con una mala situación económica presidida por la inestabilidad y los cambios a todos los niveles, que obligaron a Tello a recortar en todas las áreas de su competencia<sup>126</sup>, y que suponían la reducción de expectativas de muchos españoles en la provisión de encomiendas<sup>127</sup>.

Por último y en lo que respecta a su perfil personal, no se puede olvidar que Tello fue más que un soldado, un hombre de letras, menos versado en la actividad militar que sus predecesores, y que había ocupado uno de los cargos de tesorería más importantes de la Corona, por lo que las dificultades en

---

121 Patricio HIDALGO NUCHERA, «El impacto ecológico de la conquista. Las crisis de subsistencias del siglo XVI en las islas Filipinas» in *Alimentación y gastronomía: cinco siglos de intercambios entre Europa y América*, Pamplona, 1998, pp. 73–84.

122 *Idem*, «Sistemas para la explotación de las islas: encomiendas, tributos y comercio» in María Dolores Elizalde (ed.), *Las relaciones entre España y Filipinas. Siglos XVI–XX*, Madrid/Barcelona, 2002, pp. 77–8, Teniendo Tello que velar por la libertad de los filipinos para poder pagar en especie o moneda, lo que molestaba a los encomenderos (Luis ALONSO Álvarez, *El costo del imperio asiático. La formación colonial de las islas Filipinas bajo dominio español, 1565–1800*, México/La Coruña, Instituto Mora/Universidade da Coruña, 2009, pp. 193–5).

123 *Idem*, op. cit., 2013, pp. 41–3.

124 *Idem*, op. cit., 2000, pp. 193 y ss.

125 AGI, *Filipinas*, leg. 6, r. 9, n.º 178, Manila, 6–VII–1601. Indicaba que los peruleros llegaban con licencia del virrey de Nueva España o bien como marineros que compraban mercancías.

126 AGI, *Filipinas*, leg. 6, n.º 143, Manila, 13–VI–1598.

127 AGI, *Filipinas*, leg. 6, n.º 149, fl. 1v, Manila, 13–VI–1598. Reformó varias compañías de soldados y «plazas muertas» por un valor éstas de 3000 pesos, gastando sólo 8000 pesos «en vacantes de encomiendas en personas beneméritas con algunas pensiones para repartir entre soldados y viudas pobres». Por ello Tello pedía dinero, 1000 pesos y otros 1000 sacados de encomiendas, para sostener a capitanes reformados y soldados beneméritos sin encomienda (AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 8, n.º 95, Manila, 22–VI–1598).

el encaje local eran más que patentes<sup>128</sup>. Que quisiera enriquecerse con el cargo no era extraño, si tenemos en cuenta que algunos de los que le acusan de ello mismo añaden que el rey debería aumentar los salarios por el elevado coste de la vida, y desde luego es harto dudoso que sus aventuras amorosas fueran excepcionales habida cuenta del clima de relajación moral y social de la colonia en formación y bajo amenaza constante de invasión.

Francisco Tello de Guzmán II no tuvo más remedio que quedarse en Manila y recibir al nuevo gobernador Acuña, pero no tendría tiempo de recibir el juicio de residencia pues en tres de abril de 1603 dictó su testamento y en 12 de junio se notificó a su hermano «el general don Juan Tello» la muerte del antiguo gobernador. Esto causó el desamparo de su viuda, Tomasina Tello, quien solicitó ayuda al rey en 1603 al haber perdido su hacienda en el incendio de Manila de aquel año «que en breve abrasó gran parte de la ciudad, con el convento de Santo Domingo, Hospital y Almacenes reales»<sup>129</sup>, y los oficiales de la hacienda informaban con malicia que Tomasina Tello había perdido 8000 ducados que había ocultado en aquel convento<sup>130</sup>. La viuda no encontró comprensión ni apoyo entre los capitulares a los que un día gobernara su marido, y aunque luchó por obtener los bienes que le correspondían de su difunto esposo, no sería hasta 1612 cuando recibiría la mitad del salario de un año, 300 ducados de renta de por vida, y una merced de 2000 ducados, así como una renta anual vitalicia de 800 pesos pagados en la Caja de México<sup>131</sup>.

128 En este sentido se expresaba fray Pedro de Agurto, obispo de Santo Nombre de Jesús (en Cebú), cuando recordaba al rey que «[L]a venida de la Audiencia Real ha sido para mucha ayuda del gobernador don Francisco Tello por lo mucho que hay que hazer el qual aunque tiene emulación como es costumbre la tengan los que gobiernan (en especial en estas partes) donde es mayor la libertad de los hombres que en otra y de lo que yo he visto va procediendo en su gobierno con todo cuidado» (AGI, *Filipinas*, leg. 76, n.º 3, 22–VII–1599). Este benévolo juicio del obispo de Cebú puede estar relacionado con el permiso que Dasmariñas había dado a los habitantes de estas islas para armar un galeón para comerciar directamente con Nueva España según una cédula de 1594, permiso que Tello protegió en 1600 actuando como presidente de la Audiencia pese a que el cabildo de Manila cuestionase su validez. Pese a ello, el comercio desde Cebú cesó precisamente a partir de 1600 (I. ALVA RODRÍGUEZ, op. cit., p. 76). Dasmariñas había nombrado a D. Francisco de Mendoza y doce personas más para cargar la nao con salario de más de 600 pesos, algo que fue protestado por el factor real Francisco de las Misas (AGI, *Filipinas*, leg. 18B, r. 6, n.º 48, Manila, 16–VI–1596, capítulo 12 de su relación).

129 F. COLÍN, op. cit., p. 151. El autor indica como «Gozaba todavía entonces Manila de la prosperidad de su caudaloso trato y mercancías [...] que consumió el fuego en este día... trescientos mil pesos pues hubo casa destas que importaba ciento y sesenta mil la hacienda que tenia junta en sus almacenes y con valor de la mismas casas y otros daños [...] pasaría de un millon el de aquel incendio» (pp. 461–2).

130 AGI, *Filipinas*, mic. 57 (leg. 29), n.º 77, Manila, 18–VII–1603.

131 J. GIL, op. cit., 1991, p. 73, nota 112. Una de sus quejas (en AGI, *Filipinas*, mic. 108 (leg. 35), ff. 1027r–v, Manila, 30–VI–1603) indicaba que estaba completamente sola, sin mencionar a su cuñado Juan Tello, y que se le impedía volver a Nueva España para entrar en religión.

La deuda de Tello seguía vigente bajo el nuevo monarca<sup>132</sup>. Los oficiales de la hacienda indicaban que

aunque por el testamento que hizo parece dejar mucha cantidad de hacienda pues entre otras muchas cláusulas manda que se acrecienten en su mayorazgo mil ducados de renta de a 20.000 el millar como decimos arriba se desapareció toda aunque si muriera en esa Corte o otra parte creemos se hiciera más diligencia para que no se ocultaran sus bienes pues eran notorias las deudas que a vuestra magestad debía [...]

Según los oficiales reales y otros testimonios, parece que la Audiencia dio cancha al heredero del ex-gobernador, su hermano Juan Tello, pues al parecer el tribunal se entrometió en la actuación de los oficiales reales para embargar los bienes del difunto y poder enjugar la deuda que quedaba pendiente con la real hacienda, impidiendo que los oficiales reales secuestraran los esclavos que habían quitado a la viuda<sup>133</sup>. Estos oficiales se quejaban de la tibieza de los oidores en las diligencias llevadas a cabo para encontrar la hacienda escamoteada por la viuda (y posiblemente su cuñado, Juan Tello), quejándose de que su jurisdicción era sólo ordinaria, pues

no somos poderosos a prender a ninguno de por deuda de vuestra magestad porque en estando en la cárcel los dichos oidores en visita de cárcel o si están lejos el sábado en audiencia los sueltan en fiado o les hacen espera sin que nosotros lo sepamos, y alla dan las fianzas ante otro [mientras Juan Tello estaba] paseando y no nos habla ni quita la gorra.

De los miembros de la Audiencia, sólo el fiscal Salazar, recordaba al rey que Tello había sido condenado en 3400 pesos por dicha institución, y que además dejó deudas en su codicilo por 30 000 pesos, enviándose orden de embargo a México y dándose cartas de excomunión para evitar las ocultaciones<sup>134</sup>. Sin embargo parece que el resto de sus miembros ayudaba a Juan Tello a ocultar los bienes de su hermano, quien finalmente tuvo que avenirse a pagar a la hacienda 2000 ducados anuales sobre los frutos del mayorazgo que ahora heredaba, pues así lo había dispuesto el ex-gobernador en su testamento.

---

132 Ya en 1598 indicaba que había gastado de su hacienda, sólo en el viaje entre Madrid y Manila, 20 000 escudos (AGI, *Filipinas*, leg. 6, n.º 142, Manila, 10–VI–1598).

133 Que además le habían sido devueltos porque estaban en depósito y estaban muriendo o huían. Francisco de las Misas, oficial de la hacienda del rey, hizo la confiscación, pero encontraron pocos bienes además de los muebles y de Nueva España no se supo que hubiese hacienda a nombre de Tello. Cf. AGI, *Filipinas*, mic. 55 (leg. 27), n.º 41, fl. 241r–242v, Manila, 6–VI–1600 y de nuevo, fl.1055r–1056v, Manila, 6–XII–1603.

134 AGI, *Filipinas*, leg. 19, r. 4, n.º 63 (Carta del fiscal Salazar y Salcedo de Manila, 4–VII–1603). El testamento fue otorgado en Manila el 6–VII–1602.

Una vez liquidada la memoria del gobernador, su hermano Juan Tello no tuvo mucha mejor fortuna. En vano trató de conseguir la herencia de su cuñada, Juana de Figueroa, que había fallecido al marcharse de Filipinas en 1603 con su tío, Duarte de Figueroa. Su herencia quedó en 1606 para la fundación del colegio jesuita de san José de Manila, tal y como fue deseo de Esteban de Figueroa en caso de que sus hijas murieran sin testar. Juan Tello tuvo que marcharse de las Filipinas camino de Sevilla al haber dado como teniente general una sentencia de muerte contra Antonio Leiton (Leitão) por el asesinato del alférez Gregorio de Alvarado en 1606. Al marcharse su mujer, Margarita de Figueroa, perdió el derecho a las encomiendas de Guas y Libón, que pasaron al colegio de santa Potenciana de Manila, y aunque logró recuperarlas en 1611, volvió a tener problemas para cobrar su renta en 1617. Para 1619 Juan Tello y Margarita de Figueroa, instalados en Sevilla desde al menos 1609, decidían dejar de pleitear en Filipinas y liquidar allí todas sus pretensiones a cualesquier

cajas de difuntos, perlas, joyas, sedas, grana cochinilla, ganados, mulas, caballos, esclavos cualesquier bienes raíces, muebles y semovientes (...) que son e fueren obligados a nos dar e pagar en Manila y en otras cualesquier islas, puertos o lugares de Filipinas, como de Nueva España, o Perú, herencias, sucesiones, casa, tierra, frutos [...]

y para ello el matrimonio apoderaba a Pedro de Angulo, alguacil mayor de la Santa Cruzada en Manila para que hiciese todas estas cobranzas y liquidase sus bienes allí<sup>135</sup>.

Juan Tello y Margarita de Figueroa serían padres de Juan Gutiérrez Tello de Guzmán y Medina, caballero de Calatrava, que sirvió en las galeras de España, en Orán, Milán y en la escuadra de refuerzo que se envió para escoltar los galeones en 1631<sup>136</sup>. La historia familiar de Melgarejo no ofrece una noticia por la que parece que fue además ayudante del Sargento Mayor del puerto de Cavite, aunque en 1636 esta posición no colmaba ya sus aspiraciones, por lo que solicitaba permiso para poder servir al rey en otro puesto, recordando que su tío había sido gobernador de las islas que estando en «estas partes tan atrasadas» insatisfecho por estar «tan atrassado en los méritos en que podría ser premiado»<sup>137</sup>; quizá este fuera el último intento de esta rama de los Tello por aprovechar el resto de su influencia en Filipinas.

135 AHPSc, *Protocolos Notariales de Sevilla*, leg. 11735, fs. 566r-567v, Sevilla, 31-X-1619.

136 L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, op. cit., pp. 39-40.

137 AHN, *Colección de Documentos de Indias*, 34, n.º 25, Cavite, 12-VII-1636. En este memorial Juan Gutiérrez Tello de Guzmán se veía obligado a recordar también que era hijo de «Juan Tello de Guzmán marido de doña Margarita de Figueroa».

## Conclusiones

El fantasma de las deudas acució a Francisco Tello de Guzmán II quien solicitó en la corte, después de varios años de peticiones, un cargo en Indias que le permitiese resarcirlas y terminar su vida manteniendo su posición, algo que no pudo hacer pese a la protección del secretario del Consejo de Indias Juan de Ibarra. Sus expectativas se vieron parcialmente frustradas con el nombramiento para Filipinas, donde utilizó el dinero del rey e intervino en el comercio a su favor en muchas ocasiones, y es difícil pensar que la liquidez que con ello conseguía era destinada tan sólo a la mejora de su capacidad política y por tanto el servicio al rey. Si bien consideramos que al menos así debió ser en parte, parece que trató también de enjugar con los posibles beneficios las pérdidas que había causado a la hacienda real, aunque sin mucho éxito. Su hermano Juan Tello le acompañó en su aventura en el Pacífico y aprovechó todas las ocasiones que tuvo para enriquecerse allí. Fue el heredero del mayorazgo de su hermano, y también de sus deudas con la real hacienda. Pese a que se le había descontado parte del sueldo a Francisco Tello de Guzmán II, en las distintas cuentas que se fueron haciendo tras su muerte, el alcance llegaba todavía a los 6 090 365 mrs., si bien los fiscales de la Casa de la Contratación consideraban que había que sumar 4 633 239 mrs. que supuestamente gastó en obras de la Casa de la Contratación, subiendo la deuda a 10 723 604 mrs.<sup>138</sup>. La documentación no aclara si Juan Tello de Guzmán tenía que pagar más de los 6 090 365 mrs., pero parece que desde Filipinas no realizaba el pago de los 2000 ducados anuales a la hacienda que su hermano indicase en su testamento. Por ello, la hacienda había solicitado el pago sobre los frutos de una heredad que el mayorazgo tenía en la localidad aljarafeña de Huévar, muy cerca de Sevilla. Su gestión quedó a cargo de su primo y sustituto en la Contaduría de la Casa de la Contratación Francisco Tello de Guzmán, pero al morir éste en 1604 su administración se remató primero en Francisco de Aguayo y en 1605 en un pariente de otro mayorazgo, Juan Gutiérrez Tello de Sandoval<sup>139</sup>.

---

138 AGI, *Contaduría*, leg. 329, r. 5, «Relaciones y estado de las cuentas de Juan Gutiérrez Tello y de Don Francisco Tello, su hijo. 1593» y años posteriores. No parece que estuviera claro si Tello debía algo de las cuentas de bienes de difuntos, pues su primo homónimo también se encargó de ellas entre 1601 y 1604, resultando al parecer un alcance de 1 558 056 mrs, aunque parece que de dicha suma habría que descontar su salario, que llegaría a los 649 124 mrs. además del de un oficial (AGI, *Contaduría*, leg. 344A).

139 AGI, *Escribanía de Justicia*, leg. 1013A. No concluyeron las deudas de la real hacienda hasta 1607, en que se hizo información en la que los testigos argumentaban que Juan Gutiérrez Tello de Sandoval tenía «mucho cuidado de labrar su hacienda que tiene en Huévar y su término junto a la hazienda del dicho mayorazgo del dicho don Juan Tello y porque es persona que tiene hazienda en el campo y sabe lo que es menester hazerse en ella». Sobre la vinculación de Juan Tello de Guzmán y su familia a Huévar, véase Manuel Francisco FERNÁNDEZ CHAVES, «La influencia del Hospital de la Misericordia en la comarca del Aljarafe. La dotación de doncellas de Huévar» in María Marta Lobo de Araújo *et al.* (coords.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI–XX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 13–24.

Además de este pago de 2000 ducados anuales que debían enjugar la deuda contraída por el difunto D. Francisco Tello de Guzmán II al frente de la tesorería de la Casa de la Contratación, se discutía en el Consejo de Indias sobre la conveniencia de gravar la hacienda en Huévar con el alcance que había resultado en la rendición de cuentas de su sustituto, su primo D. Francisco Tello. Estos alcances llegaban según el contador de cuentas de la Casa de la Contratación, Juan López de Ibartola, al menos a 438 897 mrs., y Juan Gutiérrez Tello de Sandoval y el administrador de los bienes que quedaban del difunto, D. Francisco de Medina trataron de evitar su pago<sup>140</sup>. Estos litigantes fueron desplazados ca. 1609 por don Juan Tello de Guzmán, quien había regresado de Filipinas en aquel año, y que quería recuperar el control de la hacienda de Huévar que pertenecía a su mayorazgo. Consiguió en 1613 constituirse como apoderado de la hija de su primo Francisco Tello, D.<sup>a</sup> Leonor de Castilla<sup>141</sup>. Seguramente fue así porque quizás era el pariente más cercano, y porque ella adolecía de una «enfermedad e falta de juicio», aunque se hizo administrador de sus bienes a condición de que no pudiera venderlos ni enajenarlos. Con su intento de recuperar el control de la hacienda en Huévar y pleitear para reducir la deuda con el fisco, intentó resarcirse de las pérdidas de la aventura filipina que tan cara había salido, luchando denodadamente con la hacienda del rey<sup>142</sup>, y finalmente se sentenció el alcance de la deuda de su primo en tan sólo 20 564 mrs<sup>143</sup>.

En Sevilla Juan Tello se dedicaría con gran afán a buscar una solución a los problemas propios y los heredados de su hermano. Se dio entonces la posibilidad de defender su derecho a la herencia de un mayorazgo fundado por uno e sus antepasados en 1447: Alonso González de Medina, veinticuatro, fiel ejecutor y tesorero de la Casa de la Moneda de Sevilla y D.<sup>a</sup> Mayor de Sandoval<sup>144</sup>. Felipe III reconoció su derecho, pero tuvo que pleitear contra el vecino de Sevilla Alonso Velázquez González de Medina, que también lo reclamaba. Juan Tello de Guzmán nombró varios procuradores en la Chancillería de Granada para su defensa, confirmando en su puesto desde 1609 o volviendo a nombrar en 1619 un abogado, un solicitador y dos procuradores a los que abonaba en total 28 000 mrs. anuales<sup>145</sup>. Consiguió finalmente ver reconocido

140 AGI, *Escribanía de Justicia*, leg. 1014, fl. 26r, poder dado en Madrid a 9-III-1609.

141 AGI, *Escribanía de Justicia*, leg. 1014, fls. 2r-3v. Fe de curaduría de Juan Tello de Guzmán, como vecino de Sevilla en San Juan de la Palma (AGI, *Escribanía de Justicia*, leg. 955, 13-IX-1613).

142 AGI, *Escribanía de Justicia*, leg. 1014, fls. 70r-82v (diversos apoderados en nombre de Juan Tello como curador de su sobrina segunda, pra recuperar el dinero en que fue condenado su difunto padre).

143 AGI, *Escribanía de Justicia*, leg. 955 (sentencia de 13-IX-1613, recurrida sin éxito 21-VI-1614).

144 Un manuscrito con sus alegaciones en la BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE SEVILLA [BUS], A 332/124, mss. 1.

145 AHPSc, *Protocolos Notariales de Sevilla*, leg. 11736, fls. 466v, 469v, 624r, 940v.



su derecho obteniendo «las casas [...] en la collación de San Andrés y el su lugar de la Membriola con su castillo, vasallos mero e mixto imperio y otros heredamientos que hacen cuatro mil ducados de renta»<sup>146</sup>.

La aventura filipina no terminó bien para Francisco Tello de Guzmán II y su hermano Juan Tello de Guzmán, puesto que los abusos al frente de la contaduría en la Casa de la Contratación atravesaron dos océanos y dejaron muy mermada su recuperación económica. Distintos miembros de los mayorazgos fundados a comienzos del siglo XVI tuvieron cargos en la administración americana, y Francisco Tello de Guzmán II continuó esta tradición aunque la familia perdió la codiciada tesorería de la Casa de la Contratación. Ello, como su voluntad de marcharse para no recibir el juicio de residencia, no fue precisamente lo que se recordara en la historia de la familia escrita por Luis Fernández Melgarejo, sino una versión mucho más acorde con su perfil militar que de administrador. Los titulares de este mayorazgo no se recuperarían del todo de la merma de su estatus al perder la tesorería de la Casa de la Contratación, y además su ausencia había provocado la codicia de sus parientes cercanos, contra los que se luchó para recuperar el control del propio mayorazgo como de otros a los que podían aspirar, hechos que muestran a las claras el repliegue de Juan Tello de Guzmán, quien al fallecer Margarita de Figueroa matrimoniaría de nuevo con la granadina Agustina de Alarcón<sup>147</sup>, en una estrategia de enraizamiento en el territorio peninsular que huía de aventuras en el exterior. Como hemos indicado, su hijo Juan Gutiérrez Tello de Guzmán y Medina, casó primero con Ana Ximénez de Enciso y Zúñiga<sup>148</sup> y posteriormente con una de las fortunas del comercio indiano más importantes de Sevilla, la de los Mañara<sup>149</sup>, volviendo a alcanzar con ello una posición económica que su padre y su tío habían perdido en su aventura entre la Casa de la Contratación de Sevilla y el gobierno de las islas Filipinas.

---

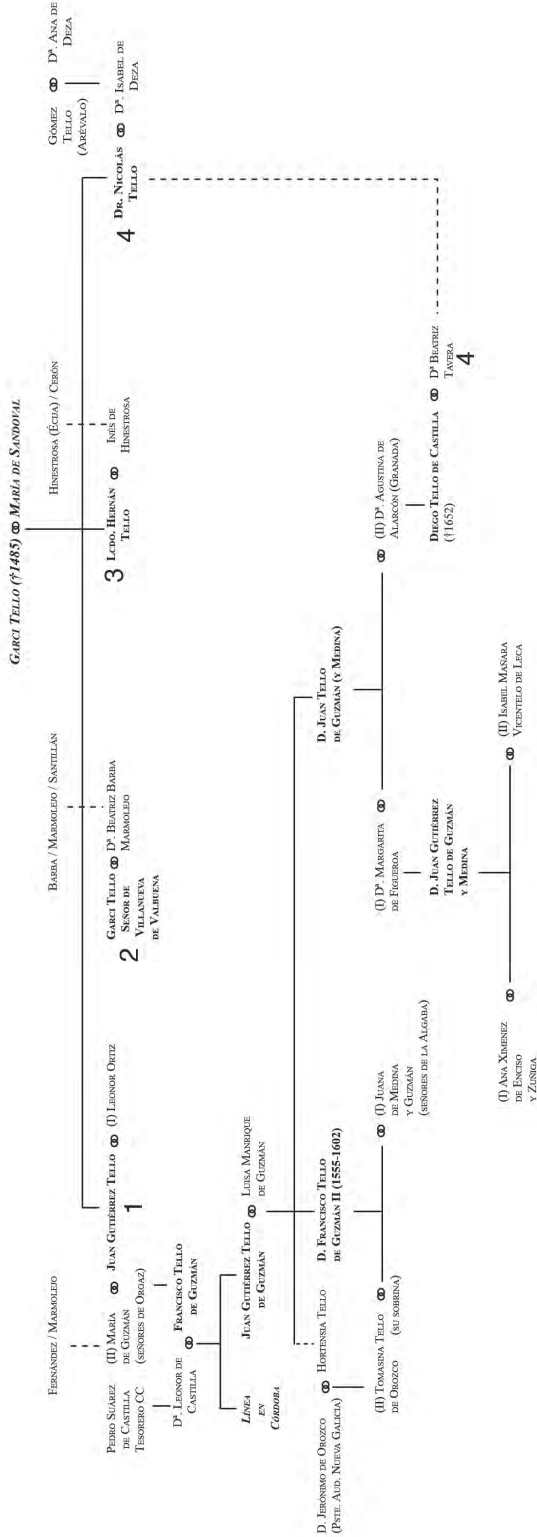
146 L. FERNÁNDEZ MELGAREJO, op. cit., p. 36.

147 *Idem, ibidem*, op. cit., p. 39. De este segundo matrimonio fue fruto D. Diego Tello de Castilla, que casó con una prima lejana, proveniente del cuarto mayorazgo de los Tello, D.<sup>a</sup> Beatriz Tavera, replegándose la familia sobre sí misma con este enlace.

148 *Idem, ibidem*, p. 40.

149 Sobre esta importantísima familia: Enriqueta VILA VILAR, *Los Corzo y los Mañara. Tipos y arquetipos del mercader con América*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2010; M. M. MANCHADO LÓPEZ, art. cit., 2014, pp. 1100–3, 1109.

## Genealogía simplificada de Francisco Tello de Guzmán



Fuentes del árbol genealógico: Luis Fernández Melgarejo, *Discurso genealógico de la Nobilísima y Antigua casa de los Tellos...*, pp. 24–40. Juan Gil, *Los conversos y la Inquisición sevillana*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2001, vol. V, pp. 375–6.

### Fuentes Manuscritas

#### ARCHIVO GENERAL DE INDIAS [AGI]

*Contaduría*, legs. 329; 344.

*Contratación*, legs. 3263A; 5784.

*Escribanía de Justicia*, legs. 955; 1008B; 1010B; 1013A; 1014.

*Indiferente*, legs. 739; 1952.

*Filipinas*, legs. 1; 4; 6; 18B; 19; 27 (mic. 55); 29 (mic. 57); 35 (mic. 107); 74; 76; 77; 329; 339.

#### ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS [AGS]

*Guerra Antigua*, leg. 56.

#### ARCHIVO HISTÓRICO NACIONAL [AHN]

*Colección de Documentos de Indias*, 34, n.º 25.

*Órdenes Militares*, Santiago, exps. 8010 y 8020.

#### ARCHIVO HISTÓRICO PROVINCIAL DE SEVILLA [AHPSe]

*Protocolos notariales de Sevilla*, legs. 6093; 9300; 11735; 11736.

#### BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD DE SEVILLA [BUS]

A 332/124, mss. 1.

### Fuentes Impresas y Bibliografía

ALONSO ÁLVAREZ, LUIS, «Repartimientos y economía en las islas Filipinas bajo dominio español, 1565–1815» in Margarita Menegus (comp.), *El repartimiento forzoso de mercancías en México, Perú y Filipinas*, México, 2000, pp. 170–216.

ALONSO ÁLVAREZ, LUIS, *El costo del imperio asiático. La formación colonial de las islas Filipinas bajo dominio español, 1565–1800*, México/La Coruña, Instituto Mora/Universidade da Coruña, 2009.

ALONSO ÁLVAREZ, LUIS, «E la nave va. Economía, fiscalidad e inflación en las regulaciones de la carrera de la Mar del Sur, 1565–1604» in Salvador Bernabéu Albert y Carlos Martínez Shaw (eds.), *Un océano de seda y plata: el universo económico del Galeón de Manila*, Sevilla, 2013, pp. 25–84.

ALVA RODRÍGUEZ, Inmaculada, *Vida municipal en Manila (siglos XVI–XVII)*, Córdoba, Universidad de Córdoba, 1997.

BARCELÓ QUINTAL, Raquel Ofelia, «Acapulco, frontera comercial del reino español (1565–1815)» in Marta María Manchado López y Miguel Luque Talaván (coords.), *Fronteras del mundo hispánico: Filipinas en el contexto de las regiones liminares novohispanas*, Córdoba, 2011, pp. 361–84.

BORAO MATEO, José Eugenio, *Spaniards in Taiwan*, Taipei, SMC Publishing, 2001.

BOXER, C. R., *Christian Century in Japan, 1549–1650*, Universidad de Berkeley, Los Ángeles, 1974 [1951].

DE CADENAS Y VICENT, Vicente, *Caballeros de la Orden de Calatrava que efectuaron sus pruebas de ingreso durante el siglo XVIII*, Madrid, Hidalguía, 1987, Tomo II.

CAMPOS Y FERNÁNDEZ DE SEVILLA, Francisco Javier, «Las órdenes mendicantes en Filipinas: agustinos, franciscanos, dominicos y recoletos» in Leoncio Cabrero (ed.), *España y el Pacífico. Legazpi*, Sociedad estatal de conmemoraciones culturales, Madrid, 2004, Tomo II, pp. 251–83.

- COLÍN, Francisco, *Labor evangélica. Ministerios apostólicos de los obreros de la Compañía de Jesús*, Madrid, Miguel Fernández de Noriega, 1663.
- ELISONAS, Jurgen, «The inseparable trinity: Japan's relations with China and Korea» in John Withney Hall (ed.), *The Cambridge History of Japan*, Vol. 4 («Early Modern Japan»), [Cambridge], Cambridge University Press, Cambridge, 2006, pp. 271-93.
- FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel Francisco, «La influencia del Hospital de la Misericordia en la comarca del Aljarafe. La dotación de doncellas de Huévar» in María Marta Lobo de Araújo *et al.* (coords.), *Sociabilidades na vida e na morte (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2014, pp. 13-24.
- FERNÁNDEZ MELGAREJO, Luis, *Discurso genealógico de la Nobilísima y Antigua casa de los Tellos, de Sevilla*, Sevilla, Imprenta de la Escuela Provincial de Artes Gráficas, 1947.
- DE LA FUENTE, Vicente, *Cartas de los secretarios del Cardenal D. Fr. Francisco Jiménez de Cisneros durante su regencia en los años de 1516 y 1517*, Madrid, Imprenta de la sra. viuda e hijo de D. Eusebio Aguado, 1875.
- GAN JIMÉNEZ, Pedro, *El consejo real de Carlos V*, Granada, Universidad de Granada, 1988.
- GARCÍA-ABÁSOLO, Antonio y PÉREZ-ALCALÁ, R., «Antonio de Morga. La visión de Filipinas de un magistrado sevillano del siglo XVI» in *Actas del II Congreso de Historia de Andalucía, Andalucía y América*, Córdoba, pp. 66-78.
- GIL, Juan, *Hidalgos y samurais. España y Japón en los siglos XVI y XVII*, Madrid, Alianza, 1991.
- GIL, Juan, *Los conversos y la Inquisición sevillana*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2001, Vol. V, pp. 375-6.
- GIL, Juan, *Los chinos en Manila. Siglos XVI y XVII*, Lisboa, Centro Científico e Cultural de Macau, I.P., 2011.
- GONZÁLEZ POLA, Manuel, OP, «Episcopologio dominicano en la diócesis de «Nueva Segovia», en Filipinas» in *Actas del II congreso internacional. Los dominicos y el Nuevo Mundo*, Ed. San Esteban, Salamanca, 1990, pp. 614-5.
- GUTIÉRREZ, Lucio, «Domingo de Salazar, OP, primer obispo de Filipinas, 1512-1594. Estudio crítico-histórico sobre su vida y su obra», *Philippiniana Sacra*, Vol. IX, n.º 33, 1976, pp. 449-96.
- GUTIÉRREZ, Lucio, *Historia de la Iglesia en Filipinas, 1565-1900*, Madrid, Fundación Mapfre América, 1992.
- GUERRERO MAYLLO, Ana, «Estilo de vida de un burócrata del siglo XVI: D. Juan de Ibarra y Mallea», *Espacio, Tiempo y Forma, Historia Moderna*, Tomo. IV, n.º 4, 1991, pp. 39-56.
- HIDALGO NUCHERA, Patricio, «Una solución a la cobranza de tributos en las encomiendas filipinas sin doctrina: la Caja de Cuartas», *Revista Complutense de Historia de América*, n.º 19, 1993, pp. 299-304.
- HIDALGO NUCHERA, Patricio, «El impacto ecológico de la conquista. Las crisis de subsistencias del siglo XVI en las islas Filipinas» in *Alimentación y gastronomía: cinco siglos de intercambios entre Europa y América*, Pamplona, 1998, pp. 73-84.
- HIDALGO NUCHERA, Patricio, *Encomienda, tributo y trabajo en Filipinas (1570-1608)*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid/Polifemo, 1995.
- HIDALGO NUCHERA, Patricio, «Sistemas para la explotación de las islas: encomiendas, tributos y comercio» in María Dolores Elizalde (ed.), *Las relaciones entre España y Filipinas. Siglos XVI-XX*, Madrid/Barcelona, 2002, pp. 77-8.

- HIDALGO NUCHERA, Patricio (ed.), *Los autos acordados de la Real Audiencia de las islas Filipinas de 1598 y 1599*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 2012.
- IACCARINO, Ubaldo, «El papel del Galeón de Manila en el Japón de Tokugawa Ieyasu (1598–1616)» in Salvador Bernabéu Albert y Carlos Martínez Shaw (eds.), *Un océano de seda y plata: el universo económico del Galeón de Manila*, Sevilla, CSIC, 2013, pp. 133–54.
- JUSTINIANO Y MARTÍNEZ, Manuel, «Tesorero desdichado y gobernador difamado. Don Francisco Tello de Guzmán», *Archivo Hispalense*, n.º 129–130, 1965, pp. 125–32.
- MANCHADO LÓPEZ, María Marta, «Poder y redes de influencia. Las trayectorias de una familia española en Filipinas (1596–1650)», *Revista de Indias*, Vol. LXVI, n.º 238, 2006, pp. 629–58.
- MANCHADO LÓPEZ, María Marta, «La Audiencia de Manila y la concesión de licencias a los chinos. La gestión del oidor Rivera Maldonado» in Fernando Navarro Antolín (coord.), *Orbis incognitus. Avisos y legajos del Nuevo Mundo*, Vol. 1, Huelva, 2008a, pp. 890–904.
- MANCHADO LÓPEZ, María Marta, «Chinos y españoles en Manila a comienzos del siglo XVII» en Miguel Luque Talaván y María Marta Manchado López (coords. y eds.), *Un océano de intercambios: hispano asia (1521–1898). Homenaje al profesor Leoncio Cabrero Fernández*, Vol. 1, Madrid, 2008b, pp. 143–59.
- MANCHADO LÓPEZ, María Marta, «Estrategias familiares en una sociedad de frontera: Manila (1571–1604)» in Jaime Contreras Contreras Jaime y Raquel Sánchez Ibáñez (coords.), *Familias, poderes, instituciones y conflictos*, Murcia, 2011, pp. 79–92.
- MANCHADO LÓPEZ, María Marta, «Familia y linaje en un contexto imperial: los Rodríguez de Figueroa», *Historia Mexicana*, Vol. LXIII, n.º 3, 2014, pp. 1077–118.
- MERINO, Luis, OSA, *Estudios sobre el municipio de Manila. El cabildo secular: aspectos fundacionales y administrativos*, Manila, The Intramuros Administration, 1983.
- DE MORGA, Antonio, *Sucesos de las islas Filipinas*, Francisca Perujo (ed.), México, Fondo de Cultura Económica, 2007.
- OLLÉ, Manel, *La empresa de China. De la Armada invencible al Galeón de Manila*, Acantilado, Barcelona, 2002.
- PALANCO, Fernando, «Resistencia y rebelión indígena en Filipinas durante los primeros cien años de soberanía española (1565–1665)» in Leoncio Cabrero (ed.), *España y el Pacífico. Legazpi*, Madrid, 2004, Tomo II, pp. 71–98.
- RODAO, Florentino, *Españoles en Siam, 1540–1639. Una aportación al estudio de la presencia hispana en Asia*, Madrid, CSIC, 1997.
- DE SAN AGUSTÍN, Gaspar, OSA, *Conquistas de las islas Filipinas (1565–1615)*, Manuel Merino, OSA (ed.), Madrid, CSIC, 1975.
- SÁNCHEZ SAUS, Rafael, *Linajes sevillanos medievales*, Sevilla, Guadalquivir, 1991, Tomo I.
- SCHÄFER, Ernest, *El Consejo Real y Supremo de las Indias. Historia y organización del Consejo y de la Casa de la Contratación de las Indias*, Salamanca, Junta de Castilla y León, Marcial Pons, 2003.
- SCIPIONE, Amati, *Historia de la embajada de Idate Masamune al papa Paulo V (1613–1615)*, Madrid, Doce Calles, 2011.
- SCHURTZ, William Lytle, *The Manila Galleon*, Manila Historical Conservation Society, Manila, 1985.

- SOLA, Emilio, *Historia de un desencuentro. España y Japón. 1580-1614*, Madrid, Fugaz, 1999.
- TELLECHEA IDÍGORAS, José Ignacio, *Nagasaki. Gesta martirial en Japón (1597): documentos*, Salamanca, Universidad Pontificia de Salamanca, 1998.
- TURNBULL, Stephen, *The Samurai invasion of Korea. 1592-98*, Oxford, Osprey Publishing, 2008.
- VALLADARES, Rafael, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptación*, Lovaina, Leuven University Press, 2001.
- VILA VILAR, Enriqueta, *Los Corzo y los Mañara. Tipos y arquetipos del mercader con América*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2010.
- YUSTE LÓPEZ, Carmen, «De la libre contratación a las restricciones de la *permission*» in Salvador Bernabéu Albert y Carlos Martínez Shaw (eds.), *Un océano de seda y plata: el universo económico del Galeón de Manila*, Sevilla, 2013, pp. 85-106.



*varia*

---





# Comunicação política e fiscalidade: a Bahia e a Coroa no século XVII\*

Thiago Nascimento Krause\*\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 337-372. ISSN 0874-9671

## Resumo

Ao longo do Seiscentos o Brasil transformou-se na mais importante possessão ultramarina portuguesa. Neste artigo, demonstro que a comunicação política entre a Coroa e as elites baianas se intensificou durante o século XVII; apresento as características gerais dessa relação e analiso a principal temática dessa correspondência transatlântica: os donativos que ficavam sob responsabilidade da municipalidade. Se a Coroa era capaz de impor contribuições pesadas sobre as localidades, dependia das Câmaras para receber ao menos parte dos valores desejados, de modo que as elites locais se fortaleciam ao colaborarem com o centro e, ao mesmo tempo, impunham limites a sua atuação.

**Palavras-chave:** comunicação política, Coroa, donativos, elites, império ultramarino.

## Abstract

During the seventeenth-century, Brazil became the most important Portuguese overseas possession. In this article, I intend to show how the political communication between the Portuguese and Bahian elites grew stronger throughout the century. I also delineate the main characteristics of this relationship and analyze its main theme: the donatives (“voluntary contributions”), which were managed by the City Council. The Crown was able to impose a higher fiscal burden on the localities, but depended on the local elites to actually collect the money. Therefore, the Bahian elites strengthened their local power through their collaboration with the Portuguese monarchy and, at the same time, set limits to the Crown’s power in their territory.

**Keywords:** political communication, Crown, donatives, elites, overseas empire.

\* Agradeço as críticas e sugestões de Mariana Guglielmo, João Fragoso, Ronald Raminelli, Nuno Monteiro, Pedro Cardim, Roberto Guedes, Antônio Castro Nunes, assim como dos pareceristas anônimos.

\*\* Escola Superior de Ciências Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.  
E-mail: thiagokrause@gmail.com

## Comunicação política e fiscalidade: a Bahia e a Coroa no século XVII

Thiago Nascimento Krause

### Introdução

O império ultramarino português na Época Moderna caracterizou-se por sua fragmentação e complexidade, mostrando-se capaz de conciliar tendências aparentemente contraditórias, como a formação e reiteração de vigorosas elites locais e a «centralidade do centro» da Coroa, isto é, sua posição focal no Império como o polo a que todas as elites se reportavam. Dessa maneira, o que garantia o «equilíbrio dos poderes no Império» era o «fato de as distintas instâncias, e as respectivas elites, mutuamente se tutelarem e manterem vínculos de comunicação com o centro»<sup>1</sup>.

Nesse sentido, muito já se escreveu sobre as «cadeias de papel» que ligavam os funcionários ultramarinos às distantes Coroas ibéricas, pois as cartas que atravessavam o Atlântico conectavam o monarca aos tentáculos da administração periférica régia no ultramar<sup>2</sup>, transmitindo conhecimento, informações, conselhos e ordens, possibilitando o funcionamento de formações políticas tão inovadoras como os impérios ultramarinos europeus da Época Moderna.

Também se tem enfatizado a importância da comunicação entre os vassallos americanos e os reis portugueses, especialmente através das Câmaras Municipais, o principal órgão político do poder local no Império luso. Replacava-se, assim, ainda que em escala distinta, o mesmo padrão encontrado no Reino, em que as municipalidades eram capazes de estabelecer negociações com a Coroa sobre diversos pontos políticos e econômicos fundamentais, pois

- 
- 1 Nuno G. MONTEIRO, «Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII» in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 283, nota 54.
  - 2 Cf. John H. ELLIOTT, «A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII» in Leslie Bethel (ed.), *História da América Latina*, Vol. I, São Paulo, EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 1997, p. 287. Para o caso luso-brasileiro, cf. António Manuel HESPAÑA, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994, p. 291; Marília Nogueira dos SANTOS, «A escrita do império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no império português» in Laura de Mello e Souza, Júnia Furtado e Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 171–92.

constituíam-se na outra ponta, ainda que fragmentada, do espaço político lusitano, devido à inexistência de poderes políticos intermédios<sup>3</sup>.

O objetivo desse artigo é estudar a comunicação política entre Salvador, capital do Estado do Brasil, e a Coroa lusitana ao longo do século XVII. Trata-se, portanto, de analisar exaustivamente um tipo de fonte largamente utilizado pelos historiadores, mas de forma geralmente assistemática: cartas da Câmara, consultas e missivas régias, numa pesquisa de cariz explicitamente institucional, pois fontes que permitam uma análise da comunicação informal, como cartas pessoais, são escassas<sup>4</sup>. Devido à multiplicidade de temáticas abordadas nessa correspondência, optei por realizar uma apresentação geral e, posteriormente, analisar a principal questão política a cruzar o Atlântico: a tributação, especialmente os donativos sob responsabilidade da Câmara.

O objetivo é aceder, da forma mais direta possível, à relação política entre Coroa e conquistas em um caso concreto e relevante, pois a correspondência camarária era a principal forma de contato coletivo entre as localidades (representadas, claro, por suas elites) e o centro político. Procuo demonstrar como essa correspondência constitui-se como um importante fluxo de informações e, principalmente, interesses, potencializando a influência das elites locais sobre as políticas que lhes interessavam, ao mesmo tempo que lhes limitavam sua margem de arbítrio, ao exigir que dessem conta de suas ações ao centro. Em última instância, contribuía para a própria coesão da monarquia, ao reforçar os laços que uniam as duas margens do Atlântico, constituindo-se em um elemento constituinte do Império ao reforçar constantemente a comunidade política da monarquia portuguesa<sup>5</sup>.

Na maior parte do período que estamos estudando, a instituição mais importante para o estudo da comunicação política é o Conselho Ultramarino, criado em 1643. Único entre os diversos conselhos régios, pois deveria centralizar um grande número de atribuições distintas referentes ao ultramar, seu

---

3 Cf. Charles R. BOXER, *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510–1800*, Madison/Milwaukee, University of Madison Press, 1965; e Maria Fernanda BICALHO, «As câmaras ultramarinas e o governo do Império» in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 189–221. Para o espaço europeu, cf. as sínteses já clássicas de Joaquim Romero MAGALHÃES e Maria Helena da Cruz COELHO, *O Poder Concelhio: Das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*, [2.ª ed. rev.], Coimbra, CEFA, 2008, pp. 45–54; e Nuno Gonçalo MONTEIRO, «Os poderes locais no Antigo Regime» in César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 101–2, 113–36 e 162–5.

4 Para um cuidadoso estudo nesse sentido, cf. Filippo DE VIVO, *Information and Communication in Venice: Rethinking Early Modern Politics*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

5 Arndt BRENDENCKE, *Império e información: funciones del saber en el dominio colonial español*, Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2012, pp. 23–8, 75, 289–90 e 486–92; Kenneth J. BANKS, *Chasing Empire across the Sea: Communications and the State in the French Atlantic, 1713–1763*, Montreal, McGill Queen's University Press, 2002, pp. 5 e 11.

poder foi limitado pela perda de jurisdições para outros tribunais. Tornou-se então apenas um dos polos de deliberação sobre a condução da guerra nas conquistas, mas conseguiu revigorar e redefinir as redes de comunicação com parte das elites ultramarinas — indispensáveis para a condução da guerra de Restauração — através das Câmaras Municipais, praticamente monopolizando o diálogo com o ultramar (antes disperso entre os vários conselhos, especialmente o Desembargo do Paço e o Conselho da Fazenda) e «persistindo no discurso dos merecimentos dos vassallos das Conquistas, e na necessidade de atender suas representações», no dizer de Edval de Souza Barros<sup>6</sup>.

A construção de comparações com outros impérios atlânticos seria importante. Entretanto, a historiografia sobre as elites hispano e anglo-americanas tem se focado nos conflitos políticos locais, na estrutura e funcionamento de suas instituições políticas e nas características socioeconômicas dos grupos dominantes, sem realizar análises detalhadas da comunicação política com os respectivos centros imperiais<sup>7</sup>.

Mesmo assim, é possível inferir que a comunicação política através das assembleias locais não foi muito significativa na América inglesa continental<sup>8</sup>, embora possivelmente tenha tido uma importância maior no Caribe. No geral, a monarquia inglesa privilegiou a comunicação com os governadores, diferentemente da América ibérica<sup>9</sup>. Por outro lado, o Império Britânico parece ter se caracterizado, a partir da primeira metade do Setecentos, por uma comunicação transatlântica não institucional excepcionalmente intensa, baseada em uma elevada circulação de cartas particulares e jornais entre o Velho e o Novo Mundo<sup>10</sup>. Mesmo na América espanhola, o enfraquecimento dos *cabildos* no século XVII e a possibilidade de participação das elites locais na administração periférica da Coroa provavelmente reduziu a importância da

6 Edval de Souza BARROS, «*Negócios de Tanta Importância*»: *O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643–1661)*, tese de doutorado, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2004, p. 345. Há edição portuguesa (Lisboa, CHAM, 2008), a qual infelizmente não pude consultar. Cf. também Miguel Dantas da CRUZ, *O Conselho Ultramarino e a Administração Militar do Brasil (da Restauração ao Pombalismo): Política, finanças e burocracia*, tese de doutorado, Lisboa, ISCTE, 2013, pp. 1–51 e 93–192.

7 O melhor ponto de partida, porém, é John H. ELLIOTT, *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492–1830*, New Haven, Yale University Press, 2007, pp. 117–52.

8 Cf., por todos, Warren M. BILLINGS, *A Little Parliament: The Virginia General Assembly in the Seventeenth Century*, Richmond, Library of Virginia, 2007.

9 Richard J. ROSS, «Legal Communications and Imperial Governance: British North America and Spanish America Compared» in Christopher Tomlins e Michael Grossberg (eds.), *Cambridge History of Law in America*, Vol. I, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp. 114–8.

10 Cf. o estudo seminal de Ian K. STEELE, *The English Atlantic, 1675–1740: An Exploration of Communication and Community*, Oxford, Oxford University Press, 1986, pp. 132–67.

comunicação política através das instituições representativas locais<sup>11</sup> — ainda que a comunicação continuasse a ser profundamente plural, garantindo-se a diversos tipos de agentes a possibilidade de estabelecer contato com o centro político<sup>12</sup>.

### **A Cabeça do Estado do Brasil**

Como única municipalidade da capitania da Bahia, a Câmara de Salvador exercia jurisdição sobre toda a região e mesmo nas capitanias anexas, onde havia apenas as vilas relativamente pouco importantes de Porto Seguro (1535), na capitania homônima, Ilhéus (1536), Santo Amaro (1538), Cairu, Camamu e Boipeba (1565), em Ilhéus e São Cristóvão (1590), em Sergipe. Apenas no final do Seiscentos foram fundadas vilas no Recôncavo: Jaguaripe (1697), Cachoeira e São Francisco da Barra do Sergipe do Conde (1698), reduzindo a jurisdição do Senado soteropolitano — mas sem ameaçar sua posição dominante na região.

Durante quase todo o século XVII, portanto, a Câmara de Salvador falava em nome da mais rica região açucareira da América portuguesa, e, sendo um «concelho de grande extensão territorial, possuía estrutura político-administrativa e características semelhantes aos mais importantes municípios portugueses do Antigo Regime»<sup>13</sup>. Assim sendo, eventualmente se referia a si mesma e era referida como «Câmara da Bahia», mesmo porque Salvador também era geralmente chamada de «Cidade da Bahia». O município soteropolitano diferenciava-se, assim, de Olinda e Rio de Janeiro, que, apesar de sua indiscutível preeminência regional, conviviam com algumas Câmaras menos importantes na mesma capitania<sup>14</sup>.

A cidade era também, desde 1549, sede do Governo-Geral. Entretanto, até 1630, os governadores-gerais em diversos momentos preferiram residir em Pernambuco, mesmo contra as determinações régias, situação que só se alterou após a recuperação da expulsão dos invasores flamengos de Salvador em 1625 e a chegada do novo governador-geral Diogo Luís de Oliveira, quando se completou a institucionalização do Estado do Brasil, reforçando-se o

11 Ronald RAMINELLI, «A Monarquia Católica e os Poderes Locais do Novo Mundo» in Ronald Raminelli e Cecília Azevedo (orgs.), *História das Américas: Novas perspectivas*, Rio de Janeiro, FGV, 2011, pp. 29–54.

12 R. J. Ross, art. cit., pp. 115–8.

13 Avanete Pereira de SOUSA, *A Bahia no Século XVIII: Poder político local e atividades econômicas*, São Paulo, Alameda, 2012, p. 58.

14 Sobre o caráter regional da Câmara de Olinda: Evaldo Cabral de MELLO, *A Fronda dos Mascobos: ã Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666–1715*, São Paulo, Ed. 34, 2003, p. 78.

caráter militar do Governo-Geral e a organização da administração periférica da Coroa<sup>15</sup>, presente em maior escala nesta capitania que no restante da América portuguesa.

Assim, além da importância da capitania, o próprio *status* de capital do Estado do Brasil (personificado na figura do governador-geral), «como coração no meio do corpo»<sup>16</sup>, lhe conferia certo prestígio político na relação com a Coroa, tanto na perspectiva dos camaristas quanto do Conselho Ultramarino. Se a capitania inevitavelmente assumia uma posição política destacada graças à figura de seu governador-geral (ou vice-rei, nos governos do Marquês de Montalvão e do Conde de Óbidos)<sup>17</sup>, é possível pensar que ao menos parte desse estatuto transmitia-se à câmara: o reforço da administração periférica implicaria, portanto, a elevação da estatura política do poder local.

Essa posição destacada manifestava-se especialmente em momentos excepcionais, como quando da aclamação de D. João IV: imediatamente após o recebimento da notícia da Restauração em 15 de fevereiro de 1641<sup>18</sup> foram enviadas cartas para as «Capitanias do Sul» conclamando-as a aderirem à Restauração portuguesa, antes mesmo da resposta enviada ao monarca<sup>19</sup> — reproduzindo, sem saber, o que a Câmara do Porto havia feito dois meses antes no Norte de Portugal<sup>20</sup>:

pedimos a Vossas Mercês com a confiança de ser esta terra Cabeça deste Estado que sigamos o mesmo estilo que no Reino se usou, sendo tão geral a conformidade e conhecimento do Rei no que em nenhuma parte foi necessária violência para com isto ter todo este Estado merecimento e confiança para esperar d'El-Rey nosso as mercês que de sua grandeza e amor paternal de verdadeiro Rei e Senhor nos assegura<sup>21</sup>.

15 Guida MARQUES, *L'Invention du Brésil entre deux monarchies: gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)*, tese de doutorado, Paris, École des hautes études en sciences sociales, 2009, pp. 209–55.

16 Para a metáfora de Frei Vicente do Salvador (1627) e uma análise da capitalidade soteropolitana, cf., Pedro PUNTONI, ««Como coração no meio do corpo»: Salvador, capital do Estado do Brasil» in L. M. Souza, J. Furtado e M. F. Bicalho (orgs.), op. cit., pp. 371–87.

17 Para um paralelo, cf. Catarina Madeira dos SANTOS, «Los virreyes del Estado de la India en la formación del imaginário imperial português» in Pedro Cardim e Juan-Luis Palos (eds.), *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*, Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2012, pp. 71–118.

18 Documentos Históricos do Arquivo Municipal [DHAM], *Atas da Câmara*, Vol. II («1641–9»). Salvador: Prefeitura Municipal, 1949, p. 9.

19 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I («1638–73»), Salvador, Prefeitura Municipal, 1951, pp. 13–4.

20 Francisco Ribeiro da SILVA, «A cidade do Porto e a Restauração», *Revista da Faculdade de Letras, História*, II série, Vol. XI, 1994, pp. 193–4.

21 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 12–3.

Entretanto, não há um esforço continuado da Câmara de Salvador de representar o Brasil inteiro: seu *status* de «cabeça do Estado do Brasil» é invocado principalmente como argumento para justificar a demanda por privilégios. Um exemplo desta estratégia discursiva pode ser visto quando os camaristas pediram os privilégios da Cidade do Porto, já concedidos a São Luís do Maranhão, sendo «justo que os tenha também a Câmara da Bahia como a cabeça de todo o Estado do Brasil»<sup>22</sup>; outro, quando requerem, em 1673, a mudança de seu lugar nas Cortes para o mais prestigioso primeiro banco, onde Goa já estava localizada<sup>23</sup>. Embora o Conselho Ultramarino repetidamente louvasse a lealdade e os méritos dos vassallos baianos no serviço ao monarca «a custa de suas vidas e fazendas»<sup>24</sup>, raramente enfatiza sua capitalidade<sup>25</sup>.

Mesmo assim, a eficácia dessa representação simbólica pode ser vista quando, após uma representação de Frei Mateus de São Francisco, em 1653, para que fosse concedido ao Estado do Brasil representação nas Cortes, D. João IV resolve que «a cidade da Bahia, metrópole do Estado do Brasil, pode mandar procuradores às Cortes»<sup>26</sup>. O que é mais notável é o fato de que Frei Mateus (cujas boas relações com a elite soteropolitana são perceptíveis por uma carta de 1650, em que os camaristas o elogiam e pedem para que ele seja nomeado bispo do Brasil<sup>27</sup>) enfatizou em seu memorial os serviços de Pernambuco, sem mencionar a Bahia, mas ainda assim foi esta a escolhida, mesmo sem qualquer pedido nesse sentido por parte da Câmara — um relevante indicador do reconhecimento de sua importância pela monarquia portuguesa.

É de se destacar a singularidade dessa honraria. Salvador foi a segunda municipalidade ultramarina a obter o direito de representação institucional num Parlamento europeu, após Goa, capital do Estado da Índia<sup>28</sup>, que obteve esta mercê em 1645, quando o procurador da Coroa sugeriu que Salvador deveria representar o Brasil nas Cortes<sup>29</sup>. Décadas depois chegou a vez de São Luís, capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará, provavelmente antes por iniciativa do centro político do que por um pedido seu. A capitalidade

22 Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], *BA-LF*, ex. 10, doc. 1176 (Consulta do Conselho Ultramarino, 3 de março de 1646).

23 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 118–9.

24 AHU, *Consultas Mistas*, Cód. 16, fl. 104v-105 (Consulta do Conselho Ultramarino, 6 de fevereiro de 1664), para citar um dentre muitos exemplos.

25 Embora o faça uma vez para demandar que contribuísse para a defesa de outras Capitânias, «porque como cabeça daquele corpo deve acudir às mais partes dele»: Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (DHBN), Vol. 89 («Consultas do Conselho Ultramarino, Bahia, 1683–95»), Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, p. 264.

26 AHU, *BA-LF*, ex. 12, doc. 1527 (Consulta do Conselho Ultramarino, 25 de agosto de 1653).

27 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 28–9.

28 Cf. Catarina Madeira dos Santos, «Entre Velha Goa e Panguim: A capital do Estado da Índia e as reformulações da política ultramarina», *Revista Militar*, Vol. 51, 1999, pp. 119–57.

29 AHU, *BA-LF*, ex. 10, doc. 1176.



constituiu-se, assim, no elemento unificador que explica a concessão da representação em Cortes destas três cidades, para que estes Estados pudessem ser representados através de suas cabeças<sup>30</sup>.

Na América hispânica, embora tenha havido discussões nesse sentido entre 1528 e 1635, nada de efetivo ocorreu, tanto por uma relutância régia em conceder poder de voto aos procuradores americanos quanto por uma resistência dos vassallos ultramarinos em concordar com as grandes contribuições desejadas pelos Habsburgo<sup>31</sup>. Mesmo no caso do Império Britânico, onde se constituiu um poderoso «*lobby* do açúcar» no Parlamento no século XVIII, este era resultado de proprietários caribenhos absenteístas que, graças à imensa fortuna acumulada nas ilhas, retiravam-se para a Inglaterra e assumiam um estilo de vida aristocrático, construindo imponentes mansões no campo e fazendo-se eleger como membros do Parlamento em elevados números (em 1765, haveria mais de quarenta, representando as principais famílias das «Índias Ocidentais»)<sup>32</sup>. Não havia, portanto, uma representação institucional desses territórios no Parlamento britânico.

Reforça-se, assim, a excepcional importância do Império dentro da arquitetura política lusitana, como explicitou Matias de Albuquerque em arbítrio e 1642: «que esta Monarquia consiste das costas da Guiné em África, das do Brasil na América, e das da Índia na Ásia, a experiência o mostra, a grandeza passada o diz e o desfalecimento presente o prova»<sup>33</sup>. Ao mesmo tempo, evidencia-se o papel de destaque exercido por Salvador (apesar da subalternidade implícita em ser um território novo, conquistado e ultramarino<sup>34</sup>).

O pertencimento de Salvador à monarquia portuguesa também se evidenciava de outras formas. Antes mesmo de receber o privilégio de representação em Cortes, o Senado manteve procuradores em Lisboa, especialmente após a Restauração<sup>35</sup>, situação que se perpetuou ao longo da maior parte do

30 Pedro CARDIM, «The representatives of Asian and American cities at the Cortes of Portugal» in Pedro Cardim et al. (eds.), *Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony?*, Eastbourne, Sussex Academic Press, 2012, pp. 43–53.

31 Guillermo LOHMANN VILLENA, «Notas sobre la presencia de la Nueva España en las Cortes metropolitanas y de Cortes en la Nueva España en los siglos XVI y XVII», *Historia Mexicana*, Vol. 39, n.º 1, 1989, pp. 33–40.

32 Para uma síntese recente, cf. Matthew PARKER, *The Sugar Barons: Family, Corruption, Empire and War in the West Indies*, London, Hutchinson, 2011, pp. 296–310.

33 Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], Cód. 1555, fls. 142–3 (Parecer de Matias de Albuquerque a respeito da guerra das conquistas com os holandeses, 22 de dezembro de 1642).

34 Pedro CARDIM e Susana Miñch MIRANDA, «Virreyes y gobernadores de las posesiones portuguesas en el Atlántico y en el Índico (siglos XVI-XVII)» in P. Cardim e J.-L. Palos (eds.), op. cit., pp. 175–202.

35 DHAM, *Atas da Câmara*, Vol. I, p. 368 e Vol. II, pp. 19–30.

século. Dessa maneira, a relação entre Coroa e conquista também podia ser personalizada na figura do procurador. Encontrei 31 referências detalhadas a representações dos procuradores entre 1645 e 1693 — 26 delas entre 1663 e 1671, quando João de Gois de Araújo e José Moreira de Azevedo ocuparam o cargo. Considerando, porém, o envio de 40 cartas da municipalidade para seus procuradores na capital do Império a partir de 1658 (e certamente muitas outras, já desaparecidas), pedindo em quase todos os anos que esses procuradores atendam aos seus requerimentos junto ao Conselho Ultramarino, assim como o fato de que diversas cartas régias referem a atuação do procurador como causa imediata da ação monárquica (em um caso, sendo capaz de reverter uma decisão régia tomada menos de quatro meses antes<sup>36</sup>), creio que sua atuação tenha sido muito relevante na comunicação política ao longo de toda a segunda metade do Seiscentos. É possível observar nas cartas aos procuradores indícios de sua importância. Em 26 de maio de 1682, por exemplo, os camaristas escreveram ao capitão Manoel de Carvalho:

As cartas e provisões de Sua Alteza se entregaram neste Senado e rendemos a vossa mercê as graças do particular cuidado com que assiste aos negócios deles, de que nos achamos tão obrigados como vossa mercê experimentará nas ocasiões que for servido dar-nos de seu serviço. Ao Capitão Domingos Martins Pereira, procurador de Vossa Alteza, digo de vossa mercê, entregamos duzentos mil réis a conta de ordenado, e não do que lhe devemos<sup>37</sup>.

Ainda mais difíceis de discernir são os laços clientelares. Sua importância certamente é significativa, mas novamente só pode ser inferida através de algumas cartas sobreviventes. O próprio capitão Manuel Carvalho foi escolhido em razão de sua inserção em uma rede clientelar, como é explicitado na primeira carta do Senado que lhe é enviada, em 24 de julho de 1680:

O secretario André Lopes de Lavre se mostra tão amante desta cidade que ao mesmo tempo que nos inculcou o desamparo de seus negócios nos ensinou também a grande capacidade que vossa mercê para eles tem, o que se ajuntou à boa informação que nosso procurador Domingos Dantas de Araújo nos deu, com o que resolvemos a remeter a vossa mercê procuração para que a pessoa de vossa mercê represente este Senado<sup>38</sup>.

---

36 Sobre o aumento do salário do síndico do Senado, cf. Arquivo Histórico Municipal de Salvador [AHMS], *Provisões Reais*, Vol. III, fls. 96 (Carta de Sua Majestade ao Senado, 23 de novembro de 1697) e 98 (Carta de Sua Majestade ao Senado, 15 de março de 1698).

37 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 110–1.

38 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 91; cf. também pp. 117–20.

Lopes de Lavre, secretário do Conselho Ultramarino, rico fidalgo e comendador da Ordem de Cristo<sup>39</sup>, revela-se assim como uma figura fundamental para a comunicação política entre a elite baiana e a Corte, como pode ser percebido no trecho final de uma carta que os camaristas enviaram ao secretário: «conhecerá este Estado que todos os provimentos que em seus particulares conseguir os deve ao patrocínio de vossa mercê»<sup>40</sup>. Outros a receber correspondência da Câmara foram os presidentes do Conselho Ultramarino Conde de Odemira e Duque de Cadaval, e delas fica a impressão que este tipo de missiva não era extraordinário — antes o contrário. A Odemira, por exemplo, os camaristas pedem que lhes «faça mercê como costuma»<sup>41</sup>. Antigos governadores também podiam ter seu patrocínio requisitado, como no caso de Roque da Costa Barreto<sup>42</sup>. Muitas vezes, um elo fundamental na constituição dessas redes era o próprio procurador, sendo pedido a ele que se encontrasse pessoalmente com figuras de importância para melhor representar os interesses da Câmara<sup>43</sup>. É possível que o Padre Antônio Vieira também tenha contribuído de alguma forma para a inserção da municipalidade baiana nas redes cortesãs, em razão de suas boas relações com muitos homens de destaque na Corte lisboeta — como os supracitados Cadaval e Costa Barreto.

Deste modo, fica claro que o estudo da comunicação política exige também o reconhecimento da importância das redes clientelares na política do Antigo Regime, mesmo quando submersas nas consultas aparentemente burocráticas dos conselhos superiores da monarquia. O entrelaçamento característico da Época Moderna entre instituições e relações pessoais gerava essa indistinção entre o que hoje classificamos como público e privado<sup>44</sup>. Infelizmente, porém, não conheço fontes que permitiriam avançar por esse caminho.

---

39 Maria Fernanda BICALHO, «Ascensão e queda dos Lopes de Lavre: secretários do Conselho Ultramarino» in Rodrigo Bentes Monteiro, *et al* (orgs.). *Raízes do Privilégio: Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 283–304.

40 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 91–2; cf. também p. 96.

41 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 70–1 e Vol. IV, pp. 59–60.

42 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, p. 114.

43 Cf. DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 106–7: «se aviste vossa mercê com o Procurador Geral dos Reverendos Padres da Companhia nessa Corte, o Padre Francisco de Matos, que ele dará a informação mui adequada»; DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 110–1: «O negócio das religiosas com o patrocínio de vossa mercê esperamos tenha bom sucesso ao senhor Arcebispo, a quem vossa mercê nos fará mercê de nossa parte visitar».

44 Fernando A. NOVAIS, «Condições de privacidade na colônia» in Fernando A. Novais (coord.) e Laura de Mello e Souza (org.), *História da Vida Privada*, Vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 13–39.

### «Temos escrito muitas e repetidas vezes a Vossa Majestade»: as cartas do Senado

Apesar da sobrevivência de um relevante fundo documental no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, parcialmente publicado, o cartório da Câmara está longe de ser completo, sendo especialmente frágil para o período que vai até 1668. De forma ainda mais pronunciada, a documentação inventariada nas coleções avulsas do Conselho Ultramarino sobre a Bahia também está repleta de lacunas. Tornou-se necessário, portanto, complementar a pesquisa através de diversos fundos documentais — listados nas fontes da Figura 1 abaixo —, de modo a obter o panorama mais completo possível. O exame dos livros de registro do Conselho Ultramarino, nomeadamente as consultas e cartas régias, são essenciais, pois, se não garantem o acesso à totalidade da correspondência produzida, ao menos permitem a coleta de praticamente toda a documentação considerada relevante pelo centro político. Em acréscimo, cabe notar que 74 cartas foram recuperadas através de referências em outros documentos (como consultas do Conselho Ultramarino que resumem cartas da Câmara), embora os originais tenham se perdido. Ainda assim, é inevitável que continuem a existir vazios, especialmente para a primeira metade do século<sup>45</sup>. Em última instância, é preciso recorrer ao velho axioma da história econômica: números falsos — ainda que não muito, espero — mas curvas verdadeiras<sup>46</sup>.

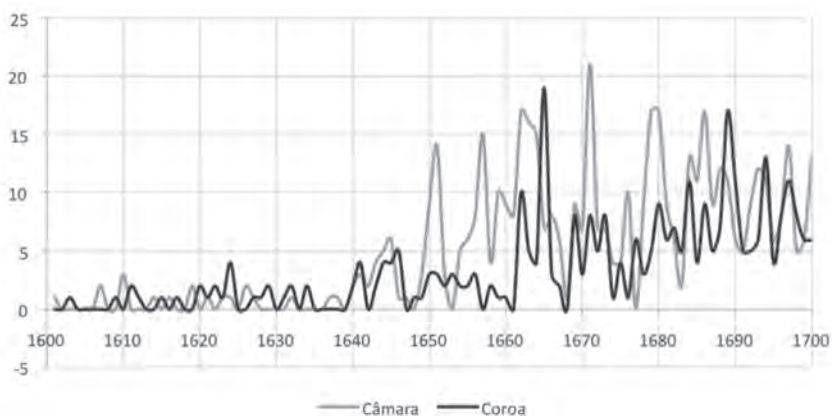
Cabe aqui um esclarecimento: uma pequena parcela da documentação produzida pela Coroa e copiada no cartório da Câmara não foi classificada como comunicação política. Selecionei somente a documentação em que a própria Coroa ordena o registro nos livros do Senado, a que foi produzida em respostas a missivas da Câmara e a que tocava diretamente à municipalidade. Deixei de fora, assim, alguns documentos rotineiros, como cartas patentes, e outros muito interessantes, como uma carta ao vice-rei marquês de Montalvão recriminando de forma duríssima os paulistas em razão da escravização dos índios<sup>47</sup>. Tal procedimento se deve ao fato de que o registro na Câmara nesses casos foi provavelmente de iniciativa de agentes locais, não sendo intenção da Coroa.

45 Para uma discussão similar sobre duas Câmaras do Reino, cf. Mafalda Soares da CUNHA e Fátima FARRICA, «Comunicação política em terras de jurisdição senhorial. Os casos de Faro e de Vila Viçosa (1641–1715)», *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLIV, 2013, pp. 296–300.

46 Valentim ALEXANDRE, *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 20.

47 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. I, fls. 242–7 (Carta régia ao marquês de Montalvão, 31 de março de 1640).

Em acréscimo, talvez os próprios camaristas pudessem manipular os registros, com destaque para a figura do escrivão, parte da elite e uma figura ativa do jogo político baiano. O poderoso sargento-mor e cavaleiro da Ordem de Cristo Rui de Carvalho Pinheiro, por exemplo, foi escrivão da Câmara por boa parte dos trinta anos entre 1650 e 1680, tendo herdado o cargo de seu pai e avô homônimos. Cunhado do controverso secretário de Estado Bernardo Vieira Ravasco<sup>48</sup>, Carvalho Pinheiro envolveu-se em diversos conflitos no período<sup>49</sup>. É de se notar também que a manipulação podia se dar através do «esquecimento» em registrar missivas régias consideradas inconvenientes, como no caso de uma ordem régia exigindo que se respeitasse o vice-rei conde de Óbidos<sup>50</sup>. Percebe-se, por conseguinte, que a constituição da memória administrativa tinha significados políticos.



### 1 Número de cartas da Câmara e Coroa.

Fontes: DHAM, *Atas da Câmara*, Vol. II, pp. 9–13 ; *Cartas do Senado*, Vols. 15. AHMS, *Provisões Reais*, Vols. I–III; *Cartas do Governo e Senado*, 1642–8, fls. 116–119v e 259v–161v; *CCLP*, Vols. 1, 3–4, 6 e 810; *DH*, Vols. 33, 34, 668, 83 e 88–9. AHU, códcs. 137, 92, 275–6; *BA-LF*, exs. 134; *AV*, exs. 1 e 2; *Castro Almeida*, cx. 1, docs. 2–5; *Brasil Geral*, cx. 1, docs. 66 e 73; *Rio de Janeiro, Castro Almeida*, cx. 6, doc. 1147. Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], *Corpo Cronológico*, mç. 15, n.º 104 e 107; *Desembargo do Paço*, Livro 7, fls. 126–126v e Livro 18, fl. 251; *Mesa da Consciência e Ordens*, Livro 17, fls. 158–9; *Manuscrítos da Livreria*, L. 1116; *Chancelaria de Felipe II*, Ls. 32, fls. 36v–37 e 42, fls. 47v–48v; *de Felipe III*, L. 16, 210v–211; *de D. João IV*, L. 20, fls. 283v–284; *de Afonso VI*, L. 51, fls. 198v–199; *de D. Pedro II*, Ls. 36, fls. 81v–82 e 49, fl. 17v. Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC], *Coleção Conde dos Arcos*; Biblioteca da Ajuda [BA], 51–V–48, fls. 50–53; 51–V–75, 22v–23; 51–VIII–18, 23v; 51–X–1, fls. 2745; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra [BGUC], ms. 547, f. 107; *Documentação Ultramarina Portuguesa*, Vol. IV, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos [CEHU], 1965, pp. 5901 e 593–4.

48 Sobre Rui de Carvalho Pinheiro, cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Habilitações da Ordem de Cristo (HOC), L. R, mç. 1, n.º 86 e Chancelaria da Ordem de Cristo (COC), L. 41, fls. 155–6 (carta de hábito e alvarás de cavaleiro e profissão, 6 de julho de 1652); sobre Ravasco, cf. Pedro PUNTONI, «Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII», *Novos Estudos CEBRAP*, Vol. 68, 2004, pp. 107–26.

49 Cf., por exemplo, as acusações contra ele e o clã Ravasco em AHU, *BA-LF*, cx. 16, doc. 1874 (Consulta do Conselho Ultramarino, 27 de julho de 1662).

50 José Justino de Andrade e SILVA, *Coleção Chronológica da Legislação Portuguesa*, Vol. 7 («1640–56»), Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1856, p. 95.

Retornando aos números, recolhi 493 missivas da Câmara, numa média de 5,2 por ano. Já a Coroa, entre cartas, provisões e alvarás, escreveu 311 vezes (3,3 por ano). A distribuição temporal da correspondência é muito irregular, como podemos perceber no gráfico abaixo, embora a tendência seja claramente de alta.

	Período	Câmara	Média Anual	Coroa	Média Anual
2 Número de cartas da Câmara e Coroa. Fontes: Ver Figura 1.	1601–39	19	0,5	26	0,7
	1640–56	72	4,5	41	2,4
	1657–6/62	54	9,8	7	1,3
	7/1662–67	61	11,1	41	7,4
	1668–82	128	8,5	74	4,9
	1683–1700	170	9,4	141	7,8
	Total	504	5	328	3,3

A correspondência da Câmara antes de 1640 é fragmentada e muito incompleta, impedindo uma análise sistemática. Desse modo, privilegiarei o período pós-Restauração, avançando até o final do século xvii, quando o Atlântico português é transformado pela descoberta do ouro no Centro-Sul. Mesmo assim, cabe lembrar a importância dos últimos 15 anos da monarquia dual, pois então se discutiram assuntos fundamentais, como a fundação e extinção do Tribunal da Relação e o fortalecimento da guarnição de Salvador, no contexto da ameaça neerlandesa. A impressão que fica é a infrequência da comunicação direta entre a municipalidade e o centro político, especialmente se compararmos com os períodos posteriores. Não quero dizer que os Felipes negligenciavam o Império português ou que o Senado não possuía importância no jogo político: antes, era o governador o interlocutor privilegiado pela monarquia, exercendo um importante papel de negociação e constante diálogo com a municipalidade<sup>51</sup>.

Para o restante do século, foram utilizadas as balizas cronológicas da monarquia portuguesa, considerando-se que os reinados e regências representam conjunturas políticas específicas, úteis para compreendermos o funcionamento da comunicação política na monarquia portuguesa. O governo de D. João IV caracterizou-se pela incerteza quanto à sobrevivência da nova dinastia, mas também por significativas reformulações na estrutura polissinodal lusitana, exemplificada pela já citada criação do Conselho Ultramarino. Foi um período decisivo para a manutenção do Atlântico português, assistindo ao auge e

51 Cf. G. MARQUES, *op. cit.*, pp. 209–80.

posterior derrubada do domínio neerlandês, com a recuperação do Norte do Brasil e de Angola. Destaca-se aqui o aumento significativo de cartas régias, após seis anos sem missivas para a Câmara, mas, principalmente, a multiplicação da correspondência ativa da municipalidade, que viu a aclamação brigantina como um momento propício para pedir mercês e depois contou com a atenção do seu novo interlocutor, o Conselho Ultramarino, para fazer uma série de demandas e reclamações, possivelmente reprimidas pela fragilidade da comunicação nos últimos anos do governo de Felipe IV.

A regência de D. Luísa de Gusmão, prolongada devido à instabilidade do jovem D. Afonso, viveu momentos de tensão tanto em razão de disputas políticas internas da Corte lisboeta quanto das ameaças externas das Províncias Unidas dos Países Baixos e da Monarquia Hispânica — além das difíceis negociações diplomáticas com França, Inglaterra e a Santa Sé<sup>52</sup>. No tocante a comunicação política com Salvador, a tendência de alta se manteve para as cartas da municipalidade, que atingiram o nível que, com algumas oscilações, mantiveram até o final do século. A baixa nas cartas da Coroa representou provavelmente uma menor prioridade do Brasil no cálculo político da regente e sua clique, além, talvez, de certa inabilidade para a negociação com os poderes locais, a se julgar por sua relação turbulenta com a Câmara de Lisboa<sup>53</sup>.

A tomada de poder pelo jovem rei D. Afonso VI em 1662 e a posterior ascensão do conde de Castelo Melhor a um papel central na Corte trouxeram transformações para o governo da monarquia, concentrando poder para fazer frente ao desafio da intensificação da guerra contra os castelhanos. As ligações de membros destacados da nova facção no poder com o Brasil (como o pai do válido, governador-geral entre 1650–4, e o conde de Atouguia, que lhe sucedeu no triênio seguinte) garantiram à América uma atenção especial, representada não somente pelo envio do conde de Óbidos como vice-rei do Estado do Brasil, mas também pela elevação a níveis inauditos do número de cartas régias enviadas para a Câmara soteropolitana (principalmente em razão do pico de 19 cartas em 1665, o maior número em todo o século), demonstrando os efeitos políticos da viragem atlântica do Império Português<sup>54</sup>.

A regência de D. Pedro conheceu uma significativa diminuição da intensidade da comunicação política por parte da Coroa — ainda que para níveis muito maiores do que durante a regência de D. Luísa ou o reinado de

52 Ângela Barreto XAVIER e Pedro CARDIM, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008, pp. 87–130.

53 Cf. Joaquim Romero MAGALHÃES, «Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração», *Hispania*, Vol. LXIV/1, n.º 216, 2004, pp. 175–6.

54 A. B. XAVIER e P. CARDIM, op. cit., pp. 170–205.

D. João IV —, talvez em razão de uma maior preocupação com questões do Reino e da Corte, em um período em que a sombra do rei deposto ainda se fazia sentir. De qualquer maneira, após a coroação do monarca em 1683, ocorreu uma nova intensificação da comunicação política, atingindo, no caso das cartas régias, os níveis mais altos do século, seguindo uma tendência que se esboçava de maneira mais nítida desde 1677; variações continuavam a existir, mas menos pronunciadas do que em décadas anteriores. Mais importante, as duas curvas, de missivas da Câmara e da Coroa, se aproximaram, reforçando o caráter dialógico da comunicação política.

Cabe destacar que o número de cartas escritas pela Câmara era menor do que o montante enviado ao monarca pelos governadores-gerais, a se julgar pelo caso do almotacé-mor Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, que escreveu 222 cartas ao monarca entre 1691 e 1693<sup>55</sup>, muito mais do que as 26 missivas da municipalidade nesses três anos. O almotacé-mor foi excepcionalmente prolífico, mas, se pensarmos em Francisco Barreto, que enviou 100 cartas em 1657–62<sup>56</sup> — significativamente mais do que as 57 da Câmara no mesmo período —, vemos que essa desproporção se repetiu ao longo de todo o século, ainda que em menor escala. A comunicação com o monarca era uma das funções fundamentais dos governadores, recebendo uma ênfase crescente em seus regimentos desde finais do século XVI, no início do período filipino<sup>57</sup>. O governador-geral agia, portanto, como um informante do monarca, em grande parte respondendo às solicitações do centro político (muitas vezes ligadas a pedidos de cargos dos vassallos americanos).

Os governadores são, portanto, interlocutores muito mais constantes da Coroa do que as Câmaras Municipais — o que já denota a importância desses funcionários no jogo político ultramarino, apesar de sua transitoriedade no governo, ocupando postos por uma média de apenas três anos. Ao mesmo tempo, estavam em contato constante com a própria câmara. Assim, os dois pilares da monarquia portuguesa no Atlântico eram os governadores e as Câmaras, pois era através deles que o centro político recebia a maior parte das informações essenciais para a governança de seu império marítimo<sup>58</sup>.

55 Marília Nogueira dos SANTOS, *Escrevendo Cartas, Governando o Império: A correspondência de Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho no Governo-Geral do Brasil (1691–1693)*, dissertação de mestrado, Niterói, PPGH/UFF, 2007, pp. 121–5.

56 Caroline Garcia MENDES, *A Circulação e a Escrita de Cartas do Governador-Geral do Estado do Brasil Francisco Barreto (1657–1663)*, dissertação de mestrado, Campinas, PPGH/UNICAMP, 2013, p. 76.

57 Marília Nogueira dos SANTOS, «O Império na Ponta da Pena: Cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil». *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, Vol. 27, 2009, pp. p. 119.

58 No Reino, o governador e capitão-general do Reino do Algarve exerce papel similar: M. S. CUNHA e F. FARRICA, art. cit., pp. 302–4.



Já podemos perceber, portanto, a dependência do rei das localidades, mesmo porque eram as periferias imperiais que sustentavam a Coroa<sup>59</sup>.

Apesar de não existir nenhum estudo similar para outros impérios ultramarinos, a impressão que fica é a da singular intensidade da comunicação dentro do Império luso. Como contraponto, pensemos no caso jamaicano entre 1675 e 1737, a mais rica possessão britânica a partir de inícios do XVIII: seus governadores enviaram 6,8 cartas por ano para o Plantations Office, cuja média de respostas não passava de duas missivas anuais. Ou então na Virgínia, com apenas 3,2 e 1,4 cartas, respectivamente<sup>60</sup>. Como vimos acima, a Coroa inglesa privilegiava a comunicação com os governadores, o que nos permite imaginar quão ocasionais não deviam ser os contatos com os poderes locais de seu império.

Os casos de Faro e Vila Viçosa sugerem que a comunicação direta com o monarca no Reino era significativamente menos intensa<sup>61</sup>. No geral, parece-me que a Câmara da Bahia mantinha-se em constante contato com o centro do Império, especialmente após o início da dinastia bragantina — que já começou, cabe notar, com três missivas da Coroa nos quatro primeiros meses do reinado de D. João IV.

Os diferentes fluxos de comunicação que cruzavam o Atlântico não eram estanques, mas sim profundamente entrelaçados, pois o governador podia atuar como um intermediário fundamental, em razão de seu conhecimento local<sup>62</sup>. Em 18 por cento das cartas do Senado, por exemplo, os camaristas fazem referência ao governador-geral, geralmente quando os assuntos tratados eram mais importantes e delicados, de modo que este surge como o principal interlocutor do poder local. Por outro lado, a própria Coroa eventualmente escrevia ao governador, pedindo que este fizesse registrar sua missiva nos livros da Câmara<sup>63</sup>. Em acréscimo, as cartas do monarca podiam ser mostradas pelo governador-geral ao Senado como forma de reforçar a sua posição em um assunto específico.

O centro político pressupunha e esperava essa forte interação, recomendando sempre aos camaristas que tivessem com o governador «toda a boa correspondência que convém, fazendo-lhe as lembranças de meu serviço e

59 Vitorino Magalhães GODINHO, «Finanças públicas e estrutura do Estado» in Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio II: Sobre história de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp. 42–74. Cf. também Stuart B. SCHWARTZ, «Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal», *Tempo — Revista do Departamento de História da UFF*, Vol. 12, n.º 24, 2008, pp. 201–23.

60 I. K. STEELE, op. cit., p. 312, tabela 12.1.

61 M. S. CUNHA e F. FARRICA, art. cit., pp. 300–8.

62 A. BRENDECKE, op. cit., pp. 294–305; K. J. BANKS, op. cit., pp. 187–94.

63 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. II, fls. 28–29 (Carta régia para o governador-geral, 13 de setembro de 1651), 80v–82 (Carta régia para o vice-rei, 12 de abril de 1664), 199–199v (Carta régia para o governador-geral, 21 de dezembro de 1677) e 214–215 (Carta régia para o governador-geral, 29 de março de 1680).

bem comum que vos parecerem necessárias, procedendo nisto e em tudo o mais com a autoridade e respeito devido a sua pessoa e lugar»<sup>64</sup>. Se o monarca desejava uma cooperação entre esses dois pilares, pois somente através deles era possível governar à distância, o papel fiscalizador da Câmara estava implícito, podendo mesmo tornar-se explícito em alguns momentos, como quando é ordenado aos camaristas que informassem sobre o cumprimento da ordem que proibiu os governadores e mais ministros de participarem do comércio<sup>65</sup>.

Por outro lado, a presença dos governadores certamente era capaz de influenciar as ações da Câmara, pois esses representantes do rei por diversas vezes parecem ter procurado impedir entre as décadas de 1630 e 1660 que visões distintas das que expunham em sua própria correspondência chegassem à Coroa, tendo sido mesmo repreendidos por isso<sup>66</sup>. Nesse sentido, se a presença do alter ego do rei na América emprestava mais dignidade ao Senado, também implicava algum cerceamento de suas possibilidades de ação. Esse, porém, provavelmente era, a longo prazo, compensado pelo maior peso político emprestado às opiniões e demandas da municipalidade por essa relação estreita com o mais graduado oficial régio do Atlântico. As câmaras menores não contavam com esse contrapeso, mas parece-me provável que, até por isso, sua capacidade de se fazer ouvir em Lisboa era muito mais reduzida.

### A política dos donativos

Quais eram os temas da comunicação política? De modo geral, quase todas as missivas da municipalidade demandavam algo considerado de interesse do «povo» da capitania. São, assim, majoritariamente requerimentos, distinguindo-se, portanto, da correspondência encetada pelos governadores. Através das missivas, «o sujeito coletivo [a Câmara] que as enuncia afirma subordinar seu lugar institucional ao lugar do destinatário, o rei, reiterando a vassalagem; e negocia com ele, para persuadi-lo da verdade dos enunciados como adequação ao «bem comum»<sup>67</sup>. A comunicação com a Coroa era um privilégio, não um dever, e fazia-se de acordo com os interesses locais. A Coroa,

64 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. II, fls. 94–94v (Carta régia para o Senado, 15 de março de 1664); ver também 35–35v Carta régia para o Senado, 17 de julho de 1653), 143v–144 (Carta régia para o Senado, 6 de agosto de 1670) e 198v–199 (Carta régia para o Senado, 10 de setembro de 1677).

65 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. II, fls. 162–3 (Carta régia para o Senado, 27 de fevereiro de 1673).

66 BIBLIOTECA DA AJUDA, 49–X–10, fls. 320-2 (Lourenço de Brito para o rei, sem data, c. 1630); AHU, *BA-LF*, ex. 5, doc. 554 (Bispo do Brasil, D. Pedro da Silva, ao rei, 12 de abril de 1635), ex. 9, doc. 1094 (carta do Senado para o rei, 2 de setembro de 1644), ex. 19, doc. 2180 (Carta do desembargador Manuel de Almeida Peixoto para o rei, 8 de agosto de 1666); e *DH*, Vol. 86, p. 134.

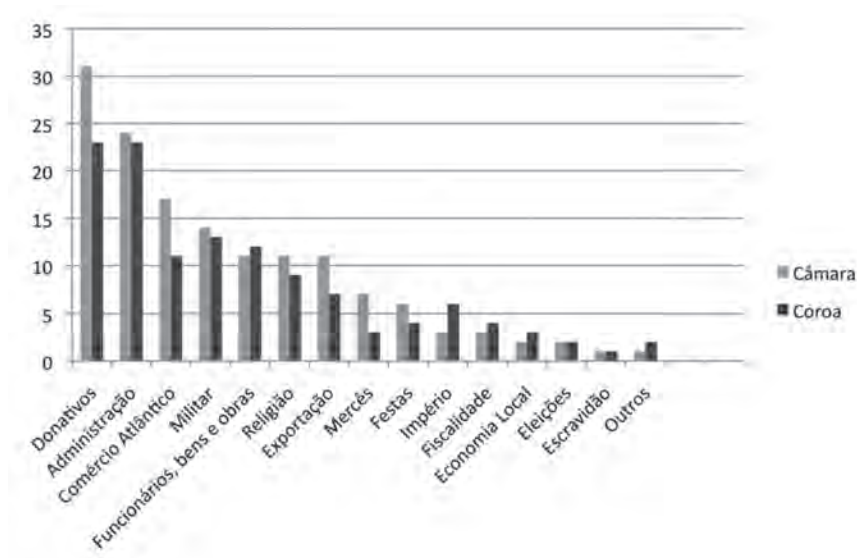
67 João Adolfo HANSEN, «Representações da Cidade de Salvador no Século XVII», *Sibila: Revista de poesia e crítica literária*. [Consultado em 02/01/2011.] Disponível em: <http://www.sibila.com.br/index.php/mapa-da-lingua/941-representacoes-da-cidade-de-salvador-no-seculo-xvii>.

por sua vez, geralmente informa, agracia ou requer algo de seus vassallos nas Conquistas, muitas vezes em resposta a iniciativas da municipalidade.

Para refletirmos sobre a correspondência, é necessário construir uma tipologia, de modo a perceber regularidades e questões comuns que perpassam nossas centenas de cartas, ao longo de quase um século. Cabe notar que muitas missivas tratam de mais de uma temática, de modo que a soma das porcentagens é maior do que 100 por cento. Abaixo analisaremos as principais dentre essas categorias, explicando o porquê da classificação.

Tema	Descrição	Câmara	Coroa
Donativos	Tributos administrados pela Câmara.	151 (31 %)	72 (23 %)
Administração	Assuntos relacionados ao convívio com a administração periférica da Coroa. Inclui desde boas-vindas ao governador ou ao juiz de fora a conflitos de jurisdição com esses oficiais.	118 (24 %)	72 (23 %)
Comércio Atlântico	Crédito, moeda e frotas.	82 (17 %)	35 (11 %)
Militar	Guerra, defesa, manutenção de tropas e ordenanças.	67 (14 %)	40 (13 %)
Funcionários, bens e obras	Nomeações e soldos de escrivães, porteiros, síndicos, almotacéis e procuradores em Lisboa; prédios da câmara, terras públicas, aforamentos e realização de obras públicas.	53 (11 %)	37 (12 %)
Religião	Cabido, bispo, ordens religiosas, mosteiro das freiras e escolha do novo padroeiro da cidade.	54 (11 %)	28 (9 %)
Exportação	Preço e regulação da produção de açúcar e tabaco.	52 (11 %)	23 (7 %)
Mercês	Pedido de privilégios por parte da Câmara, como os privilégios do Porto, primeiro banco em Cortes, mosteiro de freiras e universidade.	35 (7 %)	10 (3 %)
Festas	Procissões organizadas pela Câmara.	32 (6 %)	14 (4 %)
Império	Situação política da monarquia e império, incluindo guerras e eventos vitais da família real.	16 (3 %)	18 (6 %)
Fiscalidade	Tributos administrados pela fazenda real.	14 (3 %)	13 (4 %)
Economia local	Gêneros alimentares consumidos internamente, como produção de mandioca, fornecimento de água, preços de artigos de subsistência, comércio local, ofícios mecânicos.	8 (2 %)	10 (3 %)
Eleições	Critérios para servir na Câmara.	9 (2 %)	7 (2 %)
Escravidão	Quilombos, tráfico de escravos e controle dos cativos.	4 (1 %)	4 (1 %)
Outros		5 (1 %)	5 (2 %)

### 3 Temáticas da comunicação política.



4 Distribuição temática dos assuntos (em %).

Fontes: ver Figura 1.

Percebe-se de imediato a relevância da questão tributária na correspondência camarária, assunto que aparece em um terço das missivas (34 por cento, somando os donativos administrados pela Câmara e a fiscalidade régia — essa, porém, pouquíssimo relevante na correspondência, por estar fora da jurisdição municipal). Pouco após o envio da primeira carta com a notícia da aclamação do duque de Bragança, o novo monarca enviou uma missiva informando que suspendia «todos os tributos, estanques e contribuições que o Marquês de Montalvão depois de haver entrado no governo de dito Estado lhe impôs e lançou de novo para que cessem, e se não peçam nem cobrem mais», com o intuito de que seus «vassalos moradores e assistentes no Estado do Brasil conheçam e experimentem o cuidado com que estou de os aliviar e favorecer, tendo por certo que o saberão merecer em meu serviço»<sup>68</sup>. Os camaristas agradeceram a mercê imediatamente, «oferta natural da grandeza de Vossa Majestade», em consideração aos prejuízos causados à economia da capitania desde a invasão holandesa de 1624<sup>69</sup>.

Em grande medida, as discussões sobre tributação no período pós-Restauração são oriundas dos últimos quinze anos da monarquia dual, quando

68 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. I, fls. 271–271v (Alvará, 8 de março de 1641).

69 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 14–6. Sobre a correspondência e a Restauração no Império, cf. José Miguel de Moura FERREIRA, *A Restauração de 1640 e o Estado da Índia: Agentes, espaços e dinâmicas*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH/UNL, 2011, pp. 44–9.

se instituiu uma força militar permanente e numerosa em Salvador e, para mantê-la, a Câmara obteve cada vez mais importância fiscal. Para garantir o sustento da infantaria, a Coroa aceitou (com o incentivo dos governadores-gerais) a ampliação das prerrogativas do Senado, que em grande medida passaria a controlar o cotidiano da tributação, especialmente os donativos e contribuições que se multiplicaram no período, já que por ela administrados. Ficava sob responsabilidade do poder local, portanto, o dever eminentemente régio (como o Senado relembra em suas reclamações) da defesa da comunidade<sup>70</sup>.

Possivelmente, o próprio protagonismo na Câmara nessa área fez que nos primeiros oito anos de governo brigantino pouco se escrevesse ao monarca sobre essa temática: sua principal aparição é como argumento para pedir mercês, inclusive a extinção do ofício de juiz do peso, obtido por Bernardo Vieira Ravasco graças à recém-adquirida influência na Corte de seu irmão, o Padre Antônio Vieira. Enfatiza-se, assim, os gastos ordinários de 40 mil cruzados na defesa, além de outros, extraordinários<sup>71</sup> — longo avanço para uma Câmara que, em 1626, reclamava de não ter sequer 500 cruzados de renda<sup>72</sup>! É interessante notar que ambas as cartas foram escritas pouco após o recebimento de missivas em que D. João IV agradecia os esforços de seus vassallos baianos, tendo recebido notícias de seu «amor e fidelidade» através do governador-geral Antônio Teles da Silva<sup>73</sup>.

Especialmente a partir de 1649, a temática mais importante é a cobrança e o valor dos donativos administrados pela Câmara. O controle destes importantes recursos gera, porém, questões que a Câmara é incapaz de resolver por si mesma, ou em diálogo com o governador, exigindo o diálogo com o monarca. O sistema de frotas e os privilégios monopolistas concedidos à Companhia Geral de Comércio também ocasionaram muita insatisfação<sup>74</sup>, pois seus administradores e deputados recusavam-se a pagar o donativo imposto aos vinhos (um dos principais produtos importados do Reino e amplamente

70 Wolfgang LENK, *Guerra e Pacto Colonial: A Bahia contra o Brasil holandês (1624–54)*, São Paulo, Alameda, 2013, pp. 299–441.

71 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. II, fls. 6v–8v (carta do Senado para D. João IV, 20 de dezembro de 1644) e 9v–10 (Carta do Senado para D. João IV, 1 de fevereiro de 1645).

72 AHU, BA-LF, cx. 3, doc. 423 (carta do Senado para D. Filipe III de Portugal, 16 de maio de 1626).

73 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. II, fls. 6–6v (Carta régia ao Senado e ao ouvidor-geral, 28 de abril de 1644) e 21v–22 (carta régia ao Senado, 20 de junho de 1644).

74 Cf. Charles BOXER, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602–1686*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1973, pp. 194–203 e 303–5, que demonstra a eficaz oposição das Câmaras ao sistema de frotas, assim como seus motivos. Mais recentemente, cf. o trabalho de Leonor Freire COSTA, sumarizado quanto ao ponto aqui em discussão em «Pernambuco e a Companhia Geral do Comércio do Brasil», *Penélope*, n.º 23, 2000, pp. 41–65.

consumido)<sup>75</sup>, além de manipularem os preços dos produtos de estanco e o comércio como um todo, em razão do seu controle sobre o transporte de mercadorias pelo Atlântico. O argumento central dos oficiais camarários é que estas atitudes prejudicavam a arrecadação, dificultando o pagamento dos soldados e oficiais militares. Esperavam ter, assim, a atenção do centro político. Por que, porém, não foram capazes de resolver estes problemas através da jurisdição ordinária dos seus juízes? Segundo carta de 10 de junho de 1651,

[c]omo nós somos privativos juízes das imposições e donativos desta Câmara, e o procedido deles é Fazenda Real com que se acode ao sustento ordinário da infantaria e mais despesas da guerra, sem haver outros efeitos com que poder acudir-lhe, tratamos de proceder na execução como sempre fizemos antes e depois da Companhia. O que vendo o Ouvidor deste Estado João Jácome do Lago passou uma carta no Real Nome de Vossa Majestade a esta Câmara como juiz conservador dos Ministros da Companhia Geral [...] nesta cidade [...] a qual mandava que de nenhuma maneira entendêssemos com os ditos administradores nem tratássemos da cobrança<sup>76</sup>.

Fazia-se necessário demandar a intervenção régia, porque o poder ordinário da Câmara tinha sido bloqueado por um membro da administração periférica e, principalmente, devido ao próprio caráter transatlântico do comércio realizado pela Companhia, saindo do escopo de controle da Câmara, cuja capacidade de intervenção dava-se principalmente no mercado local.

Por outro lado, esta atitude justificava-se também pelo fato de o «procedido deles [donativos, ser] Fazenda Real», evidência da interpenetração entre poder régio e municipal<sup>77</sup>. Embora a Coroa reconhecesse as obrigações da Companhia de Comércio, continuava a exigir que os camaristas a favorecessem e contivessem a insatisfação popular<sup>78</sup>. Se decidiu tomar alguma

75 O vinho também se constituía em produto fundamental na tributação no Reino, exatamente por seu consumo generalizado. Cf. António Barros CARDOSO, «Vinho e fiscalidade na Época Moderna», *Douro — Estudos e Documentos*, Vol. I (3), 1997, pp. 71–83. Para as muitas cartas da Câmara obre o tema, cf. AHU, *BA-LF*, cx. 17, doc. 1952 (Carta do Senado para D. Afonso VI, 29 de agosto de 1663); cx. 18, docs. 2025 (Representação do procurador João de Góis de Araújo, 17 de junho de 1664) e 2081 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 28 de março de 1665); cx. 19, doc. 2151 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 9 de setembro de 1666); cx. 28, doc. 3412 (Carta do Senado a D. Pedro II, 4 de junho de 1687); cx. 32, doc. 4143 (Carta do Senado a D. Pedro II, 23 de julho de 1693); DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 36–46, 88–9, 89–90, 92–4 e, 106–7; Vol. II, pp. 3–4; Vol. III, pp. 94–6.

76 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 40–6.

77 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 40–6. Cf. as outras cartas em AHU, *BA-LF*, cx. 12, doc. 1413 (Carta do Senado a D. João IV, 24 de março de 1650) e *CM*, Cód. 15, fl. 251v (Consulta do Conselho Ultramarino, 19 de setembro de 1656); DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 23–5; 31–2, 36–40, 50–3, 57–8 e 99–100.

78 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. II, fls. 29–30 (Carta régia para o Senado, 25 de novembro de 1651) e 30–30v (Carta régia para o Senado, 27 de novembro de 1651).

atitude, não achou necessário informar a elite baiana, que não deve ter ficado satisfeita com o aparente pouco caso com suas reclamações<sup>79</sup>.

A carta citada é interessante por demonstrar como diversas temáticas se entrecruzam numa mesma missiva — porque o faziam, em verdade, na política da Época Moderna. Entretanto, continuaremos na fiscalidade, antes de passarmos para outras questões. O exemplo da Companhia demonstra como era possível utilizar privilégios para fugir do pagamento de tributos, e até 1658 os cavaleiros das ordens militares foram exemplares nessa estratégia, embora não estivessem sozinhos<sup>80</sup>. A partir de então, as reclamações foram contra indivíduos, principalmente o polêmico senhor de engenho e desembargador Cristóvão de Burgos, e contra as ricas ordens religiosas regulares<sup>81</sup>, temáticas que vão perpassar a correspondência até a última década do Seiscentos. Nesses momentos, reafirmava-se a função do rei como árbitro, pois é a ele a quem o poder local recorre quando os conflitos ultrapassam a jurisdição da municipalidade, aproveitando a oportunidade para coibir a extensão de privilégios que nada beneficiavam a Coroa, e dificultavam que a municipalidade cumprisse as tarefas que lhe tinham sido delegadas pela Coroa, como o sustento da infantaria e a cobrança do donativo para a paz da Holanda e para o dote da rainha da Inglaterra<sup>82</sup>.

No terceiro quartel do século xvii, porém, a principal questão das cartas sobre a fiscalidade administrada pela Câmara era o elevado custo de financiar o presidio. Apesar de a Câmara carregar inteiramente esta obrigação, não exercia ingerência alguma na administração militar, responsabilidade do governador, e apenas o monarca podia determinar reestruturações na tropa. É interessante perceber que a própria temática militar, quarto tema mais comum, está umbilicalmente ligada à tributação<sup>83</sup>: a discussão era majoritariamente fiscal, pois raramente o poder municipal se interessava pelos aspectos

79 Com exceção de uma provisão para que todos os navios de guerra da Companhia pagassem as contribuições: AHMS, *Provisões Reais*, Vol. II, fls. 102–103v (Provisão Régia, 9 de novembro de 1667).

80 Thiago KRAUSE, *Em Busca da Honra: A remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641–83)*, São Paulo, Annablume, 2012, pp. 84–99.

81 Cf. Jorge Victor de Araújo SOUZA, *Para Além do Claustro: Uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c. 1580–c. 1690*, tese de doutorado, Niterói, PPGH/UFRJ, 2011, pp. 58–76, e 169–224; Pablo Antônio Iglesias MAGALHÃES, *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624–1654)*, tese de doutorado, Salvador, PPGH/UFBA, 2010, Vol. I, pp. 296–347.

82 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. II, fls. 45v–47 (Provisão Régia, 12 de outubro de 1656), 70v–71v (Carta régia ao Senado, 7 de agosto de 1662), 64v–66 (Provisão Régia, 16 de abril de 1663) e 75–75v (Carta régia ao Senado, 14 de dezembro de 1662).

83 Como também ocorria no Reino: Teresa FONSECA, «The Municipal Administration in Elvas During Portuguese Restoration War (1640–1668)», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 6, n.º 2, 2008, pp. 3 e 13; F. SILVA, art. cit., p. 213; M. S. CUNHA e F. FARRICA, art. cit., pp. 306–7.

propriamente bélicos, pois estes estavam fora de sua jurisdição. Assim, os oficiais camarários repetidamente pediram a reforma das tropas estacionadas em Salvador. A diminuição dos oficiais constituía a principal demanda, pois seu excesso gerava um imenso dispêndio a drenar os recursos baianos, totalizando entre 50 e 60 mil cruzados por ano. Embora a Coroa tenha ouvido os apelos de seus vassallos, a ponto de ordenar uma reformação em 1663, não achou necessário responder a nenhuma das cartas do Senado sobre o tema. Obviamente o diálogo podia dar-se através de atos, não de palavras, e, neste e em outros casos, certamente aqueles eram mais prezados do que estas. No final do século, embora a questão militar ainda estivesse muito presente como argumento, perde um pouco de importância com a redução da tropa, resultado das menores ameaças militares europeias após o fim da guerra de Restauração e da assinatura definitiva da paz com os Países Baixos em 1669.

Se o poder de tributação ganho pela Câmara era muito significativo, já que a municipalidade passa a lidar com dezenas de milhares de cruzados anualmente (mesmo que não pudesse determinar seu destino final) também o eram as obrigações dele decorrentes. Entretanto, esta responsabilidade podia ser usada como argumento para se livrar de novas imposições, como no caso do papel selado, quando os camaristas pediram sua extinção, «em consideração também do serviço que este povo faz a Vossa Majestade no sustento do presídio sem a fazenda de Vossa Majestade concorrer para o dito efeito em coisa alguma»<sup>84</sup>.

A partir de 1662, a aceitação do pagamento do donativo para o dote da rainha da Grã-Bretanha e a paz de Holanda ampliou ainda mais as obrigações fiscais da Câmara. É de se notar que, se o monarca inicialmente deixou ao critério dos vassallos quanto deveriam contribuir, ao fim e ao cabo a quantidade foi determinada pelo governador-geral Francisco Barreto, que ampliou em 25 mil cruzados a quantia sob responsabilidade da Bahia — aliviando, em compensação, Pernambuco e o Rio de Janeiro<sup>85</sup>. Nesse, como em diversos outros momentos, a capitalidade de Salvador (que incluía a presença de um significativo aparato da administração periférica da Coroa, liderada pelo governador-geral), se lhe concedia um papel primordial na negociação com a Coroa, tinha consequências práticas: a obrigação de contribuir mais que o

84 AHU, BA-LF, ex. 16, doc. 1861 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 23 de maio de 1662); cf. também ex. 17, doc. 1900 (carta do Senado a D. Afonso VI, 20 de dezembro de 1662). O mesmo ocorreu no caso do tributo que o Correio-mor pretendia introduzir: DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, p. 87; Vol. II, pp. 53–5.

85 Letícia dos Santos FERREIRA, *Amor, Sacrifício e Lealdade: O donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a Paz de Holanda (Bahia, 1661–1725)*, dissertação de mestrado, Niterói, PPGH/UFF, 2010, pp. 94–109.



restante da América, imposição da qual era difícil fugir. Com a necessidade de pagar mais 80 mil cruzados anuais, começam a se multiplicar as afirmações da pobreza da Bahia, utilizada como argumento para pedir o alívio da carga tributária. Em 12 de agosto de 1666, por exemplo, a Câmara afirmou

não ser possível (sem que pereçamos de todo) contribuirmos com mais de 40 mil cruzados em cada um ano; e com ser a metade menos do que *violentamente se nos distribuiu* nos parece impossível pela experiência [pagar os 80 mil cruzados]. É conveniente ao serviço de Vossa Majestade ser proporcionada a contribuição com a nossa possibilidade, porque deste modo poderemos continuar no serviço de Vossa Majestade com o amor e a lealdade que nossos corações desejam<sup>86</sup>.

Enfatiza-se aqui, como é recorrente nas cartas da Câmara, «o amor e a lealdade»<sup>87</sup>, mas o donativo é apresentado como uma imposição violenta, capaz de arruinar a economia baiana. Especialmente a partir da década de 1670, multiplicam-se as reclamações contra o excesso de tributos e os pedidos para sua diminuição (principalmente do donativo, mesmo a contribuição deste tendo sido reduzida para 40 mil cruzados anuais após as representações da Câmara), sempre justificada pela redução da produção açucareira da capitania, apesar de raramente tão incisivas quanto esta carta de 1666, quando a própria novidade do donativo o tornava especialmente incômodo<sup>88</sup>. A maioria das contribuições das quais a Câmara reclamava originara-se como subsídios e donativos voluntários entre 1620 e 1660, mas acabaram por se prolongar por um período muito maior do que o esperado, tornando-se obrigações das quais a Câmara não conseguia escapar, gerando ressentimentos — provavelmente reforçados pelas cobranças régias<sup>89</sup>.

Outras imposições foram colocadas pela Coroa sobre a Bahia, como uma contribuição para o Cais de Viana, comunicada em carta régia de 5 de dezembro de 1676, ao que a Câmara replicou, afirmando que «com este novo tributo crescerão os apertos, com ruína total de todo o Estado [e] a diminuição infalível das Rendas de Vossa Alteza, [que] antes já hoje padecem estes grandes detrimentos». O motivo seria a crise da produção açucareira, e apenas o

86 AHU, BA-LF, cx. 19, doc. 2146 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 12 de agosto de 1666), ênfase do autor; cf. também docs. 2196 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 4 de abril de 1667), 2198 (carta do Senado a D. Afonso VI, 5 de abril de 1667) e 2220 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 5 de abril de 1667); DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 104–6.

87 Cf. L. FERREIRA, op. cit., para uma análise desse *topos* nesse contexto.

88 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 114–5; Vol. II, pp. 39–41, 44–8 e 121–2; Vol. III, pp. 7–8, 17–20 (na qual a Câmara se refere à «contribuição [...] se pediu a este povo e constrangido se obrigou a pagar»), 49–51; AHU, BA-LF, cx. 24, doc. 2841 (Carta do Senado a D. Pedro, 16 de agosto de 1678), dentre outros.

89 AHMS, *Provisões Reais*, Vol. 2, fls. 115v–116 (Carta régia para o Senado, 13 de setembro de 1669).

aumento da população teria impedido um declínio maior da arrecadação<sup>90</sup>. Apesar da argumentação dos camaristas, a Coroa permaneceu irredutível, gerando mais um protesto em 24 de julho de 1680, também sem sucesso<sup>91</sup>. Assim, a Câmara reinterpretou sua própria posição, afirmando em carta de 12 de agosto de 1688 que «se fez a este povo um lançamento para o país de Viana de quantia de dez mil cruzados, se consentiu nesta contribuição, tirando forças de fraquezas, obrigados da ordem que veio de Vossa Majestade»<sup>92</sup>. Se o Senado acabou pagando o que devia, os vários problemas que atrasaram o envio desta contribuição<sup>93</sup> podem indicar que a Câmara usou mecanismos protelatórios contra uma cobrança que via como descabida. Evitavam, assim, a desobediência ao monarca, mas mantinham temporariamente o controle destes recursos, utilizando-o, por exemplo, para pacificar os soldados amotinados em 1688.

Em 1690, possivelmente em razão do temor de invasões francesas<sup>94</sup>, ordenou-se que 8 por cento da arrecadação para sustento da infantaria (cerca de quatro mil cruzados) fosse utilizado na compra de munições, prejudicando ainda mais as já combalidas finanças municipais e obrigando ao lançamento de mais uma finta para pagar a tropa<sup>95</sup>. Já em 1694 impôs-se mais uma finta de dez mil cruzados para o socorro da Nova Colônia de Sacramento, a que a Câmara não se opôs, pedindo apenas ao monarca que autorizasse a cobrança no sal, peixe e azeite, mesmo contra a opinião do governador-geral<sup>96</sup>.

Apesar de a Câmara poder administrar a cobrança dessas contribuições, precisava da autorização régia para realizar diversas alterações. Algumas fontes de arrecadação foram apropriadas pela Coroa, «com que não temos com que poder acudir as festas de Vossa Majestade nem as fontes e calçadas e outras muitas coisas do bem comum, pelo que pedimos a Vossa Majestade nos queira restituir a imposição dos mil réis por pipa [de vinho] que sempre foi nossa», para citar um exemplo em carta de 2 de abril de 1651<sup>97</sup>. Ao menos dentro do discurso produzido para consumo do monarca, as contribuições eram tantas que impediam que fossem cumpridas atribuições básicas da gestão camarária.

90 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 61–3.

91 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 86–7.

92 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. III, pp. 54–5.

93 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. III, pp. 91 e 99–100.

94 Cf. Pedro PUNTONI, «O »mal do Estado brasílico»: a Bahia na crise final do século XVII» in Pedro Puntoni, *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548–1700)*, tese de livre-docência, São Paulo, USP, 2010, p. 182.

95 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. III, pp. 99 e 104.

96 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. IV, pp. 33–6.

97 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 32–3. No mesmo sentido, cf. pp. 53–4 e AHU, BA-LF, cx. 16, doc. 1859 (carta do Senado a D. Afonso VI, 20 de maio de 1662).

Por vezes, mesmo procedimentos relativos à cobrança, quando saíam do usual, eram submetidos à aprovação do centro político, como quando se decidiu tomar «todas as contas dos cobradores que o haviam sido dos lançamentos que ao Recôncavo tocaram nos anos passados» para suprir os atrasos no sustento da infantaria. Executaram-se os bens de dois indivíduos para recuperar mais de quatro contos, e, «para ser presente a Vossa Majestade a forma de nosso proceder, nos pareceu dar conta a Vossa Majestade de tudo»<sup>98</sup>.

Para iniciar, acabar com ou alterar algum tributo de relevância, também era preciso obter permissão régia. Um exemplo foi a «consignação nova dos azeites» em 1678, para qual era necessária «conformação de Vossa Alteza»<sup>99</sup>. Mais relevante era o caso da vintena, cuja cobrança foi encerrada pela Câmara a partir de uma negociação com o governador-geral conde de Castelo Melhor. A justificativa foi «a dilação que há desta cidade a essa Corte», sendo por isso repreendida pelo monarca, que ordenou o retorno do tributo<sup>100</sup>. Parecia aos camaristas que «pode o povo mudar os tributos nesta e naquela droga [o vinho] alterá-los ou diminuí-los, pois ele é o que há de sustentar a dita infantaria»; entretanto, fazia-se necessário requerer essa «liberdade» ao monarca, inclusive para evitar a intervenção do governador e da Relação<sup>101</sup>.

Evidencia-se aqui outro elemento fundamental na comunicação política: a defesa das prerrogativas camarárias contra funcionários régios. Se o poder obtido com a tributação era significativo, era necessário que fosse exercido cotidianamente pela Câmara, sem supervisão. Isso não significa uma defesa de prerrogativas locais contra um suposto absolutismo metropolitano, mas antes disputas entre indivíduos e grupos, que, ao procurar aumentar a amplitude de jurisdição de seus cargos, podiam indiretamente contribuir para a ampliação do poder da Câmara ou do monarca<sup>102</sup>.

Assim, após agradecer ao monarca por haver permitido o arrendamento do «imposto dos vinhos», de acordo com o parecer dos camaristas, «por sermos nós quem há de suprir a falta de menos rendimento para o sustento do presídio», pedem a mercê de que este seja feito sem a presença do provedor-mor da fazenda, do contador-mor e do procurador da fazenda, como a carta régia de 12 de abril de 1664 havia estabelecido, pois o costume era que não o fizessem. Pedem mesmo que, caso o monarca insista na participação da

98 AHU, BA-LF, cx. 15, doc. 1779 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 14 de setembro de 1660).

99 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 42-4.

100 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 47-9. Carta praticamente idêntica foi enviada um ano e meio depois: AHU, BA-LF, cx. 11, doc. 1372 (Carta do Senado a D. João IV, 25 de junho de 1655). Cf. também cx. 17, doc. 1952 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 29 de agosto de 1663).

101 AHU, BA-LF, cx. 15, doc. 1751 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 22 de setembro de 1659).

102 E. C. MELLO, *op. cit.*, *passim*.

administração periférica na cobrança, «seja Vossa Majestade servido por nos fazer mercê conceder licença para fazer deicção destas consignações para que se distribuam pelos ministros da fazenda de Vossa Majestade ficando este povo desobrigado para não contribuir com coisa alguma para o dito sustento»<sup>103</sup>. Apesar da obstinação da Coroa, a Câmara manteve sua posição, afirmando que «na criação dos mesmos donativos diz o povo que de nenhuma maneira passaram nem se admitiram ministros de Vossa Alteza»<sup>104</sup>.

O provedor-mor também tentou interferir na atuação dos almoxarifes do sal da Câmara, ao que os oficiais replicaram, detalhando os equívocos dessa ingerência: «são distintos os tribunais», de modo que eram «independentes» do provedor-mor, e que o sustento da infantaria não estava a cargo desse funcionário, mas da Câmara. Enfatizam também «a pureza com que neste Senado de Vossa Alteza o servimos», negando assim as acusações implícitas de desvio de recursos, subtexto da fiscalização do provedor<sup>105</sup>.

A intervenção do provedor-mor foi principalmente no sentido de tentar (sem sucesso, de modo geral) ampliar seu controle sobre a fazenda municipal, como também ocorreu em relação ao donativo do dote e paz da Holanda<sup>106</sup>. Outros, como o desembargador José de Freitas Serrão, podiam intrometer-se para proibir a cobrança de tributos, como o «imposto dos oitenta réis por canada de azeite de peixe para o convento das freiras», fazendo-o «sem advertir que o mesmo povo uniforme e voluntariamente o tomou sobre» si. A razão desta interferência seria a ligação do desembargador com o contratador das baleias Manuel Dantas, «seu particular amigo»<sup>107</sup>.

No tocante aos donativos demandados pelo centro político, portanto, a correspondência da Câmara é reativa, especialmente após a expulsão dos holandeses em Pernambuco, pedindo a diminuição da tributação, no máximo com sucesso parcial. Se o donativo era, em princípio, um dom, um ato voluntário derivado do «amor e lealdade» enfatizados recorrentemente pela Câmara, na prática, o caráter desigual da negociação sobre fiscalidade é evidente, e sua

103 AHU, BA-LF, cx. 18, docs. 2081-2 (Cartas do Senado a D. Afonso VI, 28 de março e 20 de julho de 1665).

104 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 92-4. Cf. também pp. 101-2.

105 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 96-7. Cf. também AHU, BA, LF, cx. 18, doc. 2083 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 28 de março de 1665); cx. 19, doc. 2168 (Carta do Senado a D. Afonso VI, 4 de agosto de 1666); AHU, Cód. 16, fl. 169 (Consulta do Conselho Ultramarino, 11 de agosto de 1665); DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. I, pp. 107-10.

106 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 26-8.

107 DHAM, *Cartas do Senado*, Vol. II, pp. 58-61.

obrigatoriedade não escapava a ninguém<sup>108</sup>. O pagamento do «donativo» não era algo que estivesse em negociação, apenas o montante e a forma — inclusive em razão de sua essencialidade para a própria sobrevivência da dinastia de Bragança e manutenção de seu império através do estabelecimento e manutenção de relações cordiais com as duas principais potências marítimas do Velho Mundo, Inglaterra e as Províncias Unidas dos Países Baixos<sup>109</sup>.

Mesmo assim, cabe enfatizar mais uma vez que não é possível igualar os donativos à tributação usual da Coroa (no Brasil, em grande medida limitada ao dízimo<sup>110</sup>), pois, como vimos acima, exatamente em razão de seu caráter supostamente voluntário elas deviam permanecer sob controle da Câmara e isentos da jurisdição dos oficiais régios, oferecendo um importante instrumento de barganha à Câmara. A arrecadação de recursos, um dos elementos constituintes de qualquer definição de Estado, continuava a depender em elevado grau, portanto, da colaboração das elites locais, até em maior medida na América do que no Reino, embora também na Europa as Câmaras tenham tido suas atribuições ampliadas no contexto da guerra contra a Monarquia Hispânica e as Cortes tenham exercido um papel decisivo na limitação da punção fiscal<sup>111</sup>.

A comunicação também abria espaço para a manifestação de insatisfações, e por vezes possibilitava a redução da carga que caía sobre os vassalos baianos, diminuindo a tensão num aspecto da relação entre a Coroa e seus vassalos que era inerentemente conflituoso. Ao mesmo tempo, para garantir o apoio das elites, a Coroa tendia a manter a arrecadação sob controle da Câmara, apesar das denúncias de desvios, como as realizadas pelo desembargador sindicante Sebastião Cardoso de Sampaio<sup>112</sup>, e as citadas tentativas de funcionários régios de ampliar sua jurisdição. A autonomia camarária na área fiscal era um elemento fundamental em suas atribuições, necessária para que as elites concordassem em carregar sobre si as diversas cargas fiscais que

108 Cf. José Ignacio FORTEA PÉREZ, «Los donativos en la política fiscal de los Áustrias (1625–1637): ¿Servicio o Beneficio?» in Luis A. Ribot García e Luigi de Rosa (dir.), *Pensamiento e política económica en la época moderna*, Madrid, Actas, 2000, pp. 39–46.

109 Sobre o contexto internacional e o donativo, cf. Leticia dos Santos FERREIRA, *É Pedido, não Tributo: O donativo para casamento de Catarina de Bragança e a Paz de Holanda (Portugal e Brasil, c. 1660–1725)*, tese de doutorado, Niterói, PPGH/UFF, 2014, pp. 28–68.

110 Ângelo CARRARA, *Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil: Século XVII*, Juiz de Fora, EDUFJF, 2009.

111 Cf. J. R. MAGALHÃES, art. cit.; Fernando Doris COSTA, *A Guerra da Restauração, 1641–1668*, Lisboa, Horizonte, 2004, pp. 33–4. Para uma comparação, cf. também Michael BRADDICK, *State Formation in Early Modern England, c. 1550–1700*, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 234–53.

112 L. FERREIRA, 2010, op. cit., pp. 148–52.

lhes eram sucessivamente impostas<sup>113</sup>, inclusive em razão das oportunidades que a manipulação de tais somas conferia, assim como para evitar a ameaça de que o controle passasse à administração periférica da Coroa<sup>114</sup>, como viria a acontecer no início do século XVIII<sup>115</sup>.

## Conclusão

Os processos aqui analisados não eram específicos da Câmara baiana: provavelmente tinham paralelos, ainda que em menor escala, no restante das municipalidades ultramarinas, como Olinda e Rio de Janeiro<sup>116</sup>, mas também Goa, onde desenvolvimentos muito similares ocorreram no início do século, também em razão de ameaças externas (por parte de ingleses e neerlandeses, no caso)<sup>117</sup>. Mais do que isso: a participação do poder local na fiscalidade foi muito importante também no Reino, como se vê especialmente no encabeçamento das sisas e, depois, nas décimas, ocorrendo processos similares de avanços régios na fazenda municipal, embora também as Câmaras portuguesas fossem capazes de reagir às demandas do centro político, modificando-as, como se percebe nos poucos estudos dedicados às municipalidades lusitanas no início da dinastia bragançina<sup>118</sup>.

A interpenetração entre centro político e localidades fazia com que a comunicação política fosse um processo de mão dupla, no qual a iniciativa podia partir de ambos os lados. Na tributação, porém, quase sempre era a Coroa a colocar temas em pauta com os quais a Câmara precisava lidar. Mesmo assim, o quadro que emerge através dessas centenas de pinceladas está longe de retratar a marcha inexorável da formação de um «Estado Absolutista» ou uma dominação sem qualificativos de um centro metropolitano

113 Para o século XVIII, cf. A. SOUSA, op. cit., *passim*.

114 Para um interessante paralelo, cf. William BEIK, *Absolutism and Society in Seventeenth-Century France: State Power and Provincial Aristocracy in Languedoc*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

115 M. D. CRUZ, op. cit., pp. 166–73.

116 Cf. M. F. BIGALHO, op. cit.

117 Susana Münch MIRANDA, «Guerra e Pressão Fiscal no Estado da Índia: limites constitucionais e negociação política no início do século XVII» in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (eds.), *O Estado da Índia e os Desafios Europeus: Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Centro de História de Além Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010, pp. 215–33.

118 T. FONSECA, art. cit.; Patrícia COSTA, *Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar: As despesas municipais do Porto após a Guerra da Restauração (1668–1698)*, dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais, Porto, Universidade do Porto, 2008; e, principalmente, Joaquim Romero MAGALHÃES, «As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa: os concelhos» in J. Romero Magalhães e M. H. C. Coelho, op. cit., pp. 193–7.

sobre sua colônia subordinada<sup>119</sup>. Por outro lado, também não me parece factível considerar que a autoridade monárquica fosse acima de tudo simbólica e de pouca significância prática, deixando um espaço irrestrito para a «hegemonia brutal das elites locais»<sup>120</sup>.

Se o rei podia impor donativos e contribuições, o caráter teoricamente voluntário dessa tributação exigia a participação das elites locais, sem as quais o monarca não teria como extrair as dezenas de milhares de cruzados anuais necessárias para sustentar a infantaria, pagar os donativos, consertar o cais de Viana, socorrer Sacramento e o que mais lhe parecesse necessário. Provavelmente em razão dessa dependência, e do limitado aparato fiscal com o qual a Coroa podia contar do outro lado do Atlântico, o peso da taxaço *na América* foi relativamente reduzido — em comparação, por exemplo, com a América espanhola, embora também lá a necessidade de consenso tenha se intensificado ao longo do Seiscentos<sup>121</sup>.

Entretanto, da mesma maneira que havia uma menor necessidade de pressionar diretamente a população do Reino a contribuir financeiramente para a monarquia do que em outros reinos europeus, exceto em momentos de crise (mormente as guerras contra Castela), em razão da dependência das rendas advindas do Império, a extração direta de recursos das conquistas não se constituía em uma questão tão premente, porque a monarquia portuguesa conseguia obter elevados rendimentos através de monopólios (o tabaco e, em menor escala, o pau-brasil) e da taxaço alfandegária. Importante que fossem os 16 contos do donativo de dote e paz para as necessidades específicas a que se destinavam, não se comparavam aos cerca de 260 contos que rendia o tabaco baiano e aos 100 contos arrecadados nas aduanas graças ao comércio com Salvador em 1681<sup>122</sup>. Ao concordar em financiar os soldados estacionados na capital do Estado do Brasil, portanto, a elite não só poupava a Coroa desse gasto, mas também possibilitava a continuidade da arrecadação desses valores incomparavelmente maiores no Reino. Como, novamente, era

119 Fernando A. NOVAIS, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808)*, São Paulo, Hucitec, 2006, p. 62; para uma visão mais nuançada, porém, conferir p. 111: «em última análise, no âmbito da colônia, tudo depende da camada senhorial».

120 A. M. HESPAÑHA, op. cit., p. 465.

121 Cf., numa perspectiva geral, Herbert KLEIN, *The American Finances of the Spanish Empire: Royal income and expenditures in colonial Mexico, Peru, and Bolivia, 1680–1809*, Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998, pp. 101–11; e, especificamente para o século XVII, o belo trabalho de Arigo AMADORI, *Política americana y dinámicas de poder durante el valimiento de Olivares (1621–1643)*, tese de doutorado, Madrid, Universidade Complutense, 2011.

122 Cálculos realizados a partir de Jorge PEDREIRA, «Custos e Tendências Financeiras no Império Português, 1415–1822» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dirs.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400–1800*, Lisboa, Edições 70, 2009, pp. 53–91 e A. CARRARA, op. cit., p. 126.

a elite baiana a responsável direta pela manutenção do sistema produtivo local, reforçava-se a necessidade de contemporização — a qual, repito, era estimulada e até possibilitada pelo fato de que a maior parte da arrecadação dava-se no Reino.

É, enfim, a interdependência a marcar a tônica da relação entre o centro político e sua mais importante possessão atlântica no século XVII, especialmente após a ascensão da dinastia brigantina<sup>123</sup>, de forma notavelmente similar ao restante do mundo português. As diferenças com o Reino ou a Índia provavelmente não eram mais que de grau, pois em todos os lugares submetidos à soberania portuguesa se desenvolveram mecanismos paralelos de participação das elites locais na arrecadação de recursos. Se é necessário avançarmos mais nesse ponto, parece-me provável que um dos principais efeitos da instalação da dinastia dos Bragança tenha sido intensificar essas semelhanças, em um contexto de fragilidade e necessidade do poder político — embora o século XVIII possa ter conhecido desenvolvimentos em sentido oposto.

Seja como for, longe de uma relação unilateral, a relação política entre Coroa e conquistas era uma «coprodução», em que ambos os polos precisavam aceitar compromissos, em negociação contínua. Afirmava-se, assim, tanto a «centralidade do centro» quanto a «centralidade da periferia», dois aspectos constituintes e indissociáveis do Império Português.

---

123 Para um paralelo com o contexto europeu, cf. Xavier GIL PUJOL, «Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII». *Penélope*, n.º 6, 1991, pp. 119–44.



**Fontes Manuscritas**

## ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SALVADOR [AHMS]

*Cartas do Governo e Senado*, 164–8, fls. 116–119v e 259v–161v.

*CCLP*, Vols. 1, 3–4, 6 e 810.

*DH*, Vols. 33, 34, 668, 83 e 88–9.

*Provisões Reais*, Vols. I–III

## ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU]

*AV*, cxs. 1 e 2.

*Brasil Geral*, cx. 1, docs. 66 e 73.

*Castro Almeida*, cx. 1, docs. 2–5.

*CM*, códs. 137, 92, 275–6.

*DH*, Vol. 86, p. 134.

*LF*, cxs. 1–34.

*Rio de Janeiro, Castro Almeida*, cx. 6, doc. 1147.

## ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

*Chancelaria de Afonso VI*, L. 51, fls. 198v–199.

*Chancelaria de D. João IV*, L. 20, fls. 283v–284.

*Chancelaria de D. Pedro II*, Ls. 36, fls. 81v–82 e 49, fl. 17v.

*Chancelaria de Felipe II*, Ls. 32, fls. 36v–37 e 42, fls. 47v–48v.

*Chancelaria de Felipe III*, L. 16, 210v–211.

*Corpo Cronológico*, mç. 15, n.os 104 e 107.

*Desembargo do Paço*, Livro 7, fls. 126–126v e Livro 18, fl. 251.

*Manuscritos da Livraria*, L. 1116.

*Mesa da Consciência e Ordens*, Livro 17, fls. 158–9.

## ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA [AUC]

*Coleção Conde dos Arcos*.

## BIBLIOTECA DA AJUDA [BA]

*Códs.* 49–X10, fls. 162–3; 51–V–48, fls. 50–53; 51–V–75, fls. 22v–23; 51–VIII–18, fl. 23v; 51–X–1, fl. 2745.

## BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA [BGUC]

*Documentação Ultramarina Portuguesa*, Vol. IV.

Ms. 547, f. 107.

## BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP]

Cód. 1555, fls. 142–3.

## CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS [CEHU]

1965, pp. 5901 e 593–4, Lisboa.

## DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO ARQUIVO MUNICIPAL [DHAM]

*Atas da Câmara*, Vol. I–VI (1625–1700).

*Cartas do Senado*, Vols. I–IV (1638–1710).

## DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL [DHBN]

Vols. 33, 34, 66–8, 83 e 88–9.

### Fontes Impressas e Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim, *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento, 1993.
- AMADORI, Arrigo, *Política americana y dinámicas de poder durante el valimiento de Olivares (1621-1643)*, tese de doutorado, Madrid, Universidade Complutense, 2011.
- BANKS, Kenneth J., *Chasing Empire across the Sea: Communications and the State in the French Atlantic, 1713-1763*, Montreal, McGill Queen's University Press, 2002.
- BARROS, Edval de Souza, «Negócios de Tanta Importância»: *O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*, tese de doutorado, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2004.
- BEIK, William, *Absolutism and Society in Seventeenth-Century France: State Power and Provincial Aristocracy in Languedoc*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- BICALHO, Maria Fernanda, «As câmaras ultramarinas e o governo do Império» in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 189-221.
- BICALHO, Maria Fernanda, «Ascensão e queda dos Lopes de Lavre: secretários do Conselho Ultramarino» in Rodrigo Bentes Monteiro, et al (orgs.), *Raízes do Privilégio: Mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, pp. 283-304.
- BILLINGS, Warren M, *A Little Parliament: the Virginia General Assembly in the Seventeenth Century*, Richmond, Library of Virginia, 2007.
- BOXER, Charles R., *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda, 1510-1800*, Madison/Milwaukee, University of Madison Press, 1965.
- BOXER, Charles, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1973.
- BRADDICK, Michael, *State Formation in Early Modern England, c. 1550-1700*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 234-53.
- BRENDECKE, Arndt, *Império e información: funciones del saber en el dominio colonial español*, Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2012.
- CARDIM, Pedro, «The representatives of Asian and American cities at the Cortes of Portugal» in Pedro Cardim et al. (eds.), *Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony?*, Eastbourne, Sussex Academic Press, 2012, pp. 43-53.
- CARDIM, Pedro e MIRANDA, Susana Münch, «Virreyes y gobernadores de las posesiones portuguesas en el Atlántico y en el Índico (siglos XVI-XVII)» in Pedro Cardim e Juan-Luis Palos (eds.), *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2012, pp. 175-202.
- CARDOSO, António Barros, «Vinho e fiscalidade na Época Moderna», *Douro — Estudos e Documentos*, Vol. I (3), 1997, pp. 71-83.
- CARRARA, Ângelo, *Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil: Século XVII*, Juiz de Fora, EDUFJF, 2009.
- COSTA, Fernando Dore, *A Guerra da Restauração, 1641-1668*. Lisboa, Horizonte, 2004.
- COSTA, Leonor Freire, «Pernambuco e a Companhia Geral do Comércio do Brasil», *Penélope*, n.º 23, 2000, pp. 41-65.

- COSTA, Patrícia, *Administrar, Registrar, Fiscalizar, Gastar: As despesas municipais do Porto após a Guerra da Restauração (1668–1698)*, dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais, Porto, Universidade do Porto, 2008.
- CRUZ, Miguel Dantas da, *O Conselho Ultramarino e a Administração Militar do Brasil (da Restauração ao Pombalismo): Política, finanças e burocracia*, tese de doutorado, Lisboa, ISCTE, 2013.
- CUNHA, Mafalda Soares da e FARRICA, Fátima, «Comunicação política em terras de jurisdição senhorial. Os casos de Faro e de Vila Viçosa (1641–1715)», *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLIV, 2013, pp. 279–308.
- DE VIVO, Filippo, *Information and Communication in Venice: Rethinking Early Modern Politics*, Oxford, Oxford University Press, 2007.
- ELLIOTT, John H., «A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII» in Leslie Bethel (ed.), *História da América Latina*, Vol. I, São Paulo, EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 1997, pp. 283–337.
- ELLIOTT, John H., *Empires of the Atlantic World: Britain and Spain in America, 1492–1830*, New Haven, Yale University Press, 2007.
- FERREIRA, José Miguel de Moura, *A Restauração de 1640 e o Estado da Índia: Agentes, espaços e dinâmicas*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH/UNL, 2011.
- FERREIRA, Leticia dos Santos, *Amor, Sacrifício e Lealdade: O donativo para o casamento de Catarina de Bragança e para a Paz de Holanda (Bahia, 1661–1725)*, dissertação de mestrado, Niterói, PPGH/UFF, 2010.
- FERREIRA, Leticia dos Santos, *É Pedido, não Tributo: O donativo para casamento de Catarina de Bragança e a Paz de Holanda (Portugal e Brasil, c. 1660–1725)*, tese de doutorado, Niterói, PPGH/UFF, 2014.
- FONSECA, Teresa, «The Municipal Administration in Elvas During Portuguese Restoration War (1640–1668)», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 6, n.º 2, 2008, pp. 1–15.
- FORTEA PÉREZ, José Ignacio, «Los donativos en la política fiscal de los Áustrias (1625–1637): ¿Servicio o Beneficio?» in Luis A. Ribot García e Luigi de Rosa (dir.), *Pensamiento e política económica en la época moderna*, Madrid, Actas, 2000, pp. 31–76.
- GIL PUJOL, Xavier, «Centralismo e Localismo? Sobre as Relações Políticas e Culturais entre Capital e Territórios nas Monarquias Europeias dos Séculos XVI e XVII», *Penélope*, n.º 6, 1991, pp. 119–44.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, «Finanças públicas e estrutura do Estado» in Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio II: Sobre história de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, pp. 42–74.
- HANSEN, João Adolfo, «Representações da Cidade de Salvador no Século XVII», *Sibila: Revista de poesia e crítica literária*. [Consultado em 02/01/2011.] Disponível em <http://www.sibila.com.br/index.php/mapa-da-lingua/941-representacoes-da-cidade-de-salvador-no-seculo-xvii>.
- HESPANHA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e poder político, Portugal — séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.
- KLEIN, Herbert, *The American Finances of the Spanish Empire: Royal Income and Expenditures in Colonial Mexico, Peru, and Bolivia, 1680–1809*, Albuquerque, University of New Mexico Press, 1998.

- KRAUSE, Thiago, *Em Busca da Honra: A remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641–83)*, São Paulo, Annablume, 2012.
- LENK, Wolfgang, *Guerra e Pacto Colonial: A Bahia contra o Brasil holandês (1624–54)*, São Paulo, Alameda, 2013.
- LOHMANN VILLENA, Guillermo, «Notas sobre la presencia de la Nueva España en las Cortes metropolitanas y de Cortes en la Nueva España en los siglos XVI y XVII», *História Mexicana*, Vol. 39, n.º 1, 1989, pp. 33–40.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, «Dinheiro para a guerra: as décimas da Restauração», *Hispania*, Vol. LXIV/1, n.º 216, 2004, pp. 157–82.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, «As estruturas sociais de enquadramento da economia portuguesa: os concelhos» in Joaquim Romero Magalhães e Maria Helena da Cruz Coelho, *O Poder Concelhio: Das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*, Coimbra, CEFA, 2008, pp. 191–216.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero e COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Poder Concelhio: Das origens às cortes constituintes. Notas de História Social*, [2.ª ed. rev.], Coimbra, CEFA, 2008.
- MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias, *Equus Rusus: a Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624–1654)*, tese de doutorado, Salvador, PPGH/UFBA, 2010.
- MARQUES, Guida, *L'Invention du Brésil entre deux monarchies: gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580–1640)*, tese de doutorado, Paris, École des hautes études en sciences sociales, 2009.
- MELLO, Evaldo Cabral de, *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666–1715*, São Paulo, Ed. 34, 2003.
- MENDES, Caroline Garcia, *A Circulação e a Escrita de Cartas do Governador-geral do Estado do Brasil Francisco Barreto (1657–1663)*, dissertação de mestrado, Campinas, PPGH/UNICAMP, 2013.
- MIRANDA, Susana Münch, «Guerra e Pressão Fiscal no Estado da Índia: limites constitucionais e negociação política no início do século XVII» in João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues (eds.), *O Estado da Índia e os Desafios Europeus: Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2010, pp. 215–233.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalves, «Os poderes locais no Antigo Regime» in César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local: Dos finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 8–165.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalves, «Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre s vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII» in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, 249–83.
- NOVAIS, Fernando A., «Condições de privacidade na colônia» in Fernando A. Novais (coord.) e Laura de Mello e Souza (org.), *História da Vida Privada*, Vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 13-39.
- NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777–1808)*, São Paulo, Hucitec, 2006.
- PARKER, Matthew, *The Sugar Barons: Family, Corruption, Empire and War in the West Indies*, London, Hutchinson, 2011.

- PEDREIRA, Jorge, «Custos e Tendências Financeiras no Império Português, 1415–1822» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (dirs.), *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400–1800*, Lisboa, 70, 2009, pp. 53–91.
- PUNTONI, Pedro, «Bernardo Vieira Ravasco, secretário do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII», *Novos Estudos CEBRAP*, Vol. 68, 2004, pp. 107–26.
- PUNTONI, Pedro, «“Como coração no meio do corpo”: Salvador, capital do Estado do Brasil» in Laura de Mello e Souza, Junia Furtado e Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 371–87.
- PUNTONI, Pedro, «O “mal do Estado brasílico”: a Bahia na crise final do século XVII» in Pedro Puntoni, *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548–1700)*, tese de livre-docência, São Paulo, USP, 2010, pp. 167–202.
- RAMINELLI, Ronald, «A Monarquia Católica e os Poderes Locais do Novo Mundo» in Ronald Raminelli e Cecília Azevedo (orgs.), *História das Américas: Novas perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 2011, pp. 29–54.
- ROSS, Richard J., «Legal Communications and Imperial Governance: British North America and Spanish America Compared», in Christopher Tomlins e Michael Grossberg (eds.), *Cambridge History of Law in America*, Vol. I, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp. 104–43.
- SANTOS, Catarina Madeira dos, «Entre Velha Goa e Panguim: A capital do Estado da Índia e as reformulações da política ultramarina», *Revista Militar*, Vol. 51, 1999, pp. 119–57.
- SANTOS, Catarina Madeira dos, «Los virreyes del Estado de la India en la formación del imaginário imperial português» in Pedro cardim e Juan-Luis Palos (eds.), *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*, Madrid/Frankfurt, Iberoamericana/Vervuert, 2012, pp. 71–118.
- SANTOS, Marília Nogueira dos, *Escrevendo Cartas, Governando o Império: A correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no Governo-Geral do Brasil (1691–1693)*, dissertação de mestrado, Niterói, PPGH/UFF, 2007.
- SANTOS, Marília Nogueira dos, «A escrita do império: notas para uma reflexão sobre o papel da correspondência no império português» in Laura de Mello e Souza, Júnia Furtado e Maria Fernanda Bicalho (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 171–92.
- SANTOS, Marília Nogueira dos, «O Império na Ponta da Pena: Cartas e regimentos dos governadores-gerais do Brasil», *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, n.º 27, 2009, pp. 1–15.
- SCHWARTZ, Stuart B., «Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal», *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, Vol. 12, n.º 24, 2008, pp. 201–23.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, «A cidade do Porto e a Restauração», *Revista da Faculdade de Letras*, História, II série, Vol. XI, 1994, pp. 193–214.
- Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronológica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854–9, Vols. 1, 3–4, 6 e 8–10.
- SOUSA, Avanete Pereira de, *A Bahia no Século XVIII: Poder político local e atitudes econômicas*, São Paulo, Alameda, 2012.
- SOUZA, Jorge Victor de Araújo, *Para Além do Claustro: Uma história social da inserção beneditina na América Portuguesa, c. 1580–c. 1690*, tese de doutorado, Niterói, PPGH/UFF, 2011.
- STEELE, Ian K., *The English Atlantic, 1675–1740: An Exploration of Communication and Community*, Oxford, Oxford University Press, 1986.
- XAVIER, Ângela Barreto e CARDIM, Pedro, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

## O «mal de Loanda» ou o escorbuto revisitado

J. A. David de Morais\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 373-399. ISSN 0874-9671

### Resumo

São escassos e breves os estudos respeitantes ao «mal de Loanda» (escorbuto) ocorrido ao longo do devir histórico português. Assim, o autor aborda a historiografia nacional sobre esta temática, quer na vertente da sua ocorrência nos navios das Descobertas portuguesas, quer no contexto da escravatura africana. Por fim, a problemática do escorbuto é analisada na óptica da Antropologia Médica.

**Palavras-chave:** Brasil, escorbuto, escravatura, «Índias de Castela», «mal de Loanda», vitamina C.

### Abstract:

The studies about “mal de Loanda” (scurvy) along the Portuguese history are scarce and brief. Therefore, the author addresses the national historiography on this issue, both in terms of its occurrence on the ships of the Portuguese “Descobertas,” and in the context of African slavery. After, the problem of scurvy is analyzed from the perspective of Anthropological Medicine.

**Keywords:** scurvy, slavery, “Índias de Castela,” “mal de Loanda,” vitamin C.

\* Doutoramento e agregação em Medicina, especialista em Medicina Tropical, mestre em Saúde Pública. *E-mail:* joao.morais.10@netvisao.pt

## O «mal de Loanda» ou o escorbuto revisitado

J. A. David de Morais

### Introdução

Não é clara a origem etimológica do vocábulo escorbuto, havendo autores que o fazem derivar do latim medieval «*scorbutus*», outros do dinamarquês «*scorbets*» («*qui signifie ulcère de la bouche*»)<sup>1</sup>, etc. José Pedro Machado, no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, diz-nos que «segundo parece, remonta ao russo *skrobot* por intermédio de língua germânica mal determinada»<sup>2</sup>.

Pretendem alguns autores que já nos escritos de Hipócrates (460–370 a.C.) existe indicação de que na Grécia Antiga ocorria o escorbuto — o mesmo se diz, por exemplo, em relação à doença que afetou o exército romano comandado por César Germanicus (15 a.C.–19 d.C.), etc.<sup>3</sup>. Todavia, esses relatos não são suficientemente esclarecedores, e só no início do século XIV nos foi dada uma descrição que podemos reputar concludente para o diagnóstico do escorbuto. Trata-se do livro de Jehans de Joinville (1224–1317), o *Livre des saintes paroles et des bons faiz nostre roy saint Loos*, em que o autor relata a VII Cruzada (1248–1254), na qual esteve presente como cronista de Luís IX de França (canonizado como São Luís):

Nous vint la maladie de l'ost [armée], qui estoit [était] tele, que la chars [chair] de nos jambes sechoit toute, et li cuirs de nos jambes devenoit tavelés [tacheté] de noir et de [couleur de] terre, aussi comme une vieille heuse [botte];<sup>4</sup> et à nous qui aviens tele maladie, venoit chars pourrie es gencives; ne nulz ne eschapoit de celle maladie [...]. Li signes de la mort estoit tele, que là où li nez seignoit, il couvenoit mourir. [...] La maladie commença à empirer dans le camp de telle manière, qu'il venait tant de chars morte aux gencives de nos gens, qu'il fallait que les barbiers ôtassent la chars morte, pour leur donner moyen de mâcher les aliments et d'avalers<sup>5</sup> (palavras intercaladas e ênfase nossas).

- 
- 1 H. VAN WIJMEERSCH, *Pathologie Intestinale*, 2<sup>me</sup> partie, Antwerpen, Institut de Medecine Tropicale, s.d., p. 40, policopiado.
  - 2 José Pedro MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, [2.<sup>a</sup> ed.], Vol. II, Lisboa, Editorial Confluência, 1967, p. 925.
  - 3 M. COATES, «Scurvy» in F. E. G. Cox (ed), *Illustrated History of Tropical Diseases*, London, The Wellcome Trust, 1996, pp. 386–91.
  - 4 A «cor de terra» das pernas, com o aspecto de coiro de uma bota velha, guardava plausivelmente relação com uma situação alimentar multicarenal, em que, além da avitaminose C (escorbuto), deveria coexistir também uma avitaminose por nicotinamida (vitamina PP), responsável pela pelagra.
  - 5 Jean de JOINVILLE, *Histoire de Saint Louis, Credo, et Lettre à Louis X*, Paris, Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et C, 1874. [Consultado em 05/2014.]. Disponível em: [http://archive.org/stream/jeansiredejoinv00join/jeansiredejoinv00join\\_djvu.txt](http://archive.org/stream/jeansiredejoinv00join/jeansiredejoinv00join_djvu.txt).

Importa ainda dizer que, outrora, por escassez de frutas e hortaliças durante o Inverno, o escorbuto era relativamente frequente no Norte da Europa nessa época do ano. Portugal, que desde a Baixa Idade Média começou a exportar, em crescendo, os seus produtos para a Flandres<sup>6</sup>, enviava também para lá a anti-escorbútica laranja que, segundo Cavaleiro de Oliveira, ainda no século XVIII não chegaria ao destino em muito bom estado de conservação (pelo menos para os padrões alimentares portugueses): «Em Holanda vendem-se publicamente as laranjas podres, e quem ali gosta delas compra-as e come-as com esse defeito<sup>7</sup>».

Todavia, foi aquando das grandes viagens marítimas iniciadas pelos portugueses que o escorbuto — o «mal das gengivas» — passou a ser reconhecido como um problema de saúde náutica de particular acuidade.

Com o devir do tempo, foi-se apurando empiricamente que o «mal das gengivas» advinha de problemas qualitativos alimentares. Veja-se a experiência colhida na viagem de Pedro Álvares Cabral:

Logo que chegámos [a Melinde, em Agosto de 1500] mandou-nos ElRei visitar, e ao mesmo tempo um refresco de muitos carneiros, galinhas, patos, limões e laranjas — as melhores que há no mundo — e com elas *sararam do escorbuto* alguns doentes, que tínhamos connosco<sup>8</sup> (ênfase nossa).

Todavia, foi apenas no século XVIII que James Lind, usando marinheiros com escorbuto na sua experiência clínica, provou definitivamente que os citrinos faziam reverter a sintomatologia da doença<sup>9</sup>. O seu primeiro livro sobre o assunto, *A Treatise on the Scurvy*, foi dado à estampa em 1753.

### Dados relevantes da historiografia portuguesa

Sinonímia portuguesa<sup>10</sup>: «mal das gengivas», «mal de Loanda», «mal de Angola», escorbuto, escorbuto<sup>11</sup>, scorbuto<sup>12</sup>, avitaminose C.

6 Jan A. van HOUTE, «O Comércio Meridional e a «Nação» Portuguesa em Bruges» in J. Everaert e E. Stols, *Flandres e Portugal: Na confluência de duas culturas*, Lisboa, Edições Inapa, 1991, p. 35.

7 Cavaleiro de OLIVEIRA, *Cartas Familiares*, [3.ª ed.] Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982, p. 130.

8 Metzner LEONE, *Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Editorial Aster, 1969, p. 244.

9 J. LIND, *Traité du Scorbut* [...] *auquel on a joint la Traduction du Traité du Scorbut de Boerhaave*, Paris, Chez Ganeau, 1756.

10 «Enfermidade chamada pelos holandeses escorbuto, e pelos portugueses mal das gengivas e a que nós os franceses chamamos mal de terra, não sei porquê, pois ela acomete no mar, e cura-se em terra.» (François PYRARD, *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval, Contendo a Notícia de sua Navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil* [...], Vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1944, p. 325.) Nota: os franceses chamavam «mal de terra» ao escorbuto pelo conhecimento que tiveram da doença no Egito, aquando da já aludida cruzada de Luís IX.

11 Francisco da Fonseca HENRIQUES, *Ancora Medicinal para Conservar a Vida com Saúde*, Lisboa, Officina de Domingos Gonsalves, 1749, p. 190.

12 Francisco Soares FEIO, «Tratado do Scorbuto a que o Vulgo Chama Mal de Loanda» in António da Cruz, *Recopilacão de Cirurgia*, Lisboa, Henrique Valente de Oliveira, 1661, pp. 298–315.



É frequente que os vários autores que têm tratado esta temática coloquem no período das Descobertas portuguesas — mais concretamente em 1498, aquando da viagem de Vasco da Gama — a primeira referência à descrição de casos de escorbuto por cronistas lusos. Todavia, se recuarmos à centúria de Trezentos encontramos um relato inequívoco da ocorrência desta avitaminose num número bastante alargado de indivíduos. Com efeito, a propósito do bloqueio naval que D. Fernando efectuou, em 1370, à cidade de Sevilha, encerrando a foz do rio Guadalquivir por um longo período de tempo, o cronista Fernão Lopes (c. 1380–c. 1460) grafou: «O mui longo tempo que continuamente ali jouveram<sup>13</sup>, que foi *um anno e onze meses*, passando muita fome e frio e outras dôres, fez que se perdeu muita gente d’ella, ca *lhe cahiam os dentes* e os dedos dos pés e das mãos, e outras attribulações que passavam»<sup>14</sup> (ênfases nossas). Tendo o bloqueio naval à foz do Guadalquivir durado cerca de dois anos, compreende-se que as mortes na armada portuguesa comesçassem a ocorrer: «Passado o verão e vindo o inverno, começou a gente de adoecer e os mantimentos a minguar, e morriam alguns e soterravam-n’os em terra, e d’ali os dessoterravam os lobos e comiam-n’os»<sup>15</sup>. Lembremos que as viagens à Índia demoravam em geral cinco a seis meses (gastava-se um ano para ir e voltar), e por alturas do Cabo da Boa Esperança começava a surgir o escorbuto, isto é, apenas ao fim de escassos três meses de estadia a bordo.

Subsequentemente, é plausível que, do mesmo passo que a expansão marítima portuguesa, em Quatrocentos, se ia alargando, no espaço e no tempo, surgissem nas tripulações de bordo problemas de saúde decorrentes de uma alimentação monótona e carenciada de princípios nutritivos essenciais, cuja sintomatologia se ia tornando patente a partir de Angola: «mas [mais] alcança [o mal de Loanda] aquellos que llegan a aquella altura de Angola»<sup>16</sup>. Todavia, só aquando da descoberta do caminho marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, na paragem no Rio dos Bons Sinais, em Janeiro de 1498, o embarcaçõ Álvaro Velho deixou registo escrito da ocorrência de casos de escorbuto: «E aquy [Rio dos Bons Sinais, foz do rio Zambeze] nos adoeceram muitos homens que lhe imchavam os pees e as mãos e lhe creciam as gengivas tanto sobre os dentes que os homens nom podiam comer»<sup>17</sup>.

13 «Jouvar» ou «jouver»: forma arcaica de «jazer», segundo Bluteau e Viterbo, com o sentido de «estar» ou «conservar-se num lugar».

14 Fernão LOPES, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, Vol. I, Lisboa, Escriptorio, 1895, pp. 127–9.

15 *Idem*, pp. 128–9.

16 Aleixo ABREU, *Tratado de las Siete Enfermedades: [...] Del Mal de Loanda [...]*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1623, p. 157v.

17 Álvaro VELHO, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, p. 47.

Posteriormente, João de Barros (1496–1570), em *Décadas da Ásia*, glosou também esta informação, que lhe teria sido veiculada através do escrito de Álvaro Velho ou de outro qualquer marinheiro:

Per espaço de hum mes que ali estiverão no corregimento dos navios, adoecco muita gente de que morreo algua. A maior parte foi de herisipolas & de lhe crecer tanto a carne das gengivas, que quasi não cabia na boca aos homes, & assi como crecia apodrecia & cortavaõ nella como em carne morta, cousa mui piadosa de ver<sup>18</sup>.

Mas seria Luís de Camões (c. 1524–1580), em *Os Lusíadas*, quem mais viria a concorrer para o conhecimento da ocorrência pretérita do «mal das gengivas»:

E foi que, de doença crua e feia, / [...] desampararam / Muitos a vida, e em terra estranha e alheia / Os ossos para sempre sepultaram. / [...] Que tão disformemente ali lhe incharam / As gengivas na boca, que crescia / A carne e juntamente apodrecia. // Apodrecia c'um fétido e bruto / Cheiro, que o ar vizinho inficionava. / Não tínhamos ali médico astuto, / Cirurgião sutil menos se achava; Mas qualquer, neste ofício pouco instruto, / Pela carne já podre assim cortava / Como se fora morta, e bem convinha, / Pois que morto ficava quem a tinha<sup>19</sup>.

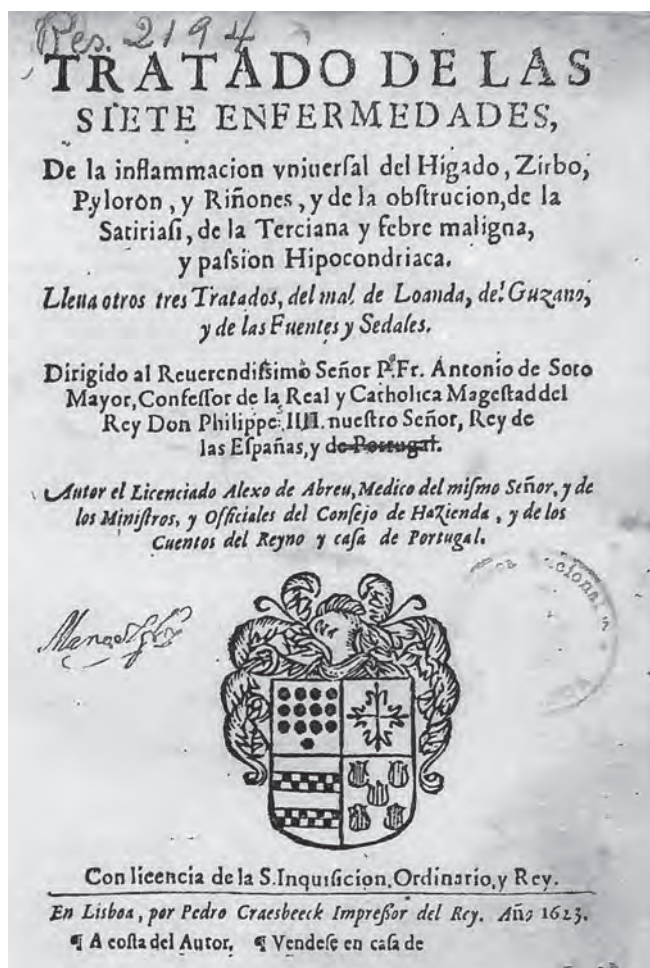
Todavia, ao que se deduz da documentação existente, só após a chegada a Luanda, em 1575, de Paulo Dias de Novais — governador e capitão-mor do Reino de Angola de 1575 a 1589 —, a designação «mal de Loanda» passou a ser corrente, quer para os residentes (vide infra), quer para os marinheiros dos navios portugueses<sup>20</sup>.

Historiograficamente, parece ter sido Aleixo de Abreu (1568–1630), médico licenciado pela Universidade de Coimbra e que exerceu Medicina em Angola durante nove anos — na transição de Quinhentos para Seiscentos, o primeiro médico português a estudar e descrever a doença, no seu tratado *Del mal de Loanda*, referindo-se-lhe como um mal «de los Antigos no conocido, ni de los modernos curado».

18 João de BARROS, *Década Primeira da Ásia de João de Barros. Dos Feitos que os Portugueses Fezerão no Descobrimto & Conquista dos Mares & Terras do Oriente*, Lisboa: Impressa per Jorge Rodriguez, 1628 (Cap. III, fl. 66v). A edição *princeps* é de 1552.

19 Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas* (Canto V, estrofes 81 e 82), Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1971. A edição *princeps* é de 1572.

20 «Era o escorbuto, ou «mal das gengivas» como os portugueses d'outrora lhe chamavam, aquela [doença] que com mais frequência tropeçamos nas narrativas, e que fornecia maior contingente de doentes nos hospitais de Moçambique ou da Índia à chegada das naus.» (José de Vasconcellos e MENEZES, *Armadas Portuguesas. Apoio Sanitário na Época dos Descobrimtos*, Lisboa, Academia de Marinha, 1987, p. 443.)



1 *Tratado de las Siete Enfermedades.*

Fonte: Capa do *Tratado de las Siete Enfermedades*, de Alexo de Abreu, 1623.

Nesse seu livro sistematizou o «mal de Loanda» em nove capítulos (acrescidos de uma versão em latim), como segue: «Del nombre desta enfermedad», «De la causa deste mal, y que cosa sea, y como se engendre [...]», «Del uso de los mantenimientos», «De las enfermedades que preceden a este mal», «Que cosa sea mal de Loanda», «De las señales deste mal», «Del pronostico deste mal», «De algunas personas que he curado deste mal», «De las razones porque acaesce esto assi como esta dicho»<sup>21</sup>.

21 A. ABREU, op. cit., pp. 150v–160v.

A partir de então, vários autores portugueses (alguns residentes no Brasil, onde o flagelo fustigava os escravos<sup>22</sup>) abordaram também esta temática, mas, o mais das vezes, ela era apenas incluída em tratados de Medicina geral.

### Conceito etiológico

Desde cedo se atribuiu à má qualidade dos alimentos a etiologia do «mal de Loanda», como grafou João de Barros: «A qual doença vierão depois conhecer que procedia das carnes, pescado salgado, & biscouto corrompido de tanto tempo»<sup>23</sup>. Este era, obviamente, então o padrão alimentar dos marinheiros embarcados em todas as nossas naus, «pelo Mundo repartidas». Contudo, para os adeptos da teoria dos miasmas, a qualidade do ar estaria na origem do escorbuto:

Hua doença que lhes sobreveo, (parece que do ar daquela região) que a muytos lhes inchavão as mãos, e as pernas e os pees. E co isto lhes crecião tâto as gengivas sobre os dentes que não podião comer e apodreciãlhe, de maneyra que não avia quem soportasse ho fedor da boca e co estes males padecião dores muy grãdes e morrerã algus<sup>24</sup>.

Aliás, mesmo posteriormente, já no século XVIII, o grande médico Ribeiro Sanches ainda afinava pelo mesmo diapasão:

Outra doença gera-se mais nos Hospitais causada pela podridão do Ar, e vem a ser o escorbuto, que nós chamamos *mal de Luanda*, doença mais conhecida dos navegantes que dos que habitam em Portugal. [...] Em todos os Hospitais que vi, sem limpeza, sem renovação de Ar, observei esta doença, às vezes com sintomas horrendos, [...] mas nos climas do Norte esta enfermidade é mais terrível<sup>25</sup>.

22 «Escorbutos, ou mal de Luanda, que tudo é o mesmo, por ser achaque terrível naquela praça e em todas mais partes e tão inobediente aos remédios dos autores, que morriam pretos, e brancos, vindo da Costa da Mina e de Guiné nas embarcações de negócio de escravos em muito grande número.» (João Cardoso de MIRANDA, «Carta ao físico-mor», 1731, in Júnia Ferreira Furtado (org.), *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*, 2 vols, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2002, pp. 690–6. [Consultado em 05/2014.] Disponível em <http://books.scielo.org/id/yph34>. Contudo, é de notar que se atentarmos na vasta sintomatologia que o autor evoca, facilmente se conclui que no pretense diagnóstico de «escorbuto» se incluem também muitas outras patologias (e dizemos isto como médico que somos), facto que deverá ter sido em conta no cômputo de mortes apresentado para a cidade de Minas Gerais e para os navios vindos de África: «Só nesta cidade, morriam, em cada um ano, [com hipotético «escorbuto»] para cima de dois mil escravos e muitos homens brancos [...]. O ano passado de mil e setecentos e trinta e um, em um navio que veio dessa Corte por Benguela para esta cidade, o qual, depois de chegar a terra, lhe morreram mais de duzentos enfermos, além dos que no mar lhe faleceram; e no próprio tempo entrou da Costa da Mina uma embarcação que desta cidade tinha ido, na qual morreram trezentos e sessenta.» (*Idem*, p. 691).

23 J. de BARROS, op. cit., fl. 66v.

24 Fernão Lopes de CASTANHEDA, *Ho Livro Primeiro dos dez da historia do descobrimento & conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, João da Barreyra & João Alvarez, 1552, p. 11.

25 António Ribeiro SANCHES, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003, p. 39.

Mas, em relação ao «mal de Loanda», importa, contudo, diferenciar a alimentação dos nativos das paragens africanas sob suserania portuguesa da alimentação dos europeus ali estabelecidos, como sucedia no «Reino de Angola» (leia-se, Luanda), de que José Pinto de Azeredo (1764–1810) nos forneceu preciosas informações<sup>26</sup>:

As continuadas secas evitam que haja no país abundância daqueles vegetais de que o homem precisa para a conservação da sua saúde e da sua vida, atacando o escorbuto, o mal de Luanda, que infecciona a quase todos os habitantes [europeus] e faz um lamentável estrago na espécie humana<sup>27</sup>.

Todavia, a escassez de vegetais em Luanda não era ditada tão-só pela ocorrência de «continuadas secas»: de facto, era difícil fazerem-se hortas, posto que «a água vermelha e barrenta» que «a maioria da população branca da cidade tinha [...] para se dessedentar e para outros misteres domésticos, [...] era transportada em dongos (canoas)», desde o rio Bengo, situado a quatro léguas de Luanda<sup>28</sup>. Os europeus procuravam, então, complementar a sua alimentação de vegetais recorrendo a alguns frutos, designadamente laranjas, mangas e ananases<sup>29</sup>.

Quanto ao padrão alimentar dos escravos que aguardavam a partida para as Américas, Aleixo de Abreu refere o consumo de «harina de palo que va del Brasil [farinha de mandioca ou farinha de pau]», «una legumbre [...] la qual tiene el graniso mayor que la lenteja [feijão *makunde*]», «algum pescado» e «carne de vacas bravas»<sup>30</sup>. Tratava-se, em boa verdade, de uma razão alimentar manifestamente generosa: é que o preço de venda dos escravos resultava do seu bom estado físico aparente à chegada aos mercados de «las Indias de Castilla, Minas del Perú, y Potosi, [...] y al estado del Brasil»<sup>31</sup>. Mais adiante analisaremos as implicações nutricionais deste padrão nutricional.

Obviamente que, além da candente questão alimentar, vários autores apontavam outras causas adjuvantes da etiologia do «mal de Loanda», designadamente «agoas crassas, & salobras, continuação de vapores do mar, [...] o calor externo, principalmente se demasiadamente aquecentar a cabeça, & partes superiores»<sup>32</sup>, entre outras.

---

26 J. Pinto de Azeredo, nascido no Brasil e médico pela Universidade de Edimburgo, foi nomeado pela rainha D. Maria I para fundar na cidade de Luanda uma escola de Medicina e também para exercer clínica, em especial junto do contingente militar. Vide, entre outros, António Braz de OLIVEIRA, «Do Rio a Lisboa, passando a Luanda: achegas para uma biografia» in José Pinto de Azeredo, *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola*, Lisboa, Edições Colibri, 2013, pp. 153–87.

27 J. P. de AZEREDO, op. cit., p. 41.

28 Major Artur de MORAIS, *Memórias de Angola*, Lisboa, Calcidoscópio, 2007, pp. 47–8.

29 J. P. AZEREDO, op. cit., p. 42.

30 A. ABREU, op. cit., p. 152.

31 *Idem*, p. 151v.

32 F. S. FEIO, op. cit., p. 299.

## Fisiopatologia

É bem possível que tenha sido Aleixo de Abreu (que praticou clínica em Luanda de 1597 a 1606) o primeiro médico a realizar autópsias explorativas em indivíduos falecidos com escorbuto, motivo pelo qual nos ateremos aqui às suas observações:

O mal que llamamos de Loanda, el qual no es otra cosa mas que una opilacion de miembros [órgãos] interiores, y principales, como son, hígado (y el baço principalmente), vena cava, meseraicas, precordios, estomago, e intestinos; causada de humedades sobradas, y viciosas, originadas, y nascidas de los malos mantenimientos, y del uso del agua salada, gruessa, y mala, [...] a lo qual se junta tambien el gran calor del Sol.

E Aleixo de Abreu comprovou ainda a existência na cavidade abdominal de «humores» de «una agua gruessa, y sangrienta» (hemorragias internas do escorbuto), bem como a ocorrência de hepato-esplenomegalia<sup>33</sup>.

## Sintomatologia

Os doentes escorbúticos ficavam «tollidos llenos de dolores, [...] con llagas incurables en las piernas, curvas, y rodillas tollidas, é inchadas. [...] Con llagas, y desollamiento de enziás, de modo que las viene a pudrir, y dellas se saca cantidad de carne podrida, con mal olor», isto é, ocorria o típico «mal das gengivas», que «muchas vezes mata en breve»<sup>34</sup>.

Além do apodrecimento das gengivas e da queda frequente de dentes, a situação podia ser ainda bastante mais grave, com osteíte e infecções peridentais<sup>35</sup>, podendo mesmo implicar a extirpação de parte do maxilar. Numa viagem da carreira da Índia, pode ler-se:

Los enfermeros andavan tan ocupados con los enfermos que no podian acodir a todas sus necesidades por ser ellos, segun entendi mas de quatrocentos, [...] que en toda la nao no quedaron doze personas que no enfermassen. [...] Podrianselos la carne [de las henziás], la qual se sacava com ferros a pedaços; a muchos moços se les cayeron los dientes, y tal o tales uvo que *les sacaron hasta las quexadas* podridas<sup>36</sup>.

33 A. ABREU, op. cit., pp. 153v–55. Cf. F. PYRARD, op. cit., p. 325: «Morreram [de escorbuto] três ou quatro dos nossos, e abrindo-se-lhes a cabeça, achou-se-lhes todo o cérebro negro, alterado e podre [...]. O fígado e baço engrossam desmesuradamente, e fazem-se negros.»

34 A. ABREU, op. cit., pp. 157 e 158.

35 «*De nombreuses infections buccales ont évolué très souvent vers des abcès juxta-dentaires et des phlegmons péri-maxillaires.*» (Xavier RIAUD, *L'Empire, les grandes expéditions maritimes, le scorbut et les dents*. [Consultado em 05/2014]. Disponível em <http://www.napoleonicsociety.com/french/riaudscorbut.html>).

36 António da Silva REGO (coligiu e anotou), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Índia, Vol. 10 («1566–1568»), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953, pp. 51–2.

## Terapêutica e profilaxia

*Ab initio*, improvisaram-se «terapêuticas» espúrias, como bochechar com a própria urina:

E a mór doença foi crecerem-lhe as gengivas, e lhe apodrecião, com que lhe cahião os dentes, e tinhão tão grande fedor de boca, que ninguem a comportava. Aqui o Capitão mór [Vasco da Gama] deu remedio, que mandou cada hum lavasse a boca com sua propria urina, cada vez que mijassem, o que fazendo em poucos dias sararão<sup>37</sup>.

Os vários trabalhos que foram sendo escritos ao longo do tempo apresentam obviamente procedimentos terapêuticos diferentes, mas nos séculos XVII e XVIII havia ainda autores que, ancorados no hipocratismo, insistiam nas sangrias — como medida inicial ou a par das purgas<sup>38</sup> —, o que abreviava ainda mais a morte dos escorbúticos, já de si anémicos<sup>39</sup>. Todavia, se bem que empiricamente, nas centúrias de Quinhentos e Seiscentos era já do domínio prático o provimento dos navios com sumo de citrinos, como, por exemplo, escrevia Pyrard de Laval, em 1601–1611:

Sobretudo antes de partir é necessário fazer provimento de sumo de laranjas e de limões, para evitar esta moléstia do escorbuto, porque não há coisa mais eficaz para lhe resistir que os refrescos de terra, que consistem em águas frescas, laranjas, e limões, como muitas vezes experimentei<sup>40</sup>.

Mas é também possível encontrar a denegação do efeito benéfico dos citrinos: «Sumo de limois he aguo ardente cõ que muitos coitados se costumã a embarcar não presta, sem muitas sangrias, he ellas servem sem enxaropes nem purgas, per si somente bastaõ, sem mais outro nenhum remédio»<sup>41</sup>.

No que respeita à profilaxia, fazemos notar que, em 1756, ainda Ribeiro Sanches aconselhava uma estranha forma de prevenir o mal, «purificando o ar» (James Lind já publicara *A Treatise on the Scurvy*, em 1753):

Se o mau cheiro vier insuportável ou os marinheiros começarem [...] [a ficar] com as gengivas inchadas e negras, então seria necessário em todos os lugares

37 Gaspar CORREA, *Lendas da Índia*, Tomo I, Cap. IX, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1858, p. 31.

38 F. S. FEIO, op. cit., p. 307.

39 «Costuma morrer muita gente, principalmente na carreira da Índia. Temos quá muita esperiência disto; não estranhem lá chegar a *vinte sangrias* não tendo febre» (ênfase nossa). (Paulo Dias de NOVAIS, «Carta de Paulo Dias de Novais» in António Brásio [coligiu e anotou], *Monumenta Missionaria Africana*, Vol. IV, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 423.)

40 F. PYRARD, op. cit., pp. 325–6.

41 A. BRÁSIO, op. cit., p. 423.

encerrados do navio pôr uma caldeira de ferro com vinagre e lançar dentro balas de artilharia ardendo: aquele fumo que se levantaria seria o mais seguro correctivo do Ar corrupto<sup>42</sup>.

### Interpretação médico-antropológica

Muito embora a designação «mal de Loanda» — banalizada durante séculos — tenha induzido vários autores a considerar que esta carência alimentar é frequente nas populações africanas, a verdade, bem conhecida dos nutricionistas, é que se trata de uma avitaminose rara entre os negros que seguem — ou seguiam então — o seu padrão alimentar tradicional: «Scurvy is not a major disease of the tropics»<sup>43</sup>. A mesma afirmação é aliás corroborada também pelos técnicos em nutrição africana da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e da Organização Mundial de Saúde: «Le scorbut est une maladie rare en Afrique»<sup>44</sup>.

Assim, importa aclarar quais eram os grupos humanos que, segundo a literatura colonial de então, apresentavam mais frequentemente sinais de escorbuto.

a) O escorbuto nos europeus: as vítimas consabidas desta avitaminose eram os indivíduos que efectuavam longas viagens marítimas, posto que ficavam privados de alimentos vegetais frescos durante lapsos de tempo consideráveis. Demais, por via das calmarias e dos ventos atlânticos e das monções do Índico, as naus da «carreira da Índia» partiam de Portugal no final do Inverno, altura em que já podiam «detectar-se algumas perturbações [no metabolismo da vitamina C] em cerca de 30% das pessoas»<sup>45</sup> — hoje em dia, durante todo o ano, dispomos dos mais diversos alimentos oriundos de várias latitudes, mas outrora as pessoas tinham de se cingir aos ciclos de produção agro-pecuária, com grande penúria de produtos hortícolas e frutícolas no Inverno<sup>46</sup>, altura em que se recorria mais ao consumo de carnes de porco, cabra e galináceos

42 A. R. SANCHES, op. cit., p. 69.

43 M. COATES, op. cit., pp. 386–91.

44 Michael C. LATHAM, *Nutrition humaine en Afrique tropicale*, Rome, Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture, 1970, p. 133.

45 J. V. MENEZES, op. cit., p. 443.

46 Em contraponto, no final da Primavera e no Verão havia abundância relativa de legumes, quer espontâneos quer cultivados: «[Verão:] Hállome fresco y caliente/ los humores mucho sanos / de aves, yerbas, gusanos, / desta manera siguiente: / [...] Agriones y rabazas, / [...] Rábanos, coles e alfazas: / Puerros, ajos y cebollas, / mastuerzo, habas, hervejas, / gravanizos, granos, lentejas, / verdolagas y vampollas, / mil yerbas, fructas y follas, / untesgina y catasol.» (GIL VICENTE, *Obras de Gil Vicente, Auto dos Quatro Tempos*, Porto, Lello & Irmão, 1965, pp. 69–70.)



(o consumo de ovinos era muito restrito, dado que se destinavam prioritariamente à produção de lã<sup>47</sup>).

Outro tanto se passava com os europeus sediados em regiões xerófitas africanas, onde a escassez de água não permitia o estabelecimento de hortas, como era o caso de Luanda<sup>48</sup> — esta situação, relatada por J. Pinto de Azeredo em finais de Setecentos, ocorria ainda cerca de um século depois<sup>49</sup>. Assim, compreende-se que não houvesse água para os colonos cultivarem os «vegetais de que o homem precisa para a conservação da sua saúde e da sua vida»<sup>50</sup>: «Frutta nem hortaliça nem erva boa não há que perguntar por ella, pois hé terra esteril.<sup>51</sup>»

b) O escorbuto nos escravos: esta patologia revestia-se de certa importância, quer durante a longa viagem marítima transatlântica, quer em especial, subsequentemente, nos locais de trabalho (Brasil e outras regiões das Américas), posto que os escravos eram então sujeitos a uma alimentação monótona e carenciada em vitaminas. Contudo, ocorria também, mas com menor incidência, nos portos iniciais de embarque — de que Luanda era um exemplo paradigmático —, por motivos que explanaremos.

Obviamente que este nosso trabalho não é sobre a escravatura, mas, por se tratar de um trabalho sobre o escorbuto nos escravos, esta forma de exploração humana é convocada, porque, historicamente, os diversos autores portugueses evocam o «mal de Loanda ou das gengivas» quase sempre apenas como uma «patologia naval». Todavia, numa perspectiva etiopatogénica, a variabilidade da alimentação dos escravos — desde o momento anterior à sua sujeição ou captura até à sua utilização como mão-de-obra em paragens longínquas — permite objectivar as diferentes gradações e incidências do escorbuto naquela população africana desenraizada. Assim, para uma correcta avaliação da acuidade do «mal de Loanda» nos indígenas escravizados, entendemos ser necessário começar por fazer uma breve contextualização da problemática da escravatura no enquadramento social e tradicional da época, para o que recorreremos a algumas fontes documentais o seu tanto olvidadas.

---

47 «Lembremos que D. Duarte, «por quanto nom ha ovelhas nem podem haver carneiros nem lã», chegou mesmo a proibir o abate de ovelhas, novas ou velhas, para comercialização da carne.» (João A. David de MORAIS, *A Transumância de Gados Serranos e o Alentejo*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1998, p. 33.) «Durante os séculos XVI e XVII as carnes de ovelha eram consideradas impróprias para consumo.» (A. Martins MENDES, «Nota Histórica» in J. I. GIL e J. C. DURÃO, *Manual de Inspeção Sanitária de Carnes*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 19.

48 J. P. AZEREDO, op. cit., pp. 38, 41.

49 M. A. MORAIS, op. cit., pp. 47–8.

50 J. P. AZEREDO, op. cit., p. 41.

51 A. BRÁSIO, op. cit., Vol. III, p. 136.

Implícita ou explicitamente, certos autores entendem que os portugueses se envolviam na captura de escravos para o seu envio para as Américas. Ora, ao contrário do que tem sido propalado por alguns historiadores, os europeus não procediam à captura de escravos: o que os portugueses e espanhóis<sup>52</sup> fizeram foi, sim, aproveitar-se de uma situação social pré-existente, que estruturava a organização das sociedades tradicionais africanas: «Os Africanos tinham uma capacidade quase inesgotável de vender prisioneiros aos Europeus e as sociedades coloniais americanas atraíram milhões de escravos ao longo do tempo.»<sup>53</sup> Rigorosamente, pode, pois, dizer-se que o que os europeus, no seu afã de obtenção de mão-de-obra para as minas e plantações das Américas, aproveitaram-se dessa situação e «empresarializaram» o tráfico de escravos. E, para que se possa aquilatar da importância quantitativa desta sangria social que a África sofreu, explicitaremos mais adiante, detidamente, os valores numéricos dos escravos enviados para além-Atlântico — inicialmente, a grande maioria dos cativos destinava-se às minas espanholas da região do Peru (vide infra os quantitativos de negros escravizados embarcados para as Américas no século XVI).

Importa aqui lembrar que, desde tempos imemoriais, a escravatura foi (e continua a ser em vários países<sup>54</sup>) um flagelo universal — infelizmente, a escrita não foi inventada para se produzir poesia ou filosofia, mas sim para registar alqueires de cereais, quantitativos de gados e o número de escravos. Recorde-se que, por exemplo, D. João II reduziu à condição de escravos todos os judeus que não puderam pagar a capitação para entrada no Reino<sup>55</sup> e que ainda em finais do século XVI havia judeus escravizados em Portugal<sup>56</sup>. Quanto à África Negra, quando os europeus ali chegaram, a escravatura constituía uma das notas mais marcantes da sua organização social:

---

52 A. ABREU, op. cit., p. 151v.

53 João Paulo Oliveira e COSTA, José Damião RODRIGUES e Pedro Aires OLIVEIRA, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 147.

54 Estima-se que actualmente existam cerca de 30 milhões de indivíduos escravizados no Mundo, isto é, mais indivíduos do que nos séculos precedentes. Tomemos um exemplo: «Milhares de nigerinos vivem como escravos, uma prática ancestral difícil de quebrar, apesar da escravatura ser ilegal no Níger desde 1960. Para a maioria deles, ter toda a vida dono, como já tinha acontecido com os seus pais e avós, é uma situação normal, porque não conhecem outra realidade. [...] Há outra aldeia, a uns quilómetros, que é senhora e dona desta [a dos escravos], bem como destes seres humanos. E que ainda vem buscar as mulheres para as levar e utilizar sexualmente. Mesmo que sejam casadas.» (Luís Pedro NUNES e Alfredo CUNHA, «Terra de escravos», *Revista-Expresso*, n.º 2172, 13 de Jun. de 2014, pp. 22–35.)

55 «El Rey [...] deu a licença [...] que todos los *Judeos* que viessem entrassem por certos portos dos lugares do estremo logo assinados, e que pagassem tanto por cabeça [...] e que os que entrassem sem pagar [...] ficassem *captivos përa el Rey*» (ênfase nossa). (Garcia de RESENDE, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, pp. 238–9.)

56 Jorge FONSECA, *Escravos em Évora no Século XVI*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1997, p. 21.

Acho que quasi toda esta gente hé escrava do Rei [do Congo], por serem alevantados [a] cada passo, em que encurrem por suas leis em pena de morte, por adulterios, ou roubos, [...] e sendo[-]lhes tredores e alevantados os sojeitaõ, de maneira que os podem matar ou os vendem<sup>57</sup>.

De facto, por exemplo no «reino de Angola», os dez ou 12 sobas (século XVI), «que são como Duques e grandes Senhores, cada hum delles em sua terra tem alçada para poder vender [como escravos] e matar a seus vassallos»<sup>58</sup>.

Historiograficamente, é até possível saber com precisão, através de documentos coevos de observadores presenciais, qual era a origem dos escravos do rei do Congo e dos régulos angolanos:

As peças [escravos] que se vendem são de tres sortes [:]

— Huãs que os Senhores de Vassallos tem em suas terras pera as cultivar, nascidos procreados de outros que seus antepassados tomaraõ em guerras [...],

— Outros que elles mesmos tomarã nas guerras feitas com licença de seu Rey, o qual examina as cousas [...],

— Outros que foraõ comprehendidos em delitos, pelos quaes mereciaõ [a] morte. E por que, como disse, todas estas tres sortes de *peças andaõ de feira em feira, e as vendem huns negros a outros*, parte pera cultivar suas terras, parte pera os tributos que pagaõ a seu Rey, e parte pera se ajudarem dellas em seus trabalhos e necessidades, vendendo as, ou dando as, não hé possível tirarse a limpo de que titulo são, as que os nossos compraõ<sup>59</sup>» (ênfase nossa).

Assim, além de constituírem a mão-de-obra nos trabalhos dos chefes tradicionais e serem usados como soldados nas guerras, os escravos serviam ainda para:

— obsequiar os chefes tribais (simbolicamente, a sua «oferta» representava vassalagem): «Era este Mocunge grande senhor [o embaixador de «elRei de Angola», recebido em Luanda pelo «governador Paulo Diaz»<sup>60</sup>] e trazia muita gente consigo, [...] levaria mais de 100 escravos, e infinidade de gado, que neste caminho lhe derã»<sup>61</sup>.

— moeda de troca: «Antre elles não há moeda de ouro nem de outro metal, [...] mas usam em lugar disso de certas cousas, que tem seus preços certos e ordinários, nas quaes entraõ escravas [e escravos], a que os nossos chamaõ *peças*»<sup>62</sup>.

57 A. BRÁSIO, op. cit., p. 146.

58 *Idem*, p. 134.

59 *Idem*, pp. 227–9.

60 Paulo Dias de Novais foi governador e capitão-mor de Angola de 1575 a 1589.

61 A. BRÁSIO, op. cit., pp. 138–9.

62 *Idem*, pp. 226–9.

Assim, neste contexto, os europeus, *de variadas nacionalidades*, adquiriam facilmente a mão-de-obra escrava de que careciam para o trabalho nas minas e plantações das Américas.

Outrossim, os locais de venda de escravos estavam também instituídos tradicionalmente: «Alem das feiras particulares [de escravos] que cada Senhor faz em suas terras, há outras gerais em certos passos a que concorrem de todas as partes. E a principal se faz em Cabaça, que hé a Cidade onde residem os Reis [do Congo]»<sup>63</sup>.

Todavia, importa realçar que havia mecanismos tradicionais assinaláveis que balizavam bem o estatuto de escravo e de homem livre:

E nesta [cidade onde residem os reis] há hum homem da terra posto pollo Rey, que tem por officio andar sempre no lugar em que se vendem as peças, pera saber se alguã dellas hé livre, do qual tem grande pena [punição] o que vende. E elle [o escravo] fica livre, e cuydo que o mesmo se faz nas outras feiras, pois são regidas por officiais do Rey. E a experiencia que temos hé que antre os mesmos gentios se estranha tanto venderse por escravo o que hé livre, que logo se sabe, polos rebates que dam nos passos, por onde pode sair, e me[li]os que buscão pera o impedir.

Demais, «se se provar que homem compra ou vende *pessoa livre* será destruído e punido como ladrão, com pena de morte, e também que as mesmas peças se não são cativas logo reclamaõ e não se deixaõ vender»<sup>64</sup>.

Por este motivo, a compra e venda de escravos era tida como mais «segura» no Congo do que, por exemplo, no Golfo da Guiné: «E a conclusã será, que quanto mais entramos pela terra, e tratamos dos negros, tanto mais experimentamos que de nhuã parte de Guiné vaõ peças que se possaõ comprar mais seguramente que as de Angola»<sup>65</sup>.

Retornando agora à problemática do escorbuto nos escravos, cumpre dizer que ele ocorria por duas razões principais<sup>66</sup>:

— mudança do padrão alimentar tradicional<sup>67</sup>: Aleixo de Abreu escreve que os escravos pernoitavam nos navios para que «assi esten mas seguros para no poder huyr», mas pela manhã levavam-nos para a Ilha de Luanda onde podiam desenvolver algumas actividades, «haziendo cestas, y vasos de paja texida»

63 *Idem*, p. 227.

64 *Idem*, p. 146.

65 *Idem*, p. 228.

66 J. A. D. de MORAIS, «A propósito do «mal de Luanda» ou escorbuto na obra de José Pinto de Azeredo» in J. P. de Azeredo, *Isagoge patológica do corpo humano*, Lisboa, Edições Colibri, 2014, pp. 447–70.

67 «*Scurvy is not common in the tropics since vitamin C is abundant in tropical and subtropical areas.*» (Charles WILCOCKS e P. E. C. MANSON-BAHR, *Manson's Tropical Diseases*, London, Baillière Tindall, 1974, p. 762.)

e «gozãdo assi del sol.» A sua alimentação consistia, então, de «harina de palo que va del Brasil», «una legumbre [leguminosa]», «algun pescado» e «carne de vacas bravas [...], las cuales se hallan en gran numero, por aquella tierra adentro, y los caçadores las matan con arcabuzes»<sup>68</sup>;

— o intenso e prolongado stresse dos cativos: a partir do momento em que eram capturados pelos seus chefes tribais<sup>69</sup>, durante o período de cativo-veiro nos navios a aguardarem a partida, no decurso da viagem e depois nos locais de trabalho, os escravos ficavam, obviamente, sujeitos a um violento e debilitante stresse (o que, como é sabido, debilita as defesas imunológicas do organismo propiciando o aparecimento de doenças).

Vejamos, pois, as consequências resultantes do padrão alimentar e do violento stresse, factores potenciadores entre si e conducentes ao aparecimento do escorbuto. Em toda a evidência, os esclavagistas procuravam manter os cativos em boa condição física, dado que o seu valor comercial no destino das paragens americanas era função de um aspecto somático saudável, indicativo de força de trabalho potencial. Assim, era-lhes fornecida abundante «farinha de pau» e, outrossim, feijão *makunde*, algum peixe e carne de *Bubalus caffer* (pacaça, também grafado «empacaço»<sup>70</sup>), isto é, a alimentação desse período de espera era suficientemente rica em hidratos de carbono e em proteínas, mas manifestamente carenciada em vitaminas provenientes de vegetais frescos, designadamente a vitamina C (ácido ascórbico). Demais, sabe-se que o stresse, físico e psíquico, leva à exaustão das reservas desta vitamina no organismo: «Previous observations by the National Research Institute for Nutrition Diseases on subhuman primates and Black mineworkers indicate that vitamin C requirements are increased when individuals are exposed to a variety of stresses»<sup>71</sup>. Neste contexto, é óbvio que a avitaminose C — o escorbuto — ocorria facilmente.

Detenhamo-nos agora um pouco sobre a problemática da «farinha de pau», isto é, a farinha de mandioca, obtida de uma planta (*Manihot esculenta*)

68 A. ABREU, op. cit., pp. 151v–152.

69 Os portugueses não dispunham de efectivos suficientes para fazerem grandes incursões pelo sertão (ocupavam apenas a costa e um curto curso do rio Cuanza), sendo que os indígenas facilmente se escapariam pelo mato adentro. «Luanda tinha em 1664, apenas «132 visinhos». A guerra e as doenças devastaram a população. O rei isentou os luandenses de participarem nas «guerras do sertão», num alvará de 1762.» ([s.a.], [Consultado em 05/2014.] Disponível em <http://angola-luanda-pitigrili.com/angola-luanda-pitigrili/luanda-11-de-fevereiro-de-1575/2011/02/africa-2/angola>].

70 A. BRÁSIO, op. cit., p. 138.

71 M. E. VISAGIE, J. P. du PLESSIS e N. F. LAUBSCHER, «Effect of vitamin C supplementation on Black mineworkers», *South African Medical Journal*, Vol. 49, 1975, pp. 889–92.

originária do Brasil<sup>72</sup>, que tem a vantagem de dar grandes produções mas que, tirante os hidratos de carbono, é extremamente pobre do ponto de vista alimentar: «Le manioc présent le gros inconvénient de contenir peu de chose à part des glucides. «*Il remplit le ventre*» mais, à moins que d'autres aliments ne figurent au régime, *le consommateur risque fort de souffrir de malnutrition*»<sup>73</sup>. O fraquíssimo valor nutricional da mandioca ou *cassava* é unanimemente reconhecido: «In terms of nutritional value it probably qualifies as the worst food in the world»<sup>74</sup>. Acresce que o processo de fabrico da «farinha de pau», a partir da raiz tuberosa da mandioca, implica a sua secagem — primeiro ao sol e depois ao fogo, em grandes tachos de cobre —, o que determina a destruição da vitamina C residual que eventualmente possa subsistir. E até mesmo as folhas da planta — também susceptíveis de serem utilizadas na alimentação — ficam sem resquícios de vitamina C depois de secas ou fervidas<sup>75</sup>. Outrossim, a presença de cianetos da mandioca na corrente sanguínea inibe a captação da vitamina C<sup>76</sup>. É deveras elevado o conteúdo de cianetos na mandioca, pelo que a raiz não pode ser consumida crua — é a casca que contém a maior concentração de cianetos<sup>77</sup>—, mas a sua preparação para fins alimentares reduz a concentração daquela substância venenosa para valores habitualmente não tóxicos para o homem<sup>78</sup>:

Comem [as gentes da terra de Santa Cruz] paõ feito de humas raizes brancas, tamanhas quomo cinouras, a que chamaõ mandioca, as quaes sam tam peçonhentas, que se has alguem comer cruas morre subitamente. Estas raizes pisam em humas pias de pedra, & depois de bem pisadas lhe spremem o çumo, que he per si muito mais peçonhento, que ha raiz<sup>79</sup>.

72 «Espécie originária do Brasil [...], foi uma das primeiras plantas que os portugueses trouxeram do Novo Mundo no fim do século XVI, ou logo no princípio do seguinte para esta Colónia [Angola].» (John GOSSWEILER, *Flora Exótica de Angola: Nomes vulgares e origem das plantas cultivadas ou sub-espontâneas*, Luanda, Imprensa Nacional, 1950, pp. 125–6.)

73 M. C. LATHAM, op. cit., p. 196.

74 D. F. OWEN, *Man's Environmental Predicament. An Introduction to Human Ecology in Tropical Africa*, London, Oxford University Press, 1973, p. 74.

75 M. G. UMUHOZARIHO *et al.*, «Cyanide and selected nutrients content of different preparations of leaves from three cassava species», *African Journal of Food Science*, Vol. 8, n.º 3, 2014, pp. 122–9.

76 L. STANKOVA, R. BIGLEY e R. L. INGERMANN, «The effect of cyanide on vitamin C uptake by human polymorphonuclear leukocytes», *General Pharmacology*, Vol. 22, n.º 5, 1991, pp. 903–5.

77 «Os tubérculos [...] contêm uma substância tóxica cianogenética que, por decomposição, dá o ácido prússico.» (J. GOSSWEILER, op. cit., p. 126.)

78 «Recent research in Nigeria has shown foci of endemic neuropathy in areas where cassava is consumed as a farina called »gari«. The cassava is inadequately peeled and the cyanide is not removed.» (C. WILCOCKS e P. MANSON-BAHR, op. cit., p. 786.)

79 Damião de GOES, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Primeira Parte, Lisboa, na officina de Miguel Manescal da Costa, 1749, Cap. XLVI [gralha: LVI], pp. 69–70.

Acresce que, devido à grande pobreza em proteínas, a farinha de pau concorre ainda mais para o agravamento do escorbuto, visto que propicia o aparecimento de edemas, em especial nos membros inferiores: «Cassava produces the condition known as kwashiorkor»<sup>80</sup>. A carência da vitamina C potencia também os efeitos tóxicos dos cianetos: «Vitamin C will protect one against the lethal effects of cyanide. It is the antidote»<sup>81</sup>.

Surpreendentemente, outrora, mesmo no meio médico, acreditava-se que a farinha de mandioca tinha acção anti-escorbútica, como grafou um dos mais lúcidos médicos tropicalistas da transição do século XVIII para o XIX, J. Pinto de Azeredo, nascido e criado no Brasil (a mandioca é originária da América do Sul): «O pão de que gostam os nacionais é a farinha de pau, a qual, ainda que seja mais fraca que o trigo, tem contudo a virtude de ser *anti-escorbútica*»<sup>82</sup>.

Ora, aquando da ocorrência do «mal de Luanda» em escravos africanos, a tendência dos esclavagistas e dos médicos era tentar alimentá-los bem, dando-lhes grandes quantidades de farinha de pau, o que afinal servia apenas para «remplir le ventre» — e agravar o escorbuto.

Neste passo, em relação à profilaxia e à cura do escorbuto, não podemos deixar de contrapor o saber dos nativos africanos (saber tido como «empírico») à medicina europeia de então (tida como «científica»). Quase depreciativamente, J. Pinto de Azeredo, que praticava medicina em Luanda, escrevia: «O pobre escravo [...] não duvida resistir à fome e ao escorbuto comendo a polpa farinácea [do Embondeiro]»<sup>83</sup>. Vejamos então como, em caso de ocorrência de escorbuto, se processava a assistência aos escravos retidos na Ilha de Luanda e nos navios fundeados na baía, aguardando o embarque para as Américas:

Para remedio de lo qual [mal de Loanda] se traen los tales enfermos a la nuestra poblacion, que està por la tierra a dentro, [...] adonde, con la mudança del sitio, mätenimientos [...] sanã muchos dellos [...]. Para acabar de sanar del todo, y convalescer brevemente, los llevan a una aldea de los negros, que està por la tierra a dentro, distante de nuestra poblacion, y villa de S. Pablo [de Loanda], poco mas de tres leguas [...] *adonde acaban de sanar, y convalescer en breves dias*:<sup>84</sup>

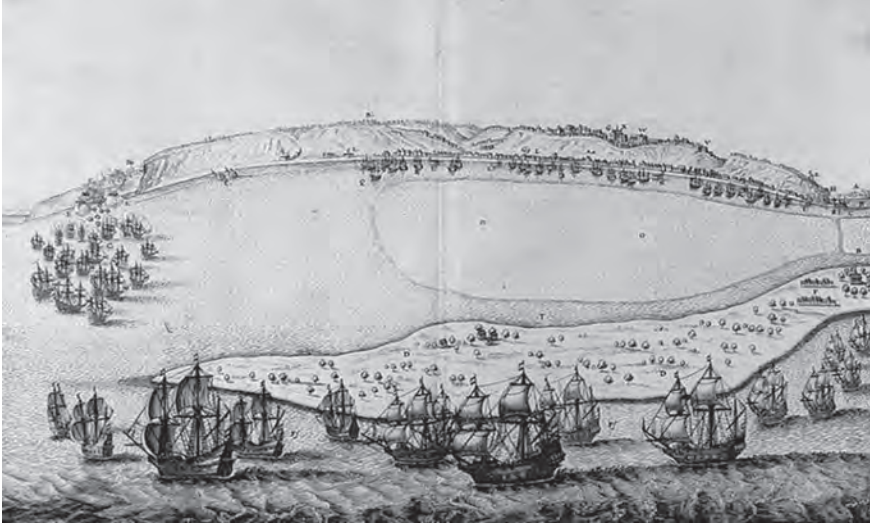
80 M. R. ADAMS, e M. O. MOSS, *Food Microbiology*, Cambridge, The Royal Society of Chemistry, 2000, p. 161.

81 Lendon H. SMITH, *Clinical Guide to the Use of Vitamin C. The Clinical Experiences of Frederick R. Klenner*. [Consultado em 05/2014.] Disponível em [http://www.scantet.com/~alexs/ascorbate/198x/smith-lh-clinical\\_guide\\_1988.htm](http://www.scantet.com/~alexs/ascorbate/198x/smith-lh-clinical_guide_1988.htm).

82 J. P. AZEREDO, op. cit., p. 47.

83 *Idem*, p. 41.

84 A. ABREU, op. cit., pp. 153–153v.



2 Ilha e baía de Luanda. Gravura de Matthäus Merian, 1646.

Ora, naquela povoação nativa, os escravos passavam a beneficiar da alimentação tradicional<sup>85</sup> e do recurso a «um saber de experiência feito» sobre a doença que tinham contraído, devido à ração alimentar que lhes era imposta pelos europeus (não só os portugueses, como desafortunadamente se tem propalado):

Costumbran los navegantes que deste Reyno, e de las mas partes de España vā a aquella tierra [Luanda], a rescatar esclavos (para llevarlos a vender a las Indias de Castilla, Minas de Perú, y Potosi, para servicio de las minas; y al estado del Brasil para la fabrica, y menco de los ingenios del açúcar)<sup>86</sup>.

A alimentação naquela «aldeia de los negros» da periferia de Luanda consistia, então, no consumo de vegetais cultivados nas *ongas*<sup>87</sup> e no consumo de «polpa farinácea do Embondeiro» com que «o pobre escravo [...] não duvida resistir à fome e ao escorbuto»<sup>88</sup>.

85 João A. David de MORAIS, *Contribution à la connaissance de l'Anthropo-Ecologie de la malnutrition chez les va'Ndulu (Angola)*, tese de mestrado, Antwerpen, Institut de Médecine Tropicale Prince Léopold, 1976a; *idem*, *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, Vol. 4, n.º 1-4, 1976b, pp. 481-547.

86 A. ABREU, *op. cit.*, p. 151v.

87 Os terrenos na periferia de Luanda são em geral muito pobres para a agricultura, mas existem zonas depressionárias, as *ongas*, onde os nativos fazem a sua agricultura de subsistência.

88 J. P. AZEREDO, *op. cit.*, p. 41.



### 3 Vitamina presente nalgumas frutas (mg/100 g)

Fonte: Adaptado de S. VERTUANI *et al.*, «Antioxidant capacity of *Adansonia digitata* fruit pulp and leaves», *Acta Phytotherapeutica*, Vol. 2, 2002, pp. 2-7, «Ascorbic acid contents in some fruits, expressed as mg of vitamin each 100 grams of product»

Fruta	Nome científico	Mg vitamina C /100 gramas
Baobá	<i>Adansonia digitata</i>	150–499
Kiwi	<i>Actinidia chinensis</i>	52–120
Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	46
Maçã	<i>Malus sylvestris</i>	6
Pêssego	<i>Prunus persica</i>	4–13
Morango	<i>Fragaria x ananassa</i>	61

Importa lembrar que o «cientifismo» actual defende que apenas os frutos carnudos possuem quantidades importantes de anti-oxidantes, entre eles a vitamina C (o que obsta a que oxidem — apodreçam — rapidamente), enquanto os frutos secos, de conservação mais duradoira, teriam apenas quantitativos residuais de vitamina C, até porque são próprios de regiões ensolaradas e de baixa humidade, o que propiciaria a degradação daquela vitamina. Todavia, estudos bioquímicos modernos mostraram que esta generalização é espúria e que o alimento utilizado pelos «empíricos» africanos das regiões áridas, o fruto do embondeiro ou baobá (*Adansonia digitata*), possui, afinal, quatro a dez vezes mais vitamina C do que a reconhecidamente anti-escorbútica laranja<sup>89</sup>.

Ou, por outras palavras: em várias doenças tropicais, o «empirismo» dos «feiticeiros ou curadores» africanos<sup>90</sup> («médicos» tradicionais) suplantava a «ciência» dos (in)experientes «físicos» europeus. Veja-se a «Carta de um padre ao provincial de Portugal», datada de 15 de Dezembro de 1587, respeitante ao «Reyno de Congo»:

[Os sacerdotes, isto é, os «curandeiros»] têm tanto conhecimento de ervas & outras cousas, que [...] curam todo genero de enfermidades mais facil & suavemente que os grandes & insignes medicos de Europa. [...] Os nossos [portugueses] se acertam de adoecer, não têm em que pôr os olhos senão em Christo<sup>91</sup>.

89 «A polpa de baobá contém uma particularmente elevada capacidade antioxidante, muito por causa do seu elevado conteúdo em vitamina C, destacando-se por ser uma das mais importantes fontes naturais de ácido ascórbico.» (Nuno Miguel Nogueira CASTRO, *Estudo e Caracterização Química dos Compostos Extractáveis em Metanol da Polpa de Baobá [Adansonia digitata]*, dissertação de mestrado em Bioquímica e Química dos Alimentos, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2008.

90 «A gente preta [...] nas suas moléstias não querem Professores [médicos], nem tomam remédios de botica; porque só têm fé nos seus medicamentos a que chamam milongos, e estes devem ser administrados pelos *feiticeiros ou curadores*.» (J. P. AZEREDO, op. cit., p. 45.)

91 A. BRÁSIO, op. cit., pp. 348–9.

Atente-se agora que, nos séculos XVI e XVII, comparativamente com os engenhos de açúcar do Brasil, as minas das «Índias de Castela» e as Caraíbas (logo, o tráfico de escravatura espanhola) absorviam os maiores quantitativos de mão-de-obra escrava africana<sup>92</sup>:

— século XVI, por ordem decrescente de importância: América espanhola, 55 295 escravos (67,8 %); outros, 17 578 (21,6 %); Caraíbas, 6222 (7,6 %); Brasil, 1319 (1,6 %); Europa, 890 (1,1 %);

— século XVII: Caraíbas, 458 888 escravos (55,6 %); América espanhola, 204 548 (24,8 %); Brasil, 127 908 (15,5 %); outros, 13 874 (1,7 %); América do Norte, 12 747 (1,5 %); Europa, 5139 (0,6 %); África, 1709 (0,2 %).<sup>93,94</sup>

Demais, enfatize-se que um número muito importante de escravos chegados ao Brasil era depois reencaminhado pelos «peruleiros» para as minas do Peru, através da rota da Argentina, sendo trocados por prata<sup>95</sup>. Percebe-se, assim, a importante presença de escravagistas castelhanos em Angola<sup>96</sup>, adquirindo mão-de-obra para as «Índias de Castela».

Ora, a mortalidade nas minas da Bolívia e do Peru, por múltiplas e conhecidas causas (carências alimentares quantitativas e qualitativas — em particular o escorbuto —, tuberculose, parasitoses — em especial a «anemia dos mineiros», provocada pela ancilostomíase —, silicose, exaustão física, etc.), era extremamente mais elevada do que nos outros destinos.

92 Ainda antes do sorvedouro de escravos que viriam a ser as minas do Peru e da Bolívia, já as Caraíbas eram um destino importante, atingindo o seu ápice no século XVII. «En 1518 il [Alfonso I<sup>er</sup>, roi d'Espagne] officialisait le système de traite: dorénavant les esclaves noirs allient constituer la seule main-d'œuvre utilisée dans les plantations espagnoles à Cuba, à Hispaniola (Haïti et République dominicaine), dans la Nouvelle Grenade (nord de l'Amérique du Sud) et plus tard dans les mines du Pérou.» (Robert CORNEVIN e Marianne CORNEVIN, *Histoire de l'Afrique, des origines à la deuxième guerre mondiale*, Paris, Payot, 1964, p. 194.) Nota nossa: há uma incorrecção no texto citado: onde se lê «Alfonso I<sup>er</sup>», deverá ler-se «Carlos I de Castela e Aragão» (Carlos V, Imperador do Sacro Império Romano Germânico), que, juntamente com sua mãe (Joana, *a Louca*), governou os territórios de Espanha de 1516 a 1556.

93 Efectuámos os cálculos percentuais e por séculos com os dados constantes em *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. [Consultado em 05/2014.] Disponível em <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>.

94 Os quantitativos de escravos enviados para as minas das «Índias Espanholas» foram diminuindo, a partir do século XVIII, à medida que a prata se foi esgotando. No século XIX era já o Brasil o principal destino da escravatura (59,6 %), seguido das Caraíbas (32,4 %).

95 Adriana LOPEZ e Carlos Guilherme MOTA, *História do Brasil: Uma Interpretação*, São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2008, p. 95.

96 A. ABREU, op. cit., p. 151v.



4 Mina de prata de Postosi. Nos séculos xvi a xviii, as «Índias de Castela» eram o principal destino dos escravos africanos: mina de prata de Postosi, «*La boca del infierno*», Gravura de Theodorus de Bry, 1528–1598.

De facto, as probabilidades de sobrevivência dos escravos nas minas era bastante escassa<sup>97</sup>: é que, ao problema das carências nutricionais e das várias doenças, acrescia a problemática da toxicidade dos minérios explorados: «Entre 1790 y 1795, según las memorias del virrey Francisco Gil de Taboada, se hallaban en explotación en su territorio (actual Perú), 728 minas de plata, 69 de oro, 4 de mercurio, 12 de plomo y 4 de cobre.» (ênfase do artigo original)<sup>98</sup>. Aliás, a alimentação dos escravos nos engenhos de açúcar do Brasil era incomparavelmente melhor do que nas minas espanholas: nas «fazendas» dos engenhos de açúcar, a farinha de pau era abundante<sup>99</sup> — até porque, ainda que erroneamente, se reputava ter efeitos anti-escorbúuticos<sup>100</sup> —, e bem assim existiam aí frutas tropicais diversas e folhas de plantas com um valor alimentar considerável, com as quais se confeccionavam esparregados (folhas de batata-doce, mandioca, etc.<sup>101</sup>). Assim, uma consequência óbvia da elevadíssima mortalidade nas minas das «Índias de Castela» e, em contraste, de uma elevada sobrevivência nos engenhos de açúcar do Brasil, é a presença relativa, nos nossos dias, de população negra nos países da América Latina. Esclareça-se

97 Na actual Bolívia existia a fabulosa mina de prata de Potosi.

98 [s.a.], *Virreinato del Perú*, [Consultado em 05/2014.]. Disponível em [http://es.wikipedia.org/wiki/Virreinato\\_del\\_Per%C3%BA](http://es.wikipedia.org/wiki/Virreinato_del_Per%C3%BA).

99 Adiantemos um exemplo: «Manuel Nunes Viseu, cristão-novo [Proc. da Inq. de Lisboa n.º 4167, ANTT], natural de Castelo Branco, *lavrador de cana e senhor de engenho*, morador no Rio de Janeiro, que é preso [no Brasil] por culpas de judaísmo e entregue nos Estados, em Lisboa, [...] declarando o réu que tinha [...] *roças de mandioca* no valor de 2 mil cruzados» (ênfases nossas). Fazendo jus à sua grande proficiência, a Inquisição condenou o réu, que saiu em auto-de-fé; tendo abjurado, odos os seus bens foram confiscados, revertendo para o Fisco e Câmara Real. (Manuel Castelo BRANCO, «Notas e documentos para a História dos Judeus e Cristãos-Novos de Castelo Branco», *Estudos de Castelo Branco*, n.º 10, 1963, p. 15.)

100 J. P. AZEREDO, op. cit., p. 47.

101 J. A. D. de MORAIS, 1976a, op. cit.; *idem*, 1976b, op. cit., pp. 481–547.

que, actualmente, na Bolívia e no Peru (outrora os principais destinos de escravos para a exploração mineira) a população negra é, respectivamente, de 0,1 e 0,0 por cento, e a população de «mulatos» (*sic*) 2,0 e 9,7 por cento. Quanto ao Brasil, a população negra é de 6,2 por cento, e a de «mulatos» 39,1 por cento<sup>102,103</sup>. Decorre daqui que, etnicamente, Francisco L. Fernández, por exemplo, coloca a Bolívia e o Peru no grupo dos países «*indomestizos (indígenas y mestizos)*» e o Brasil (cadinho da miscigenação luso-africana) no grupo dos «*afrocriollos (criollos y mulatos)*»<sup>104,105</sup>.

### Considerandos finais

O escorbuto assumiu um papel relevante na historiografia marítima em geral, e na portuguesa em particular, por via da gesta dos nossos Descobrimentos. Todavia, antes de Portugal também já outros países se tinham lançado em longas viagens navais, como foi o caso da China no final da dinastia Ming: no início do século xv, a armada político-comercial do almirante Zheng He (1371–1433), com 317 grandes navios (Vasco da Gama zarpuou para a Índia com apenas quatro naus), 180 médicos e 300 oficiais militares, comandando um total estimado em 26 800 homens (Gama dispunha apenas de um número de embarcações computado entre 160 a 180 homens), expandiu-se pelo Oceano Índico e atingiu a costa Leste de África. Todavia, a expansão marítima chinesa viria a claudicar, entre outros factos devido aos ataques dos mongóis na sua fronteira setentrional, para onde tiveram de se voltar as prioridades político-militares sinecenses, obrigando mesmo, em 1421, à mudança da capital, Nanjing, mais a sul, para Pequim/Beijing, a norte. Ora, dos anais marítimos chineses de então não constam casos de escorbuto, embora o beribéri (carência de vitamina B1 ou tiamina, em geral associada ao consumo de arroz descorticado) fosse corrente. A ausência de escorbuto nas esquadras chinesas deveu-se ao facto de a vitamina C estar presente na sua alimentação, em especial

102 [s.a], *Demografia da América do Sul*. [Consultado em 05/2014.] Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia\\_da\\_Am%C3%A9rica\\_do\\_Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_da_Am%C3%A9rica_do_Sul).

103 Francisco Lizcano FERNÁNDEZ, «Composición Étnica de las Tres Áreas Culturales del Continente Americano al Comienzo del Siglo XXI», *Convergencia*, Vol. 38, 2005, p. 218.

104 F. L. FERNÁNDEZ, *Ethnic Distribution in Latin America*, México, Universidad Autónoma del Estado de México, 2007.

105 «A discriminação praticada pelos Portugueses era essencialmente religiosa, bem mais do que rática, enquanto entre os Norte-europeus predominava exactamente o inverso.» (Paulo Jorge de Sousa PINTO, *Os Portugueses Descobriram a Austrália?*, Lisboa, A Esfera dos livros, 2013, p. 300.) «Vale a pena insistir no facto de esta mestiçagem não se resumir a uma questão de sangue; tinha uma grande dimensão cultural. [...] Os mestiços do Império Português foram sempre um corpo que defendia, genericamente, os interesses do império e nunca foi encarado com desconfiança pelos oficiais da Coroa, ao contrário do que sucedeu na América Espanhola, onde os mestiços chegaram a ser encarados como uma ameaça, como sucedeu no México e no Peru, e chegaram mesmo a integrar as fileiras indígenas em ataques a posições espanholas.» (J. P. O. e COSTA, op. cit, p. 160.)

nos rebentos de soja (os grãos de soja contêm apenas vestígios desta vitamina, mas, após a germinação, os rebentos de soja são ricos em ácido ascórbico)<sup>106</sup>.

Curiosamente, num contexto bem diferente, os nativos da zona xerófito de Angola intuíram, por experiência própria, que o fruto da *Adansonia digitata* era rico num princípio alimentar que os preservava e/ou curava do escorbuto, o que não foi valorizado pelos médicos tropicalistas da época, ciosos da sua «ciência» e descrentes do «empirismo» dos indígenas. Desafortunadamente, como procurámos mostrar, o desconhecimento por parte dos europeus do padrão alimentar tradicional africano<sup>107</sup> saldou-se em impactos muito negativos na saúde dos escravos, com particular relevância para a ocorrência de escorbuto.

Sérias dificuldades com este problema de cariz nutricional sentiram os nossos e outros marinheiros de antanho que, segundo sabemos pelas crónicas coevas, tiveram à mão possíveis soluções para a prevenção e tratamento do escorbuto que tanto os vitimava e, por desconhecimento, não recorreram a elas, a saber, o consumo de variegadas frutas, na África em geral<sup>108</sup>, e de polpa do embondeiro, nas regiões xerófitas em particular. Contudo, Portugal viria a assumir um papel crucial na estratégia de combate ao escorbuto de ocorrência marítima ao transformar-se o Faial, em especial a partir do século XVIII, na plataforma de abastecimento de laranjas — fontes importantes de vitamina C — aos navios que cruzavam o Atlântico e à frota baleeira norte-americana que ali se ia reabastecer:

Como se sabe, até finais da década de 70 [centúria de Oitocentos] a economia açoriana foi sustentada pela importante exportação de laranja, que promovia, a montante e a jusante, todos os sectores dinâmicos da actividade económica, quer estimulando o aumento do consumo das famílias, quer desencadeando o aprofundamento da integração do mercado insular<sup>109</sup>.

De facto, a produção de citrinos (a par da caça aos grandes cetáceos) propiciou uma época áurea à sociedade faialense, mas o «ciclo da laranja» encerrou-se, na segunda metade do século XIX, face ao aparecimento de uma praga que dizimou os laranjais. Demais, a região do Cabo, na África do Sul, passou a suprir, progressivamente, as necessidades de laranja do grande mercado consumidor inglês<sup>110</sup>.

106 M. COATES, op. cit., pp. 386–91.

107 J. A. D. de MORAIS, 1976a, op. cit.; *idem*, 1976b, op. cit., pp. 481–47; *idem*, 2014, op. cit pp. 447–70.

108 «Esta terra [...] he de grandes arvoredos os quaeacs dam *muitas frutas* de muitas manceiras e os homens desta terra comem dellas.» (A. VELHO, op. cit., p. 46.)

109 Fátima Sequeira DIAS, «Os empresários micaelenses no século XIX: o exemplo de sucesso de Elias Bensaúde (1807–1868)», *Análise Social*, Vol. 31, n.º 136–137 (1996), pp. 437–64.

110 «Tudo à volta da Horta e dos Flamengos eram casas, quintas cheias de laranjais, [...] depois abandonados quando a Inglaterra deixou de comprar os frutos no Faial indo buscá-los ao Cabo.» (Raul BRANDÃO, *As Ilhas Desconhecidas*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1987, p. 82.)

### Fontes Impressas e Bibliografia

- [s.a.], [Consultado em 05/2014]. Disponível em <http://angola-luanda-pitigrili.com/angola-luanda-pitigrili/luanda-11-de-fevereiro-de-1575/2011/02/africa-2/angola>.
- [s.a.], *Demografia da América do Sul*. [Consultado em 05/2014.] Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia\\_da\\_Am%C3%A9rica\\_do\\_Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Demografia_da_Am%C3%A9rica_do_Sul).
- [s.a.], *Virreinato del Peru*. [Consultado em 05/2014.] Disponível em [http://es.wikipedia.org/wiki/Virreinato\\_del\\_Per%C3%BA](http://es.wikipedia.org/wiki/Virreinato_del_Per%C3%BA).
- AA.VV., *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. [Consultado em 05/2014.] Disponível em <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>.
- ABREU, Aleixo, *Tratado de las Siete Enfermedades: [...] Del Mal de Loanda [...]*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1623.
- ADAMS, M. R. e MOSS, M. O., *Food Microbiology*, Cambridge, The Royal Society of Chemistry, 2000.
- AZEREDO, José Pinto de, *Ensaio sobre algumas Enfermidades de Angola*, Lisboa, Edições Colibri, 2013.
- AZEREDO, José Pinto de, *Isagoge patológica do corpo humano*, Lisboa, Edições Colibri, 2014.
- BARROS, João de, *Década Primeira da Ásia de João de Barros. Dos Feitos que os Portugueses Fezerão no Descobrimento & Conquista dos Mares & Terras do Oriente*, Lisboa, Impressa per Jorge Rodríguez, 1628, Cap. III.
- BRANCO, Manuel Castelo, «Notas e documentos para a História dos Judeus e Cristãos-Novos de Castelo Branco», *Estudos de Castelo Branco*, n.º 10, 1963, pp. 5–37.
- BRANDÃO, Raul, *As Ilhas Desconhecidas*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1987.
- BRÁSIO, António (coligiu e anotou), *Monumenta Missionaria Africana*, Vol. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, pp. 129–42, 145–7, 227–9, 348–55.
- BRÁSIO, António (coligiu e anotou), *Monumenta Missionaria Africana*, Vol. IV, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1954, p. 423.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1971.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *Ho Livro Primeiro dos dez da historia do descobrimento & conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, João da Barreyra & João Alvarez, 1552.
- CASTRO, Nuno Miguel Nogueira, *Estudo e Caracterização Química dos Compostos Extractáveis em Metanol da Polpa de Baobá (Adansonia digitata)*, tese de mestrado em Bioquímica e Química dos Alimentos, Aveiro, Universidade de Aveiro, 2008.
- COATES, M., «Scurvy» in F. E. G. Cox (ed), *Illustrated History of Tropical Diseases*, London, The Wellcome Trust, 1996.
- CORNEVIN, Robert e CORNEVIN, Marianne, *Histoire de l'Afrique, des origines à la deuxième guerre mondiale*, Paris, Payot, 1964.
- CORREA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Tomo I, IX, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1858.
- COSTA, J. P. Oliveira, RODRIGUES, J. D. e OLIVEIRA, P. A., *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014.
- DIAS, Fátima Sequeira, «Os empresários micaelenses no século XIX: o exemplo de sucesso de Elias Bensaúde (1807–1868)», *Análise Social*, Vol. 31, n.º 136–7, 1996, pp. 437–64.
- FEIO, Francisco Soares, «Tratado do Scurbuto a que o Vulgo Chama Mal de Loanda» in António da Cruz, *Recopilaçam de Cirurgia*, Lisboa, Henrique Valente de Oliveira, 1661, pp. 298–315.

- FERNÁNDEZ, Francisco Lizcano, «Composición Étnica de las Tres Áreas Culturales del Continente Americano al Comienzo del Siglo XXI», *Convergencia*, Vol. 38, 2005, p. 218.
- FERNÁNDEZ, Francisco Lizcano, *Ethnic Distribution in Latin America*, México, Universidad Autónoma del Estado de México, 2007.
- FONSECA, Jorge, *Escravos em Évora no Século XVI*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1997.
- FURTADO, Júnia Ferreira (org.), *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*, Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2 vols., 2002. [Consultado em 05/2014.] Disponível em <http://books.scielo.org/id/ypf34>.
- GOES, Damião de, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Primeira Parte, Lisboa, na officina de Miguel Manescal da Costa, 1749, Cap. XLVI [gralha no livro: trata-se do cap. LVI].
- GOSSEWEILER, John, *Flora Exótica de Angola. Nomes vulgares e origem das plantas cultivadas ou sub-espontâneas*, Luanda, Imprensa Nacional, 1950.
- HENRIQUES, Francisco da Fonseca, *Ancora Medicinal para Conservar a Vida com Saúde*, Lisboa, Officina de Domingos Gonsalves, 1749.
- HOUTE, Jan A. van, «O Comércio Meridional e a «nação» portuguesa em Bruges» in J. Everaert e E. Stols, *Flandres e Portugal. Na Confluência de duas Culturas*, Lisboa, Edições Inapa, 1991 (edição no âmbito da «Europalia-91»), pp. 33–51.
- JOINVILLE, Jean, *Histoire de Saint Louis, Credo, et Lettre à Louis X*, Paris, Librairie de Firmin Didot Frères, Fils et C., 1874. [Consultado em 05/2014.] Disponível em: [http://archive.org/stream/jeansiredejoinv00join/jeansiredejoinv00join\\_djvu.txt](http://archive.org/stream/jeansiredejoinv00join/jeansiredejoinv00join_djvu.txt).
- LATHAM, Michael C., *Nutrition humaine en Afrique tropicale*, Rome, Organisation des Nations Unies pour l'Alimentation et l'Agriculture, 1970.
- LEONE, Metzner, *Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Editorial Aster, 1969.
- LIND, J., *Traité du Scorbut [...] auquel on a joint la Traduction du Traité du Scorbut de Boerhaave*, Paris, Chez Ganeau, 1756.
- LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, Vol. I, Lisboa, Escriptorio, 1895.
- LOPEZ, Adriana e MOTA, Carlos Guilherme, *História do Brasil: Uma Interpretação*, São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2008.
- MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, [2.<sup>a</sup> ed.], Vol. II, Lisboa, Editorial Confluência, 1967.
- MENDES, A. Martins, «Nota Histórica» in J. I. Gil e J. C. Durão, *Manual de Inspeção Sanitária de Carnes*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, p. 19.
- MENEZES, José de Vasconcellos e, *Armadas Portuguesas. Apoio Sanitário na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Academia de Marinha, 1987.
- MIRANDA, João Cardoso de, «Carta ao físico-mor» in J. F. FURTADO (org.), *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*, Rio de Janeiro, Editora FioCruz. [Consultado em 05/2014.] Disponível em <http://books.scielo.org/id/ypf34>.
- MORAIS, J. A. David de, *Contribution à la connaissance de l'Anthropo-Ecologie de la malnutrition chez les va'Ndulu (Angola)*, tese de mestrado, Antwerpen, Institut de Médecine Tropicale Prince Léopold, 1976a.
- MORAIS, J. A. David de, «Contribution à la connaissance de l'Anthropo-Ecologie de la malnutrition chez les va'Ndulu (Angola)», *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical*, Vol. 4, n.ºs 1–4, 1976b, pp. 481–547.
- MORAIS, J. A. David de, *A Transumância de Gados Serranos e o Alentejo*, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1998.



- MORAIS, J. A. David de, «A propósito do «mal de Luanda» ou escorbuto na obra de José Pinto de Azeredo» in J. P. de Azeredo, *Isagoge patológica do corpo humano*, Lisboa, Edições Colibri, 2014.
- MORAIS, Major Artur de, *Memórias de Angola*, Lisboa, Calcidoscópico, 2007.
- NUNES, Luís Pedro e Alfredo CUNHA, «Terra de escravos», *Revista-Expresso*, n.º 2172, 13 de Jun. de 2014, pp. 22–35.
- OLIVEIRA, António Braz de, «Do Rio a Lisboa, passando a Luanda: achegas para uma biografia» in José Pinto de Azeredo, *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola*, Lisboa, Edições Colibri, 2013.
- OLIVEIRA, Cavaleiro de, *Cartas Familiares*, [3.ª ed.], Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982.
- OWEN, D. F., *Man's Environmental Predicament. An Introduction to Human Ecology in Tropical Africa*, London, Oxford University Press, 1973, p. 74.
- PINTO, Paulo Jorge de Sousa, *Os Portugueses Descobriram a Austrália?*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.
- PYRRARD, François, *Viagem de Francisco Pyrard, de Laval, Contendo a Notícia de sua Navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldiva, Maluco e ao Brasil [...]*, Vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1944.
- REGO, António da Silva (coligiu e anotou), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, Índia, Vol. 10 («1566–1568»), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1953.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.
- RIAUD, Xavier, *L'Empire, les grandes expéditions maritimes, le scorbut et les dents*. [Consultado em 05/2014.] Disponível em <http://www.napoleonicociety.com/french/riaudscorbut.html>.
- SANCHES, António Ribeiro, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003.
- SMITH, Lendon H., *Clinical Guide to the Use of Vitamin C. The Clinical Experiences of Frederick R. Klenner*. [Consultado em 05/2014.] Disponível em [http://www.seanet.com/~alexsl/ascorbate/198x/smith-lh-clinical\\_guide\\_1988.htm](http://www.seanet.com/~alexsl/ascorbate/198x/smith-lh-clinical_guide_1988.htm).
- STANKOVA, L., BIGLEY, R. e INGERMANN, R. L., «The effect of cyanide on vitamin C uptake by human polymorphonuclear leukocytes», *General Pharmacology*, Vol. 22, n.º 5, 1991, pp. 903–5.
- UMUHOZARIHO, M. G. *et al.*, «Cyanide and selected nutrients content of different preparations of leaves from three cassava species», *African Journal of Food Science*, Vol. 8, n.º 3, 2014, pp. 122–9.
- VELHO, Álvaro, *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999.
- VERTUANI, S. *et al.*, «Antioxidant capacity of *Adansonia digitata* fruit pulp and leaves», *Acta Phytotherapeutica*, Vol. 2, 2002, pp. 2–7.
- VICENTE, Gil, *Obras de Gil Vicente, Auto dos Quatro Tempos*, Porto, Lello & Irmão, 1965.
- VISAGIE M. E., DU PLESSIS, J. P. e LAUBSCHER, N. F., «Effect of vitamin C supplementation on Black mineworkers», *South African Medical Journal*, Vol. 49, 1975, pp. 889–92.
- VAN WIJMEERSCH, H., *Pathologie Intestinale*, 2<sup>me</sup> partie, Antwerpen, Institut de Medecine Tropicale, s.d., policopiado.
- WILCOCKS, Charles e P. E. C. MANSON-BAHR, *Manson's Tropical Diseases*, London, Baillière Tindall, 1974.





# Conflitos políticos em torno do pão de São Tomé: o provimento da cidade de Salvador em farinha de mandioca na virada do século xvii para o século xviii\*

João Pedro Gomes\*\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 401-428. ISSN 0874-9671

## Resumo

Nos séculos xvii e xviii a farinha de mandioca tinha-se tornado na base da alimentação diária dos moradores do Brasil. Ela permitira também o desenvolvimento de um mercado interno de subsistência que, à semelhança do que acontecia na Europa, conhecia períodos de carestia e de crise. A descoberta das minas de ouro, em finais do século xvii, provocou profundos desequilíbrios nesse mercado e intensificou vários conflitos políticos, que já existiam entre as várias instâncias de poder brasileiras, e nos quais o Senado da Câmara de Salvador desempenhou um papel central. O presente estudo analisa esses conflitos e aborda a questão da autonomia que as Câmaras dos concelhos brasileiros mantinham em relação à Coroa portuguesa.

**Palavras-chave:** Câmara Municipal, conchavos, conflitos políticos, farinha de mandioca, Salvador da Bahia.

## Abstract

In the seventeenth and eighteenth centuries manioc flour was the basis of the staple diet of the inhabitants of Brazil. It allowed the development of a home food market, which, like those of Europe, knew regular periods of crisis. The discovery of the gold mines, at the end of the seventeenth century, gave rise to deep imbalances in this market and intensified several political conflicts, which already existed inside the Brazilian colonial society. The Municipal Council of Salvador da Bahia played a major role in these conflicts. In this study we seek to analyse these struggles and to examine the nature and the meaning of the autonomy that the Brazilian Municipal Councils held towards the Portuguese Crown.

**Keywords:** Municipal Councils, conchavos, political conflicts, manioc, Salvador da Bahia.

\* Esta investigação foi realizada no âmbito do projeto *Bahia 16-19 — Salvador da Bahia: American, European and African forging of a colonial capital city*, Marie Curie Actions, IRSES GA-2012-318988 (CHAM-FCSH/NOVA-UAc; EHESS; UFBA).

\*\* Doutorando da EHESS, Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain.  
E-mail: jp.gomes@chess.fr

## **Conflitos políticos em torno do pão de São Tomé: o provimento da cidade de Salvador em farinha de mandioca na virada do século XVII para o século XVIII**

João Pedro Gomes

No dia 5 de maio de 1705, ao som de campã tangida e de pregão, os moradores de Salvador da Bahia eram chamados a assistir à reunião do Senado, que iria decorrer na Casa da Câmara daquela cidade. Naquele dia, debater-se-ia sobre a falta de alimentos, e em particular de farinha de mandioca, que se fazia então sentir. Tinham marcado presença toda a Mesa da Vereação, as pessoas da governança da cidade e aqueles que a ata da Câmara designou como o «povo» da Bahia<sup>1</sup>.

As divisões não tardaram a aparecer. Os homens da governança de Salvador — a elite baiana constituída principalmente pelos senhores de engenho e pelos lavradores de cana-de-açúcar<sup>2</sup> — eram da opinião que se deveria taxar o preço da farinha de mandioca vinda das chamadas «vilas de baixo» e demais lugares do Recôncavo da baía de Todos os Santos. Por «vilas de baixo» entendia-se o conjunto das vilas de Camamú, Cairú e Boipeba, as quais constituíam, então, o maior centro fornecedor de farinha de mandioca da Bahia. Esperava-se que a aplicação das taxas impediria que os preços praticados nos mercados da cidade atingissem valores exorbitantes e insuportáveis para a maioria da população. No século XVII, «taxar» significava tabelar ou limitar o preço de um determinado produto. No seu dicionário da língua portuguesa, Bluteau esclarece que tal consiste em fixar «preço certo aos mantimentos, ou outro genero de mercancias», e refere a taxação do preço do trigo ou o do valor da moeda. Ele acrescenta ainda que taxar define-se por «determinar, limitar,

---

1 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1700–1718*, Vol. 7, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, 1984, pp. 236-238 (Termo de resolução que se tomou com a Nobreza e Povo sobre o preço e condução da farinha para esta Cidade, a 5 de maio de 1705). André Leitão de Melo, juiz de fora, presidia essa reunião. Nesse ano exerciam o cargo de vereadores o sargento-mor Francisco Machado Palhares e o capitão João Álvares Soares. O procurador da Câmara era o capitão Paulo de Matos Aranha. Assistiam também à vereação o juiz do povo e mestres e o escrivão dos mestres, assim como muitos moradores e demais «pessoas do povo».

2 Sobre a nobreza da Bahia, ver Thiago KRAUSE, «De homens da governança à primeira nobreza: vocabulário social e transformações estamentais na Bahia seiscentista», *Revista de História* (São Paulo), n.º 170, jan.–jun. 2014, pp. 201–32. Agradeço ao Thiago Krause pela leitura prévia que fez deste estudo e pelos muitos conselhos e sugestões que me prodigou.

regular, permitir que se chegue até certo ponto»<sup>3</sup>. As atas da Câmara, todavia, revelam como várias «pessoas do povo» discordaram do parecer da Mesa de Vereação e defenderam que se aumentasse o valor da taxa aplicada sobre as farinhas, sendo que alguns propuseram mesmo a extinção dessa taxaço.

A Mesa da Vereação, porém, optou por manter as taxas que então se aplicavam, alegando que a sua supressão em anos anteriores não havia trazido à cidade nem maior abundância de farinha, nem preços menores. É então que Gaspar João, juiz do povo<sup>4</sup>, e, nessa qualidade, representante dos artesãos e oficiais mecânicos, requereu de imediato da decisão, argumentando que os votos das pessoas do povo deveriam prevalecer «por serem mais em numero». Tratava-se, obviamente, de um desafio à autoridade dos membros da elite do concelho, um desafio que não deixava de ter mesmo um certo caráter subversivo da ordem social tradicional: afinal fosse na metrópole ou nas conquistas, a liderança das Câmaras, no espaço da Monarquia portuguesa, pertencia precisamente aos chamados «homens da governança» e não ao «povo».

Assim, nessa reunião da Câmara de Salvador manifestavam-se de forma evidente, e por causa da questão do provimento da cidade em farinha de mandioca, alguns dos conflitos que opunham os diferentes grupos sociais da capital brasileira. A verdade é que o abastecimento de Salvador tinha-se tornado, na viragem do século XVII para o XVIII, num dos temas mais debatidos nas reuniões camarárias. Tratava-se de um assunto que mobilizava instâncias de poder tão diversas como o Senado da Câmara de Salvador, as já referidas vilas de baixo, o Governo-Geral do Brasil, as Capitanias do Sul da América Portuguesa e a própria Coroa.

## O pão de São Tomé

Se a farinha de mandioca se mostrava capaz de desencadear tamanhas contendas políticas, tal se devia em grande parte à tremenda importância que esse alimento havia adquirido na vida quotidiana dos que viviam no

---

3 Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez & Latino*, Vol. 8, Lisboa, na oficina de Pascoal da Silva, 1721, p. 62.

4 O cargo de juiz do povo e dos mesteres fora criado, na cidade da Bahia, por alvará régio de 28 de maio de 1644. Ver Affonso RUY, *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*, [2.ª ed.], Salvador, Câmara Municipal de Salvador, 1996, pp. 174–5. As funções do juiz do povo da Bahia assemelhavam-se às do procurador dos mesteres das cidades de Lisboa ou do Porto. Ver Joaquim Romero MAGALHÃES, «A forte presença dos mesteres» in José Mattoso (dir.) e Joaquim Romero Magalhães (coord.), *História de Portugal*, Vol. III. («No Alvorecer da modernidade (1480–1620)»), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 311–3; consultar-se-á também Maria Fernanda BICALHO, «As câmaras ultramarinas e o governo do Império» in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 189–221.

Brasil. As opiniões de todos os que visitavam a América Portuguesa eram unânimes e realçavam o facto de a farinha de pau, como também era conhecida, constituir o principal alimento daquele novo mundo.

Os segredos do cultivo da mandioca haviam sido transmitidos aos colonizadores europeus pelos índios, e rapidamente os novos moradores do Brasil adotaram a farinha de pau. O tratado de Pero Magalhães de Gândavo afirmava mesmo que aquela raiz fazia lugar de pão e destacava em particular a farinha dita de guerra, a qual se fazia «desta mesma raiz e, depois de feita, fica muito seca e torrada de maneira que dura mais de um ano sem se danar»<sup>5</sup>. Gabriel Soares de Sousa, do seu lado, lembrava que, dessa farinha de guerra, «usam os Portuguezes que não tem roças, e os que estão fora d'ellas na cidade, com que sustentam seus creados e escravos»<sup>6</sup>.

O desenvolvimento da sociedade colonial brasileira não fez diminuir a importância da mandioca na dieta quotidiana dos que viviam nesse território. No final do século XVII, o chanceler do Tribunal da Relação da Bahia, Manuel Carneiro de Sá, declarava mesmo ao Conselho Ultramarino que a farinha de pau era «o pão deste Brasil»<sup>7</sup>. Essa informação era também confirmada pelos relatos dos estrangeiros que tinham a ocasião de conhecer a colónia<sup>8</sup>. Assim, dada a importância da mandioca na alimentação dos que viviam na América do Sul, tinha-se tornado recorrente equiparar essa tosca raiz ao trigo europeu, e o uso do termo «pão», constantemente associado à farinha de pau, reforçava ainda mais essa analogia.

Refira-se também que, à semelhança do que acontecia com o trigo, um alimento que estava relacionado com a celebração da Eucaristia e dessa forma intimamente associado à vida e à paixão de Cristo, a mandioca depressa começou a ser sacralizada pelos que viviam no Brasil. Para isso muito contribuíram os primeiros missionários cristãos que, invocando a lenda da prédica de São Tomé no Novo Mundo, defenderam a ideia de que o cultivo dessa planta

5 Pero Magalhães de GÂNDAVO, *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, Lisboa, na oficina de António Gonçalves, 1576, Cap. 5.

6 Gabriel Soares de SOUSA, *Tratado Descritivo do Brazil*, [ed. de Francisco Adolfo Varnhagen], Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1851, Título 4, Cap. 42.

7 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, Baía, Luísa da Fonseca, cx. 28, docs. 3473 e 3474 (Carta do chanceler Manuel Carneiro de Sá para Sua Majestade, Salvador, 12 de julho de 1689. Documento anexo à carta, dos oficiais da Câmara de Camamú ao rei [D. Pedro II], solicitando alvará para poderem vender suas farinhas e seu arbitrio sem taxa ou peia alguma, não faltando ao acordo que fizeram para o sustento da infantaria, Camamú, 28 de julho de 1688). É de notar que entre 1688 e 1690, Manuel Carneiro de Sá, juntamente com o arcebispo de Salvador, assumiu interinamente o Governo-Geral do Brasil por ocasião do falecimento de Matias da Cunha.

8 Da farinha de mandioca dizia André Thevet que os índios a comiam com carne e peixe «comme nous faisons ici de pain» (André THEVET, *Les singularités de la France Antarctique*, Paris, Chandeigne, 2011 [1557], Cap. LVIII, p. 296).

fora transmitido aos índios pelo apóstolo<sup>9</sup>. Recuperando um mito indígena, que corria pelos territórios que viriam depois a formar o Brasil, afirmava-se que a cultura da mandioca e a preparação das farinhas haviam sido ensinadas aos índios tupi por um certo Zumé, ou Sumé conforme as versões<sup>10</sup>.

No século XVII, a associação do apóstolo Tomé à mandioca torna-se recorrente na tratadística e nas crônicas sobre o Novo Mundo<sup>11</sup>. É também nesse período que a lenda da prédica do apóstolo Tomé se difunde e generaliza na América Espanhola, como se pode ver nas obras de Montoya ou de Nicolás del Techo<sup>12</sup>. Essa crença na origem apostólica da farinha de pau prolongar-se-á até ao século XVIII, visto que o próprio Sebastião da Rocha Pita, na sua *História da América Portuguesa*, volta a afirmar que a preparação desse alimento fora ensinado aos índios por São Tomé nas suas andanças americanas<sup>13</sup>.

Sustento de base dos que viviam no Brasil, a mandioca era essencialmente consumida pelas camadas sociais mais humildes. Essa informação é-nos revelada por Rocha Pita que afirma que a farinha de guerra «é o pão de munição dos soldados, sustento da gente vulgar»<sup>14</sup>. Não é de estranhar por isso que, embora presente em todas as casas da Bahia, ela assumisse um papel mais importante na dieta alimentar dos índios, dos mais pobres e, em particular, dos escravos<sup>15</sup>.

9 Ver, entre outros, a carta de Manuel da NÓBREGA em *Cartas do Brasil e mais escritas. Opera omnia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, p. 27. Carta escrita ao padre Simão Rodrigues, Baía, 15 de abril de 1549. Em relação às lendas associadas ao apóstolo São Tomé, poder-se-á consultar Jacques de VORAGINE, *La Légende Dorée*, Première Partie, Paris, Édouard Rouveyre, 1902, pp. 53–64. Sobre a crença numa primeira evangelização da América pelo apóstolo Tomé, ver Sérgio Buarque de HOLANDA, *Visões do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010, pp. 172–201; e Luís Filipe THOMAZ, «A lenda de São Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo 3, 1991, pp. 349–418.

10 M. da NÓBREGA, op. cit., p. 27.

11 Ver, por exemplo, Simão Estácio da SILVEIRA, *Relação sumária das cousas do Maranhão*, Lisboa, por Geraldo da Vinha, 1624, fls. 39-39v; frei Vicente do SALVADOR, *História do Brasil*, edição de Maria Lêda Oliveira, Rio de Janeiro – São Paulo, Versal – Odebrecht, 2008, Livro 2, Cap. 7; e Simão de VASCONCELOS, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, Lisboa, na oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663, Livro I, § 82.

12 Antonio Ruiz de MONTOYA, *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*, Madrid, en la Imprente del Reyno, 1639, § 23, fl. 30v; e Nicolás del TECHO, *Historia Provinciae Paraquariae Societatis Jesu*, Liège, ex officina J. M. Hovii, 1673, Cap. 4.

13 Sebastião da ROCHA PITA, *História da América Portuguesa*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1880, Livro 1, § 37, § 104 e § 105. A primeira edição desta obra data de 1730.

14 S. da ROCHA PITA, op. cit., Livro 1, § 35. O testemunho de Rocha Pita é particularmente relevante, tendo em conta que se está perante um homem que nasceu e viveu grande parte de sua vida em Salvador e que exerceu por várias vezes a função de vereador do Senado da Câmara. Ver também Joaquim Romero MAGALHÃES, *Concelhos e organização municipal na Época Moderna. Muições 1*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 129.

15 Charles Ralph BOXER, *The Golden Age of Brazil, 1695–1750. Growing Pains of a Colonial Society*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1964, p. 8; e Evaldo Cabral de MELO, «Nas fronteiras do paladar (3)» in *Um Imenso Portugal: história e historiografia*, São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 94–6.

A escassez de farinha não deixaria portanto de ter profundas consequências no que dizia respeito à paz social e estabilidade política da colónia, à semelhança do que acontecia na Europa sempre que se verificavam insuficientes colheitas de trigo<sup>16</sup>. Um exemplo disso foi o motim de maio de 1688, quando os soldados de infantaria de Salvador se rebelaram por não se lhes pagar, havia já vários meses, o equivalente em pão de munição dos seus soldos<sup>17</sup>.

### A economia da farinha de mandioca

No que à organização da produção e circulação da farinha de mandioca diz respeito, em finais do século XVII, existia já uma profunda especialização de certas áreas no cultivo dessa raiz. As principais regiões produtoras encontravam-se sobretudo na parte mais meridional do Recôncavo da baía de Todos-os-Santos, em particular nas já referidas «vilas de baixo»<sup>18</sup>. Rocha Pita escrevia mesmo que elas eram «os celleiros da Bahia, como o Egypto o foi do povo romano e Sicília de toda a Europa, conduzindo-se d'aquellas villas a maior parte da farinha que se gasta na cidade e no seu reconcavo»<sup>19</sup>. A confirmar a forte especialização económica dessa região na lavoura da mandioca está o facto de se proibir, no conjunto dessas três vilas, o plantio e o cultivo do tabaco.

A produção de mandioca fazia-se em pequenas e médias explorações agrícolas em que predominava a mão-de-obra familiar, mas em que se recorria também, e de forma significativa, ao trabalho escravo (em média essas explorações possuíam cinco escravos de serviço)<sup>20</sup>. Não se tratava, portanto, de pequenos camponeses que comercializavam os excedentes produzidos nas suas roças, mas sim de um grupo de lavradores e de proprietários de média dimensão que estavam integrados nos circuitos comerciais da colónia<sup>21</sup>.

16 Sobre as consequências políticas da escassez de trigo na cidade de Lisboa no século XVIII, ver Jaime Alberto do Couto FERREIRA, *A Dessacralização do Pão (políticas de abastecimento no Antigo Regime: do conelho ao Estado iluminista)*, Porto, Campo das Letras, 1995, p. 27.

17 S. da ROCHA PITTA, op. cit., Livro 7, § 58–60.

18 Stuart SCHWARTZ, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society. Bahia, 1550–1835*, New York, Cambridge University Press, 1985, p. 83. Ver também MAGALHÃES, op. cit., 2011, p. 147.

19 ROCHA PITTA, op. cit., Livro II, §19.

20 S. SCHWARTZ, op. cit., p. 296; Avancete Pereira SOUSA, *A Bahia no século XVIII. Poder político e atividades econômicas*, São Paulo, Alameda, 2012, pp. 44–5; e Francisco Carlos Teixeira SILVA, *A Morfologia da Escassez: Crises de subsistência e política económica no Brasil Colónia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680–1790)*, tese de doutoramento em História, Niterói. Universidade Federal Fluminense, 1990, pp. 127–59.

21 Stuart SCHWARTZ, *Slaves Peasants, and Rebels: Reconsidering Brazilian Slavery*, Chicago, University of Illinois, 1992, pp. 65–75. Stuart Schwartz, nessas páginas, descreve sobretudo o campesinato livre existente no Brasil da segunda metade do século XVIII. No entanto, alguns dos dados aí detalhados permitem-nos também ter uma ideia, ainda que imprecisa, da realidade económica e social que se verificaria no Recôncavo no início de Setecentos.

A farinha era depois transportada para Salvador principalmente por via marítima, em pequenas embarcações. Em meados do século XVIII, só da vila de Nazaré contavam-se em mais de quarenta as lanchas que, anualmente, carregavam farinha de mandioca para a cidade, num volume total que chegava aos 52 mil alqueires. Segundo Gabriel Soares de Sousa e Ambrósio Fernandes Brandão, um alqueire de farinha bastava para alimentar um homem adulto durante um mês, sendo que um alqueire da Bahia tinha sensivelmente uma capacidade de cerca de 28 litros<sup>22</sup>. A mandioca era levada em fardos de palha compridos, chamados de «sírios». Cada sírio tinha cerca de 23 litros de farinha<sup>23</sup>. Descarregada no porto, na zona ainda hoje conhecida como a praia, essa farinha era depois depositada num armazém alugado pela Câmara de Salvador<sup>24</sup>.

O facto de se utilizarem diferentes padrões de pesos e medidas estava na origem de várias disputas entre as vilas do Recôncavo e o Senado da Câmara da Bahia<sup>25</sup>. Como se pode facilmente perceber, por detrás dessa discórdia estava a questão do preço pelo qual a farinha era vendida. Esse preço oscilava muito em função da conjuntura agrícola, económica e política. Mas, com o crescimento demográfico da Bahia e o aumento constante da quantidade de mandioca consumida na cidade, essas flutuações tinham-se tornado numa das principais preocupações das autoridades concelhias de Salvador.

O Senado da Câmara procurava, tanto quanto fosse possível, controlar o preço pelo qual a farinha era vendida na cidade, e fazia-o recorrendo normalmente à aplicação de taxas que fixavam o valor máximo autorizado. O próprio governador geral do Brasil participava nesse esforço de controlo do custo do sírio de farinha: assim, em 1689, ele tabelava esse preço em 500 réis<sup>26</sup>.

Porém, se a colocação de taxas ajudava a manter o preço da mandioca num nível mais baixo, ela também tinha consequências nefastas, como era a de

---

22 F. C. T. SILVA, op. cit., p. 127. A vila de Nazaré das Farinhas era outro pequeno centro produtor de mandioca na região do Recôncavo. Ver G. S. SOUSA, op. cit., Título 4, Cap. 42; e Ambrósio Fernandes BRANDÃO, *Diálogo das Grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943, p. 191. Embora tenha sido publicado apenas no século XX, a redação do livro de Ambrósio Fernandes Brandão data de 1618.

23 S. da ROCHA PITA, op. cit., Livro 1, § 35.

24 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1699–1710)*, Vol. 5, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador da Bahia, 1962, pp. 104–10 (Registro da carta que escreveu o Senado à Sua Majestade sobre o procedimento do Senhor General Dom Rodrigo da Costa, 10 de setembro de 1705).

25 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luisa da Fonseca, cx. 27, doc. 3309 (Carta dos oficiais das Vilas de Cairú, Boipeba e Camamú ao rei [D. Pedro II], queixando-se contra a Câmara da Bahia e governadores gerais, que apertam aqueles moradores, querendo que dêm farinha para o presidio da cidade, 8 de outubro de 1685).

26 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luisa da Fonseca, cx. 28, docs. 3473 e 3474. Ver também *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara*, 1684–1700, Vol. 6, pp. 150–2 (Termo do conchavo que se fez com as vilas do Camamú, Cairú e Boipeba, Camamú, 19 de dezembro de 1690).



desencorajar os produtores de farinha a comercializá-la na cidade<sup>27</sup>. Além de que, nos maus anos agrícolas, ou em períodos de epidemias<sup>28</sup>, as taxas tinham uma eficácia limitada. Nessas ocasiões o preço do sírio disparava e chegava a atingir valores que rondavam os 1600 réis<sup>29</sup>. Estes súbitos aumentos do custo daquele que era o principal alimento dos soteropolitanos tinham consequências que preocupavam tanto os oficiais da Câmara como o governador geral, o que os levava então a incentivar o aumento da produção de mandioca<sup>30</sup> e a tomar medidas mais radicais como a adoção de bandos que proibissem a saída da farinha do porto de Salvador.

Naturalmente os representantes camarários das vilas de baixo também se opunham à criação de taxas. Em julho de 1688 eles escreviam ao rei para pedir um alvará que os autorizasse a vender livremente a farinha «pello preço *que o tempo der lugar*», excetuando aquela que deveria ser fornecida para o sustento da infantaria<sup>31</sup>.

Precisamente, o outro mecanismo de que dispunham as autoridades públicas da Bahia para controlar os preços eram os chamados «conchavos das farinhas», os quais haviam sido instituídos durante o Governo-Geral de Diogo Luís de Oliveira (1627–1635) e visavam assegurar o abastecimento da guarnição de infantaria de Salvador em farinha numa conjuntura marcada pela invasão e ocupação de Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais holandesa<sup>32</sup>. Os conchavos eram realizados pela cidade da Bahia e as vilas de baixo, em presença do governador-geral do Brasil, simultaneamente testemunha e árbitro do acordo celebrado. Os representantes das vilas produtoras de mandioca comprometiam-se a fornecer a farinha que serviria para pagamento da tropa estabelecida em Salvador, já que a Câmara soteropolitana aceitara manter à sua custa dois terços de infantaria que o rei de Portugal despachara para combater os holandeses instalados no Nordeste<sup>33</sup>. Os conchavos seriam

27 Joaquim Romero MAGALHÃES, *O Algarve económico, 1600–1773*, Lisboa, Estampa, 1988, p. 249.

28 Os últimos anos do século XVII foram caracterizados, na Bahia, por uma crise económica geral agravada quer pelas intempéries, quer pelos surtos de febre amarela. Sobre as epidemias que assolaram a cidade de Salvador nesse período, e as suas consequências políticas, ver, entre outros, o artigo de Evergton Sales SOUZA, «Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroiro de Salvador (1686–1760)», *Revista de História*, 162, 2010, pp. 131–50.

29 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luísa da Fonseca, cx. 28, docs. 3473 e 3474.

30 *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Correspondência dos governadores gerais. 1704–1714*. Volume XL, Rio de Janeiro, Typographia Baptista de Souza, 1938, p. 142 (Carta [de D. Rodrigo da Costa, governador-geral do Brasil] para o capitão Manuel Álvares Varejão sobre não consentir que desfaçam as roças novas os moradores daquele distrito de que é capitão e se não descuidar de as fazer plantar, Bahia, 4 de julho de 1704).

31 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luísa da Fonseca, cx. 28, docs. 3473–3474.

32 F. C. T. SILVA, op. cit., p. 306.

33 Pedro PUNTONI, *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia colonial (1548–1700)*, tese de livre docência em História do Brasil colonial, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2010, pp. 108–110.

confirmados após a Restauração, no tempo em que João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, governou o Brasil (1650–1654)<sup>34</sup>.

Esses acordos realizavam-se na Casa da Câmara de Salvador e ocorriam no início do triênio de cada governador geral. Os preços então fixados não seriam suscetíveis de serem alterados durante os três anos seguintes, independentemente da conjuntura económica ou política ou da eventual quebra de produção<sup>35</sup>. Durante o período compreendido entre 1680 e 1713, os preços da farinha vendida ao abrigo desse pacto entre a Bahia e as vilas de baixo mantiveram-se estáveis, a 370 réis o sírio, contando já com a despesa do frete da mandioca para a cidade<sup>36</sup>.

Os conchavos eram um dos mecanismos mais poderosos que o Senado da Câmara tinha à sua disposição para controlar os preços. Na realidade eles constituíam um ótimo negócio para os homens da governança de Salvador. Em primeiro lugar, porque eles próprios, frequentemente, eram donos de roças de mandioca cuja produção era depois vendida pelos mercados da capital sem que se lhes aplicassem as taxas<sup>37</sup>.

Depois, há que considerar que o pagamento dos soldos era efetuado em géneros, ou seja diretamente em farinha, e não em dinheiro<sup>38</sup>. Como o preço da mandioca, tabelado por ocasião dos conchavos, era significativamente inferior àquele que se praticava nos mercados da cidade, a Câmara

---

34 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luisa da Fonseca, cx. 27, doc. 3309. Ver também *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1699–1710)*, Vol. 5, pp. 9–10 (Registro de uma carta escrita, a 10 de julho de 1699, por este Senado a Sua Majestade sobre não haver mais que 1200 infantes e se não pagar por este Senado os soldos dos engenheiros e entretidos). O conchavo realizado durante o governo de João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa estipulava que a infantaria estacionada na cidade seria mantida a expensas da Câmara da Bahia e que a ração ordinária dos soldados seria de 9 tostões e 3 quartas de farinha por mês.

35 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1700–1718*, Vol. 6, pp. 94–6 (Termo do conchavo que se fez com os procuradores das vilas de Camamú e do Cairú, a 3 de outubro de 1687); pp. 150–2 (Termo do conchavo que se fez com as vilas do Camamú, Cairú e Boipeba, Camamú, 19 de dezembro de 1690); pp. 260–1 (Termo do conchavo que se fez com os procuradores das vilas de Camamú Boipeba e Cairú, a 14 de agosto de 1694); Vol. 7, pp. 122–3 (Termo de vereação e de assento que se fez sobre as farinhas com os procuradores das vilas do Cairú, Camamú, e Boipeba, a 4 de novembro de 1702). Ver também G. S. Sousa, op. cit., p. 61.

36 Cabia à Câmara de Salvador pagar, de forma adiantada, o transporte das farinhas. ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR [AMS], *Cartas do Senado aos governadores das vilas da capitania (1686–1805)*, Registro da Carta do Senado escrita aos officiaes da Camara da Vila do Camamu, de 3 de maio de 1689, fl. 14.

37 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luisa da Fonseca, cx. 27, D. 3309. O facto de apenas se taxar na cidade de Salvador as farinhas que vinham de fora do concelho, deixando o preço das outras correr livremente, ajuda a explicar porque motivo a gente da governança da Bahia se opunha ao levantamento das taxas, conforme pedia o juiz do povo.

38 Wolfgang LENK, *Guerra e Pacto Colonial: Exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624–1654)*, tese de doutoramento em Desenvolvimento Económico, Campinas, UNICAMP, 2009, pp. 98–100.

soteropolitana realizava por essa ocasião uma apreciável mais-valia, ao comprar a farinha às vilas de baixo por um preço reduzido, e distribuindo-a depois aos soldados a um valor mais elevado do que o adquirido<sup>39</sup>.

A outra razão pela qual esses acordos eram profundamente benéficos para a cidade da Bahia, e pelo contrário particularmente lesivos dos interesses das vilas de baixo, prendia-se com a própria quantidade de farinha que essas vilas eram obrigadas a fornecer. A quantidade de mandioca descarregada para a infantaria no porto da cidade ultrapassava quase sempre as necessidades dos soldados aquartelados na Bahia, o que permitia a constituição, anualmente, de excedentes que eram depois utilizados como reserva nos maus anos agrícolas, o que aliviava em parte a pressão que se poderia colocar no mercado de subsistência. Com os conchavos, a Câmara de Salvador conseguia exonerar-se de parte substancial do custo de manutenção da força militar residente, transferindo esse mesmo custo para as vilas do Recôncavo. Mas conseguia também fazer diminuir a procura de farinha de mandioca dentro da cidade, o que inevitavelmente fazia baixar os preços. Assim, a farinha do conchavo, que as vilas de baixo eram obrigadas a fornecer, acabava na prática por fazer concorrência à outra que era vendida livremente e que provinha, precisamente, das mesmas áreas. Como a mandioca era o principal produto comercial das povoações de Camamú, Cairú e Boipeba, percebe-se claramente que esta questão do provimento da cidade, e da tropa que nela estacionava, em farinha, estaria no centro das disputas políticas entre o Senado soteropolitano e aquelas vilas.

Os conchavos eram, porém, por si só, incapazes de fazer face à insuficiente produção de mandioca em toda a capitania da Bahia e os problemas de abastecimento de Salvador tinham-se tornado crônicos. As crises de subsistência eram recorrentes no Antigo Regime, mas na capital do Brasil a situação foi agravada pela sucessão de maus anos agrícolas causados frequentemente por anos de seca extrema ou de chuvas intensas que se verificaram a partir de finais do século XVII<sup>40</sup>.

39 P. PUNTONI, op. cit., p. 113.

40 F. C. T. SILVA, op. cit., pp. 179–81. Em Salvador verificaram-se três grandes fomes em 1686–7, em 1691 e em 1714. Entre 1700 e 1770, Avanete Pereira Sousa registrou 24 crises de subsistência na Bahia: Avanete Pereira SOUSA, «Poder local, crises de subsistência e autonomia camarária», *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, ANPUH, 2011, pp. 1–10. Em relação às secas ocorridas naquele período, em agosto de 1700 o Senado da Câmara da Bahia fazia notar que havia nove meses que não chovia na capitania: AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, cx. 3, doc. 302 (Carta dos oficiais da Câmara de Salvador sobre a atuação de D. João de Lencastre à frente do Governo Geral do Brasil, Lisboa, 14 de agosto de 1700. Documento anexo à consulta, 12 de janeiro de 1701.).

As intempéries não eram as únicas responsáveis pela quantidade insuficiente de mandioca na Bahia. O facto de se privilegiar a cultura da cana-de-açúcar, e de se lhe reservar uma extensa área de cultivo, provocava desequilíbrios na produção agrícola e na própria economia da Capitania. A ênfase acabava por ser colocada, como era aliás reconhecido por vários contemporâneos, nas lavras destinadas à exportação (o açúcar e o tabaco, principalmente)<sup>41</sup>. Era precisamente para corrigir essa situação que, em 1686, os oficiais da Câmara de Salvador propuseram que se adotasse uma provisão em forma de lei para que todos os moradores do Recôncavo, os proprietários de engenhos e os lavradores de tabaco plantassem 500 covas de mandioca por cada escravo que tivessem de serviço<sup>42</sup>. Uma medida que será finalmente aprovada em fevereiro de 1688<sup>43</sup>, embora a sua aplicação se tenha deparado com fortes e repetidas resistências por parte dos lavradores de cana e dos próprios moradores da Capitania<sup>44</sup>.

Visto que a quantidade de mandioca lavrada era já de si escassa, e que se revelava tremendamente difícil fazer cumprir a provisão do Conselho Ultramarino, a outra solução passava por tentar impedir que ela fosse exportada para as outras Capitanias do Brasil, ou mesmo para África<sup>45</sup>. Durante o governo de D. Rodrigo da Costa (1702–1705) são lançados dois bandos que proibiam que se levasse para fora da cidade farinha ou qualquer outro género alimentar<sup>46</sup>.

Porém, para a Câmara de Salvador e para o próprio governador-geral do Brasil as dificuldades que a cidade sentia em prover-se de farinha tinham a sua origem na «ambição» e «malícia» dos lavradores das vilas de baixo que se

---

41 F. C. T. SILVA, op. cit., pp. 361–5; e G. S. SOUSA, op. cit., 2011, p. 4.

42 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1693-1698)*, Vol. 3, pp. 32–3 (Cópia de uma carta escrita, a 14 de julho de 1686, a sua Majestade sobre se plantar farinha).

43 AHU, *Conselho Ultramarino*, Consultas da Bahia, Cód. 252 [Registro de consultas acerca de assuntos referentes ao Estado do Brasil e nomeadamente à capitania da Baía], fls. 118v–119. Ver também F. C. T. SILVA, op. cit., pp. 361–5.

44 *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. XL, p. 181 (Carta que se escreveu aos Coronéis do Recôncavo desta cidade, exceto Bernardino Cavalcante, sobre as plantas das mandiocas, e não consentirem que se plantem tabacos, Bahia, 23 de agosto de 1704); e F. C. T. SILVA, op. cit., p. 59.

45 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara (1700-1718)*, Vol. 7, pp. 241–2 (Termo de Rezolução do Juiz do Povo, Misteres, e Povo sobre os termos atrás escritos, a 8 de maio de 1705). Nessa sessão da Câmara de Salvador, o juiz do povo entendia que o Senado deveria requerer ao governador-geral que não desse licença às sumacas da Costa da Mina para fazerem a viagem à costa africana sem que os donos dessas embarcações conseguissem primeiro fazer constar que possuíam roças de onde tirariam a farinha necessária para a matlotagem e os escravos. De facto, a mandioca era o principal mantimento das embarcações que iam a Angola ou à Costa da Mina. O aumento do tráfico negreiro nesses primeiros anos do século XVIII significou também uma maior procura de farinha de pau nos mercados da cidade, daí a preocupação recorrente por parte do juiz do povo de Salvador em proibir que a mandioca armazenada na Bahia saísse rumo à África.

46 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1699-1710)*, Vol. 5, pp. 104–10.

entendiam entre eles para que as farinhas chegassem a Salvador «taõ lente e pausadam<sup>ente</sup>» para que se sentisse a falta delas<sup>47</sup>. As dificuldades no aprovisionamento da cidade eram, na ótica da elite soteropolitana, resultado das práticas de atravessamento de que eram responsáveis os lavradores e negociantes do Recôncavo<sup>48</sup>.

Ou seja, as autoridades de Salvador acusavam os moradores das vilas de baixo de manipular os preços<sup>49</sup>. O debate incidia assim, principalmente, na questão da fixação, controlo ou até mesmo liberalização dos preços praticados, e não tanto na da produção. O que as elites políticas da Bahia procuravam era encontrar e fixar o que elas chamavam de «preço racional» da farinha<sup>50</sup>, recorrendo para isso à aplicação das taxas, mas também aos próprios conchavos, o que acabava por desencadear conflitos de interesse com as câmaras das vilas de baixo. Conflitos que se iriam agravar consideravelmente com a descoberta das minas de ouro na região que se iria constituir mais tarde como a nova Capitania das Minas Gerais.

### O rei Midas no Brasil

A descoberta, na região do Rio das Velhas, de várias minas de ouro teve profundas consequências nas dificuldades que a Bahia já tinha em se abastecer de farinha de mandioca. Isso porque, em primeiro lugar, as notícias da nova e prometedora opulência que se esperava do interior brasileiro fez que várias pessoas do Reino tentassem a sua sorte na colónia americana. Salvador verificou assim nesses primeiros anos um acréscimo de imigrantes vindos

47 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luisa da Fonseca, cx. 28, docs. 3473 e 3474.

48 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luisa da Fonseca, cx. 28, docs. 3421 e 3422 (Carta do governador-geral do Brasil, Matias da Cunha ao rei [D. Pedro II], informando sobre as cartas dos oficiais da Câmara da Bahia, propondo provisão em forma de lei, para que todos os moradores do Recôncavo, os proprietários de engenho e os plantadores de tabaco, plantem, cada um, 500 covas de mandioca, por escravo que tiverem de serviço, Baía, 9 de agosto de 1687). O governador-geral Matias da Cunha defendia a proposta do Senado da Bahia por entender que o aumento da produção de mandioca permitiria à cidade ficar «livre da fome, que ordinariamente introduz a industria dos Mestres dos barcos, e moradores daquellas Villas, que para lhe leuantarem o preço costumão faltar ao concurso de as trazerem».

49 *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. XL, p. 235 (Carta para os Oficiais da Câmara da Vila de Boipeba, sobre a remessa da farinha do Conchavo, para o Povo, planta das mandiocas, e não deixar exceder o preço da taxa dela, Baía, 14 de fevereiro de 1705). O governador-geral D. Rodrigo da Costa acusava nessa carta os oficiais da Câmara de Boipeba de usar de «indústrias» com o objetivo de «dar maior valor às farinhas», e avisava que ele havia «de castigar com demonstração rigorosa, a exorbitância dos preços, porque a [farinha] vendem contra a taxa».

50 As noções de «preço justo» e de «preço racional» surgem num contexto de tomada de consciência de uma economia mercantil de dimensão praticamente global. Tratava-se de debates que se faziam sentir também no espaço da América Espanhola. Ver, por exemplo, Patricia NETTEL, *El precio justo o las desaventuras de un confesor en el siglo XVI*, México, UAM-Xochimilco, 1997.

de Portugal<sup>51</sup>, o que implicava também mais bocas para alimentar. A essa imigração vinda da Europa, há que acrescentar o contínuo fluxo de escravos africanos e o próprio crescimento endógeno da população baiana<sup>52</sup>. Embora a maioria dos imigrantes reinóis e dos escravos não permanecesse muito tempo na cidade e se deslocasse depois da chegada para as regiões onde se havia descoberto ouro, não se deve esquecer, porém, que, no início, as áreas mineadoras eram totalmente incapazes de produzir os alimentos necessários para os que nelas se instalavam. Concretamente isso significava que os arraiais mineradores tinham que importar a totalidade do que consumiam<sup>53</sup>.

Mais do que qualquer outra cidade brasileira, era Salvador o único núcleo urbano suficientemente desenvolvido para assumir essa função de centro abastecedor das novas povoações. Antes de mais porque existia uma rota que, embora longa, permitia chegar com certa segurança às minas de ouro: a via fluvial constituída pelo rio São Francisco, e isso numa altura em que os caminhos que iam de São Paulo, ou do Rio de Janeiro, aos novos povoados ainda eram mal conhecidos e tremendamente difíceis de percorrer. Por outro lado, a Bahia possuía também um porto que era a principal porta de entrada no Brasil dos produtos importados da Europa. E tinha ainda o privilégio de ser o centro de uma rica região açucareira, o que lhe possibilitava adquirir capital suficiente para se constituir como um centro redistribuidor de todos os géneros indispensáveis de que precisavam os mineiros naqueles primeiros anos. Os circuitos comerciais que convergiam em Salvador eram os que, no Brasil, se apresentavam como os mais preparados para enfrentar o desafio do abastecimento das novas minas de ouro<sup>54</sup>.

As populações desses novos arraiais recorriam aos mercadores baianos para se abastecerem em produtos inexistentes nos sertões onde se tinham instalado: a carne, o vinho, a farinha... e os escravos. O que se traduziu por uma tremenda inflação dos preços de vários alimentos de base da dieta dos moradores da colónia, e em particular da farinha de mandioca<sup>55</sup>.

---

51 C. R. BOXER, op. cit., p. 10. Segundo Boxer, no início do século XVIII, cerca de 2000 imigrantes portugueses mudavam-se, cada ano, para o Brasil. Nos primeiros anos Salvador era o porto para onde a maioria se dirigia. Ver também Frédéric MAURO (coord.), *O Império Luso-brasileiro, 1620–1750*, Vol. VII in Joel Serrão e António Henrique Oliveira Marques (dirs.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1991, pp. 212–5; e A. J. R. RUSSELL-WOOD, «A emigração: fluxos e destinos» in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. III («O Brasil na balança do Império (1697–1808)»), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 158–68.

52 Segundo a *Slave Trade Database*, entre 1701 e 1710 foram desembarcados na Bahia cerca de 55 mil escravos africanos. [Consultado em 21/04/2014.] Disponível em <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>.

53 C. R. BOXER, op. cit., 1964, p. 48.

54 Mafalda P. ZEMELA, *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1951, pp. 66–71.

55 C. R. BOXER, op. cit., pp. 49–54.

Rapidamente o comércio de Salvador com as regiões auríferas torna-se num dos mais lucrativos negócios do Brasil<sup>56</sup>, mas acaba também por ter um efeito devastador para a já de si desequilibrada economia de subsistência da Bahia. A farinha era simplesmente desviada da cidade grande para os sertões onde se buscava ouro. Para se tentar impedir danos que se temia chegassem a ser catastróficos para a paz social em Salvador, procurou-se proibir, em 1702, o comércio entre a capital da América Portuguesa e as regiões das minas<sup>57</sup>. Essa medida, todavia, teve poucos resultados práticos.

A febre do ouro não se limitava a provocar uma enorme inflação dos preços de venda da farinha de mandioca. Ela estimulou também uma gigantesca emigração por parte dos moradores da Bahia em direção às minas, afetando assim de forma negativa a produção de mandioca<sup>58</sup>. Mais a sul, a notícia da descoberta do ouro produzia, aliás, os mesmos efeitos. Artur de Sá de Menezes, governador do Rio de Janeiro, queixava-se, numa carta para Lisboa, das más colheitas que se haviam verificado no ano de 1702, devido ao grande número de lavradores cariocas que tinham fugido dos seus campos preferindo tentar a sorte nas novas minas, e pedia ajuda à Bahia<sup>59</sup>.

A conjuntura internacional destes primeiros anos do século XVIII contribuía também para intensificar o problema da falta de farinha. Na Europa, iniciava-se a Guerra de Sucessão de Espanha, conflito que teria amplas repercussões no continente americano. Portugal voltava a declarar-se inimigo da vizinha Castela. A guerra alastrou ao Novo Mundo: assim, no ano de 1703, os espanhóis punham cerco à Colónia do Sacramento, o que motivou o então governador daquela praça, Sebastião da Veiga Cabral, a pedir a D. Rodrigo da Costa o envio urgente de soldados e mantimentos<sup>60</sup>. Ou seja, o deflagrar desse novo conflito fazia que tanto a Coroa como os governadores das Capitânicas do sul apelassem a Salvador para que da cidade se enviasse a indispensável farinha de guerra para as tropas que iriam combater contra os soldados espanhóis, enquanto na própria cidade da Bahia já se verificava uma grande escassez de mandioca<sup>61</sup>.

56 A. P. SOUSA, op. cit., 2012, pp. 42–3.

57 C. R. BOXER, op. cit., p. 45; e A. P. SOUSA, op. cit., pp. 42–3.

58 S. ROCHA PITA, op. cit., Livro VIII, § 111. Escreve o historiador baiano que «O ouro das Minas do Sul foy a pedra imã da gente do Brasil».

59 AHU, *Conselho Ultramarino*, Rio de Janeiro, Castro Almeida, cx. 13, docs. 2627–9 (Consulta do Conselho Ultramarino sobre a informação que enviara o Governador do Rio de Janeiro acerca da falta de mantimentos, carnes e farinhas, motivada em parte pela retirada das pessoas que iam para Minas, abandonando os trabalhos agrícolas daquela Capitania, Lisboa, 6 de março de 1703); e AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, cx. 4, doc. 387 (Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a resposta do governador-geral Rodrigo da Costa acerca do envio de trezentos soldados dos Terços da cidade da Bahia, farinha e mantimentos para o Rio de Janeiro, Lisboa, 7 de outubro de 1704).

60 S. ROCHA PITA, op. cit., Livro VIII, § 84–5 e 97.

61 A. P. SOUSA, op. cit., 2012, pp. 41–2.

## O Senado da Câmara, as vilas de baixo e o juiz do povo em ação

Como se viu, a existência de diferentes medidas de taxaço, bem como os próprios conchavos, afetavam diretamente os interesses comerciais e económicos das vilas de baixo, cujas vereações camarárias eram compostas em grande parte por pessoas ligadas ao cultivo e comércio da mandioca. A situação que prevalecia gerava um grande descontentamento e a partir de finais do século XVII intensificou-se a pressão dos representantes dessas vilas no sentido de se rever os preços até então praticados<sup>62</sup>. Em 1688, a Câmara da vila do Camamú, localidade que era a principal produtora de mandioca da região da baía de Todos-os-Santos, pediu mesmo o fim da taxaço das farinhas que eram vendidas «livremente», ou seja, as que não eram transacionadas ao abrigo dos conchavos<sup>63</sup>. As pretensões dos moradores do Recôncavo, porém, chocavam de frente face àquelas, antagónicas, que eram expressas pelo Senado da Câmara de Salvador. Preocupados antes de mais pela falta de farinha em quantidade suficiente nos mercados da cidade, a elite soteropolitana pressionava os governadores gerais do Brasil no sentido de se tomarem medidas que aumentassem a quantidade de mandioca que chegava à capital e que, sobretudo, a tornassem mais barata<sup>64</sup>.

A descoberta das minas de ouro, e a inflação que se lhe seguiu, agravou a intensidade do conflito. Porém, a atração que esses novos mercados mineiros exerceu sobre os produtores de géneros alimentares foi tão forte que o Governo-Geral do Brasil aceitou, entre março de 1698 e outubro de 1700, abolir as taxas sobre a farinha na esperança de impedir que esse género alimentar fosse desviado de Salvador para as regiões mineradoras<sup>65</sup>. A consequência foi o aumento muito significativo dos preços e o aparecimento de tumultos na cidade.

É a partir dessa data que a participação dos juizes do povo mais se faz sentir nas reuniões camarárias da Bahia. Perante a gravidade da situação, a Câmara reúne a 2 de outubro desse ano de 1700 e decide eleger dez «louvados do povo» com a incumbência de controlar todo o abastecimento da tropa e da cidade<sup>66</sup>. Três dias mais tarde, a 5 de outubro, a Câmara reunia de

---

62 Veja-se, por exemplo, a carta que os representantes dessas vilas escreveram para o rei, a 8 de outubro de 1685: AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía – Luísa da Fonseca, ex. 27, doc. 3309.

63 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luísa da Fonseca, ex. 28, docs. 3473 e 3474. Ver também F. C. T. SILVA, op. cit., p. 212.

64 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1693-1698)*, Vol. 4, pp. 50–3.

65 F. C. T. SILVA, op. cit., p. 216.

66 *Idem, Ibidem*, pp. 220–3. É de notar que o controlo do abastecimento da cidade cabia normalmente aos almotacés, que eram nomeados pelo Senado da Câmara. Os louvados do povo ficavam assim com as competências que pertenciam a esses oficiais camarários.



novo, em presença da nobreza e dos representantes do povo, e voltava a taxar o preço de venda da farinha<sup>67</sup>. Simultaneamente, voltando atrás sobre aquela que havia sido a sua posição até então, o Governo-Geral do Brasil restabelecia, a pedido do Senado da Bahia, os bandos que taxavam o preço da mandioca.

Porém, durante esse período, as reclamações das vilas de baixo não cessaram. Perante os valores que atingiam, nas regiões auríferas, o sítio de farinha, as Câmaras dessas vilas procuraram por todos os meios acabar com a obrigação que tinham de fornecer o pão de munição às tropas de Salvador por um preço, agora mais do que nunca, considerado baixo; e pediam também a abolição definitiva das taxas. Assim, no conchavo de 1702, os representantes das vilas de baixo pediam expressamente que se aumentasse o preço do sítio de farinha apresentando, para pressionar os oficiais da Câmara de Salvador, uma carta que tinham escrito ao rei, na qual reclamavam dos preços estabelecidos nos conchavos. Os procuradores dessas vilas alertavam que a aceitação do acordo daquele ano era sem prejuízo de um requerimento que haviam interposto junto do Tribunal da Relação da Bahia e do Conselho Ultramarino e que exigiriam a realização de um novo conchavo, caso o requerimento deles fosse aceite<sup>68</sup>. Isto significava que os moradores do Recôncavo haviam deixado de confiar na boa vontade do Senado da Câmara de Salvador e na imparcialidade e capacidade de arbitragem do Governo-Geral do Brasil. Na prática, eles deixavam de negociar com essas duas instâncias e recorriam agora diretamente para as justiças da Monarquia portuguesa<sup>69</sup>.

Foi neste contexto que ocorreu a reunião da Câmara da Bahia de 5 de maio de 1705. Nesse dia, Gaspar João, o juiz do povo de Salvador, levantou-se contra as medidas, a seu ver insuficientes, que se tomaram para remediar o problema da falta de alimentos na cidade, e propôs que as deliberações fossem aprovadas pela maioria dos votos dos presentes, independentemente da sua qualidade ou estatuto social. Nessa sessão da Câmara ele defendeu também que as taxas fossem fixadas a um preço «razoável», mais elevado do que aquele que era até então aplicado<sup>70</sup>. Perante os requerimentos

67 *Documentos históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara (1700-1718)*, Vol. 7, pp. 37-8 (Termo de resolução que tomou a Nobreza e Povo sobre a farinha de guerra, 5 de outubro de 1700).

68 *Ibidem*, pp. 122-3.

69 Ver *ibidem*, pp. 262-3 (Termo de vereação e assento que se fez sobre as farinhas do conchavo com os procuradores das vilas de Camamú e Cairú, 22 de dezembro de 1705).

70 Gaspar João propunha que se aumentasse o custo da farinha trazida das vilas de baixo, mas que aquela que viesse por terra e que vinha normalmente das roças dos senhores de engenho e dos plantadores de cana de Salvador continuasse a ser vendida ao mesmo preço.

e a insistência dos representantes dos mercadores e artesãos da Bahia, os vereadores tomaram então a decisão de voltar a reunir a Mesa da Vereação, no dia 7 de maio, para discutir as medidas a aplicar contra a carestia que se fazia sentir, declarando no entanto que para essa reunião apenas se convocaria os homens da governança. Ficou também decidido que o juiz do povo e demais representantes dos mesteres seriam chamados no dia seguinte para que se lhes comunicasse as resoluções tomadas na véspera e que se assentasse com eles os passos a seguir<sup>71</sup>. Ou seja, o Senado da Câmara pretendia discutir esses assuntos sem estar submetido às pressões vindas dos representantes dos grupos sociais intermediários da Bahia<sup>72</sup>.

A resolução que foi finalmente votada naquele dia 8 de maio de 1705 consistia em requerer ao governador, D. Rodrigo da Costa, que este lançasse um bando que reduzisse o número anual de embarcações autorizadas a navegar da Bahia para o Rio de Janeiro, e que se mantivesse a taxa sobre as farinhas produzidas no Recôncavo.

Os resultados decorrentes dessas várias reuniões parecem ter sido escassos. No fundo, não se tomava nenhuma medida ou iniciativa que não tivesse já sido aprovada no passado. Todavia, é na manifestação, espetacular, dos vários conflitos que opunham os diferentes grupos sociais da cidade de Salvador que reside o principal interesse destas várias sessões do Senado. A disputa em torno do provimento de Salvador em farinha de pau, como era também conhecida, opunha a cidade às vilas de baixo, e revelava ainda os conflitos internos na própria sociedade soteropolitana, entre os homens da governança e os grupos sociais intermediários da capital brasileira<sup>73</sup>.

Ilustra-o perfeitamente a vigilância que os juízes do povo passaram a exercer sobre o Senado da Câmara nas questões relacionadas com o abastecimento da cidade. Por exemplo, a 6 de fevereiro de 1706, o mesmo Gaspar

---

71 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Atas da Câmara*, Vol. 7, pp. 236–8.

72 Através dessa medida, o Senado da Câmara procurava também manifestar simbolicamente a hierarquia tradicional que vigorava na cidade de Salvador e reafirmar a preeminência política da Mesa da Vereação sobre os representantes dos mesteres. Ver T. KRAUSE, op. cit., p. 218. Refira-se que a própria Câmara de Lisboa, em certas ocasiões, recorreu a providências semelhantes para melhor marcar a sua superioridade sobre a Casa dos Vinte e Quatro. Ver Glaydson Gonçalves MATTA, *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*, tese de mestrado em História Social, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011, pp. 47–50.

73 Refira-se que esses conflitos entre representantes dos mesteres e detentores de cargos concehidos não eram exclusivos de Salvador e ocorriam com frequência, e com uma intensidade muitas vezes maior, noutras Câmaras da monarquia portuguesa, como, por exemplo, em Lisboa. Ver G. G. MATTA, op. cit., pp. 23–35 e pp. 45–61.

João denunciava o facto de se encontrar na praia de Salvador várias sumacas carregando o azeite e a farinha de trigo, que tinham chegado de Portugal, para o Rio de Janeiro<sup>74</sup>. E, em junho desse ano, o mesmo juiz denunciava o facto de se estar a embarcar também sal para o Sul do Brasil<sup>75</sup>. O que se verificava assim era a participação, invocando o «bem comum» da cidade, do juiz do povo, representante de grupos sociais que não pertenciam à elite dos chamados homens da governança, em assuntos que não eram considerados da sua jurisdição. A invocação do bem comum permitia assim ao juiz do povo, e aos que o apoiavam, amenizar o carácter transgressor da atitude desafiadora que tomavam.

Os homens da governança de Salvador, porém, não viam com bons olhos a participação ativa dos representantes dos mesteres na vida política da cidade. A descrição que Sebastião da Rocha Pita, que exercera por várias vezes a função de vereador no Senado da Bahia, fez dos tumultos de outubro de 1711 e a forma como ele caracterizou a atuação do juiz do povo revelam uma evidente hostilidade para com os que participaram do levantamento popular<sup>76</sup>. A opinião de Rocha Pita era conforme à da elite baiana, para quem se assistia efetivamente a uma intromissão do juiz do povo em esferas que não eram da jurisdição dele.

Todavia, as circunstâncias em que se desenrolava esse combate político eram desfavoráveis aos homens da governança, devido precisamente à real escassez da cidade em farinha e à incapacidade que a Câmara havia demonstrado em resolver esse problema. Essa situação colocava a elite soteropolitana numa posição de relativa fraqueza e fornecia, pelo contrário, uma oportunidade para o juiz do povo da cidade obter um maior protagonismo político. Perante essa realidade, a reação do Senado baiano consistiu então em temporizar e em escudar-se por detrás da autoridade do rei para justificar a recusa em aceitar as recomendações que lhe eram feitas.

Assim, por exemplo, a 12 de junho de 1706, por ocasião do requerimento de Gaspar João para que fosse deferido o seu pedido para se proibir a saída de azeite para o Rio de Janeiro, os vereadores declaravam que essa proibição apenas poderia ser realizada na forma ordenada pelo rei, a qual previa que não houvesse restrições ao envio de azeite para as partes aonde não chegavam os

74 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara (1700-1718)*, Vol. 7, p. 272 (Termo de vereação e resolução que se tomou sobre se arrematar a balança da praia e eleição do almotaçé da limpeza, 6 de fevereiro de 1706).

75 *Ibidem*, pp. 288-9 (Termo da Vereação e requerimento do juiz do povo sobre se impedir o sal e azeite doce que vai para o Rio de Janeiro por negócio, e o mesmo requerimento fez o procurador do Senado, 5 de junho de 1706).

76 Gente vil», «turba» são alguns dos epítetos que o historiador atribui ao povo da Bahia. Quanto ao modo de proceder dos revoltosos, é descrito como furioso e insolente. Ver S. da ROCHA PITA, op. cit., Livro IX, § 99-106.

navios de Portugal<sup>77</sup>. O respeito pelo formalismo jurídico evidenciado pelo Senado da Câmara servia de pretexto para se recusar a aceitar o pedido do juiz do povo. Defendia-se assim a ideia de que a Câmara da Bahia era, na América Portuguesa, a garante da legalidade e da obediência às ordens reais, uma forma também de reforçar o prestígio da elite soteropolitana junto das outras instâncias de poder do Brasil. Embora pretendesse frequentemente defender os interesses e representar as várias cidades e vilas brasileiras junto da Corte<sup>78</sup>, naquelas circunstâncias e perante as pretensões quer do juiz do povo, quer das vilas de baixo, a Câmara da Bahia reclamava para si a autoridade e o prestígio do monarca.

Um dado novo vai alterar a situação. Entre 1706 e 1708, o requerimento apresentado pelos representantes das vilas de baixo é aceite e deferido pela Casa da Suplicação<sup>79</sup>, fazendo que os preços pelos quais se vendia a farinha de mandioca em Salvador fossem liberalizados<sup>80</sup>. Em carta de 5 de agosto de 1708, os oficiais da Câmara da Bahia escreviam ao rei para dar conta, uma vez mais, do «excesso» dos moradores das vilas de Camamú, Cairú e Boipeba desde que alcançaram sentença que os isentava da obrigação de cumprir os conchavos. Os produtores de mandioca vendiam agora o sírio, queixavam-se os oficiais da Câmara, a 960 réis, um valor que, segundo eles, os soldados da guarnição da Bahia não poderiam pagar. A Câmara soteropolitana escrevia então a D. João V para que o monarca impusesse um preço certo e «racional» à farinha<sup>81</sup>. As vilas de baixo, que tanto tinham reclamado a liberdade de poder vender a mandioca sem bandos nem taxas, pareciam ter levado a melhor na contenda que as opunha ao Senado da Câmara de Salvador, apoiando-se nos tribunais da Coroa portuguesa<sup>82</sup>. Tratava-se de um sério revés para quem, como a Câmara da Bahia, pretendia representar o próprio monarca no Brasil.

---

77 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara (1700-1718)*, Vol. 7, p. 290 (Termo de vercação e resolução que se tomou sobre a vistoria que se fez a requerimento do juiz do povo no cuberto que chamam do Cais do Sodré, 12 de junho de 1706).

78 Pedro CARDIM, «The Representatives of Asian and American Cities at the Cortes of Portugal», in Pedro CARDIM et al. (eds.), *Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony?*, Eastbourne, Sussex Academic Press, 2012, pp. 43–53.

79 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado*, Vol. 6, pp. 16–8 (Registro da carta que se escreveu ao procurador na cidade de Lisboa, o senhor sargento mor Manuel da Silveira de Magalhães, 20 de novembro de 1711).

80 Até ao momento não me foi possível confirmar a data em que foi pronunciada a sentença que dava satisfação ao pedido das vilas de baixo.

81 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Cx. 6, doc. 535 (Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que informam os oficiais da Câmara da Bahia acerca de se impor um preço certo para a farinha produzida nas vilas de Camamu, Cairú e Boipeba, Lisboa, 6 de novembro de 1710).

82 Após consulta do Conselho Ultramarino, que emitiu um parecer desfavorável às pretensões do Senado de Salvador, o monarca, a 14 de novembro de 1710, confirmava a ordem para se não realizarem mais os conchavos e proibia também que a farinha de mandioca se vendesse, na Bahia, por um «preço certo»: AHU, *Conselho Ultramarino*, Consultas da Bahia, Cód. 253 [*Registo de consultas acerca de assuntos referentes ao Estado do Brasil e nomeadamente à capitania da Baía. 1704–1725*] (Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem os oficiais da Câmara da Baía acerca de se impor um preço certo e racional aos sírios da farinha, Lisboa, 14 de novembro de 1710, fls. 33v–34).

As consequências políticas desta nova situação tão pouco se fizeram esperar. Com os preços do alimento de base da colônia a atingirem máximos elevadíssimos, a agitação social dentro da Bahia voltava a fazer-se sentir. É nesta conjuntura que se dão os motins do dia 19 de outubro de 1711, nos quais se destaca o papel desempenhado pelo juiz do povo e mestres de Salvador<sup>83</sup>. Embora o preço do sítio de farinha não fosse o único motivo de descontentamento da população da cidade, é, no entanto, evidente que o modesto pão de São Tomé, ou a falta dele, estava também na origem daqueles acontecimentos que sacudiam a poderosa e próspera cidade da Bahia.

### **Caracterização e interpretação de um conflito**

Mas o que nos dizem estes conflitos sobre a vida política na colônia e sobre a forma como se relacionavam as instâncias de poder «brasileiras» entre elas e com a Coroa?

A cidade de Salvador assumiu naquele período um estatuto que a colocava acima de qualquer outra cidade brasileira<sup>84</sup>. As outras vilas e povoações da Capitania da Bahia, em particular, ficavam-lhe em posição subalterna. Por exemplo, cabia ao Senado de Salvador a fixação dos valores e a cobrança dos impostos e donativos régios das outras vilas do Recôncavo<sup>85</sup>. No caso dos conchavos, a autoridade da cidade da Bahia estendia-se até às localidades de outras capitanias, nomeadamente a de Ilhéus<sup>86</sup>. Essa superioridade política de Salvador permitia-lhe dispor de uma força notável sempre que chamada a negociar com as outras Câmaras da colônia americana. A forma como o Senado soteropolitano impunha os seus interesses nos conchavos constitui um excelente exemplo dessa realidade<sup>87</sup>.

Não foi apenas contra as modestas vilas de baixo que a Câmara de Salvador procurou impor os seus pontos de vista. Durante este período ela entrou também em conflito com as capitanias do Sul do Brasil, em particular com a do Rio de Janeiro. Essa oposição atingiu o seu auge no período de 1703–1706, quando as atas das sessões do Senado da Bahia registam vários requerimentos

83 S. da ROCHA PITA, op. cit., Livro 9, § 99–105.

84 T. KRAUSE, op. cit., pp. 219–20.

85 A. P. SOUSA, op. cit., p. 60. Era o caso em particular do donativo da paz de Holanda.

86 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luísa da Fonseca, cx. 27, doc. 3309.

87 Veja-se, por exemplo, o conchavo realizado a 22 de dezembro de 1705, em que a gente da governança de Salvador consegue manter o preço do sítio de farinha inalterado, isso apesar de já se saber que as Câmaras do Recôncavo haviam apelado para os tribunais do Reino. Muito significativamente, as autoridades soteropolitanas recusaram negociar com as vilas de baixo e fazer-lhes qualquer tipo de cedência. Ver *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Atas da Câmara*, Vol. 7, pp. 262–3.

solicitando a proibição de se levar as farinhas e outros produtos alimentares para fora da cidade. Incitado pela Câmara de Salvador, o governador, D. Rodrigo da Costa, exigiu mesmo que essas capitânias aplicassem com rigor o alvará régio que mandava plantar as quinhentas covas de mandioca por cada escravo de serviço<sup>88</sup>.

Esta situação põe em relevo outro aspeto marcante da vida política brasileira daquele período: a estreita sintonia entre a Câmara soteropolitana e o Governo-Geral do Brasil, particularmente evidente nas questões relacionadas com o provimento da cidade<sup>89</sup>. Essa proximidade de pontos de vista era já denunciada, em 1685, pelos representantes das vilas de baixo que se queixavam ao rei da «injustiça, Rigor e exorbitância» com que o Senado de Salvador, «amparado dos Governadores geraes», as deixava avexadas e apertadas com o sustento da farinha para o presídio da cidade<sup>90</sup>. Convém aqui lembrar que os bandos, lançados pelo Governo-Geral, ou as taxas que se aplicavam sobre o preço de venda da mandioca, eram frequentemente aplicados a pedido dos homens da governança da Câmara de Salvador, que conseguiam assim impor os seus interesses junto dos agentes nomeados pela Coroa.

Esta sintonia entre os dirigentes concelhios da Bahia e os governadores-gerais do Brasil não era invulgar. Como lembra A. J. R. Russel-Wood, os oficiais da Coroa agiram muitas vezes como se fossem procuradores dos moradores da colónia<sup>91</sup>. A distância que separava Portugal do Brasil enfraquecia a capacidade de atuação e a autoridade dos governadores. Havia ainda outro fator que dava às autoridades camarárias uma força notável: a permanência de um

---

88 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, cx. 4, doc. 387. Ver também SILVA, op. cit., pp. 231–2.

89 Essa sintonia fica particularmente ilustrada pela resposta que D. Rodrigo da Costa deu às alegações das três vilas de Camamú, Cairú e Boipeba, que se tinham queixado do preço, demasiado baixo a seu ver, da farinha vendida ao abrigo dos conchavos. Ver AHU, *Conselho Ultramarino*, Consultas da Bahia, Cód. 253 (Consulta do Conselho Ultramarino sobre a resposta do Governador e Capitão general do estado do Brasil à ordem que teve para informar sobre o papel que fez o procurador das vilas de Cairú, Camamú e Boipeba acerca da farinha do conchavo, Lisboa, 6 de outubro de 1704, fls. 1v–2).

90 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luisa da Fonseca, Cx. 27, doc. 3309. Ênfase nossa. O facto do cargo de governador geral ser fundamentalmente de natureza militar explica também a razão pela qual o correto provimento da infantaria de Salvador em farinha de mandioca era uma das principais preocupações dos que desempenhavam essa função. Essa realidade fica bem patente, por exemplo, na carta, escrita a 15 de junho de 1678, do governador Roque da Costa Barreto para a vila do Cairú: *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Vol. IX, p. 71 (Carta para os officiaes da Camara da Villa do Cairú sobre remetterem as farinhas que a mesma Villa é obrigada a dar). Sobre o perfil militar dos governadores gerais do Brasil no período considerado, poder-se-á consultar o artigo de Francisco Carlos COSENTINO, «Governadores gerais do estado do Brasil pós Restauração. Guerra e carreira militar», in *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, n.º 48, jul.–dez. de 2012, pp. 725–53.

91 A. J. R. RUSSEL-WOOD, «Centro e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808», *Revista brasileira de História*, 1998, vol. 18, n.º 36, pp. 187–250.

grupo restrito de pessoas e de famílias à frente dos concelhos<sup>92</sup>. Já os governadores-gerais eram nomeados por períodos de três anos apenas<sup>93</sup>. Obrigados a lidar com agentes políticos estabelecidos localmente, e dispendo de meios insuficientes para conseguirem impor as ordens que recebiam de Lisboa, os governadores-gerais viam-se obrigados a negociar com as Câmaras municipais as medidas a aplicar. A administração do Brasil era assim um assunto que os agentes da Coroa partilhavam com as diferentes elites locais, em particular com a mais poderosa de entre elas: os homens da governança de Salvador da Bahia.

Essa realidade dava à Câmara soteropolitana um papel político de destaque e permitia-lhe agir como uma instância de intermediação entre a Coroa e os demais concelhos do Brasil<sup>94</sup>. O Senado baiano era assim um canal através do qual o Conselho Ultramarino obtinha informações sobre a vida local na colônia ou sobre a atuação dos agentes régios no cumprimento das ordens que recebiam de Lisboa. Isto significava também que a participação da Câmara de Salvador era indispensável ao monarca português para que o domínio que ele exercia no Brasil não fosse simplesmente de caráter eminente<sup>95</sup>.

Em troca, a Câmara de Salvador ficava com algumas prerrogativas, tacitamente admitidas e reconhecidas, que lhe garantiam uma capacidade de negociação superior às dos demais concelhos brasileiros. O provimento da cidade de Salvador em farinha ilustra perfeitamente essa realidade. Como vimos, o Senado soteropolitano tratou sempre as outras localidades e Câmaras do Recôncavo como subalternas. Procurou sempre tirar partido da sua posição de intermediário privilegiado do rei no Brasil para reforçar o seu ponto de vista e impor os seus interesses. Denunciou, no Conselho Ultramarino, aquilo que, segundo ele, era a ilegítima ambição das vilas de baixo e pressionou os

---

92 Maria Fernanda BICALHO, «As Câmaras Municipais no Império Português. O Exemplo do Rio de Janeiro», *Revista brasileira de História*, 1998, Vol. 18, n.º 36, pp. 251–80.

93 Sobre o perfil sociológico e político dos governadores gerais do Brasil, bem como o progressivo processo de maior centralização do poder régio no governo das conquistas ultramarinas, ao longo do século XVIII, ver Mafalda Soares da CUNHA e Nuno Gonçalo MONTEIRO, «Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII» in Nuno Monteiro, Mafalda Soares da Cunha e Pedro Cardim (eds.), *Optima pars. «Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime»*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005, pp. 191–252.

94 Deve-se no entanto realçar que a relutância, para não dizer mesmo a total oposição, da Câmara da Bahia ao envio de alimentos para o Rio de Janeiro e para a Colônia do Sacramento revela uma significativa ausência de uma visão global do Brasil como território conectado por laços de solidariedade, além de evidenciar também a falta de um sentimento de pertença a um espaço político comum «brasileiro».

95 J. R. MAGALHÃES, op. cit., 2011, p. 75. Ver também João FRAGOSO, «Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio», *História*, São Paulo, Vol. 31, n.º 2, jul.–dez. de 2012, pp. 106–45.

governadores-gerais, que eram representantes do monarca no Brasil<sup>96</sup>, para que estes publicassem bandos e aplicassem as taxas que a gente da governança de Salvador entendia serem as mais benéficas para o «bem comum» da cidade e da própria América Portuguesa.

O grau notável de capacidade de negociação política que o Senado da Bahia demonstrava não significava, porém, que a Coroa estivesse desprovida da possibilidade de tomar iniciativas e, também ela, de tirar proveito das circunstâncias para fazer valer os seus interesses nas suas «conquistas americanas». Os tribunais régios perceberam que os vários conflitos que opunham as Câmaras do Recôncavo ao Senado soteropolitano ofereciam uma oportunidade para a Coroa poder intrometer-se de forma mais participativa na vida política local. Esses tribunais, e em particular o Conselho Ultramarino, foram as instâncias a que recorreram os homens da governança das várias povoações baianas para resolverem, a seu favor, as disputas que mantinham com os seus vizinhos. As consultas que examinaram os vários requerimentos apresentados permitem-nos ler numerosos pareceres que não eram favoráveis à Câmara de Salvador. Reconhecia-se, em Lisboa, que a influência do Senado baiano era excessiva e, nalguns casos, prejudicial aos interesses das outras vilas e da própria Coroa. Assim, em janeiro de 1689, uma consulta do Conselho Ultramarino afirmava que se os senhores de engenho de Salvador não queriam que o preço do açúcar fosse taxado, tampouco poderiam eles defender a existência dessas mesmas taxas sobre a farinha de mandioca<sup>97</sup>. O facto de, a partir do ano de 1696, a Coroa ter passado a nomear juízes de fora para presidir à Câmara da Bahia revela também uma maior capacidade de acompanhamento da vida política local e uma maior presença, ainda que indireta, do rei na cidade capital da «Província de Santa Cruz».

Todavia, era nos assuntos que diziam respeito ao provimento dos soldados portugueses no Brasil que os interesses da Câmara soteropolitana e os do monarca divergiam mais. Cabia à cidade de Salvador sustentar as guarnições sediadas nela, o que levou frequentemente o Senado a pedir que as tropas despachadas para a América Portuguesa não superassem um determinado número, mesmo que isso significasse uma menor capacidade militar<sup>98</sup>. O conflito tornou-se ainda mais visível com o cerco que os espanhóis puseram à Colónia do Sacramento. O monarca português insistia junto do Governo-

---

96 Ver Pedro CARDIM e Susana Münch MIRANDA, «Virreyes y gobernadores de las posesiones portuguesas en el Atlántico y en el Índico (siglos XVI–XVII)» in Pedro Cardim e Joan-Lluís Palos (eds.), *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*, Madrid, Iberoamericana-Vervuert, 2012, pp. 175–202.

97 AHU, *Conselho Ultramarino*, Baía, Luisa da Fonseca, Cx. 28, docs. 3473 e 3474.

98 *Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado*, Vol. 5, pp. 9–10.



-Geral do Brasil para que se enviassem farinhas e mantimentos para o Rio da Prata, ao passo que as autoridades de Salvador pressionavam D. Rodrigo da Costa para que este não deixasse sair a mandioca do porto da Bahia.

Assim, nem sempre a Câmara soteropolitana e a Coroa estiveram do mesmo lado e seria errado ver o Senado de Salvador como uma mera correia de transmissão das ordens vindas de Lisboa. Tampouco a autonomia efetiva de que dispunha a Câmara da maior cidade do Brasil significava que o rei e os seus agentes não tivessem meios que lhes permitissem influir nos processos políticos locais na colónia. Na realidade, o monarca, neste período, desempenhou uma função arbitral, procurando equilibrar os interesses opostos dos vários agentes e grupos políticos em presença. A atuação dos órgãos centrais da monarquia obedeceu então a uma lógica oportunista, já que a intervenção da Coroa fez-se principalmente em função das circunstâncias. Esse é o motivo pelo qual os requerimentos das vilas de baixo eram recebidos e analisados atentamente pelo Conselho Ultramarino. Isto significava que os agentes da Coroa, sempre que podiam, procuravam tirar partido das querelas entre as várias instâncias de jurisdição para assim aumentar a capacidade de intervenção do monarca nos assuntos internos da colónia, aproveitando precisamente o facto de os tribunais régios servirem como palco de apelação para esses conflitos. Assim, não se tratava tanto de procurar reduzir a autonomia das Câmaras, mas sim de garantir ao rei uma função arbitral a partir da qual ele podia simultaneamente vigiar os agentes políticos americanos e aumentar a sua capacidade de intervenção no Brasil<sup>99</sup>.

As dificuldades no abastecimento da cidade de Salvador em farinha de mandioca permitem-nos também apreender outra realidade: a dos conflitos internos à própria cidade da Bahia. O deficiente provimento da cidade, entre outros, ofereceu aos juizes do povo a oportunidade para desempenharem um papel particularmente ativo na vida política interna de Salvador. São eles que, por exemplo, pressionam a Mesa da Vereação da Câmara para que esta peça aos governadores gerais que lancem bandos que impeçam a saída de alimentos da cidade. As iniciativas que os juizes do povo tomam acabam assim por provocar um profundo descontentamento junto dos homens da governança, para quem os representantes dos mesteres usurpavam uma jurisdição que não lhes pertencia. Para a elite baiana, a intromissão desses magistrados em assuntos que não lhes diziam respeito constituía um desafio à sua autoridade e colocava em causa não apenas o poder e a influência que até então tinham

---

<sup>99</sup> Sobre a noção de poder arbitral, ver António HESPAÑA, *As vésperas do Leviathan*, Coimbra, Almedina, 1994, pp. 494-8.

usufruído, mas também o próprio ordenamento estamental tradicional. Aqui também, verificava-se um braço de ferro entre a gente da governança soteropolitana e, desta vez, agentes internos à própria cidade. O conflito torna-se tão intenso, que, a 15 de fevereiro de 1710, o Senado decide mesmo impedir o juiz do povo de assistir às vereações da Câmara, por entender que a presença desse magistrado punha em causa os «segredos» que apenas deviam ser ouvidos pelos vereadores<sup>100</sup>. A destacada atuação desse mesmo juiz nos motins antifiscais de outubro de 1711 manifestava de forma ainda mais clara a ameaça que a contestação efetuada pelo representante dos mesteres colocava aos tradicionais detentores do poder na cidade de Salvador. É, portanto, à luz destes acontecimentos que se deve analisar a decisão régia de extinguir, a pedido do Senado da Câmara da Bahia, no dia 25 de fevereiro de 1713, o cargo de juiz do povo<sup>101</sup>.

Embora as primeiras descrições do Brasil feitas pelos europeus tivessem quase todas realçado a fertilidade da terra recém-descoberta, a realidade que se verificava em finais do século xvii era a de uma verdadeira e recorrente insegurança alimentar. A fome era um cenário comum, e, no início de Setecentos, o provimento da cidade de Salvador em farinha de mandioca tinha-se tornado num dos assuntos políticos mais sensíveis da América Portuguesa. A escassez desse género alimentar despertava disputas políticas que, por um lado, opunham a Câmara da Bahia às vilas de baixo e, por outro, colocavam frente a frente a elite soteropolitana e mesteres e grupos intermediários dessa mesma cidade. Nesses conflitos, os tribunais régios foram chamados a intervir em alguma frequência, assumindo um papel de corte de apelação, o que permitiu à Coroa desempenhar uma função arbitral da qual procurou retirar vários benefícios. O estudo das lutas travadas por causa da falta do pão de São Tomé constitui, assim, um ótimo ponto de partida para a observação e análise das relações entre Portugal e as suas colónias brasileiras, revelando tanto a real e ampla autonomia das instâncias de poder americanas quanto a capacidade que a Coroa portuguesa demonstrou, nesse período, para se envolver mais diretamente no governo do Brasil.

---

100 A. RUY, op. cit., p. 181.

101 *Idem, ibidem*, p. 183.

**Fontes Manuscritas**

## ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU]

*Conselho Ultramarino*, Avulsos, Baía, Caixas 3–4–6, Lisboa; Luísa da Fonseca, Caixas 27 e 28, Lisboa; Rio de Janeiro, Castro Almeida, Caixa 13, Lisboa.

*Conselho Ultramarino*, Registo de consultas da Bahia, códs. 252 e 253, Lisboa.

## ARQUIVO MUNICIPAL DE SALVADOR [AMS]

*Cartas do Senado aos governadores das vilas da capitania (1686–1805)*, Salvador da Baía.

**Fontes Impressas e Bibliografia**

BICALHO, Maria Fernanda, «As Câmaras Municipais no Império Português. O Exemplo do Rio de Janeiro», *Revista brasileira de História*, 1998, vol. 18, n.º 36, pp. 251–80.

BICALHO, Maria Fernanda, «As câmaras ultramarinas e o governo do Império» in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI–XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 189–221.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez & Latino*, Vol. 8, Lisboa, na oficina de Pascoal da Silva, 1721.

BOXER, Charles Ralph, *The Golden Age of Brazil, 1695–1750. Growing Pains of a Colonial Society*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1964.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogo das Grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943.

CARDIM, Pedro, «The Representatives of Asian and American Cities at the Cortes of Portugal» in Pedro Cardim *et al.* (eds.), *Polycentric Monarchies: How Did Early Modern Spain and Portugal Achieve and Maintain a Global Hegemony?*, Eastbourne, Sussex Academic Press, 2012, pp. 43–53.

CARDIM, Pedro e MIRANDA, Susana Münch, «Virreyes y gobernadores de las posesiones portuguesas en el Atlántico y en el Índico (siglos XVI–XVIII)» in Pedro Cardim e Joan-Lluís Palos (eds.), *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*, Madrid, Iberoamericana-Vervuert, 2012, pp. 175–202.

COSENTINO, Francisco Carlos, «Governadores gerais do estado do Brasil pós Restauração. Guerra e carreira militar» in *Varia História*, Belo Horizonte, Vol. 28, n.º 48, jul.–dez. de 2012, pp. 725–53.

CUNHA Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII» in Nuno Monteiro, Mafalda Soares da Cunha e Pedro Cardim (eds.), *Optima pars. «Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime»*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005, pp. 191–252.

*Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1663–1685. Correspondência do vice-rei, conde de Óbidos; dos governadores geraes; e da junta trina*, Volume IX, Rio de Janeiro, Augusto Porto e Cia, 1929.

*Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Correspondência dos governadores gerais. 1704–1714*, Volume XL, Rio de Janeiro, Typographia Baptista de Souza, 1938.

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1684–1700*, Vol. 6, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, [s.d.].

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Atas da Câmara, 1700–1718*, Vol. 7, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador, 1984.

- Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1684–1692)*, Vol. 3, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador da Bahia, 1953.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1693–1698)*, Vol. 4, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador da Bahia, 1959.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1699–1710)*, Vol. 5, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador da Bahia, 1962.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal, Cartas do Senado (1710–1730)*, Vol. 6, Salvador, Prefeitura do Município de Salvador da Bahia, 1973.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto, *A Dessacralização do Pão (políticas de abastecimento no Antigo Regime: do concelho ao Estado iluminista)*, Porto, Campo das Letras, 1995.
- FRAGOSO, João, «Modelos explicativos da chamada *economia colonial* e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio», *História*, São Paulo, Vol. 31, n.º 2, jul.–dez. de 2012), pp. 106–45.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de, *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, Lisboa, na oficina de António Gonçalves, 1576.
- HESPAÑA, António Manuel, *As Vésperas do Leviathan*, Coimbra, Almedina, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Visões do Paraíso. Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- KRAUSE, Thiago, «De homens da governança à primeira nobreza: vocabulário social e transformações estamentais na Bahia seiscentista», *Revista de História*, São Paulo, n.º 170, jan.–jun. de 2014), pp. 201–32.
- LENK, Wolfgang, *Guerra e pacto colonial: exército, fiscalidade e administração colonial da Bahia (1624–1654)*, tese de doutoramento em Desenvolvimento Económico, Campinas, UNICAMP, 2009.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve económico, 1600–1773*, Lisboa, Estampa, 1988.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, «A forte presença dos mesteres» in José Mattoso (dir.) e Joaquim Romero Magalhães (coord.), *História de Portugal*, Vol. III («No alvorecer da modernidade (1480–1620)»), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 311–3.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Concelhos e organização municipal na Época Moderna. Miuças I*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- MATTA, Glaydson Gonçalves, *Tradição e modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*, tese de mestrado em História Social, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- MAURO, Frédéric (coord.), *O Império Luso-brasileiro, 1620–1750*, Vol. VII in Joel Serrão e António Henrique Oliveira Marques, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1991.
- MELO, Evaldo Cabral de, «Nas fronteiras do paladar (3)» in *Um Imenso Portugal: história e historiografia*, São Paulo, Editora 34, 2002.
- MONTOYA, Antonio Ruíz de, *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape*, Madrid, en la Imprenta del Reyno, 1639.
- NETTEL, Patricia, *El precio justo o las desaventuras de un confesor en el siglo XVI*, México, UAM-Xochimilco, 1997.
- NÓBREGA, Manuel da, *Cartas do Brasil e mais escritas. Opera omnia*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955.

- PUNTONI, Pedro, *O Estado do Brasil, poder e política na Bahia colonial (1548–1700)*, São Paulo, tese de livre docência em História do Brasil colonial, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ROCHA PITA, Sebastião da, *Historia da América Portuguesa*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1880.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R., «A emigração: fluxos e destinos» in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. III («O Brasil na balança do Império (1697–1808)»), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 158–68.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R., «Centro e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500–1808», *Revista brasileira de História*, Vol. 18, n.º 36, 1998, pp. 187–250.
- RUY, Affonso, *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*, [2.ª ed.], Salvador, Câmara Municipal de Salvador, 1996.
- SALVADOR, frei Vicente do, *Historia do Brazil*, edição de Maria Lêda Oliveira, Rio de Janeiro – São Paulo, Versal – Odebrecht, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society. Bahia, 1550–1835*, New York, Cambridge University Press, 1985.
- SCHWARTZ, Stuart, *Slaves Peasants, and Rebels: Reconsidering Brazilian Slavery*, Chicago, University of Illinois, 1992.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira, *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680–1790)*, tese de doutoramento em História, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990.
- SILVEIRA, Simão Estácio da, *Relação sumária das cousas do Maranhão*, Lisboa, por Geraldo da Vinha, 1624.
- SOUSA, Avanete Pereira, «Poder local, crises de subsistência e autonomia camarária», *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, ANPUH, 2011, pp. 1–10.
- SOUSA, Avanete Pereira, *A Bahia no século XVIII. Poder político local e atividades econômicas*, São Paulo, Alameda, 2012.
- SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brazil*, edição de Francisco Adolfo Varnhagen, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1851.
- SOUZA, Evergton Sales, «Entre vênias e velas: disputa política e construção da memória do padroeiro de Salvador (1686–1760)», *Revista de História*, 162, 2010, pp. 131–50.
- TECHO, Nicolás del, *Historia Provinciae Paraquariae Societatis Jesu*, Liège, ex officina J. M. Hovii, 1673.
- THEVET, André, *Les singularités de la France Antarctique*, Paris, Chandeigne, 2011 [1557].
- THOMAZ, Luís Filipe, «A lenda de São Tomé Apóstolo e a expansão portuguesa», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, Tomo 3, 1991, pp. 349–418.
- VASCONCELOS, Simão de, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo*, Lisboa, na oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663.
- VORAGINE, Jacques de, *La Légende dorée*, Première Partie, Paris, Édouard Rouveyre, 1902.
- ZEMELA, Mafalda P., *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1951.

# La cosmografía ibérica en la Edad Moderna. Un análisis a partir del *Regimento do Cosmógrafo-Mor* (1592)\*

Antonio Sánchez\*\*

*Anais de História de Além-Mar XV* (2014): 429-459. ISSN 0874-9671

## Resumo

A partir da análise do *Regimento do Cosmógrafo-Mor* (1592), discute-se o papel desempenhado pelos processos de normalização na definição das práticas náuticas e cosmográficas em Portugal durante o período da Expansão. O objectivo do artigo é, por um lado, estudar a repercussão desses processos de padronização no desenvolvimento científico e técnico do Império Português e, por outro, compreender esse Império como um sistema político baseado num conjunto de normas que também afectaram a cosmografia. Pretende-se demonstrar que as características de um quadro normativo como o *Regimento* se ajustavam às necessidades organizacionais de um sistema imperial e durável, como o português; e um império global necessitava de sistemas de funcionamento regulados para o seu desenvolvimento e manutenção.

**Palavras-chave:** Armazéns da Guiné e Índia, cartografia, controlo da longa distância, expansão marítima, navegação, Portugal.

## Abstract

By analysing the *Regimento do Cosmógrafo-Mor*, this paper considers the role played by the processes of standardization and normalization in the configuration of the nautical and cosmographical practices in Portugal during the European Expansion. This paper has a double purpose: to study these processes of normalization as elements linked to the techno-scientific development of the Portuguese Empire, and to understand the Portuguese Empire as a political system sustained by a set of normative measures that also affects cosmography. The characteristics of a normative model as the *Regimento* are adapted to the organizational needs of an imperial system as lasting as the Portuguese case, and the establishment and management of a global empire requires standardized and regulated systems.

**Keywords:** *Armazéns da Guiné e Índia*, cartography, long-distance control, maritime expansion, navigation, Portugal.

\* Este artículo ha sido posible gracias a una beca postdoctoral (FCT SFRH/BPD/71628/2010) financiada por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia del Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, y se inserta en el marco del proyecto de investigación *Culturas materiales, culturas epistémicas. Estándares, prácticas cognitivas y conocimiento* dirigido por Jesús Vega en la Universidad Autónoma de Madrid y financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad del Gobierno de España. Agradezco igualmente a Henrique Leitão sus comentarios sobre las versiones preliminares de este texto, así como a los dos árbitros anónimos por sus oportunas anotaciones. Quiero también expresar aquí mi agradecimiento al Museo de Marina de Lisboa, y especialmente a António Costa Canas, su director, quien me proporcionó algunas de las figuras que aparecen en este artículo. Partes del presente trabajo fueron presentadas previamente en el *24th International Congress of History of Science, Technology and Medicine* celebrado en Manchester entre el 21 y el 28 de julio de 2013, «The Standardization of the Portuguese Cosmography in the Sixteenth-Century: the *Regimento do Cosmógrafo-Mor* (1592), the *padrões d'el-Rei* and the figure of *Cosmógrafo-Mor*»; y en el *6th International Conference of European Society for the History of Science — Communicating Science, Technology and Medicine* celebrado en Lisboa entre el 4 y el 6 de septiembre de 2014, «Science by Regiment: Portuguese cosmographical practices in the sixteenth and seventeenth centuries».

\*\* Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT), Universidade de Lisboa. E-mail: antosanmar@gmail.com

## **La cosmografía ibérica en la Edad Moderna. Un análisis a partir del *Regimento do Cosmógrafo-Mor (1592)***

Antonio Sánchez

### **Introducción**

El mundo ibérico experimentó rápidas y grandes transformaciones a lo largo de los siglos XV y XVI como consecuencia de los complejos eventos asociados a los descubrimientos geográficos y la expansión ultramarina. El inicio de viajes oceánicos de larga distancia, la llegada a tierras lejanas y desconocidas, el establecimiento de redes comerciales por todo el mundo, la entrada masiva de nueva información en Europa por los puertos de Lisboa y Sevilla sobre escenarios naturales completamente nuevos y los rápidos procesos de colonización alteraron radicalmente el funcionamiento de las sociedades portuguesa y española, y también europeas. En el transcurso de pocas décadas, Portugal y España pasaron de vivir bajo sistemas políticos feudales de carácter local a gobernar vastos imperios transoceánicos de dimensiones globales. Este nuevo escenario político, económico y social también provocó necesariamente fuertes transformaciones en el ámbito de la ciencia y la tecnología, especialmente en el mundo de la cultura marítima, la historia natural y la cosmografía.

Este nuevo escenario fue un campo extraordinariamente fértil para la aparición de nuevos espacios de conocimiento que posibilitaron la emergencia de nuevos contextos sociales donde grupos y comunidades de artesanos —pilotos, cartógrafos, naturalistas y constructores de instrumentos— y de eruditos —cosmógrafos, astrónomos y humanistas— interactuaron los unos con los otros<sup>1</sup>. La rica interacción entre ellos provocó profundos cambios y generó una nueva «cultura epistémica» gobernada por nuevos criterios y mecanismos de adquisición, organización, gestión y distribución de conocimiento<sup>2</sup>. Esta nueva cultura representaba una importante alteración en relación a la cultura artesanal tradicional, tanto en lo que se refiere a la escala como al coste de los esfuerzos invertidos.

---

1 De acuerdo con Pamela O. Long los espacios de conocimiento a los que nos referimos fueron lo que ella denomina —siguiendo la noción original de Peter Galison— «*trading zones*», esto es, minas, arsenales y otros lugares donde las habilidades de los artesanos eran comunicadas e intercambiadas. Véase Pamela O. LONG, *Artisan|Practitioners and the Rise of the New Sciences, 1400–1600*, Corvallis, Oregon State University Press, 2011, pp. xi y 129.

2 Karin KNORR-CETINA, *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1999.

Ante la escala global de los acontecimientos, las Coronas ibéricas tuvieron que establecer en un período limitado de tiempo medidas y mecanismos de control prácticos y eficaces que fueran capaces de responder a sus propios intereses políticos, económicos e, incluso, evangelizadores. Para ello, fomentaron el establecimiento de nuevas prácticas empíricas asociadas a la cultura oceánica —construcción naval, navegación astronómica, cartografía de latitudes—, la aparición de cargos científico-técnicos con responsabilidades prácticas y teóricas —Piloto Mayor, *Cosmógrafo-Mor*—, la creación de instituciones de enseñanza técnica y de gestión de información sufragadas por la Corona —la Casa de la Contratación de Sevilla, los *Armazéns da Guiné e Índia* de Lisboa— y, sobre todo, la invención de dispositivos o artefactos cognitivos en forma de modelos cartográficos, instrucciones náuticas, cuestionarios geográficos y regimientos<sup>3</sup>.

Estos dispositivos fueron un producto típico de la Expansión, una respuesta rápida y concreta ante la magnitud de los acontecimientos. Se trata de modos prefijados de conocer para asimilar y controlar la novedad, tales como el Padrón Real cartográfico de la Casa de la Contratación, las *cartas padroes d'el-Rei* de los *Armazéns da Guiné e Índia*, los cuestionarios de Indias elaborados en el Consejo de Indias, las *Relaciones Geográficas de Indias* y las *pinturas* (mapas corográficos) producidas en los virreinos españoles en América, las instrucciones náuticas dadas a los pilotos de las carreras de Indias y el *Regimiento do Cosmógrafo-Mor*, entre algunos otros. Esta fue la forma como Portugal y España se enfrentaron a los desafíos que les planteaba el nuevo contexto social y geopolítico que ellos mismos habían creado.

---

3 Henrique LEITÃO, *360° Ciência Descoberta*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 11. Otros estudios han subrayado recientemente aspectos semejantes de la ciencia ibérica. Véase Juan PIMENTEL, «The Iberian Vision: Science and Empire in the Framework of a Universal Monarchy, 1500–1800», *Osiris*, 15, 2001, pp. 17–30; Jorge CAÑIZARES-ESGUERRA, «Iberian Science in the Renaissance: Ignored How Much Longer?», *Perspectives on Science*, 12, 2004, pp. 86–124; Antonio BARRERA-OSORIO, *Experiencing Nature: The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution*, Austin, University of Texas Press, 2006; Victor NAVARRO y William EAMON, *Más allá de la Leyenda Negra: España y la Revolución Científica*, Valencia, Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, Universidad de Valencia, CSIC, 2007; James DELBOURGO y Nicholas DEW (eds.), *Science and Empire in the Atlantic World*, New York, Routledge, 2008, pp. 31–51; María M. PORTUONDO, *Secret Science. Spanish Cosmography and the New World*, Chicago, The University of Chicago Press, 2009; y Daniela BLEICHMAR (eds.) *et al.*, *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009; Antonio SÁNCHEZ, *La espada, la cruz y el Padrón: soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico para la Monarquía Hispánica, 1503–1598*, Madrid, CSIC, 2013.



## La cosmografía en el imperio marítimo portugués

Desde un análisis sociológico de la historia de la tecnología, el sociólogo John Law defendió que el control de la larga distancia del imperio ultramarino portugués dependió de la creación de una red de agentes pasivos que hacían posible el contacto del centro con la periferia, y más específicamente de la contundencia de los artefactos, la fidelidad de los empleados de la Corona y la durabilidad de la nueva información adquirida. Law partió de la idea de que la Corona movilizó elementos de la esfera tecnológica, económica, política, social y natural. El imperio portugués de ultramar, afirma Law, estaba destinado a asegurar la movilidad global y durabilidad de sus embarcaciones en las rutas comerciales. En este proceso, los documentos —regimientos y cartas náuticas—, los artefactos —ayudas tecnológicas que facilitaban el sostenimiento de las navegaciones de larga distancia— y las personas instruidas —consejeros del rey, cartógrafos, astrónomos, navegantes— hicieron posible el dominio de Occidente en términos de innovación tecnológica<sup>4</sup>. La aproximación de Law es, sin duda, muy convincente, pero cómo tuvo lugar en la práctica.

Un documento anónimo de principios del siglo XVII titulado *Ordem que os Pilotos devem guardar na viagem da Carreira da Índia* describe con detalle el cuidadoso proceso de observación y registro sistemático de información que un piloto debía llevar a cabo durante su viaje a la India. Los pilotos tenían que realizar diariamente un informe que quedaba recogido en sus diarios, así como anotar las novedades en sus cartas náuticas. Esa información era entregada al Proveedor de los *Armazéns da Índia* a su regreso a Lisboa y éste la ponía a disposición del *Cosmógrafo-Mor*, quien analizaba los datos, los registraba en los regimientos náuticos, mandaba a los cartógrafos que mejorasen las cartas náuticas y el *Padrão* (el mapa modelo) de los *Armazéns* y transmitía a los futuros pilotos las novedades y las correcciones durante su lección diaria de matemáticas. He aquí todos los ingredientes de un complejo proceso de circulación, acumulación y análisis de información. Esta *Ordem* no sólo pone de manifiesto que el trabajo de los pilotos, de los cartógrafos, del Proveedor y del *Cosmógrafo-Mor* estaba perfectamente definido y que debía existir una

---

4 Véase John LAW, «On the Methods of Long-Distance Control: Vessels, Navigation and the Portuguese Route to India», *Sociological Review Monograph*, 32, 1986, pp. 234–63. Del mismo autor, véase también «On the Social Explanation of Technical Change: The Case of the Portuguese Maritime Expansion», *Technology and Culture*, 28, 2, 1987, pp. 227–52; y «Technology and Heterogeneous Engineering: The Case of Portuguese Expansion» in Wiebe E. Bijker, Thomas P. Hughes y Trevor Pinch (eds.), *The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*, Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1989, pp. 111–34.

adecuada coordinación entre todos ellos, sino que sintetiza también el modo de operar de la red de agentes a la que se refiere Law.

Os Roteiros e discursos da viagem entregareis [os pilotos] ao Provedor dos Almasens para que os Encarregue ao cosmografo mor para advertir as cousas mais importantes e necessárias que nelles se acharem, para que na cadeira e lição que ler aos Pilotos os advirta de tudo o necessario e importante a navegação, a que todos possuem aprender para quando se acharem nas tais paragens e semelhantes monções pondolhes em seus regimentos as experiências mais necessárias e importantes a navegação advertindolhe nas cartas de marear os baixos e sinais que de novo forem achados, mande aos carteiros que façem as cartas de marear os pintem e ponhão em seus lugares devidos e alturas, e o mesmo fará no Padrão que esta nos Almasens mandando lhe por os tais baixos, sinais pareceres, terras, ilhas, que de novo forem achadas, e observadas pellos Pillotos da Carreira da Índia<sup>5</sup>.

Estas instrucciones sólo se entienden dentro de un contexto normativo más amplio en el que la cosmografía actuaba como agente regulador y sintetizador de otras prácticas empíricas asociadas a la Expansión. Ante la escala global de los acontecimientos, la Corona portuguesa tuvo que establecer mecanismos de control prácticos y eficaces que fueran capaces de responder a sus propios intereses. Este artículo analiza uno de estos mecanismos: el *Regimento do Cosmógrafo-Mor* (1592) (Figura 1)<sup>6</sup>. El *Regimento* es un documento oficial y normativo que contiene una serie de preceptos que intentaban regular la práctica náutica y cartográfica portuguesa del siglo XVI y XVII, especialmente la formación técnica de pilotos, cartógrafos y constructores de

---

5 ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], *Colecção de S. Vicente*, livro 12, fls. 244–246 (Ordem que os Pilotos devem guardar na viagem da Carreira da Índia), publicado por A. Teixeira da MOTA, «Instruções náuticas para os pilotos da Carreira da Índia nos começos do século XVII», Separata de *Colectânea de Homenagem ao Prof. Damião Peres*, Junta de Investigações do Ultramar, 1974, pp. 5–8. Se trata de catorce instrucciones náuticas atribuidas al *Cosmógrafo-Mor*, probablemente Manuel de Figueiredo.

6 Se trata de un tratado anónimo que fue recuperado y publicado por el historiador portugués Avelino Teixeira da Mota en 1969. Véase A. Teixeira da MOTA, «Os regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do ensino náutico em Portugal», Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe de ciências*, Tomo XIII, 1969, pp. 1–69. El *Regimento* fue de nuevo publicado más tarde en António Silva RIBEIRO, *A Hidrografia nos Descobrimentos Portugueses: Contributo para o desenvolvimento da hidrografia mundial*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, pp. 235–46. El documento de 1592 ha estado en la Biblioteca del Palácio da Ajuda de Lisboa desde 1880 en el interior de un códice que contiene una amplia colección de leyes, donde se encuentran otros regimientos y provisiones reales, como por ejemplo el *Regimento do cargo de Presidente do Desembargo do Paço*. Es probable que perteneciera al acervo legislativo guardado en el *Desembargo do Paço* y que más tarde formara parte de la Biblioteca Real, situada desde el siglo XVI en la torre oeste del *Paço da Ribeira*. Esto significaría que esta copia del *Regimento* sobrevivió tanto al terremoto que la ciudad de Lisboa sufrió el 1 de noviembre de 1755 como también al viaje de ida y vuelta a Río de Janeiro en 1811 y 1821 respectivamente, como consecuencia de la invasión napoleónica de Portugal y la huida de la corte a Brasil. Véase Lilia Moritz SCHWARZ *et al.*, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência de Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

instrumentos; los métodos de cálculo y observación empleados en la navegación astronómica; y la fabricación, certificación y validación de cartas náuticas y otros instrumentos para la navegación<sup>7</sup>. En otras palabras, el *Regimento* fue una estrategia de la Corona para reducir la complejidad generada por la novedad, especialmente en aquello relacionado con la formación de pilotos y la construcción de cartas náuticas. El *Regimento* fue, en última instancia, un marco normativo de referencia para la producción y organización del conocimiento, de la experiencia y de las formas de actuación, en el sentido en el que determinó de principio a fin las decisiones a tomar así como los hábitos de la práctica cosmográfica<sup>8</sup>.

Con el análisis del *Regimento* este artículo aborda el papel que desempeñaron los procesos de estandarización y de normalización en la configuración de las ciencias de la Expansión, en general, y de las prácticas náuticas y cosmográficas en Portugal, en particular<sup>9</sup>. Estas primeras tentativas modernas por el establecimiento y fijación de normas ocuparon un lugar central en las estrategias de control, uniformidad, homogeneización y burocratización de la empresa ultramarina en el seno de las monarquías ibéricas. En este sentido, el artículo tiene un doble objetivo. Por un lado, estudiar estos procesos de normalización ligados al desarrollo científico-técnico del imperio portugués, así como las condiciones que hicieron posible su aparición. Y por otro lado, entender el imperio portugués como un sistema político sustentado en un conjunto de medidas normativas que afectaron también a la cosmografía. El objetivo es

---

7 Al margen del *Regimento do Cosmógrafo-Mor*, en Portugal existían muchos otros regimientos similares sobre asuntos diversos, como el *Regimento do Físico-Mor* de 1515, el *Regimento do Cirurgião-Mor* de 1631 o el *Regimento dos Mestres Architectos* (1689). Algunos de ellos estaban directamente relacionados con la Expansión. Había regimientos dedicados a establecer el precio de determinados productos y a su comercialización, como el *Regimento de Preços dos Medicamentos* (1497) y el *Regimento do Trato da Pimenta, Drogas e Mercadorias da Índia* (1570). Otros estaban destinados a la regulación del funcionamiento de una institución como el *Hospital de Todos os Santos de Lisboa* o la *Casa da Índia* (1509). Véase Tello da FONSECA, *História da farmácia portuguesa através da sua legislação*, Vol. I, Porto, Emp. Industrial Gráfica do Porto, 1935; BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], *Reservados*, 993 P. (*Leys e provisões que el Rei Dom Sebastião nosso senhor fez depois que começou a governar*, Lisboa, Por Francisco Correa, 1570); Damião PERES (ed.), *Regimentos das Casas da Índia e Mina*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947; y Francisco Mendes da LUZ, *Regimento da Casa da Índia*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. A diferencia de estos regimientos, el *Regimento do Cosmógrafo-Mor* afectó al conjunto de la política expansionista, pues debía ser aplicado en cualquier rincón del Reino de Portugal y anulaba cualquier regimiento anterior. El carácter global del *Regimento* fue una de sus características más definitorias.

8 Jesús VEGA y Diego LAWLER, «Estándares como herramientas epistémicas» (manuscrito).

9 Para una revisión historiográfica sobre las ciencias de la Expansión véase Palmira Fontes da COSTA y Henrique LEITÃO, «Portuguese Imperial Science, 1450–1800: A Historiographical Review» in D. Bleichmar et al., *Science in the Spanish and Portuguese Empires*, Stanford, Stanford University Press, 2008, pp. 35–53.

demostrar que en el caso que nos ocupa existió una relación de mutua necesidad. Esto es, las características de un marco normativo como el *Regimento* se adaptan a las necesidades organizativas de un sistema imperial y duradero como el portugués; y un imperio global precisa de sistemas de funcionamiento estandarizado y regulado para su desarrollo y mantenimiento<sup>10</sup>.

Ya en 1582, en la carta de nombramiento de Tomás de Orta como *Cosmógrafo-Mor* se alude a la necesidad de llevar a cabo la reforma del *Regimento*, tanto en lo relativo a la construcción de cartas de marear y otros instrumentos náuticos como a las reuniones que el *Cosmógrafo-Mor* debía mantener con los pilotos sobre la navegación a las Indias<sup>11</sup>. Sin embargo, el nuevo *Regimento* sólo sería redactado en noviembre de 1592 por orden del rey Felipe II (Felipe I de Portugal, 1580–1598) en un contexto político caracterizado por la reciente unión de las Coronas ibéricas de 1580. Se trata de una transcripción revisada de un regimiento anterior escrito en 1559, bajo el reinado de Sebastian I (1557–1578), y cuyo paradero desconocemos<sup>12</sup>. La reforma del *Regimento* vino acompañada por la aparición de una serie de novedades en el mundo de la cosmografía y la navegación, tanto en Portugal como en Castilla, y que en el caso portugués complementaban la labor desarrollada por el *Cosmógrafo-Mor*. En 1582 fue creada por orden real la Academia de Matemáticas de Madrid y en 1590 comenzaron las clases de matemáticas en la llamada *Aula da Esfera* del colegio jesuita de *Santo Antão*, en Lisboa, ambas con la intención de

10 A pesar de que no existieron en Europa documentos semejantes al *Regimento*, cada una de las potencias expansionistas desarrolló sus propios mecanismos de control del conocimiento técnico y de las redes de larga distancia. España generó documentos parecidos en forma de ordenanzas e instrucciones. Véase Alison D. SANDMAN, «Cosmographers versus Pilots: Navigation, Cosmography, and the State in Early Modern Spain», tesis doctoral inédita, University of Wisconsin, 2001; A. BARRERA-OSORIO, op. cit.; y M. M. PORTUONDO, op. cit. La Corona inglesa estuvo más preocupada por la creación y control de expertos técnicos, especialmente durante el reinado de Isabel I. Véase Eric H. ASH, *Power, Knowledge, and Expertise in Elizabethan England*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2004. La diferencia con el caso holandés descansa sobre todo en la iniciativa privada. Véase Karel DAVIDS, «Dutch and Spanish global networks of knowledge in the early modern period: Structures, connections, changes» in Lissa Roberts (ed.), *Centres and Cycles of Accumulation in and around the Netherlands During the Early Modern Period*, Münster, LIT Verlag, 2011, pp. 29–52.

11 Sousa VITERBO, *Trabalhos náuticos dos Portuguezes nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 [1898], parte I, p. 270. Y A. Teixeira da MOTA, art. cit., 1969, pp. 11–2. En dicha carta se hace especial mención a la reforma de aquellos puntos relacionados con las cartas de marear y los instrumentos de navegación.

12 El documento original debía quedar registrado en los libros del Consejo de la Hacienda Real y de los *Armazéns da Guiné e Índia*, el organismo destinado a controlar todas las actividades náuticas y cartográficas de la Corona. La transcripción del texto original debía guardarse en el *Desembargo do Paço* o Tribunal de Justicia, así como en las relaciones de la *Casa de Suplicação* o Tribunal Supremo del Reino de Portugal y en la *Casa do Porto* o *Tribunal da Relação do Porto*, esto es, el tribunal de justicia de las comarcas del norte de Portugal, localizado en la ciudad de Porto. BIBLIOTECA DA AJUDA [BA], fl. 196v.

reforzar las prestaciones técnicas de la empresa ultramarina<sup>13</sup>. La aparición de un nuevo *Regimento* en 1592 y los eventos asociados a su reforma ponen de manifiesto el deseo explícito de la monarquía por seguir invirtiendo en conocimiento matemático, así como el aprovechamiento por parte de Felipe II de la experiencia administrativa portuguesa<sup>14</sup>. Después de la reforma, el *Regimento* mantenía intacto su espíritu normativo.

El *Regimento* está compuesto de dieciocho cláusulas, donde al margen del capítulo de apertura (1) y de cierre (18), se distinguen cinco grandes bloques temáticos. En primer lugar, el tema que engloba más capítulos —desde el capítulo 2 hasta el capítulo 8— es aquel dedicado a los exámenes que tanto los maestros de hacer cartas de marear y fabricantes de instrumentos náuticos como sus artefactos debían superar para tener la aprobación del *Cosmógrafo-Mor* y pasar así a formar parte de la empresa náutica. En estos capítulos se explican también los procedimientos a seguir y las penas establecidas para quienes no cumplieran con las normas. En segundo lugar, hay dos capítulos —9 y 10— que implican al *Cosmógrafo-Mor* en la resolución de conflictos sobre demarcaciones territoriales. En tercer lugar, el capítulo 11 revela los detalles de la lección de matemática impartida por el *Cosmógrafo-Mor*. En cuarto lugar, los capítulos 12 a 16 se ocupan de los exámenes de pilotos y otros oficiales náuticos. Y en quinto lugar, el capítulo 17 ofrece información acerca de la creación de un libro que daba cuenta de los pilotos registrados en la empresa náutica.

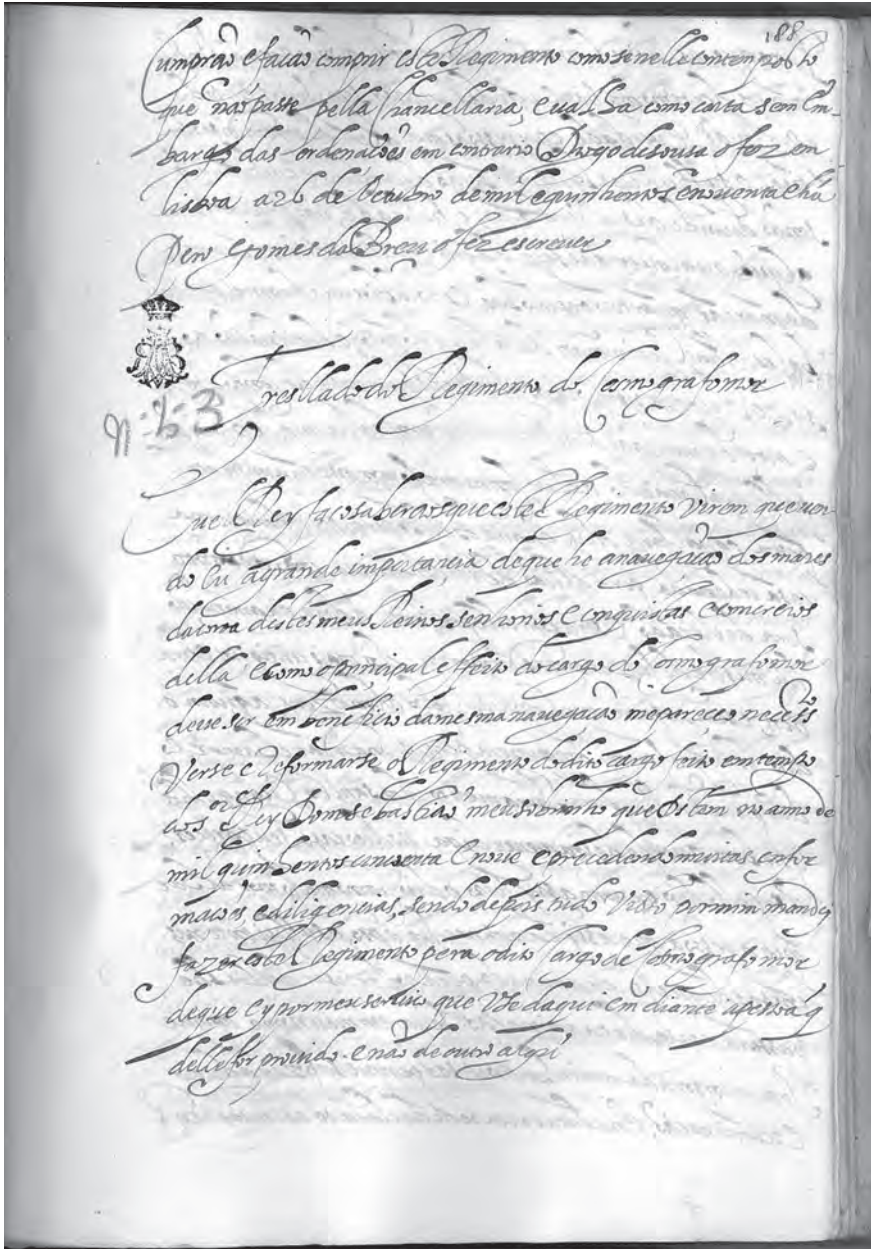
De una u otra forma, todos estos ejes temáticos giran en torno a tres problemas que caracterizan buena parte de la actividad científica desarrollada en el mundo ibérico durante la temprana Edad Moderna: las tareas y el papel fundamental atribuido a la figura de *Cosmógrafo-Mor* como elemento bisagra entre el rey y colectivos artesanales, como los pilotos y los cartógrafos; el establecimiento de exámenes y modelos para garantizar un mayor nivel de precisión en la producción de cartas y otros instrumentos náuticos; y la creación de un programa de formación náutica riguroso basado en el conocimiento

---

13 Para un estudio sobre la Academia de Matemáticas véase María Isabel VICENTE MAROTO y Mariano ESTEBAN, *Aspectos de la ciencia aplicada en la España del Siglo de Oro*, Valladolid, Consejería de Cultura y Turismo, 2006. Para un estudio sobre la *Aula da Esfera* véase Henrique LEITÃO, *A Ciência na «Aula da Esfera» no Colégio de Santo Antão*, Lisboa, Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do nascimento de São Francisco Xavier, 2007, p. 45 y ss. Véase también Luís de ALBUQUERQUE, «A «Aula de Esfera» do Colégio de Santo Antão no Século XVII», *Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga*, LXX, 1972, pp. 7–44.

14 Rafael MOREIRA, «A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid» in *Actas do II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte: As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimientos*, Minerva, Coimbra, 1987, pp. 65–77 y 72.

matemático. Todos estos aspectos responden a un intento claro por normativizar, institucionalizar y burocratizar el conjunto de la actividad científica asociada a la expansión ultramarina.



1 Regimento do Cosmógrafo-Mor, 1592.  
Biblioteca da Ajuda, Lisboa (44/XIII/56).



## El cargo de *Cosmógrafo-Mor*

A pesar de que el oficio de *Cosmógrafo-Mor* nació en 1547 asociado a la figura de Pedro Nunes, lo cierto es que serían el *Regimento* de 1559 y su versión posterior de 1592 los documentos que crearon y regularon dicha posición, un cargo extraordinariamente complejo atribuido por concesión regia<sup>15</sup>. El *Regimento*, como prolongación de la atribución regia, introdujo al *Cosmógrafo-Mor* en la compleja red de agentes de la política ultramarina descrita por Law y lo situó en el centro de dicha red como elemento regulador<sup>16</sup>. A su vez, el *Cosmógrafo-Mor* quedaba sujeto a la autoridad del rey, que lo dominaba por completo<sup>17</sup>. Sus tareas eran muchas, variadas y entrañaban una gran responsabilidad. El *Cosmógrafo-Mor* examinaba a los maestros de hacer cartas náuticas, a los fabricantes de instrumentos, a los pilotos, sota-pilotos, maestros, contra maestros y guardianes<sup>18</sup>; evaluaba los instrumentos realizados por estas

15 Pedro Nunes ocupó el cargo hasta 1578, año de su muerte. Le siguió Tomás de Orta desde 1582 hasta 1594. Orta sería sustituido por João Baptista Lavanha oficialmente en 1596, a pesar de que ya ejercía labores como *Cosmógrafo-Mor* interino desde 1591. Lavanha sería *Cosmógrafo-Mor* hasta 1624. Véase S. VITERBO, op. cit., parte I, p. 211–2 y p. 259 y ss. Dadas las largas estancias de Lavanha en la corte española, Manuel de Figueiredo y Valentim de Sá ocuparon el cargo de forma interina hasta 1624, año en el que sería nombrado de forma permanente Manuel de Menezes. Véase José Augusto do Amaral Frazão de VASCONCELOS, *Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes*, Lisboa, O Mundo do Livro, 1960, pp. 91–120. Frazão de Vasconcelos dedica uno de los capítulos de su libro al cargo de *Cosmógrafo-Mor*, con un apéndice documental, donde recoge los nombramientos de cada uno de ellos, desde Tomás de Orta hasta António de Mariz Carneiro, nombrado *Cosmógrafo-Mor* en 1631. Después de Carneiro el cargo caería en manos de la familia Pimentel. El primero de ellos sería Luís Serrão Pimentel, nombrado de forma interina en 1647 y con el cargo en propiedad en 1671. Le seguirían su hijo Manuel Pimentel en 1687 y su nieto Luís Francisco Serrão de Miranda en 1723.

16 La palabra «regimiento» procede de la palabra «régimen» que a su vez viene de la palabra latina *regimen*, *regiminis* y significa dirección o reglamentación. En este sentido, regimiento es una forma de regulación de una profesión, de una institución o de una actividad. Según Raphael Bluteau, regimiento es un «cierto modo de proceder instituido por aquellos que tienen autoridad para esta institución», y está asociado a la obligatoriedad y cumplimiento de una orden. (Raphael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Vol. VII, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1720, pp. 199–200.)

17 Tello da FONSECA, op. cit., Vol. I, p. xv. En el capítulo primero del *Regimento*, el rey destaca la importancia que la empresa náutica ultramarina tenía para los intereses políticos y económicos de la Corona, y afirmaba que la tarea principal del cargo de *Cosmógrafo-Mor* era actuar en beneficio de tal empresa, motivo principal por el que convenía actualizar el antiguo regimiento tras la unión de Coronas. (BA, fl. 188.)

18 Dentro de la jerarquía de oficios náuticos que debían ser examinados por el *Cosmógrafo-Mor*, el piloto era la persona encargada de gobernar una embarcación bajo las órdenes del capitán. El sota-piloto era el piloto auxiliar de la embarcación. El maestre era, junto con el piloto y el sota-piloto, la persona encargada de algunos aspectos técnicos de la embarcación, como por ejemplo la maniobra de las velas. El contra maestre era el maestre auxiliar. Y el guardián era la persona que tenía a su cuidado la conservación de alguna parte de la embarcación. Tanto el contra maestre como el guardián tenían como función principal dirigir las maniobras del navío, en tanto que auxiliares del maestre, además de otros encargos. Lo que los distinguía era su lugar en la jerarquía a bordo. Véase la entrada «*guardião*» en Humberto LEITÃO y J. Vicente LOPES, *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, p. 298.

personas y comprobaba que eran conformes a los modelos establecidos en los *Armazéns*; dictaminaba las penas para aquellos que no cumplieran con las órdenes; firmaba las cartas de examen y los instrumentos aprobados; impartía una lección diaria de matemáticas; y ante cualquier vicisitud que pudiera surgir en torno a la demarcación territorial de un lugar ya descubierto o por descubrir que estuviera bajo el señorío del rey de Portugal, el *Cosmógrafo-Mor* era la primera persona en pronunciarse y dar su parecer<sup>19</sup>. Es conocida a este respecto la preocupación de Nunes por la delimitación de las Molucas, así como la participación de Manuel Pimentel en los problemas que España y Portugal tuvieron con la demarcación de Colonia del Sacramento en 1681<sup>20</sup>. En lo que respecta a las Molucas conviene destacar también el parecer de João Baptista Lavanha —dado alrededor de 1606— no sólo porque contradice la opinión de Andrés García de Céspedes, sino porque a pesar de residir en Madrid consideró que las islas se encontraban en el hemisferio portugués<sup>21</sup>. Además de estas funciones sabemos que el *Cosmógrafo-Mor* estaba implicado también en otras tareas de no menos responsabilidad, como por ejemplo la construcción y supervisión de los llamados *padrões* de los *Armazéns* o la redacción de tratados, como el *Regimento náutico* (1595) de Lavanha o la *Hydrographia* (1608) de Manuel de Figueiredo<sup>22</sup>. Dadas las duras exigencias y la dificultad de gestionar todas estas tareas con éxito no siempre fue fácil encontrar a la persona adecuada.

El *Cosmógrafo-Mor* fue una consecuencia directa de las necesidades organizativas de la empresa ultramarina portuguesa, de la misma forma que el *Piloto Mayor* de la Casa de la Contratación de Sevilla lo fue de la empresa española. La creación de oficios ligados a instituciones técnicas e impulsados por la monarquía para gestionar el mundo de la navegación y la cosmografía fue una de las características más notables de la actividad científica desarrollada en Portugal y España durante la Expansión. Estas posiciones eran ejercidas o bien en la corte o bien en instituciones como la Casa y los *Armazéns*, y estaban ocupadas por figuras de reconocido prestigio en el mundo de las ciencias de los descubrimientos, como fue el caso de Vespucio, Nunes, Lavanha o García de Céspedes, entre muchos otros.

19 BA, fl. 192.

20 A. Teixeira da MOTA, art. cit., 1969, p. 31.

21 Francisco Paulo Mendes da LUZ, «Um parecer inédito do cosmógrafo João Baptista Lavanha sobre as Molucas e o Tratado de Tordesilhas», Separata de *García de Orta, Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, Vol. III, n.º 1, 1955, pp. 63–77.

22 João Baptista LAVANHA, *Regimento nautico*, Lisboa, Em casa de Simão Lopes, 1595. Este documento, bajo la signatura RES. 576. P, se encuentra digitalizado en el siguiente link de la Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa: <http://purl.pt/23321>. Manuel de FIGUEIREDO, *Hydrographia*, Lisboa, Impresso por Vicente Alvarez, 1614.



La creación de estas figuras por parte de la Corona introdujo importantes cambios en el engranaje administrativo del Estado, ya que cubrían el complejo vacío social que separaba a los profesores universitarios y eruditos humanistas del mundo artesanal. En el caso del *Cosmógrafo-Mor*, su titular solía contar con una alta formación universitaria que debía utilizar para formar y examinar a su vez a los estratos más bajos de la sociedad, como era el caso de los pilotos<sup>23</sup>. Además, el *Cosmógrafo-Mor* debía ser alguien con las suficientes habilidades sociales como para transitar por espacios sociales diferentes, como la corte, las instituciones técnicas, los puertos, los astilleros, los talleres de instrumentos y cartas náuticas o las academias. Su proximidad tanto al mundo erudito como al de las habilidades técnicas le hizo gozar de una importante reputación<sup>24</sup>. A diferencia de lo que ocurría en Centroeuropa, en la Península Ibérica un cosmógrafo estaba obligado por el rey a interactuar con navegantes y cartógrafos, esto es, a examinar sus capacidades así como a certificar la calidad de sus mapas e instrumentos. Durante el siglo xvi, un cosmógrafo que trabajase para las monarquías ibéricas debía cumplir un conjunto muy complejo de tareas: profesor, examinador, supervisor de calidad, consultor técnico y asesor científico.

No obstante, gran parte de la complejidad asociada a esta figura tiene que ver también con el lugar estratégico que ocupó dentro de los sistemas de control diseñados por la monarquía, así como con su dimensión ética. El *Regimiento* despersonalizó la figura del *Cosmógrafo-Mor* y le dio un estatus casi jurídico. A partir de 1559 —fecha del *Regimiento* original— Nunes era el *Cosmógrafo-Mor* y no al revés, una prolongación de la figura del rey. Ese estatus le otorgaba una gran responsabilidad y le convertía en un representante del Estado. En ese sentido, el *Cosmógrafo-Mor* era el juez que controlaba la red de agentes que unía las *feitorias* con la corte, dando coherencia y equilibrio a un sistema basado, como afirma Law, en la fidelidad de los empleados de la Corona. En última instancia, el *Regimiento* intentaba reforzar las relaciones de confianza y de credibilidad que existían en esta compleja red que iba desde el rey hasta el piloto. El *Cosmógrafo-Mor* asumía el papel controlador de la Corona e intentaba trasladar su fidelidad al resto de elementos que componían la maquinaria ultramarina.

---

23 Este estrecho contacto entre navegantes —en la mayoría de los casos iletrados— y cosmógrafos puede contribuir a superar las críticas a las que se enfrentó la llamada tesis de Zilsel acerca de la dificultad de establecer conexiones entre eruditos y artesanos.

24 Véase Antonio SÁNCHEZ y Henrique LEITÃO, «A Zilselian look at Iberian Science in Early Modern World», Comunicación presentada en el 8<sup>th</sup> STEP (*Science and Technology in the European Periphery*) Meeting, 21–4 de jun. de 2012, Corfú (Grecia).

## Los cartógrafos y los constructores de instrumentos náuticos

Los exámenes fueron la medida adoptada por la Corona para ejercer su control sobre la ciencia náutica. Este control pasaba por regular la fabricación de sus principales artefactos técnicos, tales como cartas náuticas, astrolabios, agujas de marear, relojes de sol y ballestillas. A la luz del control monárquico, estos instrumentos debían ser realizados *em toda a perfeição e verdade* y no podían estar sometidos al libre arbitrio de cualquier persona. La construcción y uso de estos artefactos debía estar estrictamente regulada. La manera más eficaz de llevarlo a cabo fue examinar a sus fabricantes y establecer modelos. De la misma forma que ningún físico podía ejercer su profesión sin ser previamente examinado por el *Físico-Mor* y por otros físicos de la corte, ningún cartógrafo o constructor de instrumentos podía ejercer como *mestre* sin ser aprobado por el *Cosmógrafo-Mor*<sup>25</sup>. De esta manera, al estandarizar conocimientos a través de exámenes, el *Regimento* regula la profesión de cartógrafo y de constructor de instrumentos náuticos, de igual forma que hace con los pilotos y el resto de profesiones náuticas.

Pêra que as cartas de marear, quarteirões, globos e os mais instrumentos de cosmografia e arte de navegar sejam feitos em toda a perfeição e verdade e por pessoas que, alem de terem disso pratica e sufficiencia bastante, sejam de credito e confiança que se não duvide de sua verdade e fieldade, não poderá pessoa alguma, qualquer que seja, daqui em diante fazer cartas de marear [...] nem outros algũs instrumentos de Cosmografia e arte de navegar, sem ter pera isso minha licença e provisão pella qual mando ao dito Cosmógrafo mor que examine a tal pessoa. O qual fará o dito exame os dias pera isso ordenados na casa ordenada para a lição de Mathematica<sup>26</sup>.

Los exámenes eran realizados por el *Cosmógrafo-Mor* en compañía de un *mestre de fazer cartas de marear* ya aprobado, *dos mais antigos e praticos e sem sospeita*. Estos cartógrafos eran elegidos entre los que llevaran más tiempo en el cargo, tuvieran mayor experiencia y habilidades y cuyo historial no estuviera manchado por algún asunto deshonesto, como por ejemplo ofrecer cartas náuticas no examinadas a los pilotos o vender sus conocimientos a otro monarca, actividad castigada con la pena de muerte<sup>27</sup>. Estos maestros

---

25 Una parte del salario del *Cosmógrafo-Mor* dependía de las tasas de estos exámenes, cuyo valor era de 400 *reis*. La otra parte dependía de los exámenes de cartas y otros instrumentos náuticos. Al margen de la tasa, los exámenes suponían un gasto importante para los candidatos a cartógrafos y fabricantes de instrumentos. Para poder hacer el examen, el candidato debía o bien aportar sus propios instrumentos —previamente aprobados por un cartógrafo con licencia— o bien pagar 2000 *reis* para utilizar los que se pusieran a su disposición.

26 BA, fl. 188v.

27 Jaime CORTESÃO, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997 [1960], p. 42.

declaraban su parecer bajo juramento de los santos evangelios. Una vez que el *Cosmógrafo-Mor* consideraba que un candidato era *apto e suficiente* para hacer cartas y otros instrumentos le concedía una *carta de examinação* junto a la provisión regia, que facultaba al candidato a desempeñar las funciones para las que había sido examinado<sup>28</sup>.

Las cartas de examen, también llamadas *cartas de oficio*, eran licencias reales otorgadas a quienes habían superado el examen y a través de los cuales contraían una serie de obligaciones que debían cumplir y nunca sobrepasar. Estas cartas están compuestas por tres partes bien diferenciadas. En la primera parte el rey deja constancia del envío de una provisión o despacho real a su *Cosmógrafo-Mor* para que lleve a cabo el examen, previa petición del interesado al rey. En la segunda parte se adjunta dicha provisión. Y en la tercera parte se otorga la licencia al examinado al tiempo que se le recuerdan sus obligaciones. Las cartas estaban firmadas por el rey y selladas por la chancillería real, y contenían tres datos históricos importantes: el nombre de la persona que había obtenido la carta, el nombre del *Cosmógrafo-Mor* que había realizado el examen y el nombre del maestro de hacer cartas que estaba presente en el examen como testigo<sup>29</sup>. A pesar de que en ningún momento estos permisos sustituían a un nombramiento real, revelan que los mecanismos de control introducidos por la monarquía eran una tarea conjunta que implicaba desde el rey hasta un cartógrafo. La carta más antigua que se conoce fue concedida a António Martins en 1563, examinado por Pedro Nunes en compañía del cartógrafo Jorge Reinél<sup>30</sup>.

28 BA, fls. 188v–189.

29 BA, fl. 189.

30 «Don Sebastião etc. A quamtos esta minha carta for mostrada faço saber que Atonio Martins [...] me enviou dizer por sua petição que ele aprendera muito tempo a arte de fazer cartas de marear, pedindome que lhe dese licença para na dita arte ser examinado e que sendo achado apto e suficiente lhe mandase pasar carta [...] e visto seu dizer e pedir mandei pasar uma provisão para o doutor Pedro Nunes, meu Cosmógrafo-Mor ho examinar [...] Eu el rey vos mando que examineis o dito Antonio Martins na arta de fazer cartas de marear e sendo apto lhe paseis carta de examinação [...] o qual exame fareis segundo forma de vosso regimento [...] A qual provisão era pasada pela chancelaria e por bem dela o dito Cosmografo-Mor examinou o dito Antonio Martins e foi presente ao dito exame Jorge Reinél, mestre de cartas de marear [...] e porque o dito Antonio Martins foi achado auto e suficiente para fazer cartas de marear, e astrolabios, e agulhas, e regimento da altura do polo e declinação do sol, le mandei pasar esta minha carta, que sera pasada pela chancelaria e aselada com o meu selo pemdente, per que le dou licença para que daqui em diante posa usar da dita arte de fazer as ditas cousas e mais não, e isto como declaram que as ditas cartas de marear fará conforme aos padrões que disso ha no meu Armazén da India sem mudar cousa alguma dos mares, costas e teras, que estiverem lamçadas nos ditos padrões [...] El rey nosso senhor ho mandou pelo doutor Pedro Nunes, seu Cosmógrafo-Mor». Publicada en A. Teixeira da MOTA, art. cit., 1969, pp. 52–3. Estas cartas han sido transcritas y publicadas en S. VITERBO, op. cit., parte I, pp. 51–377; y A. Teixeira da MOTA, art. cit., 1969, pp. 52–69.

La cláusula principal de estas cartas era aquella que obligaba tanto a los cartógrafos como a los constructores de instrumentos a atenerse rigurosamente a los modelos establecidos en los *Armazéns da Guiné e Índia*:

as cartas de marear, quarteriões, globos ou quaesquer outros instrumentos que fizer da dita arte de nauegar serão conformes aos padrões que disso ha no almazem, sem mudar, encurtar nê acrecentar cousa algũa dos mares costas e terras que estiverê lançadas nos ditos padrões<sup>31</sup>.

De acuerdo con esta disposición, los cartógrafos debían confeccionar sus cartas en total conformidad con los modelos cartográficos conservados en los *Armazéns*, una conformidad que consistía en no alterar, acortar ni añadir dato alguno que no estuviera vertido previamente en los mencionados padrones. Las cartas utilizadas en las carreras oceánicas debían ser copias de tales padrones, representaciones en continua reconstitución cuyo trazado era perfeccionado en función de la nueva información que traían los navegantes<sup>32</sup>. En el caso de la fabricación de cartas, la Corona entendió que la reproducibilidad de resultados precisos y aceptables solo vendría garantizada bajo condiciones de estandarización, esto es, de un sistema regulado de modelos y copias<sup>33</sup>.

Sin embargo, la realidad parecía ser distinta y en la práctica estas cartas, llamadas del rey, no eran las únicas cartas que iban a bordo de las expediciones, o al menos no las únicas que eran utilizadas en los viajes de la *Carreira da Índia* a finales del siglo XVI. Dos diarios náuticos del piloto Gaspar Ferreira, el diario de la nave *São Pantaleão* en el viaje de Lisboa a la India de 1595 y el diario de la nave *Santa María do Castelo* en el viaje de Goa a Portugal de 1597, revelan que Ferreira echaba el punto en dos cartas, en la carta del *Armazén* y en una carta o cuarterón del cartógrafo Bartolomeu Lasso. En la mayoría de los casos en los que Ferreira se refiere a las dos cartas compara los datos de localización para mostrar la diferencia entre ambas, y al menos en una ocasión parece decantarse por la carta de Lasso, de la que dice que le parecía correcta<sup>34</sup>.

---

31 BA, fl. 189.

32 Una cita a la *carta padrão* en la advertencia de la *Hydrographia* (1608) del *Cosmógrafo-Mor* Manuel de Figueiredo hace referencia precisamente a la necesaria precisión geométrica que las *cartas verdadeiras* debían poseer para navegar con ellas de la misma forma que si camináramos por un globo (M. de FIGUEIREDO, op. cit., fl. 3). No deja de ser significativo que Figueiredo dedicara su obra al *Provedor* de los *Armazéns* Vasco Fernandes César.

33 Lo mismo ocurrió en la Casa de la Contratación de Sevilla con el Padrón Real. Véase Antonio SÁNCHEZ, *La espada, la cruz y el Padrón: soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico para la Monarquía Hispánica, 1503-1598*, Madrid, CSIC, 2013.

34 Quirino da FONSECA, *Diários da Navegação da Carreira da Índia nos anos de 1595, 1596, 1597, 1600 e 1603*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1938, p. 83. Véase también Armando CORTESÃO y A. Teixeira da MOTA, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 [1960], p. 88.

Ya en torno a 1560 el cartógrafo Lopo Homem criticó duramente las inconsistencias de las cartas de los *Armaséns* que estaban bajo la responsabilidad de Nunes. Las críticas de Homem iban dirigidas a los padrones que el *Cosmógrafo-Mor* en ese momento había llevado a cabo años antes con motivo de una reforma vinculada al problema de la longitud y basada en observaciones de eclipses solares y lunares<sup>35</sup>. Según Homem, la imposición de seguir las cartas padrones para fabricar otras cartas de marear era el origen de las perturbaciones que se estaban dando en la navegación hacia la India y de las injusticias que esto provocaba en los acuerdos por los derechos de las Molucas mantenidos con Carlos V, rey de España. Homem denunciaba que «em o dito padrão as ditas navegações são mui fora de toda a verdade do que dantes soíam de ser e muito contra o serviço do reino e remedio dos navegantes»<sup>36</sup>. Después de explicar los principales errores técnicos de las cartas realizadas de acuerdo

---

35 «O doctor Pero Nuñez mandou fazer um padrão de navegar sobre y per rezaõ do effecto e apparencias dos euclipses do sol e da lua y se o oferecco de mostrar al dicho rei de Portugal, por el que do meridiano de Lisboa à Índia e ao meridiano de Maluco era menos distancia e longitud de graos equinociaes do que se mostrava nas cartas de navegar antigas por onde primeiro se soíam de navegar, pelo qual padrão se fazem as cartas que em o Almazem do dito Senhor se hão mister para as suas armadas e navegações da Índia, que há sido cosa mui perjuzial aos contractos de Maluco, y mais pera favor do direito de Castela». (*Apontamentos para el Rey de Portugal que fez Lopo Homem, cosmógrafo, cavaleiro da sua casa, em um padrão de navegar feito sobre e por rezaõ dos euclipses do Sol e Lua*. Bibliothéque Nationale de France, *Manuscrit Colbert 298*, fls. 6r–8r. Publicado por Luís de MATOS, *Les Portugais en France au XVIIe siècle (études et documents)*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1952, p. 318–22.) Esta es la referencia más temprana que se conoce sobre las llamadas *cartas padrões d'el-Rei* de los *Armaséns*. Dada la temprana actividad cartográfica de la Corona portuguesa, cabe pensar que debió existir algún modelo cartográfico en los *Armaséns* en los años en los que fue levantado el célebre planisferio de Cantino (1502), incluso antes. Sin embargo, el primer documento que alude a la actividad cartográfica de los *Armaséns* es de 1504 y se trata de una carta del rey Manuel I dirigida al Provedor de los *Armaséns* Jorge de Vasconcelos, donde ordena que en las cartas de marear de Guinea la representación de la línea de costa no fuera más allá de Santo Tomé y Príncipe (José Ramos COELHO (ed.), *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 139. Citado en S. VITERBO, op. cit., parte I, p. 6). Más tarde, en 1514, Manuel I pide a Vasconcelos que le entregue a un tal Mestre Diogo la carta *mais certa* que hubiera en los *Armaséns*, con el fin de construir un globo que le había encargado (S. VITERBO, op. cit., parte I, p. 87). En este documento se alude también a la existencia de cartógrafos en los *Armaséns*. Menos confiado en los trabajos cartográficos de los *Armaséns*, el rey João III escribió una carta al *vedor da Fazenda* y Conde da Castanheira António d'Atayde en 1533 donde le transmitía las quejas de Vicente Pegado, capitán de la guarnición portuguesa de Sofala, acerca de las disconformidad de las cartas que llevaban su piloto y mestre, cartas realizadas nos *Armaséns*: «O dito Vicente Pegado me escreveu que o seu piloto e o seu mestre levavam cada um a sua carta, feitas em Lisboa, as quais iam desconformes em muitas coisas, pondo as Ilhas e Moçambique e Sofala, uma em mais grãos e a outra em menos, e que nenhuma delas punha aqueles baixos em que se perdeu Manuel de Lacerda; e ele se viu com as ditas cartas em grande confusão; e por acerto achou outra no navio que há muitos dias que foi feita em Lisboa, a qual tinha os ditos baixos; o que parece que quis Nosso Senhor fazer pelo salvar, por que, se a não acertaram de levar, eram perdidos nelas como Manuel de Lacerda, dando-me aviso do grande cuidado que avia de ter em as cartas serem directamente feitas». (Jeremiah D. M. FORD, *Letters of John III King of Portugal, 1521–1557*, Cambridge Mass., Harvard University Press, 1931, p. 109.)

36 L. de MATOS, op. cit., p. 318.

al padrón, Homem declaraba que «todallas cartas que por este padrão depois se fizeram e se fazem em o Almazem são mui desvairadas de toda a verdade e sciencia de navegar»<sup>37</sup>.

### El Proveedor de los Armazéns

Para saber si una carta era conforme a los *padrões*, sus fabricantes tenían un plazo de diez días para llevarlos a los *Armazéns*, de tal manera que fueran examinados por el *Cosmógrafo-Mor* en presencia del Proveedor de dichos *Armazéns*. Además, los fabricantes debían comunicar al Proveedor a quién iban dirigidas las cartas y los instrumentos antes de que éstas fueran aprobadas<sup>38</sup>. De esta manera, el Proveedor, concedor de las necesidades de la flota portuguesa, tomaba la última decisión. Esta forma de proceder indica que muy probablemente los instrumentos náuticos que iban a bordo de las embarcaciones de las carreras marítimas eran realizados a través de encargos, y éstos a su vez dependían de la preparación de nuevas expediciones y del lugar al que se dirigían.

Una serie de recibos de cartas náuticas con fecha del 2 de octubre de 1533 que formaban parte de los navíos de la armada de D. Pedro de Castelbranco revela que los pilotos recibían dos cartas náuticas *nuevas* antes de cada expedición, una para el piloto principal de la nave y otra para el maestro. A su regreso, los navegantes debían devolver las cartas al Proveedor de los *Armazéns*, bajo penas de prisión e inhabilitación para quien no lo hiciera, como confirma el *Regimento para o Provedor dos Armazéns*<sup>39</sup>. El hecho de señalar que se trataba de *cartas novas* indica que fueron cartas realizadas para tal propósito, para el viaje de la armada de Castelbranco a Oriente<sup>40</sup>.

37 *Idem, ibidem*, p. 319.

38 BA, fl. 189v.

39 «Porque não succeda, que os Pilotos das náos da Índia, e Armadas, por omissão sua, deixem as cartas de marear, ou as percão, e por esta causa usem de outras menos qualificadas, terá cuidado o Provedor nas tornaviagens de procurar delles as mesmas cartas, e ver se são as proprias que se lhe derão nos Armazéns; e achando o contrario, procederá contra elles a prisão, ficando inhabilitados para nestes meus Reinos não poderem ser mais Pilotos em navios meus, nem de particulares; e do que executar nesta parte, dará conta no Conselho da minha Fazenda». (Joseph Roberto Monteiro de Campos Coelho e SOUSA, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo III, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1785, pp. 15–6. El *Regimento para o Provedor dos Armazéns* se encuentra íntegramente publicado en este volumen, pp. 4–21.)

40 «Reçebeo Jorge Gonçalluz piloto do navjo São tamtonjo que hora vay pera Imdea n'armada de dom pero de Castel Branco de Diogo Vaz thesoureiro dos allmazens duas cartas novas da navegacam da Imdea, a saber, húa pera elle e outra pera o mestre as quaes se hobriuguou tornar a emtreagar da vimda que em bo ora vier segundo ordenança dei Rey, noso senhor, e por verdade lhe deu este conhecimento feito per mym Amtonio Diaz stprivão e que hambos asynamos oje, 2 dias de Outubro de 533». (ANTT, *Corpo Cronológico*, II—185–94. Publicado en F. Leite de FARIA y A. Teixeira da MOTA, «Novidades náuticas e ultramarinas numa informação dada em Veneza em 1517», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências*, Tomo XX, 1977, pp. 7–75, p. 68.)

En esta compleja red de circulación de información, los *Armazéns da Guiné e Índia*—creados en la *Ribeira das Naus* durante la segunda mitad del siglo xv—funcionaban como un «repositorio hidrográfico» encargado de la gestión de la ciencia náutica y de la elaboración de instrumentos y cartas náuticas<sup>41</sup>. Allí, el Proveedor—cargo creado en 1501—ejercía como un auténtico inspector ante la entrada y salida de información<sup>42</sup>. Por eso era necesario que los dictados del *Regimento* estuvieran coordinados con los de otros regimientos reales, en especial con aquellos que afectaban a los oficiales de los *Armazéns*, como el Proveedor. El *Provedor* gestionaba la entrada y salida de instrumentos científicos de los *Armazéns*, así como controlaba que todos los cargos náuticos cumplieran con las reglas impuestas por el rey. A pesar de que a priori el *Provedor* sólo se ocupaba de tareas administrativas, algunos proveedores gozaron de reconocimiento como expertos en problemas náuticos y cosmográficos, como fue el caso de Pedro Afonso de Aguiar, presente en las reuniones de la Junta de Badajoz-Elvas como miembro de la delegación portuguesa para la resolución del conflicto con Castilla acerca de la jurisdicción de las Molucas<sup>43</sup>.

El capítulo XIII del *Regimento para o Provedor dos Armazéns*, dedicado a las funciones del *Provedor* en los exámenes de pilotos, pone de manifiesto la importancia del cargo, así como su vinculación con el *Cosmógrafo-Mor*. Un desempeño adecuado de sus tareas dependía de la buena coordinación entre ambos. De hecho, este capítulo corroboraba las cláusulas del *Regimento do Cosmógrafo-Mor*, pues el *Provedor* debía cuidar que los pilotos fueran efectivamente examinados por el *Cosmógrafo-Mor* así como de que las cartas y los

---

41 A. Teixeira da MOTA, «Some Notes on the Organization of Hydrographical Services in Portugal Before the Beginning of the Nineteenth Century», *Imago Mundi*, 28, 1976, pp. 51–60, p. 51. Al igual que la Casa de la Contratación, el Consejo de Indias, la Compañía Neerlandesa de las Indias Orientales y la Sociedad de Jesús, los *Armazéns* funcionaron como corporaciones de larga distancia. Véase Steven J. HARRIS, «Long-Distance Corporations, Big Sciences, and the Geography of Knowledge», *Configurations*, 6, 2, 1998, pp. 269–304. Y también S. J. HARRIS, «Confession-building, Long-Distance Networks, and the Organization of Jesuit Science», *Early Science and Medicine*, 1, 3, 1986, pp. 287–318.

42 Luís de ALBUQUERQUE *et al.*, *Portugaliae Monumenta Africana*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993, pp. 199–200. Aquí se encuentra publicado el nombramiento de Jorge de Vasconcelos como *Provedor* de los *Armazéns* el 27 de noviembre de 1501. El documento original se encuentra en ANTT, *Chancilleria D. Manuel*, L. 1, f. 64v.

43 A. Teixeira da MOTA, art. cit., p. 54, nota 39.

otros instrumentos de los *Armazéns* estuvieran firmados por él. El *Provedor* debía firmar también las cartas de examen dadas por el *Cosmógrafo-Mor*<sup>44</sup>.

### Las cartas y otros instrumentos náuticos

De la misma forma que los cartógrafos y constructores de instrumentos eran examinados por sus habilidades, también sus cartas e instrumentos eran examinados y aprobados por el *Cosmógrafo-Mor*. Si con los primeros el *Regimento* pretendía profesionalizar una serie de ocupaciones, con los segundos no quería si no establecer una serie de estándares. Las cartas *certas* y adecuadas eran firmadas por el *Cosmógrafo-Mor* y por el *Provedor* (Figura 2a y Figura 2b). Así como el criterio del *Cosmógrafo-Mor* era determinante para la aprobación de un nuevo cartógrafo o constructor de instrumentos, su parecer era igualmente importante para la aprobación de instrumentos científicos. Su firma en una carta náutica suponía una marca de autenticidad y de calidad, y era la prueba que demostraba la originalidad de un pergamino. Esta era también la forma de proceder del Piloto Mayor en la Casa de la Contratación. Por un lado, aquellas cartas que no eran completamente adecuadas, esto es, totalmente conformes a los padrones de los *Armazéns*, debían ser enmendadas en función de una declaración de errores redactada por el *Cosmógrafo-Mor*, siempre que las inconsistencias no fueran muchas. Por otro lado, aquellas que fueran totalmente inadecuadas eran destruidas<sup>45</sup>. Una carta aprobada debía contener también el nombre de su autor así como la fecha completa en la que fue realizada: día, mes y año<sup>46</sup>.

44 «E porque se segue grande damno á minha Fazenda, e vidas de meus vasallos, nos naufrágios que as náos da índia e Armadas fazem, que muitas vezes são de falta de sciencia de Pilotos [...] O Provedor terá particular cuidado de mandar examinar perante si pelo Cosmographo mor, Patrão mor, e quatro Pilotos de maior experiênciã, os Pilotos, Sota-pilotos, Mestres, Contramestres, e Guardiães [...], examinando também as cartas de marear, se são assignadas pelo Cosmographo mór, e as Agulhas, e Instrumentos náuticos; e achando ser tudo conforme o Regimento do Cosmographo mór [...] lhe passará o Cosmographo mór suas cartas de examinação, que serão também assignadas pelo Provedor para constar assistio ao dito exame». (J. R. M. C. Coelho e Sousa, op. cit., Tomo III, p. 15.)

45 BA, fs. 189v, 191v-2.

46 Teixeira da Mota destacó la existencia de siete mapas de los siglos XVI y XVII firmados por el *Cosmógrafo-Mor*, todas posteriores a 1592 (A. Teixeira da MOTA, art. cit., 1969, pp. 20-2). Todos ellos fueron reproducidos en A. CORTESÃO y A. Teixeira da MOTA, op. cit., Vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 [1960]. Teixeira da Mota se refiere tanto a la dificultad de firmar los astrolabios y otros instrumentos náuticos fabricados en metal como a la posibilidad de que fueran aprobados con una marca, tal y como se hacía en la Casa de la Contratación de Sevilla.





2a Carta del Atlántico de José da Costa Miranda de 1681.  
763 x 905 mm. Manuscrito iluminado en pergamino. Museu de Marinha, Lisboa (CT-IV-5).

2b Detalle de la firma del Cosmógrafo-Mor Miguel Pimentel de Villasboas en la parte inferior de la carta de Miranda.

Examinar estos instrumentos era una tarea compleja y también cara. El examen de cada uno de ellos tenía un precio establecido. Examinar dos cartas universales o planisferios costaba doscientos reyes, cien reyes cada una; dos cuarterones que representasen hasta el Cabo de Buena Esperanza con las Indias de Castilla costaba ochenta reyes; dos cuarterones desde el Cabo de Buena Esperanza hasta Malaca, cincuenta reyes; dos cuarterones hasta un cabo cuyo nombre no menciona el *Regimento* —probablemente cualquier cabo de la costa de China—, treinta reyes; dos cuarterones de levante o del Mediterráneo, veinte reyes; dos relojes de sol, diez reyes; dos agujas de marear, diez reyes; dos ballestillas, diez reyes; dos astrolabios, cuarenta reyes; y dos regimientos, veinte reyes (Figura 3)<sup>47</sup>. Según esta lista de precios, examinar una carta era mucho más caro que examinar un astrolabio. Corregir un planisferio era la tarea más costosa. Además, el precio variaba en función del área geográfica representada, lo que indica cuáles eran las zonas más cotizadas. Al margen de los planisferios, las evaluaciones de cartas más caras eran aquellas que representaban todo el litoral africano hasta el Cabo de Buena Esperanza y que incluían las Indias de Castilla, esto es, las cartas atlánticas con los territorios americanos. Conforme la representación se alejaba hacia el este bajaba la cotización del examen. Esto indica que el valor venía determinado tanto por lo desconocido como por las áreas que no pertenecían a la jurisdicción portuguesa según los límites establecidos en el Tratado de Tordesillas de 1494. Este listado de tasas también revela que en Portugal eran realizados cinco tipos distintos de cartas y que, por tanto, los mismos modelos cartográficos debían existir en los *Armazéns*.

Según el *Regimento*, se aplicarían duras penas y castigos para los cartógrafos y constructores de instrumentos que no cumplieran con sus obligaciones, especialmente para aquellos que hacían cartas e instrumentos náuticos sin licencia y para aquellos que, a pesar de poseer carta de examen, no llevaran sus piezas a los *Armazéns* para que fueran evaluados por el *Cosmógrafo-Mor*. Por un lado, las personas que construían este tipo de instrumentos sin licencia incurrían en un delito grave y, por tanto, la pena debía acompañar a la gravedad de la infracción. En este caso la pena era de cinco años de destierro a África en forma de prisión y de cien cruzados, la mitad para financiar el mantenimiento de los prisioneros y la otra mitad para el acusador. Por otro lado, aquellos individuos que a pesar de tener licencia para hacer instrumentos no los llevasen a examinar en un plazo de diez días tendrían una pena

47 BA, fs. 189v–190. Desconocemos el motivo por el cual el *Regimento* ofrece el precio de estos instrumentos por pares y no por unidad.

de tres años de destierro y cincuenta cruzados. Del mismo modo, quedaba terminantemente prohibido poseer, utilizar o vender cartas e instrumentos náuticos que no hubieran sido previamente examinados y aprobados por el *Cosmógrafo-Mor*<sup>48</sup>.

### Los pilotos y otras profesiones náuticas

Los pilotos y el resto de oficios relacionados con la navegación atlántica, como sota-pilotos, maestros, contra maestros o guardianes estaban también sometidos a los exámenes del *Cosmógrafo-Mor*, realizados solamente en Lisboa y en presencia del Proveedor, el *Piloto-Mor* y el *Patrão-Mor*. En los exámenes de pilotos y sota-pilotos para la *Carreira da Índia*, el jurado estaba compuesto además por seis pilotos y un maestro de hacer cartas náuticas. Los seis pilotos debían ser los más antiguos, y de mayor crédito y confianza de la carrera del candidato. En el caso de los pilotos que fueran examinados para las carreras atlánticas de las islas, Brasil, Guinea u otras, el jurado estaba compuesto por cuatro pilotos. La diferencia del número de miembros del jurado pone de manifiesto la jerarquía que existía entre las carreras ultramarinas, donde la carrera de la India ocupaba el lugar más elevado. El procedimiento era semejante para los exámenes de maestros, contra maestros y guardianes. La única diferencia descansaba en que el número de pilotos era sustituido por el mismo número de maestros. También aquí, el número de maestros variaba en función de la carrera<sup>49</sup>.

Cartas e instrumentos náuticos	Cantidad	Precio en reis
Planisferios	2	200
Cuarterones hasta el Cabo de Buena Esperanza con las Indias de Castilla	2	80
Cuarterones desde el Cabo de Buena Esperanza hasta Malaca	2	50
Cuarterones de levante o del Mediterráneo	2	20
Relojes	2	10
Agujas de Marear	2	10
Ballestillas	2	10
Astrolabios	2	40
Regimientos	2	20

<sup>3</sup> Tabla de precios (en reyes) acerca de lo que costaba examinar cartas y otros instrumentos náuticos, según el *Regimento do Cosmógrafo-Mor* de 1592.

48 BA, fl. 190.

49 BA, ffs. 193v–195.

Antes del examen, los candidatos solicitaban una habilitación con testimonios jurados de pilotos y maestros ya aprobados donde declarasen que habían viajado en su compañía. La experiencia acumulada del viaje representaba un aval previo al examen. Quien no hubiese viajado no podía aspirar a ninguno de estos oficios náuticos. Aquellos que querían ser pilotos debían haber realizado seis viajes de ida y seis de vuelta de la respectiva carrera para la que se examinaban. Para ser sota-piloto era preciso haber realizado cinco viajes de ida y vuelta; para ser maestre, cuatro; para ser contra maestre, tres; y para ser guardián, dos<sup>50</sup>. Las cartas existentes sobre estos oficios demuestran que el examen fue realizado como estipulaba el *Regimento*<sup>51</sup>. Solo el examen hacía de un navegante un piloto oficial de la Corona.

Los exámenes transcurrían en un formato de pregunta y respuesta<sup>52</sup>. Los interrogatorios para los aspirantes a pilotos y sota-pilotos eran diferentes a los de maestros, contra maestros y guardianes. Los primeros eran interrogados por pilotos y por el *Cosmógrafo-Mor*. Los segundos eran preguntados por maestros. En el caso de pilotos y sota-pilotos, los candidatos debían responder a las preguntas de otros pilotos más experimentados. Las preguntas iban dirigidas a evaluar los conocimientos de los aspirantes sobre las rutas que debían seguir en sus viajes en función de los vientos y de las corrientes; sus conocimientos acerca de las tormentas; como actuar en caso de tiempo adverso y cómo predecirlo; lo que sabían acerca de los puertos y costas de su itinerario, esto es, los datos que debía contener un *roteiro* o guía náutica; sus conocimientos sobre las singladuras y los desplazamientos o desvíos de una embarcación durante su recorrido; así como los valores de la variación de la aguja a lo largo del viaje. El *Cosmógrafo-Mor*, en cambio, formulaba preguntas de carácter más teórico sobre *cartear* (echar el punto sobre la carta), tomar la altura del Sol o calcular su declinación<sup>53</sup>. He aquí algunas preguntas dirigidas a los pilotos y sota-pilotos según el interrogatorio del *Regimento*:

Que derrotas deuem leuar nas viagens que fizerem e que mudanças deuem fazer nellas por razão dos tempos, correntes e aguagens que ha em diferentes partes, e que modo terão pera tornar a seu direito caminho. As mesmas aguagens e correntes em que paragem e luguar as acham e quanto e atee onde durão, e assy os uentos geraes e monções.

50 BA, fl. 193v.

51 Véase nota 44.

52 El procedimiento era semejante en los exámenes de pilotos realizados en la Casa de la Contratación. Véase A. SANDMAN, «Educating pilots: licensing, exams, Cosmography classes, and the Universidad de Mareantes in 16th century Spain» in Inácio Guerreiro y Francisco Contento Domingues (eds.), *Fernando Oliveira and his Era Humanism and the Art of Navigation in Renaissance Europe (1450–1650)*. *Proceeding of the IX International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography*, Cascais, 1999, pp. 99–109.

53 BA, fls. 195–195v.

O que devem fazer nos contrastes do mar, de ventos contrarios e tormentas.

Que digão as entradas, saidas, signaes, conhecenças, sondas, qualidade de fundo e marés de todos os portos de sua viagem, e assy das costas de que hão uista na sua nauegação.

Que declarem todas as differenças que lhe faz a agulha de marear na sua viagem<sup>54</sup>.

En el caso de maestros, contramaestres y guardianes, los candidatos eran interrogados por maestros; y debían responder a preguntas relacionadas con la fabricación, mantenimiento, abastecimiento y tripulación de una nave, así como las técnicas más adecuadas para atacar y defenderse del enemigo<sup>55</sup>. Pocos meses antes de la publicación del *Regimento*, en agosto de 1592, la célebre nave portuguesa *Madre de Deus* cayó en manos de una flota inglesa de seis navíos en las proximidades de las Azores cuando regresaba a Lisboa desde la India cargada de valiosas mercancías. Los dictados del *Regimento* dedicados a los exámenes de pilotos intentaban evitar precisamente este tipo de saqueos con una mayor formación científica.

Cuando los exámenes finalizaban era entonces el turno de la votación de los miembros del tribunal. Los candidatos con más votos eran aprobados. Aquellos que no obtuvieran los votos necesarios debían acumular más horas de experiencia en la navegación antes de realizar un nuevo examen. Lo mismo ocurría para aquellos oficiales que deseaban ser promovidos de una carrera para otra. Estas personas debían acumular experiencia en los viajes de esa carrera antes de ser examinados<sup>56</sup>.

Las autoridades portuarias estaban obligadas a solicitar a los oficiales marítimos la carta de examen firmada por el *Cosmógrafo-Mor*. Como ocurría en el caso de los cartógrafos y de los constructores de instrumentos, cualquier persona que llevara a la práctica estos oficios sin carta de examen o sin instrumentos aprobados sufriría una pena de dos años y medio de destierro y una multa de cincuenta cruzados<sup>57</sup>.

Para facilitar la gestión, organización y control de los viajes y de los navegantes implicados en la empresa ultramarina, el *Regimento* solicitaba también la creación de un libro que estaría depositado en los *Armazéns* y donde figuraban los nombres de todos los marinos de la Corona junto al cargo que desempeñaban, la fecha en la que hicieron el examen, la carrera en la que desarrollaban su oficio y la antigüedad que llevaban en esa posición. De acuerdo

---

54 BA, ffs. 195–195v.

55 BA, ffs. 195–195v.

56 BA, fl. 195v.

57 BA, ffs. 195v–196.

con el *Regimento para o Provedor dos Armazéns*, el *Provedor* era el encargado de realizar este libro<sup>58</sup>. Este registro aparecería en los llamados *Livros das Ementas* sólo a partir de 1596, cuatro años después de la publicación del *Regimento do Cosmógrafo-Mor*<sup>59</sup>. Al mismo tiempo, este libro serviría para hacer una distribución equitativa de los viajes, que se haría sucesivamente por orden de antigüedad<sup>60</sup>. Entre 1596 y 1648 el número de pilotos aprobados para navegar en las diferentes carreras fue de 554. Si consideramos que este es el número oficial de navegantes de la jerarquía náutica que componía la flota portuguesa después de la imposición de los exámenes, es fácil imaginar que el número de personas embarcadas antes y después del *Regimento* asciende rápidamente a varios millares.

### La lección de matemáticas de Lisboa

El control de la larga distancia no pasaba solamente por regular y controlar una serie de profesiones y estandarizar determinados instrumentos, sino de hacerlo a través del conocimiento matemático. No por casualidad, el *Regimento* dedica uno de sus capítulos —el capítulo 11— a la lección de matemáticas impartida en Lisboa por el *Cosmógrafo-Mor* y a su programa académico<sup>61</sup>. Se trata del programa de enseñanza náutica más antiguo que se conoce en Portugal, creado para dotar de mayor seguridad los viajes transoceánicos, ya que el desconocimiento de las reglas de la cosmografía y del arte de navegar tenía consecuencias desastrosas para la monarquía<sup>62</sup>. La lección de matemáticas consistía en una explicación diaria de una hora que se impartía durante ocho meses aproximadamente. El curso comenzaba el 18 de octubre y terminaba el 23 de junio de cada año y, en ocasiones, la lección tenía lugar en el domicilio del *Cosmógrafo-Mor*.

58 J. R. M. C. Coelho e Sousa, op. cit., Tomo III, cap. XXII, p. 19.

59 Amélia POLÓNIA, «Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596–1648). Subsídios para o seu estudo», *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, XIII, 1995, pp. 271–353, p. 272.

60 BA, fls. 196–196v.

61 BA, fls. 192–193v. Se trata del primer documento conocido que proporciona información exhaustiva sobre la formación de pilotos en Portugal durante el siglo XVI.

62 A. Teixeira da MOTA, art. cit., 1969, p. 33. Véase también Rita Cortez de MATOS, «O Cosmógrafo-Mor: o ensino náutico em Portugal nos séculos XVI e XVII», *Oceanos*, 38, 1999, pp. 55–64. Del mismo modo, en 1552 se estableció en la Casa de la Contratación la Cátedra de Cosmografía para mejorar la formación científica de los pilotos y en 1582 fue instaurada la Academia de Matemáticas con un propósito semejante. No por casualidad, el programa académico de la Cátedra de Cosmografía de la institución sevillana guarda una gran semejanza con la *Lição de Matemática* del *Cosmógrafo-Mor*. Sobre las Ordenanzas españolas de 1552 y la Cátedra de Cosmografía véase M. I. VICENTE MAROTO y M. ESTEBAN, op. cit.; A. D. SANDMAN, op. cit., 2001; A. SÁNCHEZ, «Los artífices del *Plus Ultra*: pilotos, cartógrafos y cosmógrafos en la Casa de la Contratación de Sevilla durante el siglo XVI», *Hispania*, LXX, 236, 2010, pp. 607–32, 623–8; y A. SÁNCHEZ, «Los métodos pedagógicos de la corona española para disciplinas la experiencia de los pilotos en el siglo XVI», *Anuario de Estudios Americanos*, 67, 1, 2010, pp. 133–56.



En la *Lição de Matemática* se enseñaban nociones básicas de astronomía aplicada a la navegación, como la función de los círculos de la esfera o la forma del universo; las reglas más importantes para la predicción de las mareas; la fabricación y uso de una carta náutica; la utilización del astrolabio náutico para observar el Sol; el uso de la ballestilla y el cuadrante durante la noche; el uso del reloj de sol; el uso del astrolabio planisférico y de otros instrumentos; el uso del regimiento para determinar la latitud por la altura meridiana del Sol; el uso del regimiento para determinar la latitud por la altura de la Estrella Polar; la determinación de la variación de la aguja de marear; y el tratado de la esfera. Las lecciones sobre el tratado de la esfera, el uso del astrolabio planisférico y de otros instrumentos estaban destinadas sólo a los alumnos más aventajados.

El *Cosmógrafo-Mor* tenía a su disposición todos los instrumentos necesarios para hacer las clases más claras e inteligibles. Se trataba, por tanto, de clases eminentemente prácticas, lecciones de matemáticas aplicadas a la navegación oceánica. A pesar de que estas lecciones iban dirigidas a un colectivo muy particular guardaban cierta semejanza con el programa docente del *Aula da Esfera* del Colégio de Santo Antão<sup>63</sup>. Ambos programas daban especial protagonismo a cuestiones relacionadas con la cosmografía y la navegación. Además, profesores del colegio jesuita de Lisboa, como Francisco da Costa, escribieron trabajos sobre estas materias que sirvieron de material docente<sup>64</sup>. Tanto la lección del *Cosmógrafo-Mor* como la lección del Colégio de Santo Antão eran impartidas en portugués y no en latín, tal y como relata un anónimo visitante italiano de la ciudad de Lisboa<sup>65</sup>. Este dato pone de manifiesto que la lengua vernácula fue el medio habitual para transmitir y comunicar el conocimiento matemático aplicado a la náutica y la cosmografía en Portugal durante los siglos XVI y XVII.

---

63 L. de ALBUQUERQUE, op. cit., p. 9 y ss. Albuquerque destacó en este artículo los paralelismos que existían entre el programa de la lección del *Cosmógrafo-Mor* y el programa del «Aula de Esfera», este último más profundo y crítico. Las lecciones del Colegio de *Santo Antão* no sólo iban dirigidas a navegantes, sino a personas de diversa procedencia. Véase también L. de ALBUQUERQUE, «Portuguese books on nautical science from Pedro Nunes to 1650», *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXIII, 1985, pp. 259–78, 264.

64 Entre ellos, el *Tratado de Geografía* (1594–95), el *Arte de navegar* (1596), el *Compêndio de Cosmografía* (1601–02) o el *Tratado da Hidrografía*. En este último tratado Costa ofrece la primera explicación detallada en portugués acerca de la construcción de una carta náutica. Véase L. de ALBUQUERQUE, *Das obras inéditas do Padre Francisco da Costa*, Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, Vol. LII, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, p. III.

65 «Oltre de questa lectione de Gesuiti se ne legge un'altra del cosmografo maggiore de S. M.ta provisionate per questo, et se leggono queste lectione nel idioma portoghese, duendo scruiere à molti che nõ possiedono la lingua latina». *Della grandezza et magnificenza della citta di Lisbona*, Ms. Fondo Confaloniere, Vatican Archives, 45, fl. 34. Citado en A. Teixeira da MOTA, art. cit., 1969, p. 35.

## Conclusiones

La forma en la que los pilotos y exploradores de la Corona llegaron a todos los rincones del globo y establecieron redes comerciales de larga distancia, dando lugar a lo que hoy conocemos como el imperio ultramarino portugués, no fue un gesto espontáneo ni fruto del azar. El imperio portugués se irguió sobre un sistema talasocrático que gozó de una sorprendente longevidad. Desde la primera mitad del siglo xv, Portugal enfocó su aventura expansionista hacia el dominio hidrográfico y el establecimiento de rutas comerciales seguras y rentables donde poder implantar enclaves mercantiles estratégicos. Las dimensiones y la durabilidad de tal empresa obligan a afirmar que su éxito dependió de una sofisticada maquinaria de control por parte de la monarquía. En lo que respecta a la actividad científica de tal empresa, esta maquinaria estaba compuesta por una compleja red de instituciones destinada a la gestión de información, a la formación de pilotos y a la producción de cartas e instrumentos náuticos, pero sobre todo a la creación de modelos, normas y estándares que regulaban el conjunto de prácticas náuticas y cosmográficas sustentadas por la Corona. El *Regimento do Cosmógrafo-Mor* constituye un ejemplo irremplazable para comprender el funcionamiento de dicha maquinaria.

El caso del imperio ultramarino portugués pone de manifiesto que la habilitación de procesos de homogeneización y estandarización se convirtió en una forma eficaz de generar conocimiento y de mantener las ambiciones expansionistas. A pesar de que el *Regimento* surgió de la necesidad más inmediata no fue ni mucho menos fruto de una decisión arbitraria, pues fue publicado con la intención de establecer padrones de actuación; pretendía poner orden, controlar y, sobre todo, generar estabilidad en un mundo extraordinariamente cambiante. El *Regimento* era un mecanismo administrativo de generalización y globalización de una serie de prácticas náuticas y cosmográficas producidas en un contexto local. El *Regimento*, los exámenes y las cartas *padrões*, entre otros elementos, funcionaban como herramientas que permitían ordenar colectivamente las piezas de la maquinaria imperial. Su incorporación al mundo de la cosmografía lusitana ordenó el contexto en el que se desarrollaron estas prácticas con anterioridad. Estas medidas funcionaban como una guía a la que cualquier agente implicado en el mundo de la cosmografía y de la navegación debía recurrir para proceder de forma adecuada. El *Regimento* y muchos de los elementos en él referidos formaron parte del proceso de normalización en el que se vio envuelta la cosmografía portuguesa. El *Regimento* se convirtió en un elemento decisivo de ese proceso en un contexto en el que los sistemas de control dependían de relaciones de vasallaje, tanto en relación a la fabricación y certificación de instrumentos como en relación a la validación y aprobación de otros agentes implicados.



**Fuentes Manuscritas**

## ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

*Colecção de S. Vicente*, livro 12, fls. 244–6 (Ordem que os Pilotos devem guardar na viagem da Carreira da Índia).

*Corpo Cronológico*, II–185–94.

*Chancelaria de D. Manuel*, L. 1, fl. 64v.

## BIBLIOTECA DA AJUDA [BA]

44/XIII/56, fl. 188–196v.

## BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP]

*Reservados*, 993 P. (Leys e provisões que el Rei Dom Sebastião nosso senhor fez depois que começou a governar, Lisboa, Por Francisco Correa, 1570).

## BIBLIOTHEQUE NATIONALE DE FRANCE [BNF]

*Manuscrit Colbert*, 298 (Apontamentos para el Rey de Portugal que fez Lopo Home, cosmografo, cavaleiro da sua casa, em um padrão de navegar feito sobre e por rezam dos euclipses do Sol e Lua).

**Fuentes Impresas y Bibliografía**

ALBUQUERQUE, Luís de, «A “Aula de Esfera” do Colégio de Santo Antão no Século xvii», *Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga*, LXX, 1972, pp. 7–44.

ALBUQUERQUE, Luís de, «Portuguese books on nautical science from Pedro Nunes to 1650», *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXIII, 1985, pp. 259–78.

ALBUQUERQUE, Luís de *et al.*, *Portugaliae Monumenta Africana*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

ASH, Eric H., *Power, Knowledge, and Expertise in Elizabethan England*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2004.

BARRERA-OSORIO, Antonio, *Experiencing Nature: The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution*, Austin, University of Texas Press, 2006.

BLEICHMAR, Daniela *et al.*, *Science in the Spanish and Portuguese Empires, 1500–1800*, Stanford, Stanford University Press, 2009.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino*, Vol. VII, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1720, pp. 199–200.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge, «Iberian Science in the Renaissance: Ignored How Much Longer?», *Perspectives on Science*, 12, 2004, pp. 86–124.

COELHO, José Ramos (ed.), *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

CORTESÃO, Armando y MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987 [1960].

CORTESÃO, Jaime, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997 [1960].

COSTA, Palmira Fontes da y LEITÃO, Henrique, «Portuguese Imperial Science, 1450–1800: A Historiographical Review» in D. Bleichmar *et al.*, *Science in the Spanish and Portuguese Empires*, Stanford, Stanford University Press, pp. 35–53.

- DAVIDS, Karel, «Dutch and Spanish global networks of knowledge in the early modern period: Structures, connections, changes» in Lissa Roberts (ed.), *Centres and cycles of accumulation in and around the Netherlands during the early modern period*, Münster, LIT Verlag, 2011, pp. 29–52.
- DELBOURGO, James y DEW, Nicholas (eds.), *Science and Empire in the Atlantic World*, New York, Routledge, 2008.
- FARIA, F. Leite de y MOTA, Avelino Teixeira, «Novidades náuticas e ultramarinas numa informação dada em Veneza em 1517», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências*, Tomo XX, 1977, pp. 7–75.
- FIGUEIREDO, Manuel de, *Hydrographia*, Lisboa, Impresso por Vicente Alvarez, 1614.
- FONSECA, Quirino da, *Diários da Navegação da Carreira da Índia nos Anos de 1595, 1596, 1597, 1600 e 1603*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1938.
- FONSECA, Tello da, *História da farmácia portuguesa através da sua legislação*, Vol. I, Porto, Emp. Industrial Gráfica do Porto, 1935.
- FORD, Jeremiah D. M., *Letters of John III King of Portugal, 1521–1557*, Cambridge Mass., Harvard University Press, 1931.
- HARRIS, Steven J., «Confession-building, Long-Distance Networks, and the Organization of Jesuit Science», *Early Science and Medicine*, 1, 3, 1986, pp. 287–318.
- HARRIS, Steven J., «Long-Distance Corporations, Big Sciences, and the Geography of Knowledge», *Configurations*, 6, 2, 1998, pp. 269–304.
- KNORR-CETINA, Karin, *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*, Cambridge, MA, Harvard University Press, 1999.
- LAVANHA, João Baptista, *Regimento nautico*, Lisboa, Em casa de Simão Lopes, 1595.
- LAW, John, «On the Methods of Long-Distance Control: Vessels, Navigation and the Portuguese Route to India», *Sociological Review Monograph*, 32, 1986, pp. 234–63.
- LAW, John, «On the Social Explanation of Technical Change: The Case of the Portuguese Maritime Expansion», *Technology and Culture*, 28, 2, 1987, pp. 227–52.
- LAW, John, «Technology and Heterogeneous Engineering: The Case of Portuguese Expansion» in Wiebe E. Bijker, Thomas P. Hughes y Trevor Pinch (eds.), *The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*, Cambridge (Mass.), The MIT Press, 1989, pp. 111–34.
- LEITÃO, Henrique, *A Ciência na «Aula da Esfera» no Colégio de Santo Antão*, Lisboa, Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário do nascimento de São Francisco Xavier, 2007.
- LEITÃO, Henrique, *360° Ciência Descoberta*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- LEITÃO, Humberto y LOPES, J. Vicente, *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.
- LONG, Pamela O., *Artisan/Practitioners and the Rise of the New Sciences, 1400–1600*, Corvallis, Oregon State University Press, 2011.
- LUZ, Francisco Mendes da, «Um parecer inédito do cosmógrafo João Baptista Lavanha sobre as Molucas e o Tratado de Tordesilhas», Separata de *Garcia de Orta, Revista da Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar*, Vol. III, n.º 1, 1955, pp. 63–77.
- LUZ, Francisco Mendes da, *Regimento da Casa da Índia*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

- MATOS, Luís de, *Les Portugais en France au XVII<sup>e</sup> siècle (études et documents)*, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1952.
- MATOS, Rita Cortez de, «O Cosmógrafo-Mor: o ensino náutico em Portugal nos séculos XVI e XVII», *Oceanos*, 38, 1999, pp. 55–64.
- MOREIRA, Rafael, «A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid» in *Actas do II Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte: As relações artísticas entre Portugal e Espanha na época dos Descobrimentos*, Minerva, Coimbra, 1987, pp. 65–77.
- MOTA, Avelino Teixeira da, «Os regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do ensino náutico em Portugal», *Separata das Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, classe de ciências*, Tomo XIII, 1969, pp. 1–69.
- MOTA, Avelino Teixeira da, «Instruções náuticas para os pilotos da Carreira da Índia nos começos do século XVII», *Separata de Colectânea de Homenagem ao Prof. Damião Peres*, Junta de Investigações do Ultramar, 1974, pp. 5–18.
- MOTA, Avelino Teixeira da, «Some Notes on the Organization of Hydrographical Services in Portugal Before the Beginning of the Nineteenth Century», *Imago Mundi*, 28, 1976, pp. 51–60.
- NAVARRO, Victor y EAMON, William, *Más allá de la Leyenda Negra: España y la Revolución Científica*, Valencia, Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación López Piñero, Universidad de Valencia, CSIC, 2007.
- PERES, Damião (ed.), *Regimentos das Cazas da Índia e Mina*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1947.
- PIMENTEL, Juan, «The Iberian Vision: Science and Empire in the Framework of a Universal Monarchy, 1500–1800», *Osiris*, 15, 2001, pp. 17–30.
- POLÓNIA, Amélia, «Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596–1648). Subsídios para o seu estudo», *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, XIII, 1995, pp. 271–353.
- PORTUONDO, Maria M., *Secret Science. Spanish Cosmography and the New World*, Chicago, The University of Chicago Press, 2009.
- RIBEIRO, António Silva, *A Hidrografia nos Descobrimentos Portugueses: contributo para o desenvolvimento da hidrografia mundial*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.
- SÁNCHEZ, Antonio y LEITÃO, Henrique, «A Zilselian look at Iberian Science in Early Modern World», Comunicación presentada en el 8<sup>th</sup> STEP (*Science and Technology in the European Periphery Meeting*, 21–4 de Jun. de 2012, Corfú (Grecia).
- SÁNCHEZ, Antonio, «Los artífices del *Plus Ultra*: pilotos, cartógrafos y cosmógrafos en la Casa de la Contratación de Sevilla durante el siglo XVI», *Hispania*, LXX, 236, 2010, pp. 607–32.
- SÁNCHEZ, Antonio, «Los métodos pedagógicos de la corona española para disciplinas la experiencia de los pilotos en el siglo XVI», *Anuario de Estudios Americanos*, 67, 1, 2010, pp. 133–56.
- SÁNCHEZ, Antonio, *La espada, la cruz y el Padrón: soberanía, fe y representación cartográfica en el mundo ibérico para la Monarquía Hispánica, 1503–1598*, Madrid, CSIC, 2013.
- SANDMAN, Alison D., «Educating pilots: licensing, exams, Cosmography classes, and the Universidad de Marcantes in 16th century Spain» in Inácio Guerreiro y Francisco Contente Domingues (eds.), *Fernando Oliveira and his Era Humanism and the Art of*

*Navigation in Renaissance Europe (1450–1650). Proceeding of the IX International Reunion for the History of Nautical Science and Hydrography*, Cascais, 1999, pp. 99–109.

SANDMAN, Alison D., «Cosmographers versus Pilots: Navigation, Cosmography, and the State in Early Modern Spain», tesis doctoral, University of Wisconsin, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz *et al.*, *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência de Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Joseph Roberto Monteiro de Campos Coelho e, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo III, Lisboa, Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1785.

VASCONCELOS, José Augusto do Amaral Frazão de, *Subsídios para a história da carreira da Índia no tempo dos Filipes*, Lisboa, O Mundo do Livro, 1960, pp. 91–120.

VEGA, Jesús y LAWLER, Diego, «Estándares como herramientas epistémicas» (manuscrito).

VICENTE MAROTO, María Isabel y ESTEBAN, Mariano, *Aspectos de la ciencia aplicada en la España del Siglo de Oro*, Valladolid, Consejería de Cultura y Turismo, 2006.

VITERBO, Sousa, *Trabalhos náuticos dos Portuguezes nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988 [1898].



recensões

---



**Liam Matthew Brockey**, *The Visitor André Palmeiro and the Jesuits in Asia*, Cambridge, Massachusetts, London, England, The Belknap Press of Harvard University Press, 2014, 528 pp., ISBN 9780674416680.

The main aim of Liam Brockey's book *The Visitor André Palmeiro and the Jesuits in Asia* (2014) was to rescue from "undeserved oblivion" (p. 5) this Portuguese Jesuit, born in Lisbon in 1569, dead in Macau in 1635, and visitor to the Asian Jesuit missions between 1617 and 1635. From Brockey's viewpoint, Palmeiro's most decisive contributions lied precisely on his "continual movement that he kept *ad maiorem Dei gloriam* over the course of his twilight years (Palmeiro was forty-nine years old when he was assigned the role of visitor to Asia missions), and the constant critical regard that he applied to his men and their endeavours" (p. 6).

Brockey structured his biography on André Palmeiro in two main parts consisting of five chapters each. The first part, entitled "Inside the Empire" (pp. 27–192), discusses Palmeiro's life and activity in Portugal and his two terms as visitor in South Asia. The second part, called "At Empire's Edge" (pp. 195–442), approaches his final nine years as visitor to the East Asian missions.

In the first chapter, "Entering the Order" (pp. 27–48), Brockey mentions the little information available about Palmeiro's first years before entering the Society in 1584, aged fifteen, followed by his formative years at the College of Santo Antão, from the late 1570s, and then his four years of novitiate in Coimbra, from 1584 (pp. 41–3). The second chapter, "The Visitor in Training" (pp. 49–81), is dedicated to his "informal training as administrator" and his ascendance of "the hierarchical ladder from a simple priest to a professed Jesuit" (p. 49). In 1598, Palmeiro initiated his brilliant activity as professor at Coimbra (p. 73). In 1614, he was chosen as rector of the College of Braga, an assignment that meant a shift in his career, as this nomination meant that his administrative skills had been recognized by superiors. Chapter 3, "Manager of Men" (pp. 82–115), begins with his travel to Goa in 1617. This chapter is largely dedicated to Palmeiro's role in



the Roberto de Nobili affair. In the end, Palmeiro sided with Nobili (p. 96). Chapter 4, “In the Footsteps of the Apostles” (pp. 116–48), is dedicated to Palmeiro’s inspection trips to Southern India and Ceylon between 1620 and 1624. During this period, Palmeiro had to face two major conflicts with the Bishops of Cochin: the dispute between the Jesuits and secular ecclesiastic hierarchy over the Fishery Coast, and the decision taken in 1619, also by the Bishop of Cochin, to seize the properties of both the Franciscans and the Jesuits in Ceylon, which constituted the order’s local main sources of income (pp. 121–5). Chapter 5, “Among Archbishops, Emperors, and Viceroyes” (pp. 148–92), approaches Palmeiro’s activity in Goa after his return from Cochin in 1621 and his trip to the Province of the North completed by the end of 1622. In his double role of visitor to India and Malabar, Palmeiro was the leading Jesuit in Asia. The title of this chapter alludes to his activity among secular and religious leaders, such as the viceroys, the Great Akbar and the Emperor of Ethiopia. Palmeiro indeed tried his best to convince headquarters in Lisbon and Rome to finally assure that talented Jesuits would be sent to Asian missions (p. 161).

The year 1626 marked a second landmark in Palmeiro’s life. In July of that year he arrived in Macau. The position he then assumed as Visitor to East Indies marked the second fundamental shift in his life. The first chapter of Part Two, “At Empire’s Edge”, is called precisely “The View from Macau” (pp. 195–239). This chapter is dedicated to Palmeiro’s activity as regards both the China and Japan missions. The next chapter, “To Beijing and Back Again” (pp. 240–77), is dedicated to Palmeiro’s activity in Central China, with a special focus on his trips to The Forbidden City and Southern China (Shanghai and Tianjin). Chapter 8 is entitled “Challenging Accommodation” (pp. 278–285). This chapter analyses the limits to and the problems posed by the accommodation policy followed by Matteo Ricci in China and summoned by Brockey into three main aspects. These are respectively “the misunderstanding of the dynamics of conversion, the false equivalence between Christianity and indigenous teachings, and the limited use of shared moral principles” (p. 307). Chapter 9, “Sunrise in the West” (pp. 326–74), is about the net cast by Visitor Palmeiro in South East Asia (Cochinchina, Tonkin, Cambodia, Siam). The last chapter, chapter 19, “Sunset in the East” (pp. 375–410), deals with contemporary persecutions of Christians in Japan.

I argue that this book fully accomplishes the author’s main aim as stated above to recover the Portuguese Jesuit André Palmeiro from undeserved oblivion, because it depicts a portrait of this Portuguese Jesuit as a highly decisive figure in shaping Jesuit enterprise in Asia in the first half of the seventeenth century. After a brilliant academician career in Coimbra, and the development of his administrative skills as rector of the Colégio de Braga, he was sent to Asia. His administrative skills were certainly the reason he was chosen by superiors to be sent East in a mature period of life, something uncommon at the time. Brockey also refers that Palmeiro led an austere life and was a man of profound internal life (p. 41 and p. 410). The subtitle of the conclusion “A Baroque Death” (pp. 411–42), moreover indicates that his death may have fulfilled the pattern of *bona mors*, the happy death fostered by Baroque Catholicism (p. 413).

Brockey traced the main aspects of the character, trajectory and career of André Palmeiro within their broad religious, cultural and social framework further to the mere chronological presentation of facts and events. For instance, in the introduction, Brockey explains in depth the role attributed to the visitors within the Society of Jesus, and interprets it within the order's missionary strategies in relation to the special context of Portuguese Asia (pp. 12–6). Indeed, the structure of this book itself reflects Brockey's choice to explain Palmeiro's trajectory and deeds by delineating the broader framework of coeval social, cultural, historical and religious events. The book begins with the "Prelude Nagasaki", 1625 (pp. 1–3). In the conclusion Brockey claims that the news of the Japan martyrdoms contributed to accelerate his death that occurred in Macau on the 24<sup>th</sup> March 1635 (p. 419). The 1630s marked precisely the epilogue of the wave of martyrdom of both Christian missionaries and lay people in Japan.

In a still uncommon way among most historians, Brockey shows great skills in the reconstruction of psychological portraits. Whenever possible, he interprets the reasons behind the facts, also from a psychological and personal viewpoint. In the conclusion, Brockey regrets precisely the fact that available primary sources (Palmeiro's necrology constitutes an exception in this respect!) are very scarce on Palmeiro's inner life and spirituality. And he explains this aspect, attributing it to Palmeiro's wish: "The best explanation for Palmeiro's silence on matters that were so important to him is that he viewed his devotions as private concerns to be shared only with God and his confessor (whose identity he does not reveal!)" (p. 415).

To conclude, the book *The Visitor André Palmeiro and the Jesuits in Asia*, by Liam Matthew Brockey, is of great interest for scholars of Jesuits and Portuguese Empire as well as for the public in general. It constructs a lively portrait of the Portuguese Jesuit André Palmeiro as a personality able to decisively determine circumstances and events he was involved with, in particular, during the last and most decisive years of his life as visitor to Jesuit Asian mission.

Cristina Osswald  
CITCEM, Universidade do Porto

**Zoltán Biedermann**, *The Portuguese in Sri Lanka and South India. Studies in the History of Diplomacy, Empire and Trade, 1500–1650*. Wiesbaden: Harrassowitz Verlag, 2014, 265 pp. ISBN: 9783447100625.

Zoltán Biedermann's book *The Portuguese in Sri Lanka and South Asia* presents the history of Portuguese interaction with Sri Lanka (and to a lesser extent, southern India) during the heyday of its empire (roughly 1505–1650s). It is in origin an assemblage of six freshly revised case studies woven together via an Introduction and an Afterword, which seek to

provide historical insights into the making of Portuguese power in the region and point out new ways forward in the study of the subject. Taken together, the essays in this book question simplistic contrasts between Europe and Asia as well as between the Portuguese and the Dutch empires highlighting the complex connections between the global and the local in early modern European-Asian interactions.

He starts by setting out his interpretation of the developing historiography in a short Introduction (six pages) entitled “Studying the Portuguese.” It is clear that he dislikes the sterility of quantitative history, epitomised by the work of Vitorino Magalhães Godinho (a hate figure to many historians of the Portuguese world of my generation, which Luís Adão da Fonseca’s recent obituary in the *Electronic Journal of Portuguese History* does not really attempt to grapple with), as well as the “shallowness” or Eurocentrism of collective turn-of-the-millennium projects like Curto and Bethencourt’s *Portuguese Ocean Expansion, 1400–1800* (Cambridge University Press, 2007), and the multi-volume *História da Expansão Portuguesa* edited by Bethencourt and Chaudhuri, 1998. Emerging in the shadow of these two important clusters, I have turned increasingly to the busy, competing European presences in the seventeenth-century Asian world, overlaid with a heavy missionary presence and church interference in local society, in order to find my voice, while Biedermann has chosen to focus on a specific, bounded geographical area (Sri Lanka) and analyse the workings of Portuguese colonialism at its heyday in the sixteenth century. This is what he has called “the apprenticeship” (*a aprendizagem*) of empire, as his Ph.D. is entitled, which makes a welcome turn from the fixation with the discovery era (the *Grandes Descobrimentos* to the Portuguese) which predates it. The CHAM research centre in Lisbon, to which Biedermann has belonged at important stages in his career, has similarly made crucial forays into this relatively short but formative period of Portuguese imperialism. Biedermann, like Bethencourt, moreover, is clearly interested in power and how it is wielded. Missionary history in Sri Lanka is left to Abeyasinghe and De Silva, something he confesses on page 66 deserves “further research.” It is, in my opinion, all too often left aside.

The six studies here are well written, engaging and carefully edited, but we should perhaps overlook the unappealing blurb which describes “an emphasis on connections, interactions and adaptations” concerned with the Portuguese presence in Sri Lanka and South Asia. Themes explored include Portuguese diplomacy in Asia, the connected histories of Portugal, Sri Lanka and the Habsburg Empire, the importance of cartography for the development of Iberian ideas of conquest, the political mechanisms that allowed for the incorporation of Sri Lanka into the Catholic Monarchy of Philip II, and the remarkable resilience of elephant hunting and trading activities in Ceylon during the seventeenth and eighteenth centuries. In these I again recognise some common points of origin, or wavelengths: both of us wrote generalising articles on Portuguese diplomacy in journals in 2005–2006 without knowledge of each other’s work. But while I was more interested simply in bringing human agency back into the picture of the comparative European-Asian sociological research agenda, which had been established by an important figure

in the field, Kirti Chaudhuri, but which had also been purposefully ignored by quantitativists like Godinho, Biedermann was engaged in a more substantial agenda dealing with the discourse of power prior to “*conquista*” via interesting tropes (Biedermann would prefer “*topoi*”) such as “*amizade*”, or amity. Embassies, it struck us both, offered a wonderful glimpse of the confrontation of two worlds, and the difficult, tentative, and suspicion-ridden attempts to find a common ground. The misunderstandings and mistakes which accompanied these embassies could tell us a lot about the hopes, fears and beliefs of both sides. Besides this reside questions as to how diplomacy was carried out: the nuts and bolts of the organisation and logistics of travel, as well as the courtly and diplomatic protocol of both sides. Other essays, such as the evolving European cartography of Sri Lanka, are manifestations of a “spatial turn” whose methodology I observed at close quarters at the European University Institute from other historians like Francesc Relaño and his very close source analysis of one map after another in the larger picture of an evolving map of Africa. Biedermann offers similar levels of detail, resurrects forgotten sources like Albernaz’s *Plantas das Cidades e Fortalezas* from the Bayerische Staatsbibliothek, embracing urban plans and fortificatory works, and which add further levels of complexity to the picture he presents.

Biedermann’s most substantial contributions to this volume, and which have seen multiple publications in various places, are his essays on the “Malwana Convention,” the “Matrioshka Principle” (perhaps more familiar to English readers as those wooden Russian dolls which fit inside one another) and the Transition to Colonial Rule. They focus on an agreement between local Sinhalese rulers to follow the Portuguese in return for the upholding of the laws and customs of the Sinhalese in 1579. The transition to colonialism thus went largely uncontested unlike, say, the British take-over of Bengal in the 1750s. How much of this convention is simply myth-making, and how could local rulers reconcile this agreement to Buddhist conceptions of universal kingship? These are important questions, which have been recently the thrust of research by other scholars like Alan Strathern, although the wider backdrop of whether Buddhism was in overall decline have not been adequately answered, or rather are repudiated by scholars like Felipe Fernández-Armesto (see chapter 9, Part 2 of his book *Millenium*, 1995).

Amongst other things, Biedermann tries to write the much underused legacy of German travel accounts into the history of Portuguese Asia (see his chapter on the elephant hunt). Then, in chapter 3, Biedermann dwells on “the Habsburg way”—how the accession of Philip II and a different approach to kingship affected political relations in Sri Lanka. Amongst his sources here are legal texts and contemporary dictionaries, these are then tools to investigating imperial writing cultures. One drawback of Biedermann’s work, however, like that affecting many Portuguese scholars, is a superficiality when it comes to Dutch sources. This is perhaps strange given Biedermann’s richly varied personal background and multi-lingual armoury, but it is also a reflection on how little the Dutch world has opened its arms to scholars of Portuguese Asia, something to which

I can well attest from my own personal experience. In the sections on diplomacy, it is true, he includes the account of Joris Spilsbergen, but not much attention is focused thereon, the individual commentaries or pages of this text do not jump out as they should do. The incommensurability of a Portuguese and Dutch historiography, perhaps most ably surmounted in our generation by André Murteira, continues to be the principle stumbling block for Luso-Asian historians—the blame, the prejudice, the rivalry is not adequately surmounted. Important scholars like Markus Vink who have concentrated their work on southern India and the Gulf of Mannar are not even present in this book’s Bibliography.

Other concerns I might perhaps express here include one or two incidents of word choice, perhaps most glaringly Vasco da Gama’s “anger” (p. 15), taken from the Portuguese “*merencorico*.” This is clearly “melancholy” rather than anger, a well-known trope in Golden Age Iberian literature, which recent translators of Gama’s crew member’s *Roteiro* like Glenn Ames have rendered more accurately as “downhearted” (p. 86 of his 2009 Brill edition).

To conclude, I would strongly recommend this interesting set of essays, and look forward to reading further work, as Biedermann’s recent analysis of that important Franciscan Jeremiah Frei Paulo da Trindade suggest will very much be the case.

Stefan Halikowski Smith  
Swansea University

**Vicente Montojo Montojo**, *Correspondencia mercantil en el siglo XVII. Las cartas del mercader Felipe Moscoso (1660–1685)*, Murcia: Edit.um – Ediciones de la Universidad de Murcia, 2013, 744 pp. ISBN 9788469569627.

El presente estudio, accesible íntegramente a través de la red, se articula en torno a dos partes bien diferenciadas. En primer lugar, la obra contiene un estudio preliminar donde se contextualiza la correspondencia del mercader Felipe Moscoso desde el puerto de Alicante. Por otro lado, se transcriben minuciosamente las cartas de Felipe Moscoso, tanto las recibidas como las enviadas.

Felipe Moscoso fue un mercader de origen oraní, procedente de los Saportas, familia de judíos de Orán que fueron expulsados por el marqués de los Vélez en 1669. Felipe Moscoso, junto a su padre Jacob Saportas, emigró a Génova unos años antes de esta expulsión. Felipe Moscoso, se trasladó a Alicante (en 1660) recomendado por su amigos del puerto de Liorna. El puerto toscano, dominado principalmente por las actividades de ingleses y de judíos sefarditas, ya se había convertido en uno de los puntos redistributivos fundamentales del comercio mediterráneo y con conexiones muy sólidas con el levante español.

El arco cronológico contemplado en la obra nos ofrece una visión panorámica de las relaciones internacionales y del estado del comercio en el Mediterráneo occidental. Resulta un periodo especialmente interesante por los conflictos que se desarrollaron durante los años 1660 y 1685, sin olvidar la interrelación entre guerra y comercio en las dinámicas de funcionamiento del Antiguo Régimen.

La densidad de las redes de Felipe Moscoso, observada a través de la correspondencia que mantuvo con agentes repartidos por gran parte de los puertos más pujantes de la época, conforma un observatorio para el análisis de las relaciones comerciales transnacionales e interculturales durante la segunda mitad del siglo xvii. El manejo de cartas en italiano, portugués y castellano, nos presenta una imagen de Felipe Moscoso como comerciante cosmopolita e integrado en un sistema transnacional globalizado. La presencia de sus contactos y agentes en puertos como Génova, Liorna, Cádiz, Lisboa, Venecia, Ámsterdam o Hamburgo nos indica la comunicación existente y permeabilidad entre los ámbitos Mediterráneo, Adriático, Atlántico y Norte de Europa. Asimismo, la variedad de productos puestos en circulación a través de esta red nos permite calibrar la naturaleza global de los intercambios de Moscoso. Las cartas de Moscoso revelan la flexibilidad y ambigüedad constantes de este tipo de compañías, siempre dispuestas a la reformulación y búsqueda de nuevas oportunidades de negocio integrando agentes y productos que permitieran el mayor margen de beneficio posible en determinadas coyunturas.

A partir del contenido de la correspondencia de Felipe Moscoso es posible apreciar especialmente la proyección atlántica del espacio mediterráneo y viceversa, en otras palabras, de la interacción de mercados entendidos como totalmente complementarios y en absoluto excluyentes. En efecto, las informaciones referentes tanto a la Flota de Indias como al tráfico comercial del atlántico portugués nos permiten calibrar la complementariedad duradera de los negocios americanos con el Mediterráneo occidental, e incluso la de una interrelación permanente entre los circuitos mercantiles de los dos imperios ibéricos. Por otro lado, merece la pena resaltar las interacciones de Felipe Moscoso, y de otros comerciantes de la costa levantina española en general, con los negocios promovidos desde el presidio de Orán y la ingente información sobre precios y productos más lucrativos. Otra de las líneas interesantes es la de los contactos de Moscoso en Madrid, los cuales redimensionaron igualmente la cantidad de información recibida y el conocimiento que dispuso de los movimientos a nivel cortesano y político.

En definitiva, aunque el valor de su correspondencia no se circunscribe exclusivamente al ámbito mercantil, la información manejada por Felipe Moscoso confirma principalmente la vigencia, dinamismo y vitalidad del espacio mediterráneo en una cronología que queda fuera de las etapas que tradicionalmente se han considerado como de mayor esplendor. Además, debido a la gran cantidad de información que en estas cartas e recogen, la presente obra tiene un gran valor como herramienta para el estudio global, transnacional del comercio y situación política internacional en general durante la segunda mitad del siglo xvii. El Mediterráneo se presenta, por tanto, como un espacio

renovado, complejo, rico de intercambios a todos los niveles y parte de un entramado comercial y de circulación a nivel mundial.

Francisco Zamora Rodríguez

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

**Anthony John R. Russell-Wood**, *Histórias do Atlântico Português*, Ângela Domingues e Denise A. Soares de Moura (orgs.), São Paulo, Editora Unesp, 2014, 404 pp., ISBN 9788539305544

### O Atlântico como cenário: histórias do império português

A obra *Histórias do Atlântico Português* reúne nove textos produzidos pelo pesquisador John Russell-Wood, em diferentes períodos de sua trajetória acadêmica, sendo que alguns deles foram traduzidos para o idioma português pela primeira vez. Segundo as organizadoras da obra, as professoras Ângela Domingues e Denise Moura, a proposta de lançar um livro neste formato fora ideia do próprio Russell-Wood, que meses antes de falecer, escolheu os textos que seriam publicados e apresentou sua ideia à editora da Universidade Estadual Paulista, a UNESP.

Russell-Wood nasceu em 1940, no País de Gales — Reino Unido. Foi professor no departamento de História da famosa Universidade Johns Hopkins, localizada em Baltimore, nos Estados Unidos. Dedicou-se a estudar a História de Portugal e de seu império ultramarino, tendo sido fortemente influenciado pelo seu orientador e pesquisador Charles Boxer, um dos mais respeitados historiadores inglês. Residiu por cinco anos no Brasil, no estado da Bahia, onde realizou uma pesquisa minuciosa sobre a Santa Casa de Misericórdia, que foi publicada originalmente em 1968, no livro *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550–1755*.

Os textos contidos em *Histórias do Atlântico Português* são riquíssimos em pesquisa empírica e referências bibliográficas. Apesar de alguns deles terem sido escritos na década de noventa do século passado, tratam com originalidade algumas temáticas, problematizando-as de forma diferenciada. Assim, o livro é uma referência atual, que sugere debates e propostas investigativas aos pesquisadores luso-brasileiros. Composto por quatrocentas e três páginas, a obra está subdividida em nove capítulos, nos quais o estudo do Atlântico é tido como um ponto de encontro da vida e do movimento de um império<sup>1</sup>.

1 Nesta perspectiva, António Luís Alves Ferronha nos recorda que o primeiro livro a tratar deste tema foi o *Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*, de Fernand Braudel, no texto: «Angola — A revolta de Luanda de 1667 e a expulsão do governador geral Tristão da Cunha», in Júnia F. Furtado (org.), *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português*, Belo Horizonte, UFMG, 2001.

A primeira sessão textual intitulada «Antes de Colombo: o prelúdio africano de Portugal à Passagem Atlântica e sua contribuição à discussão sobre raça e escravidão» — o autor trata da descoberta da América, em 1492, demonstrando como os portugueses lidavam com os africanos neste período — tanto em África, quanto em Portugal. Nas palavras do próprio Russell-Wood:

Meu objetivo neste capítulo é tomar 1492 não como o começo, mas como o fim de uma era. O meio século que precedeu a esse ano testemunhou o início de um comércio de escravos exclusivamente marítimo da África subsaariana à Europa. Some-se a isso uma dimensão americana e temos como resultado modificações a tudo que havia sido institucionalizado antes de 1492. (p. 28)

Para o autor, todo o intercuro cultural envolvido na descoberta da América e no trato com os diferentes povos africanos, fez com que os portugueses criassem mecanismos diferenciados e próprios, que tornassem viáveis esses intercâmbios de pessoas, costumes e modos. Ao final do capítulo o autor analisa o legado, de todo este panorama, advindo do século xv, para o Brasil colônia.

A segunda sessão textual é chamada de «Literatura Portuguesa. Visão Geral», nela o autor dedica-se a explorar e apresentar boa parte da literatura que fora produzida sobre Portugal e seu império — do século xiii até o xx, passando por Brasil, África e Ásia. Tal capítulo sugere várias referências bibliográficas para os pesquisadores.

O cerne do livro está exposto no terceiro capítulo, que trata do «Atlântico Português, 1415–1801». O autor ressalta que duas perspectivas poderiam servir de estrutura para este texto: a primeira diz respeito à abordagem convencional de história imperial, que enfatiza o papel das instituições legais tanto na metrópole quanto nas colônias: «Sob essa perspectiva, os interesses metropolitanos predominavam sobre os coloniais e as colônias eram essencialmente «vacas leiteiras» que forneciam matéria-prima em benefício da metrópole [...]» (p. 90). E a outra perspectiva — que é adotada no texto — trata da relação metrópole-colônia num plano conceitual mais amplo. O Atlântico português é analisado sob o ponto de vista do que estava ocorrendo nos territórios ultramarinos da África e do Brasil. Neste sentido, Russell-Wood amplia a visão que se tem do império português, numa perspectiva em que existiam:

[...] diásporas comerciais complexas, emaranhadas e intercoloniais sem um componente metropolitano; populações multinacionais, multiétnicas e políglotas; predominância de indivíduos de raça mestiça; ambiguidade e ambivalência em relação a cor, raça, status social e identidade individual e coletiva; e uma vida religiosa em que se podia ser devoto tanto do catolicismo quanto de outros sistemas e práticas de crença. (p. 90)

Em «Portos do Brasil colonial», o autor esmiúça a importância dos portos coloniais brasileiros. Além de tratar dos aspectos físicos e geográficos inerentes a esta temática, Russell analisa o aspecto social das conquistas marítimas portuguesas através de seus prin-



cipais empreendedores: os marinheiros. Relegados às camadas mais baixas da sociedade, os marujos possuíam uma reputação duvidosa, que frequentemente era endossada pelas autoridades civis e eclesiásticas. As cidades portuárias sofriam as consequências sociais da presença de tripulações advindas das diferentes partes do império português: sofriam com as doenças trazidas por esses viajantes, que na maioria das vezes eram repassadas às populações locais; tinham que lidar com a violência, com a prostituição, com os furtos e confusões que os marinheiros provocavam; além de arcar com o ônus de abastecer os navios — carne, sal e água eram as mercadorias básicas. Contudo, a importância dos portos não pode ser descartada: eram centros de trocas comerciais e de administração, serviam como postos de guarnição para defesa e representavam os maiores núcleos demográficos da colônia (p. 173).

Na quinta sessão textual, chamada de «Uma presença asiática no negócio de transporte de metais preciosos, 1710–1750», Russell analisa o papel assumido pelos navios que transportavam metais preciosos e transitavam do Brasil para Portugal. O autor resalta que «o império marítimo português» — expressão cunhada por Charles Boxer — dependia diretamente do trânsito marítimo, estabelecido pelas chamadas «carreiras» — as ligações marítimas entre diferentes portos.

Os pilares do comércio marítimo português eram a carreira da Índia entre Lisboa e Goa e Cochim — com a ilha de Moçambique como um porto de escala com conexões a leste de Goa para Malaca, Macau, Japão e Ilhas Molucas e Banda — e a carreira do Brasil, entre Lisboa (mesmo frequentemente, Porto e Setúbal) e os portos brasileiros de Salvador e Rio de Janeiro, principalmente, e Pernambuco (p. 178).

No decorrer do século XVIII os portos brasileiros ganhariam maior importância e se transformariam em locais de escala para os navios que circulavam pelo império português. O objetivo principal do autor é destacar um componente asiático nas remessas de metais preciosos, presente nos navios da carreira do Brasil: os consignadores individuais, residentes na Índia. E também os consórcios de mercadores indianos e chineses. Os consignadores entregavam as remessas a bordo dos navios — o que poderiam fazer em seu próprio nome ou atuar como agente para terceiros — esses indivíduos podiam ou não acompanhar a carga no navio até seu destino final. Entre os grupos sociais que desempenhavam esta função estavam os comerciantes, as autoridades do Estado ou da Igreja, aventureiros e especuladores.

Longe de ser um artigo de caráter quantitativo, o texto fornece um perfil institucional e social destes personagens — homens e mulheres que participaram ativamente da rede multicontinental e multioceânica do comércio marítimo português setecentista.

Em «A dinâmica da presença brasileira no Índico e no Oriente. Séculos XV–XIX» é discutida a presença brasileira no Índico e no Oriente, no contexto de uma história que contempla os dois hemisférios do império português. Neste texto fica clara a perspectiva da fragmentação do império português. Fragmentação essa que nos permite considerar o império sem fazer referência direta à metrópole, sabendo que os «impérios-sombra» que se formaram nas diferentes colônias além-mar, possuíam características próprias — permeadas pelo trânsito de pessoas, objetos e culturas. Russell-Wood vai além e testa a hipótese de

que existiram aspectos administrativos e comerciais estabelecadores de vínculos diretos entre o Brasil e o Estado da Índia. Sem a pretensão de esgotar o tema, o autor reconhece que há muito a ser estudado neste sentido:

A realidade é que o Brasil deixou poucos traços materiais ou artísticos no Oriente e que produtos comerciais e artísticos orientais da Ásia causaram maior impressão no Brasil do que o inverso. Esse impacto reflete a demanda, no Brasil colonial, por sedas, porcelanas, objetos de marfim e pedras preciosas do Extremo Oriente, e por tecidos, bandejas, verniz de laca, caixas de madeira, chá, pimenta e especiarias da Índia. Em 1758, o conde dos Arcos, vice-rei de Salvador, escreveu que porcelana era a «droga que mais facilmente se vende nesta terra». (p. 231)

No texto «Através de um prisma africano: uma nova abordagem ao estudo da diáspora africana no Brasil colonial», Russell-Wood lança um olhar diferenciado sobre as relações entre África e Brasil. Para o autor, as diferenças entre o continente e o Brasil precisam também ser enfocadas e o debate em torno da temática precisa ser ampliado. A chave usada para compreender tais diferenças situa-se na presença, no interior da América portuguesa, de escravos nascidos na África. A partir das diferentes procedências entre os grupos étnicos dos cativos é construída uma análise que enfatiza as particularidades de cada região da África — diferenças étnicas e culturais, assim como as diferenças associadas ao comércio e aos padrões de troca de mercadorias são importantes e devem ser consideradas: «As economias demonstraram níveis de diversidade regional, refletindo variações climáticas, atribuíveis às oscilações na queda de chuvas e na topografia, tanto quanto à oferta e à demanda.» (p. 242).

Ao longo do texto, Russel levanta várias questões e lança as bases para futuras investigações que poderiam ser empreendidas por historiadores do Brasil colonial, pois acreditava que suas formulações poderiam: «[...] estimular o desenvolvimento de novas metodologias, a busca de novas fontes e o encorajamento de cooperação, colaboração, bem como o aumento de trocas positivas entre pesquisadores nas e das Américas e seus colegas da África.» (p. 278).

No oitavo texto da obra, chamado de «Fronteiras do Brasil Colonial», o pesquisador cria uma nova abordagem para estudar a fronteira. Para ele, o termo pode ser visto como uma área de interação entre diferentes culturas. Nesse ínterim, Russell aborda o sertão do Brasil colonial: «Era uma região esquecida por Deus e desconhecida do homem civilizado.» (p. 280).

As características que marcavam a cultura do sertão eram três: violência, evasão e a inortodoxia religiosa. Ainda neste cenário, o autor analisa como as três culturas — a africana, a europeia e a indígena — se reuniram na América Portuguesa. Uma abordagem interessante, que sugere caminhos de pesquisa pouco utilizados e até mesmo inéditos para historiadores do Brasil colonial.

No texto que encerra o livro, Russell-Wood dedicou-se a expor, sob uma nova teoria, a questão do governo local na América Portuguesa. Em «O governo local na América Portuguesa: Um estudo de divergência cultural», o autor parte de duas premissas básicas para

analisar em que medida as formas de governo local refletiam sua fonte de origem. A primeira analisa a temática tendo em vista o processo de crescimento e expansão, e a segunda afirma a existência de um órgão administrativo principal.

É cediço que o estudo do oceano como ponto de convergências de culturas e encontros fora uma perspectiva adotada originalmente pelo historiador Fernand Braudel. E que tal visão fora compartilhada por outros historiadores e recriada ao sabor das circunstâncias, o que não a torna menos interessante. Tributários desta perspectiva de investigação há vários trabalhos de grande relevância historiográfica. A título de ilustração, podemos citar *O Trato dos viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul*, de Luís Felipe de Alencastro, e *O Atlântico Negro*, de Paul Gilroy — ambos, trabalharam com história do oceano Atlântico, embora possuam enredos totalmente diversos. É indubitável que *Histórias do Atlântico Português* constitui-se num material portador de perspectivas inovadoras para a historiografia. Ainda que tenha sido produzido com um aspecto de «colcha de retalhos» — em que textos produzidos em diferentes épocas foram amarrados num só enredo — os pontos de vista adotados por Russell-Wood no conjunto dos textos, dão nova tônica a temáticas já visitadas pela historiografia. O olhar, os métodos e a rica bibliografia utilizados pelo autor sugerem caminhos profícuos e inéditos aos pesquisadores da história do império português.

Rogéria Cristina Alves

Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

**Mariana P. Candido**, *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and its Hinterland*. Nova York: Cambridge University Press, 2013, 388 pp. ISBN 9781107529748

### **Benguela nas garras do tráfico de escravos**

À historiografia de fôlego, sobre regiões da África envolvidas no tráfico transatlântico de escravos, ao estilo de Philip Curtin, Robin Law e Joseph Miller, vem juntar-se o livro de Mariana P. Candido sobre Benguela e o seu interior durante a era do tráfico atlântico de escravos.

Tão abrangente quanto a sua cronologia são os temas que a autora aborda, embora eles possam ser agrupados de acordo com os debates em que se inserem, explicitados no início do livro e retomados em seus cinco capítulos: «a major reassessment of the impact of the Trans-Atlantic slave trade on African Societies» (p. 8); a «crioulização» ou as transformações culturais que marcaram os habitantes da região em razão do escravismo e do tráfico de pessoas (p. 10–1); o surgimento de uma sociedade escravista na África e os efeitos do colonialismo português (p. 13); e a ênfase no papel de portugueses e luso-brasileiros no escravismo e tráfico em Benguela (pp. 20–1).

Sua principal conclusão, delineada desde o início, é que a violência constituiu o fundamento da colonização portuguesa em Benguela. Nesta história, a violência não foi apenas parteira, mas ama e preceptora: «violence was intrinsic and omnipresent in Benguela, imposing order not only over slaves, but also, and perhaps even more dramatically, over free people» (p. 15)<sup>1</sup>.

A rápida transformação de Benguela num porto de tráfico de escravos é o tema do capítulo 1, «Contacts, Competition, and Copper: Benguela until 1710», no qual a argumenta que o tráfico escravista já era a principal atividade econômica de Benguela ainda na primeira metade do século XVII. Logo depois de os portugueses estabelecerem-se na Baía das Vacas (1617), o fracasso da exploração de supostas jazidas minerais deu lugar à escravização e ao tráfico como fulcro econômico da frágil colônia, tendo a violência como pressuposto e resultado (p. 76). Isto explicaria o interesse holandês em conquistá-la à época da ocupação de Luanda (pp. 69, 176). O fato de que os registros oficiais de escravos exportados por Benguela sejam raros seria devido ao contrabando, uma vez que escravos «benguelas» aparecem em registros no Novo Mundo neste mesmo período.

Pode-se observar, porém, que, embora a hipótese da relevância do contrabando neste período seja plausível, o fato de que a exportação de escravos fosse importante para Benguela não significa que este porto fosse igualmente importante para o mercado atlântico de escravos até meados do século XVII. O tráfico escravista se consolidaria em Benguela na década de 1680, depois dos esforços de expansão da colônia, bem sucedidos em aumentar o controle sobre os sobas do interior e, conseqüentemente, aumentar a coleta de tributos na forma de escravos. Aqui, a autora faz um sugestivo paralelo com o que se passava na Amazônia portuguesa, onde se buscava aumentar o controle sobre os povos nativos<sup>2</sup>.

Aborda, também, um dos temas mais polêmicos da historiografia de Angola na era dos descobrimentos, a saber, a suposta existência de um povo a que os portugueses chamavam «Jagas». Sua conclusão, bastante semelhante às de Joseph Miller<sup>3</sup> é que os «Jagas» foram uma criação dos portugueses. Ser *soba* ou *jaga* era uma distinção política elaborada pelos portugueses: aqueles eram aliados, e estes, inimigos (como ilustra o caso de Peringue, identificado como *jaga*, mas, ao aliar-se aos portugueses, passa a ser chamado de *soba*; o

1 Sobre o papel central da violência na expansão portuguesa em Angola, ver Beatrix HEINTZE, «O fim do Ndongo como Estado independente (1617–1630)» in Beatrix Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e História*, Luanda, Kilombelombe, 2007, pp. 280–1 e ss. Publicado pela primeira vez em português como B. HEINTZE, «Angola nas garras do tráfico de escravos: as guerras do Ndongo», *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1 (Jan.–Jun. 1984), pp. 11–61.

2 A «coincidência» também pode ser estendida ao que se passava nos «sertões» do Nordeste do Brasil, onde, após a expulsão dos holandeses, a conquista portuguesa avançou às custas dos grupos indígenas. Cf. Pedro PUNTONI, *A Guerras dos Bárbaros*, São Paulo, Hucitec, 2002. Estes paralelismos entre as colônias portuguesas nos dois lados do Atlântico é tema que merece investigação mais profunda.

3 Joseph C. MILLER, «Requiem for the «Jaga», *Cahiers d'études africaines*, Vol. 13, n.º 49 (1973), pp. 121–9. Cf. os comentários céticos sobre as hipóteses de Miller em John K. THORNTON, «A Resurrection for the Jaga», *Cahiers d'Etudes africaines*, Vol. 18, n.º 69–70, (1978), pp. 223–7.

mesmo se deu com o caso do *jaga/soba* de Kakonda, p. 247; de Hiamba, p. 250), embora a classificação também fosse influenciada pelas atividades econômicas e o estilo de vida dos diversos povos em contato com os portugueses: pastores ou agricultores. Em suma, diz a autora, «they only existed in the mind of the Portuguese, unable to identify differences among different groups» (p. 60).

As conclusões da autora sobre este tema poderão ressuscitar o debate em torno dos *jagas*, mesmo porque há indícios de que nem todos os denominados *jagas* pelos portugueses fossem inimigos ou se opusessem à presença dos conquistadores europeus, como se pode ler em textos do século XVII e XVIII, onde alguns aliados dos portugueses são denominados *jagas*<sup>4</sup>.

No capítulo 2, «The Rise of an Atlantic Port, 1710–1850», ela procura demonstrar o profundo impacto político, social, econômico e cultural do comércio escravista em Benguela, contrapondo-se à historiografia que minimiza os efeitos deletérios da «produção» e exportação de escravos nas sociedades africanas<sup>5</sup>. Uma vez mais, a violência é o vetor das transformações observadas. No plano político, o tráfico de escravos levou à instabilidade no interior de Benguela, com lideranças políticas desaparecendo e outras surgindo rapidamente, devido à pressão para obter cativos e assegurar o controle territorial. Mesmo a adoção de uma cultura crioulezada por parte dos habitantes locais (incluindo luso-africanos) era um meio de procurar salvaguardar-se da escravização, pois, ao se declarar e ser identificado como português, deveriam entrar para a categoria dos que não eram passíveis de escravização: «[v]iolence shaped all aspects of political and social life, transforming economies and societies» (p. 108).

Todavia, a crioulezização se dava nas duas direções, pois os portugueses também adotaram elementos das culturas locais, tais como o *undamento*, ou seja, a cerimônia de posse de um governante entre os *Ndombe*, que foi transformada no reconhecimento de vassalagem aos portugueses pelos sobas, ou os *mucanos*, tribunais nos estados *Mbundu*, que foram mantidos em Benguela para julgar a validade da escravização de alguém quando contestada.

No capítulo seguinte, «Benguela and the South Atlantic World», a autora insiste no argumento de que o tráfico teve efeitos significativos sobre as sociedades locais. O impacto do comércio atlântico de escravos se estendia pelo interior, integrando e afetando as populações que consumiam ou desejavam consumir os bens importados pelos europeus, o que só era possível se vendessem escravos. Assim, «the Atlantic market changed forever how Africa rulers and their subjects understood war, justice, and protection» (p. 143).

4 Antonio de Oliveira CADORNEGA, *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940 [1680], Tomo II, pp. 55, 142, 176; Elias Alexandre da Silva CORREIA, *História de Angola*, Lisboa, Ática, 1937 [1787], pp. 301–2.

5 John D. FAGE, «African societies and the Atlantic slave trade», *Past and Present*, Vol. 125, 1 (1989), p. 97–115; David ELTIS e Lawrence C. JENNINGS, «Trade between Western Africa and the Atlantic World in the Pre-Colonial Era», *The American Historical Review*, Vol. 93, n.º 4 (out. 1988), pp. 936–59. John THORNTON, *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico: 1400–1800*. Rio de Janeiro, Campus, 2004, p. 44–88, 99.

Neste capítulo, a organização mercantil do tráfico recebe maior atenção da autora. No século XVIII, existia cerca de uma dúzia de grandes mercadores em Benguela e vários pequenos. Três ou quatro grandes firmas operavam o tráfico com fortes conexões com o Rio de Janeiro, impulsionadas pela demanda aurífera da primeira metade do século. Benguela atraía mercadores devido à possibilidade de escapar ao maior controle das autoridades régias em Luanda. Deve-se acrescentar que a força dos capitais metropolitanos em Luanda também era um obstáculo à atuação de mercadores estabelecidos no Brasil, que buscavam, então, comercializar nas margens do sistema atlântico português<sup>6</sup>.

A autora enfatiza o papel das mercadorias do Brasil no tráfico bilateral, considerando o tráfico triangular um mito, generalizando, parece-me, a situação de Benguela para o tráfico português como um todo, afirmando que, após 1808, «Brazilian goods dominated the import market in Benguela» (p. 166), o que parece pouco provável, dada a enxurrada de bens e capitais ingleses e norte-americanos com a abertura dos portos<sup>7</sup>.

Ela procura demonstrar como os *men on the spot*<sup>8</sup>, incluindo os oriundos do Brasil, desempenhavam papel central na geração de cativos no interior da colônia, envolvidos nas guerras («justas», punitivas), na imposição de taxas e tributos aos sobas<sup>9</sup>, todas consistindo em mecanismos de produção de cativos. Mesmo as «ofertas» das autoridades locais aos oficiais régios não eram «verdadeiros presentes», na lógica do dom, mas comércio disfarçado. Portanto, contrapõe-se à ênfase dada à «agência» africana no tráfico de braços<sup>10</sup>.

Igualmente, discorda que os mecanismos de geração de cativos que não envolviam as guerras, como mecanismos judiciais, tributos e escravidão por dívidas (p. 227), consistissem em meios pacíficos. Para ela, estes eram parte de um sistema e de uma ordem social violenta:

The maintenance of violence for more than 200 years led to political instability and social change in and around Benguela. South Atlantic commerce only favored colonizers and the merchant elite along the western shore of the ocean. African elites acquired disposable goods, whereas African slave labor generated wealth for the elites in the New and Old Worlds (p. 190).

6 Joseph MILLER, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1780–1830*, Madison, Wisconsin, University of Wisconsin, 1988, p. 238 e cap. 12.

7 David ELTIS, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Nova York, Oxford University Press, pp. 47–61. Gerald HORNE, *O Sul mais distante. O Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.

8 A autora remete à análise de Jean WILLIS, «Men on the Spot». Labor, and the Colonial State in British East Africa: The Mombasa Water Supply, 1911–1917», *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 28, n.º 1 (1995), pp. 25–48. No entanto, o autor parece conceder maior peso aos indivíduos representantes do estado colonialista e àqueles que intermediavam as relações entre os povos locais e os administradores sobre a política praticada na colônia do que Mariana Candido o faz para o caso de Benguela.

9 Beatriz Heintze sustenta argumento análogo em B. HEINTZE, «Os tributos angolanos no séc. XVII» in B. Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre fontes, métodos e história*, Luanda, Kilombelombe, 2007, pp. 437–72.

10 Tal ênfase tornou-se moda corrente em parte da historiografia brasileira, também; cf. Roquinaldo FERREIRA, «A primeira partilha da África — decadência e ressurgência do comércio português na Costa do Ouro (ca. 1637–ca. 1700)», *Varia Historia*, vol. 26, n.º 44 (jul./dez. 2010), pp. 489 e ss., onde se fala da «supremacia africana» no comércio escravista em solo africano.

Assim, mostra-se de acordo com aqueles que ressaltam o impacto profundamente negativo do tráfico escravista em África, que inclui Walter Rodney, Patrick Manning, Paul Lovejoy, Joseph Inikory, entre outros. Este último autor chama a atenção para os ganhos de curto prazo, concentrados nas elites, e as perdas de longo prazo, que afetaram as sociedades como um todo<sup>11</sup>.

O capítulo 4, «Mechanisms of Enslavement», apresenta fenômenos de escravização, como as guerras, as razias, instituições judiciais, raptos, que, tal como em Benguela, eram endêmicas nas regiões da África envolvidas no tráfico transatlântico de escravos. Por outro lado, a autora faz uso do estudo de casos para ir além dos limites que ela aponta da análise quantitativa do tráfico, que «tend to conceal the fact that those numbers represent human beings who faced physical and mental violence.» (p. 198). Não me parece, contudo, que seja necessário opor as duas abordagens, pois o conhecimento dos números do tráfico ajuda a estimar o seu impacto socioeconômico nas sociedades de origem dos cativos. A análise qualitativa, que ela empreende com engenhosidade a partir dos casos que a documentação permite conhecer, leva à quase completa ausência de dados quantitativos no livro, que poderiam ser incorporados ao texto, no mínimo para ilustrar o aumento das exportações de cativos por Benguela<sup>12</sup>.

Ainda neste capítulo, discorda da ocorrência de uma fronteira de escravização<sup>13</sup>, cujo avanço dividiria as áreas entre aquelas onde a violência imperava daquelas onde predominavam os meios mais pacíficos do comércio e cujos habitantes estariam protegidos da escravização. Procura demonstrar que pessoas vivendo dentro de áreas controladas pelos portugueses ou que mantinham relações de longa data com os conquistadores também eram capturadas e vendidas como escravas, incluindo luso-africanos sob jurisdição portuguesa ou de sobras aliados, muitas vezes em áreas próximas do litoral.

No quinto e último capítulo, «Political Reconfiguration of the Benguela Hinterland, 1600–1850», são retomados e aprofundados alguns pontos já tratados. A autora argumenta que à medida que velhos estados e chefias entraram em colapso e outros novos emergiram no contexto de violência, alterou-se a paisagem política, reforçando a fragmentação, tornando o interior de Benguela uma «land of migration, relocation, and change between 1600 e 1850» (pp. 238–9).

11 Walter RODNEY, *How Europe Underdeveloped Africa*, London, Bogle L'ouverture, 1972. Paul LOVEJOY, «The Volume of the Atlantic Slave Trade: a Synthesis», *The Journal of African History*, Vol. 23, n.º 4 (1982), pp. 473–501; Joseph INIKORI, «Ideology versus the Tyranny of Paradigm: Historians and the impact of the Atlantic Slave Trade on African Societies», *African Economic History*, n.º 22 (1994), pp. 37–58.

12 Há exceções: os números das exportações da década de 1790 e do período 1700–1850, pp. 181 e 189. A autora considera que os dados do *Trans-Atlantic Slave Trade* subestimam as exportações daquele século e meio, em parte porque «slave departure estimates before 1700 are not available» (grifos acrescentados); porém, não fica claro como os dados do século XVII influenciariam os números dos séculos XVIII e XIX.

13 MILLER, op. cit., pp. 140–3.

A fluidez identitária, em razão da mobilidade das pessoas e seus líderes, leva-a a contestar a existência de uma etnia na região, como demonstram os casos dos reinos de Wambu, Mbailundu e Viye, englobados, após 1850, como Ovimbundu, denominação inexistente nos séculos anteriores (pp. 292–3). Este ponto é relevante, entre outras razões, porque aponta para o equívoco de perguntar-se porque os «africanos» escravizavam seus conterrâneos ou criticar o escravismo baseado numa suposta homogeneidade entre os povos de Angola ou qualquer outra região da África<sup>14</sup>. Pelo contrário, a ocorrência da escravização e do tráfico estimularam a fragmentação política (p. 290).

Com esta história de Benguela, Mariana P. Candido amplia nosso conhecimento do escravismo e do tráfico atlântico de escravizados, mas, sobretudo, traz para o centro do debate historiográfico o papel protagonista da violência, que esteve na raiz do colonialismo e da ocupação territorial na África.

Gustavo Acioli Lopes

Universidade Federal Rural de Pernambuco

**Leo Balai**, *Het Slavenship Leusden, Slavenschen en de West-Indische Compagnie, 1720–1738*, Zutphen, Walburg Press, 2011, 368 pp. ISBN 9789057307294

**Carla Boos et al**, *De Slavernij. Mensenhandel van de koloniale tijd tot nu*, Amsterdam, Uitgeverij Balans, 2011, 229 pp. ISBN 97894660033346

**Gert Oostindie**, *Postcolonial Netherlands. Sixty-five years of forgetting, commemorating, silencing*, Annabel Howland (transl.), Amsterdam, Amsterdam University Press, 2011, 287 pp. ISBN 9789089643537

### Coming to terms with the past: slavery and the slave trade in Dutch society

Even though slavery and the slave trade in the Atlantic Ocean was a multi-national enterprise, it continues to be studied from one nation's perspective. For example, to a general audience, slavery and the slave trade is often seen as part of the American South, and not part of the Dutch colonies or the Netherlands. Indeed, slavery has only recently become part of the official high school curriculum in the Netherlands. However, this neglect is changing. Even though Dutch historians have long written specialized studies of Dutch involvement in slavery and the slave trade, media attention and general interest in the Dutch legacy has grown, particularly as it is the 150<sup>th</sup> anniversary of abolition in Surinam and the Dutch Antilles.

14 Ver a argumentação de Anne C. BAILEY, *African Voices of the Atlantic Slave Trade. Beyond the shame and the silence*, Massachusetts, Beacon, 2005, p. 62.



Whereas professionals fear to internalize historical studies, the reading and learning public seeks for personal relevancy. The three studies discussed in the review each highlight this balancing act between the public and the author. The first is a focused historical study of a slave vessel, the second, an overview of slavery and the slave trade in territories under Dutch influence meant for a general Dutch audience, and finally, the third, a book about commemorating the past in the Netherlands, especially in light of the cultural baggage of post-colonial migrants.

“On January 1, 1738 the slave vessel *Leusden* shipwrecked at the Mouth of the Marowijne river in Surinam.” With these matter-of-fact words Leo Balai introduces his case study about the slave vessel *Leusden* and Dutch involvement in the transatlantic slave trade. An estimated 664 African prisoners drowned because the ship’s crew was afraid that their captives might rebel and kill them. They closed the exits and the consequences were disastrous. The crew was never punished for their actions, and contemporaries and historians alike only condemned this event in terms of a disastrous financial loss for the West India Company, leading to the end of its direct involvement in the slave trade. Balai asserts that this was probably the most lethal shipwreck in human history. Although it was man made, the story of this disaster remains virtually unknown.

Unlike Marcus Rediker’s *The Slave Ship. A human history*, Balai’s account is calm and unexcited. It minutely recounts the history of the ship *Leusden* from its construction to its ultimate demise. Yet, the author’s motivation is obvious: providing a precise and accurate history of all ten voyages of this vessel, based on all available primary sources and scholarly publications in Dutch and English. In this published dissertation, he wants to demonstrate as objectively as possible how this vessel was constructed and how it fared from the Dutch West India Company’s perspective.

In a sense this makes the book an indictment of professional historians. His seemingly dispassionate account of the West India Company’s calculations—from construction of a multi-purpose vessel (the triangle trade), the making of a tight packer (constructing a special deck on the coast of Africa), the changing ports of intakes and destinations, the subsequent difference of trade products, choice of captives (ratio men/women/children/ethnic diversity), the composition of the crew, the usage of Africans as overseers (*bombas*), the giving of a slave child to the captain for personal sale, the moving of an aging vessel from the rich chamber of Amsterdam to the poorer chamber of Groningen, frequency of rebellions, a fight with Portuguese competitors (for which ship captains are punished)—all add up to a balance of what is left over to chance and what to calculation. Half of the book thus consists of documentary appendixes and endnotes. With a chill the reader comes to understand that the drowning of the 664 Africans was an act of premeditated murder, a fact unacknowledged by both the West India Company and professional historians. Yet for Balai, the Surinamese-born former Amsterdam alderman and retired lawyer, the story is deeply personal. He recounts how his granddaughter innocently exclaims, «my granny is writing a book about a ship.» Without explicitly stating it, Balai forces us to ask the question, how do we come to terms with the colonial past?

One of the answers is to make the discussion on both the slave trade and slavery public. As part of a 2006 revision of the curriculum on Dutch history, an official commission presented fifty topics to be learned at primary and secondary schools. One of the fifty “windows” on the “canon of Dutch history” is slavery. This has generated an increased scholarly production on both slavery and the slave trade in the Atlantic, as well as the creation of media projects that can be used in classes or shown to a general audience. Thus a two-tiered television series “Slavery,” for an older general audience, and “Slavery Junior,” meant for a younger audience, aired on Dutch Public television in 2011. Additionally, an abbreviated two episode series (one on the slave trade, the other on slavery) was made for high school classrooms. The makers of the television series published a companion book based on the most recent historiography of the slave trade and slavery in the Netherlands and the Dutch Atlantic colonies (Dutch Brazil, Surinam, the Dutch Antilles, and establishments on the West African coast).

The purpose of both the television series and the book (*Slavery. Trade in humans from the colonial times to the present*) is refreshing: history needs to be brought alive and to be made relevant. Hence the personal is brought out in the open through stories, examples of the past, as well as evidence in the present. The book itself is subdivided into five parts. For example, part one shows slavery’s precursors in the Mediterranean, from the Roman Empire through North African enslavement of Dutch sailors. This chapter brings the reader back to the early involvement in slavery and the slave trade, and specifically to the Dutch West India Company in Brazil, from its early conceptions by Willem Usselinx as a settler colony through its later development as a slave-based society when the WIC occupied North East Brazil. This history is brought to life with stories, such as the plea of a Dutchman asking his family and the local community to pay for his ransom so that he will be set free from his enslavement in North Africa. Indeed, a special fund was set up to pay off the ransom for such cases.

The book also uses stories from the WIC fortress of Elmina to describe the acquisition of slaves in Africa. The close cooperation of Dutch and local society is illustrated with stories such as that of the company director Huydecooper, who married locally, stayed in West Africa and acquired considerable wealth in the slave trade. The close interaction between Dutch slave traders and the local populations still remains visible, and their offspring are ambivalent about their part in the slave trade. For example, the series and the book highlight the Dutch-Surinamese stand-up comedian Roué Verveer who is searching for his Ashante ancestors, themselves deeply involved in the slave trade in Ghana. As in the Netherlands, such complicity is hardly discussed, but certainly triggers emotional and conflicting reactions. A similar ambivalence can be found in the middle passage, but now from the perspective of Dutch private traders and companies who brought half a million captive Africans across the Atlantic Ocean. Next to the cruel circumstances of the Middle Passage, this chapter pays considerable attention to the contemporary mentality of merchant families such as the Rotterdam-based firm Coopstad and Rochussen who openly boasted that their wealth was derived from the slave trade during a wedding party. Even

in the logbooks of slave vessels, it was recorded that if a crew member died during the Middle Passage, he would go to heaven, but if an enslaved African died, (s)he would not. The modern day descendants of these slave traders are more ambivalent. The family of a Dutch captain from Veere, Zeeland, still has the diaries and table silver that was bought from the profit of the slave trade. One family member politely states, “this was the mentality of the time,” even though she was shocked by the descriptions of what occurred on board the slave vessels. Another abhorred the luxury goods, as she wanted nothing to do with her family’s shameful legacy of the slave trade.

From the Middle Passage the book and series move to the plantations of Surinam and the sea salt fields of the Antilles. Again the same ambivalence shows itself among persons living in between (the descendants of slave owners and slaves) as the violence of slavery, the hardness of plantation life, and the ubiquity of revolts are depicted. In Surinam, the presence of large maroon populations (communities of runaway slaves) somewhat restricted the absolute authority of plantation owners. As a result, personal and communal acts of rebellions were prevalent, and still remembered in songs and stories.

The book ends with a discussion of the mentality of the Dutch medical world in response to abolitionism. The Netherlands was one of the last countries to abolish slavery (1863), partly because Dutch scientists refused to recognize equality between persons of African and European descent. Indeed, outside influences, such as the Dutch translation of *Uncle Tom’s Cabin*, were of crucial importance to achieving abolition. There were exceptions, of course, to the views of the scientific establishment. The late eighteenth-century scientist from Groningen, Petrus Camper, for instance, dissected bodies from two Africans to demonstrate that their skin, blood and the brains were like everybody else’s. But these and similar works were still challenged. Racial overtones continued after abolition, long into the twentieth century as persons of African descent were depicted on book covers, songs and pop art as childish and less intelligent. Hence we should not be surprised that the abolition of slavery as such is not the main holiday on the island of Curacao, but rather that of a failed slave revolt.

More than the general audience production, the “junior slavery” television series continues from here into the contemporary period. What can we do about slavery and child labor today? How does a descendent from Surinam and the Antilles view him/herself in the Netherlands? The viewer sees creative high school students getting involved in a flash mob, special fund raising events, and projects to create awareness about current child labor and slavery, as well as students of Surinamese origin reinterpreting their own backgrounds. The objective of the television series and the book are not only to teach the wider audience a history lesson, but also to bring the past alive.

The colonial past remains sacred for the Netherlands, as Gert Oostindie explains in *Postcolonial Netherlands*. As a professor of Caribbean studies at the University of Utrecht, Oostindie is deeply involved with reconciling the Dutch past and the governmental policies surrounding this issue. Key to our understanding of Dutch historiography on slavery is the relationship with migrants from the current and former “overseas possessions.”

Yet, only reluctantly has the state start to sponsor public monuments to acknowledge this past and Dutch multiculturalism, a process Oostindie calls a “memorial culture.” And, as Oostindie elaborates in his accessible and jargon free book (or collection of essays), the Dutch case makes interesting comparisons with the post-colonial experiences of other Western European nations.

Since World War II the Netherlands has had two waves of migration that led to historical revisionism. The first wave from Indonesia came in the first five years after the war. First came formerly interned Dutch citizens and military. Then after Dutch recognition of Indonesian independence came officials and Dutch immigrants (Totoks) and their descendants, persons of mixed Indonesian background (Indos), and, reluctantly, a group of Indonesians from the Molucca archipelago who had served in the Dutch colonial army. These groups arrived in a Dutch society that was divided into “pillars.” Each community was segregated by religion and political viewpoints and lived within their own circles of schools, social organizations and political parties. As a result, the Indonesian migrants could more easily retain their own identities. Nevertheless, the communities were part of the Dutch state and had to be accepted, given their ease with Dutch language and culture. In what Oostindie describes as a “post-colonial bonus,” this allowed a smoother acceptance into Netherlands society.

Yet, there was little space for sympathy towards suffering in the immediate post war society as the Netherlands was doing poorly economically and all inhabitants were still suffering from the trauma of the war. Thus payment of salaries to Dutch East Indies soldiers during their internment, for example, or any a recognition of a migrant group’s special status for their suffering during the war, was subordinated to the belief that the nation needed to be rebuilt first. Eventually these migrants became Dutch citizens; the Moluccans somewhat later because they imagined themselves as neither Indonesian nor Dutch, wanting to establish themselves in an independent Republic of the South Moluccas.

The immediate post war revived nationalism and economic instability of the Netherlands led to a somewhat reluctant acceptance of these abandoned communities. The post war attempts of the Dutch government to retain the Dutch East Indies as a colony was supported by a romantic vision. Indonesia, *Insulinde*, or the Dutch East Indies were at that time still seen with an imagination of magical hidden forces, and nostalgia in literature and historiography mixed with the East Indian Company’s heroic actions during the “Golden Age” and economic and cultural development during the nineteenth and twentieth centuries. More down-to-earth though, the surpluses from the Dutch East Indies had helped the Netherlands economy. Hence important cycles of Dutch society viewed the eventual recognition of Indonesia’s independence as an utter disaster for both the Indonesians, who had lost the great leadership of their enterprising overlords, and the Dutch, who now missed the income from their former colony.

Starting in the mid-1970s, the second wave of migration from former colonies came from Surinam and the Dutch Antilles. By this time the Netherlands had internally moved away from the restraining pillars to a more open, communal and welfare society, which

envisioned “tolerance” as part of its national identity. As with the case in Indonesia this came with the announcement of independence in Surinam, after which half of the population voted with their feet and left for the country of their former colonizer. Yet the main initiative for independence came from the Netherlands, whose government wanted to rid itself from governing Surinam and the Dutch Antilles (six Caribbean Islands).

Surinamese migrants, like Indonesians, were diverse, descendants of contract workers from India (Hindus), Java (Muslims), enslaved Africans (Creoles) and Maroons, each with their own histories and identities. The Dutch Antilles refused to become independent, but each of the six Caribbean islands eventually preserved their own status in the Kingdom of the Netherlands, and migration streams still continue to arrive. Whereas the Surinam migrant population was mostly ethnically divided, the Antillean migrants mostly identified themselves by island. As the multi-ethnic Surinamese and Antillean migrants started moving to the Netherlands, Dutch society received direct contact with its colonial legacy of slavery.

Oostindie perceptively observes that these migrants met with Dutch policies hinging on two sets of thought. First was a reluctance to accept others who may have difficulties assimilating to Dutch society, although this was followed with an integration policy. Second was a recognition of the debt owed to these migrants because of the shared past, in turn followed by a policy of recognizing each group’s individual legacies.

The author argues that, like the Indonesian migrants before, these policies led to a “post-colonial bonus.” In other words, the migrants were received with privileges but also had cultural advantages (like speaking the Dutch language), and especially better access to Dutch citizenship. Moreover, in the 1970s the Dutch government was more open-minded towards righting wrongs of the past. However, in all cases the individual groups had to be vocal about their past, which ultimately was rewarded partly through a policy called “the gesture,” final compensation by the end of the last millennium, especially for those of Indonesian background. The gesture was also meant as an endpoint, since the migrant communities were now considered to be integrated into Dutch society, and all moral and financial debts ended. Oostindie also points out that since we are now moving into a second generation of migrants, the memory of the past seems to fade away or merge into a holistic communal Dutch past.

Remembering the past, Oostindie underlines, has been supported through a “monument” culture. Physical monuments were connected to annual commemorative events such as the day of abolition highlighting the suffering of slavery, similar to how monuments commemorating the end of World War II highlighted the deaths during the war “lest we forget.” This monument culture was further enhanced with cultural events such as the Antillean street carnival in Rotterdam and the Indonesian Pasar Malam in The Hague. Oostindie points out that we are indeed forgetting the past, as these commemorations remain a specific ethnic affair and are mostly attended by descendants of the specific population groups, some officials and a handful of interested others, with the exception of the Street Carnival which has been extended to a more general audience, with participation from many other former immigrant communities (*e.g.* from the Cape Verde Islands).

The migrant groups from the East and West Indies also influenced how the Dutch curriculum envisioned its colonial past. Among Dutch academia and government officials, the Dutch East Indies have always been seen as a more valuable and important area of study. Currently this is somewhat changing, in part related to the political pressures coming from the migrants. Indonesian migrants were part of and therefore not interested in rewriting the Dutch colonial past in the Dutch East Indies. Indonesian historians ignored the issue altogether or their work was hardly translated and known beyond specific academic cycles. There was a corresponding disinterest of Dutch academics in non-Dutch Indonesia.

Tellingly, an opposition to the practices and commemorations of the East India Company (VOC) came from the descendants of slavery and the transatlantic slave trade, where the West India Company and not the VOC was active. Yet the Surinamese of African descent, who comprised about half of the Surinamese migrants, demanded at least a more open recognition of the slavery past, an apology, and reparations. Oostindie points out how personalized this was: even though each of the migrant groups have their own festivals and commemorations, one seldom sees the acknowledgment of each other's cultural and memorial activities. Surinamese of African descent, for example, did not address slavery and the slave trade in the Antilles. Yet, under pressure of these demands, slavery and the slave trade did end up in the Dutch history curriculum for high schools, "the canon of Dutch history," exactly how this needs to be studied will remain controversial.

Oostindie has to be commended for comparing the Dutch experience to other European countries, most specifically Britain, France and Portugal. Less at ease with the Portuguese case, however, he does make a thoughtful observation that the lack of a large migrant population related to the slave trade has left this issue less open than in France and Britain, and that the position of the «retornados» (Angola Mozambique) was quite similar to the "pied noirs" (Algeria) and Dutch who had served/lived in Indonesia. His key point is that the debates among British and French academia, governmental policies and the culture of memory were closely interrelated to the migrant populations from the colonies.

The three books remind the reader how much history continues to be deeply personal, and hence to be very much alive. Gert Oostindie, for instance, starts his book with his life story, how he never imagined he would marry a woman of a different background and ancestry, and how he, as a Caribbean historian, would become deeply involved in the public awareness of the colonial past. Yet even though all three books use and address the parallels of experiences of the slave trade and slavery, they are by their nature strongly related to their own stories. Indeed, it is the presence of the descendants of the slave trade and slavery in the Netherlands that make this most relevant. The need for this relevancy also had pitfalls. History was never meant to be restricted to one's own story. As the international slave trade databank continues to demonstrate, much is gained by combining all nations' and all communities' stories into a communal past, as the personal has no borders.

Ernst Pijning  
Minot State University



## procedimentos & normas editoriais

---



Os *Anais de História de Além-Mar* (AHAM) são uma revista científica de periodicidade anual, publicada pelo CHAM - Centro de História d'Aquém e d'Além Mar (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores) e referenciada e indexada em bases de dados internacionais.

Foram fundados em 2000, por Artur Teodoro de Matos, com o objectivo principal de divulgar trabalhos académicos originais e relevantes sobre a expansão portuguesa, desde as primeiras «grandes navegações» (século xv) até ao final do «Império Ultramarino» (século xx), no seu enquadramento histórico, contemplando a comparação com fenómenos paralelos e as articulações entre as histórias e as sociedades dos espaços envolvidos. Apesar de a maioria dos artigos publicados focar a realidade portuguesa, os AHAM estão abertos à submissão de artigos sobre outras regiões, especialmente quando contenham visões inovadoras de uma perspectiva comparativa e analítica.

Os AHAM acolhem propostas de publicação de artigos originais, documentos/fontes inéditas, recensões críticas e notícias, em português, espanhol, francês, inglês e italiano. Aceitam, igualmente, propostas de *dossiers* de carácter temático.

*Anais de História de Além-Mar* (AHAM) (*Annals of Overseas History*) are a scientific journal published yearly by CHAM – Portuguese Centre for Global History (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores), referenced and indexed in international data bases.

The journal was founded in 2000 by Artur Teodoro de Matos with the main objective of publishing original and relevant academic works about the Portuguese overseas expansion, from the outset of the first “great navigations” (15<sup>th</sup> century) to the end of the “Overseas Empire” (20<sup>th</sup> century). The historical framework, and the comparison of parallel phenomena and articulations between the history and societies of the spaces involved should also be contemplated in these works. Although most of the articles published focus on the Portuguese reality, the AHAM are open to articles about other regions, especially if they offer innovative visions from a comparative and analytical perspective.

The AHAM welcome original articles, unpublished sources, critical reviews, and news in Portuguese, Spanish, French, English and Italian. They also accept proposals of thematic *dossiers*.

## PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

A fim de garantir as boas práticas e a sua transparência, explicitam-se abaixo os principais passos de todo o processo editorial, em particular dos procedimentos de avaliação.

---

### ARTIGOS

#### 1. submissão de propostas

- a) Proposta Espontânea: sem obediência a datas precisas. Os AHAM estão abertos, em permanência, a propostas espontâneas.
- b) Proposta em resposta a «chamadas para artigos» divulgadas no sítio Internet da revista e através dos canais oficiais do CHAM.
- c) Proposta por convite dos coordenadores de *dossiers* temáticos ou do Conselho de Redacção (CR).

#### 2. notificação de recepção e breve explicação do processo

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR. Os autores podem ser informados, nesta fase, da necessidade de procederem a alterações formais aos textos, de forma a cumprir com as «normas para elaboração e apresentação de textos» dos AHAM.

#### 3. primeira avaliação

A selecção dos textos cabe ao CR, que procede a uma primeira leitura de todas as propostas e decide sobre a sua passagem à avaliação científica externa.

Nesta primeira avaliação, o coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo Conselho, tem em linha de conta a originalidade, a relevância, o rigor metodológico, a actualidade da bibliografia citada, a qualidade da redacção da proposta e a pertinência do tema escolhido para o perfil da revista.

Na ausência de acordo, o caso pode ser debatido por todo o Conselho.

Todas as decisões tomadas sobre as propostas recebidas são comunicadas aos autores.

A notificação de recusa é feita até 15 dias depois de formalizada a recepção das propostas.

#### 4. preparação da arbitragem externa

De acordo com os critérios em vigor nos periódicos científicos de circulação internacional, todas as propostas de artigos, seleccionadas na primeira avaliação, são submetidas à avaliação científica externa de dois árbitros, em regime de duplo anonimato (*double blind peer review*).

As propostas resultantes de convites formalizados por coordenadores de *dossiers* temáticos ou do CR são submetidas à leitura dos mesmos e do coordenador do CR, sendo igualmente consultado um árbitro externo em regime de duplo anonimato.

A direcção dos procedimentos de escolha dos árbitros cabe ao coordenador do CR, assessorado por outro integrante do mesmo conselho e, eventualmente, por um dos membros do Conselho Consultivo.

Os árbitros nomeados devem:

- ser externos à direcção e ao CR dos AHAM;
- não apresentar quaisquer impedimentos de natureza ética ou profissional para uma avaliação adequada e isenta – como, por exemplo, pertencerem à mesma instituição dos autores ou terem com eles trabalhado nos últimos três anos;
- ser de instituições distintas e, inclusive, de países diferentes.
- um dos avaliadores deverá ser da língua nativa do texto proposto.

Prazo estimado: uma semana.

### **5. preparação dos materiais necessários aos árbitros**

Muito embora se peça aos autores que tenham o cuidado de omitir quaisquer elementos que possam indicar a sua identidade, o secretariado do CR procede a uma segunda despistagem desses indícios, antes da conversão dos ficheiros enviados aos AHAM num formato que garanta a integridade dos originais.

Ao secretariado do CR, cabe igualmente personalizar as fichas de avaliação.

### **6. árbitros seleccionados: verificação de disponibilidade**

Os árbitros seleccionados são questionados pelo CR sobre o seu interesse pelo tema proposto e a sua disponibilidade para assumirem o compromisso de realizar a avaliação em cerca de um mês.

### **7. avaliação dos artigos**

Após aceitação do convite, o secretariado do CR remete aos árbitros os materiais necessários à avaliação.

Os árbitros devem preencher todos os campos da «ficha de avaliação» e fundamentar o seu parecer sobre se os artigos se adequam ou não a publicação. Os árbitros são ainda encorajados a fazer sugestões ao autor, no sentido de proceder a alterações e ao desenvolvimento de ideias ou de aspectos particulares que melhorem significativamente o seu trabalho.

Após o seu preenchimento, a ficha de avaliação deve ser enviada ao CR, por correio electrónico, dentro do prazo acordado.

Cabe ao coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo conselho, interpretar a classificação resultante das avaliações recolhidas. Se os pareceres externos não forem unânimes, o desempate é feito pelo coordenador do CR, podendo ser solicitada uma avaliação a um terceiro árbitro.

Feita sempre com base nos mesmos quesitos, a avaliação deve ficar concluída em cerca de três meses.

### **8. comunicação de resultados**

Os autores são notificados da aceitação ou recusa dos artigos para publicação nos AHAM no prazo de 15 dias após a conclusão do processo de avaliação.

No caso de serem necessárias alterações aos textos, estabelece-se um prazo de duas a quatro semanas para a sua entrega.

Se as alterações recomendadas forem substanciais, o artigo pode ser reencaminhado para o(s) árbitro(s) para reavaliação.

### 9. ajustes finais

A eventual permanência de aspectos menos precisos ou em desacordo com a avaliação realizada pode levar a um novo diálogo entre o coordenador do CR e os autores das propostas, para um conjunto de últimos ajustes.

Este passo não deve exceder duas semanas.

### 10. revisão de prova

Será facultada aos autores uma prova para revisão e eventual introdução de pequenas correcções. Nesta fase, não são permitidas alterações significativas à estrutura e à dimensão do texto. A prova deve ser devolvida à Redacção dos AHAM num prazo máximo de duas semanas.

### 11. oferta de separata e de exemplar

A cada autor será oferecido um exemplar impresso do volume da revista onde o seu texto for publicado, bem como uma separata do artigo em formato digital.

### 12. direito de autor e acesso aberto

O conteúdo dos trabalhos é da responsabilidade dos seus autores e não dos AHAM ou do CHAM.

A aceitação de um texto para publicação supõe a transmissão dos direitos de *copyright* para o editor da revista.

Os direitos sobre as eventuais imagens introduzidas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores, o que deverá ser referido nos casos em que se aplique.

Após a publicação de cada volume, o CHAM reserva-se o direito de disponibilizar todos os conteúdos em acesso aberto no sítio Web da revista e no RUN – Repositório da Universidade NOVA de Lisboa, abrangidos por uma Licença Creative Commons BY-NC 4.0.

A política de auto-arquivo em repositórios institucionais dos AHAM é a seguinte: o autor pode arquivar a versão pós-impressão/PDF do editor | cor RoMEO: azul.

## DOCUMENTOS, RECENSÕES & NOTÍCIAS

A publicação de fontes inéditas (documentos), resenhas críticas e notícias está sujeita aos mesmos procedimentos editoriais indicados nos pontos 1, 2, 10, 11 e 12 referentes aos ARTIGOS (ver 1.º capítulo dos PROCEDIMENTOS).

### 1. avaliação

A selecção dos textos cabe ao CR, que procede à leitura de todas as propostas e decide sobre a sua publicação.

O coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo conselho, tem em linha de conta a originalidade, a relevância, o rigor metodológico, a actualidade da bibliografia citada, a qualidade da redacção da proposta e a pertinência do tema escolhido para o perfil da revista.

Na ausência de acordo, o caso pode ser debatido por todo o Conselho e/ou ser solicitado um parecer externo.

Todas as decisões tomadas sobre as propostas recebidas são comunicadas aos autores.

## 2. livros para recensão

Os AHAM aceitam obras para recensão, devendo ser remetidas ao cuidado de João de Figueirôa-Rêgo, *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, FCSH/NOVA, Av. de Berna 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

## DOSSIERSTEMÁTICOS

### 1. submissão de propostas

Os AHAM aceitam propostas para *dossiers* temáticos. Estas poderão ser submetidas por via espontânea ou a convite do CR.

As propostas devem considerar:

- a coordenação do *dossier* por, pelo menos, dois especialistas, um dos quais de uma instituição estrangeira;
- notas biográficas dos coordenadores (máximo de 200 palavras);
- um texto de apresentação do tema em português e inglês (máximo de 250 palavras cada);
- uma lista de tópicos de interesse;
- adicionalmente, os coordenadores poderão submeter uma lista de artigos a integrar o *dossier* por autores convidados.

### 2. notificação de recepção

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR.

### 3. apreciação

A selecção das propostas cabe ao CR, que decide sobre a originalidade, relevância e pertinência do tema para o perfil editorial dos AHAM e sobre a sua possível calendarização.

A decisão é comunicada aos proponentes até um mês depois de formalizada a recepção das propostas.

### 4. cronograma e chamada para artigos

Após a aprovação da proposta de *dossier* temático, o secretariado dos AHAM prepara o cronograma para a publicação e o documento para divulgação da «chamada para artigos», em colaboração com o coordenador do CR e os coordenadores do *dossier*.

A «chamada para artigos» é difundida através do sítio Web dos AHAM e dos canais oficiais do CHAM, recomendando-se a participação activa dos coordenadores do *dossier* nesta tarefa, com a divulgação através dos seus contactos e redes.

### 5. notificação de recepção de propostas de artigos

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR.

### 6. avaliação prévia das propostas de artigos

A selecção das propostas cabe aos coordenadores do *dossier* e ao CR, que decidem sobre o interesse dos tópicos para a análise do tema.

A notificação de aceitação ou recusa das propostas é comunicada aos autores no prazo indicado na «chamada para artigos».

Depois de aceites as propostas, os artigos devem ser enviados pelos autores no prazo indicado na «chamada para artigos».

A partir desta fase, o procedimento é o mesmo seguido para os ARTIGOS (ver 1.º capítulo dos PROCEDIMENTOS).

## NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

### SUBMISSÃO E FORMATAÇÃO: DIRECTRIZES GERAIS

#### 1. submissão

Todos os textos devem ser submetidos por *e-mail* para o endereço dos AHAM (anais.cham@fcsh.unl.pt).

#### 2. formatação

Os originais devem ser enviados em ficheiros Word, com a seguinte formatação: fonte Times New Roman, tamanho 12 pt, alinhamento justificado com espaçamento 1,5 pt, parágrafos não indentados, numeração das páginas sequencial, notas de rodapé em numeração automática.

#### 3. extensão

É recomendável que os artigos não excedam as 10 000 palavras.

#### 4. título, resumo e palavras-chave

O título deve ser claro e sintético, sendo opcional a escolha de um subtítulo.

Os resumos dos artigos, até 100 palavras (máximo), devem ser entregues em português e em inglês.

Para cada artigo deverão ser indicadas quatro a seis palavras-chave, em português e em inglês.

#### 5. autoria

As propostas de artigo devem ser entregues livres de marcas de autoria, acompanhadas de um documento em separado com a indicação do nome do autor, afiliação institucional, endereço institucional e contacto de *e-mail* actualizados e breve nota biográfica (máximo de 200 palavras).

#### 6. línguas de publicação e questões de estilo

Accitam-se artigos em português, espanhol, francês, inglês e italiano.

Para cada uma das línguas de publicação devem seguir-se as normas ortográficas vigentes e as regras de estilo mais indicadas.

Nomes próprios e apelidos de origem europeia citados no corpo do texto têm a sua grafia modernizada.

Em cada circunstância, o tipo de aspas recomendado (angulares rectas, curvas ou plicas) varia de acordo com a língua de redacção. Em textos escritos em português, os AHAM recomendam, de um modo geral, o uso de aspas angulares rectas ou francesas («»), e aspas curvas ou inglesas (""") em situações de aspas dentro de aspas.

Os subtítulos de divisões do texto devem ser grafados a negrito.

O uso de itálico restringe-se a expressões estrangeiras e a destaques realizados em citações.

No caso de os artigos integrarem palavras em outros alfabetos ou com sinais diacríticos, os autores devem providenciar o respectivo *software* de leitura, no acto de entrega do texto.

#### 7. citações

As citações de documentos ou textos até três linhas figuram no corpo do texto, entre aspas. Com mais de três linhas, destacam-se em parágrafo próprio, tamanho 11, indentação de 1,25 cm à esquerda e espaço simples, sem aspas.

A introdução de palavras ou termos no corpo das citações assinala-se entre parênteses rectos - [ ] .

Omissões de trechos de citações identificam-se por reticências, entre parênteses rectos - [...] . Citações em línguas estrangeiras devem fazer-se no original, disponibilizando-se em nota de rodapé a respectiva tradução para a língua do texto, sempre que o original seja em língua diversa das admitidas pelos AHAM (português, espanhol, francês, inglês e italiano).

## 8. transcrição de manuscritos

Accepta-se o estrito respeito pela grafia dos textos manuscritos, a sua modernização ou, ainda, uma via intermédia, desde que as normas de transliteração sejam expressas pelos autores.

## 9. notas de rodapé

Identificadas com algarismos indo-arábicos, as notas de rodapé devem ser escritas em letra de tamanho 10 e espaço simples.

### FONTES E DOCUMENTOS INÉDITOS | CRITÉRIOS:

- primeira ocorrência | exemplos:

BIBLIOTECA DA AJUDA [BA], Cód. 54-VI-1 a 5 («Catálogo de marcas de água consoante os documentos existentes na Biblioteca da Ajuda», de Jordão Apolinário de Freitas).

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], Reservados, Cód. 864, fls. 302-304 (Lista do auto da fé celebrado na Igreja de Santo Antão de Évora, 26 de Janeiro de 1716). [Consultado em 20/03/2012]. Disponível em [http://purl.pt/15393/2/cod-864/cod-864\\_item2/index.html](http://purl.pt/15393/2/cod-864/cod-864_item2/index.html).

HISTORICAL ARCHIVES OF GOA [HAG], *Monções do Reino*, n.º 6-B, fl. 27 (Carta do rei [Filipe II] para o vice-rei, D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 23 de Março de 1605).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, São Tomé, Cx. 14, doc. 1 (Ofício do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, para o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, São Tomé, 26 de Fevereiro de 1772).

- ocorrências seguintes | exemplos:

BA, Cód. 54-VI-2, fl. [8].

BNP, *Reservados*, Cód. 864, fl. 303.

HAG, *Monções do Reino*, n.º 6-B, fl. 27.

AHU, *Conselho Ultramarino*, São Tomé, Cx. 14, doc. 1.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | CRITÉRIOS:

- primeira ocorrência | exemplos:

José Júlio RODRIGUES, *Les colonies portugaises*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1888 (Extrait des Bulletins de la Société Royale de Géographie d'Anvers).

Gilberto FREYRE, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.

C. R. BOXER, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, [2nd ed.], Manchester, Carcanet/Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.

C. R. BOXER, *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, trad. Teresa e Manuel Bairrão Oleiro, Macau, Fundação Oriente/ Museu e Centro de Estudos de Macau, 1990, pp. 10-21.

Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1 («A Formação do Império, 1415-1570»), [Lisboa], Círculo de Leitores, 1998.

A. J. R. RUSSEL-WOOD, «Men under stress: the social environment of the Carreira da Índia (1550-1750)» in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

Jean AUBIN, «Deux Chrétiens au Yémen Tāhiride», *Journal of the Royal Asiatic Society*, Third Series, Vol. 3, N° 1 (April, 1993), pp. 33-52.

Fernando BOUZA ÁLVAREZ, «Entre dos reinos, una patria rebelde. Fidalgos portugueses en la Monarquía Hispánica después de 1640», *Estudis: Revista de historia moderna*, n° 20 (2004), pp. 83-104. [Consultado em 20/03/2012]. Disponível em <http://centros.uv.es/web/departamentos/D235/data/informacion/E129/PDF118.pdf>

- ocorrências seguintes | exemplos:

J. J. RODRIGUES, op. cit., pp. 117-120.

F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI (dir.), op. cit., Vol. 2, p. 203.

A. J. R. RUSSELL-WOOD, art. cit., p. 20

F. BOUZA ÁLVAREZ, art. cit., p. 90.

G. FREYRE, op. cit., *passim*; C. R. BOXER, *Fidalgos*, cit., p. 39, e J. AUBIN, «Deux Chrétiens», cit., pp. 30-31.

## 10. bibliografia

No fim dos artigos, deve figurar a relação integral das fontes e bibliografia citadas ao longo do texto. A bibliografia deve ser disposta alfabeticamente pelos apelidos dos autores.

- Exemplo:

AUBIN, Jean, «Deux Chrétiens au Yémen Tāhiride», *Journal of the Royal Asiatic Society*, Third Series, Vol. 3, N° 1 (April, 1993), pp. 33-52.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1 («A Formação do Império, 1415-1570»), [Lisboa], Círculo de Leitores, 1998.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, «Entre dos reinos, una patria rebelde. Fidalgos portugueses en la Monarquía Hispánica después de 1640», *Estudis: Revista de historia moderna*, n° 20 (2004), pp. 83-104. [Consultado em 20/03/2012]. Disponível em <http://centros.uv.es/web/departamentos/D235/data/informacion/E129/PDF118.pdf>

BOXER, C. R., *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, trad. Teresa e Manuel Bairrão Oleiro, Macau, Fundação Oriente/ Museu e Centro de Estudos de Macau, 1990, pp. 10-21.

BOXER, C. R., *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, [2nd ed.], Manchester, Carcanet/ Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.

FREYRE, Gilberto, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.



RODRIGUES, José Júlio, *Les colonies portugaises*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1888 (Extrait des Bulletins de la Société Royale de Géographie d'Anvers).

RUSSEL-WOOD, A. J. R., «Men under stress: the social environment of the Carreira da Índia (1550-1750)» in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

### 11. ilustrações

Fotografias, desenhos, tabelas, gráficos, mapas devem ser fornecidos em ficheiros jpg. ou tiff. Com uma resolução mínima de 300 dpi's (mínimo). A revista é impressa a uma cor.

Deverá ser entregue um ficheiro independente com a lista de todas as ilustrações (imagens, tabelas, etc.) numeradas sequencialmente, com legenda e fontes/créditos associados, e menção ao seu local exacto a inserir no texto.

### 12. direitos relativos a ilustrações (*copyright*)

Cabe exclusivamente aos autores assegurarem que as imagens têm as autorizações exigidas pela legislação vigente em matéria de direitos de autor e assumir os eventuais encargos associados à sua obtenção.

### 13. recensões

As recensões críticas devem ter entre 500 e 2000 palavras.

A obra recenseada deverá ser identificada da seguinte forma: autor/coordenador, *título*. local de edição: editora, ano, (coleção, n.º). ISBN; DOI:

A citação de outras obras para além da recenseada deve ser feita em nota de rodapé.

Deve ser indicado no final do texto o nome do autor da recensão, afiliação institucional e contacto de *e-mail*.

As recensões deverão seguir as restantes normas dos artigos, designadamente: 1, 2, 6, 7 e 9.

## PUBLISHING PROCEDURES

In order to ensure good practices and transparency in the publishing process, listed below are the main steps, with emphasis on the evaluation stage.

---

### ARTICLES

#### 1. submission of proposals

- a) Spontaneous proposals: no specific deadline. The AHAM are permanently open to spontaneous proposals.
- b) Proposals resulting from “calls for articles” divulged in the journal’s website and through official channels of CHAM.
- c) Proposals of thematic dossiers by invitation of the coordinators and the Editorial Board (EB).

#### 2. notification of reception and brief explanation of the procedure

The secretary of the EB is responsible for notifying authors within the space of a week. Authors may be advised at this stage to make formal alterations to their texts in order to comply with AHAM’s “norms of elaboration and presentation of texts”.

#### 3. first evaluation

The selection of texts for publication is done by the EB. After an initial appraisal of all proposals those eligible for external scientific evaluation are chosen.

In this initial evaluation the coordinator of the EB, advised by a second member of the Board, evaluates the originality, relevance, methodological soundness, currentness of the bibliography, writing style and pertinence of the theme to the profile of the journal.

If an agreement is not reached, the case may be discussed by the full Board.

Authors are informed of all decisions taken concerning the proposals.

A rejection notification will be issued within 15 days after the receipt of proposals is formalized.

#### 4. preparation of external referees

In accordance with standards for international scientific journals, all articles selected in the first evaluation are submitted to two referees for external scientific evaluation. This journal uses double blind peer review to provide double anonymity.

Proposals ensuing from formal invitations by coordinators of thematic *dossiers* or from the EB are submitted to review by the above mentioned coordinators and coordinator of the EB. An external referee is also consulted on a double anonymity basis.

Referees must:

- be external to the administration and EB of the AHAM;
- not have any impediments of an ethical or professional nature that could hinder a correct and impartial evaluation – like belonging to the same institution as an author, or having worked with them in the last three years;
- be from different institutions, or even from different countries.
- one of the evaluators must be a native speaker of the language of the text under evaluation.

Estimated deadline: one week.

### **5. preparation of materials necessary for the referees**

Although the authors are requested to omit anything that could indicate their identity, the secretary of the EB does a second screening before the files sent to the AHAM are converted into a format that guaranties the integrity of the originals.

It is also the responsibility of the secretary of the EB to personalize the evaluation forms.

### **6. selection of referees: confirmation of availability**

Selected referees are questioned by the EB about their interest in the proposed subject and their availability to commit to an evaluation within a month.

### **7. evaluation of articles**

Once an invitation has been accepted, the secretary of the EB delivers the necessary evaluation material to the referees.

The referees must fill in all the fields of the “evaluation form” and substantiate their view about whether the articles are appropriate or not for publication. The referees are also encouraged to make suggestions to the author regarding alterations, development of ideas, or specific aspects that could significantly improve their work.

Once the evaluation form has been filled out, it must be sent to the EB by e-mail within an agreed time limit.

It is up to the EB, advised by a second member of the board, to interpret the classification resulting from the (collected) evaluations. If feedback from the external evaluators is not unanimous, a decision is taken by the coordinator of the EB, whereby an opinion may be solicited from a third referee.

Based always on the same criteria, the evaluation should be concluded within three months.

### **8. disclosure of results**

Authors are notified of acceptance or rejection of their articles for publication in the AHAM within a 15 day period after the close of the evaluation process.

If alterations are necessary, an additional 2 – 3 week period will be allotted for submission.

If there is a substantial amount of recommended alterations, the article may be forwarded to the referee(s) for re-evaluation.

### **9. final adjustments**

If any aspects are less precise or in divergence with the evaluation, there may be further dialogue between the EB coordinator and authors of proposals to decide on a set of final adjustments.

This stage should not exceed two weeks.

**10. proof reading**

A manuscript will be given to the authors for revision and possible inclusion of small corrections. In this stage major alterations in the structure and length of the text are not permitted. The manuscript should be returned to the editorial staff of the AHAM within a maximum period of two weeks.

**11. free offprint and copy**

Each author will be given a printed copy of the edition of the journal in which his/her text is published, as well as an offprint of the article in digital format.

**12. copy right and open access**

The content of all work is of the responsibility of the authors and not of the AHAM or CHAM. The acceptance of a text for publication infers transferal of the copyright to the publisher of the journal.

Rights over any images included in the articles are the exclusive responsibility of the authors, and should be mentioned.

After the publication of each volume, CHAM reserves the right to provide open access of the contents, making them available in the journal's website and RUN - Repositório da Universidade NOVA de Lisboa covered by a Creative Commons license BY-NC 4.0.

The policy of self-archiving in institutional repositories of the AHAM is as follows: the author may file a printed version/PDF to the publisher / colour RoMEO: blue.

## DOCUMENTS, REVIEWS AND NEWS

Publication of unpublished sources (documents), critical reviews and news follows the publishing procedures indicated in points 1, 2, 10, 11 and 12 referring to Articles (see 1<sup>st</sup> chapter of the Procedures).

**1. evaluation**

Selection of texts is done by the EB, who read all the proposals and decide whether they will be published.

The coordinator of the EB, advised by a second member of the board, assesses the originality, relevance, methodological soundness, currentness of the bibliography, writing style and pertinence of the subject to the journal's profile.

In the absence of an agreement, the case may be debated by the full Board and/or an external opinion may be solicited.

Authors are informed of all decisions concerning the proposals.

**2. book reviews**

The AHAM accept works for review, which must be delivered to the care of João de Figueirôa-Rêgo, *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, FCSH/NOVA, Av. de Berna 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

## THEMATIC DOSSIERS

### 1. submission of proposals

The AHAM accepts proposals for thematic dossiers. These can be submitted spontaneously or by invitation of the EB.

Applications should consider:

- Coordination of the *dossier* by at least two specialists, one of which should be from a foreign institution;
- Biographical notes of the coordinators (maximum of 200 words);
- A text of presentation of the subject in Portuguese and in English (maximum of 250 words each);
- A list of important topics;
- In addition, the coordinators may submit a list of articles by invited authors to be part of the *dossier*.

### 2. notification of receipt

Notification takes place within a week. It is the responsibility of the secretary of the EB.

### 3. appraisal

Selection of proposals is done by the EB, who evaluate the originality, relevance and pertinence of the subject for the editorial profile of the AHAM and future scheduling.

Applicants are informed within a month after the receipt of proposals has been formalized.

### 4. schedule and call for articles

Once the proposal of a thematic *dossier* has been accepted, the secretary of the AHAM prepares the publication schedule and the document for putting out the “call for articles”, in collaboration with the EB coordinator and the *dossier* coordinators.

The “call for articles” is made known through the AHAM website and official channels of CHAM. *Dossier* coordinators are recommended to participate actively by divulging through their contacts and networks.

### 5. notification of receipt of article applications/proposals

Notification will be given within a week and is the responsibility of the EB secretary.

### 6. previous evaluation of submitted articles

Selection is done by the *dossier* coordinators and the EB, who assess the interest of the topics for analysis of the subject.

Authors are notified of acceptances or rejections before the closing date indicated in the “call for articles”.

Accepted articles must be sent by the authors before the closing date indicated in the “call for articles”.

After this phase the process is the same as for ARTICLES (see 1<sup>st</sup> chapter of PROCEDURES).

## NORMS FOR ELABORATION AND SUBMISSION OF TEXTS

### SUBMISSION AND FORMAT: GENERAL GUIDELINES

#### 1. submission

All texts should be submitted by e-mail to the AHAM (anais.cham@fch.unl.pt).

#### 2. format requirements

Originals should be sent in Word files, in the following format: font Times New Roman, size 12 pt, justified alignment with 1.5 pt spacing, non-indented paragraphs, pages numbered sequentially, and footnotes in automatic numeration.

#### 3. length

It is recommended that articles do not exceed 10 000 words.

#### 4. title, abstract and keywords

The title should be clear and concise. Use of a subtitle is optional.

The abstract, with a maximum of 100 words, must be submitted in Portuguese and in English.

Each article should have between four and six keywords, in Portuguese and in English.

#### 5. authorship

Articles must be submitted without any indication of the authors' identity (in a "blinded" version), and accompanied by a separate document with the name of the author, institutional affiliation, current institutional address and *e-mail* contact, and a brief biographical note (maximum of 200 words).

#### 6. languages of publication and style

Articles can be submitted in Portuguese, Spanish, French, English and Italian.

Current spelling rules and appropriate style guidelines for each language must be followed.

First names and surnames of European origin cited in the body of the text must have updated spelling.

The type of quotation marks recommended (angled, curved or straight) will vary according to the language the text is written in. For Portuguese texts the AHAM generally recommend the use of straight angled or French quotation marks («»), and curved or English (") for quotations within quotations.

Section headings/subheadings in the text must be written in bold.

The use of italics is restricted to foreign expressions, and for emphasis in citations.

If an article contains words in other alphabets or with diacritical marks, the author must provide the respective *software* upon submission of the text.

#### 7. citations

Citations of documents or texts of up to three lines are included in the body of the text, in quotation marks. Citations that consist of more than three lines should be placed in a separate paragraph, size 11, left indentation of 1.25 cm, single spaced, without quotation marks.

Words or terms introduced in the body of citations must be indicated by square brackets - [ ].

Omissions of excerpts of citations are indicated by suspension points between square brackets - [...].

Citations in any language other than those accepted by the AHAM (Portuguese, Spanish, French, English and Italian) must be original, with a translation into the language of the text provided in a footnote.

## 8. transcription of manuscripts

Strict respect for the spelling of the manuscript texts is accepted, their modernization, or also, an intermediary way, as long as the norms of transliteration are specified by the authors.

## 9. footnotes

Identified in Hindu-Arabic numerals, footnotes must be written in size 10 and single-spaced.

### SOURCES AND UNPUBLISHED DOCUMENTS | CRITERIA:

- first instance/case | examples:

BIBLIOTECA DA AJUDA [BA], Cód. 54-VI-1 a 5 (“Catálogo de marcas de água consoante os documentos existentes na Biblioteca da Ajuda”, de Jordão Apolinário de Freitas).

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL [BNP], Reservados, Cód. 864, fls. 302-304 (Lista do auto da fé celebrado na Igreja de Santo Antão de Évora, 26 de Janeiro de 1716). [Accessed on 20/03/2012]. Available at [http://purl.pt/15393/2/cod-864/cod-864\\_item2/index.html](http://purl.pt/15393/2/cod-864/cod-864_item2/index.html).

HISTORICAL ARCHIVES OF GOA [HAG], *Monções do Reino*, n.º 6-B, fl. 27 (Carta do rei [Filipe II] para o vice-rei, D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 23 de Março de 1605).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], *Conselho Ultramarino*, São Tomé, Cx. 14, doc. 1 (Ofício do capitão-mor Vicente Gomes Ferreira, para o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, São Tomé, 26 de Fevereiro de 1772).

- recurrent instances | examples:

BA, Cód. 54-VI-2, fl. [8].

BNP, Reservados, Cód. 864, fl. 303.

HAG, *Monções do Reino*, n.º 6-B, fl. 27.

AHU, *Conselho Ultramarino*, São Tomé, Cx. 14, doc. 1.

### BIBLIOGRAPHIC REFERENCES | CRITERIA:

- first instance | examples:

José Júlio RODRIGUES, *Les colonies portugaises*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1888 (Extrait des Bulletins de la Société Royale de Géographie d'Anvers).

Gilberto FREYRE, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.

C. R. BOXER, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, [2nd ed.], Manchester, Carcanet/Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.

C. R. BOXER, *Fidalgo no Extremo Oriente 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, trad.

Teresa e Manuel Bairrão Oleiro, Macau, Fundação Oriente/ Museu e Centro de Estudos de Macau, 1990, pp. 10-21.

Francisco BETHENCOURT e Kirti CHAUDHURI (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1 («A Formação do Império, 1415-1570»), [Lisboa], Círculo de Leitores, 1998.

A. J. R. RUSSEL-WOOD, “Men under stress: the social environment of the Carreira da Índia (1550-1750)” in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

Jean AUBIN, “Deux Chrétiens au Yémen Tāhiride”, *Journal of the Royal Asiatic Society*, Third Series, Vol. 3, N° 1 (April, 1993), pp. 33-52.

Fernando BOUZA ÁLVAREZ, “Entre dos reinos, una patria rebelde. Fidalgos portugueses en la Monarquía Hispánica después de 1640”, *Estudis: Revista de historia moderna*, n° 20 (2004), pp. 83-104. [Accessed on 20/03/2012]. Available at <http://centros.uv.es/web/departamentos/D235/data/informacion/E129/PDF118.pdf>

- recurrent instances | examples:

J. J. RODRIGUES, op. cit., pp. 117-120.

F. BETHENCOURT e K. CHAUDHURI (dir.), op. cit., Vol. 2, p. 203.

A. J. R. RUSSELL-WOOD, art. cit., p. 20

F. BOUZA ÁLVAREZ, art. cit., p. 90.

G. FREYRE, op. cit., *passim*; C. R. BOXER, *Fidalgos*, cit., p. 39, e J. AUBIN, «Deux Chrétiens», cit., pp. 30-31.

## 10. bibliography

The entire list of sources and bibliography used throughout the text should figure at the end of the articles. The bibliography should be ordered alphabetically, by the authors' surnames.

- Example:

AUBIN, Jean, «Deux Chrétiens au Yémen Tāhiride», *Journal of the Royal Asiatic Society*, Third Series, Vol. 3, N° 1 (April, 1993), pp. 33-52.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 1 («A Formação do Império, 1415-1570»), [Lisboa], Círculo de Leitores, 1998.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando, «Entre dos reinos, una patria rebelde. Fidalgos portugueses en la Monarquía Hispánica después de 1640», *Estudis: Revista de historia moderna*, n° 20 (2004), pp. 83-104. [Accessed on 20/03/2012]. Available at <http://centros.uv.es/web/departamentos/D235/data/informacion/E129/PDF118.pdf>

BOXER, C. R., *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, trad. Teresa e Manuel Bairrão Oleiro, Macau, Fundação Oriente/ Museu e Centro de Estudos de Macau, 1990, pp. 10-21.

BOXER, C. R., *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, [2nd ed.], Manchester, Carcanet/ Calouste Gulbenkian Foundation, 1991.

FREYRE, Gilberto, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, 25ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.



RODRIGUES, José Júlio, *Les colonies portugaises*, Lisbonne, Imprimerie Nationale, 1888 (Extrait des Bulletins de la Société Royale de Géographie d'Anvers).

RUSSEL-WOOD, A. J. R., «Men under stress: the social environment of the Carreira da Índia (1550-1750)» in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 19-35.

### **11. illustrations**

Photographs, drawings, tables, graphs, maps should be submitted in jpg. or tiff files. A minimum resolution of 300 dpi's is required. The journal is printed in greyscale.

A separate file with the list of all the illustrations (images, tables, etc.) sequentially numbered, with captions and sources/ credits, and indication of their exact placement in the text.

### **12. copyrights regarding illustrations**

It is exclusively the authors' responsibility to ensure that images have legal authorization to be reproduced according to their copyright status, and authors must assume any expenses incurred.

### **13. reviews**

Critical reviews should have between 500 and 2000 words.

The reviewed work must be identified as follows: author/coordinator, *title*, place of publication: publishing company, year, (collection, no.). ISBN:, DOI:

Citations of works other than the one being reviewed must be done in a footnote.

The name of the author of the review should be indicated at the end of the text, as well as his/her institutional affiliation and *e-mail* contact.

Reviews should follow the rest of the regulations for articles, namely 1, 2, 6, 7 and 9.



**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

